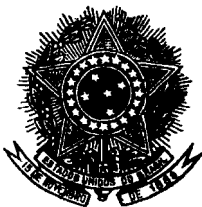


**COLLECÇÃO DAS LEIS**  
**DA**  
**REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL**  
**DE**  
**1934**

---

**VOLUME V**  
**ACTOS DO PODER EXECUTIVO**  
**( AGOSTO A DEZEMBRO )**



**RIO DE JANEIRO**  
**IMPrensa NACIONAL \* 1936**

---

# INDICE

---

1934

## ACTOS DO PODER EXECUTIVO

	Pags.
N. 1 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 25 de julho de 1934 — Approva os novos estatutos da Companhia de Seguros Ma- ritimos e Terrestres "Providente", com sede nesta Capital.....	1
N. 2 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 25 de julho de 1934 — Concede á Sociedade Anonyma Industrias Reunidas F. Matarrazo autorização para continuar a func- cionar .....	2
N. 3 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 25 de julho de 1934 — Concede á sociedade anonyma Empresa Brasileira Pro- ductos da Pesca autorização para funccionar..	2
N. 4 — FAZENDA — Decreto de 30 de julho de 1934 — Proroga por noventa (90) dias, a contar de 1 de agosto proximo, o prazo fixado pelo decreto n. 24.613, de 7 de julho de 1934 .....	3
N. 5 — GUERRA — Decreto de 1 de agosto de 1934 — Denomina — Regimento Andrade Neves — o Regimento Escola e dá outras providencias...	3
N. 6 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — De- creto de 3 de agosto de 1934 — Decreta luto nacional por tres dias, pelo fallecimento do Marechal de Campos PAULO VON BENECKEN- DORFF UND VON HINDERBURG, presidente da Republica Allemã .....	4

---

	Paga.
N. 7 — MARINHA, GUERRA, RELAÇÕES EXTERIORES, FAZENDA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS, AGRICULTURA, TRABALHO, INDUSTRIA E EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA, JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de agosto de de 1934 — Modifica a denominação do Conselho de Defesa Nacional e de seus órgãos componentes .....	5
N. 8 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de agosto de 1934 — Approva o regulamento para applicação do que dispõe o decreto n. 24.768, de 14 de julho de 1934, e dá outras providencias .....	5
N. 9 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de agosto de 1934 — Approva projectos e organimentos na importancia de réis 29.90000\$0000 de obras complementares do porto de Recife..	8
N. 10 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 6 de agosto de 1934 — Concede auxilios no 1º semestre de 1934 — a instituições nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Bahia, Espirito Santo, Distrito Federal, S. Paulo, Paraná, Santa Catharina, Rio Grande do Sul e Minas Geraes....	9
N. 11 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 6 agosto de 1934 — Concede auxilios no 2º semestre de 1933 a instituições nos Estados de Alagoas, Espirito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Geraes.....	10
N. 12 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 7 de agosto de 1934 — Publica o deposito do instrumento de ratificação, pelo Governo Britannico, da Convenção relativa á circulação de automoveis nos territorios da Basutolandia, do Protectorado do Bechuanalandia e da Swazilandia .....	11
N. 13 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 7 de agosto de 1934 — Publica a adhesão do Estado livre da Irlanda á Convenção internacional relativa á repressão do trafico de brancas, Paris, 1910 .....	12
N. 14 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 7 de agosto de 1934 — Publica o deposito do instrumento de ratificação, pela Turquia, da Convenção relativa á Circulação de automoveis, Paris, 1926 .....	12
N. 15 — FAZENDA — Decreto de 8 de agosto de 1934 — Approva a reforma dos estatutos da "Beneficencia dos Funcionarios do Ministerio da Fa-	

	Pags.
zenda no Estado do Paraná" e concede-lhe autorização para transigir com seus associados com a garantia de consignação em folha.....	13
N. 16 — TRABALHO INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 10 de agosto de 1934 — Concede á Companhia Productos Pilar S. A. autorização para funcionar .....	13
N. 17 — Não foi publicado .....	14
N. 18 — MARINHA — Decreto de 16 de agosto de 1934 — Fixa os limites de idade para admissão dos candidatos á matricula no primeiro anno do Curso Prévio da Escola Naval, e dá outras providencias .....	14
N. 19 — MARINHA — Decreto de 16 de agosto de 1934 — Dá nova redacção á letra "a" do art. 1º do decreto n. 24.684, de 12 julho de 1934, que criou o estandarte do Corpo de Alumnos da Escola Naval .....	14
N. 20 — MARINHA — Decreto de 17 de agosto de 1934 — Approva os projectos e orçamentos de diversas obras e aquisição e montagem de tres guindastes, pela Rede de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul .....	15
N. 21 — MARINHA — Decreto de 23 de agosto de 1934 — Approva e manda executar o regulamento para a concessão da Ordem do Merito Naval.....	17
N. 22 — MARINHA — Decreto de 23 de agosto de 1934 — Dá nova redacção ao art. 10º do Regulamento da Directoria da Marinha Mercante, approved pelo decreto n. 22.527, de 9 de marco de 1933, e modificada pelo de n. 23.337, de 9 de novembro ultimo.....	24
N. 23 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de agosto de 1934 — Substitue a clausula VI das que baixarem com o decreto n. 24.729, de 13 de julho do corrente anno, referente ao porto de São Sebastião, e prorroga o prazo a que se refere o paragrapho unico do art. 1º do decreto n. 23.820, de 2 de fevereiro ultimo, na parte relativa ao porto de São Vicente.....	24
N. 24 — Não foi publicado .....	24
N. 25 — Não foi publicado .....	24
N. 26 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de agosto de 1934 — Prorroga por noventa (90) dias, isto é, até 9 de outubro de 1934, o prazo concedido a Sylvio Barbosa pelo n. I do art. 1º do decreto n. 23.718, de 9 de janeiro de 1934.....	24



	Pags.
N. 27 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de agosto de 1934 — Proroga por noventa (90) dias, isto é, até 9 de outubro de 1934, o prazo concedido a Franklin Teixeira de Salles pelo n. 1 do art. 1º do decreto n. 23.721, de 9 de janeiro de 1934.	26
N. 28 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de agosto de 1934 — Proroga por (90) dias, isto é, até 23 de outubro de 1934, o prazo concedido a Eugenio Gomes de Carvalho, n. 1 do art. 1º do decreto n. 23.778, de 23 de janeiro de 1934.	26
N. 29 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de agosto de 1934 — Proroga por (90) dias, isto é, até 6 de novembro de 1934 — o prazo concedido a Antonio Francisco Pereira Carneiro pelos decretos ns. 23.839, de 6 de fevereiro de 1934, e 23.851, de 7 de fevereiro de 1934.	27
N. 30 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de agosto de 1934 — Proroga por noventa (90) dias, isto é, até 9 de outubro de 1934 — o prazo concedido a Raul Teixeira da Costa Sobrinho, pelo n. 1 do art. 1º do decreto n. 23.720, de 9 de janeiro de 1934.	27
N. 31 — EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA — Decreto de 28 de agosto de 1934 — Concedo auxilio de 108:000\$000 ao Estado do Paraná, para o serviço de nacionalização do ensino, no 1º semestre deste anno.	28
N. 32 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 28 de agosto de 1934 — Concedo á Sinner Sociedade Anonyma autorização para funcionar.	28
N. 33 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 28 de agosto de 1934 — Concedo á Sociedade Anonyma Frigorifico Anglo autorização para continuar a funcionar.	29
N. 34 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 28 de agosto de 1934 — Concedo á Societé pour l'Exportation des Laites Hollandia autorização para funcionar na Republica.	29
N. 35 — GUERRA — Decreto de 30 de agosto de 1934 — Determina as sedes das auditorias e tropa a que servirão.	29
N. 36 — AGRICULTURA — Decreto de 30 de agosto de 1934 — Proroga, até 1º de março de 1935, o prazo para entrar em execução o decreto n. 24.544, de 3 de julho de 1934.	31

## Pag.

N. 37 — MARINHA — Decreto de 30 de agosto de 1934 — Adia a execução do disposto no art. 92 do regulamento para o Tribunal Marítimo Administrativo, aprovado pelo decreto n. 24.585, de 5 de julho deste anno .....	31
N. 38 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 31 de agosto de 1934 — Approva os projectos e orçamentos de diversas obras no segundo trecho do ramal de Basílio a Jaguarão, da Rede de Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul, e o orçamento referente á conservação do mesmo trecho, durante seis mezes.....	31
N. 39 — EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA — Decreto de 3 de setembro de 1934 — Approva os estatutos da Universidade de S. Paulo .....	33
N. 40 — EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA — Decreto de semestre de 1934, a instituições nos Estados do Rio Grande do Norte, Piauí, Rio de Janeiro, Districto Federal, S. Paulo, Minas Geraes e Goyaz .....	69
N. 41 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 4 de setembro de 1934 — Faz publica a adesão da Suécia á Convenção Sanitária Internacional, Paris, 1926 .....	69
N. 42 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 4 de setembro de 1934 — Faz publica a adesão da Finlândia á Convenção Internacional para a limitação da responsabilidade dos proprietarios de navios de mar, Bruxellas, 1924....	70
N. 43 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 4 de setembro de 1934 — Faz publica a adesão da Finlândia á Convenção Internacional para a unificação de certas regras relativas aos privilegios e hypothecas marítimas, Bruxellas..	70
N. 44 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 4 de setembro de 1934 — Faz publico o depósito do Instrumento de ratificação, pela Republica de Cuba, da Convenção sobre direitos e deveres dos Estados no caso de guerra civil, Havana, 1928 .....	71
N. 45 — AGRICULTURA — Decreto de 4 de setembro de 1934 — Autoriza Silvino Silva, por si ou sociedade que organizar a pêsquisar ouro alluvionar nas margens e igarapés do rio Cricou, affluente do rio Oyapock, numa extensão de vinte e cinco (25) kilometros, rio acima, a partir de sua foz no citado rio Oyapock, rio aquelle situado dentro da Colonia Agrícola Federal "Clevelandia", no Estado do Pará .....	74

	Pags.
N. 46 — FAZENDA — Decreto de 5 de setembro de 1934 — Approva, com alterações, os estatutos da União Geral dos Funcionarios Civis do Brasil e concede-lhe autorização para operar com seus associados, mediante consignação em folha de pagamento .....	73
N. 47 — FAZENDA — Decreto de 5 de setembro de 1934 — Approva a reforma dos estatutos da Caixa Beneficiente dos Sargentos do 1.º R. A. M. e concede-lhe permissão para transigir com seus associados, com a garantia de consignação em folha.....	73
N. 48 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de setembro de 1934 — Eleva de 18:223\$100 o orçamento approved pelo decreto numero 24.041, de 26 de março de 1934.....	74
N. 49 — GUERRA — Decreto de 6 de setembro de 1934 — Supprime o lugar de porteiro do departamento Central .....	75
N. 50 — EDUCAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 40 de setembro de 1934 — Concede auxilios no 2º semestre de 1933 a instituições nos Estados do Piauí, Ceará, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Minas Geraes, Goyaz e Matto Grosso .....	75
51 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 11 de setembro de 1934 — Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, pelo Conselho Federal Suíço, da Convenção Internacional das Telecomunicações, assignada em Madrid, em 9 de dezembro de 1932.....	
N. 52 — FAZENDA, MARINHA, TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO, AGRICULTURA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS, EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA, RELAÇÕES EXTERIORES, GUERRA — Decreto de 11 de setembro de 1934 — Declara sem applicação os credits destinados ao ultimo trimestre do exercicio, e dá outras providencias .....	77.
N. 53 — GUERRA — Decreto de 11 de setembro de 1934 — Approva o Regulamento dos Collegios Militar .....	78
N. 54 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO, FAZENDA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de setembro de 1934 — Approva o regulamento do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancarios.....	142

	Pags.
N. 55 — FAZENDA — Decreto de 12 de setembro de 1934 — Approva os estatutos da Associação Beneficente Cooperativa e concede-lhe autorização para transigir com seus associados, com a garantia de consignação em folha.....	167
N. 56 — FAZENDA — Decreto de 12 de setembro de 1934 — Approva os estatutos da "Caixa Beneficente dos Sub-Officiaes e Sargentos de machinas da Armada" e concede-lhe autorização para operar com seus associados com a garantia de consignação em folha.....	168
N. 57 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de setembro de 1934 — Approva os projectos e orçamentos para augmento de uma plataforma e construcção de uma nova ponte na Rêde de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul..	168
N. 58 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de setembro de 1934 — Approva o projecto e orçamento, na importancia de 253:063\$505, para construcção de um novo edificio para a estação de Jaguarihyva, na linha de Itararé ao rio Uruguay, de concessão da Companhia Estrada de Ferro de São Paulo-Rio Grande....	169
N. 59 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de setembro de 1934 — Proroga por sessenta dias o prazo de que trata o art. 68 do decreto n. 24.776, de 14 de julho deste anno	170
N. 60 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de setembro de 1934 — Approva os estudos de uma variante do segundo trecho do prolongamento da Estrada de Ferro de Goyaz, e novo orçamento relativo ao mesmo trecho.....	171
N. 61 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de setembro de 1934 — Autoriza José Teixeira de Lima, por si ou sociedade que organizar, a pesquisar ouro no leito do rio Gualaxo do Norte, numa extensão total de vnte e cinco (25) kilometros, rio abaixo, a partir de suas cabeceiras nas serras de Antonio Pereira e Capanema, nos municípios de Ouro Preto e Marianna, no Estado de Minas Geraes.....	172
N. 62 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 19 de setembro de 1934 — Approva, com modificações, os novos estatutos da Companhia de Seguros Maritimos e Terrestres, "Porto Alegrense", adoptados pela assembléa geral de seus accionistas realizada a 23 de agosto de 1933, inclusive a diminuição do seu capital de responsabilidade para 1.000:000\$000.....	173

	Pags.
N. 63 — Não foi publicado.....	174
N. 64 — Não foi publicado.....	174
N. 65 — FAZENDA — Decreto de 24 de setembro de 1934 — Proroga, até 31 de dezembro proximo, o prazo estabelecido no art. 25 do decreto numero 23.938, de 28 de fevereiro de 1934.....	174
N. 66 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 25 de setembro de 1934 — Faz publico o deposito do instrumento de ratificação da Cidade livre de Dantzig á Convenção Sanitaria Internacional, Paris, 1926 .....	175
N. 67 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de setembro de 1934 — Declara de necessidade publica a desapropriação de uma área de 110.949m <sup>2</sup> ,48 de terreno, situada á Estrada da Otuciosa, em Curitiba.....	175
N. 68 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 26 de setembro de 1934 — Approva alterações introduzidas nos estatutos da Guardian Assurance Company, Limited, bem como a constituição do capital de responsabilidade para as suas operações no paiz.....	176
N. 69 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 26 de setembro de 1934 — Approva com modificação as alterações introduzidas nos estatutos da Companhia Nacional de Seguro Mutuo Contra Fogo pelas assembléas gerais extraordinarias dos seus associados em 24 de agosto e 20 de novembro de 1933.....	177
N. 70 — FAZENDA — Decreto de 26 de setembro de 1934 — Approva os estatutos da Caixa Telegraphica Beneficente de Santa Catharina, e concede-lhe autorização para operar com seus associados, com a garantia de consignação em folha .....	178
N. 71 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de setembro de 1934 — Approva as plantas das installações do "Syndicato Condor Limitada", accessorias do aeroporto de Porto Alegre, para abrigo, reparação e abastecimento de suas aeronaves e outros serviços auxiliares, bem como as installações ali já existentes.....	179
N. 72 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de setembro de 1934 — Proroga por 180 dias o prazo fixado para "The Great Western of	

	Pags.
Brasil Railway Company, Limited" adquirir e instalar aparelhos purificadores de agua...	179
N. 73 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de setembro de 1934 — Approva os regulamentos do Instituto de Meteorologia, da Secretaria Geral e do Gabinete de Desenhos do Departamento de Aeronautica Civil.....	180
N. 74 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 1 de outubro de 1934 — Concede auxilios no primeiro semestre de 1934 a instituições nos Estados do Pará, Maranhão, Ceará, Piauí, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Ca- tharina, Rio Grande do Sul, Minas Geraes e Goyaz .....	201
N. 75 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 1 de outubro de 1934 — Concede auxilios no 1º semestre de 1934 a varias instituições no Districto Federal .....	203
N. 76 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 2 de outubro de 1934 — Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte da Gua- temala, da Convenção da União Postal das Ame- ricas e Hespanha e do Accôrdo sobre Encom- mendas Postaes e Vales Postaes, firmados em Madrid, em 1931.....	204
N. 77 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 2 de outubro de 1934 — Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte da Colom- bia, da Convenção da União Postal das Americas e Hespanha e do Accôrdo sobre Encommendas Postaes e Vales Postaes, firmados em Madrid, em 1931.....	204
N. 78 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 2 de outubro de 1934 — Faz publica a adhesão do Estado livre da Irlanda á Convenção Internaci- onal para a suppressão do trafico de mulheres e crianças, firmada em Genebre em 1921.....	205
N. 79 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 3 de outubro de 1934 — Concede á Companhia de Seguros "Victoria", com sede nesta cidade do Rio de Janeiro, autorização para funcionar na Republica e approva os seus estatutos .....	205
N. 80 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 3 de outubro de 1934 — Approva as alterações introduzidas nos estatutos da	

	Pags.
Companhia de Seguros Maritimos e Terrestres "União Fluminense" pelas assembléas geraes extraordinarias dos seus accionistas a 11 e 26 de dezembro de 1932, inclusive o augmento do seu capital .....	206
N. 81 — FAZENDA — Decreto de 3 de outubro de 1934 — Approva a reforma dos estatutos do Centro Beneficente Civil e Militar.....	206
N. 82 — GUERRA — Decreto de 3 de outubro de 1934 — Supprime um lugar de ajudante de porteiro do hospital Central do Exército, presentemente vago .....	207
N. 83 — Não foi publicado.....	207
N. 84 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 8 de outubro de 1934 — Concede auxilios no 1º semestre de 1934 a instituições nos Estados de Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro, S. Paulo, Minas Geraes e Matto Grosso.....	207
N. 85 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 8 de outubro de 1934 — Concede o auxilio de 108:000\$000 ao Estado do Paraná, para o serviço de nacionalização do ensino, no 2º se- mestre deste anno.....	209
N. 86 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 8 de outubro de 1934 — Concede a inspecção preliminar ao Instituto de Musica da Bahia..	209
N. 87 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 10 de outubro de 1934 — Decreta lucto nacional por tres dias, pelo fallecimento de Sua Ma- gestade o Rei Alexandre I, da Yugo-Slavia, e de S. Ex. o Sr. Louis Barthou, ministro dos Ne- gocios Estrangeiros da França.....	210
N. 88 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 10 de outubro de 1934 — Cassa a autorização concedida á sociedade anonyma Re- liance Marine Insurance Company, Limited para funcionar na Republica.....	210
N. 89 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 10 de outubro de 1934 — Concede á sociedade anonyma Italcable Compagnia Itali- ana dei Cavi Telegrafici Sottomarini autoriza- ção para continuar funcionar na Republica..	211
N. 90 — FAZENDA — Decreto de 10 de outubro de 1934 — Proroga por cento e vinte dias o prazo de que trata o art. 2º do decreto n. 24.678, de 12 de julho de 1934.....	211

	Pags.
N. 91 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 10 de outubro de 1934 — Approva o capital de responsabilidade de 2.000:000\$000, declarado pela sociedade anonyma "L'Union" Compagnie d'Assurances contre l'Incendie, les Accidents et Risques Divers para as suas ope- rações no Brasil.....	212
N. 92 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de outubro de 1934 — Approva projecto e orçamento para a installação de uma nova ba- lança de pesar carros na estação de Cruz Alta, situada no km. 161,227 da linha de Santa Maria a Marcellino Ramos, da Viação Férrea do Rio Grande do Sul.....	212
N. 93 — GUERRA — Decreto de 15 de outubro de 1934 — Approva o Regulamento do Estado-Maior do Exército em tempo de paz.....	213
N. 94 — GUERRA — Decreto de 15 de outubro de 1934 — Approva o regulamento para o Quadro de Officiaes de Estado-Maior, no Exército.....	233
N. 95 — GUERRA — Decreto de 15 de outubro de 1934 — Approva o Regulamento do Quadro de Es- crevantes do Ministerio da Guerra.....	233
N. 96 — GUERRA — Decreto de 16 de outubro de 1934 — Altera a jurisdicção das auditorias da 2ª re- gião militar.....	242
N. 97 — Não foi publicado.....	242
N. 98 — Não foi publicado.....	242
N. 99 — Não foi publicado.....	242
N. 100 — Não foi publicado.....	242
N. 101 — AGRICULTURA — Decreto de 16 de outubro de 1934 — Proroga por noventa (90) dias, isto é, até 3 de dezembro de 1934, o prazo concedido a Carlos Kuernerz & Comp. Ltd., pelo n. I do art. 1º do decreto n. 24.004, de 13 de março de 1934 .....	242
N. 102 — GUERRA — Decreto de 18 de outubro de 1934 — Declara em disponibilidade um ministro do Supremo Tribunal Militar.....	243
N. 103 — GUERRA — Decreto de 18 de outubro de 1934 — Dá nova redacção ao art. 101 do Regulamen- to da Escola de Aviação Militar, annexo ao de- creto n. 17.817, de 2 de junho de 1927.....	244



	Pags.
N. 104 — GUERRA — Decreto de 18 de outubro de 1934 — <i>Dá nova redacção aos arts. 29 e 34 do Estatuto da Aviação Militar, baixado com o decreto n. 17.818, de 2 de junho de 1927</i> .....	244
N. 105 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de outubro de 1934 — <i>Approva novos projectos e orçamento para a construção de uma nova estação de passageiros e cargas, na Estrada de Ferro Central de Pernambuco, arrendada á "Great Western of Brasil Railway Co. Ltd."</i>	245
N. 106 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de outubro de 1934 — <i>Approva os projectos e orçamentos para as obras de augmento dos armazens das estações de "Povo Novo" e "Quinta", da Rêde de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul</i> .....	246
N. 107 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de outubro de 1934 — <i>Proroga por tres mezes o prazo fixado para a Companhia Mogyana de Estradas de Ferro concluir a construção de um abrigo de carros na estação de Guaxupé</i>	247
N. 108 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de outubro de 1934 — <i>Approva os projectos e orçamentos para construção de linhas e instalação deapparelhos phonopercicos na Rêde de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul</i>	247
N. 109 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de outubro de 1934 — <i>Approva os projectos e orçamentos para execução de diversas obras na Rêde Mineira de Viação</i> .....	249
N. 110 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 22 de outubro de 1934 — <i>Concede auxilios no 1º semestre de 1934 a instituições nos Estados do Amazonas, Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, Districto Federal, São Paulo, Paraná, Santa Catharina, Rio Grande do Sul, Minas Geraes e Matto Grosso</i> .....	250
N. 111 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de outubro de 1934 — <i>Adopta, para o procurador geral do Districto Federal, com modificações as vestes fallares de que trata o decreto n. 21.236, de 14 de maio do corrente anno</i> .....	253
N. 112 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 23 de outubro de 1934 — <i>Abre o credito de réis</i>	

	3.900:000\$000, destinado à aquisição de um edifício para a Embaixada do Brasil em Washington .....	Pags. 254
N. 113	— RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1934 — Promulga a Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes e o respectivo Protocollo de assinatura, firmados em Genebra, a 13 de julho de 1931.....	254
N. 114	— Não foi publicado.....	335
N. 115	— AGRICULTURA — Decreto de 23 de outubro de 1934 — Autoriza o cidadão brasileiro José Pacifico Homem, sem prejuízo do que determina o art. 10 do decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas), a pesquisar, por si ou companhia que organizar, ouro e diamantes no leito e nas margens do rio Jequitinhonha, em parte não navegavel, em uma extensão total de vinte e cinco (25) kms., contados a partir da barra do correço Noruega, afluente da margem esquerda do mesmo rio, sendo dez (10) kms., acima e quinze (15) kms., abaixo da mesma barra, trecho esse do referido rio Jequitinhonha que divide os municípios de Grão Mogol e Minas Novas, no Estado de Minas Geraes.....	335
N. 116	— AGRICULTURA — Decreto de 23 de outubro de 1934 — Autoriza o cidadão brasileiro Fernando Fonseca de Araujo, sem prejuízo do que determina o art. 10 do decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas), a pesquisar ouro nos terrenos denominadas "Mina do Babú", pertencentes a Manoel Alves de Lemos e situados em São Gonçalo do Sapucahy, no Estado de Minas Geraes.....	337
N. 117	— TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 23 de outubro de 1934 — Concede à Companhia Commercio e Navegação autorização para funcionar.....	339
N. 118	— VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de outubro de 1934 — Autoriza o lastramento, com pedra britada, de diversos trechos da Rede de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul, com a extensão total de 1.630 kilometros .....	340
N. 119	— VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de outubro de 1934 — Approva novo orçamento, na importancia de 145:137\$340, para a	

	Pags.
construcção da defesa do encontro esquerdo da ponte sobre o rio Itajahy-Assú, no prolongamento da Estrada de Ferro Santa Catharina, entre Blumenau e Itajahy.....	340
N. 120 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 26 de outubro de 1934 — Approva projecto e orçamento para a construção do edificio da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas .....	341
N. 121 — FAZENDA — Decreto de 29 de outubro de 1934 — Proroga por sessenta (60) dias, a contar de 1 de novembro proximo, o prazo fixado no decreto n.º, de 30 de julho de 1934.....	377
N. 122 — AGRICULTURA — Decreto de 30 de outubro de 1934 — Autoriza o cidadão brasileiro Antonio Carlos Teixeira Leite, sem prejuizo do que determina o art. 10, do decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas), a pesquisar sulfato de aluminio nos terrenos denominados "Lagoa da Tabôa" e "Barra do Tatú", comprehendendo a ilha Canindé, de que é arrendatario, pertencentes ao Estado do Maranhão, e situados no municipio de Tutoya, no referido Estado .....	378
N. 123 — AGRICULTURA — Decreto de 30 de outubro de 1934 — Autoriza o cidadão brasileiro Alysson de Abreu, sem prejuizo do que determina o art. 10 do decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas), por si ou sociedade que organizar, a pesquisar ouro no leito do rio das Velhas, em uma extensão de vinte e cinco (25) kilometros, rio abaixo, a partir de vinte (20) kilometros acima da ponte do Jequitibá, até cinco (5) kilometros abaixo da mesma ponte, trecho este situado no municipio de Sete Lagoas, Estado de Minas Geraes.....	380
N. 124 — AGRICULTURA — Decreto de 30 de outubro de 1934 — Autoriza o cidadão brasileiro Everaldo Costa Doria, por si ou sociedade que organizar, e sem prejuizo do que determina o art. 10 do decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas), a pesquisar ouro nos leitos e margens devolutos dos rios do Peixe e Quinjingue, em uma extensão total de vinte e cinco (25) kilometros, sendo quinze (15) kilometros no rio do Peixe, rio acima, a partir de seu desague no rio Itapicuriú, e dez (10) kilometros no rio Quinjingue, rio acima, a partir de seu desague no mesmo rio Itapicuriú, de que	

	Pags.
são ambos afluentes, o primeiro da margem direita e o segundo da margem esquerda, trechos estes situados no município de Queimadas, no Estado da Bahia.....	382
N. 125 — AGRICULTURA — Decreto de 30 de outubro de 1934 — Concede ao engenheiro Americo René Giannetti ou á empresa que organizar, o aproveitamento de energia hydraulica de diversos trechos de rios no Estado de Minas Geraes, e consolida os decretos n. 24.140, de 17 de abril de 1934 e n. 24.381, de 12 de junho de 1934....	384
N. 126 — FAZENDA — Decreto de 31 de outubro de 1934 — Approva a reforma dos estatutos da Associação Beneficente Ferroviaria e concede-lhe autorização para operar com seus associados, com a garantia de consignação em folha de pagamento .....	388
N. 127 — FAZENDA — Decreto de 31 de outubro de 1934 — Approva os estatutos da "Credito Social", sociedade beneficente com sêde no Districto Federal e concede-lhe autorização para transigir com seus associados, mediante a garantia de consignação em folha.....	388
N. 128 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 31 de outubro de 1934 — Concede á sociedade anonyma U. A. of Brasil, Inc. autorização para funcionar na Republica.....	389
N. 129 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 31 de outubro de 1934 — Concede á Companhia Assucareira Fluminense autorização para continuar a funcionar.....	390
N. 130 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 31 de outubro de 1934 — Concede á Sociedade Anonyma Fabrica Docevita, autorização para funcionar.....	391
N. 131 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 31 de outubro de 1934 — Concede á Companhia Acumuladores Prest-O-Line autorização para funcionar na Republica.....	391
N. 132 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de novembro de 1934 — Altera o orçamento approved pelo decreto n. 22.031, de 28 de outubro de 1932, para aquisição e montagem do material preciso para iluminação electrica de 30 carros de passageiros, de The Leopoldina Railway Company, Limited.....	393

	Pag.
N. 133 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de novembro de 1934 — Approva o projecto e orçamento para o restabelecimento e construção da nova ponte de Cobiá, no kilometro 184 + 655 da Linha Norte de "The Great Western of Brasil Railway Company, Limited".....	393
N. 134 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 5 de novembro de 1934 — Concede auxilio, no 1º semestre de 1934, instituições nos Estados Amazonas, Pará, Ceará, Pernambuco, Parahyba, Sergipe, Bahia, Districto Federal, S. Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Geraes....	394
N. 135 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 5 de novembro de 1934 — Concede auxilio no segundo semestre deste exercicio, á Prelazia do Rio Negro e á Prelazia de Porto Velho, no Estado do Amazonas.....	396
N. 136 — AGRICULTURA — Decreto de 6 de novembro de 1934 — Autoriza Byington & Comp., sociedade organizada no Brasil, a pesquisarem, sem prejuizo do que determina o art. 10 do decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas), bauxita e pedras argillosas e aluminosas em terrenos da Chacara "Santa Rosalia", de propriedade do Dr. Ednan Dias e sua mulher, Dr. Iracema Lacerda Corrêa Dias, sitos no municipio e districto de Poços de Caldas, no Estado de Minas Geraes.....	396
N. 137 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de novembro de 1934 — Autoriza a Companhia Mogyana de Estradas de Ferro a adquirir dous motores para a linha de Rio Grande e Caldas, em lugar de um motor, como consta do decreto n. 22.076, de 11 de novembro de 1922...	398
N. 138 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de novembro de 1934 — Approva os projectos e orçamentos para execução de diversas obras na Rede de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul.....	399
N. 139 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 13 de novembro de 1934 — Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte da União das Republicas Sovieticas Socialistas, da Convenção para a unificação de certas regras relativas ao transporte aereo internacional, e do Protocollo Adicional a essa Convenção, ambos firmados em Varsovia, em 1929.....	400

## Pag

- N. 140 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 13 de novembro de 1934 — Faz publica a adesão do Chile á Convenção internacional para a repressão do tráfico de mulheres brancas, firmada em Paris, em 1910..... 400
- N. 141 — **AGRICULTURA** — Decreto de 13 de novembro de 1934 — Autoriza o cidadão brasileiro Olyntho Couto de Aguirre, por si ou sociedade que organizar, e sem prejuizo do que determina o art. 10 do decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas), a pesquisar turfa e seus similares em terrenos de sua propriedade denominados "Terra Vermelha", situados no terceiro (3º) districto de Barra do Jacú, no municipio do Espírito Santo, actual municipio de Victoria, no Estado do Espírito Santo..... 401
- N. 142 — **MARINHA** — Decreto de 16 de novembro de 1934 — Rectifica os arts. 98 e 100 do regulamento para as Capitâneas de Portos, approved pelo decreto n. 24.288, de 24 de maio de 1934. 403
- N. 143 — **VIACÃO E OBRAS PÚBLICAS** — Decreto de 16 de novembro de 1934 — Approva a revisão do projecto e organimento do trecho inferior comprehendido entre as estacas 352 e 720 + 10 variante do rio Jacob da estrada de rodagem Santo Antonio a Therozopolis, no Estado do Rio de Janeiro..... 403
- N. 144 — **VIACÃO E OBRAS PÚBLICAS** — Decreto de 16 de novembro de 1934 — Considera dispensados varios empregados para effeito de abono de dois mezes de vencimentos..... 404
- N. 145 — **VIACÃO E OBRAS PÚBLICAS** — Decreto de 16 de novembro de 1934 — Approva o projecto e organimento, na importância de 44:792\$343, relativos á construcção de um triangulo de reversão na linha de Sapucahy, da Rede Mineira de Viacão..... 405
- N. 146 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 19 de novembro de 1934 — Protoga, por mais sessenta dias, o prazo de que trata o art. 68 do decreto n. 24.776, de 14 de julho de 1934 ..... 406
- N. 147 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 20 de novembro de 1934 — Faz publica a adesão da Belgica á Convenção de Berna para a protecção das obras litterarias e artisticas, revista, pela ultima vez, em Roma em 1928..... 400

- N. 148 — AGRICULTURA — Decreto de 20 de novembro de 1934 — Autoriza os cidadãos brasileiros Godofredo Leite Fiusa e Manoel Ignacio Bastos, por si ou sociedade que organizarem, a pesquisar ouro alluvionar em toda a extensão dos leitos e margens devolutas dos correços "Novo" e "Fumaça", afluentes da margem esquerda do rio Hapicurú-assú, e "Payáyá" e "Cannavieiras", afluentes da margem direita do mesmo rio Hapicurú-assú, e também no leito e margens devolutas de dous (2) pequenos ribeiros formadores do citado correço "Payáyá", e bem assim no leito e margens devolutas do rio Hapicurú-assú, em uma extensão de cerca de setenta e cinco (75) kilometros, rio abaixo, a partir da ponte da E. F. Este Brasileiro sobre o citado rio (Km. 501+200 ms.), até o desague no rio Hapicurú-mirim, correços e trecho de rio estes situados nos municípios de Campo Formoso, Saude e Queimados, no Estado da Bahia..... 407
- N. 149 — AGRICULTURA — Decreto de 20 de novembro de 1934 — Autoriza o cidadão brasileiro José Isaac Mendel, sem prejuizo do que determina o art. 10 do decreto n. 24.632, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas), a pesquisar ouro em terras de sua propriedade, em uma área de oitenta (80) alqueires, sitas á fazenda denominada "Osso d'Anta", nas margens do arroio do mesmo nome, situada a dita fazenda no município de São José dos Pinhaes, no Estado do Paraná.... 409
- N. 150 — Não foi publicado..... 411
- N. 151 — Não foi publicado..... 411
- N. 152 — AGRICULTURA — Decreto de 20 de novembro de 1934 — Proroga por seis (6) mezes, isto é, até cinco (5) de junho de 1935, o prazo concedido a Constantino Badesco Dutza, de que trata o n. III do art. 4º do decreto n. 23.558, de 5 de dezembro de 1933, prazo este a expirar-se em 5 de dezembro do corrente anno..... 411
- N. 153 — AGRICULTURA — Decreto de 20 de novembro de 1934 — Proroga por sessenta (60) dias, isto é, até 14 de dezembro de 1934, o prazo concedido a Jayr P. S. Porto e Benjamin F. S. Barradas, pelo decreto n. 23.183, de 5 de outubro de 1933, e publicado no "Diario Official" de 4º de abril de 1934..... 412
- N. 154 — AGRICULTURA — Decreto de 20 de novembro de 1934 — Autoriza o cidadão brasileiro Roberto Muller, por si ou sociedade que organizar, a pes-

## Página

quisar ouro no leito do rio Itajahy-mirim e no do ribeirão do Ouro, numa extensão total de dez (10) kilometros, sendo cinco (5) kilometros no leito do rio Itajahy-mirim, rio abaixo, a partir de sua confluencia com o ribeirão do Ouro, seu afluente, e cinco (5) kilometros no leito do ribeirão do Ouro, rio acima, a partir tambem de sua desembocadura no citado rio Itajahy-mirim, trechos esses situados no lugar denominado "Ribeirão do Ouro", no districto de Porto Franco, municipio de Brusque, Estado de Santa Catharina .....	442
N. 155 — AGRICULTURA — Decreto de 20 de novembro de 1934 — Autoriza os cidadãos brasileiros Godofredo Leite Fiusa e Manoel Ignacio Bastos, sem prejuizo do que determina o art. 10 do decreto n. 21.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas), a pesquisarem ouro em terrenos pertencentes ao Estado da Bahia, situados nos logares denominados Itinga, Fumaça, Paciencia, Pindobassú e Milagres, no municipio de Campo Formoso, no referido Estado.....	444
N. 156 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de novembro de 1934 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 53:871\$000, para attender ao pagamento de differença de subsidio do Presidente da Republica .....	447
N. 157 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 22 de novembro de 1934 — Concede inspecção preliminar aos Cursos de Letras com o complemento de formação pedagogica á licença cultural do Instituto Superior de Pedagogia, Sciencias e Letras da capital do Estado de São Paulo .....	447
N. 158 — Não foi publicado .....	448
N. 159 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 22 de novembro de 1934 — Concede a "Metropole" Companhia Nacional de Seguros Geraes, autorização para funcionar e approva os seus estatutos.....	448
N. 160 — GUERRA — Decreto de 22 de novembro de 1934 — Uniformes complementares ao Plano a que se referem os decretos ns. 20.754, de 4 de dezembro de 1931, e 22.817, de 12 de junho de 1933 .....	449



	Page.
N. 161 — GUERRA — Decreto de 30 de dezembro de 1934 — Approva em character provisório, o Regulamento para o Gabinete do ministro da Guerra .....	424
N. 162 — FAZENDA — Decreto de 30 de dezembro de 1934 — Approva a reforma dos estatutos do Centro Federal de Auxílios, sociedade civil de beneficência com séde no Districto Federal..	428
N. 163 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 10 de dezembro de 1934 — Concede auxílios nos 1º e 2º semestres de 1934, a varias instituições no Districto Federal .....	428
N. 164 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 10 de dezembro de 1934 — Concede auxílios nos 1º e 2º semestres de 1934 a instituições nos Estados do Ceará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Parahyba, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, S. Paulo, Santa Catharina, Rio Grande do Sul e Minas Geraes .....	429
N. 165 — MARINHA — Decreto de 20 de dezembro de 1934 — Rectifica o plano de uniformes dos officios commissarios da Marinha Mercante, approvedo pelo decreto n. 24.804, de 8 de setembro de 1932, e alterado pelo de n. 23.902, de 12 de outubro de 1932 .....	431
N. 166 — RELACÕES EXTERIORES — Decreto de 24 de dezembro de 1934 — Faz publica a adhesão do Governo cherifiano de Marrocos (zona franceza) á Convenção de Berna para a protecção das obras litterarias e artisticas, revista, pela ultima vez, em Roma, em 1928.....	432
N. 167 — RELACÕES EXTERIORES — Decreto de 24 de dezembro de 1934 — Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Republica Oriental do Uruguay, da Convenção Geral de Conciliação Inter-americana, assignada em Washington em 1929....	432
N. 168 — RELACÕES EXTERIORES — Decreto de 24 de dezembro de 1934 — Faz publica a adhesão do Governo da Hespanha, pela zona hespanhola do protectorado de Marrocos e colonias hespanholas, á Convenção de Berna, para a protecção das obras litterarias e artisticas, revista, pela ultima vez, em Roma em 1928 .....	432

	Pags.
N. 169 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 21 de dezembro de 1934 — Autoriza a Estrada de Ferro Maricá a adquirir 2 (dous) caminhões	433
N. 170 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 24 de dezembro de 1934 — Faz publica a adesão do Governo do Japão á Convenção da União de Paris para a protecção da propriedade industrial, assignada em Haya em 1925, com extensão á Coréa Formosa e Sakhalina do Sul...	434
N. 171 — EDUCAÇÃO E SAUDE PÚBLICA — Decreto de 24 de dezembro de 1934 — Concede auxílios no 2º semestre de 1934 a instituições nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Parahyba, Sergipe, Alagoas, Bahia, Espirito Santo, Rio de Janeiro e Districto Federal .....	438
N. 172 — EDUCAÇÃO E SAUDE PÚBLICA — Decreto de 24 de dezembro de 1934 — Concede auxílios no 2º semestre de 1934, a instituições nos Estados do Maranhão, Ceará, Pernambuco, Sergipe, Rio de Janeiro, Districto Federal, São Paulo, Paraná, Santa Catharina, Rio Grande do Sul, Minas Geraes, Goyaz e Matto Grosso..	439
N. 173 — EDUCAÇÃO E SAUDE PÚBLICA — Decreto de 24 de dezembro de 1934 — Concede auxílios no 2º semestre de 1934 a instituições nos Estados do Maranhão, Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro, Districto Federal, Paraná e Minas Geraes .....	443
N. 174 — EDUCAÇÃO E SAUDE PÚBLICA — Decreto de 24 de dezembro de 1934 — Concede o auxilio de 171:000\$000 ao Estado de Santa Catharina, para o serviço de nacionalização do ensino no 2º semestre deste anno.....	444
N. 175 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 24 de dezembro de 1934 — Approva novo projecto e respectivo orçamento para a construção de uma casa destinada á moradia do engenheiro residente em Cruz Alta, na linha de Santa Maria a Marcellino Ramos, da Rede de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul, e autoriza a mesma Rede a executar os serviços de rectificação da linha tronco, entre Barro e Gravatahy, com as modificações necessarias .....	445
N. 176 — FAZENDA — Decreto de 26 de dezembro de 1934 — Supprime o cargo de ajudante de porteiro do Alameda de Recife.....	446

	Pags.
N. 177 — AGRICULTURA — Decreto de 26 de dezembro de 1934 — Autoriza o cidadão brasileiro Antonio Lartigan Seabra, sem prejuizo do que determina o art. 10 do decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas), a pesquisar ouro e pedras preciosas no immoveel denominado "Sítio do Camargo", pertencente a Adriano Seabra e situado no districto de Iporanga, municipio e comarca de Apiaby, Estado de São Paulo.....	446
N. 178 — AGRICULTURA — Decreto de 26 de dezembro de 1934 — Autoriza o cidadão brasileiro Jonas Barcellos Corrêa, por si ou sociedade que organizar, a pesquisar ouro no leito do rio das Velhas, em uma extensão de vinte e cinco (25) kilometros, rio abaixo, a partir de sessenta (60) kilometros abaixo da ponte do Campinho, trecho de rio, este situado nos municipios de Santa Luzia e Sete Lagoas, no Estado de Minas Geraes .....	448
N. 179 — AGRICULTURA — Decreto de 26 de dezembro de 1934 — Autoriza o cidadão Decio Silviano Brandão, por si ou sociedade que organizar, a pesquisar ouro no leito do rio das Velhas, em uma extensão de vinte e cinco (25) kilometros, rio abaixo, a partir de um ponto localizado a cinco (5) kilometros abaixo da ponte de Jequetibá, trecho este situado no municipio de Sete Lagoas, Estado de Minas Geraes .....	450
N. 180 — AGRICULTURA — Decreto de 26 de dezembro de 1934 — Declara caducas varias autorizações concedidas para a celebração de contractos, com o Governo do Estado de Minas Geraes, de pesquisa e lavra de ouro em trechos diversos, do leito e margens devolutas do Rio das Velhas.....	452
N. 181 — AGRICULTURA — Decreto de 26 de dezembro de 1934 — Outorga ao cidadão brasileiro José Madureira Junior, ou á sociedade que organizar, concessão para o aproveitamento da energia hydraulica da Cachoeira do Jaó, existente no Rio Meia Ponte, municipio de Campinas, do Estado de Goyaz .....	453
N. 182 — AGRICULTURA — Decreto de 26 de dezembro de 1934 — Autoriza o cidadão brasileiro Benjamin Rondon, por si ou sociedade que organizar, a pesquisar ouro aluvionar no leito e margens devolutas do rio Sapucahy Grande,	

	numa extensão de cem (100) kilometros, rio acima, a partir da foz do rio Verde no mesmo rio Sapucahy Grande, ponto este situado no limite dos municípios de Tres Pontas, Paraguassú e Eloy Mendes, no Estado de Minas Geraes .....	455
N. 183	— TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 26 de dezembro de 1934 — Approva o regulamento do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Commerciantes .....	457
N. 184	— TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 26 de dezembro de 1934 — Concede a Sulzer Frères Societé, Anonyme, autorização para funcionar na Republica .....	503
N. 185	— TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 27 de dezembro de 1934 — Concede á Companhia Usina Cambahyba autorização para funcionar .....	504
N. 186	— VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de dezembro de 1934 — Approva o projecto e orçamento, na importância de 25:284\$, para a construção de um triangulo de reversão na estação de Sampaio Corrêa, na Estrada de Ferro Maricá.....	505
N. 187	— FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1934 — Proroga novamente por sessenta (60) dias, a contar de 31 de dezembro corrente, o prazo fixado no decreto n. 4, de 30 de julho de 1934 .....	505
N. 188	— FAZENDA — Decreto de 29 de dezembro de 1934 — Proroga, até 30 de junho de 1935, o prazo estabelecido no artigo 25, do decreto n. 23.938, de 28 de fevereiro de 1934.....	506
N. 189	— VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de dezembro de 1934 — Approva os projectos e orçamentos para execução de diversas obras na Rede de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul.....	506
N. 190	— JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1934 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito suplementar de 303:361\$100 para attender a diversas despesas da Camara dos Deputados, no exercicio de 1934 .....	507
N. 191	— EDUCACÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 31 de dezembro de 1934 — Concede	

	Pags.
auxílios no 2º semestre de 1934, a instituições, nos Estados do Maranhão, Parahyba, Bahia, Districto Federal e Minas Geraes.....	508
N. 492 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 31 de dezembro de 1934 — Concede auxílios nos 1º e 2º semestres de 1934, a instituições nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Parahyba, Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro, Districto Federal, São Paulo, Santa Catharina, Rio Grande do Sul, Minas Geraes, Goyaz e Mato Grosso.....	510
N. 493 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1934 — Prorroga novamente por 90 (noventa) dias o prazo para estampilhamento das mercadorias em stock.....	512
N. 494 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1934 — Faz publica a adesão do Governo do Equador á Convenção Internacional do Opio e respectivo Protocollo, firmados em Genebra em 1925.....	512
N. 495 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1934 — Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Colombia, da Convenção internacional para a suppressão do trafico de mulheres e crianças, firmada em Genebra em 1921.....	513
N. 496 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1934 — Promulga a denuncia do accôrdo relativo ao registro internacional das marcas de fabrica ou de commercio, assignado em Madrid, a 14 de abril de 1891, e revisto, pela ultima vez, na Haya, a 6 de novembro de 1925.....	514
N. 497 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1934 — Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Colombia, da Convenção Internacional para a repressão da circulação e do trafico das publicações obscenas, firmada em Genebra em 1923.....	515
N. 498 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1934 — Approva a reforma dos estatutos do "The National City Bank of New York, estabelecimento bancario nesta Capital.....	516
N. 499 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1934 — Approva os estatutos da Sociedade Beneficente dos Empreendedores Federaes do Rio	

Page.

Grande do Sul e concede-lhe autorização para operar com seus associados, com a garantia de consignação em folha.....	
N. 200 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1934 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 65:806\$500, para occorrer ao pagamento dos vencimentos mensaes do procurador geral da Republica e do procurador geral do Districto Federal, durante o anno de 1934 .....	517
N. 201 — AGRICULTURA — Decreto de 31 dezembro de 1934 — Delega competencia ao Estado de São Paulo, pelo seu respectivo serviço, para executar, no territorio do Estado, o Código de Caça e Pesca.....	518
N. 202 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 31 de dezembro de 1934 — Altera a denominação do hospital, a que se refere o decreto n. 19.923, de 27 de abril de 1934.....	519
N. 203 — GUERRA — Decreto de 31 de dezembro de 1934 — Approva o Regulamento do Departamento do Pessoal do Exército.....	519
N. 204 — GUERRA — Decreto de 31 de dezembro de 1934 — Approva o Regulamento para o Serviço de Fundos do Exército.....	581
N. 205 — GUERRA — Decreto de 31 de dezembro de 1934 — Approva o regulamento do Gabinete Photocartographico do Estado-Maior do Exército .....	582
N. 206 — GUERRA — Decreto de 31 de dezembro de 1934 — Approva o regulamento da Imprensa do Estado-Maior do Exército.....	588

## APPENDICE

N. 21.171 — Guerra — Decreto de 17 de março de 1932 — Approva o plano de uniformes para os Collegios Militares .....	599
N. 23.362 — GUERRA — Decreto de 21 de outubro de 1933 — Cria o estandarte distinctivo dos Collegios Militares e dá outras providências.....	599

---

# ACTOS DO PODER EXECUTIVO

---

## 1934

DECRETO N. 1 — DE 25 DE JULHO DE 1934

*Approva os novos estatutos da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres "Providente", com séde nesta Capital*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres "Providente", com séde nesta Capital, autorizada a funcionar pelo decreto n. 5.027, de 24 de julho de 1872, e carta-patente n. 7, de 12 de junho de 1902, resolve approvar os seus novos estatutos, adoptados pela assembléa geral extraordinaria dos respectivos accionistas realizada a 25 de janeiro de 1934, e nos quaes se incluye a substituição do seu nome pelo de Companhia de Seguros "Providente", continuando a mesma companhia sujeita integralmente ás leis e regulamentos vigentes ou que vierem a vigorar sobre o objecto de sua autorização.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Joaquim Pedro Salgado Filho.*

---

## DECRETO N. 2 — DE 25 DE JULHO DE 1934

*Concede á Sociedade Anonyma Industrias Reunidas F. Mattarazzo autorização para continuar a funcionar*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Sociedade Anonyma Industrias Reunidas F. Mattarazzo, com sede em São Paulo, Capital do Estado do mesmo nome, autorizada a funcionar pelos decretos ns. 8.812, de 5 de julho de 1911; 11.675, de 18 de agosto de 1915; 12.569, de 11 de julho de 1917; 12.835, de 12 de janeiro de 1918; 13.769, de 20 de setembro de 1919; 17.544, de 10 de novembro de 1926, e 18.568, de 22 de janeiro de 1929, decreta:

Artigo unico. E' concedida á Sociedade Anonyma Industrias Reunidas F. Mattarazzo autorização para continuar a funcionar, com as alterações introduzidas nos respectivos estatutos, em virtude das resoluções adoptadas pelos seus accionistas, nas assembléas geraes extraordinarias realizadas a 14 de outubro de 1933 e 21 de junho de 1934, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir todas as leis e regulamentos em vigor concernentes ao objecto da sua autorização.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Joaquim Pedro Salgado Filho.*

## DECRETO N. 3 — DE 25 DE JULHO DE 1934

*Concede á sociedade anonyma Empresa Brasileira Productos da Pesca autorização para funcionar*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a sociedade anonyma Empresa Brasileira Productos da Pesca, com sede em São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, decreta:

Artigo unico. E' concedida á sociedade anonyma Empresa Brasileira Productos da Pesca autorização para funcionar, com os estatutos que apresentou, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Joaquim Pedro Salgado Filho.*



## DECRETO N. 4 — DE 30 DE JULHO DE 1934

*Proroga por noventa (90) dias, a contar de 1 de agosto proximo, o prazo fixado pelo decreto n. 24.613, de 7 de julho de 1934*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 4, da Constituição, e

Considerando que o regulamento para a cobrança e fiscalização do imposto de sello, approved pelo decreto numero 24.501, de 29 de junho do corrente anno, foi publicado com incorrecções;

Considerando que alguns desses erros de publicação podem determinar possiveis interpretações, prejudicando dessa fórma a exacta applicação das regras consubstanciadas no regulamento approved, em detrimento da renda do imposto respectivo;

Considerando, ainda, as ponderosas razões apresentadas pelos interessados, por intermedio de suas associações de classe, quanto ás duvidas apontadas,

Decreta:

Artigo unico. Fica prorogado por noventa (90) dias, a contar de 1 de agosto proximo, o prazo fixado pelo decreto n. 24.613, de 7 de julho de 1934.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

## DECRETO N. 5 — DE 1 DE AGOSTO DE 1934

*Denomina — Regimento Andrade Neves — o Regimento Escola e dá outras providencias*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, considerando:

Que a Escola de Cavallaria, rendendo uma homenagem á memoria de um dos que mais concorreram para escrever as paginas gloriosas da nossa Historia militar, erigiu, a 24 de maio de 1930, em seu quartel um busto ao general José Joaquim de Andrade Neves, barão do Triunpho;

Que á disposição dessa Escola existe uma Unidade destinada á pratica dos officiaes da arma de cavallaria e á confirmação dos novos aspirantes a official;

Que dar a essa Unidade, por patrono, esse illustre cabo de guerra é pô-la sob a egide do *mais bravo dos bravos*;

Decreta, usando das attribuições que lhe confere a Constituição:

Art. 1.º Denominar-se-á — Regimento Andrade Neves — o Regimento Escola, da organização approvada pelo decreto n. 24.287, de 24 de maio de 1934.

Art. 2.º O Regimento Andrade Neves terá um estandarte distinctivo desta unidade.

Art. 3.º O Ministro de Estado da Guerra baixará instruções para regular a execução deste decreto.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1934, 113.ª da Independencia e 46.ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

P. Góes Monteiro.

---

#### DECRETO N. 6 — DE 3 DE AGOSTO DE 1934

*Decreta luto nacional por tres dias, pelo fallecimento do Marechal de Campo PAULUS VON BENECKENDORFF UND VON HINDENBURG, presidente da Republica Allemã.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Tendo recebido communicação official do fallecimento do Marechal de Campo PAULUS VON BENECKENDORFF UND VON HINDENBURG — Presidente da Republica Allemã, fallecimento occorrido em Berlim e que grande pesar causou á Nação Brasileira, resolve que lhe sejam tribuladas as honras fúnebres competentes e decreta luto nacional por tres dias, transmittindo-se telegraphicamente o texto do presente decreto aos Interventores Federaes nos Estados e no Districto Federal.

Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1934, 113.ª da Independencia e 46.ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Rêo.

---

## DECRETO N. 7 — DE 3 DE AGOSTO DE 1934

*Modifica a denominação do Conselho de Defesa Nacional e de seus órgãos componentes*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, para execução de que prescreve o art. 159 da Constituição, de 16 de julho de 1934, decreta:

Art. 1.º O Conselho de Defesa Nacional reorganizado pelo decreto-lei n. 23.873, de 15 de fevereiro de 1934, passa a denominar-se Conselho Superior de Segurança Nacional.

Art. 2.º Em consequencia dessa modificação, os órgãos especiaes creados pelo art. 3.º do referido decreto-lei n. 23.873, passam a ter as seguintes denominações:

Commissão de Estudo de Segurança Nacional;  
Secretaria Geral de Segurança Nacional;  
Secções de Segurança Nacional (uma em cada ministerio).

Art. 3.º A organização, o funcionamento e a competencia do Conselho Superior de Segurança Nacional continuarão regulados pelo decreto-lei n. 23.873, de 15 de fevereiro de 1934, até a promulgação da lei de que trata o § 2º do art. 159 da Constituição da Republica.

Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Protagenes Guimarães.*

*Góes Monteiro.*

*José Carlos de Macedo Soares.*

*A. de Souza Costa.*

*Marques dos Reis.*

*Odilon Braga.*

*Agamemnon Magalhães.*

*Gustavo Capanema.*

*Vicente Ráo.*

## DECRETO N. 8 — DE 3 DE AGOSTO DE 1934

*Approva o regulamento para applicação do que dispõe o decreto n. 24.768, de 14 de julho de 1934, e dá outras providencias.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que expoz o ministro da Viação e Obras Publicas e,

Considerando que a applicação do credito aberto pelo decreto n. 24.768, de 14 de julho do corrente anno, pode dar logar a duvidas de interpretação;

Considerando que as disposições contidas no art. 193 do regulamento approved pelo decreto n. 20.859, de 26 de dezembro de 1931, não podem ter execução immediata, por isso que a extensão e a complexidade da materia exigem um estudo calcado em dados concretos — que ainda não foi feito;

Considerando que esse estudo demanda o prazo de alguns mezes para o assentamento de bases que resultem de um trabalho definitivo;

Considerando que o decreto n. 24.768, de 14 de julho do corrente anno, prevê o caracter de emergencia que deve presidir á applicação do credito por elle aberto, tanto que estabelece no art. 2 que, enquanto não se proceder á revisão dos quadros, as vantagens de que trata o art. 1º do mesmo decreto serão concedidas a titulo de gratificação;

Decreta:

Art. 1.º Fica approved o regulamento que com este baixa, assignado pelo ministro da Viação e Obras Publicas, para applicação do credito de 4.000:000\$000 (quatro mil contos de réis) de que trata o decreto n. 24.768, de 14 de julho do corrente anno.

Art. 2.º As vantagens previstas pelo citado regulamento serão concedidas a titulo de gratificação provisoria, durante 5 mezes, a partir de 1 de agosto do corrente anno.

Paragrapho unico. Dentro desse prazo o Ministerio da Viação e Obras Publicas proporá ao Governo a melhor forma de dar cumprimento ao que dispõe o art. 193 do regulamento approved pelo decreto n. 20.859, de 26 de dezembro de 1931.

Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1934; 113ª da Independencia e 46ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

**Regulamento approved pelo decreto n. 8, de 3 de agosto de 1934**

Art. 1.º As gratificações provisórias a que se refere o decreto n. 24.768, de 14 de julho de 1934, serão abonadas de accôrdo com as tabellas annexas, observando-se para sua fixação as seguintes normas:

a) Os praticantes diplomados e diaristas com concurso serão grupados em duas categorias, sendo fixada em 15\$000 a diaria total dos que prestem os seus serviços em appa-

relhos "Baudot" ou "Radio" e em 12\$000 a dos que estejam servindo em aparelhos "Morse";

b) O mesmo criterio será adoptado para os diaristas em geral, mensageiros inclusive, que se achem em serviço effectivo de aparelhos, sendo arbitrada em 14\$000 a diaria total dos que trabalham em aparelhos "Baudot" ou "Radio" e em 10\$000 a dos que sirvam em aparelhos "Morse";

c) As gratificações para os mensageiros do serviço de entrega e outros que não os de aparelhos serão estabelecidas de modo a que as diarias resultantes obedeçam á seguinte escala ascendente: 5\$000, 7\$000, 9\$000, 11\$000, 12\$000, 13\$000 e 14\$000. Nenhuma gratificação attribuida a esses diaristas será inferior a 2\$000, nem superior a 3\$500 diários;

d) As gratificações dos guarda-fios e trabalhadores de linhas serão estabelecidas de modo a que as diarias resultantes fiquem aggrupadas em 8\$000, 10\$000 e 12\$000, sem que, entretanto, os augmentos sejam inferiores a 2\$000 ou superiores a 3\$500;

e) Os carteiros-auxiliares da Directoria Regional do Districto Federal e os serventes de 1ª classe com função effectiva no trafego postal de todas as Directorias Regionaes do Departamento terão gratificações correspondentes a 20% dos vencimentos que actualmente percebem;

f) Aos carteiros auxiliares da Directoria Regional de S. Paulo e das Directorias Regionaes de 1ª, 2ª, 3ª e 4ª classe, bem como os serventes de 2ª classe com função effectiva no trafego postal de todas as Directorias Regionaes, serão arbitradas gratificações correspondentes a 30% dos vencimentos que actualmente percebem;

g) A gratificação paga actualmente ao pessoal que serve no correio ambulante (officiaes, auxiliares, serventes e pernoites) será augmentada de 2\$000 diários.

Paragrapho unico. O augmento a que se refere a alínea precedente correrá por conta da sub-consignação n. 5 — consignação "Pessoal" — verba 2ª do orçamento do Ministerio da Viação e Obras Publicas para o corrente exercicio. Nas demais Directorias Regionaes em que houver o serviço de correios ambulantes, esse augmento correrá, sempre que fôr possivel, por conta da referida sub-consignação.

Art. 2º Terão direito ás gratificações provisórias de que trata o artigo anterior, os seguintes funcionarios:

a) telegraphistas de 1ª a 5ª classe com função no trafego telegraphico ou nos serviços mais directamente a elle ligados;

b) diaristas diversos, com ou sem concurso, em serviço de aparelhos telegraphicos, telephonicos, radiotelegraphicos ou de machinas em salas de aparelhos;

c) mensageiros e serventes de linhas e estações;

d) telegraphistas da rede telephonica e tubistas da rede pneumatica da Capital Federal;

e) guarda-fios diaristas e trabalhadores de linhas telephonicas;

f) funcionarios do Correio ambulante das diversas Directorias Regionaes;

- g) serventes com função effectiva no tráfego postal;
- h) carteiros-auxiliares;
- i) auxiliares interinos (pro-rata) e diaristas com função effectiva no tráfego postal;
- j) operarios e aprendizes das officinas.

Art. 3.º Não terão direito a percepção de augmento:

- a) telegraphistas-chefes, por isso que as suas funções no tráfego já lhe dão direito a gratificações regulamentares
- b) telegraphistas de outras classes no desempenho de cargo em comissão, com gratificação já consignada no regulamento, excepção feita para os que servem em Directorias Regionaes de 3.ª e 4.ª classe;
- c) telegraphistas de 1.ª a 4.ª classe que estejam servindo em agencia ou estação de categoria inferior á sua classe;
- d) guarda-fios diaristas ou trabalhadores, com diarias entre 8\$000 e 12\$000, que estejam servindo no encargo de trecho de linha entre localidades de vida relativamente barata, bem como aquelles que, já percebendo as referidas diarias, tenham a seu cargo trechos de apenas um ou dois conductores, sejam estes de circuito ou de ramal; ;
- e) telegraphistas de qualquer classe ou diaristas em serviço de escriptorio, sujeitos a horarios burocraticos, sem obrigação de trabalho aos domingos e feriados;
- f) telegraphistas cujas condições de saude não permitam um serviço activo em aparelho e deixem, assim, de apresentar rendimento apreciavel;

Art. 4.º As duvidas que forem suscitadas na applicação do presente regulamento serão resolvidas pelo ministro da Viação e Obras Publicas. — *Marques dos Reis.*

#### DECRETO N. 9 — DE 3 DE AGOSTO DE 1934

*Approva projectos e orçamentos na importancia de réis 29.900:000\$000 de obras complementares do porto de Recife*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu o Estado de Pernambuco e ás informações prestadas,

Decreta:

Art. 1.º Ficam approvados os projectos e orçamentos que com este baixam rubricados pelo director geral de expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, apresentados pelo Estado de Pernambuco, de accôrdo com o disposto na clausula II do seu contracto lavrado em 16 de novembro de 1933, para a construcção e exploração do porto de Recife, no total de 29.900:000\$000 (vinte e nove mil e novecentos contos de réis) para as obras e melhoramentos do mesmo porto com as modificações indicadas pelo Departa-

mento Nacional de Portos e Navegação, bem como as tabellas de preços e as respectivas composições que acompanham os referidos orçamentos e serviram de base aos mesmos.

Art. 2.º Fica autorizado o Estado de Pernambuco a proseguir o caes de 10 metros com as economias realizadas no orçamento total e a alienar o aparelhamento de transbordar carvão, já adquirido, empregando a quantia apurada em obras que se enquadrem no plano geral de ampliação do porto, mediante previa approvação dos projectos e orçamentos pelo Departamento Nacional de Portos e Navegação.

Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1934, 113.º da Independencia e 46.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

DECRETO N. 10 — DE 6 DE AGOSTO DE 1934 (\*)

*Concede auxilios no 1.º semestre de 1934 a instituições nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Bahia, Espirito Santo, Districto Federal, S. Paulo, Paraná, Santa Catharina, Rio Grande do Sul e Minas Geraes.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, na conformidade do disposto no art. 24 do decreto n. 20.351, de 31 de agosto de 1931, conceder os seguintes auxilios, relativos ao 1.º semestre de 1934, a instituições dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Bahia, Espirito Santo, Districto Federal, S. Paulo, Paraná, Santa Catharina, Rio Grande do Sul e Minas Geraes, abaixo indicadas:

Instituto de Letras e Officios "Gomes de Souza — Coroatá, Maranhão .....	1:500\$000
União Artistica Operaria Florianense — Florianiano, Piauí .....	1:000\$000
Collegio N. S. Auxiliadora — Baturité, Ceará.	9:000\$000
Faculdade de Medicina de Recife — Recife, Pernambuco . . . . .	25:000\$000

---

(\*) Decreto n. 10, de 6 de agosto de 1934. — Rectificação publicada no *Diario Official* de 11 de setembro de 1934:

Onde se lê "Collegio N. S. Auxiliadora — Baturité — Ceará — 9:000\$000, leia-se "Collegio N. S. Auxiliadora — Baturité — Ceará — (differença) 9:000\$000.

Instituto Historico e Geographico de Sergipe — Aracajú, Sergipe (destinado á construcção de sua séde) . . . . .	39:000\$000
Hospital de Cirurgia — Aracajú, Sergipe . . . . .	10:000\$000
Casa do Pobre — Maceió, Alagoas . . . . .	1:000\$000
Hospital N. S. da Piedade — Bomfim, Bahia . . . . .	5:000\$000
Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia — Salvador, Bahia . . . . .	2:500\$000
Irmandade da Santa Casa de Misericordia — Valença, Bahia . . . . .	1:000\$000
Lycen de Artes e Officios — Salvador, Bahia . . . . .	10:000\$000
Liga Bahiana Contra a Mortalidade Infantil — Salvador, Bahia . . . . .	2:500\$000
Santa Casa de Misericordia — Maragogipe, Ba- hia . . . . .	1:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Joazeiro, Bahia . . . . .	3:000\$000
Orphanato Jesus Christo Rei — Victoria, Espi- rito Santo . . . . .	2:000\$000
Academia Carioca de Letras — Districto Fe- deral . . . . .	500\$000
Santa Casa de Misericordia — Campinas, São Paulo . . . . .	15:000\$000
Escola Agronomica do Paraná — Curitiba, Pa- raná . . . . .	35:000\$000
Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco da Penitencia e Hospital de Caridade — São Francisco do Sul, Santa Catharina . . . . .	2:500\$000
Asylo de Orphãs Nossa Senhora da Conceição — Pelotas, Rio Grande do Sul . . . . .	10:000\$000
Casa de Caridade — Pará de Minas, Minas Ge- raes . . . . .	1:500\$000
Total . . . . .	<u>169:000\$000</u>

Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

#### DECRETO N. 11 — DE 6 DE AGOSTO DE 1934

*Concede auxilios no 2º semestre de 1933 a instituições nos Estados de Alagoas, Espirito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Geraes.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, na conformidade do disposto no art. 24 do decreto n. 20.351, de 31 de agosto de 1934 e art. 1.º do decreto n. 23.074, de 14 de agosto de 1933, conceder os seguintes



auxílios relativos ao 2º semestre de 1933, a instituições nos Estados de Alagoas, Espirito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Geraes, abaixo indicados:

Asylo Nossa Senhora do Bom Conselho — Maceió — Alagoas. . . . .	3:000\$000
Asylo Deus, Christo e Caridade — Cachoeira de Itapemerim — Espirito Santo. . . . .	2:500\$000
Asylo Furquim — Vassouras — Rio de Janeiro. . . . .	2:000\$000
Casa de Caridade de Parahyba do Sul — Parahyba do Sul — Rio de Janeiro. . . . .	3:000\$000
Santa Casa de Misericórdia São José — Cachoeira — São Paulo. . . . .	3:000\$000
Santa Casa de Caridade — Uruguayana — Rio Grande do Sul. . . . .	10:000\$000
Santa Casa de Misericórdia — Santa Rita de Jacutinga — Minas Geraes. . . . .	2:000\$000
<b>Total. . . . .</b>	<b>25:500\$000</b>

Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1934, 113º da Independência e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

#### DECRETO N. 12 — DE 7 DE AGOSTO DE 1934

*Publica o deposito de instrumento de ratificação, pelo Governo Britannico, da Convenção relativa á circulação de automoveis aos territorios da Basutolandia, do Protetorado do Bechuanalandia e da Swazilandia.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico .ter o Governo Britannico tornado extensiva a Convenção internacional relativa á circulação de automoveis, firmada em Paris, a 24 de abril de 1926, aos territorios da Basutolandia e Swazilandia e ao Protetorado de Bechuanalandia, segundo communicou o Governo francez á Embaixada do Brasil em Paris.

Rio de Janeiro, em 7 de agosto de 1934, 113º da Independência e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

## DECRETO N. 13 — DE 7 de AGOSTO DE 1934

*Publica a adesão do Estado livre da Irlanda á Convenção internacional relativa á repressão do trafico de brancas, Paris, 1910.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adesão do Estado livre da Irlanda á Convenção internacional relativa a repressão do trafico de mulheres brancas, firmada em Paris, a 4 de maio de 1910, bem como ao Accôrdo para a repressão do trafico de mulheres brancas, firmado tambem em Paris, a 18 de maio de 1904, segundo informou ao Ministerio das Relações Exteriores a Embaixada de França nesta Capital.

Rio de Janeiro, em 7 de agosto de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

## DECRETO N. 14 — DE 7 DE AGOSTO DE 1934

*Publica o deposito do instrumento de ratificação, pela Turquia, da Convenção relativa á Circulação de automoveis, Paris, 1926.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito do instrumento de ratificação, pela Turquia, da Convenção internacional relativa á circulação de automoveis, firmada em Paris, a 24 de abril de 1926, segundo communicou o Governo francez á Embaixada do Brasil em Paris.

Rio de Janeiro, em 7 de agosto de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

## DECRETO N. 15 — DE 8 DE AGOSTO DE 1934

*Approva a reforma dos estatutos da "Beneficencia dos Funcionarios do Ministerio da Fazenda no Estado do Paraná" e concede-lhe autorização para transigir com seus associados com a garantia de consignação em folha*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a "Beneficencia dos Funcionarios do Ministerio da Fazenda no Estado do Paraná", associação civil de classe e beneficencia, com sede em Curitiba, capital do Estado do Paraná, resolve approvar a reforma dos estatutos da mesma sociedade, que a este acompanham, effectuada em assembléas geraes extraordinarias realizadas em 15 de janeiro e 6 de abril do corrente anno, e, bem assim, conceder-lhe autorização para transigir com seus associados com a garantia de consignação em folha de pagamento, na fórma do decreto numero 21.576, de 27 de junho de 1932.

Rio de Janeiro, 8 de agosto de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

## DECRETO N. 16 — DE 10 DE AGOSTO DE 1934

*Concede á Companhia Productos Pilar S. A. autorização para funcionar*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Companhia Productos Pilar S. A., com sede na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, decreta:

Artigo unico. É concedida á Companhia Productos Pilar S. A., autorização para funcionar, com os estatutos que apresentou, ficando a mesma obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães*

---

## DECRETO N. 17 — NÃO FOI PUBLICADO

## DECRETO N. 18 — DE 16 DE AGOSTO DE 1934

*Fixa os limites de idade para admissão dos candidatos á matricula no primeiro anno do Curso Prévio da Escola Naval, e dá outras providencias*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, decreta:

Art. 1.º Os limites de idade para admissão dos candidatos á matricula no primeiro anno do Curso Prévio da Escola Naval, em 1935, serão os mesmos que eram estipulados pelo decreto n. 19.877, de 16 de abril de 1931.

Art. 2.º A esses candidatos será dispensada a exigencia do n. 5 e suas alíneas do art. 7.º do decreto n. 24.633, de 10 de julho do corrente anno, devendo os mesmos, no entanto, submeter-se a um concurso de admissão que constará de provas escriptas de portuguez, mathematica, geographia geral e chorographia do Brasil.

Art. 3.º A classificação no concurso de que trata o artigo anterior, bem como o preenchimento das vagas existentes, far-se-hão na conformidade do que preceituam o parágrafo unico do art. 10 e arts. 12, 13 e 14 do decreto n. 24.633, de 10 de julho do corrente anno.

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1934, 113.º da Independencia e 46.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Protonogenes Pereira Guimarães.*

## DECRETO N. 19 — DE 16 DE AGOSTO DE 1934

*Dá nova redação á lettra "a" do art. 1.º do decreto n. 24.684, de 12 de julho de 1934, que creou o estandarte do Corpo de Alunos da Escola Naval*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que lhe expoz o ministro de Estado dos Negocios da Marinha, decreta:

Art. 1.º A lettra "a" do art. 1.º do decreto n. 24.684, do

12 de julho ultimo, que creou o estandarte do Corpo de Alumnos da Escola Naval, passa a ter a seguinte redacção:

Art. 1º, a) O estandarte, conforme modelo annexo, será um quadrilátero de 1m,10 por 0m,80, em campo azul anil, tendo, na diagonal, junto á tralha, uma ancora bordada, ficando no campo de seu seguimento, também bordadas em sentido diagonal, as cinco (5) estrellas do Cruzeiro, e ao canto inferior, esquerdo as duas (2) letras E. N., distinctas e ligadas.

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1934, 113º da Independencia  
16º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Protonogenes Pereira Guimarães.*

---

DECRETO N. 20 — DE 17 DE AGOSTO DE 1934 (\*)

*Approva os projectos e orçamentos de diversas obras e aquisição e montagem de tres quindastes, pela Rêde de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu o Estado do Rio Grande do Sul, e de accordo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados os projectos e orçamentos, nas importancias em seguida discriminadas, os quaes a este acompanham, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, referentes á execução de obras e aquisição de material pela Rêde de Viação Ferrea Federal arrendada ao referido Estado, conforme relação abaixo:

a —	Augmento do armazem de mercadorias da estação de Pelotas, no km. 547 + 900 da linha de Cacequy a Rio Grande..	126:121\$072
b —	Construção de uma casa para moradia do ajudante de reparador de bombas em Cruz Alta, no km. 158 + 571 da linha de Santa Maria a Marcellino Ramos . . . . .	19:039\$817

---

(\*) Decreto n. 20, de 17 de agosto de 1934. — Rectificação publicada no *Diario Official* de 14 de setembro de 1934:

Onde se lê, na 10ª linha, do § 1º, "determina a clausula I...", leia-se: "determinam a clausula I..."

Onde se lê, na 11ª linha do mesmo paragrapho, "decreto n. 28.551", leia-se "decreto n. 18.551".

Onde se lê, na 5ª linha do § 2º, "alincas b, c, d e e", leia-se, "alincas b, c, d e e".

---

<i>c</i> — Construcção de uma casa para moradia do armazenista do almoxarifado da estação de Passo Fundo, no km. 355 + 450 da linha de Santa Maria a Marcellino Ramos .....	18:677\$688
<i>d</i> — Construcção de uma casa para moradia do guarda-chaves da estação de São Bento, no km. 283 + 263 da linha de Santa Maria a Marcellino Ramos ....	29:025\$100
<i>e</i> — Construcção de uma casa para moradia do guarda-chaves da estação de Navegantes, no km. 337 + 025 da linha de Santa Maria a Porto Alegre .....	13:187\$821
<i>f</i> — Construcção de um deposito de óleo erú, na installação hydraulica do km. 2 + 650 da linha de Santa Maria a Marcellino Ramos .....	7:896\$890
<i>g</i> — Installação, já executada, de uma linha telephonica ligando os edificios das firmas Frederico Wentz & Comp. e Ely, na cidade de Porto Alegre, nos quaes funcionam diversas dependencias da rede .....	16:144\$600
<i>h</i> — Aquisição e montagem, já effectuadas, de tres guindastes a vapor, para o transbordo de carvão, na ponte de Gravatahy e nas estações de Couto e Santa Maria, sendo um em cada um desses pontos, orgados os tres aparelhos em .....	337:1528930

§ 1.º As despesas que forem realmente effectuadas e apuradas em regular tomada de contas, até o maximo de cada um dos orgamentos ora approvados, serão assim escripturadas:

Na conta de custeio, as relativas á installação de que trata a alinea *g*, de conformidade com o disposto na clausula III, n. II, alinea *c* do contracto de arrendamento autorizado pelo decreto n. 15.438, de 10 de abril de 1922;

Na conta do "Fundo de melhoramentos", as referentes ás demais obras e aquisição de material, de accordo com o que determina a clausula I e o item 2º da clausula II do termo decorrente do decreto n. 28.551, de 31 de dezembro de 1928, que modificou o referido contracto.

§ 2.º Ficam fixados os seguintes prazos para a conclusão das obras, todos a contar da data em que a rede fór notificada do presente decreto:

Sete mezes para as da alinea *a*;

Dois mezes para as das alíneas *b*, *c*, *d* e *e*;

Um mez para as da alinea *f*.

Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.  
Marques dos Reis.

## DECRETO N. 21 — DE 23 DE AGOSTO DE 1934

*Approva e manda executar o Regulamento para a concessão da Ordem do Merito Naval*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve, de conformidade com a art. 3º do decreto numero 24.659, de 11 de junho de 1934, approvar e mandar executar o Regulamento para a concessão da Ordem do Merito Naval, que a este acompanha, assignado pelo vice-almirante Protogenes Pereira Guimarães, Ministro de Estado dos Negocios da Marinha.

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1934, 113ª da Independencia e 46ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Protogenes Pereira Guimarães.*

**Regulamento da Ordem do Merito Naval a que se refere  
o decreto n. 21, de 23 de agosto de 1934**

**I — FINALIDADE E GRÃOS DA ORDEM**

Art. 1.º A Ordem do Merito Naval, creada pelo decreto n. 24.659, de 11 de julho de 1934, afim de premiar os militares da Armada Nacional que se tiverem distinguido no exercicio de sua profissão, os das Marinhass de Guerra estrangeiras que houverem prestado assignalados serviços ao Brasil, e, excepcionalmente, aos civis por serviços relevantes prestados á Marinha de Guerra Brasileira, constará de cinco grãos, assim determinados:

- 1º — Gran Cruz;
- 2º — Grande Official;
- 3º — Commendador;
- 4º — Official; e
- 5º — Cavalleiro.

Art. 2.º A insignia da Ordem será a dos desenhos annexos e terá no anverso a effigie da Republica, rodeada de um circulo de esmalte azul, no qual serão gravadas as palavras — Merito Naval —, e, no reverso,, em identico circulo, as palavras — Republica dos Estados Unidos do Brasil. A fita será de gorgorão de seda vermelha, chamalotada, com uma lista azul claro no centro.

Paragrapho unico. As insignias da Ordem serão usadas com os 1º e 2º uniformes; com os demais uniformes, serão usadas as barretas.

## II — ORGÃOS DE DIRECÇÃO — FUNCIONAMENTO E ATRIBUIÇÕES

Art. 3.º A Ordem do Merito Naval será dirigida por um conselho, composto dos seguintes membros: o ministro da Marinha, como presidente effectivo; o ministro das Relações Exteriores, como presidente honorario; o chefe do Estado Maior da Armada, como vice-presidente, e os dous officiaes da Ordem, de maior graduação militar, mais modernos, porém, do que o chefe do Estado Maior da Armada.

§ 1.º Enquanto não fôr concedida a Ordem do Merito Naval, os dous officiaes de que trata este artigo, serão nomeados pelo Ministro da Marinha, devendo essa nomeação recahir sobre officiaes superiores da Armada.

§ 2.º O Secretario do Conselho de Ordem será o Chefe do Gabinete do Ministro da Marinha.

Art. 4.º Incumbe ao Conselho da Ordem:

a) estudar as propostas que lhe forem apresentadas, approvando-as ou recusando-as;

b) zelar pela execução deste regulamento;

c) tomar as providencias que julgar indispensaveis ao fiel desempenho das suas attribuições;

d) zelar pelo bom nome da Ordem, propondo ao Chefe de Estado, por intermedio do Ministro da Marinha, a suspensão do direito ao uso da insignia, ou a exclusão da Ordem, sempre que o agraciado praticar actos incompativeis com o pun-donor militar ou outro que incida em qualquer dos dispositivos do art. 19.

Art. 5.º Incumbe ao Secretario:

a) providenciar sobre os avisos para as reuniões do Conselho;

b) organizar a correspondencia;

c) lavrar as actas das sessões;

d) rubricar o livro de Registro da Ordem e conservá-lo em dia;

e) communicar, por escripto, ao secretario do Conselho da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul o nome dos estrangeiros agraciados com a Ordem do Merito Naval e respectivos grãos;

f) cuidar do archivo da Ordem, que ficará anexo ao Ministerio da Marinha.

Art. 6.º O Conselho da Ordem do Merito Naval, cuja sede é no Ministerio da Marinha, reunir-se-á na primeira semana de cada trimestre sob a presidencia do Ministro da Marinha, quando presente, ou do Chefe do Estado Maior da Armada.

## III — ADMISSÃO E PROMOÇÃO NA ORDEM

Art. 7.º A admissão na Ordem do Merito Naval será feita nos graus correspondentes á graduação militar do agraciado, e somente em casos excepcionaes poderá ser concedida em grau superior e isto devidamente justificado.



§ 1.º Esses graus serão os seguintes:

- 1.º — Gran Cruz — Almirante.
- 2.º — Grande Official — Official general.
- 3.º — Commendador — Official superior.
- 4.º — Official — Capitão-tenente.
- 5.º — Cavalheiro — Primeiro-tenente.

§ 2.º Ninguém poderá receber um grau superior sem que possua o immediatamente inferior, salvo no caso de admissão.

§ 3.º Para ser promovido ao gráu immediato, torna-se preciso que o agraciado tenha dous annos, pelo menos, no gráu inferior e se recomende por novos e assignalados serviços. É dispensada, porém, a exigência de interstício de dous annos para os que se tenham distinguido por actos de comprovada bravura ou posteriores serviços de igual relevancia.

§ 4.º Os officiaes estrangeiros receberão os graus da Ordem correspondentes á sua graduação militar, de accordo com o criterio estabelecido no § 1.º deste artigo.

Art. 8.º As nomeações ou promoções serão feitas pelo Presidente da Republica, Grão Mestre da Ordem do Merito Naval, mediante proposta do Conselho que poderá ser acceita ou não.

§ 1.º As propostas deverão consignar expressamente os serviços prestados pelos candidatos.

§ 2.º O preenchimento das vagas nos differentes graus da Ordem será feito metade por promoção e metade por admissão.

§ 3.º No caso de não haver proposta para promoção, a vaga que então a esta deveria caber será aproveitada para admissão, sendo nesse caso a quota seguinte destinada a promoção, obedecendo-se ao criterio estabelecido.

Art. 9.º Tanto as propostas de promoção como de admissão na Ordem serão apresentadas ao Conselho por intermedio das seguintes autoridades:

- a) Grão Mestre da Ordem;
- b) Membros do Conselho;
- c) Almirantado.

§ 1.º As propostas deverão conter o nome do candidato, sua nacionalidade, data de nascimento, profissão, dados biographicos, listas dos serviços prestados á Nação ou á Marinha Brasileira, particularmente daquelles que motivaram a proposta, e o nome do proponente.

§ 2.º O Conselho da Ordem organizará e fará publicar opportunamente os modelos das "folhas de proposta de admissão e promoção", bem como as instrucções para enchel-as.

§ 3.º As autoridades acima referidas deverão enviar ao Conselho as propostas de promoção nos mezes de janeiro e junho e as de admissão em qualquer época do anno.

Art. 10. As propostas de admissão e accesso na Ordem, além das exigencias e condições estabelecidas neste regulamento, dependem do parecer favoravel do Conselho.

**Art. 11.** Para ser admittido na Ordem do Merito Naval, é indispensavel que o candidato proposto satisfaça as condições seguintes:

a) tenha pelo menos 10 annos de bons e effectivos serviços no seio da Marinha;

b) tenha se distinguido no ambito de sua classe pelo seu valor pessoal e dedicação ao serviço;

c) tenha prestado serviços relevantes á Marinha ou á segurança nacional;

d) tenha praticado actos de sacrificio, abnegação ou bravura em operações de guerra.

Paragrapho unico. Sómente poderão ser propostos os candidatos que satisfizerem plenamente os requisitos dos itens a), b) e c), sendo preferidos á admissão na Ordem os que, além desses requisitos, possuirem os do item d).

**Art. 12.** A apreciação das condições estabelecidas no artigo anterior para a entrada na Ordem obedecerá aos seguintes preceitos:

**A — Tempo de serviço:**

No computo do tempo de serviço do candidato só será apurado o periodo de real serviço na Marinha, não sendo, assim, contados os periodos em que o candidato houver passado:

a) de alumno de estabelecimento de ensino;

b) de licença de favor, de tratamento de interesse e de saúde, ou em comissões civis, representação politica, etc.;

c) de comissões não definidas explicitamente nos regulamentos militares, bem como á disposição de autoridades sem declaração das funções que tenham de exercer, addidos aos corpos ou repartições, e em emprego de qualquer natureza extranho á Marinha;

d) de afastamento do exercicio de suas funções por effeito de queixa, representação, denuncia ou qualquer outro motivo.

**B — Valor pessoal e dedicação ao serviço:**

Estes requisitos serão apreciados através das applições demonstradas pelo candidato no desempenho dos encargos que lhe forem confiados, especialmente sob o ponto de vista:

a) do character;

b) da capacidade de acção;

c) da intelligencia;

d) da instrução e da cultura;

e) do espirito militar e da conducta militar e civil;

f) da capacidade de commando e de administrador.

**C — Serviços relevantes:**

São considerados como serviços relevantes aquelles em que o candidato se tenha distinguido de seus pares no cumprimento de seus deveres para com a Marinha ou para com a Nação, em casos excepçionaes, como um dos seguintes:

a) por occasiões de epidemias ou calamidade publica;

b) na salvagão de pessoal ou material de Marinha ou da Nação, quando em grave risco;

c) na manutenção da disciplina, das autoridades constituídas e das instituições em momento de commoção interna;

d) no invento de machinas,apparelhos, dispositivos, etc., de real proveito para a defesa nacional;

e) na introdução de melhoramentos e methodos que augmentem a effieciencia dos estabelecimentos em que servem;

f) na elaboração de memorias, estudos, monographias, obras e serviços de notavel valor e utilidade para a Marinha;

g) na actuação pessoal, em circumstancias excepcionaes, de que resultem a garantia de paz e tranquillidade publicas.

#### D — SERVIÇOS EM TEMPO DE GUERRA E EM CASOS SEMELHANTES

São capitulados nesta rubrica os serviços de excepcional relevancia prestados pelo candidato:

a) em momentos de salvação publica e outros semelhantes, por actos que revelem espirito de sacrificio, abnegação, heroismo ou risco da propria vida;

b) na debellação de motins e revollas em que se tenha portado com decisão firme, denodo, sangue frio, coragem ou bravura;

c) em operações de guerra, pelas citações de valor, iniciativa, gallardia, coragem, resistencia á fadiga, heroismo e bravura.

#### IV — DIPLOMAS E CONDECORAÇÕES

Art. 13. Publicado no *Diario Official* e no *Boletim do Ministerio da Marinha*, o decreto de nomeação ou promoção, o ministro da Marinha mandará expedir o competente diploma, por elle assignado, o qual será transcripto nos assentamentos do agraciado.

Art. 14. Os agraciados que estiverem no Rio de Janeiro e pertencerem ás duas primeiras classes, receberão as insignias das mãos do Chefe do Estado, e, nos demais casos, por intermedio do ministro da Marinha.

Paragrapho unico. Si o agraciado estiver ausente do Rio de Janeiro, ou residir no estrangeiro, a entrega da insignia se fará por intermedio da autoridade naval que o ministro da Marinha designar, ou pelos representantes diplomaticos do Brasil.

Art. 15. Nos actos exclusivos da Ordem e no ambito dos respectivos quadros, a precedencia dos civis á função dos graus que lhes tenham sido conferidos.

Art. 16. O Presidente da Republica e os membros do Conselho da Ordem do Merito Naval que não pertencerem ao quadro effectivo da Ordem, enquanto occuparem essas funções, terão direito ao uso das insignias da Ordem, de accordo com a seguinte classificação: Gran Cruz — o Chefe do Estado; Grande Official — os dois ministros de Estado e o chefe do Estado Maior da Armada; e Commendador — os demais membros.

Art. 17. O Conselho da Ordem fará registrar em livro especial, destinado a esse fim, o nome de cada um dos con-

decorados, a classe e grau da insignia conferida, bem como os respectivos dados biographicos.

Art. 18. Os graduados brasileiros, quando promovidos, deverão restituir ao Conselho da Ordem as insignias de grau anterior.

#### V — EXCLUSÃO DA ORDEM

Art. 19. Serão excluidos da Ordem:

a) os condecorados nacionaes que, nos termos do artigo 107 da Constituição, perderem a nacionalidade;

b) os que forem condemnados em qualquer fôro por crime de natureza politica, militar ou commum;

c) os que commetterem faltas capituladas no Regulamento Disciplinar para a Armada e contrarias á dignidade e á honra militar, á moralidade da corporação ou da sociedade civil.

Art. 20. Os agraciados excluidos pelos motivos do artigo anterior sómente poderão ser readmittidos, si, absolvidos pelos Tribunaes Superiores, forem considerados rehabilitados por um conselho especial de justificação, nomeado, mediante requerimento dos interessados, pelo Conselho da Ordem, que decidirá em ultima instancia sobre a conveniencia ou não da reinclusão pleiteada.

§ 1.º As notas de castigo de que se tornem passiveis os condecorados deverão ser dadas pela Directoria do Pessoal em caracter reservado ao Conselho da Ordem.

§ 2.º Quando qualquer agraciado estiver sujeito a inquerito ou processo por faltas ou crimes previstos no artigo 19, o Conselho poderá suspender ou cancelar-lhe o direito de usar a insignia da Ordem até o pronunciamento das autoridades ou tribunaes. Si punido ou condemnado, o Conselho o excluirá definitivamente.

#### VI — QUADROS DA ORDEM

Art. 21. Os graduados da Ordem do Merito Naval serão classificados nos dois quadros seguintes:

A — *Quadro ordinario* constituído pelos officiaes, sub-officiaes e praças do servico activo da Armada Nacional, que forem condecorados, nos limites dos numeros fixados para a composição desse quadro.

B — *Quadro supplementar* destinado:

1) aos Chefes de Estado e ás bandeiras das corporações militares do paiz, bem como aos officiaes das Marinhbas de Guerra estrangeiras, que tenham sido distinguidos com as insignias da Ordem do Merito Naval;

2) aos officiaes, sub-officiaes e praças da Armada Nacional, condecorados, que, por effeito de sua reforma ou **passagem** para a reserva de primeira classe, devem ser transferidos do quadro ordinario;

3) aos civis nacionaes e estrangeiros que, por serviços prestados nos termos do paragrapho unico do artigo 4.º, deste regulamento, venham a ser agraciados com as insignias do Merito Naval;

Art. 22. Os Quadros ordinario e supplementar terão a composição que se segue:

Gradação	Quadro Ordinario	Quadro Supplementar
Gran Cruz .....	1	Sem limitação.
Grande Official .....	8	Sem limitação.
Commendador .....	12	Sem limitação.
Official .....	16	Sem limitação.
Cavalleiro .....	24	Sem limitação.
	61	

§ 1.º As vagas no Quadro ordinario se darão por exclusão, e transferencias nos termos previstos neste Regulamento e por morte.

§ 2.º Completado o Quadro ordinario, a inclusão dos militares brasileiros da activa se fará nas vagas abertas, respeitada a ordem chronologica das propostas.

Art. 23. Para ser dado inicio ao Quadro ordinario, o Presidente da Republica nomeará independentemente de proposta, um Gran Cruz, (official general) quatro Grandes Officiaes (officiaes generaes) e quatro Commendadores (officiaes superiores), dentre os quaes serão convocados os membros do Conselho, de accordo com o artigo 3º.

Art. 24. O Conselho da Ordem do Merito Naval, assim constituído, proporá ao Presidente da Republica as nomeações que, inicialmente, terão como limite maximo os numeros abaixo especificados:

Quatro Grandes Officiaes (Officiaes generaes).

Quatro Commendadores (Officiaes superiores).

Rio de Janeiro, em 23 de agosto de 1934. — *Protopogenes Pereira Guimarães.*

## DECRETO N. 22 — DE 23 DE AGOSTO DE 1934

*Dá nova redacção ao art. 10º do Regulamento da Directoria da Marinha Mercante, approvedo pelo decreto n. 22.527, de 9 de março de 1933, e modificada pelo de n. 23.337, de 9 de novembro ultimo*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que lhe expoz o ministro de Estado dos Negocios da Marinha, decreta:

Art. 1.º A redacção do art. 10º do Regulamento da Directoria de Marinha Mercante approvedo pelo decreto n. 22.527, de 9 de março de 1933 e modificada pelo de n. 23.337, de 9 de novembro ultimo, passa a ser a constante do presente decreto:

“Art. 10 — As quatro Divisões da Directoria da Marinha Mercante incumbir-se-ão:

Primeira Divisão — Da navegação — Inscrição marítima (registro e arrolamento) de todas as embarcações — Socorro marítimo — Praticagem — Policia Naval — Sinistros marítimos — Fiscalização tecnica da construção naval — Convenções sobre a salvaguarda da vida no mar, conferencias e accórdos internacionaes.

Segunda Divisão — Da Pessoal marítimo — Inscrição marítima de todo o pessoal empregado na vida do mar, na estiva, nas officinas navaes, nos estaleiros e carreiras — Instrução e fiscalização dos exames, que se realizem nas Capitanias — Registro de cartas.

Tercceira Divisão — Da reserva naval — Recensiamento e mobilização do pessoal da Marinha Mercante.

Quarta Divisão — Do serviço de Fazenda: — Pagamentos — Fornecimentos — Estatística da receita e despesa das Capitanias.”

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1934, 113ª da Independencia e 46ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Prologenes Pereira Guimarães.*

## DECRETO N. 23 — DE 23 DE AGOSTO DE 1934

*Substitue a clausula VI das que baixaram com o decreto n. 24.729, de 13 de julho do corrente anno, referente ao porto de São Sebastião, e prorroga o prazo a que se refere o paragrapho unico do art. Vº do decreto n. 23.820, de 2 de fevereiro ultimo, na parte relativa ao porto de São Vicente*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo em vista o que dispõe o decreto n. 24.599, de 6 de julho proximo findo e attendendo ao que requereu o Governo do Estado de São Paulo,

**Decreto:**

Arl. 1.º A clausula VI das que baixaram com ao decreto n. 24.729, de 13 de julho de 1934, referente ao porto de São Sebastião, fica substituída pela seguinte:

"As obras e o aparelhamento do porto de São Sebastião, a que se refere o presente contracto constarão de estudo, projecto e orçamento, que o Estado se obriga a submeter á approvaçãõ do Governo, até 15 de novembro do corrente anno."

Arl. 2.º Fica prorogado, até 15 de novembro do corrente anno, o prazo a que se refere o paragrapho unico do art. 1.º do decreto n. 23.820, de 2 de fevereiro de 1934, para serem submettidos pelo Governo do Estado de São Paulo á approvaçãõ do Governo Federal os projectos e organogramas das obras a executar no porto de São Vicente.

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1934, 113.ª da Independência e 46.ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

DECRETO N. 24 — NÃO FOI PUBLICADO

DECRETO N. 25 — NÃO FOI PUBLICADO

DECRETO N. 26 — DE 23 DE AGOSTO DE 1934

*Proroga por noventa (90) dias, isto é, até 9 de outubro de 1934, o prazo concedido a Sylvio Barbosa pelo n. 1 do art. 1.º do decreto n. 23.718, de 9 de janeiro de 1934*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o n. 1 do art. 56 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 87 do decreto n. 24.612, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas):

**Decreta:**

Arl. 1.º Fica prorogada por noventa (90) dias, isto é, até 9 de outubro de 1934, o prazo concedido a Sylvio Barbosa pelo n. 1 do art. 1.º do decreto n. 23.718, de 9 de janeiro de 1934, para a celebração de contracto, com o governo do Estado de Minas Geraes, de pesquisa e lavra de ouro no leito do Rio das Velhas, numa extensão de 25 kms., rio abaixo, a partir da ponte que liga a cidade de Santa Luzia á Estação da E. F. Central do Brasil, no Estado de Minas Geraes. — sem prejuizo, todavia, da disposição constante no § 2.º do art. 5.º do Codigo de Minas.

Arl. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1934, 113.ª da Independência e 46.ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Broga.*

## DECRETO N. 27 — DE 23 DE AGOSTO DE 1934

*Proroga por noventa (90) dias, isto é, até 9 de outubro de 1934, o prazo concedido a Franklin Teixeira de Salles pelo n. 1 do art. 1º do decreto n. 23.721, de 9 de janeiro de 1934*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil usando das attribuições que lhe confere o n. 1 do art. 56 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 87 do decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas):

Decreta:

Art. 1.º Fica prorogado por noventa (90) dias, isto é, até 9 de outubro de 1934, o prazo concedido a Franklin Teixeira de Salles pelo n. 1 do art. 1º do decreto n. 23.721, de 9 de janeiro de 1934, para a celebração de contracto, com o governo do Estado de Minas Geraes, de pesquisa e lavra de ouro no leito do Rio das Velhas, num trecho de 25 kms., rio abaixo, a partir da confluencia do "Corrego do Mandim", proximo á fazenda das Minhocas, no municipio de Santa Luzia, no mesmo Estado, — sem prejuizo, todavia, da disposição constante no § 2º do art. 5º do Codigo de Minas.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Odilon Braga

## DECRETO N. 28 — DE 23 DE AGOSTO DE 1934

*Proroga por noventa (90) dias, isto é, até 23 de outubro de 1934, o prazo concedido a Eugenio Gomes de Carvalho, n. 1 do art. 1º do decreto n. 23.778, de 23 de janeiro de 1934*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o n. 1 do art. 56 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 87 do decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica prorogado por noventa (90) dias, isto é, até 23 de outubro de 1934, o prazo concedido a Eugenio Gomes de Carvalho, pelo n. 1 do art. 1º do decreto n. 23.778, de 23 de janeiro de 1934, para a celebração de contracto, com o Governo de Minas Geraes, de pesquisa e lavra de ouro, no leito do rio das Velhas, numa extensão de 25 kms., rio abaixo, a partir de 35 kms. abaixo da ponte do Campinho, no municipio de Santa Luzia, Estado de Minas Geraes, sem prejuizo, todavia, da disposição constante no § 2º do art. 5º do Codigo de Minas.



Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1934, 113.º da Independência e 46.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

---

DECRETO N. 29 — DE 23 DE AGOSTO DE 1934

*Proroga por noventa (90) dias, isto é, até 6 de novembro de 1934, o prazo concedido a Antonio Francisco Pereira Carneiro pelos decretos ns. 23.839, de 6 de fevereiro de 1934, e 23.851, de 7 de fevereiro de 1934*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o n. 1.º do art. 56 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 87 do decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica prorogado por noventa (90) dias, isto é, até 6 de novembro de 1934, o prazo concedido a Antonio Francisco Pereira Carneiro pelos decretos ns. 23.839, de 6 de fevereiro de 1934, e 23.851, de 7 de fevereiro de 1934, para a apresentação ao Ministerio da Agricultura dos mappas que localizem os terrenos mineraes de sua propriedade nos quaes está autorizado, pelos decretos acima citados, a proceder a pesquisa e lavra de schisto betuminoso, ouro, diamantes e carbonados, terrenos estes situados no municipio de Camamu, no Estado da Bahia, sem prejuizo, todavia, da disposição constante no § 2.º do art. 5.º do Codigo de Minas (decreto numero 24.642, de 10 de julho de 1934).

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1934, 113.º da Independência e 46.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

---

DECRETO N. 30 — DE 23 DE AGOSTO DE 1934

*Proroga por noventa (90) dias, isto é, até 9 de outubro de 1934, o prazo concedido a Raul Teixeira da Costa Sobrinho, pelo n. I do art. 1.º do decreto n. 23.720, de 9 de janeiro de 1934*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o n. 1 do art. 56 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 87 do decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica prorogado por noventa (90) dias, isto é, até 9 de outubro de 1934, o prazo concedido a Raul Teixeira da Costa Sobrinho, pelo n. I do art. 1.º do decreto n. 23.720, de 9 de janeiro de 1934, para a celebração de contracto, com

o Governo do Estado de Minas Geraes, de pesquisa e lavra de ouro, no leito do rio das Velhas, em uma extensão de 25 kms., rio abaixo, a partir de Honório Bicalho, no referido Estado, sem prejuizo, todavia, da disposição constante no § 2º do art. 5º do Código de Minas.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1934, 113ª da Independencia e 46ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

DECRETO N. 31 — DE 28 DE AGOSTO DE 1934

*Concedo o auxilio de 108:000\$000 ao Estado do Paraná, para o serviço de nacionalização do ensino, no 1º semestre deste anno*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, na conformidade do art. 22 do decreto n. 20.351, de 31 de agosto de 1934, combinando com o art. n. 4 de decreto n. 13.014, de 4 de maio de 1928:

Artigo unico. Fica concedido ao Estado do Paraná, o auxilio na importancia de cento e oito centos de réis (108:000\$), correspondente á quota que lhe compete para a manutenção do serviço de nacionalização do ensino, no primeiro semestre deste anno, correndo a despesa por conta da sub-consignação n. 4 da verba 18ª — Subvenções — art. 5º do decreto numero 24.167, de 25 de abril findo, e revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1934, 113ª da Independencia e 46ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capomeno.*

DECRETO N. 32 — DE 28 DE AGOSTO DE 1934

*Concedo á Sinner Sociedade Anonyma autorização para funcionar*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requerem a Sinner Sociedade Anonyma, com sede na cidade do Rio de Janeiro, decreta:

Artigo unico. É concedida á Sinner Sociedade Anonyma autorização para funcionar, com os estatutos que apresentou, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1934, 113ª da Independencia e 46ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamenon Magalhães.*

## DECRETO N. 33 — DE 28 DE AGOSTO DE 1934

*Concede á Sociedade Anonyma Frigorifico Anglo autorização para continuar a funcceionar*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requerem a Sociedade Anonyma Frigorifico Anglo, com séde na cidade de São Paulo, capital do Estado do mesmo nome, autorizada a funcionar pelo decreto n. 12.609, de 22 de agosto de 1917, sob a denominação de Brazilian Meat Company, e pelo de n. 16.469, de 7 de maio de 1924, que autorizou se substituisse essa denominação, decreta:

Artigo unico. E' concedida á Sociedade Anonyma Frigorifico Anglo autorização para continuar a funcionar, com as alterações introduzidas nos seus estatutos por deliberação da assembléa geral dos respectivos accionistas, realizada a 24 de abril de 1934, ficando a referida sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães.*

## DECRETO N. 34 — DE 28 DE AGOSTO DE 1934

*Concede á Sociéte pour l'Exportation des Laits Hollandia autorização para funcceionar na Republica*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requerem a Sociéte pour l'Exportation des Laits Hollandia, com séde em La Tour de Peitz, Suissa, e devidamente representada, decreta:

Artigo unico. E' concedida á Sociéte pour l'Exportation des Laits Hollandia autorização para funcionar na Republica, com os estatutos que apresentou, e mediante as clausulas que este acompanham, assignadas pelo ministro de Estado dos Negocios do Trabalho, Industria e Commercio, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães.*

## DECRETO N. 35 — DE 30 DE AGOSTO DE 1934

*Determina as sédes das auditorias e tropa a que servirão*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, á vista do disposto no decreto n. 24.803, de 14 de julho

findo, que modifiqueu diversos artigos do Código de Justiça Militar, decreta:

Art. 1.º As auditorias das 1.ª e 2.ª regiões militares têm as sedes abaixo indicadas e attenderão aos serviços e tropa em seguida mencionados:

*Auditoria da 1.ª região militar:* 1.ª Auditoria — Sede: Quartel General do Exército (Capital Federal); Tropa a que servirá: Quartel General da 1.ª Região Militar; 1.ª brigada de infantaria (1.º e 2.º regimentos de infantaria); 2.ª brigada de infantaria (3.º regimento de infantaria e 4.º, 2.º e 3.º batalhões de caçadores, 1.º regimento de cavallaria divisionario, Batalhão de Guardas, 1.ª Formação Sanitaria Divisionaria, 1.ª Formação de Intendencia, Centro de Preparação de Officiaes da Reserva, 1.ª, 2.ª e 3.ª circumscripções de recrutamento); 2.ª Auditoria — Sede: Supremo Tribunal Militar (Capital Federal); Tropa a que servirá: 1.ª brigada de artilharia (1.º e 2.º regimentos de artilharia montada, 1.º grupo de artilharia pesada e 1.º grupo de artilharia de dorso); 1.º districto de artilharia de costa (Sector de Leste: 1.º grupo de artilharia de costa e fortaleza de Santa Cruz, 7.º grupo de artilharia de costa (Forte S. Luiz e Forte do Induhy), 1.ª bateria isolada de artilharia de costa e Forte Marechal Hermes; Sector de Oeste: 2.º grupo de artilharia de costa e fortaleza de S. João, 6.º grupo de artilharia de costa (fortes de Copacabana e do Vigia) e 1.ª bateria isolada de artilharia de costa e forte da Lage); 3.ª Auditoria (Auditoria do Departamento do Pessoal do Exército) — Sede: Supremo Tribunal Militar (Capital Federal); Tropa a que servirá: Todos os corpos e estabelecimentos independentes da 1.ª região militar.

*Auditoria da 2.ª região militar:* 1.ª Auditoria: (a existente anteriormente no decreto n. 24.803 citado) — Sede: São Paulo. Tropa a que servirá: 3.ª brigada de infantaria (quartel general, 4.º regimento de infantaria, 4.º, 5.º e 6.º batalhões de caçadores); 4.ª brigada de infantaria (quartel general, 5.º e 6.º regimentos de infantaria); 2.ª Auditoria — Sede: S. Paulo. Tropa a que servirá: quartel general da 2.ª região militar, companhia de estabelecimentos regional, 2.ª brigada de artilharia (quartel general, 3.º e 4.º regimentos de artilharia montada, 2.º regimento de artilharia de dorso, 2.º regimento de obuzes), 2.º regimento de cavallaria divisionario, 2.º batalhão de engenharia, 2.ª Formação de Intendencia divisionaria, 2.ª Formação Sanitaria, 2.º regimento de artilharia automovel, 5.º grupo de artilharia de costa, 2.º regimento de aviação, 2.ª companhia de preparadores de terreno de aviação, 2.º regimento de artilharia anti-aérea, Pelotão de artifices e 1.º Esquadrão de Trem.

Art. 2.º Permanecerão nas actuaes sedes as demais auditorias.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1934, 113.ª da Independencia e 46.ª da Republica.

GETULIO VARGAS.  
P. Góes Monteiro.

## DECRETO N. 36 — DE 30 DE AGOSTO DE 1934

*Proroga, até 1º de março de 1935, o prazo para entrar em execução o decreto n. 24.541, de 3 de julho de 1934*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Considerando que o decreto n. 24.541, de 3 de julho de 1934, que deverá entrar em execução a 1 de setembro proximo, concedeu um prazo insufficiente para conhecimento e propaganda de seus fins e que a sua immediata execução acarretaria enormes prejuizos á lavoura;

Decreta:

Art. 1.º Fica prorogado até 1 de março de 1935 o prazo para a execução do decreto n. 24.541, de 3 de julho de 1934.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1934, 113ª da Independencia e 46ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

*Arthur de Souza Costa.*

## DECRETO N. 37 — DE 30 DE AGOSTO DE 1934

*Adia a execução do disposto no art. 92 do Regulamento para o Tribunal Maritimo Administrativo, approved pelo decreto n. 24.585, de 5 de julho deste anno*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que lhe expoz o Ministro de Estado dos Negocios da Marinha:

Decreta:

Art. 1.º Fica adiada a execução do disposto no art. 92 do Regulamento para o Tribunal Maritimo Administrativo, approved pelo decreto n. 24.585, de 5 de julho ultimo.

Art. 2.º O Governo, opportunamente, promoverá a necessaria dotação para o funcionamento regular do referido Tribunal.

Rio de Janeiro, em 30 de agosto de 1934, 113ª da Independencia e 46ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Protonogenes Pereira Guimarães.*

## DECRETO N. 38 — DE 31 DE AGOSTO DE 1934

*Approva os projectos e orçamentos de diversas obras no segundo trecho do ramal de Basilio a Jaguarão, da Rede de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul, e o orçamento referente á conservação do mesmo trecho, durante seis mezes*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Attendendo a que o segundo trecho do ramal ferreo de Basilio a Jaguarão, comprehendido entre o km. 51 -|- 677

(Passo do Barbosa) e o km. 113-|-724 (Jaguarão) entregue ao Estado do Rio Grande do Sul de conformidade com a cláusula I do contracto decorrente do decreto n. 45.438, de 10 de abril de 1922, para ser incorporado à Rede de Viação Ferrea Federal de que é arrendatario em face desse decreto, foi recebido com ressalva por não terem sido executados, durante a sua construção pelo F. balalhão Ferroviario, os serviços consignados no termo de entrega, datado de 12 de dezembro de 1931;

Atendendo a que essa ressalva procede apenas na parte que se relaciona com os serviços que dizem respeito ao acabamento e consolidação da via permanente; e tendo em vista os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico — Ficam approvados os projectos e organamentos, nas importancias em seguida discriminadas, os quaes com este baixam, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, para execução das seguintes obras, no segundo trecho do ramal de Esalio a Jaguarão, comprehendido entre Passo do Barbosa e Jaguarão:

a)	Alargamento da plataforma dos abertos nos trechos em que a respectiva largura for inferior a 3m.60 (nos kilometros	
	51- -700, 57- -820, — 60- -650, —	
	60- -880, — 61- -080 e 80- -920) ..	18:698\$761
b)	Construção de quartos de cone com alvenaria de pedra secca, nos encontros das obras de arte (kms. 52- -185, —	
	55- -013, — 62- -680, — 65- -700, —	
	66- -450, — 67- -080, — 73- -050, —	
	74- -130, — 74- -830, — 76- -303, —	
	77- -100, — 77- -560, — 79- -530, —	
	80- -190, — 90- -550, — 91- -360 e	
	93- -200) ..	80:245\$741

§ 1.º Fica approvado o organamento que baixa igualmente rubricado, na importancia de 163:249\$220 (centa e sessenta e tres contos duzentos e quarenta e nove mil duzentos e vinte réis) referente á conservação do citado trecho, no periodo de 12 de dezembro de 1931 a 31 de junho de 1932.

§ 2.º De conformidade com o disposto na cláusula I e no item 2.º da cláusula II do termo decorrente do decreto numero n. 48.551, de 31 de dezembro de 1928, as despesas effectuadas e apuradas em regular tomada de contas, até o maximo de cada um dos organamentos ora approvados, serão inscriptas na conta do "fundo de melhoramentos" da Rede arrendada.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1934. 113 da Independencia e 16ª da Republica.

GETULIO VARGAS,  
*Marques dos Reis.*

## DECRETO N. 39 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1934 (\*)

*Approva os estatutos da Universidade de S. Paulo*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da attribuição que lhe confere a Constituição, art. 56, n. 1º;

Considerando o que dispõe o art. 13 do decreto numero 24.279, de 22 de maio de 1934, que deu regulamentação ao art. 3º do decreto n. 19.851, de 14 de abril de 1931; e

attendendo ao que propõe o Conselho Nacional de Educação, decreta:

Art. 1.º Ficam approvados os estatutos da Universidade de São Paulo, que baixam com este decreto, assignados pelo ministro da Educação e Saude Publica.

Art. 2.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1934, 113ª da Independencia e 46ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

---

**Estatutos da Universidade de São Paulo****TITULO I****Dos fins da Universidade**

Art. 1.º A Universidade de São Paulo, instituida pelo decreto estadual n. 6.283, de 25 de janeiro de 1934, tem, por finalidade:

- 1) promover a investigação scientifica e estimular a produção litteraria e artistica;
- 2) transmitir, pelo ensino, conhecimentos de valor cultural;

---

(\*) Decreto n. 39, de 3 de setembro de 1934. — Rectificação publicada no *Diario Official* de 12 de setembro de 1934:

Art. 74. O Conselho Technico Administrativo se reunirá ordinariamente no quinto dia útil de cada mez do anno lectivo e, extraordinariamente, quantas vezes o convocar o director do Instituto.

§ 1.º Para o funcionamento do Conselho é necessaria a presença de mais de metade de seus membros.

§ 2.º O director, que presidirá as reuniões do Conselho, terá voto de desempate.

Art. 142. Paragrapho unico — Leia-se: Ao Directorio Central dos Estudantes caberá:

- 3) formar technicos e profissionaes em actividades com base scientifica, litteraria ou artistica;
- 4) divulgar as sciencias, as letras e as artes;
- 5) estimular a cooperação no trabalho intellectual.

## TITULO II

### Da constituição da Universidade

#### CAPITULO I

##### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2.º Constituea o systema universitario:

- 1) os institutos universitarios;
- 2) as instituições complementares.

Paragrapho unico. Será considerado annexo á Universidade o Collegio Universitario.

#### CAPITULO II

##### DOS INSTITUTOS UNIVERSITARIOS

#### SECÇÃO I

##### *Disposições preliminares*

Art. 3.º São institutos universitarios:

- a) a Faculdade de Direito, fundada a 11 de agosto de 1827;
- b) a Escola Polytechnica, creada pela lei estadual numero 191, de 24 de agosto de 1893, e inaugurada a 15 de fevereiro de 1894;
- c) a Faculdade de Medicina, criada pela lei estadual numero 19, de 24 de novembro de 1891, e installada em 1913;
- d) a Faculdade de Philosophia, Sciencias e Letras, creada pelo decreto estadual que instituiu a Universidade;
- e) o Instituto, de Educação, criado pelo decreto estadual n. 5.846, de 21 de fevereiro de 1933;
- f) a Faculdade de Pharmacia e Odontologia, fundada a 25 de abril de 1934;
- g) a Escola de Medicina Veterinaria, criada pela lei estadual n. 2.354, de 31 de dezembro de 1928;
- h) a Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", installada a 3 de junho de 1904;
- i) a Faculdade de Sciencias Economicas e Commerciaes, criada pelo decreto estadual que instituiu a Universidade;
- j) a Escola de Bellas Artes, criada a 25 de janeiro de 1934.

---

1) promover a approximação e a maxima solidariedade entre os corpos discentes dos diversos institutos;

2) realizar entendimento com os directorios dos diversos institutos...



Art. 4.º As cadeiras e cursos normaes de cada um dos Institutos Universitarios serão os discriminados nas secções abaixo.

## SECÇÃO II

### *Da Faculdade de Direito*

Art. 5.º Os cursos normaes da Faculdade de Direito são dois, um de bacharelado, em cinco annos, e outro de doutorado, em dois annos.

Art. 6.º O curso de bacharelado comprehende as seguintes disciplinas:

- 1) Introducção á sciencia do Direito;
- 2) **Economia Política e Sciencia das Fianças;**
- 3) Direito Romano;
- 4) Direito Civil;
- 5) Direito Commercial;
- 6) Direito Penal;
- 7) Direito Publico Constitucional;
- 8) Direito Judiciario Civil;
- 9) Direito Judiciario Penal;
- 10) Direito Privado Internacional;
- 11) Direito Administrativo;
- 12) Medicina Legal.

Paragrapho unico. O ensino de Direito Civil será feito em quatro cadeiras, o de Direito Commercial e o de Direito Judiciario Civil, em tres, o de Direito Penal, em duas, e o de cada uma das outras disciplinas, em uma.

Art. 7. O curso de doutorado constará das seguintes cadeiras:

- 1) Direito Publico (theoria geral do Estado e partes espeziaes);
- 2) Historia do Direito Nacional;
- 3) Direito Civil comparado;
- 4) Criminologia;
- 5) Economia e Legislação Social;
- 6) Direito Publico Internacional;
- 7) Sciencia das Fianças;
- 8) Philosophia do Direito.

## SECÇÃO III

### *Da Escola Polytechnica*

Art. 8.º O ensino na Escola Polytechnica comprehenderá os cursos de engenheiros civis, de engenheiros architectos, de engenheiros electricistas e de engenheiros chimicos, com cinco annos de estudo cada um, abrangendo vinte e tres cadeiras e cinco aulas:

a) Cadeiras:

- 1) Geometria descriptiva. Perspectiva. Applicações technicas. Geometria projectiva e Noções de calculo graphico.

- 2) Complementos de Geometria analytica. Elementos de Nomographia. Calculo differencial e integral.
  - 3) Mechanica racional precedida de calculo vectorial.
  - 4) Physica (Partes I e II).
  - 5) Topographia. Geodesia elementar e Astronomia de campo.
  - 6) Chimica geral e inorganica e Noções de chimica organica. Chimica organica.
  - 7) Mineralogia. Geologia. Petrographia.
  - 8) Resistencia e estabilidade (Partes I e II).
  - 9) Technologia civil e mechanica. Materiaes de construção.
  - 10) Construções civis. Hygiene das habitações. Noções de architectura. Historia da architectura.
  - 11) Hydraulica. Hydraulica urbana e Saneamento.
  - 12) Mechanica applicada ás machinas. Bombas e motores hydraulicos. Captação de força.
  - 13) Applicações do calor e Thermodynamica. Motores thermicos e de ar comprimido. Machinas frigorificas. Fabricas.
  - 14) Estradas e Trafego.
  - 15) Fundações. Pontes, estruturas de ferro e concreto armado.
  - 16) Navegação. Rios. Canaes e Portos.
  - 17) Economia politica. Estatistica. Organização administrativa.
  - 18) Esthetica. Composição geral e Urbanismo (Partes I e II).
  - 19) Electrotechnica (Partes I e II).
  - 20) Electrotechnica (Parte II).
  - 21) Chimica industrial inorganica e Noções de Siderurgia. Chimica industrial organica.
  - 22) Physico-chimica. Electro-chimica e Bio-chimica.
  - 23) Chimica analytica, qualitativa e quantitativa.
- b) aulas:
- 1) Aula de desenho architectonico e esboço do natural. Desenho de perspectiva.
  - 2) Aula de desenho topographica e cartographico.
  - 3) Aula de desenho de machinas.
  - 4) Aula de contabilidade geral e especial.
  - 5) Aula de composição geral e decorativa. Modelagem.
- Art. 9.º São cadeiras reunidas as seguintes: ns. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 13, 18, 19, 21 e 22.
- Art. 10. São cadeiras isoladas as seguintes: ns. 7, 12, 14, 15, 16, 17, 20 e 23.
- Art. 11. São aulas reunidas as de ns. 1 e 5.
- Art. 12. São aulas isoladas as de ns. 2, 3 e 4.
- Art. 13. Farão parte, obrigatoriamente, do curso de engenheiros civis as materias correspondentes ás cadeiras ns. 1, 2, 3, 4, 5 e 6 (com excepção de Chimica organica), 7, 8, 9, 10 (com excepção de Historia da Architectura), 11, 12, 13 (com excepção de Fabricas), 14, 15, 16 e 17, e ás aulas ns. 1 (com excepção de desenho de perspectiva), 2, 3 e 4.
- Art. 14. Farão parte, obrigatoriamente, do curso de engenheiros architectos as materias correspondentes ás cadeiras ns. 1, 2, 3, 4, 5 (com excepção de Geodesia elementar e Astronomia de Campo), 6 (com excepção de Chimica organica),

7, 8, 9, 10, 11 (com excepção de Hydraulica urbana e Saneamento), 17 e 18, e as aulas ns. 1, 2 (com excepção de desenho cartographico), 4 e 5.

Art. 15. Farão parte, obrigatoriamente, do curso de engenheiros electricistas as materias correspondentes ás cadeiras ns. 1, 2, 3, 4, 5, 6 (com excepção de *Chimica organica*), 7, 8, 11 (com excepção de Hydraulica urbana e Saneamento), 12, 13, 17, 19 e 20, e ás aulas ns. 1 (com excepção de desenho de perspectiva), 2 (com excepção de desenho cartographico), 3 e 4.

Art. 16. Farão parte, obrigatoriamente, do curso de engenheiros chimicos as materias correspondentes ás cadeiras ns. 2 (com excepção de complementos de Geometria analytica e elementos de Nomographia), 4, 6, 7, 13 (com excepção de Motores thermicos e de ar comprimido e machinas frigorificas), 17, 21, 22 e 23, e á aula n. 4.

## SECÇÃO IV

### *Da Faculdade de Medicina*

Art. 17. O curso normal de sciencias medicas, em seis annos, comprehenderá o estudo das disciplinas abaixo discriminadas:

#### I. Curso basico:

- a) Anatomia (descriptiva e topographica);
- b) Histologia e Embriologia;
- c) *Chimica physiologica*;
- d) *Physiologia*;
- e) Parasitologia;
- f) Microbiologia e Immunologia;
- g) Pharmacologia;
- h) *Physica biologica e applicada (Physiodiagnostico*

#### *Physiotherapia*:

- i) Pathologia geral;
- j) Anatomia pathologica;
- k) Technica cirurgica e Cirurgia experimental;
- l) Laboratorio clinico;
- m) Hygiene;
- n) Medicina legal;

#### II. Curso clinico:

- a) Clinica medica (propedeutica medica, medicina geral e pathologia medica);
- b) Clinica cirurgica (propedeutica cirurgica, cirurgia geral e pathologia cirurgica);
- c) Therapeutica clinica;
- d) Clinica pediatria;
- e) Clinica obstetrica e puericultura neo-natal;
- f) Clinica de doencas tropicaes e infectuosas;
- g) Clinica dermatologica e syphiligraphica;
- h) Clinica neurologica;
- i) Clinica psychiatrica;
- j) Clinica ophthalmologica;
- k) Clinica oto-rhino-laryngologica;
- l) Clinica orthopedica e Cirurgia infantil;
- m) Clinica urologica;
- n) Clinica gynecologica.

Paraphrasso unico. Taes disciplinas, a cargo de professores cathedrauticos ou contractados, serão distribuidas pelas seguintes cadeiras:

- 1) Anatomia (descriptiva e topographica);
- 2) Histologia e Embriologia;
- 3) Chymica physiologica;
- 4) Physiologia;
- 5) Parasitologia;
- 6) Microbiologia e Immunologia;
- 7) Pharmacologia;
- 8) Physica biologica e applicada (Physiodiagnostico e Physiotherapia);
- 9) Anatomia pathologica (Pathologia geral e especial);
- 10) Technica cirurgia e Cirurgia experimental;
- 11) Hygiene;
- 12) Medicina legal;
- 13) Clinica medica (4º anno): Propedeutica, Laboratorio clinico e Pathologia medica;
- 14) Clinica medica (5º anno): Medicina geral e Pathologia medica;
- 15) Clinica medica (6º anno): Medicina geral e Pathologia medica;
- 16) Clinica cirurgica (4º anno): Propedeutica e Pathologia cirurgica;
- 17) Clinica cirurgica (5º anno): Cirurgia geral e Pathologia cirurgica;
- 18) Clinica cirurgica (6º anno): Cirurgia geral e Pathologia cirurgica;
- 19) Clinica obstetrica e Puericultura neo-natal;
- 20) Clinica pediatrica;
- 21) Therapeutica clinica;
- 22) Clinica das doenças tropicaes e infectuosas;
- 23) Clinica dermatologica e syphiligraphica;
- 24) Clinica psychiatrica;
- 25) Clinica ophthalmologica;
- 26) Clinica oto-rhino-laryncologica;
- 27) Clinica urologica;
- 28) Clinica gynecologica;
- 29) Clinica orthopeda e Cirurgia infantil;
- 30) Clinica neurologica.

## SECÇÃO V

### *Da Faculdade de Philosophia, Sciencias e Letras*

Art. 18. O ensino na Faculdade de Philosophia, Sciencias e Letras terá os seus cursos distribuidos por tres secções:

- a) Philosophia;
- b) Sciencias;
- c) Letras.

Art. 19. A Secção de Philosophia abrangerá as seguintes cadeiras fundamentais:

- 1) Philosophia;
- 2) Historia da Philosophia;
- 3) Philosophia das Sciencias;
- 4) Psychologia.

Art. 20. A Secção de Sciencias comprehenderá as seguintes sub-secções com as respectivas cadeiras fundamentais:

## I. Sciencias mathematicas:

1) Geometria (projectiva e analytica) e Historia das Mathematicas;

2) Analyse mathematica;

3) Mechanica racional precedida de Calculo vectorial.

## II. Sciencias physicas:

1) Physica geral e experimental;

2) Theorias physicas e Historia da Physica.

## III. Sciencias chimicas:

1) Chimica (1ª cadeira);

2) Chimica (2ª cadeira), e Historia da Chimica.

## IV. Sciencias naturaes:

1) Mineralogia e Geologia;

2) Botanica geral;

3) Physiologia vegetal;

4) Zoologia geral;

5) Physiologia geral e animal;

6) Biologia geral.

## V. Geographia e Historia:

1) Geographia physica e humana;

2) Historia da Civilização;

3) Historia da Civilização americana;

4) Historia da Civilização brasileira;

5) Ethnographia brasileira e Lingua tupy-guarany.

## VI. Sciencias sociaes e politicas:

1) Sociologia (1ª cadeira);

2) Sociologia (2ª cadeira);

economicas;

3) Economia politica, Finanças e Historia das doutrinas

4) Direito politico;

5) Estatistica.

Paragrapho unico. Poder-se-ha desdobrar a cadeira n. 5, da sub-secção V, em duas partes: a) Ethnographia brasileira; b) Lingua tupy-guarany.

Art. 21. A Secção de lettras abrangerá as seguintes cadeiras fundamentaes, distribuidas em sub-secções, na fórma do regulamento da Faculdade:

1) Philologia grega e latina;

2) Philologia portugueza;

3) Literatura luso-brasileira;

4) Literatura grega;

5) Literatura latina;

6) Lingua e literatura franceza;

7) Lingua e literatura italiana;

8) Lingua e literatura hespanhola;

9) Lingua e literatura ingleza;

10) Lingua e literatura allemã.

Art. 22. O curso para a licença será serlado e de tres annos, em cada uma das secções e sub-secções que compõem a Faculdade, abrangendo todas as materias da respectiva secção ou sub-secção e outras affins fundamentaes, distribuidas na fórma do regulamento da Faculdade.

Art. 23. Terminado o curso em qualquer das secções ou sub-secções, ao candidato será dada a licença em philosophia, sciencias ou letras.

Paragrapho unico. Fica facultado ao candidato inscripto em qualquer das secções ou sub-secções para fazer o curso completo, de tres annos, ou o curso de uma ou mais disciplinas de escolha livre, segundo o criterio de especialização.

Art. 24. Para o doutoramento em cada uma das secções ou sub-secções, o licenciado é obrigado a um curso e estagio de dous annos, em seminarios ou laboratorios, findos os quaes lhe será conferido o gráu de doutor, si approvedo na defesa de trabalho original, de pesquisa ou de alta cultura.

## SECÇÃO VI

### *Do Instituto de Educação*

Art. 25. O Instituto de Educação terá as seguintes cadeiras:

- 1) Biologia educacional;
- 2) Psychologia educacional;
- 3) Sociologia educacional;
- 4) Philosophia e Historia da Educação;
- 5) Estatística educacional e Educação comparada;
- 6) Administração e legislação escolar;
- 7) Methodologia do ensino secundario;
- 8) Methodologia do ensino primario;

Art. 26. São cursos normaes do Instituto de Educação:

- a) o curso de formação de administradores escolares, em dous annos;
- b) o curso de formação pedagogica de professores secundarios, em um anno;
- c) o curso de formação pedagogica de professores primarios em dous annos.

Art. 27. O curso de administradores escolares, destinado a formar inspectores e directores de escolas, é de dous annos, com as seguintes materias:

- 1) Biologia educacional (hygiene escolar);
- 2) Psychologia educacional;
- 3) Sociologia educacional;
- 4) Philosophia da educação;
- 5) Educação comparada;
- 6) Estatística;
- 7) Administração e legislação escolar.

Art. 28. A formação pedagogica de professores secundarios se faz em um anno de curso, dividido em semestres, com as seguintes materias:

- 1) Biologia educacional applicada ao adolescente;
- 2) Psychologia educacional;
- 3) Sociologia educacional;
- 4) Historia e Philosophia da educação;
- 5) Educação secundaria e comparada;
- 6) Methodologia do ensino secundario.

§ 1.º A cadeira de methodologia, sob a responsabilidade de um cathedratico, terá os assistentes que forem necessarios, en-

carregados da methodologia especial de materias isoladas, ou de grupos de materias.

§ 2.º A licença para o magisterio secundario será concedida somente ao candidato que, tendo-se licenciado em qualquer das secções ou sub-secções em que se especializou na Faculdade de Philosophia, Sciencias e letras, haja concluido o curso de formação pedagogica de professores secundarios do instituto.

Art. 29. O curso de formação depagógica de professores primarios, em dois annos, comprehende as seguintes materias:

- 1) Biologia educacional;
- 2) Psychologia educacional;
- 3) Sociologia educacional;
- 4) Historia e Philosophia da educação;
- 5) Educação comparada;
- 6) Methodologia.

### SECÇÃO VII

#### *Da Faculdade de Pharmacia e Odontologia*

Art. 30. O curso de pharmacia é de tres annos e comprehende as seguintes cadeiras:

- 1) Physica applicada á Pharmacia;
- 2) Chimica biologica;
- 3) Botanica applicada á Pharmacia;
- 4) Zoologia e Parasitologia;
- 5) Microbiologia;
- 6) Chimica analytica;
- 7) Pharmacognosia;
- 8) Pharmacia gallerica;
- 9) Chimica toxicologica e bromatologica;
- 10) Pharmacia chimica;
- 11) Chimica industrial pharmaceutica;
- 12) Hygiene e Legislação pharmaceutica;
- 13) Chimica organica.

Art. 31. O curso de Odontologia é de tres annos, e comprehende as seguintes cadeiras:

- 1) Anatomia;
- 2) Histologia;
- 3) Microbiologia;
- 4) Physiologia;
- 5) Metallurgica e Chimica applicadas;
- 6) Technica odontologica;
- 7) Clinica odontologica (1ª parte);
- 8) Clinica odontologica (2ª parte);
- 9) Prothese dentaria;
- 10) Prothese buco-facial;
- 11) Pathologia e Therapeutica applicadas;
- 12) Orthodontia e Odontopediatria;
- 13) Hygiene e Odontologia legal;
- 14) Electrotherapia e Radiologia applicadas;
- 15) Cirurgia da boca.

Paragrapho unico. O curso da cadeira n. 15 será facultativo.

## SECÇÃO VIII

*Da Escola de Medicina Veterinaria*

Art. 32. O curso de Medicina Veterinaria, em quatro annos, comprehende as seguintes cadeiras:

- 1) Chimica organica e biologica;
- 2) Anatomia descriptiva dos animaes domesticos;
- 3) Microbiologia;
- 4) Zoologia medica e Parasitologia;
- 5) Histologia e Embryologia;
- 6) Physiologia;
- 7) Zootecnia geral e Bromatologia;
- 8) Zootecnia especial e Exterior dos animaes domesticos;
- 9) Therapeutica, Pharmacologia e Arte de formular;
- 10) Pathologia e Clinicas cirurgica e obstetrica;
- 11) Propedeutica, Pathologia e Clinica medicas (1ª cadeira);
- 12) Propedeutica, Pathologia e Clinica medicas (2ª cadeira);
- 13) Anatomia pathologica;
- 14) Doenças infectuosas e parasitarias;
- 15) Industria e inspecção dos productos alimenticios de origem animal;
- 16) Pathologia geral;
- 17) Physica biologica e Conservação de productos alimenticios de origem animal;
- 18) Hygiene e Policia sanitaria animal.

## SECÇÃO IX

*Da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz*

Art. 33. As disciplinas que constituem o curso superior de agricultura, leccionadas em quatro annos e distribuidas em dezenove cadeiras, são as seguintes:

- 1) Mathematicas;
- 2) Mechanica e Machinas agricolas;
- 3) Physica e Meteorologia;
- 4) Geologia e Mineralogia;
- 5) Botanica;
- 6) Zoologia (geral e especial) e Anatomia e Physiologia comparadas dos animaes domesticos;
- 7) Chimica mineral, organica, analytica, Chimica agricola, Chimica tecnologica e das industrias agricolas;
- 8) Genetica e Cytologia;
- 9) Agricultura (geral e especial);
- 10) Zootecnia (geral e especial, inclusive lacteinos) e Bromatologia;
- 11) Phytopathologia e Microbiologia;
- 12) Horticultura (Silvicultura, Floricultura, Fructicultura e Arboricultura);
- 13) Entomologia agricola e Parasitologia;
- 14) Topographia, Estradas, Hydraulica, Irrigação e Drenagem;
- 15) Construcções ruraes;



- 16) Contabilidade, Economia e Legislação rural;
- 17) Desenho.

## SECÇÃO X

### *Da Faculdade de Sciencias Economicas e Commerciaes*

Art. 34. A Faculdade de Sciencias Economicas e Commerciaes constará de tres cursos fundamentaes:

- a) Economia e Finanças;
- b) Actividades bancarias;
- c) Commercio.

Art. 35. São estas as cadeiras da Faculdade de Sciencias Economicas e Commerciaes:

- 1) Economia politica;
- 2) Estatistica methodologica, demographica e economica;
- 3) Sciencia das Finanças e Direito financeiro;
- 4) Politica economica;
- 5) Geographia economica;
- 6) Historia economica;
- 7) Instituições de Direito privado;
- 8) Instituições de Direito publico e internacional;
- 9) Direito commercial, industrial e maritimo;
- 10) Mathematica financeira;
- 11) Merecologia;
- 12) Calculo de contabilidade geral applicada;
- 13) Technica mercantil e bancaria;
- 14) Organização scientifica do trabalho.

## SECÇÃO XI

### *Da Escola de Bellas Artes*

Art. 36. A Escola de Bellas Artes terá os seguintes cursos:

- a) Pintura;
- b) Esculptura;
- c) Gravura.

Paragrapho unico. Cada um destes cursos terá a duração de seis annos.

Art. 37. Serão estas as disciplinas da Escola:

- 1) Geometria descriptiva;
- 2) Historia de Arte;
- 3) Perspectivas e sombras;
- 4) Arte decorativa, desenho e composição;
- 5) Architectura analytica e desenho de estylos. Agudas;
- 6) Desenho do gesso e do natural. Modelo vivo;
- 7) Desenho geometrico;
- 8) Modelagem;
- 9) Anatomia;
- 10) Desenho de modelo vivo. Pintura;
- 11) Esculptura;
- 12) Gravura.

## CAPITULO III

## DAS INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

Art. 38. Além dos Institutos Universitários, concorrem para ampliar o ensino e a acção da Universidade:

- a) o Instituto Biologico;
- b) o Instituto de Hygiene;
- c) o Instituto Butantan;
- d) o Instituto Agronomico de Campinas;
- e) o Instituto Astronomico e Geographico;
- f) o Instituto de Radio Arnaldo Vieira de Carvalho;
- g) a Assistencia Geral a Psicopathas;
- h) o Instituto de Pesquisas Technologicas;
- i) o Museu de Historia Natural, Archeologia, Historia e Ethnographia, que é o Museu Paulista;
- j) o Serviço Florestal.

§ 1.º Outras instituições de caracter tecnico, scientifico ou cultural, officiaes ou particulares, poderão concorrer para os fins da Universidade, mediante aquiescencia do Conselho Universitario.

§ 2.º O concurso das instituições abrangidas neste artigo se effectuará em mandatos universitarios, mediante accordos que se realizarem entre os seus respectivos directores e o Reitor da Universidade, ouvido o Conselho Universitario.

## TITULO III

## Do patrimonio e das rendas da Universidade

Art. 39. Constituem o patrimonio da Universidade:

- 1) o fundo universitario;
- 2) legados e doações;
- 3) immoveis e outros bens que lhe forem incorporados.

§ 1.º O patrimonio da Universidade poderá, no todo ou em parte, ser alienado, para applicação do seu producto dentro da mesma finalidade, mediante approvação por tres quartos dos votos do Conselho Universitario, e aquiescencia do Governo do Estado.

§ 2.º A acquisição de bens, pela Universidade ou Institutos Universitarios, fica isenta de quaesquer impostos ou taxas.

Art. 40. São rendas da Universidade:

- 1) as importancias que, por lei, sejam destinadas á sua manutenção;
- 2) 10% do producto das taxas escolares dos Institutos Universitarios e os impostos que, em seu beneficio, forem instituidos;
- 3) a renda de seus bens moveis ou immoveis;
- 4) os donativos particulares, feitos com a clausula de applicação directa.

Paraphrasso unico. O saldo annual das rendas da Universidade reverterá em beneficio do fundo universitario.

Art. 41. O patrimonio e as rendas da Universidade não excluem a existencia de patrimonio e rendas proprias de cada Instituto Universitario.

**TITULO IV****Da administração universitaria****CAPITULO I****DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 42. A Universidade de S. Paulo gozará de personalidade jurídica e de autonomia didáctica e administrativa, sem prejuizo da personalidade jurídica de cada um dos Institutos que a compõem.

§ 1.º A autonomia da Universidade será tambem economica, quando dispuzer de bens, com a renda dos quaes possa manter-se.

§ 2.º Os direitos decorrentes da personalidade jurídica de cada um dos Institutos Universitarios só poderão ser exercidos em harmonia e conexão com os da personalidade jurídica da Universidade.

§ 3.º Enquanto a Universidade não tiver autonomia economica, dependem de approvação do Governo do Estado as deliberações que recahirem:

a) sobre criação ou remodelação de funções que importem augmento de despesa;

b) sobre qualquer compromisso ou acto que acarrete a responsabilidade dos poderes publicos.

Art. 43. A Universidade terá por órgãos de sua administração:

- 1) a Reitoria;
- 2) o Conselho Universitario;
- 3) a Assembléa Universitaria.

**CAPITULO II****DA REITORIA****SECÇÃO I***Disposições preliminares*

Art. 44. A Reitoria da Universidade, exercida por um Reitor, abrange:

- a) uma Secretaria;
- b) uma Contabilidade.

**SECÇÃO II***Do Reitor*

Art. 45. O Reitor é o órgão executivo superior da Universidade, e, enquanto esta não tiver autonomia economica, será nomeado pelo Governo do Estado, entre brasileiros natos, professores cathedratizos de qualquer dos Institutos Universitarios.

Art. 46. A duração do mandato do Reitor é de tres annos, contados do dia da posse.

Art. 47. São attribuições do Reitor:

- 1) administrar a Universidade e represental-a em juizo e fóra delle;
- 2) velar pela fiel execução destes estatutos;
- 3) convocar e presidir o Conselho Universitario;
- 4) assignar, com os directores dos Institutos Universitarios, que os expedirem, os diplomas conferidos pela Universidade;
- 5) superintender o serviço da Reitoria;
- 6) dar posse aos directores dos Institutos Universitarios e aos funcionarios da Reitoria;
- 7) exercer o poder disciplinar, que lhe é conferido por estes estatutos;
- 8) submeter annualmente á approvação do Governo do Estado o orçamento da Reitoria e o de cada um dos Institutos Universitarios;
- 9) propor ao Governo do Estado, depois de approvados pelo Conselho Universitario, os nomes dos candidatos aos cargos da administração, observadas as disposições legais que regulam o provimento de cargos publicos;
- 10) ter voto de desempate;
- 11) exercer as attribuições não especificadas neste artigo, mas inherentes ás funções executivas de Reitor.

Art. 48. Além do Reitor, haverá, para substituí-lo em seus impedimentos, um vice-Reitor, nomeado por proposta daquelle, entre professores cathedraes, membros do Conselho Universitario.

Paragraphe unico. O mandato do vice-Reitor é de tres annos, cessando, porém, quando deixe de pertencer ao Conselho Universitario.

Art. 49 O Reitor terá um secretario particular, de sua confiança immediata.

### SECÇÃO III

#### *Da Secretaria*

Art. 50. Os serviços da Secretaria ficarão a cargo dos seguintes funcionarios:

- a) um Secretario Geral, nomeado pelo Governo do Estado, por proposta do Conselho Universitario;
- b) um bibliothecario;
- c) escripturarios;
- d) dactylographos;
- e) continuos;
- f) serventes.

Art. 51. A organização dos serviços da Secretaria e as attribuições do respectivo pessoal serão determinadas no regimento interno da Universidade.

### SECÇÃO IV

#### *Da Contabilidade*

Art. 52. Os serviços da Contabilidade ficarão a cargo de um contador, auxiliado por escripturarios.

Paragrapho unico. O regimento interno da Universidade organizará e distribuirá os serviços da Contabilidade.

### CAPITULO III

#### DO CONSELHO UNIVERSITARIO

##### SECÇÃO I

###### *Da composição do Conselho Universitario*

Art. 53. O Conselho Universitario, órgão deliberativo da Universidade, será constituído:

- 1) pelos directores dos Institutos Universitarios;
- 2) por um delegado da congregação de cada Instituto Universitario;
- 3) por um representante dos docentes livres dos Institutos Universitarios;
- 4) por tres representantes das Instituições Complementares;
- 5) por um representante dos antigos alumnos dos Institutos que compõem a Universidade;
- 6) por um representante dos actuaes alumnos da Universidade.

§ 1.º A escolha, que a congregação fará de seu delegado, será por votação secreta e recahirá sobre um dos respectivos professores cathedrauticos effectivos, que não exerça função administrativa, salvo a de membro do Conselho Technico-Administrativo.

§ 2.º A escolha do representante dos docentes livres será por votação secreta, na sede da Reitoria.

§ 3.º Os tres representantes das Instituições Complementares serão escolhidos pelos directores destas, por votação secreta, na sede da Reitoria.

§ 4.º A escolha do representante dos antigos alumnos se fará por votação secreta, na sede da Reitoria, por uma assembléa que reúna, na mínimo, cem eleitores, em primeira convocação, ou cincoenta, em segunda.

§ 5.º O representante dos alumnos actuaes será escolhido por votação secreta, na sede da Reitoria, sob a presidencia do reitor, por processo que fôr prescripto pelo Directorio Central dos Estudantes da Universidade.

Art. 54. Aos particulares que houverem doado bens á Universidade ou aos Institutos Universitarios, poderá o Conselho Universitario conceder participação, por si ou por representantes seus, nas suas reuniões, para o fim especial de verificarem a applicação dos donativos ou a administração do patrimonio, que hajam feito.

##### SECÇÃO II

###### *Do mandato dos conselheiros*

Art. 55. Será esta a duração dos mandatos no Conselho Universitario:

- a) o dos delegados das congregações, tres annos;

- b) o do representante dos docentes livres, dous annos;
- c) o dos representantes das Instituições Complementares, dous annos;
- d) o do representante dos antigos alumnos, dous annos;
- e) o do representante dos alumnos actuaes, um anno.

**Paragrapho unico.** Nas vagas, será eleito substituto, que exercerá o mandato pelo tempo que faltar ao substituido.

### SECÇÃO III

#### *Das attribuições do Conselho Universitario*

**Art. 56.** São attribuições do Conselho Universitario:

- 1) exercer, como órgão deliberativo, a jurisdição superior da Universidade;
- 2) encaminhar ao Governo do Estado, com seu parecer, os projectos de regulamento dos Institutos Universitarios;
- 3) organizar o Regimento Interno da Universidade e **ap**-provar os que hajam sido elaborados pelos Institutos Universitarios;
- 4) emendar ou rever os estatutos da Universidade, **por** volação minima de dous terços da totalidade dos seus membros, e sanção do poder competente;
- 5) organizar o orçamento geral das despesas da Universidade, e opinar sobre os orçamentos que cada um dos Institutos Universitarios houver elaborado;
- 6) emitir parecer sobre a prestação annual de contas da Reitoria e dos Institutos Universitarios;
- 7) resolver sobre a accettazione dos legados e donativos;
- 8) deliberar sobre a administração do patrimonio da Universidade;
- 9) resolver sobre os mandatos universitarios para a **realização** de cursos de aperfeiçoamento ou de especialização, e autorizar accòrdos entre os Institutos Universitarios e sociedades particulares, para a realização de trabalhos de pesquisas;
- 10) organizar, de accòrdo com as propostas dos Institutos Universitarios e Instituições Complementares, os cursos, conferencias e demais medidas de extensão universitária;
- 11) deliberar sobre a concessão do título de doutor *honoria causa* e de premios pecuniarios ou honoríficos destinados a recompensar actividades universitarias;
- 12) tomar providencias para prevenir ou corrigir actos de indisciplina collectiva, não resolvidos pela direcção do instituto respectivo, e, em grão de recurso, sobre a applicação de penalidades na fórmula do Regimento Interno da Universidade;
- 13) resolver sobre a realização de planos e medidas que, por iniciativa propria, ou proposta de qualquer instituto, **fo**-rem suggeridas para a maior efficiencia cultural e social das instituições universitarias;
- 14) reconhecer o Directorio Central dos Estudantes;
- 15) propor ao Governo do Estado a nomeação do secretario geral da Universidade;
- 16) resolver os casos omissos dos estatutos.

## SECÇÃO IV

*Dos trabalhos do Conselho Universitario*

Art. 57. O Conselho Universitario se reunirá, ordinariamente, no decimo dia util de cada mez lectivo, e, extraordinariamente, sempre que o convocar o reitor, ou um terço de seus membros, não podendo funcionar sem a presença de mais de metade de seus componentes.

Paragrapho unico. Em terceira convocação, com intervallo de, pelo menos, 24 horas entre esta e a segunda o Conselho funcionará com qualquer numero, salvo os casos expressos em contrario.

Art. 58. É obrigatorio o comparecimento ás reuniões ordinarias, do Conselho Universitario, sob pena de perda do mandato de delegado ou representante (art. 53, ns. 2, 3, 4, 5 e 6), ou do cargo de director (art. 53, n. 1), aos que derem tres faltas annuaes, sem causa justificada, a juizo do Conselho.

Art. 59. O Conselho elegerá, na sua primeira reunião annual, as seguintes comissões, compostas, cada uma, de tres membros:

- a) comissão de ensino e regimentos;
- b) comissão de legislação e recursos;
- c) comissão de orçamentos e regencia patrimonial.

§ 1.º Poderão ser eleitas outras comissões especiaes transitórias.

§ 2.º No Regimento da Universidade se determinará a organização interna e a competencia dessas comissões.

Art. 60. As sessões do Conselho não são publicas, salvo deliberação em contrario, para cada caso.

Art. 61. O secretario geral da Reitoria servirá como secretario nas reuniões do Conselho.

## CAPITULO IV

## DA ASSEMBLÉA UNIVERSITARIA

Art. 62. A Assembléa Universitaria é constituída pelo conjunto dos professores cathedrauticos de todos os institutos que compõem a Universidade de S. Paulo.

Art. 63. A assembléa realizará, annualmente, uma reunião solenne, destinada:

- 1) a tomar conhecimento, por exposição do reitor, das principais occorrencias da vida universitaria e dos progressos e aperfeicoamentos realizados nös institutos universitarios;
- 2) a assistir á entrega de titulos honorificos.

Art. 64. O reitor convocará a assembléa para reunião extraordinaria, por proposta do Conselho Universitario, sempre que este tiver de deliberar:

- a) sobre alienação de bens immoveis da Universidade;
- b) sobre greves universitarias geraes.

Paragrapho unico. A Assembléa Universitaria, como órgão da vida conjunta dos Institutos Universitarios, tem função meramente consultiva.

## TITULO V

## Da administração dos Institutos Universitarios

## CAPITULO I

## DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 65. São órgãos da administração de cada um dos Institutos Universitarios:

- a) uma directoria;
- b) um conselho technico-administrativo;
- c) a congregação.

Paragrapho unico. O conselho technico-administrativo é órgão de existencia facultativa, conforme determinar o regulamento de cada instituto.

## CAPITULO II

## DA DIRECTORIA

## SECÇÃO I

*Disposições preliminares*

Art. 66. A directoria de cada Instituto Universitario, exercida por um director, comprehende as seguintes secções administrativas;

- a) uma Secretaria;
- b) uma Contabilidade,

## SECÇÃO II

*Do Director*

Art. 67. O director, órgão executivo do Instituto, será nomeado pelo Governo do Estado, dentre os seus professores cathedaticos, que sejam brasileiros natos.

Art. 68. A duração do mandato do director é de tres annos, contados do dia da posse.

Art. 69. São attribuições do director:

- 1) superintender os serviços administrativos do Instituto;
- 2) representar o Instituto em juizo e fóra delle.
- 3) velar pela fiel execução do regulamento e regimento interno;
- 4) convocar e presidir as reuniões do Conselho Technico-Administrativo e da Congregação;
- 5) assignar, com o reitor, os diplomas conferidos pelo instituto, e, com o secretario do instituto, os certificados regulamentares;
- 6) designar, interinamente, professores, nos termos do regulamento do instituto;
- 7) dar posse aos funcionarios docentes e administrativos;
- 8) exercer o poder disciplinar que lhe for conferido pelo regulamento;



9) submeter annualmente á approvação do governo do Estado, por intermedio do Conselho Universitario, a proposta de orçamento do instituto;

10) nomear os docentes livres;

11) executar e fazer executar as resoluções dos órgãos administrativos da Universidade;

12) fazer arrecadar a receita, effectuar a despesa e fiscalizar a applicação das verbas;

13) exigir a fiel execução do regimen didactico, especialmente quanto á observancia dos horarios e programmas;

14) propor ao governo do Estado, depois de approvados pelo Conselho Technico-Administrativo, os nomes dos candidatos aos cargos da administração, observadas as disposições legais que regulam o provimento de cargos publicos;

15) contratar e dispensar os serventes;

16) conceder férias e licenças regulamentares aos funcionarios do instituto;

17) exercer as demais attribuições que lhe competirem por lei, regulamento ou regimento interno.

Art. 70. O director será substituido, nos impedimentos, por um vice-director, designado annualmente pelo governo do Estado, por indicação do director, dentre os professores cathedraes effectivos, ou escolhido pelo Conselho Technico-Administrativo dentre os seus membros, segundo for estabelecido pelo regulamento de cada instituto.

### SECÇÃO III

#### *Das secções administrativas*

Art. 71. Os serviços da Secretaria e da Contabilidade ficarão a cargo dos funcionarios, que o regulamento de cada instituto determinar.

### CAPITULO III

#### DO CONSELHO TECHNICO-ADMINISTRATIVO

### SECÇÃO I

#### *Da organização do Conselho Technico-Administrativo*

Art. 72. O Conselho Technico-Administrativo é órgão deliberativo de cada instituto universitario, e será constituído de tres ou seis professores cathedraes effectivos, em exercicio, nomeados pelo secretario da Educação e da Saude Publica e renovados pelo terço cada anno.

§ 1º — Nos institutos, cujas congregações se compuzerem de mais de dezoito professores, o Conselho Technico-Administrativo terá seis membros.

§ 2º — Para a renovação do Conselho Technico-Administrativo, ou preenchimento de vagas, a Congregação organizará e enviará ao governo do Estado uma lista de professores em numero duplo ao daquelle que deve renovar ou completar o conselho.

§ 3º — A eleição será secreta, e obedecerá ao seguinte systema:

a) cada professor votará numa cedula com tantos nomes quantos egualarem o duplo dos lugares por preencher;

b) considera-se, em cada cedula, votado em primeiro turno, o nome escripto em primeiro lugar, e, em segundo, os demais;

c) constarão da lista os nomes, votados em primeiro turno, que alcançarem o quociente eleitoral, desprezadas as frações;

d) se não houver nomes, que bastem a completar a lista, eleitos em primeiro turno, completal-a-ão os mais votados em segundo.

§ 4º — Esta eleição se fará trinta dias antes de findar o mandato dos membros do Conselho Technico-Administrativo, ou dentro dos quinze dias que se seguirem ao da verificação da vaga.

## SECÇÃO II

### *Das attribuições do Conselho Technico-Administrativo*

Art. 73. São attribuições do Conselho Technico-Administrativo:

1) elaborar o regimento interno do instituto, o qual, depois de ouvida a Congregação, será submettido ao Conselho Universitario;

2) elaborar a proposta do orçamento annual do instituto;

3) informar os pedidos do director ao Conselho Universitario para effectuar despesas urgentes e inadivels, não previstas no orçamento;

4) designar nomes para a constituição das comissões examinadoras de concurso;

5) propor á Congregação os nomes dos professores e auxiliares de ensino que devem ser contractados;

6) approvar os horarios do instituto, organizados pelo director;

7) autorizar a realização de cursos extraordinarios e fixar para elles as condições de admissão de alumnos.

8) fixar annualmente, dentro dos limites regulamentares, a lotação das classes e turmas;

9) resolver sobre o pagamento aos professores dos cursos extraordinarios, ou de turmas desdobradas, dentro da verba orçamentaria;

10) organizar as comissões examinadoras para a admissão de estudantes;

11) deliberar sobre qualquer assumpto que interesse o instituto e não seja da competencia privativa do director ou da Congregação.

Parapho unico. Nos Institutos que não tiverem Conselho Technico-Administrativo, as attribuições deste serão exercidas pelas Congregações.

## SECÇÃO III

### *Dos trabalhos do Conselho Technico-Administrativo*

Art. 74. O Conselho Technico-Administrativo se reunirá ordinariamente no quinto dia util de cada mez do anno le-

etivo e, extraordinariamente, quantas vezes o convocar o Director do Instituto.

Art. 75. A Congregação, órgão superior na direcção director do Instituto.

§ 1.º Para o funcionamento do Conselho é necessaria a presença de mais de metade dos seus membros.

§ 2.º O director, que presidirá as reuniões do Conselho, terá voto de desempate.

## CAPITULO IV

### DA CONGREGAÇÃO

#### SECÇÃO I

##### *Da composição da Congregação*

Art. 75. A Congregação, órgão superior na direcção didactica do Instituto, é constituída:

- a) pelos professores cathedraticos effectivos;
- b) pelos docentes livres em exercicio, na substituição de cathedraticos;
- c) por um representante dos docentes livres, eleito anualmente pelos seus pares;
- d) pelos actuaes professores substitutos e professores cathedraticos em disponibilidade.

§ 1.º Cada Instituto, no regulamento respectivo, poderá admittir ainda, como elementos integrantes da Congregação, sem direito de voto nos concursos, professores contractados em regencia de cadeiras, bem como um representante dos auxiliares de ensino.

§ 2.º Os docentes livres, quando fizerem parte da Congregação, não podem votar nos concursos para cathedraticos.

#### SECÇÃO II

##### *Das attribuições da Congregação*

Art. 76. São attribuições da Congregação:

- 1) verificar, em sua primeira reunião annual, a presença dos professores, indicando substitutos aos cathedraticos ausentes ou impedidos;
- 2) organizar a lista para escolha dos membros do Conselho Technico-Administrativo;
- 3) eleger o seu representante no Conselho Universitario;
- 4) resolver, em grau de recurso, todos os casos que lhe forem submettidos, relativos aos interesses do ensino, no Instituto;
- 5) escolher, nos termos do regulamento respectivo, os membros das comissões examinadoras de concurso;
- 6) deliberar sobre a realização de concursos e opinar sobre os seus resultados, nos termos do regulamento de cada Instituto;
- 7) approvar os programmas dos cursos normaes;
- 8) exercer as demais attribuições que lhe competirem pelo regulamento ou regimento interno.

**SECÇÃO III***Dos trabalhos da Congregação*

Art. 77. A Congregação se reunirá ordinariamente para abertura e encerramento do anno lectivo, e, extraordinariamente, sempre que a convocar o director, ou um terço dos seus membros.

Art. 78. A Congregação funcionará e deliberará normalmente com a presença de mais da metade de seus membros, embora alguns deixem de votar, por impedimento ou outra causa.

Paragrapho unico. Em terceira convocação, a Congregação deliberará com qualquer numero, salvo os casos expressos em contrario.

Art. 79. Além dos casos expressos em lei, será feita por escrutinio secreto, obrigatoriamente, a votação que interesse a qualquer professor.

Art. 80. Além do seu voto de professor, tem o director, nos casos de empate, o de qualidade.

Art. 81. A falta de professores a cada sessão ordinaria da Congregação ou a cada sessão de concurso equivale á perda de um dia de aula.

**TITULO VI****Do corpo docente****CAPITULO I****DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 82. O corpo docente dos Institutos Universitarios se compõe de:

- a) professores cathedrauticos;
- b) docentes livres;
- c) auxiliares de ensino;
- d) professores contractados;
- e) e outras categorias de docentes, de accordo com a natureza peculiar do ensino em cada Instituto Universitario.

**CAPITULO II****DOS PROFESSORES CATHEDRAUTICOS****SECÇÃO I***Da nomeação dos professores cathedrauticos*

Art. 83. Os professores cathedrauticos são nomeados pelo Governo do Estado, por proposta da Congregação:

- a) por transferencia de professor cathedrautico de disciplina da mesma natureza de instituto da Universidade, ou de outra official ou reconhecida pelo Governo Federal;
- b) mediante concurso de titulos e de provas.

Art. 84. Para inscripção ao concurso de professor cathedrautico, o candidato terá que attender a todas as exigencias

instituídas no regulamento do instituto universitario, mas, em qualquer caso, deverá:

1) apresentar diploma profissional ou scientifico de instituto officialmente reconhecido, onde se ministre ensino da disciplina a cujo concurso se propõe;

2) provar que é brasileiro nato ou naturalizado;

3) apresentar provas de sanidade e idoneidade moral;

4) apresentar documentação da actividade profissional ou scientifica, que tenha exercido, e que se relacione com a disciplina em concurso.

Paragrapho unico. A Congregação, antes de iniciado o concurso, apreciará, em volação secreta, as provas de idoneidade moral dos candidatos, só admittindo a inscrição, quando accedidas por maioria de votos.

Art. 85. Cada instituto discriminará, em regulamento, os titulos que devam ser apresentados pelos candidatos a concurso.

Art. 86. O concurso de provas constará de:

1) defesa de these;

2) prova escripta;

3) prova pratica;

4) prova didactica.

Paragrapho unico. O regulamento de cada instituto determinará quaes as provas, referidas neste artigo, são necessarias ao provimento do cargo de professor cathedratico.

Art. 87. Encerrada a inscrição para concurso, será constituída uma comissão de cinco membros, á qual incumbirá:

a) apreciar os titulos e obras scientificas apresentadas pelo candidato;

b) acompanhar a realização de todas as provas do concurso;

c) classificar os candidatos pela ordem de merecimento;

d) indicar á Congregação o nome do candidato que deva ser provido no cargo.

§ 1.º Dos membros desta comissão dois serão designados pela Congregação, dentre os seus membros, e tres pelo Conselho Technico Administrativo.

§ 2.º Os tres membros designados pelo Conselho Technico Administrativo deverão ser professores de outros institutos de ensino superior ou profissionais especializados de notoria competencia.

Art. 88. Antes do juicio das provas, a comissão providenciara para que sejam excluidos do concurso os candidatos que hajam apresentado trabalhos ou theses de valor insignificante.

Art. 89. O modo de execução das provas de concurso será fixado pelo regulamento de cada instituto.

Art. 90. Exceptuadas as escriptas e as praticas, todas as provas do concurso serão publicas, sob a presidencia do director e com a presenca da Congregação.

Art. 91. Assim se julgará o concurso:

1) os titulos, em conjunto, lerão, de cada examinador, uma nota rigorosamente secreta, antes de iniciadas as provas;

2) o mesmo se dará com cada prova, logo que tenha sido concluída pelo ultimo candidato a ella chamado;

3) terminada a ultima prova, apurar-se-ha, para cada examinador, a classificação dos candidatos, de accordo com as notas que houver dado;

4) será classificado em primeiro lugar, no concurso, o candidato que houver alcançado maioria de classificações parciaes em primeiro lugar;

5) si houver empate de classificação em primeiro lugar entre dois ou mais candidatos, será classificado em primeiro lugar o que houver obtido média geral mais elevada;

6) havendo tambem empate de média geral, a Congregação indicará ao Governo do Estado, dentre os empatados, quem deva ser nomeado.

**Paragrapho unico.** Terminada a ultima prova, e antes da apuração, a commissão, por maioria de votos, em escrutinio secreto, habilitará ou inhabilitará cada um dos candidatos.

**Art. 92.** O candidato habilitado e classificado em primeiro lugar pela commissão, será indicado por esta á Congregação, para ser provido na cadeira em concurso.

§ 1.º A Congregação, ao votar o parecer da commissão, si este fór unanime ou confliver quatro assignaturas concordantes, não poderá rejeital-o senão por dois terços, no minimo, dos seus membros effectivos em exercicio.

§ 2.º Na votação referida no paragrapho anterior serão impedidos de votar os cathedratícos que fizerem parte da commissão examinadora.

**Art. 93.** Do julgamento do concurso caberá recurso exclusivamente de nullicade, para o Conselho Universitario, que, ouvida a Congregação do instituto, instruirá o secretario da Educação e da Saude Publica, a qual decidirá definitivamente.

**Art. 94.** Dentre dos dois primeiros annos de exercicio do professor, a Congregação poderá propor ao Conselho Universitario a sua dispensa.

§ 1.º O regulamento de cada instituto poderá determinar que o voto da Congregação seja precedido do parecer de uma commissão de especialistas na materia.

§ 2.º As votações, a que der lugar a materia deste artigo, serão rigorosamente secretas.

## SECÇÃO II

### *Das direitos e deveres dos professores cathedratícos*

**Art. 95.** O professor cathedratíco, depois de effectivado, gozará de vitaliciedade e inamovibilidade.

§ 1.º Os vencimentos e outras vantagens concedidas aos professores cathedratícos serão determinadas no regulamento de cada instituto, de accordo com a natureza do ensino e a extensão do trabalho exigido.

§ 2.º Os professores cathedratícos gozam dos direitos a licença, aposentadoria e jubilação, assegurados pela legislação em vigor.

**Art. 96.** O professor cathedratíco é responsavel pela effieciencia do ensino de sua disciplina.

**Art. 97.** O professor cathedratíco poderá ser destituído das respectivas funções pelo voto de dois terços dos pro-

fessores cathedrauticos do instituto e sancção do conselho universitario, por maioria de votos, nos seguintes casos:

- a) incompetencia scientifica;
- b) incapacidade didactica;
- c) desidia inveterada no desempenho das attribuições;
- d) actos incompativeis com a moralidade e a dignidade da vida universitaria.

§ 1.º A destituição, de que trata este artigo, só poderá ser effectivada mediante processo administrativo perante uma commissão de professores, eleita pela congregação do instituto e presidida por um membro do conselho universitario, por este designado.

§ 2.º Quando o professor destituído das funcções já se achar no gozo de vitaliciedade, será proposta ao Governo a sua aposentadoria compulsoria, com vencimentos proporcionaes ao tempo de exercicio.

### CAPITULO III

#### DOS DOCENTES LIVRES

Art. 98. A docencia livre destina-se a ampliar, em cursos equiparados aos normaes, a capacidade didactica dos institutos universitarios, e a concorrer, pelo tirocinio do magisterio, para a formação do corpo de professores.

Art. 99. A instituição da docencia livre é obrigatoria em todos os institutos universitarios.

Art. 100. O titulo de docente livre será conferido de accordo com as normas fixadas pelo regulamento de cada instituto, mediante a demonstração, em concurso de titulos e provas, de capacidade scientifica e didactica.

Paragrapho unico. O processo de realização e julgamento desse concurso será fixado no regulamento de cada instituto.

Art. 101. Ao docente livre serão assegurados os seguintes direitos:

- a) realizar cursos equiparados;
- b) substituir o professor cathedrautico nos impedimentos;
- c) collaborar com os professores cathedrauticos na realização dos cursos normaes;
- d) reger o ensino de turmas;
- e) organizar e realizar cursos de aperfeigoamento e de especialização, relativos á disciplina de que é docente livre.

Paragrapho unico. O regulamento de cada instituto fixará outros direitos e deveres inherentes á livre docencia.

Art. 102. A congregação excluirá do quadro de docentes livres aquelles que deixarem transcorrer cinco annos consecutivos, sem realizar actividades efficientes no ensino ou sem publicar qualquer trabalho de valor, sobre materia de sua cadeira.

Art. 103. As prerogativas da docencia livre, no que respeita á realização de cursos, poderão ser conferidas pelo Conselho Technico Administrativo aos professores cathedrauticos de outras universidades ou de institutos isolados de ensino superior, que as requererem, e quando apresentarem garantias de bem desempenharem as funcções do magisterio.

Art. 104. As causas, que determinam a destituição dos professores cathedraes, justificam identica penalidade com relação aos docentes livres.

## CAPITULO IV

### DOS AUXILIARES DE ENSINO

Art. 105. São considerados auxiliares de ensino os que cooperam com o professor cathedratico na realização dos cursos normaes ou na pratica de pesquisas originaes.

Paragrapho unico. O numero, categoria, condições de admissão e de permanencia no cargo, attribuições, subordinação e vencimentos dos auxiliares de ensino, serão instituidos nos regulamentos de cada um dos institutos universitarios, de accordo com a natureza e exigencia do ensino nelle ministrado.

Art. 106. Só poderão ser nomeados primeiros assistentes, chefes de clinica ou laboratorio ou adjuntos da Escola Polytechnica:

- 1) docentes livres da cadeira;
- 2) profissionais cujos titulos permitam a inscripção ao concurso para a docencia livre.

Paragrapho unico. Os auxiliares de ensino nomeados de accordo com o n. 2 deste artigo deverão, dois annos após a sua nomeação, submeter-se ao concurso para a docencia livre, sob pena de perda automatica do cargo, e de não poderem ser auxiliares de ensino de outra disciplina, sem que hajam obtido previamente a respectiva docencia livre.

## CAPITULO V

### DOS PROFESSORES CONTRACTADOS

Art. 107. Poderão ser contractados professores para:

- a) regencia de qualquer cadeira dos Institutos Universitarios;
- b) cooperação, com o professor cathedratico, no ensino normal da cadeira;
- c) realização de cursos de aperfeiçoamento e de especialização;
- d) execução e direcção de pesquisas scientificas.

§ 1.º O contracto de professores nacionaes ou estrangeiros será proposto ao Conselho Universitario, pelo Conselho Technico-Administrativo, ouvida a Congregação.

§ 2.º O contracto, que dependerá de approvação do Governo do Estado, terá a duração maxima de tres annos, podendo ser renovado, por igual periodo, por proposta da Congregação e approvação do Conselho Universitario.

§ 3.º As attribuições e vantagens conferidas ao professor contractado serão fixadas nos respectivos contractos.

Art. 108. Só poderão ser contractados professores para regencia de cadeiras nos seguintes casos:

- a) quando fór nova a cadeira,
- b) quando não se apresentarem candidatos a concurso;
- c) quando do concurso não resultar a indicação de qualquer candidato.



## TITULO VII

### DAS cadeiras, cursos e installações

#### CAPITULO I

##### DAS CADEIRAS

Art. 109. O ensino em cada um dos Institutos Universitarios será distribuido pelas cadeiras constantes do titulo II, capitulo II, destes estatutos.

§ 1.º A proposta de criação ou suppressão de cadeiras será submettida pela Congregação do Instituto ao Conselho Universitario, que, aquiescendo, a encaminhará ao Governo do Estado.

§ 2.º A distribuição das cadeiras pelos cursos normaes, a seriação dellas em cada um destes e o numero de horas seminaes das suas aulas e exercicios, constarão do regulamento do Instituto.

Art. 110. É permittido que a mesma cadeira ou parte della, sob a regencia do mesmo professor, seja commun a mais de um Instituto Universitario.

§ 1.º Quando a mesma materia, ou parte della, fôr leccionada separadamente, em mais de um Instituto, e houver equivalencia de programma e de gráo, é facultado aos alumnos fazer o curso em qualquer delles, mediante acquiescencia do Conselho Universitario, ouvido o Conselho Technico-Administrativo do Instituto, que o alumno preferir.

§ 2.º Vagando, em um Instituto, cadeira que tenha correspondente em outro, o Conselho Universitario poderá propôr a extincção de uma dellas, ouvidas as respectivas Congregações.

#### CAPITULO II

##### DOS CURSOS

Art. 111. Nos Institutos Universitarios serão realizados os seguintes cursos:

- a) cursos normaes, nos quaes será executado o programma official da disciplina;
- b) cursos equiparados, com effeitos legais dos cursos anteriormente definidos;
- c) cursos de aperfeiçoamento, que se destinem a ampliar conhecimentos de qualquer disciplina ou de determinados domínios da mesma;
- d) cursos de especialização, para aprofundar, em ensino intensivo e systematizado, conhecimentos necessarios a finalidades profissionais ou scientificas;
- e) cursos livres, sobre assumpto de interesse geral ou relacionados com qualquer das disciplinas ensinadas nos varios Institutos;
- f) cursos de extensão universitaria, destinados a prolongar, em beneficio colectivo, a actividade didactica dos Institutos Universitarios.

Art. 112. Os cursos normaes serão realizados pelo professor cathedraico ou contractado, com a collaboração dos au-

xiliares de ensino, e ainda de docentes livres, da escolha do professor.

§ 1.º Nos impedimentos do titular da cadeira, serão chamados, successivamente, para substituí-lo:

a) o docente livre que exercer as funções de primeiro assistente ou de adjunto da Escola Polytechnica;

b) o docente livre da cadeira, indicado pelo professor;

c) o cathedratico do mesmo Instituto, designado pelo director;

d) o cathedratico de outro Instituto da Universidade, a convite do director.

§ 2.º Havendo mais de um docente livre da cadeira, a substituição do cathedratico, por qualquer delles, não poderá exceder de um periodo lectivo, salvo annuncia da Congregação.

Art. 113. Os cursos equiparados serão realizados pelos docentes livres, na forma determinada pelo regulamento de cada Instituto.

Paragrapho unico. Para estes cursos, as inscripções se abrem simultaneamente com as dos cursos normaes, fixando o regulamento do Instituto as condições geraes do seu funcionamento.

Art. 114. Os cursos de aperfeiçoamento, de especialização e livres serão dados pelos professores que obtiverem autorização do Conselho Technico-Administrativo, podendo realizar-se no proprio Instituto ou nas Instituições Complementares da Universidade, ouvido, neste ultimo caso, o Conselho Universitario.

Art. 115. Os cursos de extensão universitaria, dados por meio de conferencias de divulgação, serão organizados pelos diversos Institutos da Universidade, com autorização do Conselho Universitario.

### CAPITULO III

#### DAS INSTALAÇÕES

Art. 116. A direcção da Universidade desenvolverá para maior efficiencia do ensino os laboratorios, gabinetes, museus e bibliothecas de cada um dos Institutos Universitarios.

Art. 117. A Universidade, além de laboratorios para pesquisas, campo de experimentação e aparelhamento para explorações biologicas, geologicas e mineralogicas, terá:

- 1) um escriptorio de intercambio e bibliothecas especializadas e populares;
- 2) um escriptorio de intercambio nacional e internacional de trabalhos, monographias e publicações periodicas;
- 3) uma secção de estatística e de archivo geral;
- 4) um departamento de publicidade e de archivo geral;
- 5) um departamento de publicidade para impressão e distribuição de trabalhos scientificos;
- 6) salões de conferencias apropriados para projecções cinematographicas, conferencias e demonstrações scientificas;
- 7) uma filmotheca e uma discotheca;
- 8) um "studio" para transmissão pelo radio;
- 9) uma secção de extensão universitaria com as respectivas installações.

**TITULO VIII****Dos alumnos e da vida escolar****CAPITULO I****DA ADMISSÃO DE ALUMNOS**

Art. 118. A admissão inicial nos cursos universitarios obedecerá ás condições geraes abaixo discriminadas, além de outras que constituirão dispositivos regulamentares de cada Instituto:

a) certificado do curso fundamental de cinco annos e de um curso complementar de character vocacional, feito no Collegio Universitario ou instituição equivalente, official ou reconhecida officialmente;

b) idade minima de 17 annos;

c) prova de identidade;

d) prova de sanidade;

e) prova de idoneidade moral;

f) pagamento das taxas exigidas.

Art. 119. A matricula em cada serie dos cursos dos Institutos Universitarios será limitada de accôrdo com a capacidade das installações.

Paragrapho unico. Para o primeiro anno dos cursos normaes, havendo pedidos de matriculas em numero superior ao de vagas, proceder-se-ha a concurso entre os candidatos, nos termos do regulamento de cada instituto.

Art. 120. Não será permittida a matricula simultanea do estudante em mais de um curso seriado, sendo, porém, permittida aos matriculados em qualquer curso seriado a frequencia de cursos avulsos ou de aprefeiçoamento e especialização.

**CAPITULO II****DO ANNO LECTIVO E DO REGIMEN DE AULAS**

Art. 121. O anno lectivo dos Institutos Universitarios inicia-se a 1 de março e encerra-se a 14 de novembro, com férias de 21 de junho a 15 de julho.

Paragrapho unico. Os exames finaes iniciam-se depois de 16 de novembro.

Art. 122. Os cursos não normaes terão inicio e duração fixados por occasião das inscripções.

Art. 123. As disposições referentes á frequencia e ao regime de aulas e exercicios praticos constarão do regulamento de cada instituto.

**CAPITULO III****DOS EXAMES E PROMOÇÕES**

Art. 124. A verificação de habilitação nos cursos universitarios, seja para a expedição de certificados e diplomas, seja para a promoção dos periodos lectivos seguintes, será

feita pelas provas e médias abaixo enumeradas, em épocas e com processos discriminados nos regulamentos dos Institutos Universitários, respeitadas as leis vigentes:

- a) provas parciais;
- b) provas finais;
- c) médias de trabalhos praticos ou de outros exercícios escolares.

Art. 125. As provas finais referidas no artigo anterior serão julgadas por comissões examinadoras, das quaes farão parte, obrigatoriamente, os professores e docentes, que houverem realizado os respectivos cursos.

Art. 126. As taxas de exame serão fixadas em tabellas annexas aos regulamentos dos Institutos Universitários, onde se discriminará a gratificação que deva ser concedida aos membros das comissões examinadoras.

## CAPITULO IV

### DOS DIPLOMAS E CERTIFICADOS

Art. 127. Os institutos que compõem a Universidade expedirão diplomas e certificados para documentar a habilitação em cursos seriados ou avulsos.

§ 1.º Os diplomas referentes a cursos profissionais superiores habilitam ao exercício legal da respectiva profissão.

§ 2.º Os certificados se destinam a provar a habilitação em cursos avulsos e de aperfeiçoamento ou especialização de natureza cultural ou profissional, realizados em qualquer dos Institutos Universitários.

Art. 128. A expedição dos certificados de que trata o artigo anterior e os privilegios pelos mesmos conferidos serão discriminados nos regulamentos de cada instituto.

Art. 129. Além dos diplomas e certificados referidos nos artigos anteriores, os Institutos Universitários expedirão diplomas de doutor, quando, pelo menos um anno após á conclusão dos cursos normaes, technicos ou scientificos, e attendidas outras exigencias regulamentares dos respectivos institutos, o candidato defender uma these de sua autoria.

§ 1.º A these de que trata este artigo, para que seja aceita pelo respectivo instituto, deverá constituir trabalho de real valor sobre assumpto de natureza technica ou puramente scientifica.

§ 2.º A defesa de these se fará perante uma commissão examinadora, cujos membros serão especialistas na materia.

## CAPITULO V

### DA ELIMINAÇÃO DE ALUMNOS

Art. 130. Serão eliminados os alumnos dos Institutos Universitários:

- a) quando o solicitarem por escripto;
- b) quando perderem o anno por faltas ou reprovação em dois annos successivos;
- c) quando lhes sobrevier doença incompativel com o convívio escolar;

d) quando, em processo disciplinar, forem condemnados á pena de eliminação.

## TITULO IX

### Do regime disciplinar

Art. 131. Caberá á administração de cada Instituto Universitário manter nelle a fiel observancia de todos os preceitos exigidos para a boa ordem e dignidade da instituição.

Art. 132. O regime disciplinar, em relação aos corpos docente e discente e aos funcionarios administrativos, será discriminado no regulamento e regimento interno de cada Instituto Universitário, cabendo ao director a fiscalização do regime adoptado, bem como a applicação das penalidades correspondentes a qualquer infracção, ouvido o Conselho Technico-Administrativo nos casos de maior gravidade.

§ 1.º Para os casos de suspensão de professores, suspensão de estudantes por mais de dous mezes, ou eliminação destes, e, ainda, suspensão de funcionario administrativo não demissivel *ad nutum* por mais de tres mezes, haverá recurso da deliberação de qualquer órgão administrativo para o órgão de hierarchia immediatamente superior, resolvendo em ultima instancia o Conselho Universitário.

§ 2.º O regulamento de cada instituto fixará os casos que admittam recurso de applicação de penalidades.

Art. 133. Será facultado a qualquer membro do corpo docente, discente ou administrativo de um Instituto Universitário, pessoalmente ou por um representante autorizado, escolhido dentre os professores cathedricos do mesmo instituto, comparecer á reunião do Conselho Technico-Administrativo, da Congregação ou do Conselho Universitario, em que haja de ser julgada, em grau de recurso, qualquer penalidade ao mesmo imposta.

## TITULO X

### Das dignidades universitarias

Art. 134. A Universidade de São Paulo para distinguir personalidades eminentes, poderá conceder o titulo de doutor *honoris causa*.

§ 1.º Este titulo poderá ser attribuido:

a) a personalidades scientificas nacionaes ou estrangeiras, que tenham contribuido de modo notavel para o progresso das sciencias, letras ou artes;

b) aos que tenham beneficiado de forma excepcional a humanidade ou o paiz, ou tenham prestado relevantes serviços á Universidade ou a qualquer dos seus institutos.

§ 2.º A concessão do titulo poderá ser feita por proposta de cinco membros do Conselho Universitario, ou por iniciativa da Congregação de qualquer dos Institutos Universitarios, sendo indispensavel, num ou noutro caso, a approvação por dous terços, no minimo, do mesmo Conselho.

§ 3.º O diploma de doutor *honoris causa* será expedido em reunião solenne da assembléa universitaria, com a presença do diplomado ou de seu representante idoneo.

**TITULO XI****Da vida social universitaria****CAPITULO I****DA VIDA SOCIAL UNIVERSITARIA EM GERAL**

Art. 135. Para a criação de um ambiente e uma tradição de espirito universitario, serão adoptados meios de desenvolver o espirito de cooperação e de sociabilidade, bem como a união de solidariedade de professores, auxiliares de ensino e dos antigos e actuaes alumnos dos diversos institutos, na defesa da efficiencia e do prestigio das instituições universitarias.

Paragrapho unico. A approximação e o convivio de professores e alumnos dos diversos institutos serão promovidos especialmente:

- a) pela proximidade dos edificios e construcção de villas universitarias;
- b) pela centralização administrativa da universidade, em tudo quanto respeite ao interesse geral;
- c) pela criação de cursos communs, que attendam ás necessidades de alumnos de differentes institutos;
- d) pelo regime de seminarios, centro de debates e trabalhos em cooperação;
- e) pela pratica de actividades sociaes em commum, com a participação dos alumnos dos differentes institutos;
- f) pela organização de sociedades ou clubs de estudos, de jogos e de recreação;
- g) pela pratica habitual de sports, jogos athleticos e competições de que participem universitarios dos differentes institutos.

Art. 136. A vida social universitaria terá como organizações fundamentais:

- a) associações de classe, constituídas pelos corpos docentes e discentes dos institutos universitarios;
- b) congressos universitarios periodicos;
- c) todas as demais instituições que tenham por fim vincular a universidade á sociedade, e contribuir, na esphera de sua acção, para o aperfeiçoamento do meio.

**CAPITULO II****DA SOCIEDADE DOS PROFESSORES UNIVERSITARIOS**

Art. 137. Os professores da universidade poderão organizar uma sociedade, que terá como presidente o reitor, e na qual serão admittidos os membros do corpo docente de qualquer instituto universitario.

§ 1.º A Sociedade dos Professores Universitarios destina-se:

- 1) a instituir e effectivar medidas de previdencia e beneficencia para qualquer membro do corpo docente universitario;
- 2) a effectuar reuniões de caracter scientifico, para communicações e discussões de trabalhos realizados nos institutos universitarios;

3) a promover reuniões de caracter social.

§ 2.º A sociedade de que trata este artigo poderá ter as seguintes secções:

- 1) secção de previdencia e beneficencia;
- 2) secção scientifica;
- 3, secção social.

§ 3.º Para effectivar as providencias relativas á primeira das secções acima referidas, será organizada a Caixa do Professorado Universitario com recursos provenientes de contribuições dos membros da sociedade, de donativos de qualquer procedencia e de uma contribuição de cada um dos institutos universitarios, no orçamento annual.

Art. 138. Caberá a direcção da Sociedade dos Professores Universitarios:

1) suggerir medidas tendentes a mais approximar as diversas unidades e instituições technico-scientificas, e a fortalecer os laços de solidariedade entre ellas;

2) trabalhar para a realização de congressos universitarios;

3) tomar a iniciativa de medidas efficazes á realização e intensificação de intercambio cultural e social entre as outras universidades nacionaes ou estrangeiras.

### CAPITULO III

#### DAS ASSOCIAÇÕES ESCOLARES DA UNIVERSIDADE

Art. 139. O corpo discente de cada um dos institutos universitarios deverá organizar uma associação destinada a crear e desenvolver o espirito de classe, a defender os interesses geraes dos estudantes e a tornar agradável o educativo o convívio entre elles.

§ 1.º Os estatutos da associação referida neste artigo serão submettidos ao Conselho Technico-Administrativo do instituto, para que sobre elles se manifeste e decida.

§ 2.º Destes estatutos deverá fazer parte o codigo de ethica do estudante, no qual se prescrevam os compromissos de estricta probidade na execução de todos os trabalhos e provas escolares, de zelo para com o patrimonio moral e material do instituto e de submissão dos interesses individuaes aos da collectividade.

Art. 140. A associação de cada instituto deverá eleger um directorio, que será reconhecido pelo Conselho Technico-Administrativo, como órgão legítimo da representação, para todos os effeitos, do corpo discente do mesmo instituto.

§ 1.º O directorio, de que trata este artigo, organizará commissões permanente, constituídas ou não de membro a elle pertencentes entre as quaes deverão figurar as tres seguintes:

- a) commissões de previdencia e beneficencia;
- b) commissão scientifica;
- c) commissão social.

§ 2.º As attribuições do directorio de cada instituto e especialmente de cada uma de suas commissões serão discriminadas nos estatutos.

Art. 141. Com o fim de estimular as actividades das associações de estudantes, quer em obras de assistência material ou espiritual, quer em competições e exercícios sportivos, quer em commemorações cívicas e iniciativas de caracter social, reservará o Conselho Technico-Administrativo do Instituto, ao elaborar o orçamento annual, uma subvenção, que não deverá exceder a importancia das taxas de admissão no primeiro anno dos cursos do anno lectivo anterior.

§ 1.º A importancia, a que se refere este artigo, será posta á disposição do directorio em valor igual á que seja destinada pela associação do Instituto aos mesmos fins.

§ 2.º O directorio apresentará ao Conselho Technico-Administrativo, ao termo de cada exercicio, um balanço, comprovando a applicação da subvenção recebida, bem como a da quota equivalente com que concorren, sendo vedada a distribuição de qualquer parcella de nova subvenção antes de approvado o mesmo balanço.

## CAPITULO IV

### DO DIRECTORIO CENTRAL DOS ESTUDANTES

Art. 142. Destinado a coordenar e centralizar a vida social dos corpos discentes da Universidade, poderá ser organizado o Directorio Central dos Estudantes, constituído por dous representantes de cada um dos directorios dos Institutos Universitários.

Paragrapho unico. Ao Directorio Central dos Estudantes caberá:

1) promover a applicação e a maxima solidariedade entre os corpos discentes dos diversos institutos;

2) realizar entendimento com os directores dos diversos institutos, afim de promover a realiação de solemnidades academicas e de reuniões sociaes;

3) organizar esportes, que aproveitem á saude e robustez dos estudantes;

4) promover reuniões de caracter scientifico, nas quaes se exercitem os estudantes em discussões de themas doutrina-rios ou de trabalhos de observação e de experiencia pessoal.

## CAPITULO V

### DA ASSISTENCIA AOS ESTUDANTES

Art. 143. Aos estudantes, que não puderem pagar as taxas escolares para o proseguimento dos cursos universitários, poderá ser autorizada a matricula, independente desse pagamento.

§ 1.º Os estudantes beneficiados por esta providencia não poderão ser em numero superior a dez por cento dos alumnos matriculados em cada instituto.

§ 2.º Caberá ao directorio indicar ao Conselho Technico-Administrativo quaes os alumnos do instituto necessitados do auxilio instituido neste artigo.

Art. 144. Para effectivar medidas de providencia e beneficencia, em relação aos corpos discentes dos Institutos Universitários, inclusive para a concessão de bolsas de estudos, deverá haver entendimento entre a Sociedade dos Professores



Universitarios e o Directorio Central dos Estudantes, afim de que naquellas medidas seja obedecido rigoroso criterio de justiça e de oportunidade.

Paragrapho unico. A secção de previdencia e beneficencia da Sociedade de Professores Universitarios organizará, de accordo com o Directorio Central dos Estudantes, o serviço de assistencia medica e hospitalar aos membros dos corpos discentes dos institutos universitarios.

## CAPITULO VI

### DAS BOLSAS DE VIAGENS E DE ESTUDOS

Art. 145. O Conselho Universitario incluirá, no orçamento annual, bolsas de viagens ou de estudos, para o fim de proporcionar os meios de especialização e aperfeiçoamento, em instituições do paiz e do estrangeiro, á professores e auxiliares de ensino, ou diplomados pela Universidade de São Paulo, que tenham revelado aptidões excepcionaes.

§ 1.º Entre o Conselho Universitario e os escolhidos cada anno, serão convenccionados os objectivos das viagens de estudo ou pensionato, o tempo de permanencia, a pensão e as obrigações a que ficam sujeitos.

§ 2.º Poderá ser applicada, a juizo do Conselho Universitario, parte da renda das bolsas de estudos ao auxilio de alumnos reconhecidamente pobres e de real valor para o proseguimento de seus estudos.

§ 3.º Deverá ser annullada a concessão de bolsa, quando o proseguimento ou o aproveitamento do beneficiado não for satisfatorio, a juizo do Conselho Universitario.

## TITULO XII

### Disposições geraes e transitorias

## CAPITULO I

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 146. É assegurada a liberdade de cathedra, em toda a sua plenitude.

Art. 147. O Governo do Estado estenderá, quando julgar opportuno, o regimen do tempo integral a professores e auxiliares de ensino de qualquer dos Institutos Universitarios.

Paragrapho unico. Regimen de tempo integral é a dedicacão exclusiva do professor ou auxiliar de ensino ao magisterio na Universidade e ás pesquisas que lhe correspondam e, simultaneamente, o dever de abster-se de qualquer outra actividade profissional, publica ou particular, remunerada ou não.

Art. 148. Não se permite aos professores e funcionarios da Universidade a accumulacão de mais de dous cargos publicos remunerados, no magisterio ou fóra d'elle.

Paragrapho unico. Excluem-se desta prohibição:

- a) as substituições de curto prazo;
- b) as commissões transitorias;
- c) a direcção de qualquer instituto universitario.

Art. 149. Nas votações da Universidade, não se permitem votos por procuração.

Art. 150. É vedado, a quem não pertencer ao corpo docente dos Institutos Universitários, enumerados no art. 3º destes estatutos, usar do título de professor ou docente da Universidade.

## CAPITULO II

### DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 151. O Conselho Universitario resolverá, dentro de sua alçada, ou proporá ao Governo do Estado a solução de todas as duvidas suscitadas pelo regime de adaptação resultante destes estatutos.

Art. 152. O numero de horas semanaes, attribuidas actualmente ás cadeiras e aulas já providas, não poderá ser augmentado, sem correspondente acrescimo de vencimentos.

Art. 153. Será permittido até a época estabelecida na lei, o exame vestibular, em lugar de approvação no 2º anno do curso universitario ou de cursos complementares officiaes ou reconhecidos.

Art. 154. O Governo do Estado poderá desdobrar a 4ª cadeira do curso de pharmacia em duas (zoologia e parasitologia); a 11ª do curso de odontologia, em duas (pathologia e therapeutica), e a 12ª do mesmo curso, em duas (orthodontia e odontopediatria).

Art. 155. O modo de constituição inicial do Conselho tecnico-administrativo de qualquer instituto será fixado pelo respectivo regulamento.

Art. 156. Fica transferida para a terceira secção do Collegio Universitario a aula de desenho geometrico e a mão livre, do curso preliminar da Escola Polytechnica, respeitadas ao professor os direitos adquiridos.

Art. 157. As aulas da cadeira de complementos de mathematica elementar, algebra superior, elementos de geometria analytica plana e no espaço, do curso preliminar, ora extinto, da Escola Polytechnica, continuam a ser dadas pelo respectivo titular, em curso equivalente, que é o da segunda série da terceira secção do Collegio Universitario, continuando o actual titular, professor da Escola Polytechnica, para todos os effectos.

Art. 158. Cabe ao Conselho Universitario exercer as attribuições da Congregação ainda não constituida regularmente.

Art. 159. Os professores effectivos, chefes da segunda, terceira e quarta secções, da actual Escola de Professores, passam a denominar-se professores cathedrauticos do Instituto de Educação, nas respectivas cadeiras.

Paragrapho unico. O professor effectivo da primeira secção (Educação), passará a denominar-se professor cathedrautico da cadeira de philosophia e historia da educação.

Art. 160. As cadeiras novas previstas nestes estatutos, serão installadas, quando o Governo do Estado julgar opportuno.

Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1934. — *Gustavo Capanema.*

## DECRETO N. 40 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1934

*Concede auxílios no 1º semestre de 1934, a instituições nos Estados do Rio Grande do Norte, Piauí, Rio de Janeiro, Districto Federal, S. Paulo, Minas Geraes e Goyaz*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, na conformidade do disposto no art. 24 do decreto n. 20.354, de 31 de agosto de 1931, conceder os seguintes auxílios, relativos ao 1º semestre de 1934, a instituições nos Estados do Rio Grande do Norte, Piauí, Rio de Janeiro, Districto Federal, S. Paulo, Minas Geraes e Goyaz, abaixo indicadas, correndo a despesa por conta da sub-consignação n. 1 da verba 18ª — Subvenções — art. 5º do decreto n. 24.167, de 25 de abril de 1934.

Associação dos Escoteiros do Alecrim, Natal, Rio Grande do Norte .....	3:000\$000
Hospital de Caridade de Floriano, Floriano, Piauí .....	1:500\$000
Caixa Beneficente dos Mendigos de Therezina, Therezina, Piauí .....	2:500\$000
Instituto de Meninos Anormais, Petropolis, Rio de Janeiro .....	5:000\$000
Academia Brasileira de Sciencias, Districto Federal .....	5:000\$000
Asylo Izabel — Districto Federal .....	2:500\$000
Assistencia á Infancia de Santos, S. Paulo .....	20:000\$000
Sociedade de Educação e Beneficencia (Instituto Santa Therezinha de Surdos Mudos), S. Paulo .....	2:500\$000
Hospital Regional do Sul de Minas, Varginha, Minas Geraes .....	3:000\$000
Albergue Santo Antonio, S. João D'El-Rey, Minas Geraes .....	1:500\$000
Conferencia de S. Vicente de Paulo, Annapolis, Goyaz .....	1:000\$000
<b>Total . . . . .</b>	<b>47:500\$000</b>

Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1934, 113º da Independência e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capancma.*

## DECRETO N. 41 — DE 4 DE SETEMBRO DE 1934

*Faz publica a adesão da Suecia á Convenção Sanitaria Internacional, Paris, 1926*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adesão do Governo da Suecia á Convenção Sanitaria Internacional, assignada em Paris a 20 de Junho de

1926 de accôrdo com a informação transmittida pelo Ministerio dos Negocios Estrangeiros da França á Embaixada do Brasil em Paris.

Rio de Janeiro, 4 de Setembro de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

DECRETO N. 42 — DE 4 DE SETEMBRO DE 1934

*Faz publica a adhesão da Finlândia á Convenção Internacional para a limitação da responsabilidade dos proprietarios de navios de mar, Bruxellas, 1924*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão, por parte do Governo da Finlândia, á Convenção Internacional para a limitação da responsabilidade dos proprietarios de navios de mar, assignada em Bruxellas a 25 de Agosto de 1924, devendo tal adhesão ter validade a partir de 12 de Janeiro do anno proximo, de accôrdo com a informação transmittida ao Ministerio das Relações Exteriores pela Embaixada da Belgica nesta capital.

Rio de Janeiro, 4 de Setembro de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

DECRETO N. 43 — DE 4 DE SETEMBRO DE 1934

*Faz publica a adhesão da Finlândia á Convenção Internacional para a unificação de certas regras relativas aos privilegios e hypothecas maritimas, Bruxellas 1926*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão, por parte do Governo da Finlândia á Convenção Internacional para a unificação de certas regras relativas aos privilegios e hypothecas maritimas, assignada em Bruxellas a 10 de Abril de 1926, devendo tal adhesão ter validade a partir de 12 de Janeiro do anno proximo, de accôrdo com a informação transmittida ao Ministerio das Relações Exteriores pela Embaixada da Belgica nesta capital.

Rio de Janeiro, 4 de Setembro de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

## DECRETO N. 44 — DE 4 DE SETEMBRO DE 1934

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, pela Republica de Cuba, da Convenção sobre direitos e deveres dos Estados no caso de guerra civil, Havana, 1928*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte da Republica de Cuba, a 18 de Julho do corrente anno da Convenção sobre direitos e deveres dos Estados em caso de guerra civil, assignada em Havana, a 20 de Fevereiro de 1928, por occasião da Sexta Conferencia Internacional Americana, conforme communicação da União Pan-Americana á Embaixada do Brasil em Washington.

Rio de Janeiro, 4 de Setembro de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

## DECRETO N. 45 — DE 4 DE SETEMBRO DE 1934

*Autoriza Silvino Silva, por si ou sociedade que organizar, a pesquisar ouro alluvionar nas margens e igarapés do rio Cricou, affluente do rio Oyapock, numa extensão de vinte e cinco (25) kilometros, rio acima, a partir de sua foz no citado rio Oyapock, rio aquelle situado dentro da Colonia Agricola Federal "Clevelandia", no Estado do Pará*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o n. 1° do art. 56 da Constituição, e tendo em vista o decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado Silvino Silva, por si ou sociedade que organizar, a pesquisar ouro alluvionar nas margens e igarapés do rio Cricou, affluente do rio Oyapock, numa extensão de vinte e cinco (25) kilometros, rio acima, a partir de sua foz no citado rio Oyapock, rio aquelle situado dentro da Colonia Agricola Federal "Clevelandia", colonia esta localizada entre os rios Pontanarri a leste e Marupi e oeste, afluentes tambem do rio Oyapock, distando o mencionado rio Cricou, approximadamente, doze (12) kilometros do rio Pontanarri e, tambem approximadamente, seis (6) kilometros da séde da referida Colonia Agricola, no Estado do Pará, mediante as seguintes condições:

I — O titulo desta autorização, que será uma via autentica deste decreto na forma do § 4° do art. 18 do Codigo de Minas, será pessoal e somente transmissivel no caso de herdeiros necessarios e conjuge sobrevivente, bem como no de successão commercial.

II — Esta autorização durará dois (2) annos, podendo ser renovada na conformidade do art. 20 do Codigo de Mi-

nas, e o campo da pesquisa é o delimitado neste artigo, não podendo exceder a extensão no mesmo marcada.

III — A pesquisa seguirá um plano preestabelecido, que será organizado pelo autorizado e submettido á approvação do Governo, ouvido o Departamento Nacional da Produção Mineral.

IV — O Governo fiscalizará a execução do plano de que trata o numero anterior, podendo mesmo orientar melhor a marcha dos trabalhos.

V — Na conclusão dos trabalhos, sem prejuizo de quaesquer informações pedidas pelo Governo no curso delles, o autorizado deverá apresentar ao Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministerio da Agricultura um relatório circunstanciado, acompanhado de perfis geologicos e plantas, em tela e cópia, onde sejam indicados com exactidão os côrtes que se houverem feito no terreno, o maximo da profundidade que houverem attingido os trabalhos de pesquisa, a espessura média e a área dos depositos alluvionares, seu volume e teor médio de ouro por metro cubico, bem como de outros esclarecimentos que se tornarem necessarios para o reconhecimento e apreciação da jazida.

VI — Do minerio e material extrahido, o autorizado não poderá utilizar-se senão de pequenas quantidades, sufficientes para analyses e ensaios industriaes, só podendo dispôr do mais depois de iniciada a lavra.

VII — Serão respeitadas os direitos de terceiros, resarcindo o autorizado damnos e prejuizos que ocasionar, a quem de direito, e não respondendo o Governo pelas limitações que possam sobrevir ao título, da opposição dos ditos direitos.

Art. 2.º Esta autorização será considerada abandonada, para o effeito do paragrapho unico do art. 27 do Codigo de Minas, nas seguintes condições:

I — Si o autorizado não iniciar os trabalhos de pesquisa dentro dos seis (6) primeiros mezes contados da data da autorização.

II — Si interromper os trabalhos depois de iniciados por igual espaço de tempo, salvo motivo de força maior, a juizo do Governo.

III — Si não apresentar o plano dos trabalhos em tempo util para poder dar inicio á sua execução dentro do prazo a que allude o n. I deste artigo.

IV — Si, findo o prazo da autorização, sem ter sido renovada na fórma do art. 20 do Codigo de Minas, não apresentar, dentro de um mez, o relatório final, nas condições especificadas no n. V do artigo anterior.

Art. 3.º Si o autorizado infringir o n. I ou o n. VI do art. 1.º, ou não se submeter ás exigencias da fiscalização, será annullada esta autorização na fórma do art. 28 do Codigo de Minas.

Art. 4.º O título a que allude o n. I do art. 1.º pagará de sello a quantia de quinhentos mil réis (500\$000) e só será valido depois de transcripto no respectivo registro após o pagamento do sello, na fórma do § 5.º do art. 48 do Codigo de Minas.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1934, 113.º da Independência e 46.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

---

DECRETO N. 46 — DE 5 DE SETEMBRO DE 1934 (\*)

*Approva, com alterações, os estatutos da União Geral dos Funcionarios Civis do Brasil, e concede-lhe autorização para operar com seus associados, mediante consignação em folha de pagamento*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a União Geral dos Funcionarios Civis do Brasil, com sede no Districto Federal, resolve conceder-lhe autorização para operar com seus associados, mediante consignação em folha de pagamento, de accordo com o decreto n. 21.576, de 27 de junho de 1932 e, bem assim, approvar a reforma dos seus estatutos, que a este acompanham, votada em assembleia geral extraordinaria realizada em 24 de novembro do anno findo, feitas, porém, as seguintes modificações: no art. 6.º, lettra b, acrescentar entre as expressões — “a juros” e “a seus associados” — a palavra — “sómente” —; substituir o final do mesmo periodo, desde a palavra “observadas” até “em synthese”, pelo seguinte — “observadas as disposições do decreto n. 21.576, de 27 de junho de 1932 e demais leis vigentes e as determinações de autoridade competente”; supprimir a parte final do inciso 4 da lettra b, do mesmo artigo que diz — “salvo a de 20 % a mais para o fim exclusivo da aquisição de casas ou terrenos” — e no art. 7.º, paragrapho unico, excluir os dizeres — “podendo por outro lado e nas mesmas condições, aceitar dinheiro de pessoas estranhas ao quadro social”.

Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1934, 113.º da Independência e 46.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 47 — DE 5 DE SETEMBRO DE 1934

*Approva a reforma dos estatutos da Caixa Beneficente dos Sargentos do 1.º R. A. M. e concede-lhe permissão para transigir com seus associados, com a garantia de consignação em folha*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Caixa Beneficente dos Sar-

---

(\*) Vide publicação dos Estatutos no *Diario Official* de 21 de setembro de 1934.

gentos do 1º Regimento de Artilharia Montada, com séde no Districto Federal, resolve approvar a reforma de seus estatutos, votada em assembléa geral extraordinaria, realizada em 10 de maio ultimo, e conceder-lhe autorização para operar com seus associados mediante consignação em folha de pagamento, nos termos do decreto n. 21.576, de 27 de junho de 1932.

Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.  
A. de Souza Costa.

DECRETO N. 48 — DE 6 DE SETEMBRO DE 1934

*Eleva de 18:223\$100 o orçamento approved pelo decreto numero 24.041, de 26 de março de 1934*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo em vista o que expoz a Directoria do Departamento dos Correios e Telegraphos e as informações prestadas, decreta:

Artigo unico. Fica elevado da importancia de 18:223\$100 (dezoito contos duzentos e vinte e tres mil e cem réis) o orçamento approved pelo decreto n. 24.041, de 26 de março do corrente anno, para a construcção do edificio destinado a agencia postal telegraphica de Caxambu, no Estado de Minas Geraes, correndo esse augmento de despeza por conta do deposito de que trata o decreto n. 22.620, de 5 de abril de 1933.

Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.  
Joaquim Licinio de Souza Almeida,  
Encarregado do expediente.

DECRETO N. 49 — DE 6 DE SETEMBRO DE 1934

*Supprime o logar de porteiro do Departamento Central*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve:

Artigo unico. Fica supprimido, no quadro do pessoal civil do Departamento Central, o logar de porteiro, vago desde 1928, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.  
P. Góes Monteiro.



## DECRETO N. 50 — DE 10 DE SETEMBRO DE 1934

*Concede auxílios no segundo semestre de 1933 a instituições nos Estados do Piauí, Ceará, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Minas Geraes, Goyaz e Matto Grosso*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve, na conformidade do disposto no art. 24 do decreto n. 20.351, de 31 de agosto de 1931, e art. 1º do decreto n. 23.071, de 1 de agosto de 1933, conceder os seguintes auxílios relativos ao segundo semestre de 1933, a instituições nos Estados do Piauí, Ceará, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Minas Geraes, Goyaz e Matto Grosso, abaixo indicadas:

Hospital de Caridade de Floriano — Floriano — Piauí . . . . .	2:500\$000
Santa Casa de Misericórdia e Asylo de Alienados — Therezina — Piauí . . . . .	5:000\$000
Santa Casa de Misericórdia — Sobral — Ceará . . . . .	2:500\$000
Santa Casa de Misericórdia — Victoria — Espírito Santo . . . . .	10:000\$000
Casa de Caridade — Cantagallo — Rio de Janeiro . . . . .	2:500\$000
Irmadade da Santa Misericórdia — Angra dos Reis — Rio de Janeiro . . . . .	3:000\$000
Irmadade de Santa Isabel — Cabo Frio — Rio de Janeiro . . . . .	1:000\$000
Hospital de São Vicente de Paulo — Bom Jesus de Itabapoana — Rio de Janeiro . . . . .	1:000\$000
Associação Profectora dos Morpheticos — Jundiáhy — São Paulo . . . . .	2:500\$000
Associação Sanatorios Santa Clara — Campos Jordão — São Paulo . . . . .	10:000\$000
Irmadade de Misericórdia (mantenedora do Hospital Santa Isabel) — Taubaté — São Paulo . . . . .	5:000\$000
Santa Casa de Misericórdia — Jacarehy — São Paulo . . . . .	1:000\$000
Hospital São Vicente de Paulo — Guarapuava — Paraná . . . . .	6:000\$000
Associação de Caridade — Pouso Alegre — Minas Geraes . . . . .	1:000\$000
Asylo de Orphãos dos Sagrados Corações de Jesus e Maria — Barbacena — Minas Geraes . . . . .	5:000\$000
Casa de Caridade — Andrelandia — Minas Geraes . . . . .	3:000\$000
Casa de Caridade — Ouro Fino — Minas Geraes . . . . .	5:000\$000
Escola Domestica Santa Therezinha — Pouso Alegre — Minas Geraes . . . . .	1:000\$000
Escola Profissional Delphim Moreira — Pouso Alegre — Minas Geraes . . . . .	5:000\$000
Hospital São Vicente de Paulo — Antonio Dias Minas Geraes . . . . .	1:500\$000

Hospital Cassiano Campolina — Entre Rios — Minas Geraes . . . . .	3:000\$000
Hospital Immaculada Conceição — Santa Maria do Suassuby — Minas Geraes . . . . .	1:500\$000
Hospital de Caridade São Vicente de Paulo — Ayuruoca — Minas Geraes . . . . .	2:000\$000
Santa Casa de Misericórdia — Camanducaia — Minas Geraes . . . . .	1:500\$000
Santa Casa de Caridade — Conquista — Minas Geraes . . . . .	2:500\$000
Santa Casa de Misericórdia — Passos — Minas Geraes . . . . .	3:000\$000
Santa Casa de Misericórdia — Barbacena — Minas Geraes . . . . .	7:500\$000
Sociedade São Vicente de Paulo — Minas Geraes . . . . .	1:500\$000
Conferencia de São Vicente de Paulo — Annapolis — Goyaz . . . . .	1:000\$000
Missão da Ordem Terceira Regular de São Francisco — São Luiz de Cáceres — Matto Grosso . . . . .	3:000\$000
Santa Casa de Misericórdia — Cuyabá — Matto Grosso . . . . .	5:000\$000
Total . . . . .	105:000\$000

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1934, 114° da Independência e 46° da República.

GETULIO VARGAS  
Gustavo Capanema.

#### DECRETO N. 51 — DE 11 DE SETEMBRO DE 1934

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, pelo Conselho Federal Suíço, da Convenção Internacional das Telecomunicações, assignada em Madrid, em 9 de dezembro de 1932*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito, nos archivos do Ministerio de Estado de Madrid, do instrumento de ratificação, por parte do Conselho Federal Suíço, da Convenção Internacional das Telecomunicações, assignada em Madrid a 9 de dezembro de 1932, approvando tambem o Regulamento Telegraphico, o Regulamento Telephonico e os regulamentos geral e adicional de radiocomunicações, annexos á referida convenção.

Rio de Janeiro, em      de setembro de 1934, 113° da Independência e 46° da República.

GETULIO VARGAS.  
José Carlos de Macedo Soares.

## DECRETO N. 52 — DE 11 DE SETEMBRO DE 1934

*Declara sem applicação os creditos destinados ao ultimo trimestre do exercicio, e dá outras providencias*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe são conferidas pelo n. 1º do art. 56 da Constituição da Republica, e

Attendendo a que o orçamento da despesa publica para o corrente anno está subordinado ao regimen de exercicio estabelecido pelo decreto n. 23.150, de 15 de setembro de 1933, que em seu art. 1º, letra *a*, fixa o dia 1º de abril para o inicio do anno financeiro e o de 31 de março para o respectivo termo;

Attendendo a que as disposições da nova Constituição da Republica referentes á especie fazem coincidir o anno financeiro com o anno civil, devendo assim iniciar-se a execução do proximo orçamento em 1º de janeiro de 1935;

Attendendo, porém, a que, dessa fórmula, o orçamento em vigor comprehende apenas um periodo de nove mezes e que, em consequencia, devem ficar sem applicação os creditos consignados para as despesas dos tres mezes excedentes,

Decreta:

Art. 1.º As despesas publicas federaes não poderão exceder as importancias correspondentes a nove duodecimos dos creditos consignados na lei orçamentaria vigente, sob pena de responsabilidade pessoal dos que infringirem este preceito.

Art. 2.º São declaradas sem applicação, para todos os efeitos, as quantias relativas aos duodecimos destinados ao ultimo trimestre do actual exercicio.

Art. 3.º Os dispositivos deste decreto comprehendem todas as dotações orçamentarias, de "pessoal" ou "material", ressaltadas as despesas já legalmente effectuadas e os compromissos assumidos até a presente data.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1934, 113ª da Independencia e 46ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

*Protogenes Pereira Guimarães.*

*Agamemnon Magalhães.*

*Odilon Braga.*

*Vicente Ráo.*

*João Marques dos Reis.*

*Gustavo Capanema.*

*José Carlos de Macedo Soares.*

*Pedro Aurelio de Góes Monteiro.*

## DECRETO N. 53 — DE 11 DE SETEMBRO DE 1934

*Approva o Regulamento dos Collegios Militares*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da attribuição que lhe confere a Constituição, resolve approvar o Regulamento dos Collegios Militares, que com este baixa, assignado pelo general de divisão Pedro Aurelio do Góes Monteiro, ministro de Estado da Guerra.

Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1934, 113ª da Independencia e 46ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

P. Góes Monteiro.

**Regulamento dos Collegios Militares****TITULO I****Dos collegios militares e seus fins**

Art. 1.º Os Collegios Militares, destinados á educação dos fillos de militares, bem como de civis nas condições estabelecidas neste regulamento, têm por finalidade:

a) ministrar a estes, segundo um plano de ensino de humanidades analogo ao dos institutos civis officiaes de ensino secundario da Republica, a *instrução fundamental e complementar*, de modo a obter-se o mesmo resultado colimado por estes institutos e tendo-se em vista que os alumnos, ao terminarem o curso, estejam habilitados á matricula nas escolas de formação de officiaes, do Exército e da Marinha, e nos institutos civis de ensino superior;

b) ministrar aos sargentos do Exército activo a instrução complementar na forma prescripta pelo n.º 2 do art. 4º, da letra B, do capítulo II da Lei do Ensino Militar.

Art. 2.º São tres os Collegios Militares, com sede, respectivamente, no Rio de Janeiro, em Porto Alegre e em Fortaleza.

Art. 3.º Os Collegios Militares subordinam-se ao Estado-Maior do Exército.

**TITULO II****Do plano geral do ensino**

Art. 4.º Haverá nos Collegios Militares um ensino theorico-pratico e um ensino essencialmente pratico.

§ 1.º O ensino theorico-pratico será ministrado em dois cursos: fundamental e complementar.

§ 2.º O ensino pratico será ministrado parallelamente ao ensino theorico-pratico e comportará uma instrução essencialmente pratica, constituida de dois grupos, assim discriminados:

- 1º, instrução militar;
- 2º, educação physica.

Art. 5.º O curso fundamental previsto no § 1.º, do art. 4.º, será constituído das seguintes materias, assim seriadas:

## 1º ANNO

Portuguez.  
Francez.  
Historia da Civilização.  
Geographia.  
Arithmetica.  
Sciencias physicas e naturaes.  
Desenho.  
Musica.

## 2º ANNO

Portuguez.  
Francez.  
Inglez.  
Allemao (facultativo).  
Historia da Civilização.  
Geographia.  
Arithmetica.  
Sciencias physicas e naturaes.  
Desenho.  
Musica.

## 3º ANNO

Portuguez.  
Francez.  
Inglez.  
Allemao (facultativo).  
Historia da Civilização.  
Geographia.  
Algebra.  
Physica.  
Desenho.  
Musica.

## 4º ANNO

Portuguez.  
Latim.  
Inglez.  
Historia da Civilização.  
Geographia.  
Algebra.  
Geometria e Trigonometria.  
Physica.  
Chimica.  
Historia Natural.  
Desenho.

## 5º ANNO

Portuguez.  
Latim.  
Historia da Civilização.  
Geometria.  
Chimica.  
Historia Natural.  
Historia e Chorographia do Brasil.  
Desenho.

Art. 6.º O curso complementar será constituído das seguintes materias, assim seriadas:

1. Para os candidatos á matricula no curso juridico:

1º ANNO

Latim.  
Litteratura.  
Historia da Civilização.  
Noções de economia e estatistica.  
Biologia geral.  
Psychologia e logica.

2º ANNO

Latim.  
Litteratura.  
Geographia.  
Hygiene.  
Sociologia.  
Historia da Philosophia.  
Instrucção moral e civica.

2. Para os candidatos á matricula nos cursos de Medicina, Pharmacia e Odontologia:

1º ANNO

Allemão ou inglez.  
Mathematica.  
Physica.  
Chimica.  
Historia natural.  
Psychologia.

2º ANNO

Allemão ou inglez.  
Physica.  
Chimica.  
Historia natural.  
Sociologia.  
Instrucção moral e civica.

3. Para os candidatos á matricula nos cursos de Engenharia, Architectura e Escolas Militar e Naval.

1º ANNO

Mathematica.  
Physica.  
Chimica.  
Historia natural.  
Geographia physica e cosmographia.  
Psychologia e logica.  
Topographia, desenho topographico e legislação de

terras.

2º ANNO

Mathematica.  
Physica.

Chimica.  
 Historia natural.  
 Sociologia.  
 Desenho.  
 Instrução moral e civica.  
 Art. 7.º As disciplinas do ensino theorico-pratico são distribuidas em seis secções, a saber:

1ª secção

1ª sub-secção — Portuguez, francez, litteratura e latim.  
 2ª sub-secção — Inglez e allemão.

2ª secção

Arithmetica, algebra, geometria e trigonometria, topographia e desenho topographico, legislação de terra, geo-physica e cosmographia e mathematica (revisão da mathematica elemental para os candidatos á matricula aos cursos juridico e medico, accrescidas mais de noções de geometria algebrica, calculo graphico e vectorial para os candidatos á matricula nas Escolas Militar, Naval, Polytechnica e Achitectura.

3ª secção

Physica, chimica, historia natural.

4ª secção

Geographia, historia da civilização e historia e corographia do Brasil.

5ª secção

Desenho.

6ª secção

Instrução moral e civica, psychologia e logica, noções de economia e estatistica, biologia geral, hygiene, sociologia e historia da philosophia.

Art. 8.º Os dous grupos, de que é constituido o ensino pratico (art. 4.º, § 2º), terão o seguinte desdobramento:

- 1º grupo — Compreendendo:
- 2º grupo — Compreendendo:
- 1ª secção — Infantaria;
- 2ª secção — Tiro;
- 3ª secção — Esgrima;
- 4ª secção — Equiparação.
- 2º grupo — Compreendendo:
- 1ª secção — Medico de educação physica;
- 2ª secção — Educação physica propriamente dita.

## TITULO III

## Dos methodos e processos de ensino

## CAPITULO I

## DO METHODO OBSERVADO NO ENSINO

Art. 9.º O ensino será ministrado segundo um plano de ensino analogo ao dos institutos civis officiaes de ensino secundario da Republica e regulado por programmas triennaes, obedecendo rigorosamente ás determinações precriptas neste regulamento.

Estes programmas serão organizados pelos docentes de cada aula do Collegio Militar do Rio de Janeiro, depois de recebidas as suggestões dos demais collegios, até 30 de junho do ultimo anno de cada triennio. Essas suggestões deverão ser remettidas até 30 de abril do mesmo anno e levadas ao conhecimento do Conselho de Instrução, por occasião do exame dos referidos programmas.

Approvados pelo Conselho, serão enviados á apreciação do Estado-Maior do Exercito e, uma vez por este approvados, serão publicados no *Diario Official* e *Boletim do Exercito*, para conhecimento dos demais collegios.

Art. 10. Os programmas a que se refere o artigo anterior conterão a materia distribuida, progressiva e methodicamente, pelo numero de annos em que fôr leccionada, cingindo-se ao que se segue:

a) *Portuguez* — Nos tres primeiros annos estudar-se-á gradativamente a grammatica expositiva da lingua portugueza. Esse estudo deve ser acompanhado de constantes exercicios (exercicios relativos ao vocabulario, sobre as familias de palavras, sobre o sentido proprio e o sentido figurado, os homonymos, sinonimos, analyses, etc.)

Redacção — Cartas, narrações, descripções e breves analyses litterarias. O ensino far-se-á em torno de trechos de prosa e verso extrahidos de produções dos escriptores brasileiros e portuguezes de maior nomeada. No 4º anno far-se-á o estudo da grammatica historica da lingua portugueza. Os exercicios de composição e dissertação devem desenvolver-se, applicando-se a assumptos variados e progressivamente complexos. A esthetica da linguagem merecerá do professor cuidados especiaes, particularmente relativos aos factores que afetam e deturpam o vernaculo, furtando-lhe a vitalidade, a harmonia natural e a força de expressão.

No 5º anno, breve noticia sobre a evolução da litteratura portugueza. Prosadores e poetas de maior destaque. A litteratura brasileira: phases evolutivas e elementos influentes. Os principaes prosadores e poetas. Cumpre ao docente orientar a sua actividade em semelhante disciplina, de tal sorte que o educando obtenha realmente o proveito principal — aperfeiçoamento de estylo, gosto das bellas letras;

b) *Latim* — O estudo do latim não pôde deixar de ser philologico. Reduzido, como está, a dous, nos cinco annos do curso gymnasial, o professor deve ministrá-lo, de modo que, no 1º anno, o alumno tenha conhecimento completo das categorias



grammaticaes, da formação dos vocabulos e, sempre que fôr possível, empregar os de radicaes que foram conservados no portuguez, e, como os vocabulos não devem ser estudados senão na phrase, as noções mais communs de syntaxe e regencia devem tambem ser dados no primeiro anno, afim de que o alumno possa adquirir conhecimento necessario ao estudo consiente do portuguez historico. No 2º anno, então, será ministrada a syntaxe, ainda com o intuito de que o alumno possa sentir a perfeita transformação do latim no portuguez. A prosodia deve ser classica. No curso complementar será estudada a parte litteraria da lingua;

c) *Linguas estrangeiras* — Sendo o principal objectivo no ensino das linguas estrangeiras proporcionar aos alumnos os conhecimentos necessarios á perfeita comprehensão, interpretação e traducção dos autores, devem evitar-se as divagações grammaticaes, que nenhum proveito fragam. A grammatica deve ser estudada sem systematização, á medida que os factos forem emergindo dos textos dos trabalhos praticos, partindo-se sempre do objectivo para o subjectivo;

d) *Arithmetica* — 1º anno — Practica exclusivamente. 2º anno — Theorico-pratico, resumido ao essencial compativel com a capacidade de menores que iniciam o estudo de uma sciencia abstracta. O calculo arithmetico dos radicaes não deverá ser omitido e as operações fundamentaes deverão ser generalizadas com applicações de monomios;

e) *Algebra* — 3º anno — Practico (visando fornecer ao alumno o habito, ou melhor, a technica do calculo algebrico). Constará da exposição largamente exemplificada das quatro operações; quadrado e raiz quadrada, condições de divisibilidade por  $x \mp a$ , casos de divisibilidade  $x^m \pm a^m$  por  $x \pm a$ , fracções cujos termos sejam monomios ou polinomios facilmente decomponiveis em factores. (Equações isoladas do 1º gráu e systema de equações do 1º gráu; fracções continuas. 4º anno — Theorico-pratico. Revisão do estudo anterior. Equações do 2º gráu e equações reductiveis ao 2º, systemas de equações do 2º gráu, analyse indeterminada do 1º gráu; binomio de Newton; potenciação e radiciação, progressões, logarithmos, juros compostos, annuidades e equações exponenciaes.

f) *Geometria e trigonometria* — 4º anno — Geometria a duas dimensões, linha recta, angulos, circulo, polygono. Igualdade, semelhança, rectificação, quadratura. Trigonometria — linhas trigonometricas; addicção, subtracção, multiplicação e divisão dos arcos; resolução de triangulos e problemas classicos. 5º anno — Geometria a tres dimensões: plano e linha recta; angulos-diedros, polyedros; polyedros e corpos redondos; propriedades geraes; quadratura e cubatura; curvas usuas (ellipse, hipérbole, parábola);

g) *O estudo da geographia* será feito em quatro annos do curso, sendo nos dous primeiros (1º e 2º) de tres horas por semana e nos outros dous (3º e 4º) duas horas, nas mesmas condições. No 1º anno será estudado o continente americano sob o triplice aspecto physico, politico e economico, em traços geraes, precedido da revisão da materia constante do programma de admissão ao curso secundario, accrescido das generalidades e definições indispensaveis, referentes á

physiographia, á biogeographia e á geographia humana, devendo-se insistir, embora muito elementarmente, no conhecimento da estrutura da terra, formas do relevo e typos principaes do littoral, a distribuição das aguas maritimas e continentaes, a meteorologia, principalmente as chuvas e os climas; os recursos naturaes, etc. No estudo das noções de geographia mathematica que deverá proceder ao da physica devem ser estudados elementarmente os phenomenos que interessam á terra, principalmente ás consequencias dos seus movimentos, recorrendo-se constantemente ás demonstrações praticas, utilizando-se o aparelhamento adequado já em uso no ensino de humanidades, principalmente o aparelho de concepção de Adolf Mang, com o qual se poderá realizar a maioria dos phenomenos mais importantes que se verificam no nosso systema planetário e muitos que interessam aos demais astros. No primeiro anno, depois do estudo geral do continente americano, será estudada a geographia physica do Brasil. No segundo anno serão estudadas summariamente as outras partes do mundo.

A Europa, a Asia, a Africa e a Oceania, nos seus traços geraes, e o estudo politico e economico do globo, seguido do mesmo assumpto com referencia ao Brasil. No terceiro anno, constará do estudo, muito elementar, da esphera celeste, do sol e seu movimento, das leis que regem os movimentos dos planetas, bem como os elementos astronomicos, relativos aos varios planos e circulos, etc.. Quanto á geographia, serão estudados os principaes paizes do globo, os americanos, com especialidade o Brasil, cujo estudo será feito sob o ponto de vista das suas varias regiões, com os pormenores que a importancia do estudo reclama para o nosso paiz. No quarto anno, será completado o ensino da cosmographia, iniciado no terceiro anno, seguido do estudo mais amplo, embora elementar, da physiographia do globo começado no primeiro anno, tendo em vista fixar o resultado das acções edificadoras do modelado terrestre, quer pelos agentes externos, quer pelos internos, na litosphaera e na hydrosphaera. Serão estudados o elemento sólido, o relevo, o littoral e seus typos principaes, e, bem assim, noções de oceanographia, circulação geral das aguas, aguas continentaes, meteorographia, climatologia e noções de biogeographia. Nos dois primeiros annos dará melhor resultado o ensino intuitivo, por meio de demonstrações e experiencias, que serão executadas no gabinete de geographia, quando não for possível na propria sala de aula. As experiencias e o ensino pratico serão feitos através dos quatro annos do curso, principalmente as demonstrações relativas á geographia physica, geral e mathematica. Os alumnos devem ser exercitados na leitura das cartas e nos traçados simplificados: por decalco no começo dos trabalhos (1º anno), por ampliação ou redução com o emprego da quadriculação (2º e 3º annos) e nos demais annos com o pantographo.

Os mappa-mundi serão utilizados constantemente como o mais simples modo de gravar os varios elementos em apreço, de modo a emprestar ao ensino feição puramente pratica, com a preocupação constante de não abusar das minuden-

cias que sobrecarregam as lições sem valor scientifico. O ensino deve ser, quanto possível, realizado no convívio com a natureza, pois que, desta arte, se torna mais apurada a capacidade de observação e ganha o conhecimento a solidez que só o contacto com a realidade objectiva pôde dar. Assim, nunca serão demais as excursões a estabelecimentos industriaes, portos, estradas, alfandegas, observatorios astronómicos, postos meteorologicos, museus, serviços de estatística, centros agricolas e pecuarios, etc. No ensino da cosmographia serão indispensaveis os exercicios e problemas numericos, organizados sempre dentro das condições de realidade ou possibilidade e destituídos de caracter meramente theorico que lhes torne penoso o desenvolvimento;

b) Directrizes para o ensino da *historia da civilização* (1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup> e 5.<sup>a</sup> annos do curso) — O ensino da historia deve ser feito de modo a revelar o passado, não sómente á memoria, mas á intelligencia, isto é, descrever, não só os factos, mas explicar a sua ligação e o seu significado, fazendo reviver os acontecimentos que influiram na vida humana e restringir, através dos incidentes, quaes os destinos, os trabalhos, as victorias e os revezes da sociedade. Não ha sciencia sem factos, mas os factos não bastam, nem em historia, nem em outra sciencia qualquer. Os factos dominantes, reveladores, são os que devem ser cuidadosamente examinados, com o fito de descobrir-lhes as causas e medir as consequências. Além disso, a historia deve ser ministrada em forma suggestiva, evitando-se, com o maximo cuidado, a nomenclatura exhaustiva a avidez de minucias chronologicas. Convém levar em conta que o estudo da historia visa a formação humana do alumno e de sua educação politica, razões pelas quaes devem ser-lhes transmittidos os conhecimentos da obra collectiva do homem no correr dos tempos, afim de que o adolecente, não só se familiarize com os problemas geraes da evolução humana, como tambem possa delles tirar as analogias com o meio nacional. A iconographia merecerá especial cuidado do professor, que, além das gravuras impressas nos manuaes, tudo fará, afim de que sejam empregadas as projecções. No 1.<sup>o</sup> anno do curso, depois das noções preliminares deve-se ensinar historia geral, sob o ponto de vista biographico e episodico, pelo facto de despertarem geralmente maior interesse ao alumno os acontecimentos que estão intimamente ligados á vida dos grandes homens. No segundo anno do curso começará o estudo systematizado da historia da civilização pela historia da antiguidade (Oriente, Grecia e Roma), concomitante com o da historia particular da America (descobrimento, aztecas, incas, etc.), que constituirão principal objecto do ensino. No terceiro anno será estudada a Idade Média, começando-se por uma apreciação das condições economicas, sociaes e politicas dos povos barbaros e rematando-se pelo estudo cultural de toda a epocha. A parte relativa á America será iniciada pelo estudo dos vestigios mais antigos do homem americano e terminada por uma vista de conjuncto sobre o estado politico, social, economico, religioso e cultural do selvagem americano. No quarto anno será estudada a historia moderna, a começar das grandes invenções até o inicio do movimento de reforma social-politica do seculo XVIII. Quanto á historia da America, continuação.

até a formação da Constituição Americana. No quinto anno, historia contemporanea, a começar pela Revolução Francesa e terminar pelos problemas mais importantes de nossos dias: comunismo, fascismo e democracia. Historia da America, continuação, até seus problemas actuaes mais importantes.

1) Directrizes para o ensino da cadeira *Corographica e Historia do Brasil* — O ensino da corographia do Brasil visa accrescer, cada vez mais, o interesse que deve despertar no estudante o conhecimento do ambiente nacional nas suas realidades e possibilidades, nas suas forças activas, quer materiaes, quer mentaes: representadas aquellas pelas reservas e riquezas da terra e estas pelas caracteristicas e capacidades das raças que constituem a população do paiz. Para a consecução de tal escopo, cabe-lhe fazer ver a terra na sua physiographia, observando-lhe contornos e relevos, demarcando-lhe as fronteiras, verificando-lhe o complexo geologico, a oro-hydrographia, as modalidades climaticas, a variedade e o valor dos recursos naturaes das varias regiões, o apparelho economico, corporificado na intensidade e defesa da produção, nas realizações industriaes, na expansão do commercio, no systema de comunicação, no intercambio mundial e nas condições financeiras. A ethnographia, a imigração e colonização, a evolução do povo, da sociedade, das instituições politicas, das expressões culturaes são outros tantos campos de observação geral de que tiram os alumnos consequencias de evidente valor educativo, a que se juntam, em succinthe estudo, a organização administrativa do Estado, a sua lei maxima, a defesa armada, a hygiene e o apparelho educativo e os demais institutos capazes de affirmar a nacionalidade nas suas tendencias, tradições, peculiaridades e valores.

A esse conhecimento da terra e do homem, constituido pela abundancia do sólo e efficiencia da raça, se junta, na cadeira, o estudo do passado, expresso no quadro geral do nossa civilização, iniciando-se com a nossa proto-historia e, através dos factos sociaes, politicos, economicos e culturaes, vindo accentuar as caracteristicas da nossa formação e as determinantes da nossa evolução historica. No estudo desses factos, deve o professor ressaltar os defeitos que se possam corrigir, as necessidades a que se deva prover e as qualidades que sejam indispensaveis desenvolver. O filo essencial do ensino da cadeira é, em summa, extrahir desse manancial de forças e energias, todos os elementos proficuos, mediante os quas se consiga incutir, mais intensamente e com maior fundamento, o espirito de brasilidade no animo dos educandos, de modo que se lhes dê, com a penetração do passado e a verificação do presente, a traça geral da organização brasileira — synthese de heroismo e esforço, de sacrificio e luctas de persistencia e victoria.

Quer na geographia, quer na historia, o mappa é sempre indispensavel e o alumno deve afazer-se á pratica do esboça para por em relevo determinado assumpto, bem como procurar traçar com facilidade o contorno geral de qualquer região. Tanto quanto possivel, deve o ensino approximar-se da realidade objectiva, de maneira que se ponham ac alcance do escolar, em salão appropriado, mapps e estatisticas, especimens e modelos, quadros e graphics, e se lhes facultem excursões, de que lhes possa resultar a comprovação do que alcançaram aprender em aula.

j) directrizes para o ensino da aula de *Sciencias physicas e naturaes* — Destinando-se a proporcionar uma primeira noção objectiva a respeito dos seres naturaes e dos phenomenos que elles nos apresentam, deve o ensino das sciencias physicas e naturaes ser ministrado de maneira a ir iniciando os alumnos na pratica da observação, da experimentação e da comparação, devendo o professor servir-se de projecções luminosas, quadros muraes e modelos, na falta de exemplos collidos em a natureza. As demonstrações experimentaes devem ser feitas preferentemente, com appparelhos simples, mesmo improvisados com material accessivel aos alumnos, procurando o professor despertar nelles interesse e gosto pelo estudo e salientar as applicações que os resultados obtidos possam ter na vida pratica. Empregando sempre linguagem simples e descriptiva, deve o professor ir, tambem, habilitando o alumno ao registro graphico dos trabalhos realizados. No primeiro anno, o programma deve restringir-se ao estudo muito elementar do ar atmospherico, da agua, do globo terraqueo e dos phenomenos de peso, calor e luz. No segundo anno serão, então, ministradas noções sucintas acerca dos vegetaes e animaes, dos phenomenos sonoros, electricos e magneticos mais elementares e dos de oxidação e redução;

l) directrizes para o ensino de *historia natural* no 4º e 5º annos — O estudo da historia natural começará, no 4º anno, pelas noções propedeuticas de biologia, indispensaveis aos conhecimentos geraes dos seres vivos, bem como das relações em que esta sciencia, a physica e a chimica, estão para com a mesma historia natural, estabelecendo-se as diferenças entre as sciencias abstratas e os conhecimentos concretos. Seguir-se-á o estudo da botanica geral e da botanica descriptiva, apreciando-se os principaes typos de organização vegetal com exemplificações collidas, sobretudo, na flora brasileira. Será encetado, depois, o estudo dos principios em que assenta a zoologia geral, seguindo-se o do organismo humano, especialmente como appparelho nutritivo. No quinto anno será iniciado o estudo das funções de relação animal exemplificado no organismo humano, com o appparelho ósseo muscular e o systema nervoso. A seguir, a zoologia especial exemplificada, sobretudo com a fauna nacional.

O estudo da mineralogia restringir-se-á ao dos caracteres praticos dos mineraes em geral e, especialmente, ao dos que constituem as principaes rochas. O estudo da geostatica deve limitar-se ao da constituição das rochas mais relevantes da litosphaera e, destacadamente, ao das que formam o complexo brasileiro da Serra do Mar.

Da geodinamica sómente os phenomenos capitaes, com exclusão de quaesquer hypotheses cosmogonicas;

m) directrizes para o ensino da *instrucção moral e civica* — O ensino da instrucção moral e civica deve visar a formação de homens capazes de dirigir o trabalho. O ensino da instrucção moral e civica deve ser seriado, partindo, após ligeiras apreciações dos preliminares indispensaveis ao estudo de qualquer disciplina, do estudo da moral, do meio e da consciencia social, para se poder, em seguida, analisar os grãos e os limites da responsabilidade individual. A moral domestica e o conceito geral da vida economica devem ser

tambem cuidadosamente estudados. A instrução cívica, que deve constituir a cupula do edificio educacional dessa cadeia, deverá ser precedida de uma ligeira noção de sociologia e, particularmente, do estudo das anomalias sociais, para que o alumno comprehenda bem os malefícios que possam advir aos grupos humanos, dos factores constantes da anomalia social, como sejam o pauperismo, a degenerescencia, o crime, o alcool, etc. Em seguida, como parte final da cadeia na instrução cívica, deve o professor tratar com ligeiras apreciações do direito constitucional, dos deveres em geral da Estado e do cidadão, da idéja de nação, das correntes philosophicas modernas e, finalmente, dos principaes factores da nossa historia, sob o ponto de vista pacifista, mas que enalteçam o orgulho nacional. Contudo, deve se levar em consideração que uma educação é nacional quando serve bem aos interesses do paiz, e, para isso, basta aproveitar as tradições uteis e as virtudes da raça, eliminando, ao mesmo tempo, tudo que for contrario ao progresso e não adaptado ás necessidades da vida do paiz;

n) *Physica*. — O estudo da physica deve ser ministrado de maneira a fazer realçar a connexão, que existe entre a parte doutrinaria e a parte logica, de maneira a iniciar os alumnos no conhecimento scientifico dos phenomenos e no emprego do methodo experimental que é o braço verdadeiramente distincto de investigação da physica. Para tanto o professor deverá mostrar como se observam os phenomenos physicos, de accordo com as impressões produzidas nos órgãos dos sentidos, isolando-se entre si, e pelos seus caracteres, isolando-os tambem de outros de natureza differente; como experimentalmente pôdem ser reproduzidos e modificados de accordo com as circumstancias que sobre elles influem; e, finalmente, pela analyse attenta, partindo das construcções parciaes do mundo concreto e pelas induções successivas, chegar, pela synthese, a deduzir as leis abstractas que as regem e as theorias que, coordenando-os por meio de principios geraes, venham a constituir o corpo desta maravilhosa sciencia. Para attingir tal objectivo o ensino da physica deverá repousar numa attenta observação e obedecer, rigorosamente, ao methodo experimental de um modo todo racional e não recreativo. A experimentação terá assim um caracter francamente demonstrativo e não simplesmente verificativo. Só assim poderá despertar a curiosidade dos alumnos e avivallhes a intelligencia a novos horizontes e o raciocinio a novas investigações. Empréstando-se pela synthese, a esses phenomenos um caracter de generalidade verdadeiramente abstracto não será desaconselhavel, muitas vezes, o recurso da mathematica para tornar mais convicentes as conclusões obtidas.

Servindo-se assim do instrumento mathematico, aproveitase a oportunidade para mostrar os recursos desta sciencia, como cabedal efficiente na solução de problemas de outras sciencias de maior complexidade.

Sendo a physica estudada em dois annos o seu curso deverá obedecer ao principio logico da seriação natural, isto é,

partir do mais geral para o mais particular, donde no primeiro anno de seu curso, devem ser estudados os phenomenos subordinados a barologia e a thermologia, sendo aquellos precedidos das indispensaveis noções de mecanica abstracta que lhes servem de embasamento, e no segundo, os relativos á photologia, á phonologia e á electrologia. Cabe ainda ao professor despertar o interesse dos alumnos, fazendo-os participar de todas as demonstrações experimentaes, em aula, ou em exercicios de gabinete, servindo-se dosapparelhos classicos, cuja descripção deverá ser summaria, limitando-se aos seus órgãos essenciaes no modelo, ou enghinando aquelles de facil construção, que lhes avivem a curiosidade ou que lhes despertem o sentimento artistico. Finalmente, para coroar o exito de tal emprehendimento, deverá o professor mostrar as grandes vantagens advindas do conhecimento da physica, sciencia de observação e experimentação, já pela educação racional que proporciona ao espirito, já pela importancia preponderante que exerce na industria moderna e no bem estar que dahi advem para a humanidade, fim a colimar por todas as sciencias.

o) *Chimica* — Sciencia co-irmã da physica, a chimica a ella se acha ligada por laços fraternaes tão intimos que o estudo de seus phenomenos deve obedecer a uma directriz quasi identica á da physica. Tratando-se do estudo da composição e estrutura dos corpos, das propriedades dellas decorrentes e das leis que regem suas variadas transformações, ella tem por fim ministrar aos alumnos um cabedal scientifico de valor educativo e de immediata utilidade, afim de permittir-lhes, com facilidade, o advento no campo mais vasto e complexo da biologia, de fôrma a permittir em conexão intima com esta, a iniciação dos alumnos ao estudo da historia natural. Para tanto o seu ensino logico deverá participar dos methodos da physica que a precede, e iniciar o da biologia que a succede, servindo-se da experimentação, auxiliada pelo duplo processo de analyse e de synthese, como meio de demonstração; e da observação e comparação, como meio de generalização.

Para isso é indispensavel que os alumnos se inteirem, em meio das continuas transformações da natureza, dos caracteristicos dos phenomenos chimicos, distinguindo-se de outros de origem correlata, e verifiquem que os innumeros corpos existentes na nossa natureza viva e inerte se derivam de reduzidos numeros de corpos elementares, e o artificio da nomenclatura e notação facilita differencal-os, como reproduzil-os, e dellas obter novas variedades, alargando assim o horizonte da synthese chimica e dando maiores possibilidades á industria. Na parte geral onde se acham enfeixadas as leis e principios geraes da chimica, o professor despertará a observação dos alumnos para as generalizações, reduzindo a experimentação dos phenomenos que se prestam a demonstrações atrahentes, especialmente no que se refere ás leis fundamentaes da chimica. Na parte descriptiva elle se orientará francamente pelos preceitos do methodo experimental, sem exaggero de demonstrações, ás reacções typicas, aos caracteres analyticos principaes, ás propriedades especificas e sobretudo aos processos de preparação em gabinete e na in-

dustria. Sendo a chimica estudada em dois annos do curso, a distribuição pedagogica mais acertada será a seguinte:

1º anno — Chimica geral e metalloides;

2º anno — Metaes e chimica organica.

No inicio do curso, fugindo das divagações philosophicas, o professor deve acceitar como verdade intuitiva o artificio logico da estrutura mollecular da materia, por meio da qual se passa dos corpos reaes da natureza á concepção do corpo puro ou chimico, indispensavel á constituição da sciencia. A linguagem chimica fallada ou escripta, que decorre dessa concepção, servirá de elemento coordenador, facilitando o raciocinio e desenvolvendo a previsão, e evitará o esforço da memoria e dará assim ao ensino uma feição educativa e racional, emprestando um caracter puramente positivo ao estudo. Indispensavel se torna que as reacções quer de preparação, quer de propriedades, quer de caracteres analyticos, sejam sempre acompanhadas das respectivas equações quimicas, porque assim expressas ellas se prestam a interessantes problemas estachiometricos, que permittem, pela analyse mathematica, relacionar o abstracto ao concreto, que além de ser uma das finalidades da sciencia é de grande utilidade na vida pratica. As experiencias tanto de gabinete como de laboratorio, deverão ser participadas pelo alumno, afim de habitua-lo ao manejo dos appparelhos e dos motivos. Ao encerrar a parte geral da chimica o professor fará um rapido esboço não só de suas modernas theorias, como de sua evolução, mostrando ao mesmo tempo a contribuição desta sciencia para o progresso da industria, a grandeza das nações e o conforto da humanidade.

p) *Desenho* — O desenho que é ministrado nos cinco annos de curso terá nos dous primeiros um cunho puramente educativo, porque o seu fim será habituar o alumno a reproduzir o que vir ou que tiver na imaginação.

Este primeiro genero de desenho repousa nos principios do "desenho geometrico" sem instrumento e por isso o professor deverá encaminhar os seus alumnos de modo a exercital-os o mais possivel nos traçados á mão livre, seguindo orientação methodica e segura e procurando sempre partir do simples traçado de linhas a um conjunto qualquer. O segundo genero do desenho tem por base os processos empregados pelos geometras para tornar o "desenho linear" exacto e rigoroso, e será ensinado no 3º anno e os alumnos deverão usar sempre os instrumentos. O professor dar-lhes-á os processos geometricos que julgar necessarios ao estudo da geometria. O desenho projectivo e a perspectiva serão leccionados nos dous ultimos annos, isto é, 4º e 5º annos, e o professor procurará orientar o seu curso, utilizando-se, quando possivel, dos modelos existentes no museu de desenho do collegio, não deixando de fazer applicações praticas que obriquem os alumnos a desenvolver o raciocinio e a intelligencia.

q) *Musica* (canto orpheonico). O ensino do canto orpheonico será precedido do estudo de noções indispensaveis, ministradas de maneira interessante, logica e progressiva, de theoria musical applicada ás canções, hymnos, solfejos, ditados e cópias oraes, para que o alumno seja induzido ao



senso de apreciação e analyse sem nenhuma preocupação erudita. As noções de empostação devem ser dadas em forma de prelecção ou de questionarios synteticos sobre os phenomenos da formação e sua hygiene. A vocalização deve ser feita com as vogaes tiradas das canções e hymnos. As analyses, sem preocupações eruditas, devem tratar com precisão dos compassos, ritmos, tonalidades, caracter expressivo, texto litterario, commentario biographico. Na tessitura, devem ser usadas de preferencia as regiões optima e boa, evitadas as notas excepcionaes tão prejudiciaes aos côros orpheonicos. Com o intuito de evitar a deturpação do sentido artistico, deve ser feita antes de tudo a declamação rithmada. O solfejo deverá ser applicado principalmente ao estudo das canções, hymnos e melodias que traduzam real interesse para o alumno. A leitura metrica deverá ser feita no 1º anno e nos 2º e 3º, caso a difficuldade rithmica da melodia a ser estudada, o exija. O ditado metrico será ministrado no 1º anno, e, nos 2º e 3º, o melodico. A cópia oral será feita em todos os annos. A caligraphia musical deve ser praticada desde o 1º anno, precedida de advertencia ao senso das pequenas proporções. O manusolfa é obrigatorio nos 1º e 2º annos das seguintes formas: simples, fallado, entoado, desenvolvido e artistico. O professor deverá classificar as vozes e seleccional-as. A respiração, com effeitos orthophonicos e nas phases musicas, deve ser em quatro modos.

Paragrapho unico. As directrizes para as materias do curso complementar serão apresentadas pelos professores designados para a regencia daquellas aulas, de accôrdo com a que se destinem e as exigencias dos regulamentos das escolas superiores.

Art. 11. Para uniformidade do ensino, os professores das aulas indicarão, no maximo, dous compendios, por que devem ser desenvolvidos os programmas formulados.

Paragrapho unico. Essa indicação será submettida á approvação do Conselho de Instrucção e, rigorosamente, seguida por todos os docentes que leccionarem as aulas respectivas.

Art. 12. A instrucção militar será ministrada de accôrdo com a orientação abaixo:

a) aos alumnos do 1º e 2º annos serão ensinadas noções essenciaes do Regulamento de Continencias e movimentos da Escola de Soldado desarmado, necessarios ás formaturas internas, para que se habituem á disciplina da fileira. Esse trabalho só será feito durante as formaturas e no decorrer da instrucção physica (deslocamentos e formaturas da Escola);

b) no 3º, no 4º e no 5º annos os alumnos receberão, progressivamente, a instrucção de infantaria, de sorte que, ao termino deste ultimo periodo lectivo, possam submeter-se ás provas indispensaveis á concessão da ficha individual de educação physica e caderneta de tiro;

c) nos dous annos complementares os alumnos receberão instrucção de esgrima, equitação (como complementares á instrucção physica) e as demais instrucções necessarias para

que lhes seja concedida a caderneta de reservista de segunda cathegoria;

d) aos alumnos do 5º anno que revelarem pendores excepcionaes será facultada a esgrima e a equitação.

§ 1.º A educação physica, visando fins hygienicos, estheticos e sociaes, aprefeicoando o corpo e melhorando a saude, dando força, resistencia e agilidade, será ministrada pelos principios da physiologia e segundo as bases pedagogicas adoptadas na Escola de ducação Physica do Execito. Sua execução será acompanhada constantemente pelo medico especialista, em estreita collaboração com os instructores. Os alumnos serão instruidos em grupos homogeneos de 30, no maximo, segundo suas condições physiologicas e de adestramento.

A instrucção será dosada em função do valor physico de cada grupo.

Os alumnos considerados anormaes no exame medico constituirão a classe dos poupados, e só farão os exercicios prescriptos pelo medico.

§ 2.º A educação physica será ministrada, obrigatoriamente, a todos os alumnos (internos, semi-internos e externos), desde o inicio até o fim do curso. As lições serão diarias.

## CAPITULO II

### DAS PROVAS E EXAMES

Art. 13. A apreciação de aproveitamento dos alumnos, será feita pelos seguintes processos:

- 1º, arguição e trabalhos escriptos, a juizo do professor;
- 2º, provas escriptas mensaes da materia;
- 3º, provas de habilitação no fim do 1º e 2º periodos lectivos;
- 4º, exame de promoção;
- 5º, exame final.

Art. 14. O julgamento das provas para a apuração do aproveitamento dos alumnos será expresso por notas numericas de 0 (zero) a 10 (dez), correspondentes ás seguintes apreciações:

- 0 — sem aproveitamento (reprovado);
- 1, 2, 3 — pouco aproveitamento;
- 4, 5 — aproveitamento soffrivel;
- 6, 7, 8, 9 — aproveitamento bom;
- 10 — aproveitamento optimo.

Art. 15. O alumno que faltar a qualquer prova, sem motivo justificado, será julgado com gráo 0 (zero), na prova não feita.

§ 1.º O alumno que faltar por motivo justificado, como tal acceto pelo director, fará a prova logo que cesse o impedimento que occasionou a falta, desde que não collida com o regime escolar.

§ 2.º Si o alumno, depois de iniciar qualquer prova, adoecer, de modo a não poder concluil-a, o director designará outro dia para nova prova, uma vez reconhecida immediatamente a doença pelo medico do collegio.

Art. 16. Mensalmente, o alumno terá uma nota em cada disciplina, que será a media arithmetica dos graus obtidos nas diversas provas.

Art. 17. Nos mezes de agosto e novembro, em vez de provas mensaes, haverá, para cada disciplina, uma prova de habilitação, que será escripta ou graphica, com tres questões, sendo que para a primeira dessas provas será esta escolhida dentro de toda a materia dada nesse periodo, e, para a segunda, uma dellas extrahida de materia ministrada no periodo anterior.

§ 1.º A materia das sabbatinas comprehenderá apenas a ministrada no mez anterior.

§ 2.º As provas de habilitação serão feitas em conjuncto, fiscalizadas por todos os docentes que leccionarem a materia, e pelos mesmos julgadas.

§ 3.º O papel utilizado para essas provas deve ser carimbado pela secretaria e rubricado pelos docentes.

§ 4.º Essas provas terão duração de duas horas, e os alumnos que a ellas forem submettidos, ficarão dispensados das demais aulas do dia.

Art. 18. No fim do primeiro periodo, o aproveitamento do alumno será representado pela media tirada da somma da media arithmetica dos graus mensaes e do grau da prova de habilitação.

Art. 19. O julgamento das arguições, trabalhos escriptos, provas escriptas mensaes, será feito pelo proprio docente, resalvado o direito de recurso na fórma prescripta neste regulamento.

Art. 20. Encerradas as aulas, o docente tirará a média de aproveitamento de cada alumno durante o anno lectivo, a qual será a conta de anno para o exame.

Paragrapho unico. Essa conta de anno será a média arithmetica das médias arithmeticas dos graus mensaes com a das provas de habilitação levando-se em conta os seguintes coefficients:

Provas mensaes o coefficiente será 1;

Prova de 1.ª habilitação o coefficiente será 2;

Prova de 2.ª habilitação o coefficiente será 3.

Art. 21. Quando uma disciplina estiver seriada em mais de um anno do curso, o accesso, de um para outro anno, será feito mediante exame de promoção que constará:

a) de uma prova graphica de desenho do 1.º ao 4.º anno;

b) de provas oraes de portuguez, do 1.º ao 4.º anno, de francez, do 1.º ao 2.º anno; de inglez, do 2.º ao 3.º anno; allemão, do 2.º anno; latim, do 4.º anno; geographia, do 1.º ao 4.º anno; historia da civilização, do 1.º ao 4.º anno; arithmetica, do 1.º anno; algebra, do 3.º anno; geometria e trigonometria, do 4.º anno;

c) provas pratico-oraes de physica, do 3.º anno; chimica e historia natural, no 4.º anno; noções de sciencia physica e naturaes, do 1.º ao 2.º anno.

Art. 22. Si o alumno obtiver conta de anno igual ou superior a 5, ficará dispensado de exame de promoção na

disciplina em que a obtiver e, em consequencia, considerado **aprovado**, se não fôr obrigado a repetir o anno.

Paragrapho unico. Só entrará em exame o alumno que tiver média superior a 2 (dois) e inferior a 5 (cinco).

Art. 23. Terminado o ensino de cada disciplina, haverá no anno do encerramento, exame final que constará de:

a) prova escripta e oral de portuguez, francez, inglez, allemão, latim, arithmetica, algebra, geometria, trigonometria, geographia e historia da civilização;

b) prova escripta e pratica-oral de physica, chimica e historia natural;

c) prova graphica de desenho.

Paragrapho unico. O alumno que obtiver média superior a 6 (seis) ficará dispensado dessas provas e considerado **aprovado**, e o que tiver média 2 ou inferior considerado **reprovado**.

Art. 24. As provas dos exames finaes de cada materia versarão sobre toda ella, limitando-se, porém, as provas escriptas a generalidades e ás partes mais importantes estudadas no anno ou nos differentes annos em que as disciplinas forem leccionadas.

Art. 25. O aproveitamento na instrucção pratica será jugado em exames finaes no 5º anno e no ultimo anno do curso complementar. Estes exames serão pratico-oraes, regidos por programmas consoante o disposto no n. 2, do art. 104, e effectuados após a terminação dos relativos a todas as disciplinas do ensino theorico-pratico, perante comissões nomeadas pelo director do Collegio.

Art. 26. Não haverá exame de educação physica, mas os alumnos receberão obrigatoriamente essa instrucção, de modo que, no fim do anno lectivo as fichas relativas aos exames medico e physico estejam perfeitamente escripturadas, e os resultados, lançados nas mesmas, sejam, no fim do curso, a representação fiel do aproveitamento total.

Paragrapho unico. As fichas serão annexadas á caderneta de reservista do alumno, ou remettidas bem como o certificado de educação physica aos estabelecimentos de ensino a que se destinarem.

Art. 27. Não haverá tambem exame de equitação e esgrima.

Art. 28. No quinto dia util de dezembro, reunir-se-ha o Conselho de Instrucção, afim de tomar conhecimento da parte da materia sobre a qual versará o exame escripto e dos pontos para os exames oraes das diversas aulas.

§ 1.º A parte que se destinar ao exame escripto comprehenderá preferentemente assumptos geraes de onde se possam extrahir tres pontos sorteaveis e para as linguas vivas, além, da redacção, deverão conter, no minimo, excertos de tres autores para traducção e tres para versão. As questões serão em numero de tres.

§ 2.º Os pontos de prova oral, 20 (vinte) para cada disciplina, serão organizados pelos docentes que tiverem leccionado a materia.

---

Deverão, no conjuncto, abranger todo o programma.

§ 3.º Entregues á secretaria até o dia 28 de novembro, serão submettidos á apreciação da commissão de ensino prevista neste Regulamento.

§ 4.º O parecer dessa commissão será entregue ao director, até o quarto dia útil do referido mez, afim de ser levado á consideração do Conselho de Instrucção, o qual sobre elle se pronunciará na sessão de que trata o presente artigo.

Art. 29. Approvado pelo Conselho de Instrucção os pontos para exames, o director designará na mesma sessão as commissões examinadoras e determinará a ordem que cumpre seguir em todas as provas, tendo em vista que os docentes devem examinar, tanto quanto possível, as materias que ensinaram.

Art. 30. A commissão examinadora constará sempre de trez membros, quer se trata de ensino theorico-pratico, quer de instrucção pratica.

Art. 31. Os exames do anno lectivo começarão a partir do oitavo dia útil de dezembro.

Art. 32. As provas escriptas ou graphicas dos exames fmaes ficarão subordinadas ao seguinte:

1.º Serão feitas perante toda a commissão examinadora, não podendo, portanto, effectuar-se, ao mesmo tempo, em compartimentos diversos, podendo o director, caso seja necessario, augmentar o numero de examinadores;

2.º O presidente da commissão providenciará para que os alumnos fiquem afastados uns dos outros, de modo que se não possam auxiliar mutuamente;

3.º O papel distribuido aos alumnos será carimbado na secretaria e rubricado pela commissão examinadora;

4.º No acto do exame os alumnos só poderão servir-se de lexiceos ou vocabularios e objectos distribuidos ou permittidos pela commissão examinadora;

5.º Os trechos de escriptor brasileiro ou portuguez para versões serão dictados por um dos membros da commissão examinadora e os sorteados para as traducções serão transcriptos dos livros a que pertencerem, pelos examinandos;

6.º Na sala em que se effectuar o exame não será permittida a presença de pessoas extranhas;

7.º Nenhum alumno poderá premanecer na sala depois de haver entregue a sua prova, concluida ou não;

8.º Será, no maximo, de trez horas, o tempo concedido para a execução das provas; findo este prazo, os alumnos deverão entregar-as como estiverem, assignando o nome por extenso, logo em seguida á ultima linha escripta;

9.º Será considerado reprovado o examinando que assignar a respectiva prova em branco, bem como o que usar de quaesquer meios illicitos, oraes os escriptos.

Art. 33. Terminadas as provas escriptas ou graphicas de cada exame, o presidente da commissão examinadora envolverá-as em uma capa, qu eserá lacrada e rubricada por todos os membros da commissão, e entregues á secretaria do collegio, com a relação dos alumnos que tiverem faltado.

Art. 34. As commissões examinadoras completas reunir-se-ão no collegio, em uma mais sessões anteriores ás provas oraes, afim de julgarem as provas escriptas dos examinandos, no prazo maximo de dez dias, lavrando, em seguida, uma accta dos que forem inhabilitados, incluídos os que estiverem comprehendidos no n. 9, do art. 32.

Paragrapho unico. O grau da prova escripta será a média dos graus conferidos pelos membros da commissão examinadora; estes graus serão lançados pelo presidente, á margem das provas, juntamente com as respectivas médias e levarão as rubricas dos membros da commissão examinadora. Só depois de assim julgadas todas as provas escriptas terá começo o exame oral de cada materia.

Art. 35. As provas oraes e pratico-oraes serão regidas pelas seguintes normas:

1.<sup>a</sup> Não poderão entrar em cada banca, diariamente, mais de 15 alumnos em exame de qualquer secção, e, quanto á de mathematica, entrarão, no maximo, 12 alumnos. Durarão as ditas provas oraes, para cada alumno, no maximo, 45 minutos, não podendo cada examinador arguir por mais de 15 minutos;

2.<sup>a</sup> As turmas para a prova oral serão organizadas pela secretaria, dando-se publicidade desse acto nos jornaes de maior circulação, com antecedencia minima de 24 horas;

3.<sup>a</sup> As provas oraes começarão ás 11 horas da manhã, encerrando-se os trabalhos sómente depois de arguido o ultimo alumno da turma do dia;

4.<sup>a</sup> A prova oral versará sobre um dos pontos de que trata o art. 28, § 2.<sup>o</sup>, deste regulamento, tirado na occasião.

Exceptuam-se dessa providencia os pontos relativos aos exames das aulas de mathematica e ciencias physico-naturaes, que serão sorteados, os tres primeiros, duas horas antes, na secretaria, em presença do director do ensino, e os demais pela banca examinadora, á proporção que se forem processando os exames.

Art. 36. O grau da prova oral será a média dos graus conferidos pelos trez membros da commissão examinadora, que os lançarão na prova escripta do alumno, authenticando-os com a sua rubrica.

§ 1.<sup>o</sup> O presidente da commissão não é obrigado a arguir os alumnos, salvo quando assim o julgar necessario.

§ 2.<sup>a</sup> Quando, por motivos de força maior, algum dos examinadores tiver de ausentar-se, o exame será suspenso immediatamente.

§ 3.<sup>o</sup> Os membros da banca examinadora não poderão fazer arguição simultanea de alumnos.

Art. 37. As provas oraes, em synthese, se constituirão do seguinte:

a) *Latim*, nos dois annos traducção e versão de trechos faccis, analyse e arguição sobre factos grammaticaes;

b) *Portuguez*, leitura, interpretação e analyse grammatical ou lexica de um trecho do portuguez contemporaneo em prosa ou verso, no 1º anno.

No 2º anno, leitura, interpretação e analyse syntatica de um trecho em prosa e verso, de autor contemporaneo; questões grammaticaes outras emanadas do texto interpretado. No 3º anno, leitura, interpretação e analyse de um trecho classico em prosa ou verso, e questões grammaticaes mais importantes, suscitadas pelo proprio trecho. No 4º anno, leitura e interpretação, analyse syntatica e questões etimologicas formuladas sobre um trecho de poeta do seculo XVI.

No 5º anno, leitura e interpretação de um trecho de prosador ou poeta de época consignada no ponto sorteado;

c) nos exames finaes de linguas estrangeiras, traducção de 20 a 40 linhas, de tres autores differentes, contidos no compendio adoptado; arguição sobre factos lexicos e syntaticos, iminentes ao proprio trecho e, ao mesmo tempo, exercicio de conversação naquellas linguas, de modo que se evidenciem, praticamente, as habilitações dos alumnos. Esses trechos, na medida do possivel, deverão ser escolhidos nas partes não estudadas durante o anno lectivo;

d) nas provas orais das outras aulas os examinadores devem proceder com o intuito de poder avaliar, de modo geral, os conhecimentos que o alumno tem da materia sobre a qual é arguido, sem descer a minucias que tomem demasiado tempo e não permittem juizo seguro quanto ao preparo do examinando.

Art. 38. As provas pratico-oraes de sciencias physico-naturaes versarão sobre os pontos sortados, mas a commissão examinadora tem a liberdade de se afastar dos pontos, para interrogar os alumnos sobre o emprego e manejo dos instrumentos eapparelhos com os quaes elles tenham praticado durante o anno lectivo.

Art. 39. Terminados os exames de cada dia, a commissão examinadora procederá ao julgamento, apurando as notas finaes da seguinte fórma:

1) tomando a média da conta do anno e do gráo da prova oral, para promoção de anno;

2) a média dos grãos da conta de anno e da prova grafica, para promoção de anno ou exame final de desenho;

3) a média dos grãos da conta de anno, prova escripta e prova pratico-oral, para as aulas de sciencias physico-naturaes;

4) a média dos grãos da conta de anno e das provas escriptas e oraes para as demais disciplinas;

5) a média dos grãos de frequencia e da prova pratico-oral para os exames de ensino pratico.

Art. 40. O alumno que, no julgamento prescripto no artigo 39, obtiver gráo de 9,5 a 10, estará approvado com distincção; de 6 a 9,5, exclusiva, plenamente; de 3,5, inclusive, a 6, exclusive, simplesmente. Será considerado reprovado o que alcançar média inferior a 3,5 e o que tiver gráo 0 (zero) em qualquer prova.

Art. 41. Do julgamento final das provas de exames de cada dia, a commissão examinadora lavrará uma acta, que, após assignada por todos os membros da commissão, será archivada

na secretaria. Deverá constar nessa acta, para cada alumno, a conta de anno, fornecida pela secretaria; os grãos conferidos pelos examinadores nas provas escriptas, graphicas e oraes; a média arithmetica desses elementos e, por extenso, a approvação do examinando.

Art. 42. Do resultado dos exames de todos os alumnos de uma mesma disciplina, a commissão examinadora lavrará termo especial, que, juntamente com as actas parciaes, será encadernado e archivado.

Paragrapho unico. Neste termo, os alumnos serão classificados por ordem de merecimento intellectual. No caso de igualdade de nota, terá preferencia o alumno de melhor conta de anno; reproduzindo-se a igualdade, recorrer-se-ha ao grão da prova oral, em seguida ao da escripta, e, finalmente, será preferido o de menor idade.

Art. 43. Quaesquer resalvas ou emendas nas actas ou termos a que se referem os arts. 41 e 42, só serão validas, quando feitas pelo proprio punho, em tinta carmin, e sob assignatura do presidente da banca examinadora.

Art. 44. Os exames do ensino pratico serão superintendidos pelo fiscal do pessoal e obedecerão aos preceitos estabelecidos nos arts. 14, 15, 35, 40, 41, 42 e 43.

Art. 45. Nas provas pratico-oraes de ensino pratico, a arguição deverá sempre versar sobre os principaes pontos da materia dada pelos instructores nos exercicios durante o anno, de accôrdo com os programmas estabelecidos.

Art. 46. No mez de março de cada anno haverá exames de 2.<sup>a</sup> época, para os alumnos que deixarem de fazer os respectivos exames na época regulamentar, por motivo de doença comprovada pelo medico do estabelecimento ou por haverem sido reprovados em duas materias, no maximo.

§ 1.<sup>o</sup> Os reprovados tirarão tres pontos, aos quaes devem limitar-se, respectivamente, a formulação das questões da prova escripta e a arguição dos tres examinadores.

§ 2.<sup>o</sup> Os exames de promoção effectuados em segunda época, em consequencia de reprovação, constam de prova escripta e oral, de accôrdo com o § 1.<sup>o</sup> deste artigo.

Art. 48. Os provas escriptas mensaes, as provas de habilitação e as de exame serão entregues pelos docentes á guarda da secretaria, onde ficarão archivadas as primeiras, durante um anno, e as ultimas por tres annos.

Art. 49. O resultado de todos os exames será publicado no boletim do collegio e no *Diario Official*, por serem validos em todos os estabelecimentos de ensino da Republica.

## TITULO IV

### Da direcção e do pessoal de ensino

#### CAPITULO I

##### DO CONSELHO DE INSTRUÇÃO

Art. 50. O Conselho de Instrução, órgão consultivo do ensino, em cada collegio, compor-se-á dos docentes em effectivo exercicio no estabelecimento e dos em disponibilidade ou addidos, quando chamados.



Art. 51. O director do collegio será o presidente do Conselho de Instrucção.

Art. 52. O director deverá convocar o Conselho de Instrucção, não só nas occasiões previstas neste regulamento, como ainda todas as vezes que julgar necessario.

Paragrapho unico. O aviso para a reunião do Conselho será dirigido, por escripto, a cada um de seus membros, designando-se o dia, local e hora da reunião.

Art. 53. O Conselho de Instrucção não poderá funcionar sem que se reuna a metade e mais um do total de seus membros em effectivo serviço no magisterio do collegio.

Art. 54. São attribuições do Conselho, de modo geral:

- 1º, estudar e discutir os programmas do ensino;
- 2º, approvar ou modificar a indicação dos compendios que devem ser adoptados nas differentes aulas;
- 3º, resolver, como determina este regulamento, sobre as propostas relativas aos premios;
- 4º, estudar e propôr as reformas convenientes ao ensino;
- 5º, estudar, discutir e dar parecer sobre todos os assumptos que lhe forem commettidos pelo director;
- 6º, eleger a commissão de que trata o art. 60;
- 7º, eleger a commissão examinadora de concursos.

Art. 55. As sessões não se prolongarão por mais de duas horas, reservando-se a ultima hora para apresentação e discussão, no caso de urgencia, de qualquer proposta ou indicação.

Paragrapho unico. Si por falta de tempo, não se concluir em uma sessão o debate de qualquer assumpto, ficará este adiado, como materia principal da ordem do dia, para a proxima reunião, salvo o caso de urgencia, em que o presidente prorogará a sessão.

Art. 56. As reuniões do Conselho de Instrucção serão realizadas sem prejuizo dos trabalhos escolares. Si, por motivo de força maior, coincidirem as horas de aulas com as do Conselho de Instrucção, o serviço deste terá preferencia.

Art. 57. Nas sessões serão observadas as seguintes normas:

a) os docentes collocar-se-ão, a partir da direita do presidente, segundo as regras de precedencia resultantes da hierarchia militar para os militares, segundo a hierarchia do magisterio para os civis;

b) no impedimento do director assumirá a presidencia o professor mais graduado, e, em igualdade de postos, o mais antigo;

c) nenhum assumpto poderá ser exposto ou discutido antes de terminada a discussão do objectivo principal da convocação, salvo requerimento de urgencia approved por dous terços dos presentes;

d) o presidente do Conselho de Instrucção poderá negar a palavra ao membro do Conselho que quizer falar fóra dos ca-

sos permittidos, e cassal-a, mesmo ao que della fizer uso inconveniente;

e) o docente que, em sessão, se afastar das boas normas de subordinação, da disciplina e da consideração que deve aos seus pares, será punido pelo presidente, de accôrdo com os preceitos regulamentares;

f) durante a discussão de qualquer materia, nenhum docente poderá falar mais de vinte minutos, nem mais de duas vezes, sobre o mesmo assumpto, salvo quando relator de algum parecer;

g) as deliberações serão tomadas por maioria de membros presentes, em votação nominal ou symbolica;

h) quando o assumpto a tratar pelo Conselho de Instrução interessar particularmente a alguns de seus membros, a votação far-se-á por escrutinio secreto, prevalecendo, na hypothese de empate, o voto do presidente.

O interessado poderá tomar parte na discussão, si assim entender o presidente, mas não poderá votar, nem assistir á votação;

i) o professor que assistir á sessão do Conselho não poderá deixar de votar; o que abandonar a sessão, sem justo motivo, aperejado pelo presidente, incorrerá em falta igual á que commetteria por não comparecer, applicando-lhe o director a pena que julgar conveniente;

j) o presidente terá o voto de desempate,

Art. 58. Qualquer docente só poderá falar:

1º, sobre a materia em discussão;

2º, para fazer requerimento, apresentar projecto, indicação, emenda ou additivo;

3º, pela ordem, exclusivamente para lembrar o modo de dirigir e regularizar a votação ou pedir observancia de algum dispositivo legal ou regulamentar;

4º, para pedir urgencia.

Art. 59. A acta de cada sessão do Conselho de Instrução, depois de approvada na sessão subsequente, será assignada pelo presidente e por todos os membros presentes á referida sessão

Paragrapho unico. Si algum dos membros do Conselho de Instrução entender que na acta não estão expostos os factos com a devida exactidão, terá direito de enviar á mesa sua rectificação escripta, consoante a qual o presidente poderá ordenar a competente corrigenda.

Art. 60. O Conselho de Instrução elegerá na sua primeira sessão annual uma commissão permanente de ensino de seis membros, sendo um de cada secção, que dará parecer sobre assumptos pedagogicos e recursos que, pelo director, forem submettidos ao seu estudo.

Paragrapho unico. O presidente desta commissão será o director do collegio. O relator dos feitos será o docente da secção a que interessar o assumpto, ou, quando se tratar de assumpto de interesse geral, o menos graduado ou mais moderno no magisterio.

## CAPITULO II

## DO CORPO DOCENTE E DOS PREPARADORES

*Da sua organização*

Art. 61. O pessoal docente de cada collegio será assim distribuido:

*Professores — Curso fundamental* — Um para portuguez, um para francez, um para latim, um para inglez, um para allemão, um para geographia, um para historia da civilização, um para historia e chorographia do Brasil, um para sciencias physicas e naturaes, um para physica, um para chimica, um para historia natural, um para arithmetica, um para algebra, um para geometria e trigonometria, um para desenho e um para musica;

*Curso complementar* — Um para mathematica, um para topographia, desenho topographico e legislação de terras, um para noções de economia e estatistica, um para biologia geral, um para psychologia e logica, um para hygiene, um para sociologia, um para historia da philosophia, um para moral e civica e um para geo-physica e cosmographia;

*Adjuntos* — Um para cada aula.

Paragrapho unico. Para as aulas communs aos cursos fundamental e complementar os professores serão os mesmos. As aulas não communs a esses dois cursos serão regidas por outros professores, especialmente designados para tal fim.

Art. 62. Haverá, nos collegios militares, tres preparadores, um para cada laboratorio e gabinete das aulas de physica, chimica e historia natural.

## CAPITULO III

## DA NOMEAÇÃO DOS DOCENTES E PREPARADORES

Art. 63. Os professores, adjuntos e preparadores serão nomeados de conformidade com o art. 32 da Lei do Ensino Militar, de 21 de agosto de 1933.

§ 1.º Para a realização do concurso de que trata este artigo, logo que se verifique a vaga no estabelecimento, o director fará publicar, no *Diario Official*, editaes para inscrição, dando desse acto conhecimento ao ministro da Guerra, por intermedio do Estado Maior do Exercito.

§ 2.º O periodo de inscrição será de 60 dias, a partir da data da publicação dos editaes, no *Diario Official*.

§ 3.º Encerradas as inscrições, serão, immediatamente publicados, no *Diario Official*, os pontos para a prova relativa á alinea b do art. 66, c, tres dias após esta publicação, perante todos os candidatos ou seus procuradores, o director, fiscal de ensino, a banca examinadora e o secretario, será sorteado, na secretaria, o ponto para essa prova.

§ 4.º Encerrado esse periodo e entregues todos os trabalhos á secretaria pelos candidatos, serão aquelles enviados á commissão examinadora, para julgamento.

§ 5.º Terminando o julgamento, a banca examinadora dará sciencia ao director, para que este mande publicar os pontos relativos á prova da alinea *c* do art. 66.

Art. 64. Para a inscripção e recebimento dos trabalhos e classificação dos candidatos haverá no estabelecimento um livro apropriado.

§ 1.º A inscripção será feita mediante requerimento, acompanhado de todos os documentos legais.

§ 2.º O candidato ou seu procurador deixará a assignatura, no dia da inscripção e no dia da entrega do trabalho, no livro de inscripções.

§ 3.º O candidato que não apresentar o trabalho no prazo legal será considerado como tendo desistido da prova.

§ 4.º No dia em que terminar o prazo para a inscripção o secretario fará o encerramento no livro, o mesmo se dando na terminação do prazo para apresentação dos trabalhos.

Art. 65. Encerradas as inscripções para preparadores, serão immediatamente publicados os pontos relativos ás provas das alíneas *a* e *b* do art. 69. e, 30 dias após esta publicação, serão os candidatos submettidos á da alinea *a* do mesmo artigo.

Paraphographo unico. Terminado o julgamento dessa prova pela banca examinadora, serão os candidatos, immediatamente, submettidos á da alinea *b* do art. 69.

## CAPITULO IV

### DO CONCURSO PARA DOCENTES E PREPARADORES

Art. 66. O concurso para professores e adjunctos constará das seguintes provas:

*a*) dissertação escripta sobre um ponto do programma sorteado em commum, com 60 dias de prazo, impressa, dactylographada ou mimiographada;

*b*) arguição oral durante 50 minutos sobre a prova anterior para elucidação de pontos fracos ou obscuros;

*c*) dissertação oral durante 50 minutos sobre um ponto do programma sorteado com duas horas de antecedencia (prova didactica);

*d*) no caso das aulas de physica, chimica e historia natural a prova da alinea *c* versará tambem sobre experiencias e terá uma duração de duas horas, no minimo;

*e*) no caso da aula de topographia, a prova da alinea *c* versará tambem sobre manejo de instrumentos e terá uma duração minima de duas horas.

§ 1.º Para as provas das alíneas *a* e *c*, serão organizados 20 pontos, para cada.

§ 2.º As provas das alíneas *b* e *c* serão presididas pelo director e feitas perante o Conselho de Instrucção e director do ensino.

Art. 67. Os membros da banca examinadora, em numero de tres, serão eleitos pelo Conselho de Instrução, dentre os docentes da secção e nomeados pelo director.

Paragrapho unico. Quando o concurso fôr para professores a banca será constituída só de professores.

Art. 68. No julgamento das provas tomarão parte, além da banca examinadora, sómente os professores da secção, se o concurso fôr para professor e todos os docentes da secção, se fôr para adjuneto.

Art. 69. O concurso para preparadores constará de:

a) dissertação escripta, durante duas horas, sobre um ponto sorteado em common, com duas horas de antecedencia, sobre experiencias de physica, e experiencias e preparações de chimica e historia natural;

b) pratica oral, relativa ás experiencias de physica e experiencias e preparações de chimica e historia natural, de accôrdo com o programma e ponto sorteado, com duas horas de antecedencia. Esta prova versará, tambem, sobre a conservação do material e técnica de gabinete e durará duas horas no minimo.

§ 1.º Para cada uma dessas provas serão organizados 20 pontos.

§ 2.º As provas das alineas b serão presididas pelo director e feitas na presença dos docentes da secção e do director do Ensino.

§ 3.º Os membros da banca examinadora, em numero de tres, serão nomeados pelo director dentre os docentes da secção.

Art. 70. Os concursos serão realizados na sôde do estabelecimento, onde se verificarem as vagas.

Paragrapho unico. Na falta de docentes no estabelecimento para constituição das bancas examinadoras, serão nomeados pelo ministro da Guerra e por proposta do Estado-Maior do Exercito, docentes de outros estabelecimentos para completar aquellas bancas. Para cumprimento dessa disposição o director fará a devida communicação ao chefe do Estado-Maior do Exercito.

Art. 71. No caso de qualquer irregularidade verificada em qualquer prova, será a mesma annullada pelo director, que tomará providencias para o bom andamento da mesma, dando destes actos conhecimento ao ministro da Guerra por intermedio do chefe do Estado-Maior do Exercito.

Art. 72. O candidato que na prova da alinea a, do artigo 66, obtiver grão inferior a 5, será desclassificado, e, bem assim, todo aquelle que não satisfizer ás prescripções das alineas, b, c, d, e e, do art. 66, e das alineas a e b, do art. 69.

§ 1.º O candidato que adoecer durante as provas das alineas b e c, do art. 66, e a e b, do art. 69, será posteriormente submettido á nova prova.

§ 2.º O candidato que faltar a qualquer prova por motivo de molestia, justificado perante o director, será submettido a nova prova.

§ 3.º O candidato que faltar a qualquer prova sem motivo justificado ou que não se houver com a devida compostura, no decorrer das provas, será desclassificado.

Art. 73. A classificação dos candidatos será feita pelo numero de pontos resultantes da média arithmetica dos grãos conferidos, em cada prova, pelos membros da banca examinadora e pelos docentes da secção, levando-se a approximação até os millesimos.

Paragrapho unico. A apuração dos grãos em cada prova será feita pela média arithmetica dos grãos conferidos pela banca examinadora e pelos docentes da secção que tomarem parte no julgamento.

Art. 74. Classificados os candidatos pela banca examinadora, e demais docentes da secção, lavrar-se-á uma acta referente a este acto, a qual será submettida á votação do Conselho de Instrução e em seguida enviada ao Estado-Maior do Exército pelo director.

Paragrapho unico. Essa votação será nominal e o voto em contrario deverá ser justificado.

## CAPITULO V

### DA RECONDUÇÃO

Art. 75. A recondução dos professores e adjunctos, de que trata o art. 32 da Lei do Ensino Militar, de 21 de agosto de 1933, se fará por proposta do Conselho de Instrução, que apreciará as qualidades do docente, sob os pontos de vista moral, intellectual e pedagogico, attendendo ainda ás apreciações feitas pelo director, quanto á assiduidade e interesse do docente pelo ensino, e ao conceito emitido, quanto á parte didactica e execução dos programmas.

§ 1.º Se as apreciações feitas pelo director não estiverem em concordancia com as do director do ensino e se os conceitos de um ou outro fôrem taes que incompatibilizem o docente com a sua função, o Conselho sorteará quatro de seus membros, que serão nomeados pelo director, para procederem a inquerito.

§ 2.º Procedido o inquerito, será elle presente ao Conselho que julgará, em ultima instancia, acerca da recondução ou não do docente.

§ 3.º Quando se fratar da recondução de professores, os adjunctos não tomarão parte no Conselho de Instrução.

Art. 76. A recondução dos preparadores se fará por proposta dos docentes da secção e approvação do Conselho de Instrução.

Art. 77. Approvada ou não a recondução do docente ou preparador pelo Conselho de Instrução, o director officiará ao Estado-Maior do Exército, para que a mesma se effective ou se abra concurso para o cargo vago.

---

## CAPITULO VI

## DOS DEVERES DOS DOCENTES E PREPARADORES

Art. 78. Os professores e adjunctos serão obrigados á regencia de duas turmas de alumnos.

Paragrapho unico. Cada turma accrescida será denominada supplementar e dará direito a uma gratificação de 20\$ por aula, paga pelo cofre do collegio.

Art. 79. As turmas supplementares serão distribuidas de modo equitativo: caberá a regencia, em primeiro lugar, ao professor da aula, e, em seguida, ao adjuncto.

Paragrapho unico. Na falta de docentes para a regencia dessas turmas, poderão ser designados os officiaes de ensino pratico e da administração, de accôrdo com as suas habilitações, ouvido, reservadamente, o professor da aula.

Art. 80. Além dos deveres de seu cargo no estabelecimento, os docentes dos collegios poderão ser designados, como examinadores, nos concursos para provimento de cargos vagos nas repartições subordinadas ao Ministerio da Guerra.

Art. 81. Os docentes de materia seriada, por mais de um anno no curso, deverão leccional-as, successivamente, em cada um desses annos, acompanhando as respectivas turmas.

Art. 82. Ao docente cumpre:

1º, dar aulas nos dias e horas designados na tabella de distribuição do tempo, assignando e mencionando o assumpto da lição no respectivo livro;

2º, mencionar, do proprio punho, o numero dos alumnos que, citados como ausentes, effectivamente comparecerem ás aulas, assignando a competente declaração. A inobservancia desta ultima condição tira todo character de authenticidade á nota de comparecimento;

3º, habilitar os alumnos, por meio de arguições e trabalhos escriptos, em sala ou em domicilio, ás provas de que consta o exame final;

4º, apresentar á secretaria, até o dia 10 de cada mez, as notas de aproveitamento dos alumnos e recolher áquella repartição as provas julgadas;

5º, dar parte, em boletim semanal, ao director, do mau procedimento dos alumnos na aula e de sua falta de applicação;

6º, dar, mensalmente, uma prova escripta, e, no mez de agosto e de novembro, provas de habilitação, que se realizarão de accôrdo com o art. 17;

7º, marcar, com oito dias de antecedencia, a materia da prova mensal, communicando á secretaria o dia em que pretender realizal-a, afim de saber si ha algum impedimento. Não poderá haver provas com intervallo menor de 48 horas. As questões propostas para as provas mensaes não poderão exceder de tres, abrangendo differentes partes da materia limitada para cada uma de taes provas;

8º, entregar á secretaria a cõta de anno, aproveitamento dos seus alumnos até o dia 5 de dezembro;

9º, comparecer ás sessões do Conselho de Instrução e de mais actos para os quaes receba ordem do director;

10, comparecer, afim de tomar parte nas commissões examinadoras, para as quaes fôr designado;

11, communicar ao director, com antecedencia, a impossibilidade de dar aula ou de attender a qualquer serviço, quando isso possa succeder, por motivo justificado;

12, requisitar ao director todas as providencias que entender necessarias ou convenientes á boa ordem do ensino, e cumprir todas as ordens e determinações emanadas daquella autoridade, de accôrdo com as leis e regulamentos vigentes;

13, comparecer, fardado, a todos os actos escolares, si fôr militar.

Art. 83. Cumpre, em particular, ao professor:

1º, fiscalizar as turmas de sua disciplina, afim de ser mantida perfeita regularidade do ensino e conveniente apreciação do aproveitamento dos alumnos;

2º, organizar os programmas, de que trata o art. 10, ouvindo o adjunto;

3º, indicar o compendio ou compendios, de que trata o art. 11, ouvindo o adjunto.

Art. 84. O professor será substituido em suas faltas ou impedimentos temporarios pelo adjunto da aula.

Paragrapho unico. Na falta do adjunto, a quem caiba essa substituição o director providenciará, afim de que ella seja feita do melhor modo possivel.

Art. 85. Os adjuntos que estiverem leccionando uma aula deverão cumprir estritamente a orientação do professor, ao qual auxiliarão, segundo o compendio ou compendios adoptados.

Art. 86. Aos preparadores incumbem:

1º, conservar em boa ordem o gabinete e laboratorio a seu cargo;

2º, fazer as experiencias que forem indicadas pelos docentes;

3º, assistir ás aulas respectivas e organizar pedidos do material necessario;

4º, permanecer, no gabinete ou laboratorio, o tempo exigido pelos trabalhos que tiverem sido ordenados;

5º, assignar o livro de ponto, depois do professor da aula.

Art. 87. Nenhum docente do collegio ou official a este pertencente poderá leccionar, em caracter particular, a alumnos do estabelecimento, mediante remuneração ou sem esta. A infracção deste dispositivo importa na suspensão immediata do docente ou solicitação de retirada, do collegio, do official, devendo o commandante communicar o facto á autoridade superior.

## CAPITULO VII

### DOS DIREITOS E REGALIAS DOS DOCENTES E PREPARADORES

Art. 88. Os docentes serão providos nas aulas para que fizeram concurso, não podendo ser transferidos para aulas de assumptos diversos sem sua acquiescencia.

Art. 89. No caso de suppressão da aula, antes do termino da commissão, o docente ficará addido á secção a que pertencem.



ça a aula e aproveitado na regencia de turma e bancas examinadoras, de modo que permaneça em effectivo exercicio.

Art. 70. O docente só poderá ser transferido de um para outro collegio mediante troca ou novo concurso para a aula vaga no outro estabelecimento.

Art. 91. Os vencimentos dos docentes e preparadores serão regulados por lei especial, na fórma prevista no item 3º do art. 32 da Lei do Ensino Militar, de 21 de agosto de 1933.

Art. 92. O docente que acceitar qualquer commissão que o iniba de exercer as suas funcções no magisterio perderá todas as vantagens do cargo. Se a duração dessa commissão fôr maior que dous annos será considerado como tendo resignado o cargo no magisterio.

Art. 93. Quando a commissão fôr de caracter tecnico, perceberá sómente o ordenado, perdendo, entretanto, o tempo do magisterio.

Art. 94. O periodo de férias será contado como de effectivo serviço no magisterio, para os docentes que estiverem no exercicio de suas funcções.

Art. 95. O docente que completar 30 annos de effectivo exercicio no magisterio ou 65 annos de idade será posto em disponibilidade, com todas as vantagens do cargo, na conformidade da legislação vigente.

Art. 96. O docente que se invalidar, por effeito do serviço de magisterio, será posto em disponibilidade com tantas vigesimas quintas partes dos vencimentos quantos forem os annos de effectivo serviço publico.

Art. 97. Os preparadores poderão fazer concurso para professor ou adjunto, sendo o tempo de serviço de preparador contado, como de magisterio, sómente para effeito de disponibilidade.

Paragrapheo unico. Aos preparadores applicam-se os artigos 92, 94, 95 e 96.

## CAPITULO VIII

### DO PESSOAL INCUMBIDO DO ENSINO PRATICO

Art. 98. O ensino pratico será superintendido por um capitão do quadro das armas, com o curso de aperfeiçoamento das armas, feito após 1920.

Art. 99. O primeiro grupo terá o seguinte pessoal:

1ª secção — Infantaria:

Chefe;

Auxiliares;

Monitores.

2ª secção — Tiro:

Chefe;

Monitores.

3ª secção — Esgrima:

Chefe;

Monitor.

4ª secção — Equitação:

Chefe;

Auxiliares;

Monitores.

§ 1.º Haverá para cada secção um chefe (1º tenente), tres auxiliares para a secção de infantaria e dous para a de equitação (officiaes subalternos).

§ 2.º O instructor chefe e auxiliares das differentes secções deverão ter obrigatoriamente o curso da Escola das Armas ou da extincta E. A. O. e os monitores o curso de sargentos da escola de sua arma e o das especialidades.

Art. 100. O pessoal incumbido do ensino pratico será nomeado pelo ministro da Guerra, por proposta do chefe do Estado-Maior do Exercito e mediante indicação ou não do director do collegio.

Paragrapho unico. A nomeação do pessoal referido será feita na fórma prescripta pelo art. 32, alinea 5ª, da Lei do Ensino Militar.

Art. 101. O segundo grupo terá o seguinte pessoal:

1ª secção — Medica:

Chefe;

Auxiliares.

2ª secção — Physica, propriamente dita:

Chefe;

Auxiliares;

Monitores.

§ 1.º Os chefes das secções serão primeiros tenentes; os auxiliares serão officiaes subalternos.

§ 2.º Os officiaes e auxiliares das secções deste grupo e os sargentos monitores terão, obrigatoriamente, o curso da Escola de Educação Physica do Exercito ou do extincto Centro Militar de Educação Physica.

## CAPITULO IX

### DOS DEVERES DO PESSOAL DO ENSINO PRATICO

Art. 102. Ao director do ensino pratico, subordinado directamente ao fiscal do pessoal, compete:

1º, orientar e dirigir toda a instrucção pratica, de accordo com os regulamentos em vigor no Exercito;

2º, organizar annualmente o programma da instrucção pratica, dentro do horario fixado pelo director, com a necessaria antecedencia, de modo que seja submettido á approvação do Estado-Maior do Exercito, antes de iniciado o anno lectivo;

3º, coordenar os trabalhos, programmas e tudo mais que se relacione com o ensino pratico, em perfeita harmonia com os demais serviços e regime do collegio;

4º, providenciar junto ao fiscal, antecipadamente, sobre as necessidades de ordem material, ou não, indispensaveis á perfeita execução do programma;

5º, repartir o trabalho pelo pessoal (instructores, monitores e serventes) qua fór designado para o ensino pratico;

6º, não alterar o horario da directoria sem prévio consentimento, justificando convenientemente as alterações propostas;

7º, fiscalizar toda a instrução, sendo o unico responsavel pela boa ou má execução da mesma. Esta fiscalização se estende tambem á escripturação relativa ao ensino pratico, inclusive o trabalho e demais serviços do 2º grupo, salvo na parte tecnica a cargo do medico, unico responsavel;

8º, examinar, frequentemente, todas as dependencias destinadas ao ensino pratico, providenciando junto ao fiscal do pessoal sobre as alterações verificadas.

Art. 103. O director do ensino pratico poderá, se assum o exigir o serviço, designar os officiaes instructores e sargentos monitores de qualquer secção para trabalharem em outras differentes, mas, de assumptos communs ás armas.

Art. 104. O director do ensino pratico será substituido em seus impedimentos pelo official instructor mais antigo ou graduado

Art. 105. O official instructor é directamente subordinado, no ponto de vista da instrução pratica, ao director do ensino pratico; compete-lhe:

1º, dar, rigorosamente, de accôrdo com as ordens existentes, a instrução que lhe fôr attribuida, cumprindo todas as ordens do chefe da secção e tendo em vista o especial desempenho que deve dar á sua missão, considerando que instrui crianças cuja educação exige particular attenção e desvelado carinho;

2º, apresentar programma minucioso da instrução de que estiver incumbido, dentro do quadro organizado pelo director da instrução;

3º, registrar, diariamente, em livro especial para isso destinado a instrução dada e os resultados obtidos, bem como as faltas dos alumnos;

4º, comparecer e exigir o comparecimento diario de todo o pessoal da secção;

5º, ter sob sua responsabilidade o material da secção, organizando a relação carga, com o visto do "fiscal administrativo" e o "conferê" do almoxarife;

6º, dar sciencia ao director do ensino pratico das occur-rencias havidas durante as instruções praticas ou não, cientes-tificando-o tambem do estado do material a cargo da secção;

7º, reunir os dados necessarios á confecção das fichas dos alumnos organizadas no gabinete do director do ensino pratico, fazendo-as escripturar afim de que as mesmas possam ser compulsadas a qualquer momento;

8º, designar um substituto eventual para responder pela secção quando, por qualquer motivo, não puder comparecer.

Art. 106. Aos officiaes auxiliares de instructor, applicam-se as mesmas disposições acima, excepto as que collidirem com as privativas dos chefes de secção.

Art. 107. Os sargentos monitores auxiliam aos officiaes instructores na instrução, disciplina e outros mistéres inherentes á profissão, esforçando-se para que fiquem asseguradas, de modo ininterrupto, todas as ordens relativas á boa marcha da instrução e serviços correlatos. Pela missão especial que exercem, num estabelecimento de ensino, devem exceder-se em solícitude, dando provas continuadas de perfeito desempenho da sua delicada missão, portando-se com

bondade inexcédível no tratamento carinhoso que devem dispensar aos instruídos, tendo sempre em vista que participam da missão nobre, elevada e complexa, do preparo e desenvolvimento de centenas de crianças.

Paragrapho unico. Compete ao sargento monitor:

1º, permanecer no estabelecimento durante as horas de instrução e comparecer ao expediente, salvo quando dispensado;

2º, sem prejuizo da instrução poderá ser aproveitado, acidentalmente, no serviço diário ou não do collegio, a juizo do director; ou no das secções a juizo do director do ensino pratico;

3º, será auxiliar dos chefes de secção, na qual exercerá, sem distincção de graduação, as funções de sargento auxiliar e encarregado do material, com attribuições identicas ás de 1º sargento e sargento furriel, respectivamente, no que for applicavel o regulamento interno dos Serviços Geraes dos Corpos de Tropa do Exercito;

4º, deverá apresentar-se, diariamente, ao seu chefe de secção ou substituto eventual, para participar as occurrencias havidas ou para receber ordens de serviço;

5º, fóra das horas de instrução, permanecerá nas secções, para fiscalizar os serviços: reparação, conservação do material, etc.;

6º, organizar as relações dos alumnos de accôrdo com as instruções recebidas e incumbir-se da escripturação da secção.

Art. 108. Os sargentos serão distribuidos pelas secções, de accôrdo com as necessidades do serviço, da instrução e aptidões de cada um.

Art. 109. Os medicos do Serviço Medico de Educação Physica subordinam-se, quanto á instrução, ao director do ensino pratico, excepto na parte da sua especialidade; e ao chefe do Serviço de Saude, quanto ao serviço medico propriamente dito do estabelecimento. Ao medico, além das attribuições contidas nos regulamentos officiaes, incumbe:

1º, dirigir, tecnicamente, a secção medica de educação physica, e orientar, do mesmo modo, sob o ponto de vista medico, a secção de Educação Physica propriamente dita;

2º, dirigir toda a escripturação da secção, sendo o responsavel pela sua perfeita exaetidão;

3º, manter sempre em dia os trabalhos de estatística relativos á especialidade, de modo que se possam ter sempre presentes os resultados e outros effeitos dos trabalhos executados;

4º, fornecer aos instructores, por intermedio do director do ensino pratico, todos os elementos necessarios á orientação da educação physica, especialmente no que se referir aos exercícios de correcção, nos casos indicados pelo exame medico;

5º, illustrar as estatísticas, graphicamente, de modo a ressaltar os resultados apurados;

6º, verificar periodicamente o aproveitamento da instrução em perfeita harmonia com os instructores, afim de registrar os resultados;

7º, propor as medidas uteis ao aperfeiçoamento da educação physica, e permanecer no estabelecimento durante as horas em que se ministrar a educação physica;

8º, *submitter os alumnos* que concluirem o curso, logo após os exames, a um ultimo controle.

Art. 110. Os medicos da secção de educação physica são dispensados do serviço de dia, salvo motivo de força maior a juizo do director do collegio.

Art. 111. Para a perfeita confecção dos programmas de instrucção e execução dos serviços, devem ser observados os regulamentos em vigor no Exercito, no que for compativel com o regime escolar, bem como no que concerne ás attribuições do pessoal nas differentes escalas da hierarchia militar.

Art. 112. Serão observados rigorosamente pelos medicos e instructores os regulamentos, directivas e instrucções adoptadas pela Escola de Educação Physica do Exercito, depois de mandados cumprir pelo director do estabelecimento.

## TITULO V

### DAS MATRICULAS

Art. 113. Haverá duas classes de alumnos: a dos contribuintes e a dos gratuitos.

Art. 114. As vagas que se derem no collegio, durante o anno, só serão preenchidas no anno seguinte, por occasião da matricula.

Paragrapho unico. As de gratuitos tambem concorrerão, de accôrdo com as prescripções deste regulamento, os alumnos que estejam matriculados como contribuintes e tenham direito á gratuidade.

Art. 115. Os paes ou tutores dos candidatos á matricula deverão apresentar á secretaria do collegio, até o dia 15 de fevereiro de cada anno, requerimentos endereçados ao director do estabelecimento e instruidos com os seguintes documentos:

- a) certidão de idade;
- b) attestado de que o candidato não padece de doença contagiosa ou infecto-contagiosa;
- c) attestado de vaccinação;
- d) patente, resumo da fé de officio do pae, quando filho de official, ou certidão de assentamentos, quando filho de praça, documentos que são obtidos gratuitamente no Ministerio da Guerra;
- e) certidão de obito do pae ou paes, quando filho de official ou praça, se for candidato a gratuito.

Art. 116. O candidato á matricula deverá ter mais de 11 annos e menos de 13, sendo estas idades referidas no ultimo dia de junho do anno da matricula.

Art. 117. Os candidatos que obtiverem licença do director do collegio para se matricular serão submetidos, no proprio estabelecimento, perante commissões nomeadas pelo di-

rector, a um exame de admissão, feito na conformidade do estabelecido nas instrucções para matricula.

§ 1.º A's provas de admissão serão applicadas as disposições que convierem, dentre as que são estabelecidas no capitulo II do titulo III.

§ 2.º Os exames para os candidatos ao 1º anno constarão de duas provas escriptas, sendo uma de portuguez e outra de arithmetica e de uma prova oral de conjuncto das disciplinas seguintes:

*Portuguez* — Noções elementares de phonologia e lexico-logia, sob o ponto de vista pratico; conjugação de verbos regulares e irregulares mais communs encontrados em trechos escolhidos;

*Arthmetica* — Numeração; as quatro operações fundamentais, potenciação com inteiros e fracções ((ordinarias e decimaes), conversão de fracções ordinarias em decimaes e vice-versa; systema metrico decimal;

*Noções concretas de sciencias physicas e naturaes* — Noções, as mais experimentaes possiveis, de phenomenos physicos e chymicos de observação vulgar; noções, as mais elementares, sobre a Terra; observações rudimentares sobre o vegetal, sem preocupação de classificação; noções, as mais rudimentares, sobre anatomia e physiologia do homem;

*Noções geraes de geographia e historia do Brasil* — Rudimentos de geographia; situação, limites politicos, superficie e população do Brasil; divisão politica, forma de governo, poderes legislativo, executivo e judiciario; capitães e cidades principaes dos Estados do Brasil; principaes productos agricolas; manufactura, industria e commercio; portos mais importantes; conhecimento no mappa da situação do Districto Federal e dos demais Estados do territorio brasileiro, com a localização das respectivas capitães, descripção summaria (rios principaes, montanhas mais notaveis) do Brasil;

*Historia do Brasil* — Noções de historia do Brasil; descobrimento do Brasil, Tiradentes, D. João VI no Brasil, Independencia, D. Pedro I, abdicção, regencia, D. Pedro II, guerra do Paraguay, abolição, Republica, significação dos dias de festas nacionaes, vultos notaveis da historia do Brasil.

§ 3.º Cada uma das provas escriptas será julgada de 0 a 10, sendo eliminatória para o candidato que tiver grão zero em uma dellas. A de portuguez constará de um dilado de 15 a 20 linhas, de autor contemporaneo, e de analyse lexica de uma pequena parte do dilado e de uma redacção consistente em descripção de um quadro apresentado no momento. A de arithmetica, de expressões ou problemas de facéis soluções.

§ 4.º Para as provas escriptas, as bancas examinadoras organização, respectivamente, 20 pontos, dentre os quaes um será sorteado no momento de seu inicio.

Para as oraes, tambem 20 pontos, contendo cada uma parte de todas as materias, dos quaes o candidato extrahirá um ao começar a prova.

Art. 118. Terminados os exames de admissão, a secretaria fará a classificação dos candidatos em dois grupos:

- 1.º Gratuitos;
- 2.º Contribuintes.

Art. 119. Os candidatos gratuitos serão assim classificados:

1.º Orphãos de pai e mãe:

a) filhos de praça de prelo mortos em campanha ou em accidente no serviço;

b) filhos de officiaes de terra e mar mortos em campanha ou em accidente no serviço;

c) filhos de officiaes da reserva do Exercito e da Armada mortos em campanha;

d) filhos de officiaes de policia militar mortos em campanha;

e) filhos de officiaes da reserva que tiverem prestado notaveis serviços de guerra;

Os candidatos comprehendidos nas alíneas a e b, que não conseguirem matricula como gratuitos, por falta de vagas, poderão fazel-o como contribuintes, tendo sobre os constantes das lettras c, d e e preferencia absoluta;

2.º Orphãos de pai, na mesma ordem de preferencia do numero anterior;

3.º Não orphãos:

a) filhos de officiaes da reserva ou reformados do Exercito e da Armada, sub-tenente, sub-officiaes da Armada e sargentos, inutilizados em serviço;

b) filhos de officiaes da reserva ou reformados do Exercito e da Armada, cujos vencimentos forem inferiores a 1:000\$ mensaes;

c) filhos de sub-tenentes e de sargentos do Exercito e sub-officiaes da Armada.

Art. 120. Os candidatos contribuintes serão assim classificados:

a) filhos de militares de terra e mar e de docentes dos estabelecimentos militares;

b) filhos de militares da Policia Militar, do Corpo de Bombeiros do Districto Federal e de civis.

Art. 121. Para a matricula de candidatos gratuitos, a secretaria obedecerá á ordem dos numeros e suas alíneas do art. 119.

§ 1.º Na preferencia dos candidatos de cada grupo, dever-se-ha attender a seus recursos pecuniarios, a começar pelos menos favorecidos.

§ 2.º Em cada alinea tem preferencia os candidatos que, em virtude da idade, não conseguirem matricula no anno seguinte.

§ 3.º Em igualdade de situação, tem preferencia os candidatos que obtiverem maior gráu na classificação.

§ 4.º Os demais candidatos serão classificados de accordo com o merecimento revelado no exame de admissão, o qual servirá de criterio absoluto para a matricula. Em igualdade de condições, terá preferencia o candidato de menor idade.

Art. 122. Os filhos de officiaes do Exercito e da Armada com attestados de approvação do 1º anno em collegio equiparado ou estabelecimento secundario official poderão

ser matriculados no 2º anno, uma vez approvados em exame de arithmetica do 1º anno, prestado no Collegio Militar, e satisfazendo a condição da idade, a partir do limite a que se refere o art. 116.

Art. 123. Os candidatos á matricula, como contribuintes, pagarão, no acto da inscripção ao exame de admissão, uma taxa de cinco mil réis (5\$000) para despesas de expediente.

Art. 124. As vagas existentes serão assim preenchidas: dous terços pelos filhos dos militares e um terço pelos dos civis.

Paragrapho unico. A matricula dos candidatos gratuitos e contribuintes será feita mediante classificação por merecimento intellectual obtida nas provas de admissão, pelo director do collegio, devendo tal ser communicado ao ministro da Guerra, por intermedio do E. M. E.

## TITULO VI

### Do funcionamento dos cursos

#### CAPITULO I

##### DO REGIME COLLEGIAL

Art. 125. O anno lectivo começará no primeiro dia útil de abril e encerrar-se-ha no dia 30 de novembro; será dividido em dous periodos de 1 de abril a 30 de julho e de 1 de agosto a 30 de novembro.

Paragrapho unico. De 23 a 30 de junho o periodo é considerado de férias collegiaes.

Art. 126. O director, mediante autorização do chefe do Estado-Maior do Exercito, poderá prorogar as aulas por prazo não superior a 20 dias, quando o docente, por qualquer motivo, não tiver cumprido o respectivo programma no prazo legal.

Paragrapho unico. Os mezes de dezembro, janeiro, fevereiro e março serão consagrados aos exames, ás férias, aos trabalhos praticos exteriores e a outros relativos ás matriculas nos collegios.

Art. 127. A distribuição do tempo será feita de modo que os alumnos tenham oito horas effectivas de trabalho, oito para os cuidados hygienicos, refeições e recreio e oito para o sono.

Art. 128. Os horarios serão organizados pela secretaria, subordinando-se ao seguinte:

As lições theorico-praticas terão a duração de 45 minutos e serão ministradas, no curso fundamental, em turnos de, no minimo, 25 (vinte e cinco) alumnos nos 1º e 2º annos, 30 (trinta) nos 3º e 4º annos e 35 (trinta e cinco) no 5º anno e, no curso complementar, nos dous ultimos annos, turnos de 40 (quarenta).

O ensino pratico será regido pelos regulamentos e instrucções adoptadas no Exercito e ministrado em sessões, cujo



número e tempo de duração corresponderão ás exigencias do programma.

Art. 129. A frequencia é obrigatoria a todas as aulas e exercicios; marcar-se-ha um ponto ao alumno que, por motivo justificado, faltar no mesmo dia, a uma ou mais aulas ou exercicios. Não havendo justificação, marcar-se-hão tres pontos.

§ 1.º A justificação das faltas será feita exclusivamente perante o director do collegio.

§ 2.º O alumno que completar 45 pontos, ou 15 não justificados, perderá o anno, sendo desligado do estabelecimento. Terá, porém, preferencia para a matricula no anno seguinte, si o desligamento fór motivado por molestia comprovada.

§ 3.º Será publicado mensalmente no boletim do collegio o numero de pontos dos alumnos.

Art. 130. O alumno só sera matriculado no anno seguinte após ter sido approved em todas as disciplinas do anno que cursar.

§ 1.º O alumno reprovado em uma disciplina poderá matricular-se no anno seguinte, sendo obrigado, porém, a fazer todas as sabbatinas e provas da disciplina em que foi reprovado, e só poderá fazer exames das materias do anno em que estiver matriculado, depois de approved na disciplina de que depende.

§ 2.º O alumno reprovado em mais de uma disciplina repetirá o anno, estudando não só as em que foi reprovado, como tambem as em que o exame não fór final.

Art. 131. Considera-se repente de um anno, todo alumno que no mesmo haja sido matriculado mais de uma vez, seja por effeito de reprovação, seja em consequencia de truncamento de matricula; contudo, quando o truncamento de matricula fór por motivo de molestia, devidamente comprovada, poderá o alumno matricular-se mais uma vez no mesmo anno que cursava, sem a qualidade de repente.

Paragrapho unico. Para a nova matricula dos alumnos nas condições deste artigo, haverá preferencia quanto aos candidatos que concorrerem ás vagas existentes, respeitado o limite maximo de 18 annos de idade para os do 5º anno, 17 para os do 4º, e assim por deante.

Art. 132. O alumno reprovado em algebra do 4º anno nao poderá prestar exame de geometria.

Art. 133. Será desligado o alumno que não obtiver approvação em todas as disciplinas no anno em que estiver matriculado, depois de o ter cursado duas vezes.

## CAPITULO II

### DO REGIME DISCIPLINAR

Art. 134. Constituem, em geral, transgressões commettidas pelos docentes:

a) as faltas puramente funcionaes;

b) as faltas commettidas contra o regime militar do estabelecimento.

Art. 135. As faltas a que se refere a alinea *a*, do artigo anterior são as seguintes:

1º, não ter o docente pelo preparo proprio e pelo de seus discipulos a dedicação que o sentimento do dever e a honestidade profissional exigem;

2º, faltar, sem prévio aviso e motivo justificado, ás aulas, reuniões do Conselho de Instrução, comissões examinadoras e outros serviços que lhes tenham sido cometidos;

3º, deixar de cumprir ou cumprir negligentemente as diversas obrigações estatuidas neste regulamento;

4º, não proceder com a elevação e a justiça que o dever de seu cargo impõe;

5º, tratar nas aulas de assumptos extranhos ao programma, bem como fazer propaganda de ideias contrarias á organização social e politica e a ordem legal do paiz.

Art. 136. As transgressões referidas na alinea *a*, do art. 134, serão punidas conforme a importancia ou a gravidade dos casos e das circunstancias de que forem revestidas, não podendo ser applicada pena alguma que não seja estabelecida neste regulamento.

Parapho unico. As transgressões de que trata a alinea *b*, do art. 134, serão punidas de accordo com o Regulamento Interno e dos Serviços Geraes dos Corpos de Tropa do Exército.

Art. 137. As penas previstas no art. 136 são as seguintes, applicaveis pelo director:

1º, reprehensão em particular;

2º, reprehensão em boletim reservado do collegio;

3º, suspensão, até 15 dias, das respectivas funções com perda da gratificação.

Art. 138. As faltas de que trata o n. 2, do art. 135, deverão ser justificadas perante o director do collegio.

Parapho unico. As faltas não justificadas acarretarão a perda da gratificação.

Art. 139. Quando a transgressão fôr considerada de alta gravidade, o director suspenderá immediatamente o docente que a houver commetido, levando o facto ao conhecimento do Ministro da Guerra, por intermedio do Chefe do Estado-Maior do Exército, que poderá, a bem do ensino, suspendel-o até 30 dias com perda dos vencimentos do cargo.

Art. 140. O director proverá a substituição do docente que deixar de comparecer por tres vezes consecutivas para dar suas aulas, substituição que importará na perda da gratificação, se o motivo fôr de doença comprovada pelo medico do estabelecimento e exceder de 15 dias, e na perda do ordenado e gratificação si não houver causa justificada.

§ 1.º Marcar-se-ha falta ao professor que depois de cinco minutos de iniciada a aula não se achar presente á mesma, ou retirar-se antes de exgotado o tempo marcado para a lição.

§ 2.º Se por subito incommodo de saude ou por outro motivo de grande relevancia, o professor tiver de sahir por algum tempo ou de suspender a aula, fará chamar um offi-

cial de disciplina, ao qual entregará os alumnos, dando disso conhecimento á secretaria.

§ 3.º Em livro de ponto que será o diario da aula, indicará a materia de que houver tratado, ou o trabalho que executou.

§ 4.º Nesse livro, lançará o official de disciplina a declaração de não haver comparecido o professor, se este não se achar á hora marcada para o inicio da aula.

§ 5.º É vedado consignar no livro de ponto quaesquer termos de louvor, de censura ou de protesto, mas permittido anotar nelle qualquer incidente que haja occorrido e que exija do director alguma providencia.

Art. 141. O docente que, sem estar licenciado, não comparecer ao collegio, por mais de trinta dias consecutivos, terá renunciado ao cargo, de accordo com a legislação em vigor, e incorrerá em outros dispositivos regulamentares, se for militar efectivo.

Art. 142. Nenhum docente poderá, durante o anno lectivo, afastar-se da sede do respectivo collegio, sem permissão legal.

Art. 143. Aos docentes poderá ser permittido gozar, fora das sedes dos collegios, as férias do anno lectivo, sem prejuizo dos trabalhos escolares que lhes competem, de accordo com as leis em vigor.

### CAPITULO III

#### DAS FALTAS E TRANSGRESSÕES COMMETTIDAS PELOS FUNCIONÁRIOS

Art. 144. O pessoal militar de que trata o titulo I obedecerá ás prescripções do R.I.S.G.c, em relação ás suas transgressões, proceder-se-ha de conformidade com os regulamentos em vigor no Exército.

Art. 145. As transgressões commettidas pelo pessoal civil podem ser de duas naturezas:

a) faltas funcioneaes;

b) faltas commettidas contra o regime militar de estabelecimento.

Art. 146. As faltas de que trata a alinea a, do art. 145, são as referentes a negligencias, falta de assiduidade e pontualidade no serviço, puniveis de accordo com a legislação em vigor na Secretaria da Guerra.

Art. 147. As transgressões previstas no art. 145, alinea b, consoante á gravidade dos casos e ás circumstancias de que se revestirem, serão punidos de accordo com a legislação em vigor.

Art 148 Nos casos de grave offensa á moral ou á disciplina, o serventuário será immediatamente suspenso, ate ulterior deliberação do Governo

Art. 149. Todos os funcionarios civis são obrigados a ponto, e as faltas no serviço serão justificadas perante o director do collegio.

Paragrapho unico. As faltas não justificadas motivarão a perda da gratificação.

## CAPITULO IV

## DAS PENAS E RECOMPENSAS

Art. 150. As penas disciplinares proporcionaes á gravidade das faltas dos alumnos serão:

- 1º, referencia, no livro das aulas, sobre o aproveitamento e a conducta;
- 2º, admoestação perante a aula;
- 3º, retirada da aula ou do campo de exercicio, seguida da apresentação ao ajudante do collegio;
- 4º, privação de recreio com ou sem trabalho de escripta;
- 5º, impedimento da saída nos dias determinados;
- 6º, reprehensão particular;
- 7º, reprehensão motivada no boletim do collegio;
- 8º, prisão em commum, na sala de estado-maior, ou isolada, em compartimento arejados, até 10 dias;
- 9º, exteção até 30 dias;
- 10, retirada do collegio até dez dias;
- 11, baixa temporaria ou definitiva das graduações;
- 12, exclusão;
- 13, expulsão.

§ 1.º As tres primeiras penas serão applicadas pelos professores e instructores.

§ 2.º As de ns. 4 a 12 pelo director do collegio, cabendo, quanto á ultima, recurso para o ministro da Guerra.

Art. 151. A retirada do collegio consiste em se enviar o alumno á pessoa por elle responsavel para o corrigir, sendo que durante o tempo da retirada, lhe são marcados tantos pontos quantos forem os dias arbitrados para a duração do castigo.

Art. 152. A exclusão, uma vez resolvido, nearreta para o responsavel pelo alumno a faculdade de requerer o desligamento, dentro do prazo de 30 dias.

Paragrapho unico. Esgotado esse prazo, a exclusão far-se-á independente de qualquer formalidade.

Art. 153. As recompensas que poderão ser conferidas aos alunos, são as seguintes:

- 1º, boas notas nos livros das aulas;
- 2º, licenças excepcionaes para passelos;
- 3º, elogio no boletim do collegio;
- 4º, medalhas annuaes de prata ou bronze;
- 5º, promoção aos diversos postos no corpo de alumnos;
- 6º, inscripção no quadro de honra;

7º, medalhas de ouro denominadas Duque de Caxias, Almirante Barroso, Marquez de Herval, Visconde de Inhaúma, Conde de Porto Alegre, Marquez de Tamandaré, Marechal Deodoro, Marechal Floriano Peixoto, Marechal Carlos Machado General Polydoro, General Benjamin Constant e Barão do Rio Branco, creadas pelo decreto de 24 de junho de 1912;

8º, premio Thomaz Coelho;

Paragrapho unico. A recompensa n. 1 será da attribuição dos professores; as de ns. 2, 3, 4 e 5, do director; a de n. 6 do conselho de instrução; finalmente, as de ns. 7 e 8 do Ministro da Guerra, mediante proposta do mesmo conselho.

Art. 154. As medalhas de que trata o n. 7 do artigo anterior serão conferidas em numero de tres, annualmente e na sequencia em que estão enumeradas, aos alumnos de bom comportamento que, durante o curso, tenham tido approvações distinctas pelo menos na metade das materias theorico-praticas e approvações plenas em todas as praticas, cabendo-lhes por isso os primeiros logares nas suas turmas.

§ 1.º Se uma ou mais dessas medalhas deixarem de ser conferidas, por não ter havido alumnos que as tiverem merecido, sel-o-hão, no anno seguinte.

§ 2.º A medalha Barão do Rio Branco, quando tenha de ser concedida, caberá de preferencia ao alumno que, pelas suas approvações em historia da civilização e instrução moral e civica, se achar em melhor collocação.

Art. 155. O alumno que mais se houver distinguido nos estudos theorico-praticos de cada anno do curso, receberá a medalha de prata; a de bronze será conferida aos alumnos de melhor comportamento, tambem em cada anno. Estas medalhas serão usadas nos uniforme collegiaes de uso externo.

Art. 156. A inscripção do nome do alumno no quadro de honra é deferida áquelles cujo grau de aproveitamento, em alguma materia, for 9 ou superior e que tenham média 7 no conjuncto.

Art. 157. O premio Thomaz Coelho consistirá na collocação, em sala especial, denominada "Pantheon", do retrato do alumno que, além de dotado de educação moral exemplar, concluir o curso com distincção em mais de dous terços das materias ensinadas, incluidas as materias no ensino pratico.

Art. 158. A entrega das medalhas de ouro aos alumnos que a tenham merecido será feita, em sessão olemne, no Conselho de Instrução, e o seu uso ser-lhe-ha permittido em todos os actos da vida civil e militar.

Art. 159. Como recompensa de sua applicação aos estudos e ao bom procedimento, aos alumnos será concedido, annualmente, o uso, em seus uniforme, dos postos e graduações correspondentes aos effectivos das unidades do Exercito, a cuja semelhança estiver organizado o corpo de alumnos.

Art. 160. No dia em que se realizar a entrega da recompensa, em formatura geral do collegio, será lido o boletim considerando sem effeito os postos e graduações obtidas pelos alumnos no anno anterior e investidos das novas recompensas os que as merecerem pelos resultados do anno lectivo seguinte.

§ 1.º Para essa investidura levar-se-ha em conto o merecimento intellectual, o comportamento e a aptidão militar do alumno, dando-se preferencia aos dos annos superiores.

§ 2.º O comportamento será referido a gráus, mediante a seguinte ordem: optimo, 10; bom, 9, 8 e 7; regular, 6, 5 e 4; e soffrivel, 3, 2 e 1.

§ 3.º A aptidão militar será avaliada em gráus, conferidos por uma commissão constituída pelo fiscal do pessoal,

o ajudante, o director da instrucção pratica e um instructor de cada secção, logo após a terminação dos exames theoricos.

§ 4.º A classificação se fará em cada anno, tomando-se a somma dos pontos obtidos, multiplicando por tres a média do aproveitamento intellectual, por dous o gráu de comportamento e por um o da aptidão e dividindo por tres esta somma.

§ 5.º Feita a classificação dos alumnos dos 3.º, 4.º e 5.º annos, contar-se-hão mais um ponto para os alumnos do 4.º e mais dous para os do 5.º.

§ 6.º Só poderão ser officiaes os alumnos que terminarem os 3.º, 4.º e 5.º annos e, dentre estes, os que obtiverem média theorica superior a 5.5.

§ 7.º No caso de empate, terá preferencia o alumno do anno mais adiantado; se o empate for entre os alumnos do mesmo anno, tem preferencia o de melhor comportamento; se este ainda persistir, terá preferencia o de menor idade.

Art. 161. Após a sessão solemne, a que se refere o artigo 158, realizar-se-ha tambem a distribuição de premios, consistindo em livros e insignias de postos e objectos destinados a despertar a emulação entre os alumnos. Em seguida haverá concurso, jogos e diversões, em que elles tomarão parte.

Art. 162. Aos alumnos que, por falta absoluta de recuso, não puderem gozar de passeios e diversões proprias de sua idade, fóra do collegio, o director poderá fornecer o necessario para tal fim, por conta do cofre do estabelecimento, uma vez por mez, fazendo-os acompanhar por pessoas idoneas.

Art. 163. Os collegios fornecerão, annualmente, recursos necessarios á matricula na Escola Militar ou Naval ao alumno gratuito orphão, reconhecidamente pobre, que mais se tenha distinguido no decorrer do curso e conseguir matricula em um daquelles estabelecimentos.

Art. 164. Os alumnos poderão gozar, fóra das sédes dos collegios, as férias do anno lectivo, levando consigo guias que deverão apresentar á autoridade militar d logar em que forem permanecer. Nestes documentos constará a data em que os portadores devem apresentar-se ao collegio.

## TITULO VII

### Da direcção e administração do collegio

#### CAPITULO I

##### DA ORGANIZAÇÃO

Art. 165. O director de cada collegio será official general da reserva ou reformado, oriundo dos quadros das armas, ou coronel effectivo dos mesmos quadros com o curso de aperfeiçoamento.

Art. 166. Haverá mais o seguinte pessoal:

1.ª) um fiscal do pessoal, major ou tenente-coronel effectivo do quadro das armas com o curso de aperfeiçoamento da escola de sua arma;

b) um fiscal administrativo, major effectivo do quadro das armas com o curso de aperfeiçoamento de sua arma;

c) um director do ensino theorico, professor em exercicio;

d) um ajudante, capitão effectivo do quadro das armas com o curso de aperfeiçoamento de sua arma;

e) um secretario, 1º tenente do quadro das armas com o curso de aperfeiçoamento de sua arma.

2.ª *Secretaria*:

a) dois primeiros officiaes em cada collegio militar;

b) quatro segundos officiaes no Collegio Militar do Rio de Janeiro e dous em cada um dos outros;

c) quatro terceiros officiaes no Collegio Militar do Rio de Janeiro e dous nos demais collegios;

d) um bibliothecario em cada collegio,

e) um porteiro em cada collegio,

f) seis continuos no Collegio Militar do Rio de Janeiro e tres em cada um dos outros,

g) dous dactylographos no Collegio Militar do Rio de Janeiro e um em cada um dos outros.

3.ª *Companhias*:

a) cinco commandantes no Collegio Militar do Rio de Janeiro e tres nos outros (capitães ou primeiros tenentes effectivos do quadro de armas);

b) cinco sargenteantes de companhias no Collegio Militar do Rio de Janeiro e tres em cada um dos outros (primeiros sargentos);

c) cinco sargentos de companhias no Collegio Militar do Rio de Janeiro e tres em cada um dos outros (segundos sargentos effectivos);

d) cinco sargentos-furrieis de companhias no Collegio Militar do Rio de Janeiro e tres em cada um dos outros (terceiros sargentos effectivos).

§ 1º. Haverá, para a função de ajudante de ordens, um official subalternos do quadro das armas indicado pelo director.

§ 2º. Sendo necessario, o cargo de director de ensino a que se refere a letra c do item 1º, do art. 166, poderá ser desempenhado por um professor de outro estabelecimento militar de ensino.

Art. 167. O pessoal do Serviço de Saude constará de:

a) um capitão medico, que será o chefe do serviço e encarregado da enfermaria, com o curso de aperfeiçoamento;

b) um capitão ou 1º tenente medico, chefe da secção medica de educação physica;

c) tres primeiros tenentes medicos auxiliares com o curso de aperfeiçoamento, sendo um para auxiliar da secção medica de educação physica, com o curso da respectiva especialidade;

d) um pharmaceutico (capitão ou 1º tenente);

e) dous dentistas (capitães ou primeiros tenentes);

f) um veterinario (1º ou 2º tenente);

g) dous praticos de pharmacia no Collegio Militar do Rio de Janeiro e um em cada um dos outros;

*h)* tres enfermeiros no Collegio Militar do Rio de Janeiro e dous em cada um dos outros.

Art. 168. O pessoal auxiliar será assim distribuido:

**1º. Serviço de administração:**

- a)* dous fiéis em cada collegio;
- b)* um zelador para os gabinetes de physica, chimica e historia natural em cada collegio.

**2º. Officiaes de disciplina:**

- a)* de 1ª classe: quatorze no Collegio Militar do Rio de Janeiro e seis em cada um dos outros;
- b)* de 2ª classe: vinte no Collegio Militar do Rio de Janeiro e oito em cada um dos outros.

**3º. Serviços geraes:**

- a)* um feitor para cada Collegio;
- b)* trinta e quatro serventes no Collegio Militar do Rio de Janeiro e vinte e quatro em cada um dos outros.

Art. 169. O pessoal das officinas será o seguinte:

- a)* um electricista;
- b)* um ajudante de electricista;
- c)* um carpinteiro de 1ª classe;
- d)* um dito de 2ª classe;
- e)* um ferrador, com o curso da Escola de Veterinaria do Exercito;
- f)* um ferrador ajudante, com o curso da Escola de Veterinaria do Exercito;
- g)* um corrieiro;
- h)* um pedreiro;
- i)* um pintor de 1ª classe;
- j)* um dito de 2ª classe;
- l)* um lustrador;
- m)* um bombeiro.

## CAPITULO II

### DAS ATTRIBUIÇÕES

Art. 170. O director do collegio é a primeirauctoridade do estabelecimento; exercerá a acção de commando sobre todo o pessoal que nelle serve; as suas ordens são terminantes e obrigatorias para todos os empregados, inclusive para os membros do magisterio; exerce superior inspecção sobre a execução dos programmas de ensino; superintende todos os demais ramos do serviço do collegio, regula e determina, de conformidade com o presente regulamento e ordens do Governo, tudo o que interessar ao mesmo collegio e não fôr de especial competencia do Conselho de Instrução ou do Conselho de Administração. Além disso, tem as attribuições previstas em diversas partes do R. I. S. G. e do R. S. A. em tudo o que fôr compativel com o regime collegial.

Art. 171. Cumpre-lhe mais:

1º. corresponder-se, directamente, em objecto de serviço do estabelecimento, com qualquer autoridade civil ou miliz



tar, inclusive o ministro da Guerra, exceptuando-se os demais ministros de Estado, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal ou Militar;

2º, remetter, trimestralmente, aos Departamentos do Pessoal do Exército e da Administração do Exército, respectivamente, as alterações ocorridas com os officiaes que servirem no collegio e, semestralmente, as informações de conduta;

3º, informar, annualmente, ao ministro da Guerra e ao Estado-Maior do Exército, o comportamento e o modo por que desempenham os seus deveres os funcionarios do collegio, inclusive os membros do magisterio;

4º, apresentar, annualmente, até o dia 1 de março, um relatório breve do estado do estabelecimento;

5º, ordenar as despesas de prompto pagamento;

6º, dar posse aos funcionarios do collegio, tanto da administração, como do magistério;

7º, desligar do collegio os alumnos, de conformidade com este regulamento;

8º, adquirir, com os recursos do cofre, os premios de que trata este regulamento e subvencionar a *Revista Escolar* até ao maximo de duzentos e cincoenta mil réis (250\$000) mensaes, tudo, porém, de accordo com o Conselho de Administração;

9º, nomear o pessoal necessario aos diversos serviços, quando remunerado pelo cofre do collegio;

10, annullar provas de exames (vide art. 13, ns. 3, 4 e 5), uma vez verificada a inobservancia das prescripções deste regulamento, tomando as necessarias providencias.

Art. 172. O director do collegio será substituido nos seus impedimentos, tanto para os actos da administração como para os do ensino, pelo official combatente effectivo ou reformado mais graduado do estabelecimento.

Art. 173. O director do ensino é o auxiliar immediato do director do collegio nas questões concernentes ao ensino. Cumpre-lhe:

1º, coordenar e orientar o ensino theorico e elaborar, triennialmente, o programma de conjuncto;

2º, assistir ás aulas, quando julgar conveniente, e levar ao conhecimento do director quaesquer irregularidades encontradas;

3º, verificar se os programmas estão sendo fielmente cumpridos;

4º, informar as reclamações dos responsaveis pelos alumnos acerca do julgamento dos professores;

5º, assistir ás provas de concurso;

6º, fiscalizar a realização e o respectivo julgamento das provas escriptas, quer de exame, quer de habilitação;

7º, comparecer ás sessões do Conselho de Instrução ás reuniões da commissão de ensino;

8º, providenciar junto ao director para que sejam satisfeitas as solicitações dos professores;

9º, organizar, com o secretario, as bancas examinadoras;

**Art. 174.** O fiscal do pessoal é o auxiliar immediato do director e tem, além das attribuições que lhe são conferidas em diversas partes do Regulamento Interno e dos Serviços Geraes dos Corpos de Tropa do Exercito, naquillo que fôr compativel com o regime collegial, e no dos serviços administrativos, mais as seguintes:

1.<sup>a</sup>, auxiliar o director na inspecção relativa á execução dos programmas do ensino pratico;

2.<sup>a</sup>, fiscalizar a disciplina do collegio, de accordo com este regulamento e as ordens do director;

3.<sup>a</sup>, inspecionar constantemente os serviços attribuidos aos funcionarios do collegio e ter cuidado em que tudo seja mantido em boa ordem;

4.<sup>a</sup>, ter a escala do serviço de dia, ao qual concorrem os officiaes do ensino pratico e os commandantes de companhias;

5.<sup>a</sup>, resolver, sob sua responsabilidade, toda e qualquer questão, si for tão urgente a sua decisão que não possa esperar pelo director, ao qual participará o facto logo que este chegue ao estabelecimento.

**Art. 175.** Nos seus impedimentos ou faltas, o fiscal será substituido pelo official do quadro das armas, effectivo, mais graduado da administração.

**Art. 176.** Ao fiscal administrativo, auxiliar immediato do director na administração do estabelecimento, applicam-se as disposições exaradas em diversas partes do R. I. S. G., naquillo que for compativel com o regime collegial, e nos dos serviços administrativos, cumprindo-lhe mais as seguintes:

1.<sup>a</sup>, fiscalizar a escripturação de carga e descarga do collegio e de suas dependencias;

2.<sup>a</sup>, facilitar aos instructores todos os elementos precisos para a reparação do material de instrucção e conhecer do consumo de munições.

**Art. 177.** O ajudante é auxiliar immediato do fiscal do pessoal. E' tambem o responsavel pela parte disciplinar. Deve pessoalmente velar, com a mais incansavel attenção, o que acontecer no collegio, não só em relação aos alumnos, como aos officiaes de disciplina, auxiliares e serventes da aulas, levando ao conhecimento do fiscal todas as occurrencias havidas e attinentes a estas attribuições.

Incumbe-lhe mais:

1.<sup>o</sup>, manter a pontualidade das horas marcadas para as differentes formaturas, fiscalizando-se e dando-lhes as disposições mais convenientes para a boa marcha e regularidade do serviço;

2.<sup>o</sup>, visitar, assiduamente, as aulas de estudo e recreios em que se acharem os alumnos;

3.<sup>o</sup>, mandar affixar taboletas com os numeros dos alumnos privados da sahida e outras alterações;

4.<sup>o</sup>, mandar retirar, do lugar em que estiver, o alumno que perturbar o silencio ou a ordem e fazer recolhel-o a uma sala de estudo, dando conhecimento ao fiscal;

5º, instruir o pessoal que lhe for subordinado sobre o modo de se conduzir nos diversos ramos do serviço;

6º, organizar e manter em dia a escala dos officiaes de disciplina e dos alumnos officiaes e graduados, para que sejam convenientemente distribuidos os serviços que lhes couberem;

7º, mandar proceder, diariamente, á leitura do boletim, em formatura geral dos alumnos;

8º, mandar apontar as faltas de comparecimento do pessoal que lhe for subordinado;

9º, ter uma relação da carga e descarga do material e utensilios existentes na sala da ordem, nas dependencias a seu cargo, e nas aulas;

10, dirigir a escripturação da sala da ordem, ficando responsavel perante o fiscal pela sua exactidão;

11, conservar em dia o livro dos castigos impostos aos alumnos.

Art. 178. No Collegio Militar do Rio de Janeiro, o commandante da companhia de alumnos externos, além das attribuições constantes deste e de outros regulamentos militares, cabe-lhe mais desempenhar perante os alumnos do externato as mesmas funções do ajudante. E, nessas condições, o auxiliar immediato do fiscal do pessoal, de quem depende.

Paragrapho unico. Serão os ajudantes substituidos por officiaes designados pelo director.

Art. 179. O secretario é o chefe da secretaria; os funcionarios desta lhe são subordinados.

Art. 180. Ao secretario, cujos actos inherentes ao desempenho de seu cargo ficam sob immediata fiscalização do director, incumbe:

1º, preparar a correspondencia, de conformidade com as instruções do director;

2º, distribuir, dirigir e fiscalizar os trabalhos da secretaria;

3º, preparar e instruir, com os necessarios documentos, todos os assumptos que devem subir ao conhecimento do director, fazendo succinta exposição delles, com declaração a respeito do que houver occorrido;

4º, escrever, registrar e archivar a correspondencia reservada;

5º, lavrar as actas do Conselho de Instrução;

6º, preparar os esclarecimentos que devem servir de base ao relatorio do director;

7º, propor ao director as medidas necessarias ao bom andamento dos trabalhos da secretaria;

8º, receber, pessoalmente, das comissões examinadoras, as provas escriptas convenientemente lacradas, no envolvero, em cuja capa se veja a declaração firmada pelo presidente da comissão respectiva, de que todas ellas estão rubricadas por todos os membros;

9º, apresentar ao director, no fim de cada mez, o extracto do numero de faltas dos docentes;

10. encerrar, de accordo com as ordens do director, o ponto da secretaria e da bibliotheca;

11. não fornecer aos paes, responsaveis ou tutores de alumnos contribuintes, documento algum sem que estejam quites com a thesouraria.

Paragrapho unico. Incumbe-lhe ainda:

1º. mandar escripturar o livro de assentamentos do pessoal docente e administrativo;

2º. fazer extrahir do livro do ponto um resumo de faltas do pessoal da secretaria e bibliotheca, para fins legais;

3º. fazer annualmente o indice das deliberações tomadas pelo director;

4º. fazer lancar no livro da porta os despachos proferidos nas petições das partes;

5º. ter sob a sua responsabilidade a carga do gabinete do director e demais dependencias da secretaria;

6º. colleccionar as minutas da correspondencia do director;

7º. fazer escripturar o livro de assentamentos dos alumnos e lavrar as respectivas certidões.

Art. 181. O secretario será substituido, nas suas faltas ou impedimentos, por um official subalterno designado pelo director do estabelecimento.

Art. 182. Aos medicos incumbe:

1º. tratar dos alumnos que se acharem doentes na enfermaria do collegio ou nas suas residencias;

2º. prestar socorros da sua profissão não só aos funcionarios e empregados civis e militares do collegio mas tambem ás familias destes;

3º. inspecionar os individuos, quando o director determinar;

4º. revaccinar os alumnos;

5º. examinar a qualidade das drogas que entrarem na composição do receptuario, bem como as dietas dos doentes, dando immediata parte ao fiscal administrativo de qualquer falta que encontrar;

6º. permanecer no estabelecimento, quando lhe tocar o serviço de escala, afim de attender a qualquer accidente que exija a sua intervenção;

7º. fazer preleções aos alumnos sobre educação hygienica.

Art. 183. Ao medico mais graduado, chefe do serviço, que fica immediatamente subordinado ao fiscal do pessoal incumbe ainda:

1º. fiscalizar todo o serviço medico, pedindo as providencias necessarias para que o serviço da enfermaria, pharmacia e do gabinete dentario se faça da melhor forma possível;

2º. apresentar ao director, no primeiro dia util de cada mez, um mappa nosologico dos doentes tratados na enfermaria durante o mez, com as respectivas observações;

3º. participar, immediatamente, ao director, qualquer indicio de molestia contagiosa ou epidemica que se manifeste no estabelecimento, indicando os meios convenientes para debelar o mal;

4º, dar instruções por escripto aos enfermeiros sobre applicação dos remedios, dietas e o mais que convier ao tratamento dos doentes;

5º, ter a seu cargo o livro de todo o material e utensilios fornecidos á enfermaria e suas dependencias.

Art. 184. Ao pharmaceutico incumbem:

1º, dirigir todo o serviço de pharmacia, ficando responsavel pela boa direcção da mesma, conservação e acondicionamento dos medicamentos, drogas e utensilios, tendo sempre em deposito os artigos necessarios e de primeira urgencia;

2º, apresentar no principio de cada trimestre, ao chefe do serviço sanitario do estabelecimento, um mappa de carga e descarga da pharmacia, correspondente ao trimestre anterior e os pedidos de drogas necessarios.

Art. 185. Ao dentista cumpre desempenhar as respectivas funcções clinicas, zelando pelo asseio, ordem e conservação do gabinete odontologico, cabendo ao mais graduado os deveres de encarregado.

Art. 186. Ao encarregado do gabinete dentario, compete, além da fiscalização technica, mais:

1º, a responsabilidade da carga de todo o material;

2º, ter um livro mappa do instrumental e material a seu cargo, conforme o modelo adoptado, do qual extrahirá semestralmente uma cópia para ser entregue ao director;

3º, ter um livro de matricula com schema da bocca, conforme o modelo, e um livro para o registro da frequencia diaria e trabalhos technicos, do qual deverá tirar um resumo mensal para o director;

4º, fazer os pedidos de instrumental e material ao Deposito de Material Sanitario do Exercito e Laboratorio Chimico Pharmaceutico Militar, pelos tramites legais;

5º, enviar, semestralmente, um relatorio do movimento tecnico do gabinete para ser remettido á Directoria de Saude da Guerra.

Art. 187. Ao veterinario competem as attribuições previstas no regulamento para o serviço de veterinaria, em tempo de paz, e no R. I. S. G., em tudo que fôr compativel com o regime collegial.

Art. 188. Aos contadores incumbem as funcções conferidas neste regulamento, nos especiaes aos officiaes desse serviço e no R. I. S. G. no que forem compativeis com o regime collegial, e mais as seguintes:

a) o almoxarife-pagador é o unico responsavel pela escripturação das importancias geridas pelo conselho de administração e demais valores a cargo do collegio, inclusive pensões, depositos e joia de alunos. Cumpre-lhe, assim, além das obrigações normaes, receber das repartições pagadoras as verbas attribuidas ao collegio e satisfazer, perante o conselho de administração, na conformidade do n. 3 do art. 220, os compromissos pecuniarios;

b) o almoxarife-pagador é o encarregado do recebimento de pensões, depositos e joias de alunos, devendo prestar contas ao Conselho de Administração do pagamento de contas, vencimentos, etc.

**Paragrapho unico.** O director do collegio poderá, annualmente, revezar nas suas funcções os officiaes subalternos contadores.

**Art. 189.** Ao commandante de companhia cabe applicar todo o zelo e esforço para que os alumnos procedam com rigorosa correccção dentro e fóra do estabelecimento. Incumbe-lhe mais:

1º, obrigar aos alumnos de sua companhia a se conservarem asseitados e uniformizados;

2º, conhecer todas as occurrencias havidas com os alumnos, ouvir-os sobre qualquer reclamação, providenciando no que fôr de sua alçada, ou levando o caso ao conhecimento da autoridade superior;

3º, passar revista nos alumnos nos dias de sahida geral, assistindo, préviamente, á mudança de roupa, providenciando sobre qualquer irregularidade, afim de que elles sahiam irrepreensivelmente fardados;

4º, exigir o maximo asseio no dormitorio e lavatorio dos alumnos e não consentir que as camas sejam desarrumadas;

5º, ter uma relação de carga e descarga do material e utensílios da sua companhia e dependencias, apresentando-a, no mez de janeiro de cada anno, ao fiscal do pessoal, que a mandará conferir pela repartição competente;

6º, ter o maior cuidado para que os papeis e livros da sua companhia sejam escripturados com regularidade;

7º, examinar o fardamento e enxoval fornecido aos alumnos, providenciando sobre qualquer irregularidade que encontrar;

8º, apresentar, no fim de cada anno, ao fiscal do pessoal, um mappa do fardamento e enxoval distribuido;

9º, organizar e remetter ao thesoureiro, depois de visadas pelo fiscal do pessoal, as contas de enxoval e livros fornecidos aos alumnos não gratuitos.

**Art. 190.** Ao sargenteante incumbe:

1º, ter em dia a escripturação dos livros e papeis de sua companhia;

2º, receber dos commandantes de companhia e ter sob sua guarda todo o fardamento e enxoval dos alumnos, sendo responsavel, perante aquelles por qualquer falta que se der;

3º, registrar em livro apropriado o fardamento e enxoval pertencente a cada alumno;

4º, distribuir aos serventes nos dias de sahida e entrada geral a roupa que os alumnos tiverem de vestir e verificar na rouparia a entrega das mesmas, participando immediatamente ao commandante da companhia as faltas que notar;

5º, entregar a roupa dos alumnos ao encarregado da lavagem e recebê-la quando prompta, organizando os respectivos róis que serão visados pelo commandante da companhia;

6º, fiscalizar os serviços dos serventes da companhia, de accôrdo com as ordens do respectivo commandante;

7º, observar rigorosamente as disposições do Regulamento Interno e dos Serviços Geraes de Tropa do Exército relativas ás funcções e deveres geraes do seu posto, no que fôr compativel com o regime collegial.

Art. 191. O 2º sargento é o auxiliar do 1º sargento e o substituirá nos seus impedimentos; incumbê-lhe, por isso:

- a) zelar pelo armamento da companhia;
- b) auxiliar a escripturação da companhia;
- c) assistir ao banho dos alumnos.

Art. 192. Ao sargento furriel cabe:

1º, organizar diariamente os vales de rações dos alumnos;  
2º, receber do 1º sargento as alterações necessarias á organização dos pedidos de fardamento;  
3º, ter uma relação dos objectos de carga da companhia, convenientemente alterada, sendo responsavel pela exatidão dessa escripturação;

4º, organizar os papeis de fim de anno relativos ao serviço de intendencia;

5º, ter a seu cargo a arrecadação do material distribuido á companhia, sendo o responsavel pelo mesmo.

Art. 193. Os commandantes de companhias, os instructores e seus auxiliares farão o serviço de dia, de accôrdo com o Regulamento Interno e dos Serviços Geraes dos Corpos de Tropa do Exercito completado com o regimento interno do collegio, podendo ainda ser encarregados de qualquer outro serviço compativel com o exercicio de suas funcções.

Art. 194. Aos primeiros, segundos e terceiros officies da secretaria, cabem os trabalhos que lhes forem distribuidos pelo secretario ou autoridade a que estiverem subordinados; cumpre-lhes, conservar em dia a escripturação de que forem encarregados, ficando responsavel pelos livros e papeis sob sua guarda.

Art. 195. O 2º ou 3º official designado para archivista será responsavel pelos livros e papeis existentes no archivo, não permittindo a retirada de qualquer delles, sem ordem escripta do secretario e mediante recibo.

Art. 196. Os dactylographos farão todos os serviços de dactylographia.

Art. 197. Ao bibliothecario incumbê:

1º, a guarda e conservação dos livros, mappas, globos, quadros, desenhos de qualquer natureza, bem como das memorias e mais impressões e manuscriptos;

2º, ter em dia o catalogo da bibliotheca, methodicamente organizado;

3º, a escripturação da entrada de livros e mais objectos por compra, donativos ou retribuição;

4º, propor ao director, por intermedio do secretario, a compra de livros que interessem ao ensino escolar.

Paragrapho unico. A bibliotheca terá um regimento interno organizado pelo bibliothecario que o submeterá ao exame e approvação do director.

**Art. 198.** Os livros, mappas, manuscriptos, etc., não poderão sahir da bibliotheca; servirão, apenas, para a leitura ou consulta na respectiva dependencia.

**Paragrapho unico.** O mobiliario, os utensilios, os livros, os mappas, manuscriptos, etc., deverão ser relacionados e constituirão a carga pela qual é responsavel o bibliothecario.

**Art. 199.** Ao porteiro incumbe:

1º, a guarda, cuidado e fiscalização da limpeza das dependencias a seu cargo, bem assim a carga dos moveis e utensilios das dependencias que lhe forem confiadas;

2º, receber os papeis e requerimentos das partes;

3º expedir a correspondencia que lhe fôr entregue pela secretaria e que protocolará;

4º, distribuir os livros, papeis e mais objectos de escripta aos officiaes de disciplina e serventes para os serviços das aulas;

5º, fazer os pedidos de todo o material necessario aos serviços da secretaria e suas dependencias;

6º, ter uma relação da carga dos moveis e utensilios existentes na portaria.

**Art. 200.** Os continuos coadjuvarão o porteiro no exercicio de suas funcções e cumprirão as ordens que por aquele lhes forem transmittidas.

**Art. 201.** Os praticos de pharmacia servirão sob as ordens do pharmaceutico, cujas instrucções cumprirão fielmente.

**Art. 202.** Ao enfermeiro incumbe:

1º, ter todo o cuidado com o asseio e boa disposição da enfermaria;

2º, cumprir fielmente o que fôr prescripto pelo medico encarregado da enfermaria;

3º, levar ao conhecimento do official approvisionador com a necessaria antecedencia, os pedidos sobre dietas dos doentes.

**Art. 203.** Os fideis terão as incumbencias determinadas pelos officiaes contadores a cuja disposição estiverem, e serão responsaveis immediatos pela carga que lhes fôr affecta.

**Art. 204.** Aos officiaes de disciplina, de 1ª classe, incumbe:

1º, fiscalizar, com zelo e solicitude, o procedimento e applicação dos alumnos, inspirando-os a bem se conduzirem, dando-lhes frequentes exemplos de cumprimento rigoroso do dever;

2º, executar todas as ordens que lhes forem determinadas pelo fiscal do pessoal, ajudante e officiaes de serviço, e as geraes do estabelecimento, observando todos os factos que se derem em contravenção das disposições estabelecidas, para communicar-as ao official de dia;

3º, levar ao conhecimento do ajudante qualquer irregularidade que, por acaso, testemunhar ou de que tiver sciencia, commettida por alumno, dentro ou fóra do estabelecimento, sempre que fôr possivel intervir para evital-a;



4º, examinar diariamente os livros e carteiras de estudo, impedindo que nessas sejam guardados objectos estranhos aos trabalhos escolares; responder pelo material existente na sala, fazendo que se conserve em perfeito estado de asseio; não consentir os alumnos fóra dos seus logares e sem os livros de estudo;

5º, não abandonar o recinto da sala a seu cargo, mesmo durante a aula, providenciando previamente sobre o material necessario aos trabalhos;

6º, mencionar, em parte, as faltas dos alumnos ás aulas theoricas e practicas, apresentando-a depois á assignatura do docente;

7º, acompanhar os alumnos nas formaturas e salas de estudo, exigindo o maior silencio e verificando si estão uniformizados;

8º, ter uma relação dos moveis e utensilios existentes na sala de que fór encarregado, assignada pelo ajudante;

9º, communicar ao ajudante qualquer alteração que se der no material da sua sala, afim de que seja feita a competente annotação;

10, exigir que o seu substituto declare, na relação respectiva, si recebeu o material pelo que passa a ser responsavel, consignando nela as faltas encontradas;

11, balancear, na sala da ordem, sempre que esta o exigir, os objectos existentes nas salas de aula, ficando responsavel por qualquer falta;

12, mencionar no respectivo livro da aula o não comparecimento do professor.

Art. 205. Os officiaes de disciplina de 2ª auxiliarão o serviço dos officiaes de disciplina de 1ª classe e cumprirão as ordens que lhes forem dadas pelo ajudante.

Art. 206. Aos feitores, como encarregados do asseio do estabelecimento, incumbe:

1º, fazer, diariamente, a chamada do pessoal que lhe é subordinado;

2º, fiscalizar os serviços braçaes;

3º, tomar, diariamente, na sala da ordem, os nomes dos serventes escalados para os diversos serviços e dar parte dos que faltarem;

4º, ser responsavel pelas ferramentas e utensilios a seu cargo, dando parte de qualquer extravio ao almoxarife.

### CAPITULO III

#### DA NOMEAÇÃO DO PESSOAL

Art. 207. O director de cada collegio será nomeado por decreto; todos os outros cargos exercidos por militares e o de director de ensino serão preenchidos por designação do ministro da Guerra, mediante proposta do chefe do Estado-Maior do Exercito e indicação ou não do director do collegio.

Art. 208. Os logares de primeiros officiaes da secretaria serão preenchidos por promoção de segundos, e os destes por promoção de terceiros, sendo um terço por antiguidade e dois terços pelo principio de merecimento.

§ 1º. Constitue merecimento:

- a) qualidades moraes;
- b) assiduidade ao serviço, zelo e dedicação;
- c) efficiencia no desempenho da função.

§ 2º. As vagas de terceiros officiaes serão preenchidas por concurso.

Art. 209. Nenhum funcionario poderá ser promovido sem que tenha, no minimo, dois annos de effectivo serviço na classe que pertença.

Art. 210. O porteiro será de nomeação do ministro, mediante proposta do director do collegio.

Art. 211. Os empregados nomeados deverão tomar posse e entrar em exercicio dentro de 30 dias, contados da data da nomeação, não se admitindo a posse sem a entrada em effectivo exercicio.

Art. 212. O candidato a qualquer cargo na administração, além da idoneidade comprovada, mediante attestado de conducta, passada por autoridades policial ou do estabelecimento, e inspecção de saude, feita no collegio, deve satisfazer ás seguintes exigencias:

- a) certidão de idade, provando ser maior de 21 annos;
- b) caderneta de reservista;
- c) attestado de vacinação;
- d) attestado de não soffrer de molestia transmissivel;
- e) titulo de eleitor.

Paragrapho unico. Poderão tambem inscrever-se sargentos effectivos do Exercito, de exemplar conducta, os quaes, em egualdade de condições, terão preferencia sobre os demais candidatos para a nomeação.

Art. 213. As materias do concurso para 3º official da secretaria são:

- a) *Portuguez* — Excluida a parte litteraria e historica da lingua;
- b) *Arithmetica* — Sómente pratica;
- c) *Algebra* — Operações fundamentaes;
- d) *Geometria* — Morphologia geometrica e noções sobre medidas dos corpos geometricos;
- e) *Chorographia e historia do Brasil*;
- f) *Redacção official*;
- g) *Caligraphia*.

Paragrapho unico. O concurso será valido por um anno.

Art. 214. A banca examinadora será constituida do director do ensino, do secretario e de um 1º official da secretaria.

Art. 215. As vagas de officiaes de disciplina de 1ª classe serão preenchidas por promoção de officiaes de 2ª classe, sendo um terço por antiguidade e dois terços por merecimento.

Art. 216. Os officiaes de disciplina de 2ª classe serão nomeados mediante provas de habilitação.

Art. 217. A prova de habilitação para officiaes de discipina constará das seguintes partes:

a) *Prova escripta* — Versará sobre um dictado e analyse grammatical de uma parte deste, uma expressão arithmetica e um problema de facil solução, sobre as quatro operações, e uma redacção;

b) *Prova oral* — Versará sobre noções elementares de portuguez, arithmetica, historia e chorographia do Brasil.

§ 1º. A materia para essas provas será a estipulada nestas partes, para o exame de admissão de alumnos ao 1º anno.

§ 2º. Para cada uma dessas provas serão organizados 20 pontos pela banca examinadora.

§ 3º. A banca examinadora será constituída do fiscal do pessoal, do ajudante e um instructor.

§ 4º. O candidato que na primeira prova não alcançar gráo 3 1/2 será desclassificado.

§ 5º. O julgamento se fará de zero a dez.

§ 6º. A classificação se fará pela media arithmetica dos grãos obtidos pelos candidatos nas duas provas.

Art. 218. Os candidatos a estes cargos serão submittidos a uma rigorosa inspecção de saude pelos medicos do collegio, constituídos em commissão, com o fim de verificarlhes a necessaria robustez physica e o estado de perfeita saude.

Art. 219. A prova para admissão de dactylographo constará das seguintes partes:

a) uma de copia;

b) uma de ditado;

c) uma de redacção.

## CAPITULO IV

### DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 220. O Conselho de Administração reger-se-á pelo Regulamento para a Administração dos Corpos de Tropa e Estabelecimentos Militares e regulamentos especiaes, observadas as seguintes alterações:

1º, os fundos e todos os documentos de valor serão depositados, sob a responsabilidade do conselho, em cofre especial de tres chaves, sendo claviculários o commandante, o fiscal administrativo e o thesoureiro;

2º, as quantias superiores a dois contos de réis serão depositados em banco, devendo as retiradas ser assinadas pelo thesoureiro, visadas pelo fiscal administrativo e autorizadas pelo director;

3º, os pagamentos ordinarios aos fornecedores serão feitos em presença do Conselho; os extraordinarios superiores a um conto de réis, com a presença da maioria de seus membros;

4º, serão permittidos pequenos adiantamentos ao thesoureiro, para despesas de prompto pagamento;

5º, si o serviço exigir, o thesoureiro poderá ser auxiliado por um outro official, pertencente á contadoria.

## TITULO VIII

## DOS ALUNOS

**Art. 221.** Em cada collegio será observado o seguinte:

§ 1.º Os alumnos constituirão um corpo de cinco companhias no collegio do Rio de Janeiro e tres em cada um dos outros, sendo-lhes applicavel o reglme militar no que fôr compativel com as suas condições e a vida collegial.

§ 2.º A sua distribuição pelas companhias será feita de accordo com a idade e desenvolvimento phisico.

§ 3.º Para os effeitos de revistas, desfiles e para o serviço interno, em que fôr applicavel, os alumnos formarão um "batalhão escolar", á semelhança dos batalhões de caçadores. Este batalhão terá quadros cujas promoções serão feitas de accordo com as condições estabelecidas neste regulamento.

§ 4.º No Collegio Militar do Rio de Janeiro haverá ainda uma companhia de ciclistas e um esquadrão de cavallaria, que terão os seus respectivos quadros. Um pelotão de cada uma destas unidades nos demais collegios.

**Art. 222.** É fixado em 1.000 o numero de alumnos do Collegio Militar do Rio de Janeiro, dos quaes 200 serão gratuitos; em 700 e 500 respectivamente o numero de alumnos dos collegios militares de Porto Alegre e Fortaleza, sendo 100 gratuitos nestes e 140 naquelles.

Paraphrapho unico. Os collegios militares poderão ter alumnos externos, desde que a capacidade assim o permita ou, divididas as aulas em dois ou mais turnos, haja espaço para a localização dos alumnos sem infringir os preceitos pedagogicos, nem attentar contra factores inerentes ao bem estar dos educandos.

**Art. 223.** Cada alumno deverá ter uma pessoa idonea, com residencia na cidade da sede do collegio, que se responsabilize pelo seguinte:

1.º, indemnizar o Estado, dos prejuizos e danos porventura causados á Fazenda Nacional;

2.º, completar annualmente as peças de fardamento e demais objectos de enxoval que se estragarem ou extraviarem;

3.º, pagar adiantadamente, até o dia 20 de cada mês, as respectivas pensões;

4.º, receber o alumno em casa, quando retirado por doença grave ou contagiosa, quando desligado ou retirado por falta disciplinar, para recreio aos domingos e feriados, ou finalmente, quando externado;

5.º, indemnizar o Hospital Central do Exercito das despesas de tratamento;

6.º, pelo pagamento da multa de 10 % referida no artigo 227.

**Art. 224.** O alumno contribuinte pagará em prestações mensaes adiantadas, até o dia 20 de cada mês, a pensão annual de 2:160\$000 os internos; 2:160\$000 os semi-internos; e 960\$000 os externos; devendo o primeiro pagamento ser realizado no acto da matricula accrescido de 100\$000, valor da jola.

**Art. 225.** Cada alumno contribuinte manterá no collegio militar um deposito de 100\$000 para occorrer ás despesas eventuaes;

Art. 226. As pensões soffrerão descontos de 50 % para os filhos de praças ou de officiaes effectivos ou reformados do Exercito ou da Armada, assim como para os netos dos officiaes com serviço na guerra do Paraguay e bem assim os filhos dos professores e funcionarios civis dos collegios.

Art. 227. O não cumprimento do estabelecido no artigo 225, acarretará o immediato desligamento do alumno.

Paragrafo unico. O desligamento de que trata o artigo acima só ficará sem effeito, se o pagamento for satisfeito, até o dia 30 do mês seguinte, com a multa de 10 %.

Art. 228. O alumno não poderá ser Internado, sem que tenha o enxoval constante do annexo n. 1, completo.

Art. 229. Desde que o alumno tenha attingido a idade de 16 annos, passará automaticamente para a classe dos externos, salvo se for gratuito.

## TITULO IX

### Dos meios materiaes

Art. 230. A manutenção dos collegios far-se-ha:

a) com as verbas consignadas no orçamento de Ministerio da Guerra;

b) com as importancias das pensões dos alumnos contribuintes para attender ás suas despesas.

Art. 231. As economias serão empregadas na aquisição de material, concertos e conservação do material, concertos e conservação dos edificios e suas dependencias, pagamento do pessoal subvencionado pelo cofre e mais despesas que se tornarem necessarias á regularidade da administração.

Art. 232. Para se ministrar o ensino em todas as suas partes, com o necessario desenvolvimento, haverá em cada collegio:

- 1º, uma bibliotheca;
- 2º, um gabinete e laboratorio necessarios ao estudo das sciencias physicas e naturaes;
- 3º, um museu;
- 4º, sala de armas;
- 5º, campo de exercicio e linha de tiro;
- 6º, material para a educação physica;
- 7º, picadeiro;
- 8º, sala de desenho;
- 9º, sala de geographia;
- 10, salão de cinematographia.

Art. 233. Os collegios terão pharmacia, para o fornecimento de medicamentos, e enfermaria, com as necessarias accommodações, para tratamento dos alumnos.

Art. 234. Ficará a cargo do estabelecimento a lavagem e gommado da roupa de todos os alumnos internos, bem como fornecimento de pennas, tintas e mais objectos necessarios aos trabalhos das aulas.

## TITULO X

## Das disposições geraes

**Art. 235.** Ao alumno que terminar o 5º anno será conferido certificado do curso fundamental e ao que terminar o curso complementar, certificado do curso gymnasial, de accôrdo com os modelos annexos.

Tambem será outorgada a caderneta de liro e ficha de educação physica aos alumnos do 5º anno e, aos que terminarem qualquer das partes do curso complementar, a de reservista de 2ª categoria.

**Art. 236.** Ao alumno que concluir o curso complementar para a matricula nas Escolas Militar e Naval e Cursos de Engenharia e Architectura, será concedido o titulo de agri-mensor.

**Art. 237.** Os alumnos que concluirem o curso de que trata o artigo anterior, poderão, mediante certas condições abaixo especificadas, ser matriculados nas Escolas Militar e Naval, independente de exame de admissão.

§ 1.º Na Escola Militar só poderão ser matriculados os que tiverem sido approvados nas materias de admissão áquella Escola com gráu 6 ou superior.

§ 2.º Na Escola Naval serão matriculados, de accôrdo com as vagas existentes, os que quizerem, por ordem de merecimento intellectual.

§ 3.º Ao alumno que tiver obtido gráu inferior a 6 em uma ou duas das materias constantes do § 1.º, deste artigo, será facultado melhorar aquellas approvações, sem contudo alterar a sua collocação na classificação primitiva.

**Art. 238.** Os directores dos Collegios Militares remetterão ao Ministro da Guerra, ao terminar os exames finais do curso, a relação dos alumnos que desejam matricular-se nas Escolas Militar e Naval, affin de ser solicitada a sua inclusão, de accôrdo com as vagas reservadas aos Collegios Militares.

Paragrapho unico. A transferencia para os referidos estabelecimentos exige que o alumno, além de bom procedimento, apresente autorização escripta de seus paes, ou tutores, para verificar praça.

**Art. 239.** Das vagas verificadas na Escola Militar 50 % serão preenchidas pelos alumnos dos Collegios Militares, comprehendidos no art. 237.

**Art. 240.** As vagas de gratuitos que se derem no decorrer do anno, serão preenchidas pelos alumnos contribuintes que a ellas tenham direito.

**Art. 241.** Os alumnos dos Collegios Militares poderão ser transferidos de um para outro desses estabelecimentos no fim dos annos lectivos, e sómente nessa época, a pedido dos respectivos paes ou responsaveis, correndo por conta desses as despesas decorrentes, desde que haja vaga na respectiva classe de gratuitos ou contribuintes a que pertencer o alumno.

Paragrapho unico. Quando se tratar, porém, de filhos de militares da activa as transferencias alludidas far-se-hão independente de vaga, uma vez que estes militares, por conve-

niencia do serviço, hajam sido transferidos para regiões mais proximas de um dos outros collegios.

Art. 242. O alumno que adoecer será tratado na enfermaria do estabelecimento, quando a doença não for contagiosa ou de gravidade, caso em que será enviado para a casa de sua familia ou responsavel, ou para o hospital conveniente.

Paragrapho unico. Os alumnos contribuintes baixarão aos hospitaes militares com a annuencia dos seus responsaveis, correndo as despezas por conta dos mesmos.

Art. 243. E' facultado aos paes, tutores ou responsaveis pelos alumnos, pedir trancamento da matricula desde que estes por motivo de força maior não possam proseguir o curso, assegurando assim o direito a nova matricula, dentro dos limites de idade estabelecido no paragrapho unico do art. 131.

Art. 244. O expediente da Secretaria terá a duração normal de 5 (cinco) horas effectivas e poderá ser prorogado pelo director, quando se tornar necessario ao serviço.

Art. 245. Todos os funcionarios e empregados serão responsaveis pelas faltas que cometterem no exercicio das suas funções, bem como as deixarem os seus subordinados praticar em prejuizo da Fazenda Nacional ou dos interesses do ensino.

Art. 246. O director, o fiscal do pessoal, o ajudante, o medico encarregado do Serviço de Saude e o porteiro terão residencia no estabelecimento, desde que seja isso possivel.

Art. 247. Nos casos não previstos neste regulamento o director tomará as necessarias providencias, de accordo com a legislação commum ou subsidiaria.

Art. 248. O Governo poderá fazer neste regulamento as alterações que a pratica fôr aconselhando, uma vez que lhe não altere as linhas principaes do plano de ensino.

Art. 249. O preparador terá a gratificação de uma turma supplementar pelo conjuncto das aulas que tenha de preparar, excedentes de quatro turmas.

Art. 250. Attendendo á capacidade dos alojamentos dos Collegios Militares, a intervenção dos alumnos deverá ser feita de modo equitativo, levando-se em conta a situação economica dos paes ou responsaveis e o numero de filhos já internados.

Art. 251. Aos candidatos á matricula só é permittida a admissão no primeiro anno, salvo o caso previsto no art. 122.

Art. 252. Haverá nos Collegios Militares um curso anexo complementar para sargentos dos Exercito activo, com os respectivos cursos de formação, que tenham pelo menos dous annos de serviço como sargentos, 22 annos de idade e bom comportamento e que desejem completar o seu preparo secundario, tendo em vista a matricula nas escolas de formação de officiaes.

§ 1.º Essa instrucção será ministrada em turmas especiaes, de accordo com os respectivos programmas e em horas determinadas pelo director, afim de não collidir com o regular funcionamento do Collegio.

§ 2.º Serão acceitos, nesse curso, os certificados de exames prestados em institutos de ens no officiaes ou officiaes

§ 3.º Si o candidato não tiver os certificados de que trata o paragrapho anterior, poderá prestar, nos Collegios Militares, exames finais, parceladamente ou em conjunto, das materias do curso fundamental, desde que o requiera ao ministro da Guerra.

§ 4.º Os candidatos devem concluir o curso até o limite de 25 annos de idade.

Art. 253. A matricula no curso de que trata o artigo anterior far-se-á mediante requerimento dirigido ao ministro da Guerra e acompanhado dos respectivos documentos.

Art. 254. Estes sargentos ficarão incorporados ás unidades da Região estacionadas na sede de cada collegio, e só estarão ligados a este para effeito dos trabalhos escolares.

Paragrapho unico. O regimen escolar a elles applicado será o mesmo dos alumnos.

Art. 255. As despesas decorrentes desse curso correrão por conta da verba "instrucção", do Ministerio da Guerra.

Art. 256. As vagas dos docentes decorrentes do plano de ensino, deste regulamento, serão preenchidas, em cada collegio, pelos actuaes docentes vitalícios em exercicio, nos mesmos, respeitando-se as suas especialidades e direitos, vantagens e regalias conferidas pelas leis e regulamentos anteriores.

Art. 257. A partir de 1937, inclusive, os alumnos dos collegios militares só poderão ser promovidos de anno, ou obter approvação de curso, se obtiverem o certificado de educação physica, adequado ás suas condições physiologicas.

## TÍTULO XI

### Das disposições transitórias

Art. 258. O plano de ensino, fixado de conformidade com o presente regulamento, será adoptado como prescreve o artigo 41 da lei do ensino militar (decreto n. 23.126, de 21 de agosto de 1933).

Art. 259. Os docentes vitalícios em exercicio em cada collegio, pertencentes ou não a este instituto, ali permanecerão em effectivo exercicio, até serem aproveitados, de accordo com as disposições do presente regulamento, e terão assegurados todos os direitos, vantagens e regalias conferidas pelas leis e regulamentos anteriores.

Art. 260. Enquanto existir aula com mais de um professor vitalício, em exercicio, a elles, em commun, competem as disposições das ns. 2 e 3, do art. 83 e § 2º do art. 28.

Art. 261. Enquanto houver aula de um professor vitalício leccionando a mesma materia, a applicação do art. 79 será do seguinte modo: a precedencia caberá primeiro aos professores e depois aos adjuntos.

Art. 262. Os actuaes professores e auxiliares de ensino em exercicio, nomeados em virtude da lei n. 5.032, de 31 de dezembro de 1924, terão a sua situação regulada pela disposto no art. 40, da lei do ensino militar de 21 de agosto de 1933.



Art. 263. Enquanto funcionar nos collegios militares o actual 6.º anno, sómente aos alumnos que o concluirem será conferida a caderneta de reservista de 2.ª categoria.

Art. 264. Enquanto nos collegios militares existirem mestre de gymnastica e musica que devam ser mantidos, por força de lei ou por conveniência do serviço, permanecerão os mesmos em exercicio nas respectivas secções, quer superintendendo, quer auxiliando o ensino; ou serão aproveitados em cargos regulamentares, de accordo com a respectiva applicação.

Art. 265. Enquanto nos collegios militares existir o sub-secretario, compete a este serventuario auxiliar o serviço da secretaria, desempenhando as incumbencias que lhe forem affectas pelo secretario.

Art. 266. Enquanto nos collegios militares existirem de: artes vitalicios, officiaes effectivos, reformados e honorarios, a presidencia das bancas examinadoras caberá:

- a) ao mais graduado, quer seja reformado ou honorario;
- b) ao effectivo, quando todos tiverem o mesmo posto, ou ao reformado, na falta daquelle;
- c) ao mais antigo de magisterio, quando todos forem honorarios do mesmo posto.

Art. 267. Enquanto existirem professores vitalicios do antigo curso geral, nos collegios militares, as vagas, por elles abertas, serão preenchidas, ouvido previamente o conselho de instrucção respectivo, por adjunctos do antigo curso geral, providos em aulas por força das leis ns. 3.454 e 3.565, de 6 de janeiro e 13 de novembro, ambas de 1918; uma vez que sejam elles pertencentes á secção na qual a vaga se tenha dado.

Paraphrasis unico. Na falta de taes adjunctos, poderão ser providos nas referidas vagas, professores do antigo curso de adaptação cuja competencia seja comprovada e reconhecida pelo mesmo conselho; e, quando não existirem professores, esse provimento poderá ser feito, sob identicas condições, pelos adjunctos do antigo curso de adaptação, pelos ex-coadjuvantes, tornados adjunctos nos termos do art. 64 da referida lei de 6 de janeiro de 1918, e finalmente, pelos demais docentes amparados pelo art. 62, da citada lei, conforme o decreto n. 15.416, de 27 de março de 1922.

Art. 269. Para effeito das matriculas na Escola Militar, e no periodo de transição de 1934-1935, observar-se-ha o que dispõe a lei de ensino militar, de 21 de agosto de 1933, no seu art. 42.

Art. 270. O presente regulamento entrará desde já em execução, salvo quanto ao titulo II; capitulo I e II do titulo III; capitulo II do titulo IV, titulo V e VI e letra c, do item 1.º, do art. 106, que entrarão em vigor a partir de 1 de janeiro de 1935.

Art. 271. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1934. — P. Góes Monteiro.

## TITULO DE AGRIMENSOR

O Collegio Militar de.....  
 confere a.....  
 com..... annos de idade, natural do Estado de.....  
 o titulo de agrimensor, de accordo com o art..... do regula-  
 mento que baixou com o decreto..... de.....  
 de..... de.....

Nesse teor passou-se-lhe o respectivo titulo, que vae assignado  
 pelo director, secretario e pelo proprio, a quem competem todas  
 as vantagens conferidas nas leis em vigor.

....., ..... de.....de.....

O director do Collegio

.....

O secretario

.....

O agrimensor

.....

## CERTIFICADO DE CURSO

O Sr..... nascido em.....  
 a..... de..... de....., filho de.....  
 ..... fez todo o curso deste collegio, tendo sido appro-  
 vado com distincção em..... plenamente  
 em..... e simplesmente em.....  
 na conformidade do regulamento de.....  
 de ..... de.....

....., ..... de..... de.....

O director.....

O secretario.....

..... **TURMA**

*Grados dos alumnos na Prova Parcial do..... periodo de anno 193....*

*Notas de aproveitamento dos alumnos no mez de..... de 193....*

Ns.	Nomes	Grãos	Observações

Ns.	Nomes	Dias						Média do mês	Observações

COLLEGIO MILITAR DE.....

**AULA DE.....**

.....ANNO

*Aproveitamento apresentado pelos alumnos no 1º periodo do anno de 193...*

COLLEGIO MILITAR DE.....

*Resultado do exame parcial dos alunos do.....ano.....em....*

de.....de 19...., perante a comissão examinadora abaixo

[illegible][illegible]

	Abril
	Maior
	Junho
	Julho
	Setembro
	Outubro
	Novembro
	Diretor
	Médico
	1º período
	2º período
	Média das provas de habilitação
	Somma das médias
	Conta do ano
	Observações

COLLEGIO MILITAR DE.....

*Resultado do exame final dos alunos do ..... ano em ..... de ..... de ..... perante a comissão examinadora abaixo*

	Nomes	
	Ponto de exame	
	Conta de anno	
	Exame	Prova escripta
	Exame	
	Exame	
	Média	
	Exame	Prova oral
	Exame	
	Exame	
	Média	
	Somma das médias	
	Resultado final	
	Observações	

## NUMERO DE AULAS EM CADA ANNO POR SEMANA

Materias	1º anno	2º anno	3º anno	4º anno	5º anno
Portuguez .....	4	3	3	3	3
Francez .....	3	3	3	—	—
Inglez.....	—	3	3	2	—
Allemao (facultativo)	—	3	3	—	—
Latim .....	—	—	—	3	3
Historia da Civiliza- ção.....	2	2	2	2	2
Historia e Corogra- phia do Brasil....	—	—	—	—	2
Geographia.....	3	3	2	2	—
Arithmetica.....	3	3	—	—	—
Algebra.....	—	—	2	2	—
Geometria e trigono- metria.....	—	—	—	3	3
Sciencias.....	2	2	—	—	—
Phisica.....	—	—	3	2	—
Chimica.....	—	—	—	2	3
Historia Natural....	—	—	—	2	3
Desenho.....	3	3	2	2	2
Musica .....	2	2	1	—	—

## DECRETO N. 54 — DE 12 DE SETEMBRO DE 1934 (\*)

*Approva o regulamento do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição, e tendo em vista o que dispõe o art. 28 do decreto n. 24.615, de 9 de julho de 1934, decreta:

Artigo unico. Fica approvedo o regulamento que a este acompanha, assignado pelo ministro de Estado dos Negocios do Trabalho, Industria e Commercio, para execução do decreto n. 24.615, de 9 de julho de 1934, que cria o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamenon Magalhães.*

*A. de Souza Costa.*

*Marques dos Reis.*

---

(\*) Decreto n. 54, de 12 de setembro de 1934. — Rectificação publicada no *Diario Official* de 18 de outubro de 1934:

Na 2ª linha do texto, onde se lê — das attribuições — diga-se — da attribuição.

Regulamento. Art. 6º. Entre as palavras — organizado — e um — insira-se — na sede do Instituto.

Art. 12. Em vez de — e de — leia-se — e o de.

Art. 19. A primeira palavra da 3ª linha é preencha.

Art. 24. Onde se lê — deliberações — diga-se — deliberação.

Art. 30, § 1º, alinea c. Em vez de — Instituto, trinta — leia-se — Instituto ali estabelecidas, trinta.

Art. 30, § 1º, alinea d. Onde se lê — Instituto, cem — diga-se — Instituto ali estabelecidas, cem.

Art. 34. Em vez de — de dous — leia-se — em dous.

Art. 47. Onde se lê — diarias addicionaes — diga-se — diarias, addicionaes.

Art. 62. A primeira alinea é do teor seguinte: a) assistencia pecuniaria por motivo de impedimento do trabalho), medica, chirurgica, e hospitalar (com internação até trinta dias); — e não como sabiu.

Art. 62, § 1. Em vez de — alineas c e d — leia-se — alineas a e d.

**Regulamento a que se refere o decreto n. 54,  
de 12 de setembro de 1934**

**TITULO I**

**Do Instituto e seus fins**

Art. 1.º O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, creado pelo decreto n. 24.615, de 9 de julho de 1934, com personalidade jurídica, consoante o disposto neste regulamento, funcionará subordinado ao Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio, por intermedio do Conselho Nacional do Trabalho.

Paragraphe unico. Na Capital da Republica terá sua sede e fóro o Instituto, o qual poderá estabelecer delegacias e agencias nos Estados e Territorio do Acre, ou no estrangeiro, bem como celebrar accórdos com entidades de direito publico ou privado para sua representação ou para a execução de seus serviços, tudo mediante approvação do Conselho Nacional do Trabalho.

Art. 2.º Destina-se o Instituto a conceder aposentadoria aos seus associados e, por morte destes, pensão alimentar á familia ou aos beneficiarios respectivos, bem como assegurar aos associados assistencia no caso de molestia ou de impedimento para o trabalho e, ainda, emprestimos e fiança na fórmula estabelecida neste regulamento.

**TITULO II**

**Dos associados**

Art. 3.º São, obrigatoriamente, **associados** do Instituto:

a) todos os empregados, sem distincção de sexo ou nacionalidade, que prestarem serviços a bancos ou casas bancarias, sob qualquer fórmula de remuneração permanente e na qualidade de subordinados ás respectivas administrações;

b) os empregados do Instituto;

c) os empregados dos syndicatos dos bancarios, quer de empregados, quer de empregadores.

---

Art. 67. Onde se lê — tenha beneficiarios — diga-se — tenha beneficiario — e onde se lê — direito, na — diga-se — direito na.

Art. 69, § 3º. Em vez de podera — leia-se — poderá.

Art. 70, § 2º. Onde se lê — a que — diga-se — á que.

Art. 79. Em vez de — contados da data do fallecimento do associado — leia-se — contados no primeiro caso, da data do fallecimento do associado e, no segundo, da data em que deveriam ser recebidas as quotas.

Art. 82, paragraphe unico. Em vez de — lhe — leia-se — lhes.

---

Art. 4.º Não são considerados associados, para os fins do presente regulamento, os que forem contractados para prestar serviço especial a banco ou casa bancaria, sem a condição de subordinação a que se refere a alínea a do artigo anterior.

§ 1.º Os technicos estrangeiros contractados com remuneração em moeda estrangeira e por prazo não excedente de um anno, serão contribuintes facultativos nesse prazo, desde que na occasião do contracto não residam no Brasil.

§ 2.º Os technicos referidos no paragrapho anterior que tiverem o contracto prorogado ou permanecerem em serviço além de um anno, passarão a ser associados obrigatorios do Instituto.

Art. 5.º Nenhum novo empregado poderá ser admittido como associado, a partir da data em que entrar em vigor este regulamento, sem que haja sido préviamente julgado válido em inspecção de saúde, effetuada por medicos indicados pelo Instituto, e prove ter menos de cincoenta annos de idade.

Art. 6.º Será organizado um archivo contendo a indicação completa de todos os associados e as informações que, acérca de cada um, interessem ao Instituto.

Art. 7.º Depois de organizada a relação dos associados, o Instituto promoverá o censo delles e de suas familias ou beneficiarios, expedindo, pelos meios que julgar convenientes, os boletins de collecta das informações necessarias ao cumprimento do disposto no artigo anterior.

Paragrapho unico. Os associados ou pensionistas que deixarem de prestar as informações ou que as enviarem inexactas ficarão, enquanto não attenderem ao Instituto ou não fizerem a devida rectificação, privados do gozo de qualquer das vantagens previstas neste regulamento.

### TITULO III

#### Da administração do Instituto

#### CAPITULO I

##### DA JUNTA ADMINISTRATIVA

Art. 8.º O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancarios será administrado por um director-presidente, assistido por uma Junta Administrativa.

Art. 89, paragrapho unico. Onde se lê — continua — diga-se — continúa.

Art. 90, paragrapho unico. Em vez de — de sua — leia-se — da sua.

Art. 104, paragrapho unico. Onde se lê — juro — diga-se — juros.

Art. 108. Em vez de — pensionistas, bem — leia-se — pensionistas e, bem — e em vez de — á penhora — leia-se — a penhora.



§ 1.º Os membros da Junta terão o título de directores.

§ 2.º O director-presidente será nomeado, em commissão, pelo Presidente da Republica, dentre os cidadãos brasileiros, maiores de 25 annos e versados em legislação social.

Art. 9.º A Junta Administrativa será composta de seis membros, escolhidos mediante eleição, sendo tres representantes dos associados e tres representantes dos bancos e casas bancarias, constituido, pelo menos, de dois terços de brasileiros cada um desses grupos.

§ 1.º Serão eleitos com os membros da Junta Administrativa os respectivos supplentes, em numero de tres para cada grupo, os quaes, no caso de renuncia, perda de mandato, fallecimento, ou qualquer outro motivo de vacancia, substituirão os effectivos, mediante convocação do director-presidente, na ordem de sua eleição.

§ 2.º No caso de vacancia, o supplente chamado a servir ficará pelo tempo que faltar ao occupante do cargo substituido.

Art. 10. Não poderão ser conjunctamente membros da Junta empregadores e empregados do mesmo estabelecimento bancario, nem pessoas que não exerçam funcções de empregados ou de empregadores bancarios.

Art. 11. Presidirá á Junta o director-presidente e, no impedimento deste, o respectivo substituto, por ella annualmente eleito.

Paragrapho unico. Na falta de eleição, o substituto será o mais velho dos directores.

Art. 12. O mandato dos membros da Junta e seus supplentes será de tres annos, renovado annualmente pelo terço, cessando cada anno o de um representante de cada grupo e de um supplente.

Art. 13. O director-presidente do Instituto e os membros da Junta Administrativa, bem como os supplentes quando convocados para o exercicio, tomarão posse dos cargos respectivos perante o presidente do Conselho Nacional do Trabalho.

## CAPITULO II

### DAS ELEIÇÕES DE DIRECTORES

Art. 14. Os representantes dos associados serão eleitos em assembléa dos delegados dos syndicatos.

Art. 15. Cada syndicato de empregados elegerá annualmente, no mez de setembro, dentre seus associados, para repre-

---

Art. 114. Onde se lê — associados, bem assim a fazer — diga-se — associados e, bem assim, a fazer — e onde se lê — á inspecção — diga-se — a inspecção.

Art. 117, § 3º. Em vez de — são — leia-se — serão.

Art. 119. Onde se lê — pagar até — diga-se — pagar, até.

Art. 121, § 3º. Em vez de — balanço — leia-se — plano.

Art. 125. Onde se lê — em a — diga-se — na.

Leis de 1934 — Vol. V

sental-o na assembléa referida no artigo anterior, um delegado, que deverá satisfazer as condições seguintes:

- a) ser maior de 25 annos;
- b) ser associado activo do Instituto;
- c) ter direito á effectividade no seu emprego, de accôrdo com este regulamento;
- d) não exercer cargo de administração, assim considerados os de gerentes, contadores e inspectores, no estabelecimento em que trabalhar.

Paragrapho unico. O nome do delegado eleito será communicado, dentro de 48 horas, ao presidente do Conselho Nacional do Trabalho.

Art. 16. Os delegados eleitos na forma do artigo anterior reunir-se-hão na Capital da Republica, em assembléa convocada e presidida pelo presidente do Conselho Nacional do Trabalho ou seu substituto legal, e elegerão, dentre si, por escrutinio secreto, os representantes dos associados na Junta Administrativa do Instituto e os respectivos supplentes.

Art. 17. A copia autentica da acta da eleição a que se refere o art. 15, assignada pela mesa que houver presidido aos trabalhos e rubricada pelo presidente do syndicato, uma vez reconhecidas as firmas, servirá de credencial ao delegado.

Art. 18. Cabe ao presidente da assembléa a verificação das credenciaes, resolvendo de plano sobre a sua validade, bem como sobre qualquer duvida levantada relativamente aos trabalhos.

Art. 19. O delegado, que não puder comparecer á assembléa, poderá fazer-se representar por um procurador que preencha as condições previstas nas alíneas do art. 15.

Paragrapho unico. O procurador não poderá ter mais de uma representação.

Art. 20. As eleições realizar-se-hão na séde do Conselho Nacional do Trabalho a 31 de outubro, nos annos pares, e a 30 de novembro, nos impares, em hora designada no aviso de convocação, que será publicado no "Diario Official", tres dias antes da assembléa.

Art. 21. Si não comparecerem, pelo menos, dois terços dos delegados, pessoalmente ou devidamente representados, será feita nova convocação para cinco dias depois, quando se realizará a eleição com qualquer numero de delegados e procuradores.

Art. 22. Os representantes dos bancos e casas bancarias e respectivos supplentes serão eleitos, por escrutinio secreto, em assembléa dos delegados dos bancos e casas bancarias, que, convocada e presidida pelo presidente do Conselho Nacional do Trabalho ou seu substituto legal, se realizará a 31 de outubro, nos annos impares, e a 30 de novembro, nos pares, observando-se, no que lhe for applicavel, o disposto nos artigos 20 e 21.

§ 1.º Os bancos e casas bancarias escolherão, no mez de setembro de cada anno, os seus representantes para a assembléa a que se refere este artigo, communicando os nomes delles ao presidente do Conselho Nacional do Trabalho.

§ 2.º O officio, authenticado, do representante legal de cada banco ou casa bancaria apresentando o seu delegado constituirá titulo idoneo para a representação.

§ 3.º Cada delegado poderá representar até dez bancos ou casas bancarias.

§ 4.º Todo banco ou casa bancaria terá tantos votos quantas forem as dezenas de contos de réis, inclusive a fracção superior a 5:000\$000, de sua contribuição annual para o Instituto, até cincoenta contos de réis, e dahi para cima um voto para cada 50:000\$000 e para a fracção superior a 40:000\$000.

§ 5.º Os bancos e casas bancarias que contribuirem com quantia inferior a 5:000\$000, não terão direito a voto.

### CAPITULO III

#### DAS ATTRIBUIÇÕES DA JUNTA ADMINISTRATIVA E DO DIRECTOR-PRESIDENTE

Art. 23. A Junta Administrativa funcionará na séde do Instituto e reunir-se-há, ordinariamente, pelo menos, duas vezes por mez e, extraordinariamente, sempre que for necessario, feitas as convocações pelo director-presidente ou, precedendo aviso a este, por dois de seus membros.

Art. 24. A Junta só poderá funcionar com a presença de quatro, pelo menos, de seus membros, além do director-presidente, não devendo tomar parte em deliberações qualquer delles que tenha interesse pessoal no assumpto em debate, inclusive impedimento por motivo de amizade intima, inimizade, ou parentesco, comprehendidos neste ultimo caso os ascendentes, descendentes, conjuges, irmãos, tios e seus affins, sob pena de perda do mandato, além das demais previstas neste regulamento.

Paragraphe unico. Para o caso de reconsideração de deliberação e para a votação do orçamento e contas annuaes será necessaria a presença de todos os membros effectivos ou seus supplentes em exercicio.

Art. 25. A ausencia de qualquer membro da Junta, sem motivo justificado, a mais de tres sessões consecutivas importará a perda do mandato.

Art. 26. A Junta Administrativa compete:

a) velar pelo fiel cumprimento deste regulamento e das instrucções que forem expedidas e interessarem ao Instituto, bem como cumprir e fazer cumprir as decisões do ministro do Trabalho, Industria e Commercio, do Conselho Nacional do Trabalho e de outras autoridades;

b) expedir instrucções para a execução dos serviços do Instituto e organizar o regimento interno, que será submettido á approvação do Conselho Nacional do Trabalho;

c) fixar as condições de admissão, os casos de dispensa, os vencimentos e as cauções, bem como a concessão de beneficios e licenças dos empregados da séde, das delegacias e das agencias, e approvar as nomeações ou demissões que, de con-

formidade com o estabelecido, houver feito o director-presidente;

d) resolver sobre a criação de delegacias e agencias e sobre os convenios a celebrar com entidades de direito publico ou privado, para a representação do Instituto ou execução de serviços de seu interesse;

e) votar annualmente o orçamento organizado pelo director-presidente até 31 de agosto, sujeitando-o á approvação do Conselho Nacional do Trabalho;

f) autorizar as despesas orçamentarias que, excedendo de 1:000\$000 (um conto de réis), não estejam fixadas em seu quantitativo;

g) verificar, cada mez, por intermedio de seus membros, rotativamente, a caixa geral e a escripturação do Instituto, sem prejuizo do dever, que cabe a cada director, de acompanhar toda a administração e, para isso, obter as informações necessarias, com conhecimento do director-presidente;

h) apresentar annualmente ao Conselho Nacional do Trabalho relatório minucioso dos seus serviços, distribuindo cópias entre os syndicatos de bancarios e os empregadores e publicando-o no *Diario Official*;

i) providenciar, perante o Conselho Nacional do Trabalho ou outra autoridade competente, sobre qualquer assumpto que interesse ao fiel cumprimento deste regulamento e ás finalidades do Instituto;

j) conceder ou denegar aposentadorias e pensões, fiscalizar o seu recebimento, suspendel-as, e cassar ou annullar a sua concessão, tudo nos termos deste regulamento;

k) eleger, na primeira reunião annual, quem, dentre os seus membros, deva substituir o director-presidente nas suas faltas ou impedimentos occasionaes;

l) eleger, dentre os seus membros, os que devam compor as comissões, permanentes ou não, incumbidas do estudo e execução de materias de competencia da Junta, ou designar pessoas extranhas que devam desempenhar taes incumbencias.

Art. 27. Os membros da Junta perceberão, pelo seu comparecimento ás sessões, 100\$ (cem mil réis) de cada uma, não podendo receber mais de 600\$ (seiscentos mil réis) por mez.

§ 1.º Os membros da Junta e seus supplentes em exercicio, quando empregados fóra do Districto Federal, terão direito á transferencia para a Capital da Republica, em funções de igual vencimento, em serviço ou dependencia do estabelecimento bancario em que servirem.

§ 2.º Não tendo o banco ou casa bancaria estabelecimento na Capital da Republica, ou não havendo, no estabelecimento que ahi possua, cargo equivalente, o empregado será obrigatoriamente licenciado pelo tempo que fôr necessario ao desempenho do seu mandato, sem perda dos direitos adquiridos, inclusive os de contagem de tempo, ficando-lhe ainda assegurado o de receber do Instituto quantia que, adicionada á que perceber por força do disposto neste artigo, perfaça a somma de 1:200\$ (um conto e duzentos mil réis) por mez.

§ 3.º Trabalhando na Capital da Republica, o empregado terá o direito de se ausentar do serviço para comparecer ás

sessões da Junta, ou desempenhar os encargos que lhe couberem por força do mandato, sem prejuizo de vencimentos ou de quaesquer outras vantagens.

Art. 28. Ao director-presidente do Instituto competirá:

- a) presidir á Junta Administrativa, em cujas deliberações tomará parte, tendo apenas voto de desempate;
- b) representar o Instituto em suas relações com a administração publica, ou com terceiros, e, bem assim, em juizo, recebendo as primeiras citações;
- c) cumprir e fazer cumprir as disposições deste regulamento, bem como as determinações da Junta Administrativa e dos órgãos competentes do Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio;
- d) dirigir os serviços do Instituto, velando pela ordem e disciplina, na fôrma do regimento interno;
- e) organizar até 31 de agosto o orçamento annual do Instituto, apresentando-o á Junta, para os devidos fins;
- f) autorizar despesas inferiores a 1:000\$ (um conto de réis) previstas no orçamento;
- g) assignar a correspondencia do Instituto e, juntamente com qualquer dos directores ou com o gerente, contador ou thesoureiro, balanços, ordens de pagamento, cheques, e recibos de valores ou titulos;
- h) rubricar os livros de actas e os registros de contabilidade exigidos por lei;
- i) nomear, ou demittir, os empregados da séde, delegacias e agencias, conceder-lhes licença até 15 dias, e applicar-lhes penas disciplinares, sujeitando os respectivos actos á approvação da Junta.

Art. 29. O director-presidente perceberá a gratificação mensal de 1:000\$ (um conto de réis) e a quota de 100\$ (cem mil réis) pelo seu comparecimento a cada sessão, até o maximo de 600\$ (seiscientos mil réis) por mez.

## CAPITULO IV

### DOS RECURSOS DAS DECISÕES DA JUNTA

Art. 30. Das decisões da Junta Administrativa do Instituto, além do pedido de reconsideração á propria Junta, cabe recurso para o Conselho Nacional do Trabalho.

§ 1.º Os prazos para interposição dos recursos contam-se da publicação da ultima deliberação, no *Diario Official*, e serão os seguintes:

- a) para os membros da Junta, director-presidente e empregados do Instituto, cinco dias;
- b) para os associados ou pensionistas domiciliados no Districto Federal, dez dias;
- c) para os associados ou pensionistas domiciliados nos Estados maritimos e no de Minas Geraes, bem como para os empregados das delegacias ou agencias do Instituto, trinta dias;

d) para os associados e pensionistas domiciliados nos Estados não referidos pela alínea anterior e no Território do Acre, bem como para os empregados das delegacias ou agências do Instituto, cem dias.

§ 2.º Os recursos não terão efeito suspensivo, e serão endereçados ao director-presidente, que os encaminhará ao Conselho Nacional do Trabalho devidamente informados, no prazo de dez dias. Si fôr o director-presidente o autor do recurso, será este dirigido ao respectivo substituto.

## CAPITULO V

### DOS SERVIÇOS E EMPREGADOS DO INSTITUTO

Art. 31. O Instituto terá, obrigatoriamente, os seguintes serviços:

- a) gerencia;
- b) secretaria;
- c) contadoria;
- d) thesouraria;
- e) estatística e serviço actuarial;
- f) procuradoria;
- g) serviços medicos.

Art. 32. As attribuições dos encarregados e o funcionamento de cada serviço serão definidos no regimento interno, e provisoriamente em instruções da Junta Administrativa, respeitadas as disposições constantes deste regulamento.

Art. 33. Os logares de empregados do Instituto serão providos mediante concurso, reservando-se á administração o direito de livre escolha entre os habilitados.

Art. 34. Será assegurada aos bancarios e seus filhos ou irmãos, devidamente habilitados, preferencia de dous terços dos logares a prover.

Parapho unico. Até á realização do concurso, os logares serão preenchidos interinamente, mediante contracto, não excedente de um anno.

Art. 35. O gerente e o procurador serão de livre nomeação da administração, devendo o primeiro ser bancario ou empregado do Instituto.

Parapho unico. Serão igualmente de livre escolha o porteiro, continuos e serventes.

Art. 36. Ao procurador compete:

- a) dar parecer sobre todos os casos de ordem juridica submettidos á apreciação da Junta;
- b) comparecer ás sessões da Junta, quando convidado, para prestar esclarecimentos que se tornem necessarios;
- c) funcionar judicialmente como representante do Instituto.

§ 1.º O procurador será nomeado pela Junta dentre bachareis em direito com mais de dous annos de exercicio de advocacia ou função publica.

§ 2.º Sómente após a instalação da primeira junta eleita se fará a nomeação do procurador, e até essa data caberá á Procuradoria do Conselho Nacional do Trabalho emitir parecer sobre questões que o reclamem e representar o Instituto em Juízo.

## CAPITULO VI

### DO ANNO ADMINISTRATIVO, ORÇAMENTO E CONTAS

Art. 37. O anno administrativo do Instituto coincidirá com o anno civil.

Art. 38. Annualmente, na segunda quinzena de setembro, o Instituto remetterá ao Conselho Nacional do Trabalho a proposta do orçamento, na qual estimará a receita e fixará a despesa para o anno seguinte.

§ 1.º No orçamento serão especificadas as verbas destinadas ás despesas com os serviços de administração, aposentadorias, pensões e quaesquer beneficios e outros dispendios do Instituto, justificados os gastos de administração com o pessoal e respectivos vencimentos.

§ 2.º O orçamento será approvedo pelo Conselho Nacional do Trabalho, com as modificações convenientes, considerando-se approvedo provisoriamente, até pronunciamento definitivo do Conselho, si este não houver dado a sua approvação até 31 de dezembro ou não o houver devolvido ao Instituto com as modificações determinadas.

Art. 39. Nenhuma alteração poderá fazer o Instituto no orçamento approvedo, sem previa autorização do Conselho Nacional do Trabalho, sob pena de responsabilidade dos que procederem em contrario, incorrendo os mesmos na destituição do cargo, sem prejuizo de qualquer outra penalidade que lhes fôr applicavel pelo Conselho.

Art. 40. O balanço geral do Instituto será encerrado em 31 de dezembro, quando se procederá ao inventario de todos os bens e valores de sua propriedade.

Art. 41. O balanço, inventario e demais papeis relativos ás contas do anno administrativo serão apresentados ao Conselho Nacional do Trabalho juntamente com o relatorio annual, para verificação e approvação.

Parapho unico. Depois de approvedos pelo Conselho Nacional do Trabalho, os documentos a que allude este artigo serão publicados no *Diario Official* e divulgados em folheto.

## TITULO IV

### Da receita

## CAPITULO I

### DAS FONTES

Art. 42. A receita do Instituto, na fórmula do art. 3º do decreto n. 24.615, de 9 de julho de 1934, e enquanto o Poder Legislativo não dispuzer sobre a applicação do preceito nor-

mativo da alínea *h* do § 1º do art. 121 da Constituição Federal, constituir-se-ha pelas contribuições e rendas seguintes:

a) uma contribuição mensal dos associados activos, calculada sobre os respectivos vencimentos mensaes, até ao vencimento maximo de 5:000\$000 (cinco contos de réis), na seguinte proporção: até 500\$000, 4 % (quatro por cento); de mais de 500\$, até 1:000\$, 5 % (cinco por cento); de mais de 1:000\$, até 1:500\$, 6 % (seis por cento); e de mais de 1:500\$ até 5:000\$, 7 % (sete por cento);

b) uma contribuição mensal dos empregadores, correspondente a 9 % (nove por cento) dos vencimentos mensaes dos respectivos empregados, até ao vencimento maximo de 5:000\$ ((cinco contos de réis);

c) uma contribuição da União Federal, proveniente da arrecadação da quota de previdencia, estabelecida no art. 44 e seu paragrapho unico;

d) doações e legados feitos ao Instituto;

e) reversão de qualquer importancia, em virtude de prescrição;

f) rendas eventuaes do Instituto;

g) rendimentos produzidos pela applicação de fundos do Instituto.

Art. 43. Os estabelecimentos sujeitos ao regimen do presente regulamento serão obrigados a descontar mensalmente, nas folhas de pagamento dos seus empregados, as contribuições previstas na alínea *a*, do art. 42 e a fazer o respectivo recolhimento, bem como o das suas proprias, até ao dia 10 do mez seguinte, na forma do que dispõe o art. 45.

Paragrapho unico. Igual obrigação caberá aos syndicatos bancarios e ao Instituto relativamente aos seus empregados.

Art. 44. A quota de previdencia a que se refere a alínea *c*, do art. 42 é fixada em 2 % (dous por cento) e recahirá sobre os juros pagos ou creditados pelos bancos e casas bancarias, nas respectivas contas de deposito, a toda e qualquer pessoa physica ou juridica.

Paragrapho unico. A quota de que trata este artigo será cobrada dos depositantes nelle mencionados, pelos bancos e casas bancarias, por deducção do credito ou pagamento dos juros alli referidos, e entregue em conta do Instituto, na forma do artigo 45, até dez dias depois de encerrado o balanço semestral.

Art. 45. Todas as importancias arrecadadas em favor do Instituto serão, nos prazos estabelecidos, depositadas no Banco do Brasil ou respectivas agencias, para seu credito na matriz.

Art. 46. Todo serviço bancario prestado ao Instituto fica isento de despesas bancarias, bem como de sellos, impostos ou taxas de qualquer natureza.

Art. 47. Considera-se vencimento, para os fins previstos neste regulamento, a remuneração normal do empregado, qualquer que seja sua forma de pagamento, não computadas como tal as gratificações, percentagens, diárias additionaes e outras vantagens pecuniarias que não façam parte integrante daquella remuneração.



Art. 48. Os vencimentos percebidos em moeda estrangeira serão, para os efeitos das contribuições estabelecidas neste regulamento, convertidos em moeda nacional, ao cambio de compra, da vespera, affixado pelo Banco do Brasil.

Art. 49. Quando os vencimentos forem percebidos por hora, dia, semana ou tarefa, considerar-se-á como remuneração normal a importancia realmente percebida no mez, até ao maximo de 5:000\$ (cinco contos de réis).

## CAPITULO II

### DA APPLICAÇÃO DA RECEITA

Art. 50. As importancias arrecadadas em favor do Instituto serão de sua exclusiva propriedade e em caso algum terão applicação diversa da estabelecida neste regulamento.

Art. 51. O patrimonio do Instituto deverá ser empregado, de modo que delle se obtenha o melhor rendimento, dentre as seguintes applicações:

a) em titulos de renda federal;

b) em empréstimos para construção ou aquisição de casas para residencia dos associados, mediante garantia hypothecaria e consignação em folha, segundo instrucções da Junta Administrativa, approvadas pelo Conselho Nacional do Trabalho;

c) em empréstimos aos associados, mediante consignação em folha de pagamento, segundo instrucções da Junta approvadas na fórmula da alinea b, deste artigo.

Art. 52. A aquisição de titulos de renda federal só poderá ser feita, em bolsa, por intermedio de corretor official, que os entregará, para custodia, ao Banco do Brasil.

Paragrapho unico. O Instituto, dentro de um mez da data da aquisição, fornecerá ao Conselho Nacional do Trabalho relação especificada da natureza, qualidade e numeração dos titulos e dos preços e commissões pagos.

Art. 53. A consignação em folha e os decorrentes descontos, de que tratam as alneas b e c do art. 51, serão considerados feitos depois de troca de correspondencia epistolar entre o Instituto e o estabelecimento onde fôr empregado o associado, ou, na falta de resposta deste, após a expedição de carta pelo Instituto, por intermedio do Registro de Titulos e Documentos.

Art. 54. O Instituto fixará um prazo para inicio das operações de que tratam as alneas b e c do art. 51, bem como as sommas destinadas á sua movimentação.

Art. 55. Os titulos e bens pertencentes ao Instituto só poderão ser alienados mediante autorização do ministro do Trabalho, Industria e Commercio, ouvido préviamente o Conselho Nacional do Trabalho.

Art. 56. Os contractos de arrendamento de immoveis pertencentes ao Instituto ou de locação de predios necessarios ao seu funcionamento não poderão ser feitos por prazo superior a um anno, salvo autorização prévia do Conselho Nacional do Trabalho.

## CAPITULO III

## DO FUNDO DE GARANTIA E RESERVA

Art. 57. Será creado, para garantia dos beneficios estabelecidos no presente regulamento, um fundo de garantia, constituido pelas reservas technicas e de contingencia.

§ 1.º As reservas technicas das aposentadorias e pensões serão calculadas triennialmente, a contar da data da installação do Instituto, e corresponderão aos associados activos, aos aposentados e aos pensionistas.

§ 2.º A reserva de contingencia será formada pelo seguinte:

a) sobras ou excedentes resultantes das reservas technicas;

b) legados, doações, e subvenções eventuaes dos poderes publicos;

c) emolumentos devidos na fórmula do regimento interno, pela expedição de titulos, cadernetas, guias e certidões;

d) multas impostas por infracção deste regulamento;

e) vencimentos devidos a associados e não reclamados no prazo de dous annos;

f) importancias pagas a maior pelo publico, relativas á quota de previdencia, si não reclamadas no prazo de um anno.

Art. 58. O recolhimento das importancias de que tratam as alíneas e e f do § 2º do artigo anterior será effectuado, pelos estabelecimentos sujeitos ao regimen deste regulamento, no mez seguinte áquelle em que se vencerem os prazos estabelecidos nas mencionadas alíneas.

Art. 59. As reservas technicas e de contingencia, devidamente apuradas, constarão do balanço do Instituto e serão sujeitas a exame do Conselho Nacional do Trabalho.

§ 1.º O balanço actuarial, organizado triennialmente para apuração das reservas a que este artigo se refere, será acompanhado de todos os dados indispensaveis aos calculos, comprehendendo estatisticas, taboas de commutação e de annuidades, formulas empregadas e outros elementos usados, de accôrdo com as instrucções expedidas pelo Conselho Nacional do Trabalho.

§ 2.º A taxa annual de juros, para o effeito dos calculos actuariaes, será inicialmente de 6 % (seis por cento).

Art. 60. Quando a reserva de contingencia attingir 20 % (vinte por cento) do total das reservas technicas effectivamente realizadas, o Ministro do Trabalho, Industria e Commercio, por proposta do Instituto e com audiencia do Conselho Nacional do Trabalho, poderá adoptar medidas que importem augmento de vantagens aos associados e seus beneficiarios ou reduccão das contribuições.

Art. 61. Em caso de transferencia definitiva do associado sujeito ao regimen deste regulamento para empresa ou serviço dotado de instituto ou caixa de aposentadoria e pensões, a esse instituto ou caixa será recolhida a respectiva

reserva technica constituida no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancarios.

Paragrapho unico. O associado que deixar de ser contribuinte do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancarios sem que se verifique a hypothese prevista neste artigo terá direito á restituição das contribuições pagas, na forma da alinea *a* do art. 42, com deducção das importancias que, com elle ou seus beneficiarios, houver, sob qualquer modalidade, despendido o Instituto.

## TITULO V

### Dos direitos assegurados aos associados

#### CAPITULO I

##### DOS BENEFICIOS CONCEDIDOS

Art. 62. Os direitos assegurados aos associados do Instituto, que houverem feito devidamente as contribuições estabelecidas neste regulamento, serão:

- a*) assistencia pecuniaria, por motivo de impedimento ao trabalho, medica, chirurgica e hospitalar, com internação até trinta dias;
- b*) aposentadoria, por invalidez, ou ordinaria;
- c*) pensão, em caso de morte, para os beneficiarios;
- d*) soccorros pharmaceuticos, mediante indemnização, pelo preço do custo, accrescido das despesas de administração;
- e*) emprestimos, mediante consignação em folha e outras garantias, na forma deste regulamento;
- f*) fiança ao aluguel da casa de sua residencia ou da dos pensionistas.

§1.º Os soccorros mencionados nas alineas *c* e *d* serão prestados aos associados activos e aposentados, bem como aos seus beneficiarios inscriptos na forma do presente regulamento que não exerçam emprego remunerado.

§ 2.º O custeio dos soccorros mencionados na alinea *a* do paragrapho anterior não deverá exceder á importancia correspondente a 12 % (doze por cento) da receita annual do Instituto apurada no exercicio anterior.

#### CAPITULO II

##### DA ASSISTENCIA EM CASO DE IMPEDIMENTO PARA O TRABALHO

Art. 63. A assistencia medica, chirurgica e hospitalar será prestada logo que forem devidamente organizados os respectivos serviços pela Junta Administrativa, com prévia aprovação do Conselho Nacional do Trabalho.

Paragrapho unico. Para o funcionamento de taes serviços, poderá o Instituto fazer convenios com outros Institutos ou Caixas de Aposentadoria e Pensões, ou com estabelecimentos hospitalares, obtida prévia aprovação do Conselho Nacional do Trabalho.

Art. 64. O Instituto assegurará ás associadas activas o auxilio-maternidade, consistente na percepção da metade de seus vencimentos, de accôrdo com a média dos ultimos seis mezes, nas quatro semanas anteriores e nas quatro posteriores ao parto, periodos esses que poderão ser augmentados de duas semanas cada um, em casos excepcionaes, comprovados por attestado medico.

§ 1.º Deverá a interessada, para os effeitos deste artigo, fazer, em tempo util, ao Instituto, as devidas communicações.

§ 2.º O auxilio de que este artigo trata não excederá a importância de 100\$000 (cem mil réis), por semana.

Art. 65. O associado activo, casado com mulher que não exerça emprego remunerado, terá direito a uma bonificação de 20 % (vinte por cento) do seu vencimento, paga pelo Instituto, nos periodos em que sua mulher teria direito ao auxilio-maternidade, até ao limite de 50\$000 (cincoenta mil réis), por semana, feitas em tempo util as devidas notificações.

Art. 66. O associado que, por motivo de molestia, verificada por junta medica indicada pelo Instituto, ficar afastado do serviço por mais de trinta dias e não perceber vencimentos, terá direito, a partir do 31º dia e até ao maximo de um anno, a uma pensão, correspondente á metade de seus vencimentos, não podendo receber, em qualquer caso, mais de 1:500\$000 (um conto e quinhentos mil réis), por mez, sem prejuizo do desconto das contribuições da alinea a do art. 42.

Art. 67. Caso o associado esteja preso, por motivo de processo ou em cumprimento de pena, e tenha beneficiarios sob sua exclusiva dependencia economica, achando-se seus vencimentos suspensos, será concedida aos seus beneficiarios, enquanto perdurar essa situação, pensão correspondente á metade da aposentadoria por invalidez a que teria direito, na occasião da prisão.

Art. 68. Os encargos decorrentes da assistencia em qualquer das formas de impedimento para o trabalho previstas neste capitulo poderão ser alterados, a criterio da Junta Administrativa, de accôrdo com as rendas do Instituto.

### CAPITULO III

#### DA APOSENTADORIA

Art. 69. Terá direito a aposentadoria, por invalidez, o associado que, em inspecção de saude, requerida por elle ou pelo empregador, fôr julgado totalmente incapaz, por mais de um anno, para o serviço, em consequencia quer de perda ou lesão de órgãos ou funções essenciaes á vida ou ao trabalho, quer da redução de mais de dois terços de sua capacidade normal para o trabalho pelo prazo de um anno.

§ 1.º A inspecção de saúde será feita por uma junta de tres medicos, designados pelo Instituto, na fôrma do regimento interno, devendo ser respondido um questionario préviamente fixado.

§ 2.º A aposentadoria por invalidez corresponderá a 80 % (oitenta por cento) da média dos vencimentos mensaes, até ao maximo de 5:000\$000 (cinco contos de réis), percebidos nos ultimos tres annos de serviço, e ficará sujeita a revisão, durante o periodo de cinco annos que se seguir á data da respectiva concessão.

§ 3.º O aposentado, para os fins da revisão, poderá ser submittido, annualmente, a inspecção de saúde.

§ 4.º Si, dentro do periodo de cinco annos, a que se refere o § 2.º, se verificar haver o aposentado recuperado a sua anterior capacidade de trabalho, será, desde então, suspenso o pagamento da aposentadoria.

§ 5.º O associado, no caso a que se refere o paragrapho anterior, terá assegurada a volta ao cargo que occupava, ou a outro de igual remuneração, no estabelecimento em que trabalhava, sem prejuizo da contagem de tempo do serviço alli prestado anteriormente, para os effeitos deste regulamento. Em taes circumstancias, e não se conformando com o laudo medico o estabelecimento, poderá este requerer novo exame, feito por nova junta, composta de tres medicos nomeados, respectivamente, pelo Instituto, pelo estabelecimento e pelo Conselho Nacional do Trabalho.

Art. 70. O associado considerado invalido para o cargo, em cujo exercicio se achava, poderá ser aproveitado em outro, mesmo de vencimento inferior, mas compativel com a sua capacidade, desde que a respectiva remuneração não seja menor do que a importancia da aposentadoria a que, então, teria direito.

§ 1.º O aproveitamento, de que este artigo trata, não será permittido no caso de estar o associado atacado de molestia que offereça perigo á collectividade.

§ 2.º Verificando-se a aposentadoria, ou morte, do associado que estiver no exercicio de cargo segundo as condições deste artigo, a importancia da aposentadoria, ou da pensão respectiva, será calculada na base da média dos vencimentos mensaes, até ao maximo de 5:000\$000 (cinco contos de réis), percebidos nos tres ultimos annos de serviço anteriores á occupação do cargo que então exercia, salvo si essa média fôr inferior a que se apurar, computando-se o tempo relativo ao ultimo cargo, caso em que será esta ultima adoptada para base do calculo.

Art. 71. Terá direito á aposentadoria ordinaria o associado que contar, no minimo, cincoenta annos de idade e trinta de serviço e houver pago, pelo menos, sessenta contribuições mensaes ao Instituto.

§ 1.º A aposentadoria ordinaria obedecerá ás seguintes condições:

a) a aposentadoria será proporcional ao numero de contribuições pagas, até ao maximo de tresentas e sessenta;

b) a percentagem sobre o ordenado médio a que allude a alinea c deste paragrapho variará progressivamente, com a

idade do associado, á razão geometrica de  $\frac{1}{0.95}$  (um sobre nove e cinco centesimos) por anno, até attingir o maximo aos 60 annos de idade;

c) a importancia da aposentadoria, respeitadas as condições das alíneas anteriores, será calculada por meio da applicação, á média dos vencimentos dos ultimos tres annos de serviço, de um coeíiciente percentual de redução a fixar actuarialmente.

§ 2.º Si os estudos actuariaes determinarem a necessidade de se diminuir a importancia destinada a occorrer ás aposentadorias ordinarias, essa diminuição recahirá, de preferencia, sobre as aposentadorias a conceder e irá sendo executada, si necessario, até á suspensão do beneficio, e, caso ainda haja insufficiencia financeira do Instituto, a razão geometrica a que se refere a alinea b do paragrapho anterior será augmentada até ao maximo de 1/0,9 (um sobre nove decimos).

§ 3.º Sómente depois de verificada a insufficiencia das medidas previstas no paragrapho anterior, poderão ser diminuidas as aposentadorias ordinarias concedidas a associados de 60 ou mais annos de idade.

## CAPITULO IV

### DAS PENSÕES

Art. 72. No caso de fallecimento do associado, aposentado ou activo, e desde o dia em que occorrer o obito, terão direito a pensão os beneficiarios, na ordem seguinte:

1.º Viuva, ou viuvo invalido, e filhos de qualquer condição, cabendo metade da pensão á viuva, ou viuvo, e a outra metade, repartidamente, aos filhos;

2.º Mãe viuva, solteira, ou assistida, e pae invalido, desde que vivam sob a dependencia economica exclusiva do associado, os quaes, na falta de filhos, concorrerão com a viuva, ou viuvo invalido, em partes iguaes;

3.º Irmãs solteiras e irmãos menores ou invalidos, desde que vivam sob a dependencia economica exclusiva do associado.

§ 1.º No caso de existirem filhos de mais de um matrimonio ou de condições diferentes, a parte da pensão que lhes assiste será dividida igualmente entre todos e entregue aos seus representantes legaes.

§ 2.º A existencia de beneficiarios de uma das classes enumeradas neste artigo exclue de beneficio qualquer dos mencionados nas classes subsequentes, sem prejuizo da concorrência a que allude o inciso 2.º deste artigo.

§ 3.º O associado que não tiver beneficiarios nas condições deste artigo poderá, mediante declaração por elle assignada, com duas testemunhas, firma reconhecida e registro no Instituto, designar como beneficiaria, para ter direito á

pensão, determinada pessoa que viva sob a sua dependencia economica exclusiva.

Art. 73. A invalidez dos beneficiarios será apurada em exame, a que procederá uma junta medica, designada pelo Instituto, e os demais requisitos serão verificados mediante provas bastantes nas occasiões proprias.

Art. 74. A importancia da pensão será igual a 50% (cincoenta por cento) da aposentadoria em cujo goso se achava o associado, ou a que teria direito si, na data do fallecimento, fosse aposentado por invalidez, elevando-se essa percentagem a 60% (sessenta por cento) quando o associado tiver deixado tres ou mais filhos menores.

Art. 75. O direito á pensão extingue-se:

1º, para a viuva que contrahir novas nupcias;

2º, para os filhos e irmãos que completarem dezoito annos de idade;

3º, para as filhas que contrahirem matrimonio, ou houverem completado vinte e um annos de idade, neste ultimo caso si e enquanto exercerem emprego remunerado;

4º, para os filhos e irmãos invalidos, quando cessar a invalidez;

5º, para as irmãs ou beneficiarias que contrahirem matrimonio ou completarem vinte e um annos de idade, neste ultimo caso si e enquanto exercerem emprego remunerado.

§ 1º. A importancia total da pensão deixada por um associado não será inferior a 100\$000 (cem mil réis) mensaes.

§ 2º. Por fallecimento do conjugue pensionista, a sua quota reverterá, em partes iguaes, aos filhos menores, ou invalidos, do associado, enquanto durar a invalidez.

## CAPITULO V

### DOS EMPRESTIMOS E FIANÇAS

Art. 76. O Instituto poderá conceder aos seus associados emprestimos simples ou para a construcção ou acquisição de predio, dentro da verba que a esse fim for destinada.

§ 1º. Os emprestimos simples poderão ser feitos pelo prazo maximo de tres annos, aos juros de 5/6% (cinco sextos por cento) ao mez e resgataveis quer por meio de prestações mensaes, consignadas em folha, até 20% (vinte por cento) dos respectivos vencimentos, quer por pagamento directo, nos casos de adeantamento durante o mez, cobrando-se a titulo de juros, nesta ultima hypothese, importancia nunca inferior a 2\$000 (dois mil réis).

§ 2º. Os emprestimos para predio sómente poderão ser applicados á construcção ou acquisição dos que sejam destinados a residencia dos associados.

Art. 77. O Instituto poderá prestar, aos seus associados e pensionistas, fiança ao aluguel de casa para a propria residencia, até importancia nunca superior a um terço do respectivo vencimento, aposentadoria ou pensão.

---

## CAPITULO VI

## DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Art. 78. O direito á aposentadoria ou á pensão extingue-se em caso, devidamente comprovado, de vida desregrada.

Art. 79. O direito de requerer a pensão ou de receber as respectivas quotas atrazadas prescreve em cinco annos, contados da data do fallecimento do associado.

Paragrapho unico. Em igual prazo prescrevem as quotas de aposentadoria não recebidas.

Art. 80. Não se concederá aposentadoria ao associado que a requerer depois de decorrido um anno de seu desligamento do serviço do estabelecimento.

Art. 81. Os associados não poderão accumular aposentadorias, ou aposentadoria e pensão, nem os herdeiros ou beneficiarios mais de uma pensão, nem pensão e aposentadoria. Cada interessado deverá optar pela que mais lhe convier, extinguindo-se, por esse modo, o direito á outra.

Art. 82. Fallecendo o associado, sem deixar beneficiarios inscriptos, as despesas de funeral, até 500\$000 (quinhentos mil réis), serão custeadas pelo Instituto.

Paragrapho unico. Havendo beneficiarios inscriptos, o Instituto lhe adeantarâ, immediatamente, por conta da pensão, até ao maximo de 500\$000 (quinhentos mil réis), para as despesas de funeral.

Art. 83. Nenhum dos beneficios enumerados no capitulo I deste titulo, poderá ser concedido, sem prévia inscripção do associado e seus beneficiarios, na fórmula deste regulamento.

Art. 84. A falta de inscripção não prejudicará o direito dos beneficiarios á pensão, que, todavia, só lhes será concedida, mediante prévia habilitação com documentos em fórmula legal.

Art. 85. O recebimento do auxilio-maternidade e o da aposentadoria por invalidez, isentam o empregador, que contribuir para o Instituto, na fórmula do presente regulamento, da obrigação de concedel-os em concurrencia com o Instituto e até á importancia por este paga.

Art. 86. A acceitação, por parte dos aposentados ou pensionistas, seja de cargo remunerado por serviços comprehendidos neste regulamento, ou nos que regem as Caixas ou Institutos de Aposentadoria e Pensões, seja de quaesquer funções remuneradas pelos Governos Federal, Estadual ou Municipal, importará a suspensão temporaria da aposentadoria ou pensão.

Art. 87. Nenhum associado poderá auferir beneficios com o simples pagamento antecipado das suas contribuições.

Art. 88. Os associados, os aposentados e os pensionistas poderão residir em qualquer parte do paiz ou fóra d'elle, sem prejuizo dos direitos que lhes são assegurados.



## TITULO VI

## DA ESTABILIDADE DOS EMPREGADOS

Art. 89. Ao empregado em banco ou casa bancaria, a partir da data da publicação do decreto n. 24.615, de 9 de julho de 1934, é assegurado o direito de effectividade no respectivo emprego, desde que conte dous ou mais annos de serviços prestados ao mesmo estabelecimento, e, salvo o caso de fallencia ou extinção do estabelecimento, só poderá ser demittido em virtude de falta grave, regularmente apurada em inquerito administrativo.

Paragrapho unico. Para os effeitos deste artigo, entende-se como emprego a classificação, de caracter permanente, que o funcionario tiver no quadro, independente de qualquer cargo em comissão, como gerente, contador ou outro de confiança, cuja destituição continua a ser *ad nutum*.

Art. 90. O direito á effectividade no emprego decorrerá do tempo de serviço effectivamente prestado a um estabelecimento ou suas dependencias.

Paragrapho unico. Ao empregado que voltar a trabalhar no ou para o estabelecimento ao qual haja prestado serviços anteriormente, será, para os effeitos de sua estabilidade, computado o tempo de serviço anterior, salvo accôrdo expresso em contrario.

Art. 91. Os empregados com direito á effectividade no emprego só poderão ser transferidos para cargos a que se attribuem vencimentos iguaes.

Art. 92. A liquidação de um estabelecimento por motivo do seu encerramento definitivo, extingue o direito de effectividade assegurado aos seus empregados, não se considerando, porém, como tal, a extinção de filiaes, agencias e serviços bancarios annexos, nem a simples transferencia da propriedade do estabelecimento.

Art. 93. Considera-se falta grave:

- a) qualquer acto de improbidade que torne o empregado incompativel com o serviço do estabelecimento;
- b) embriaguez habitual ou em serviço.
- c) mau procedimento, ou desidia habitual, no desempenho das respectivas funções;
- d) violação de segredo, do qual, por força do cargo, o empregado esteja de posse;
- e) actos reiterados de indisciplina, ou acto grave de insubordinação;
- f) abandono do serviço, sem causa justificada, por prazo superior a quinze dias.
- g) actos lesivos da honra e boa fama praticados no serviço, contra qualquer pessoa, ou offensas physicas nas mesmas condições, salvo em caso de legitima defesa, propria ou de outrem;
- h) pratica constante de jogos de azar.

Art. 94. O empregado que for accusado de falta grave poderá ser desde logo suspenso de suas funções, até decisão final do inquerito de que trata o artigo seguinte, si antes desta ser proferida não occorrer a sua volta ao serviço ou definitiva dispensa do emprego, por accordo com o empregador.

Art. 95. Accusado de falta grave o empregado, providenciará o empregador, ou seu representante, para a abertura immediata de inquerito, em que deverão ser observados os seguintes requisitos:

a) accusação, redigida com clareza, apontando o facto ou factos attribuidos ao accusado;

b) prova documental ou testemunhal da accusação, salvo no caso de confissão do accusado;

c) admissibilidade da prova de defesa;

d) faculdade, para o accusado, de assistir ao inquerito, por si, ou representado ou assistido por defensor ou pelo delegado do syndicato de classe a que pertencer, devendo este ultimo designar para esse fim pessoa extranha ao estabelecimento em que trabalhar o accusado;

e) encerramento do inquerito com a designação do prazo minimo de cinco dias para as razões de defesa.

§ 1.º Nas peças do inquerito não são permittidas expressões injuriosas, as quaes serão cancelladas por ordem do seu presidente, sem prejuizo da responsabilidade legal que no caso couber.

§ 2.º Ao inquerito procederão pessoas designadas pelo estabelecimento em que trabalhar o accusado, as quaes, deverão encerral-o dentro de noventa dias, contados da sua abertura, podendo o empregado, findo esse prazo sem que se haja verificado o encerramento, reclamar desde logo sua reintegração.

§ 3.º No caso de ausencia do accusado, a notificação para a sua defesa será feita, dentro do prazo de dez dias, a um syndicato de classe a que elle pertença, afim de que, si o quizer, possa defendel-o.

§ 4.º Encerrado o inquerito, será o respectivo processo encaminhado, dentro de 48 horas, em protocollo ou sob registro postal, ao Conselho Nacional do Trabalho, o qual, no prazo maximo de vinte dias, contados da data do recebimento, proferirá a decisão.

§ 5.º Tendo decidido o Conselho Nacional do Trabalho, será o processo devolvido, dentro de dez dias, ao estabelecimento a que interessar, para o fim de ser cumprida a decisão.

§ 6.º Si o empregado for reintegrado, ser-lhe-ha pago o vencimento que houver deixado de receber por motivo da suspensão.

Art. 96. Sendo a decisão do Conselho Nacional do Trabalho proferida no sentido de ser reintegrado o empregado, fixará essa decisão prazo para o respectivo cumprimento.

Paragapho unico. Enquanto não for determinada competencia especial, será federal o fóro e summario o processo

para a apuração dos danos soffridos pelo empregado, em consequencia de demora na execução ou inadimplimento da decisão do Conselho Nacional do Trabalho.

Art. 97. Ao conhecer do inquerito, é facultado ao Conselho Nacional do Trabalho determinar as diligencias que lhe parecerem necessarias, com interrupção do prazo de vinte dias, a que se refere o § 4º do art. 95, ou pronunciar a sua nulidade, determinando então a abertura de novo inquerito, presidido por pessoa por elle designada.

Art. 98. Os inqueritos realizados na fôrma e para os fins do presente titulo e o respectivo julgamento serão secretos, não podendo ter publicidade qualquer acto que lhes diga respeito.

Art. 99. Considera-se demittido o empregado suspenso por mais de noventa dias sem vencimentos ou com redução dos mesmos.

## TITULO VII

### DISPOSIÇÕES PENAES

Art. 100. Cabe ao Conselho Nacional do Trabalho a imposição de penalidade por infracção, devidamente verificada, do disposto neste regulamento.

Art. 101. As penas serão:

a) multa de 500\$000 (quinhentos mil réis) a 10:000\$000 (dez contos de réis), elevada ao dobro em caso de reincidencia, aos que infringirem dispositivos deste regulamento;

b) suspensão ou destituição dos membros da Junta Administrativa e do director-presidente por falta de cumprimento de disposições deste regulamento ou de decisões do ministro do Trabalho, Industria e Commercio ou do Conselho Nacional do Trabalho.

Art. 102. Quando os factos originarios da penalidade não constarem de processo em que haja sido ouvido o accusado, sua apuração será feita em inquerito processado pelo Conselho Nacional do Trabalho com audiencia do accusado.

Art. 103. As multas comminadas na alinea a do art. 101 serão recolhidas, mediante guia do Conselho Nacional do Trabalho, ao Banco do Brasil, ou suas agencias, em conta do Instituto.

Art. 104. Quando um estabelecimento sujeito ao regimen deste regulamento deixar de depositar nos prazos legais as contribuições devidas, o director-presidente do Instituto, ou qualquer interessado, denunciará a infracção ao Conselho Nacional do Trabalho, o qual, ouvido o accusado e verificada não só a procedencia da denuncia, mas tambem a falta de motivo justificado para a demora, applicará a multa prevista no art. 101, notificando o estabelecimento em falta, para recolher as respectivas importancias no prazo de dez dias.

---

**Paragrapho unico.** A partir do dia seguinte á data fixada por este regulamento, ou ao da expiração do prazo nelle marcado, para a entrega das contribuições, o seu não recolhimento, mesmo em caso justificado, determinará a cobrança dos juro de 1 % (um por cento) ao mez sobre as importancias em atraso.

**Art. 105.** A cobrança judicial das multas e das contribuições devidas será feita pelo Procurador Geral do Conselho Nacional do Trabalho, observado o disposto no art. 115 e de conformidade com o processo de cobrança da divida activa da União.

**Art. 106.** As disposições do decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932, serão observadas com referencia á materia do presente titulo no que lhe forem applicaveis.

## TITULO VIII

### DISPOSIÇÕES GERAES

**Art. 107.** Considera-se banco ou casa bancaria, para os effeitos do presente regulamento, todo estabelecimento que funcione como tal, devidamente autorizado por decreto ou carta-patente.

**Art. 108.** Salvo o disposto neste regulamento, ou para indemnização devida ao Instituto, os beneficios concedidos aos seus associados e pensionistas, bem assim, o patrimonio bens e rendas do Instituto não serão sujeitos á penhora, embargo ou sequestro, considerando-se nulla de pleno direito toda venda, cessão ou qualquer fórma de alienação de que sejamr objecto, bem como a constituição de quaesquer onus sobre os mesmos.

**Paragrapho unico.** E' vedada a outorga de poderes irrevogaveis ou em causa propria para a percepção dos beneficios que este regulamento assegura aos associados e seus beneficiarios.

**Art. 109.** Todas as importancias pertencentes ao Instituto serão depositadas em conta especial no Banco do Brasil, até sua applicação, nos termos deste regulamento, reservadas em conta corrente as importancias necessarias aos gastos normaes durante o mez.

**Paragrapho unico.** Todós os pagamentos de quantia superior a 100\$ (cem mil réis), salvo motivo justificado, serão feitos em cheques ou credito em conta corrente.

**Art. 110.** Será considerada official, de caracter federal, a correspondencia postal e telegraphica do Instituto.

**Art. 111.** Exceptuadas as certidões, são isentos do imposto do sello os papeis concernentes aos assumptos de que trata este regulamento, quando procedentes de associados ou beneficiarios, assim como do Instituto, e destinados a iniciar, instruir ou fazer proseguir qualquer processo submettido ao Instituto, ao Conselho Nacional do Trabalho, ou autoridade judiciaria ou administrativa, e ainda os livros de uso do Instituto e os contractos que se celebrarem entre este e seus associados ou beneficiarios.

Art. 112. O presente regulamento não pôde ser causa determinante de redução, quer de vencimentos, quer de outras remunerações normaes dos empregados.

Art. 113. A quota de previdencia sobre depositos existentes no Banco do Brasil será integralmente recolhida á conta do Instituto, independentemente do numero de associados pertencentes ao mesmo banco.

Art. 114. Os empregadores são obrigados a prestar ao Instituto as informações e os esclarecimentos necessarios á inscripção dos associados, bem assim a fazer apresentar ao Instituto, ou á junta medica por este designada, os empregados que, a partir da publicação do presente regulamento, forem admittidos ao seu serviço, para o fim de serem submettidos á inspecção de saude.

Art. 115. Compete ao Conselho Nacional do Trabalho tomar as medidas necessarias á fiel execução do presente regulamento, conhecendo dos actos sujeitos á sua approvação, organizando a fiscalização respectiva e expedindo instrucções para os serviços a esta concernentes.

Paragrapho unico. Para attender ao disposto neste artigo, o Banco do Brasil descontará da somma que produzir a quota de previdencia de que trata o art. 44, recolhida aos seus cofres pelos estabelecimentos sujeitos ao regimen do presente regulamento, a taxa de 3 % (tres por cento), entregando o producto dessa taxa ao Thesouro Nacional, de accordo com o art. 4.º do decreto n. 20.886, de 30 de dezembro de 1931.

Art. 116. Compete ao Procurador Geral do Conselho Nacional do Trabalho funcionar em primeira instancia nas acções propostas contra a União Federal para a annullação de actos e resoluções do mesmo Conselho sobre materia relativa a este regulamento, bem como receber, por parte da União, a citação inicial, no Districto Federal, nas acções em que fór ré, funcionando nas mesmas em primeira instancia.

§ 1.º As attribuições constantes deste artigo poderão ser exercidas pelos adjuntos do Procurador Geral, desde que este as delegue expressamente.

§ 2.º Nos Estados e no Territorio do Acre, competem aos Procuradores da Republica e seus substitutos as attribuições contidas neste artigo.

## TITULO IX

### DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 117. Para proceder á installação do Instituto e dirigi-lo até á primeira eleição da Junta Administrativa, o Presidente da Republica nomeará uma Junta Administrativa provisoria, composta de um director-presidente e quatro membros, dos quaes dois representantes dos empregados e dois dos estabelecimentos sujeitos ao regimen deste regulamento.

§ 1.º O director-presidente do Instituto será de livre escolha do Presidente da Republica e exercerá suas funções até que, installada a primeira Junta, seja nomeado o de que trata o § 2º do art. 8º.

§ 2.º Os representantes dos empregados serão nomeados dentre bancarios syndicalizados, cujos nomes os syndicatos de empregados bancarios enviarão dentro de dez dias, contados

da publicação deste regulamento, ao ministro do Trabalho, Industria e Commercio, cabendo a cada syndicato indicar dois nomes. Para esse effeito, publicado o regulamento, será enviada circular telegraphica aos syndicatos, solicitando a respectiva indicação.

§ 3.º Os representantes dos empregadores são escolhidos dentre os nomes indicados pelos seus syndicatos ou associações de classe na forma do paragrapho anterior.

Art. 118. A Junta Administrativa provisoria terá exercicio até a posse da Junta eleita, que se deverá effectuar até 31 de dezembro de 1934.

Paragrapho unico. Na primeira Junta eleita a renovação attingirá os seus membros e supplentes, pela ordem de menor votação, procedendo-se á renovação no anno seguinte ao de sua eleição.

Art. 119. O Banco do Brasil, ou outro estabelecimento bancario, poderá, para as despesas iniciaes do Instituto, adiantar-lhe, por conta dos depositos a receber ou das contribuições a pagar até á importancia de 100:000\$000 (cem contos de réis).

Art. 120. Aos empregados do Banco do Brasil fica assegurada, durante o prazo de trinta dias, contados da installação do Instituto, a faculdade de recusar a sua inscripção entre os associados, o que deverá ser declarado por escripto.

§ 1.º A declaração de recusa da inscripção será feita em duplicata, escripta e assignada de proprio punho, e com firma reconhecida, devendo ser enviada uma das vias á administração do Banco e a outra, em carta sob registro postal, ao Instituto, ao qual tambem poderá ser entregue pessoalmente.

§ 2.º A contribuição mensal de que trata a alinea b do art. 42 será, em relação ao Banco do Brasil, calculada sobre os vencimentos mensaes dos respectivos empregados associados do Instituto, na forma da mesma alinea.

Art. 121. Levantado o censo a que se refere o art. 7º, o ministro do Trabalho, Industria e Commercio nomeará uma comissão de technicos para proceder ao estudo actuarial do plano de beneficios de que trata este regulamento, podendo, em face das respectivas conclusões, depois de approvado pelo Conselho Nacional do Trabalho, introduzir as modificações julgadas necessarias.

§ 1.º O estudo actuarial a que se refere este artigo deverá ficar concluido no prazo de tres annos, contados da data da installação do Instituto.

§ 2.º Acompanharão o trabalho a que este artigo allude, quadros estatísticos referentes ao censo levantado, a taxas de sahida por mortalidade e outros motivos, a escala de vencimentos e á composição da familia dos associados, taboas de commutação e beneficios, balanço technico do triennio e re-latorio.

§ 3.º O balanço actuarial que for adoptado vigorará por cinco annos, a partir da data de sua approvação, e, findo esse prazo, será revisto de cinco em cinco annos, podendo ser alterado, quer quanto ás importancias dos beneficios, quer quanto ás contribuições, segundo os resultados dos balanços technicos.

§ 4.º O Instituto, para attender ás despesas decorrentes da execução deste artigo, fará consignar verba própria no seu orçamento.

Art. 122. A partir da aprovação do plano de que trata o artigo anterior, os aposentados e pensionistas passarão a perceber o respectivo beneficio de conformidade com os coeficientes adoptados.

Art. 123. Os associados do Instituto ficam isentos da obrigação de contribuir para quaesquer caixas particulares existentes em bancos ou casas bancarias.

## TITULO X

### DISPOSIÇÕES FINAES

Art. 124. Os casos omissos e as duvidas suscitadas na execução deste regulamento serão resolvidos pelo ministro do Trabalho, Industria e Commercio, com audiencia do Conselho Nacional do Trabalho.

Art. 125. O presente regulamento entrará em vigor em a data de sua publicação.

Art. 126. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1934.— *Agamemnon Magalhães*.

---

### DECRETO N. 55 — DE 12 DE SETEMBRO DE 1934 (\*)

*Approva os estatutos da Associação Beneficente Cooperativa e concede-lhe autorização para transigir com seus associados, com a garantia de consignação em folha*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Associação Beneficente Cooperativa, fundada em 5 de maio do corrente anno, com séde nesta Capital, resolve approvar os seus estatutos, que a este acompanham, votados em assembléa geral da mesma data, bem como conceder-lhe autorização para operar com seus associados com a garantia de consignação em folha de pagamento, na fórma do decreto n. 21.576, de 27 de junho de 1932, devendo, porém, ser feitas as modificações seguintes: no art. 5º, letra *a*, supprimir a expressão "em vigor" e excluir do art. 6º, § 2º, n. I, a palavra "adeantadamente".

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*A. de Souza Costa*

---

(\*) Vide publicação dos Estatutos no *Diario Official* de 28 de setembro de 1934.

## DECRETO N. 56 — DE 12 DE SETEMBRO DE 1934 (\*)

*Approva os estatutos da "Caixa Beneficente dos Sub-Officiaes e Sargentos de machinas da Armada" e concede-lhe autorização para operar com seus associados com a garantia de consignação em folha.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a "Caixa Beneficente dos Sub-Officiaes e Sargentos de machinas da Armada", com séde no Districto Federal, resolve approvar a reforma dos seus estatutos, que a este acompanham, votada em assembléa geral extraordinaria, realizada no dia 19 de maio do corrente anno, e conceder-lhe autorização para operar com seus associados mediante consignação em folha de pagamento, de accôrdo com o decreto n. 21.576, de 27 de junho de 1932, devendo, porém, ser observadas as seguintes modificações: — Substituir no art. 2º, inciso 2, lettra g, as palavras "...dos artigos" até final, pelas seguintes "do decreto n. 21.576, de 27 de junho de 1932 e demais disposições vigentes" e transferir para as disposições geraes o art. 102 das disposições transitorias.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

## DECRETO N. 57 — DE 14 DE SETEMBRO DE 1934

*Approva os projectos e orçamentos para augmento de uma plataforma e construcção de uma nova ponte na Rêde de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que solicitou o Estado do Rio Grande do Sul, e de accôrdo com os pareceres prestados decreta:

Artigo unico. Ficam approvados os projectos e orçamentos nas importancias abaixo discriminadas, os quaes a este acompanham, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, para execução das seguintes obras na Rêde de Viação Fer-

---

(\*) Decreto n. 56, de 12 de setembro de 1934.— Vide publicação dos estatutos no *Diario Official* de 20 de setembro de 1934.



rea Federal do Rio Grande do Sul, arrendada ao referido Estado:

- a) — augmento da plataforma da estação de Montenegro, situada no kilometro 314 + 074 da linha de Santa Maria a Porto Alegre.. 11:083\$374
- b) — construcção de uma nova ponte de 8 metros de vão, em substituição á de 5 metros, existente no kilometro 373 + 636 da linha de Santa Maria a Marcellino Ramos . . . . . 80:991\$675.

§ 1.º De conformidade com o disposto nas clausulas IV alinea *h* do contracto de arrendamento autorizado pelo decreto n. 15.438, de 10 de abril de 1922, e I e II item 2º do termo que o modificou em face do decreto n. 18.551, de 31 de dezembro de 1928, serão inscriptas na conta do “fundo de melhoramentos” de que trata a citada clausula I, as despesas que forem realmente effectuadas e apuradas em regular tomada de contas, até o maximo de cada um dos orçamentos ora approvados.

§ 2.º Ficam fixados para a conclusão das obras descriptas nas alneas *a* e *b* os prazos, respectivamente, de 45 dias e 8 mezes, todos a contar da data em que a rêde fôr notificada deste decreto.

Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1934; 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGA S.

*Joaquim Licinio de Souza Almeida*, encarregado do Expediente.

---

DECRETO N. 58 — DE 14 DE SETEMBRO DE 1934

*Approva o projecto e orçamento, na importancia de 253:063\$505, para construcção de um novo edificio para a estação de Jaguarihyva, na linha de Itararé ao rio Uruguay, de concessão da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que propoz a Superintendencia da Rêde de Viação Paraná-Santa Catharina (Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, ora occupada pelo Governo Federal), e de accôrdo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados o projecto e orçamento que com este baixam, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, para a construcção de um novo edificio para a estação de Jaguarihyva, na linha de Itararé ao rio Uruguay, de concessão da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-

Rio Grande, em substituição ao edificio alli existente, sem accomodações para as necessidades do serviço e inaproveitavel pelo seu actual estado e por não comportar modificações.

Paragrapho unico. De conformidade com o art. 5º da portaria de 26 de março de 1931, expedida pelo ministro de Estado da Viação e Obras Publicas, a despeza decorrente da construção do novo edificio correrá á conta do producto das taxas addicionaes das linhas sob o regimen de concessão da referida Companhia, até o maximo do orçamento ora approved, na importancia total de 253:063\$505 (duzentos e cincoenta e tres contos sessenta e tres mil quinhentos e cinco réis).

Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Joaquim Licinio de Souza Almeida*, encarregado do Expediente.

---

DECRETO N. 59 — DE 14 DE SETEMBRO DE 1934

*Proroga por sessenta dias o prazo de que trata o art. 68 do decreto n. 24.776, de 14 de julho deste anno*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Attendendo a que foi reconhecido exíguo o prazo de sessenta dias de que trata o art. 68 da lei n. 24.776, de 14 de julho deste anno, para effeito de matricula dos jornaes, periodicos e officinas impressoras existentes no paiz;

Attendendo a que a Associação Brasileira de Imprensa, em officio de 5 deste mez, dirigido pelo seu presidente ao ministro da Justiça e Negocios Interiores, representou sobre a necessidade da prorrogação daquelle prazo, fazendo sentir que uma modificação tão radical no registro agora exigido demanda uma série de providencias preliminares que nem todas as emprezas jornalisticas puderam executar dentro de sessenta dias;

Decreta:

Artigo unico. Fica prorogado por sessenta dias o prazo de que trata o art. 68 do decreto n. 24.776, de 14 de julho de 1934; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

## DECRETO N. 60 — DE 17 DE SETEMBRO DE 1934

*Approva os estudos de uma variante do segundo trecho do prolongamento da Estrada de Ferro de Goyaz, e novo orçamento relativo ao mesmo trecho.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que propoz a Inspectoria Federal das Estradas, e de accordo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados os estudos de uma variante entre as estacas 2.970 e 3.551 do projecto relativo ao segundo trecho do prolongamento da Estrada de Ferro de Goyaz, entre "Leopoldo de Bulhões" e "Annapolis", approvado pelo decreto n. 23.204, de 13 de outubro de 1933, e bem assim o novo orçamento desse trecho, na importancia de 2.458:575\$774 (dois mil quatrocentos e cinquenta e oito contos quinhentos e setenta e cinco mil setecentos e setenta e quatro réis), em substituição ao approvado pelo referido decreto, conforme documentos apresentados pela Inspectoria Federal das Estradas, os quaes com este baixam, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

## DECRETO N. 61 — DE 18 DE SETEMBRO DE 1934

*Autoriza José Teixeira de Lima, por si ou sociedade que organizar, a pesquisar ouro no leito do rio Gualaxo do Norte, numa extensão total de vinte e cinco (25) kilometros, rio abaixo, a partir de suas cabeceiras nas serras de Antonio Pereira e Capánema, nos municipios de Ouro Preto e Marianna, no Estado de Minas Geraes.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o n. 1 do artigo 56 da Constituição, e tendo em vista o decreto numero 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas),

Decreta:

Art. 1.º Fica autorizado José Teixeira de Lima, por si, ou sociedade que organizar, a pesquisar ouro no leito do rio Gualaxo do Norte, numa extensão total de vinte e cinco (25) kilometros, rio abaixo, a partir de suas cabeceiras nas ser-

ras de Antonio Pereira e Capanema, nos municipios de Ouro Preto e Marianna, no Estado de Minas Geraes, mediante as seguintes condições:

I, o titulo desta autorização que será uma via *authentica* deste decreto, na forma do § 4º do art. 18 do Codigo de Minas, será pessoal e sómente transmissivel no caso de herdeiros necessarios e conjuge sobrevivente, bem como no de successão commercial;

II, esta autorização durará dous (2) annos, podendo ser renovada na conformidade do art. 20 do Codigo de Minas, e o campo da pesquisa é o delimitado neste artigo, não podendo exceder a extensão no mesmo marcada;

III, a pesquisa seguirá um plano pre-estabelecido, que será organizado pelo autorizado e submettido á approvação do Governo, ouvido o Departamento Nacional da Produccão Mineral;

IV, o Governo fiscalizará a execução do plano de que trata o numero anterior, podendo mesmo orientar melhor a marcha dos trabalhos;

V, na conclusão dos trabalhos, sem prejuizo de quaesquer informações pedidas pelo Governo no curso delles, o autorizado deverá apresentar ao Departamento Nacional da Produccão Mineral do Ministerio da Agricultura um relatório circumstanciado, acompanhado de perfis geologicos e plantas, em tela e cópia, onde sejam indicados com exactidão os cortes que se houverem feito no terreno, o maximo da profundidade que houverem attingido os trabalhos de pesquisa, a espessura média e a área dos depositos alluvionares, seu volume e teor médio de ouro por metro cubico, bem como de outros esclarecimentos que se tornarem necessarios para o reconhecimento e apreciação da jazida;

VI, do minerio e material extrahido, o autorizado não poderá utilizar-se sinão de pequenas quantidades, sufficientes para analyses e ensaios industriaes, só podendo dispor do mais depois de iniciada a lavra;

VII, ficam resalvados os interesses da navegação e da fluctuação, sujeitando-se, portanto, o autorizado ás exigencias que lhe forem impostas neste sentido pelas autoridades competentes;

VIII, serão respeitados os direitos de terceiros, resarcindo o autorizado damnos e prejuizos que occasionar, a quem de direito, e não respondendo o Governo pelas limitações que possam sobrevir ao titulo, da opposição dos ditos direitos.

Art. 2.º Esta autorização é dada sem prejuizo do que determina o n. VIII do art. 19 do Codigo de Minas.

Art. 3.º Esta autorização será considerada abandonada, para o effeito do paragrapho unico do art. 27 do Codigo de Minas, nas seguintes condições:

I, si o autorizado não iniciar os trabalhos de pesquisa dentro dos seis (6) primeiros mezes contados da data da autorização;

II, si interromper os trabalhos depois de iniciados por igual espaço de tempo, salvo motivo de força maior, a juizo do Governo;

III, si não apresentar o plano dos trabalhos em tempo util para poder dar inicio á sua execução dentro do prazo a que allude o n. I deste artigo;

IV, si, findo o prazo da autorização, sem ter sido renovada na fórmula do art. 20 do Código de Minas, não apresentar, dentro de um mez, o relatório final, nas condições especificadas no n. V do artigo anterior.

Art. 4.º Si o autorizado infringir o n. I ou o n. VI do art. 1.º, ou não se submeter ás exigências da fiscalização, será annullada esta autorização na fórmula do art. 28 do Código de Minas.

Art. 5.º O título a que allude o n. I do art. 1.º pagará de sello a quantia de quinhentos mil réis (500\$000) e só será valido depois de transcripto no respectivo registro após o pagamento do sello, na fórmula do § 5.º do art. 18 do Código de Minas.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1934, 113.º da Independencia e 46.º da Republica.

GETULIO VARGAS

Odilon Braga.

---

DECRETO N. 62 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1934

*Approva, com modificações, os novos estatutos da Companhia de Seguros Maritimos e Terrestres, "Porto Alegrense", adoptados pela assembléa geral de seus accionistas realizada a 23 de agosto de 1933, inclusive a diminuição do seu capital de responsabilidade para 1.000:000\$000*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Companhia de Seguros Maritimos e Terrestres "Porto Alegrense", com séde em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, autorizada a funcionar, pela carta-patente n. 201, de 17 de janeiro de 1925, em seguros e resseguros maritimos e terrestres, resolve approvar os novos estatutos adoptados pela assembléa geral extraordinaria de seus accionistas, realizada a 23 de agosto de 1933, inclusive a diminuição de seu capital social, de dois mil contos de réis (2.000:000\$), para mil contos de réis (1.000:000\$), sob as seguintes condições:

I

Os novos estatutos são approvados com as modificações abaixo, que a companhia deverá ratificar, em assembléa geral de seus accionistas, dentro do prazo de trinta dias, contados da publicação do presente decreto:

No art. 12, supprimam-se as palavras — Intendencia Municipal desta capital.

No art. 14, accrescente-se, depois das palavras — balanço semestral — o seguinte: — depois de attendidas todas as reservas obrigatorias.

No art. 33, substitua-se a palavra — administrará — pela — fornecerá.

## II

A redução do capital da companhia só entrará em vigor um anno após a publicação deste decreto.

## III

A sociedade requerente continuará integralmente sujeita ás leis e regulamentos vigentes ou que vierem a vigorar sobre o objecto de suas operações.

Rio de Janeiro, 19 de setembro 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães.*

---

DECRETO N. 63 — NÃO FOI PUBLICADO

---

DECRETO N. 64 — NÃO FOI PUBLICADO

---

DECRETO N. 65 — DE 24 DE SETEMBRO DE 1934

*Proroga, até 31 de dezembro proximo, o prazo estabelecido no art. 25 do decreto n. 23.938, de 28 de fevereiro de 1934*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe são conferidas pelo n. 1 do art. 56 da Constituição da Republica, e,

Considerando que o decreto n. 23.938, de 28 de fevereiro de 1934, que approvou o novo regulamento para a fiscalização das torrefacções e moagens, no territorio nacional, entrou em vigor, nos Estados, a 12 de maio do corrente anno;

Considerando que, de accôrdo com o art. 25 do mesmo decreto, foi tolerada, durante o prazo de 90 dias, a torrefacção do café com assucar nas regiões onde este uso é inveterado, prazo que terminaria a 10 de agosto ultimo;

Considerando que o decreto n. 24.665, de 11 de julho de 1934, publicado a 14 de julho do mesmo anno, prorogou por

mais 90 dias, a contar da data da publicação do mesmo decreto, o prazo de tolerancia previsto no art. 25 do decreto n. 23.938, de 28 de fevereiro de 1934, limitada, porém, a tolerancia a 5 % do assucar;

Considerando que a publicação do referido decreto não poderá ser feita facilmente em certas regiões do Paiz, pela necessidade de maior propaganda para o uso do café torrado sem assucar;

Resolve:

Art. 1.º Fica prorogado, até 31 de dezembro de 1934, o prazo de tolerancia previsto no art. 25 do decreto n. 23.938, de 28 de fevereiro de 1934.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 66 — DE 25 DE SETEMBRO DE 1934

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação da Cidade livre de Dantzig á Convenção Sanitaria Internacional, Paris, 1926.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publico o deposito, com data de 30 de junho ultimo, do instrumento de ratificação da Convenção Sanitaria Internacional, assignada em Paris, a 21 de Junho de 1926, effectuado no Ministerio dos Negocios Estrangeiros da França, pela Polonia, em nome da Cidade livre de Dantzig, de accôrdo com a informação transmittida pelo referido Ministerio dos Negocios Estrangeiros á Embaixada do Brasil em Paris.

Rio de Janeiro, em 25 de Setembro de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

DECRETO N. 67 — DE 25 DE SETEMBRO DE 1934

*Declara de necessidade publica a desapropriação de uma área de 110.949m²,48 de terreno, situada á Estrada da Graciosa, em Curitiba.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, nos termos do art. 2º n. 1, do regulamento approved pelo

decreto n. 4.956, de 9 de setembro de 1903 e do art. 590, § 1º n. 1, do Código Civil, resolve declarar, de necessidade publica, a desapropriação da área de 110.949m², 48 com as bemfeitorias existentes, situada á estrada da Graciosa, em Curityba, encravada entre a do serviço de material bellico e a do 5º regimento de aviação, e que é indispensavel á ampliação do campo de pouso do citado regimento.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

P. Góes Monteiro.

---

DECRETO N. 68 — DE 26 DE SETEMBRO DE 1934

*Approva alterações introduzidas nos estatutos da Guardian Assurance Company, Limited, bem como a constituição do capital de responsabilidade para as suas operações no paiz*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a sociedade anonyma Guardian Assurance Company, Limited,, com séde em Londres, Inglaterra, e agencias nesta Capital e nos Estados, autorizada a operar, no Brasil, em seguros, pelos decretos n. 6.448, de 30 de dezembro de 1876, n. 6.501, de 1 de março de 1877, e n. 2.552, de 19 de julho de 1897, resolve approvar as alterações introduzidas nos seus estatutos pelas assembléas geraes extraordinarias dos respectivos accionistas, realizadas a 14 e 29 de setembro de 1920, 24 de junho de 1929 e 23 de julho de 1930, bem como a constituição do capital de responsabilidade de 1.000:000\$000 (mil contos de réis), para as suas operações na Republica, conforme deliberou a sua directoria, em 14 de dezembro de 1932, ficando a alludida sociedade autorizada a operar, em todo o territorio do paiz, nos ramos de seguro que formam o grupo A constante do art. 2º do regulamento approved pelo decreto n. 21.828, de 14 de setembro de 1932, e continuando integralmente sujeita ás leis e regulamentos vigentes ou que vierem a vigorar sobre o objecto das suas operações.

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

---



## DECRETO N. 69 — DE 26 DE SETEMBRO DE 1934

*Approva com modificação as alterações introduzidas nos estatutos da Companhia Nacional de Seguros Mutuo Contra Fogo pelas assembléas geraes extraordinarias dos seus associados em 21 de agosto e 20 de novembro de 1933*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Companhia Nacional de Seguro Mutuo Contra Fogo, com séde nesta cidade do Rio de Janeiro, autorizada a funcionar pelo decreto n. 1.353, de 1 de abril de 1854, e carta-patente n. 5, de 10 de junho de 1902, resolve aprovar, com modificações, as alterações introduzidas nos seus estatutos pelas assembléas geraes extraordinarias dos respectivos associados realizadas a 21 de agosto e 20 de novembro de 1933, continuando a alludida Companhia integralmente sujeita ás leis e regulamentos vigentes ou que venham a vigorar sobre o objecto da sua autorização e ficando obrigada a observar as modificações de que trata este decreto, de accôrdo com as condições seguintes:

I — Eliminar dos dispositivos estatutarios as referencias ao decreto n. 14.593, de 31 de dezembro de 1920.

II — Substituir nos dispositivos estatutarios as palavras — lucros e — lucros liquidos — pela expressão — saldo da receita sobre a despesa.

III — Fixar nos estatutos o numero de tres supplentes dos membros do conselho fiscal e do seu aproveitamento segundo a ordem decrescente de votos com que tenham sido eleitos.

IV — Consagrar nos artigos dos estatutos as propostas approvadas relativamente á remuneração do director, gerente, conselho fiscal e membros do conselho de administração.

V — Corrigir, nos estatutos, a redacção dos artigos enumerados adeante, da seguinte fórma:

a) no art. 6º, accrescentando as palavras — sobre a despesa — após — saldos da receita — e — de dezembro — após — dia 31;

b) no art. 10, eliminando após — exercicio financeiro — as palavras — do anno:

c) no art. 10, § 1º, inserindo entre — tiver — e — objecto — a palavra — por;

d) do paragrapho unico do art. 33 substituindo o theor pelo seguinte: — Sempre que, feito o calculo da quota a distribuir a cada associado de accôrdo com este artigo, se verificar que ella excede de 5 % (cinco por cento) á quota do anno anterior, o Conselho de Administração poderá levar todo esse excesso ao "Fundo Especial", como tambem poderá retirar do referido Fundo a parcella necessaria para reforçar o saldo da receita sobre a despesa quando a quota a distribuir fór sensivelmente inferior á do exercicio anterior;

e) no segundo dos artigos creados em substituição dos artigos 37 e 38, dizendo — dessa — em vez de — instituida a essa —; no terceiro, eliminando após — Inspectoria de Seguros — a palavra — para —; e no quarto, não só inscrevendo antes da expressão — Este Fundo — com que se inicia sua segunda parte, as palavras — Resalvando o disposto no Re-

gulamento de Seguros quanto ao deposito de garantia inicial, — mas tambem, em sua alinea d), acrescendendo a — urbana — as palavras — desta Capital;

f) no art. 40, substituindo — prescriptas — pelas palavras — sobre a despeza que tenham prescripto;

g) no art. 44, substituindo — e deduzidas as quantias devidas á Fazenda Nacional, por qualquer imposto; a credores de sinistros e de outras especies, a honorarios; a custas e commissões e a todas as demais despezas — pelo seguinte — e pagas as quantias devidas á Fazenda Nacional: a credores de sinistros, de honorarios, de custas e commissões e a quaesquer outros credores, e quaesquer despezas;

h) no art. 56, substituindo a expressão — imposto de fiscalização — por — imposto sobre premios de seguros;

i) no segundo artigo em substituição do art. 58, eliminando as palavras — na sua sede;

j) no art. 66, § 2º, dizendo — fôr obrigada — em vez de — forem obrigados.

VI — Ratificar, por meio de assembléa geral extraordinaria dos seus associados, convocada dentro de quinze dias após a publicação do presente decreto, as modificações enumeradas nos incisos anteriores.

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães.*

#### DECRETO N. 70 — DE 26 DE SETEMBRO DE 1934

*Approva os estatutos da Caixa Telegraphica Beneficente de Santa Catharina, e concede-lhe autorização para operar com seus associados, com a garantia de consignação em folha*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a “Caixa Telegraphica Beneficente de Santa Catharina”, com sede em Florianopolis, resolve approvar os seus estatutos, votados em assembléa geral realizada a 21 de fevereiro do corrente anno e, bem assim, conceder-lhe autorização para transigir com seus associados com a garantia de consignação em folha de pagamento, na forma do decreto n. 21.576, de 27 de junho de 1932.

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*A. de Souza Costa.*

## DECRETO N. 71 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1934

*Approva as plantas das installações do "Syndicato Condor Limitada", accessorias do aeroporto de Porto Alegre, para abrigo, reparação e abastecimento de suas aeronaves e outros serviços auxiliares, bem como as installações ali já existentes.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo em vista o que requereu a sociedade brasileira "Syndicato Condor Limitada", concessionaria de linhas aéreas regulares, *ex-vi* dos decretos ns. 18.075, de 20 de janeiro de 1928, e 19.331, de 29 de agosto de 1930; de conformidade com o decreto n. 20.914, de 6 de janeiro de 1932, que regula a execução dos serviços aéronauticos civis, e de accôrdo com os pareceres prestados;

Decreta:

Artigo unico. Ficam approvados, de conformidade com o art. 31, § unico, alinea *a*, do decreto n. 20.914, de 6 de janeiro de 1932, as plantas, que com este baixam, assignadas pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado da Viação e Obras Publicas, das installações do "Syndicato Condor Limitada", accessorias do aeroporto de Porto Alegre, na Ilha Grande dos Marinheiros, em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, para abrigo, reparação e abastecimento de suas aeronaves e outros serviços auxiliares; bem como as installações da referida empreza, situadas no mesmo local, e a que se refere á portaria de 20 de setembro de 1930, cujas plantas ora baixam tambem assignadas.

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1934; 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

## DECRETO N. 72 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1934

*Proroga por 180 dias o prazo fixado para "The Great Western of Brasil Railway Company, Limited" adquirir e installar appparelhos purificadores de agua*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu "The Great Western of Brasil Railway Company, Limited" e de accôrdo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Fica prorogado por 180 (cento e oitenta) dias o prazo fixado no paragrapho segundo do artigo unico

do decreto n. 23.194, de 6 de outubro de 1933, para a requerente adquirir e instalarapparelhos purificadores, por tratamento chimico, da agua utilizada na estação de Guarabira, situada no kilometro 251,000 da linha Norte, de que é arrendataria.

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1934, 143 da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

DECRETO N. 73 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1934 (\*)

*Approva os regulamentos do Instituto de Meteorologia, da Secretaria Geral e do Gabinete de Desenhos do Departamento de Aeronautica Civil.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da attribuição que lhe confere o art. 3º, do decreto n. 24.506, de 29 de junho de 1934, decreta:

Art. 1.º Ficam approvados os regulamentos do Instituto de Meteorologia, da Secretaria Geral e do Gabinete de Desenhos do Departamento de Aeronautica Civil que com este baixam, assignados pelo ministro de Estado dos Negocios da Viação e Obras Publicas, e que constituirão partes integrantes do regulamento vigente do Departamento de Aeronautica Civil.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1934. 144° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

(\*) Decreto n. 73, de 28 de setembro de 1934.— Rectificação publicada no *Diario Official* de 17 de janeiro de 1935:

Regulamento do Instituto de Meteorologia.

Quadro do pessoal permanente do Instituto de Meteorologia do Departamento de Aeronautica Civil:

b) Instituto Regional do Nordeste:

8 calculistas de 2ª classe, 4:000\$000, 2:000\$000, 6:000\$000.

## Regulamento do Instituto de Meteorologia do Departamento de Aeronautica Civil

### CAPITULO I

#### DOS FINS DO INSTITUTO

Art. 1.º O Instituto de Meteorologia, directamente subordinado ao Departamento de Aeronautica Civil, tem por fim desenvolver a sciencia meteorologica e applical-a á navegação aerea, maritima e fluvial, ás industrias que dependam das condições atmosfericas, ao commercio e ao publico em geral.

### CAPITULO II

#### DA ORGANIZAÇÃO DO INSTITUTO E DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 2.º Os serviços meteorologicos a cargo do Instituto de Meteorologia serão superintendidos por um chefe de divisão immediatamente subordinado ao director do D. A. C.

Art. 3.º Os serviços do Instituto de Meteorologia serão distribuidos pelos seguintes orgãos:

I — Instituto Central, comprehendendo:

- a) Sub-Divisão de pesquisas meteorologicas;
- b) Sub-Divisão de meteorologia applicada;
- c) Inspectoria Geral da rede meteorologica;
- d) Serviços technicos auxiliares.

II — Institutos regionaes.

III — Districto meteorologicos.

IV — Estações meteorologicas.

Art. 4.º As estações meteorologicas mantidas no territorio nacional serão directamente subordinadas aos institutos regionaes e districtos meteorologicos respectivos.

---

Rectificação publicada no *Diario Official* de 29 de novembro de 1934:

“1) Regulamento do Instituto:

Art. 7.º. — n. 11 amparar .....por meio de  
postos semaphoricos .....

2) Art. 10. — b) Officinas:

.....  
3) Art. 23. — Parag. 1º. Para o concurso .....pelo  
director do D. A. C. ....

.....  
4) Art. 40. — Os funcionarios technicos .....  
quando regressarem á Séde .....

Art. 5.º A' chefia da Divisão, que terá sob sua direcção immediata o Instituto Central, compete:

1, encaminhar, devidamente informados, ao director do Departamento de Aeronautica Civil, os papeis pendentes de decisão superior;

2, deliberar sobre o expediente recebido e a ser remettido ás sub-divisões e demais dependencias do Instituto de Meteorologia;

3, prestar ao director do Departamento de Aeronautica Civil todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados sobre assumptos technicos ou administrativos que transitarem por suas dependencias;

4, attender aos interessados, ministrando-lhes informações sobre assumpto de seu interesse ou de interesse geral.

Art. 6.º A' sub-divisão de pesquisas meteorologicas, composta dos serviços de meteorologia estatica, meteorologia dinamica e instrumentos, cada um dos quaes dirigido por um assistente-technico, incumbe:

1, controlar, reunir e discutir todas as observações meteorologicas feitas no paiz;

2, organizar os registros da rede meteorologica;

3, estabelecer o regimen das altas camadas da atmosfera nas principaes rotas do paiz, afim de amparar com a maior segurança possível a navegação aerea;

4, fixar a climatologia geral do paiz e promover o seu conhecimento por meio de boletins, mappas, diagrammas, resumos e monographias que coordenem, traduzam, clara e suggestivamente, as observações realizadas nas estações meteorologicas;

#### 5) Quadro do pessoal permanente do Instituto:

##### a) Serviços technicos:

I — 7 assistentes technicos .....	12:800\$000	6:000\$000	19:200\$000
II — 14 ajudantes de 3ª classe ....	6:400\$000	3:200\$000	9:600\$000
III — 14 calculistas 1ª classe .....	4:800\$000	2:400\$000	7:200\$000

##### b) Instituto Regional do Nordeste:

I — 3 calculistas de 3ª classe....	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000
------------------------------------	------------	------------	------------

#### 6) Quadro do pessoal permanente da Secretaria Geral.....

##### I Gabinete de Desenhos

1 desenhista .....	9:600\$000	4:800\$000	14:400\$000
--------------------	------------	------------	-------------

5, effectuar estudos technicos especiaes em todos os ramos da meteorologia, afim de desenvolvê-la e torná-la cada vez mais applicavel;

6, dar pareceres relativos a novos instrumentos ou methods de trabalho, cuja adopção seja conveniente;

7, promover a vulgarização da meteorologia por todo o paiz, pela franquia de visita a todos os serviços a seu cargo e pelos processos de propaganda que os recursos orçamentarios permittirem;

8, proceder a estudos da electricidade atmospherica e da radiação solar, desenvolvendo a rede de estações para este fim.

Art. 7.º A sub-divisão de meteorologia applicada, composta dos serviços de aerologia, previsão do tempo e protecção á navegação, cada um dos quaes dirigido por um assistente-technico, compete:

1, superintender o serviço da rede aerologica;

2, fazer previsões do estado geral do tempo, de ondas de frio e de calor, de temporaes, de geadas ou de outros phenomenos atmosphericos para as zonas do paiz em que ellas se impõem, distribuindo-as por todos os meios possiveis aos aeronautas, navegantes, agricultores e ao publico em geral;

3, manter um serviço de verificação das previsões do tempo, investigando novos methods e regras de aperfeiçoamento;

4, proceder a investigações estatísticas de climatologia mundial comparada, com o objectivo de descobrir correlações climatericas das quaes se possam deduzir regras de previsão do tempo a longo prazo;

5, estudar a rede de comunicações telegraphicas e telefonicas no sentido de facilitar a transmissão dos avisos meteorologicos;

6, promover a cooperação dos serviços de comunicações federaes, estaduais e particulares, com o fim de conseguir a transmissão rapida das observações realizadas nas estações meteorologicas;

7, organizar o trafego das informações meteorologicas, segundo as necessidades do Instituto de Meteorologia, com aparelhamento proprio;

8, desenvolver a meteorologia maritima com a coadjuvação de navios nacionaes e estrangeiros e outros meios de que possa lançar mão, para que sejam observadas e estudadas as condições atmosphericas sobre o Atlantico Sul, a variação de direcção, e temperatura das correntes do mesmo;

9, proteger a navegação aérea nas principais rotas do paiz, utilizando-se das previsões usuaes do tempo e das observações fornecidas pelas estações existentes ao longo dos respectivos trajectos;

10, promover a organização dos serviços meteorologicos para a aeronautica, observadas as normas instituidas pela Comissão Internacional de Navegação Aérea;

11, amparar a navegação maritima, proporcionando-lhe o conhecimento das previsões do tempo por meio de postos semaphoticos, convenientemente distribuidos no litoral do paiz e das emissões radio-electricas.

**Art. 8.º** Além das attribuições conferidas nos dois artigos anteriores, serão communs ás sub-divisões as seguintes:

1, organizar e enviar para o archivo technico do Instituto todos os dados que receber da rede meteorologica;

2, ministrar á rede, por intermedio do inspector geral, todas as instrucções, esclarecimentos e recommendações de natureza technica;

3, propôr ao chefe de divisão, em tempo opportuno, justificando, a aquisição de livros, aparelhamento technico e instrumentos destinados aos serviços a seu cargo;

4, communicar ao chefe de divisão as irregularidades notadas nos diversos serviços do Instituto, solicitando as providencias julgadas mais acertadas para a sua correição;

5, propôr, opportunamente, ao Conselho Technico, com a devida justificação, o estabelecimento de novas estações ou de postos meteorologicos;

6, coadjuvarem-se mutuamente em beneficio do serviço, prestando informações reciprocas para a boa execução do mesmo;

7, suggerir as providencias que se tornem necessarias á cooperação das companhias, empresas particulares ou departamentos que mantenham serviços com identica finalidade;

8, fornecer ao chefe de divisão os originaes de todas as observações e estudos, para que seja mantida a publicação de boletins diarios, mensaes e annuaes com a precisa regularidade.

**Art. 9.º** A' Inspectoria Geral, com séde no Rio de Janeiro, directamente subordinada ao chefe de divisão, compete:

1, superintender os serviços da rede meteorologica;

2, revêr toda a produção da rede recebida dos Institutos Regionaes e districtos;

3, promover junto ao chefe de divisão todas as medidas e providencias convenientes á boa organização dos trabalhos a seu cargo;

4, informar os papeis referentes á rede meteorologica, fornecendo todos os dados e elementos para completa elucidação do assumpto e julgamento da autoridade superior.

**Art. 10.** Os serviços technicos auxiliares comprehendêrão:

O material ficará sob a responsabilidade immediata de um assistente-technico, cuja fiança é arbitrada em 5:000\$000 e ao qual compete:

1, ter sob a sua guarda e responsabilidade tudo que existir depositado no almoxarifado, zelar pela conservação e permanencia do material em serviço, assim como fiscalizar o consumo e providenciar quanto ao extravio e destruição do mesmo;

2, promover a aquisição e attender ao fornecimento do material necessario ás dependencias do Instituto, mediante requisições, devidamente autorizadas pelo director do D. A. C. ou funcionario por elle designado;

3, providenciar, em tempo opportuno, para a manutenção de um *stock* minimo de material sufficiente, de modo a satis-



fazer, com rapidez, as requisições das diversas dependencias do Instituto;

4, escripturar todos os bens do Instituto, registrando as alterações havidas e especificando as causas das baixas occorridas;

5, receber, conferir e distribuir o material, de accôrdo com as instrucções do chefe de divisão;

6, organizar o fichario do material sob sua guarda;

7, escripturar em livros proprios, segundo as normas estabelecidas, toda entrada e sahida de material;

8, organizar as relações de pedidos, de accôrdo com as indicações dos technicos;

9, dar baixa, nos livros competentes, de accôrdo com as disposições em vigor, em todo o material consumido ou inutilizado no serviço;

10, fazer a escripturação de todas as despesas autorizadas e effectuadas com a aquisição de material, utilizando o pessoal designado pela Secretaria Geral;

11, organizar os inventarios annuaes do material permanente e de consumo de todo o Instituto;

*b) Officinas.*

Annexo ao serviço de material, funcionarão as officinas que terão a seu cargo o seguinte:

1, examinar o material scientifico recebido e depositado, de fôrma a não permittir a sua sahida, senão em bom estado de conservação e funcionamento;

2, examinar, rectificar e comparar os instrumentos destinados á rêde de estações do D. A. C. e de estranhos e expedir certificados, de accôrdo com as instrucções do chefe de divisão;

3, manter registro das comparações dos instrumentos citados no item anterior;

4, montar, reparar e concertar o material scientifico do D. A. C.;

5, reparar as machinas e zelar pela conservação das mesmas;

6, providenciar para a embalagem e expedição do material destinado ao serviço do D. A. C.;

7, conservar as installações de gaz, electricidade e agua do D. A. C.;

8, conservar e reparar os moveis do D. A. C.;

*c) Archivo:*

O archivo ficará a cargo do archivista-technico, competindo-lhe:

1, registrar a entrada, classificar e organizar methodicamente todos os documentos technicos e administrativos do Instituto;

2, fornecer, de accôrdo com as instrucções baixadas pelo chefe de divisão, e sómente mediante recibo, documentos existentes no archivo;

3, fornecer documentos scientificos aos interessados, mediante recibo;

*d) Publicações:*

As publicações ficarão a cargo de um primeiro-assistente, competindo-lhe:

1, estabelecer e manter o intercambio de publicações, com as instituições congêneres;

2, acompanhar a evolução technico-científica dos diversos ramos que interessarem ao D. A. C.;

3, proporcionar elementos dos technicos de modo a lhes permitir acompanhar o progresso da litteratura de suas especialidades;

4, inteirar-se das publicações scientificas importantes que digam respeito ao D. A. C., promovendo os meios para a sua acquisição;

5, organizar mensalmente um resumo das novidades scientificas que interessarem aos serviços do D. A. C.;

6, fazer a revisão das publicações;

7, zelar pela pontualidade das publicações do D. A. C.;

8, revêr e coordenar os trabalhos de impressão.

Art. 11. Aos institutos regionaes, além dos serviços scientificos especiaes que lhe forem commettidos, incumbe:

1, dirigir, technica e administrativamente, as estações e postos a elles subordinados, de accôrdo com as instrucções que para tal fim forem baixadas;

2, fortalecer a todas as estações e postos sob a sua jurisdicção, o material e os instrumentos necessarios ao serviço de observações, e que forem recebidos da sede do D. A. C., ou adquiridos directamente, mediante autorização;

3, observar e ministrar ás estações e aos postos sob sua jurisdicção, ás instrucções, os esclarecimentos e as recommendações de natureza technica e administrativa que julgarem por bem adoptar em beneficio do serviço, mediante autorização superior;

4, examinar e verificar todos os calculos, desenhos, diagrammas, fichas, cadernetas, tabellas, etc., provenientes das estações e dos postos sob sua jurisdicção;

5, collectar e archivar methodicamente as cópias de mapas, cadernetas, diagrammas, fichas, desenhos, etc., provenientes das estações e postos sob sua jurisdicção;

6, remetter para o Instituto Central, depois de satisfeitas as exigencias da alinea anterior, toda a producção technica das estações e postos sob sua jurisdicção;

7, providenciar em tempo opportuno para a manutenção de um *stock* minimo de material e de instrumentos em sua sede, áfim de attender rapidamente ás necessidades proprias, ás das estações e ás dos postos sob sua jurisdicção;

8, fazer pequenos reparos, rectificar e comparar, mediante autorização, todos os instrumentos das estações e dos postos sob sua jurisdicção;

9, inspecionar minuciosamente, de accôrdo com o programma pre-estabelecido, as estações e os postos sob sua jurisdicção, podendo propor, justificando, a substituição do respectivo pessoal e as alterações do programma de inspecção, no interesse do serviço, conforme aconselharem as necessidades do momento e do meio;

10, prestar aos serviços de navegação abrea toda a assistência que ás instrucções regularem e a, porventura, exigida em circumstancias eventuaes;

11, organizar o registro de todo o material da rede sob sua jurisdicção;

12, organizar annualmente os inventarios do material permanente e de consumo de todas as dependencias sob sua jurisdicção.

**Art. 12.** Aos districtos meteorologicos, na sua jurisdicção, incumbem os encargos enumerados no art. 11.

**Art. 13.** A's estações meteorologicas compete:

- 1, realizar todas as observações que lhe forem ordenadas;
- 2, remetter ao inspector-chefe toda a correspondencia official, bem como os dados das observações, dentro dos prazos determinados.

### CAPITULO III

#### ATTRIBUIÇÕES E DEVERES DO PESSOAL

**Art. 14.** Ao chefe de divisão do Instituto compete:

- 1, organizar o plano annual dos trabalhos do Instituto;
- 2, propôr a designação e o movimento do pessoal, de accordo com as necessidades do serviço, obedecendo á hierarchia, na sede ou na rede;
- 3, executar os serviços administrativos e proporcionar á aeronautica e ao conhecimento publico, na forma de instrucções expedidas neste sentido, todas as informações relativas ás observações meteorologicas e previsão do tempo;
- 4, propôr a designação do pessoal necessario aos serviços do seu gabinete;
- 5, propôr a publicação dos trabalhos do Instituto e sollicitar a collaboração de outras repartições, quando necessario;
- 6, orientar as publicações a cargo do Instituto, responsabilizando-se, technica e grammaticalmente, pelas mesmas;
- 7, promover o intercambio do Instituto, com as organizações congeneres nacionaes ou estrangeiras;
- 8, organizar e propôr os quadros do pessoal variavel, necessario aos serviços do Instituto, discriminando as funções e a remuneração;
- 9, propôr o contracto de profisisonaes para auxiliar trabalhos e investigações do Instituto;
- 10, inspecionar e determinar as inspecções porventura necessarias á perfeita regularidade dos serviços a cargo do Instituto;
- 11, propôr o comparecimento á sede, de funcionarios, quando as necessidades de serviço o exigirem ou suggerir quando preciso fôr o aperfeiçoamento da sua habilitação technica, no paiz ou no estrangeiro;
- 12, valer-se da cooperação effieiente de todos quantos possam, de qualquer forma, auxiliar os serviços do Instituto;
- 13, instituir, convocar, presidir e dissolver commissões especiaes, determinando-lhes as respectivas funções;
- 14, submeter á approvação as minutas de contractos para locação de serviços ou execução de obras necessarias ao Instituto;
- 15, rever os projectos de obras, propondo, com redução de despesa, alterações aconselháveis, sem lhes modificar a essencia;
- 16, zelar pelo fiel cumprimento dos contractos, communicando ao director do D. A. C. as inobservancias verificadas;

17, não permittir em caso algum a sahida, do Instituto, de quaesquer documentos, originaes; as consultas serão consentidas aos funcionarios do Instituto, mediante requisição, e, a pessoas extranhas, sómente em sua presença ou na de quem por si autorizado.

Art. 15. Aos sub-chefes de divisão compete:

1, dirigir, examinar e fiscalizar os serviços da subdivisão, distribuindo o respectivo pessoal de accôrdo com as necessidades dos mesmos;

2, promover, junto ao chefe de divisão do Instituto medidas e providencias conducentes a boa organização dos trabalhos sob sua direcção;

3, informar os papeis referentes á sua sub-divisão, fornecendo elementos para completa elucidação dos assumptos;

4, apresentar ao chefe de divisão, mensalmente, um resumo da marcha dos serviços e, até o dia 31 de janeiro, o relatorio do anno anterior, contendo dados, informações e graphicos do que tiver sido executado e suggestões que possam interessar aos trabalhos do Instituto;

5º, propôr ao chefe de divisão a publicação e divulgação dos trabalhos executados em suas respectivas sub-divisões;

6º, propôr ao chefe de divisão, no campo da sciencia meteorologica, o estudo e as investigações que a experiencia o a technica houverem indicado.

Art. 16. Ao inspector geral compete:

1º, examinar e conferir toda a producção technica da rede, escoimando-a de erros e falhas que possam prejudicar os resultados procurados;

2º, fazer cumprir o programma de inspecção e as instrucções approvadas pelo chefe de divisão;

3º, propôr ao chefe de divisão, por necessidade de serviço, o comparecimento á séde de qualquer funcionario da rede;

4º, fornecer elementos ao Conselho Technico, por intermedio do chefe de divisão, que contribuam para o estudo do programma de remodelação geral da rede meteorologica;

5º, controlar a movimentação dos inspectores de accôrdo com o programma pre-estabelecido e approvedo pelo chefe de divisão;

6º, apresentar ao chefe de divisão, até 31 de janeiro de cada anno, o relatorio do anno anterior com os dados e informações referentes ao serviço da rede meteorologica;

7º, propôr, quando oportuno, ao chefe de divisão, os inspectores que se devam inteirar, na séde e num estagio maximo de dous mezes, das instrucções ou modificações technicas, porventura introduzidas no serviço;

8º, examinar minuciosamente os relatorios dos inspectores, levando ao conhecimento do chefe de divisão, as suggestões por elles feitas;

9º, resolver as consultas dos inspectores chefes sobre o assumpto de serviço;

10. inspecionar, sempre que se tornar necessario, e quando autorizado, os Institutos Regionaes e Districtos, no que concerne aos serviços de sua alçada;

11, dirigir e orientar o serviço de praticagem dos inspectores, nos diversos departamentos technicos do Instituto;

12, fornecer ao chefe de divisão o resumo das inspecções effectuadas, por si ou por seus auxiliares;

13, preparar o expediente da inspectoría geral, baixar instruções e circulares technicas indispensaveis á perfeita interpretação dos dispositivos regulamentares do Instituto.

**Art. 17.** Ao primeiro assistente, directamente subordinado ao chefe de divisão, compete:

1º, dirigir os serviços technicos auxiliares;

2º, dirigir, examinar e fiscalizar os serviços que lhe estão affectos, distribuindo o respectivo pessoal de accôrdo com as necessidades dos mesmos;

3º, promover junto ao chefe de divisão as medidas e providencias convenientes á bôa organização dos trabalhos que lhe estão affectos;

4º, informar os papeis referentes aos seus encargos, fornecendo os dados e elementos para a completa elucidação dos assumptos e para o julgamento da autoridade superior;

5º, apresentar ao chefe de divisão, até 31 de janeiro de cada anno, o relatorio do anno anterior com os dados e informações referentes aos serviços a seu cargo;

6º, responder ás consultas que lhe forem feitas sobre assumptos de sua attribuição;

7º, preparar para impressão as publicações scientificas;

8º, manter a correspondencia scientifica com os institutos estrangeiros congeneres;

9º, zelar pela pontualidade das publicações do D. A. C.

**Art. 18.** Aos chefes dos institutos regionaes e districtos meteorologicos cabe:

1º, dirigir, examinar e fiscalizar os serviços internos do Instituto ou do districto;

2º, promover junto ao inspector geral todas as medidas e providencias convenientes á bôa organização dos trabalhos que lhes estão confiados;

3º, prestar todas as informações necessarias á completa elucidação dos assumptos e ao julgamento do inspector geral;

4º, apresentar ao inspector geral, até 15 de janeiro de cada anno, o relatorio do anno anterior com dados e informações referentes ao serviço do Instituto ou districto;

5º, responder ás consultas que lhe forem feitas por intermedio do inspector geral, sobre assumptos do instituto ou do districto a que pertencer;

6º, zelar e responder pelo material que estiver sob sua guarda.

**Art. 19.** Aos funcionarios technicos e administrativos cumpre executar os serviços inherentes aos seus cargos e os que lhes forem distribuidos pelos respectivos chefes.

**Art. 20.** Ao chefe do observatorio meteorologico, subordinado ao 1º districto, incumbe:

1. distribuir os funcionarios designados para o observatorio meteorologico, de accôrdo com as necessidades e o andamento do serviço, fixando-lhes as attribuições;

2, suggerir ao chefe do districto a necessidade das investigações que se tornarem necessarias ao desenvolvimento dos serviços do observatorio e a adopção de medidas porventura aconselhadas pela experiencia e pela pratica;

3, tomar todas as providencias tendentes á boa conservação das installações do observatorio;

4, assegurar o constante funcionamento de todos os instrumentos installados na sede do Observatorio, de accordo com as instrucções recebidas.

Art. 21. Aos chefes e encarregados de serviços cabe manter a moralidade, impor a disciplina e zelar pela boa ordem e efficiencia dos serviços.

## CAPITULO IV

### DOS VENCIMENTOS, VANTAGEM, NOMEAÇÕES E DESIGNAÇÕES

Art. 22. Os cargos e os vencimentos dos funcionarios do Instituto serão os constantes dos quadros annexos ao presente regulamento.

Art. 23. O preenchimento dos cargos, quer effectivos, quer em commissão, obedecerá ao seguinte criterio:

1.º O cargo de chefe de divisão será exercido em commissão por um dos sub-chefes de divisão, sem prejuizo das respectivas funcções.

2.º Os cargos initiaes, isto é, de calculistas de 3.ª classe, ajudantes de 3.ª classe, assistentes technicos, inspectores, o de bibliothecario e outros, serão providos na fórma prescripta no art. 170, inciso 2.º da Constituição da Republica e de accordo com as instrucções que forem baixadas neste sentido pela autoridade competente.

§ 1.º Para o concurso de provas, a materia de especialização será proposta á approvação superior pelo director do D. A. A., ouvido o Conselho Technico.

§ 2.º No fim de um anno de exercicio ininterrupto, será o funcionario nomeado effectivamente, se tiver revelado zelo e dedicação ao serviço, sendo dispensado no caso contrario.

§ 3.º Os concursos serão validos por dois annos.

Art. 24. As vagas que se derem nos quadros serão providas na proporção de dois terços por merecimento e um terço por antiguidade.

§ 1.º Os cargos de inspector geral e primeiro assistente, para os effeitos de promoção, serão considerados equivalentes.

Art. 25. Em suas faltas ou impedimentos serão substituidos:

O chefe de divisão pelo sub-chefe de divisão; os sub-chefes de divisão pelo inspector geral ou primeiro assistente e assim successivamente, obedecida a antiguidade.

Art. 26. Aos funcionarios que contrahirem molestias ou soffrerem accidentes no exercicio de seus cargos serão applicadas as disposições do inciso 6.º, art. 170 da Constituição da Republica.

## CAPITULO V

## TEMPO DE TRABALHO

Art. 27. O expediente no Instituto da Meteorologia será aberto e encerrado, todos os dias uteis, ás horas que forem determinadas para as repartições do Ministerio da Viação e Obras Publicas.

Paragrapho unico. Por necessidade do serviço, o expediente poderá ser prorogado pelo chefe de divisão, por mais uma hora, sem remuneração especial.

Art. 28. Para melhor rendimento dos serviços de natureza tecnica, o chefe de divisão poderá alterar os horarios respectivos, desde que os funcionarios tenham, semanalmente, de trabalho effectivo, o mesmo numero de horas regulamentar.

Paragrapho unico. O chefe de divisão, sempre que houver necessidade, e quando devidamente autorizado, poderá determinar serviços extraordinarios, sendo as despesas decorrentes feitas na forma das disposições legais em vigor.

## CAPITULO VI

## DAS AJUDAS DE CUSTO, DO DIREITO A TRANSPORTE E DAS DIARIAS DO PESSOAL DO QUADRO

Art. 29. Os funcionarios do quadro permanente do Instituto de Meteorologia, quando transferidos por promoção, remoção ou substituição, terão direito:

a) a uma ajuda de custo, paga adeantadamente, correspondente a um mez do respectivo ordenado, para despesas de installação;

b) ás despesas de viagem, hospedagem e embalagem, que serão indemnizadas á vista da nota detalhada e, tanto quanto possivel, documentada, que apresentarem do director do D. A. C.;

c) a passagem de primeira classe e transporte de bagagem para si e pessoas de sua familia.

Paragrapho unico. Quando a transferencia fôr feita a pedido, os funcionarios não terão direito a taes vantagens.

Art. 30. Quer o chefe de divisão, quer os funcionarios em viagem de inspecção ou em excursão de serviço, terão direito, não só a passagens em navios, trens ou aeronaves, como a uma diaria de 2 % dos respectivos vencimentos mensaes, limitada ao minimo de 15\$ e ao maximo de 50\$000.

§ 1.º Estabelecido o itinerario e fixada a provavel duração da excursão, o funcionario receberá, por adeantamento, as diarias correspondentes, prestando contas ao director do D. A. C. ao regressar á séde da sua repartição, tendo em vista a duração real da referida excursão.

§ 2.º Os funcionarios designados para commissões fóra da sua séde, durante um prazo superior a 30 dias e para as quaes sejam obrigados a despesas de installação, além das dia-

rias e passagens a que se refere este artigo, terão direito a uma ajuda de custo, paga adeantadamente, de um mez de ordenado.

§ 3.º Os funcionarios itinerantes terão direito apenas ás diarias regulamentares.

## CAPITULO VII

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 31. Quando opportuno, a juizo do Governo, attentas as necessidades da Meteorologia, outros serviços da mesma natureza, particulares ou subordinados a ramos diferentes da administração publica, poderão ser annexados ao Instituto, seja por desdobramento dos existentes, seja por transferencia.

Art. 32. Os sub-chefes de divisão, o inspector geral e os assistentes do Instituto Central, sob a presidencia do chefe de divisão, constituirão o Conselho Technico do Instituto. Cada membro do Conselho só terá direito a um voto, inclusive o inspector geral que representa a rede.

Paragrapho unico. O Conselho acima alludido, de character consultivo, será convocado pelo chefe de divisão, sempre que necessario, podendo, entretanto, reunir-se por proposta de qualquer de seus membros, a juizo do mesmo chefe.

Art. 33. Constituem attribuições do Conselho Technico:

a) discutir e approvar programmas geraes de trabalho que forem organizados annualmente pelos chefes de serviço, de modo a ficar assegurada uma collaboração efficiente na execução do plano technico e administrativo que fôr adoptado pelo Instituto;

b) estudar as questões administrativas não previstas nos regulamentos, propondo as soluções que devem ser submettidas á approvação superior;

c) elaborar o projecto de orçamento annual do Instituto mantendo ou alterando as propostas dos diversos chefes do serviço, de modo a assegurar-lhes os recursos sufficientes para a execução do programma de trabalho approvado;

d) propôr quaesquer modificações na organização technica ou administrativa do Instituto, necessarias á efficiencia dos serviços;

e) estudar os programmas dos congressos e conferencias internacionaes ou nacionaes de meteorologia e preparar as theses a serem apresentadas e as instrucções que deverão orientar a acção dos delegados do Governo nessas assembleas.

Art. 34. As sub-divisões poderão organizar cursos ou conferencias sobre as suas respectivas especialidades ou relativos a assumpto de interesse para o instituto, acceitando para isto a cooperação de outras instituições, conforme as instrucções baixadas pelo D. A. C.

Art. 35. O instituto publicará em boletins e monographias os resultados dos seus trabalhos e investigações.



Paragrapho unico. Os trabalhos realizados no instituto poderão ser publicados pelos seus autores, nas revistas scientificas do paiz ou do estrangeiro, mediante autorização prévia do Conselho Technico, devendo trazer, porém, a declaração do departamento e da divisão onde foram elaborados.

Art. 36. Os Estados ou municipios que desejarem a intensificação das diversas actividades do instituto em seu territorio, poderão obtel-a, mediante uma subvenção fixada em contracto com o Ministerio da Viação e Obras Publicas.

Art. 37. As disposições do regulamento do D. A. C. são extensivas ao instituto, salvo no que interferir com o presente.

Art. 38. O equipamento das estações, os postos e os methodos de observações, obedecerão sempre ao estabelecido nas convenções internacionaes.

Art. 39. Os concursos feitos para os cargos technicos da rede não serão validos para os da mesma natureza no Instituto Central.

Paragrapho unico. A transferencia de qualquer funcionario technico da rede para o Instituto Central, só poderá ser effectivada mediante novo concurso, attendendo que as attribuições na rede são apenas de observação ou verificação.

Art. 40. Os funcionarios technicos ou administrativos do Instituto Central, commissionados na rede, com augmento de vencimentos, perderão o direito a este augmento quando regressarem á rede, salvo no caso previsto no artigo anterior e seu paragrapho unico.

Art. 41. O chefe de divisão poderá, ouvido o Conselho Technico, chamar á sede, para praticagem e estudos, quando requererem, os funcionarios da rede que se candidatarem a concurso.

Art. 42. Todas as reclamações dos funcionarios referentes a pessoas ou serviço serão dirigidas ao director do D. A. C., devidamente informadas pelos respectivos chefes.

Paragrapho unico. A infracção deste artigo será considerada acto de indisciplina e dará logar ás penalidades regulamentares.

Art. 43. Os chefes e os inspectores poderao responder, com moderação e civilidade, a quaesquer criticas referentes aos trabalhos do Instituto, desde que digam respeito ás suas attribuições. Essas respostas serão encaminhadas em original e juntamente com as publicações que as motivarem, ao chefe de divisão, o qual julgará da oportunidade da sua publicação.

Art. 44. O fornecimento de dados meteorologicos especiaes será feito mediante cobrança de taxas, as quaes, assim como a sua fórmula de arrecadação serão approvadas pelo Governo.

Art. 45. Os funcionarios do Instituto não poderão occupar-se de trabalhos estranhos á repartição durante as horas do expediente.

Art. 46. É vedado aos funcionarios occupar-se, por incumbencia dos interessados, do andamento de papeis ou de assumptos pertinentes ao instituto ou dar quaesquer informações aos mesmos.

Paragrapho unico. Só o chefe de divisão, ou o funcionario que fôr por elle designado, poderá attender aos interessados, prestando-lhes os esclarecimentos que julgar conveniente.

Art. 47. Os funcionarios do instituto que forem requisitados para servir em outra repartição ou em outro ministerio, salvo o da Viação, perderão todos os vencimentos do seu cargo.

Art. 48. Os casos omissos neste regulamento e não previstos no regulamento do D. A. C. e no da Secretaria de Estado da Viação e Obras Publicas serão resolvidos pelo ministro, mediante proposta do director do D. A. C.

## CAPITULO VIII

### DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 49. Os funcionarios interinos com mais de 10 annos de serviço publico, antes da vigencia deste regulamento, serão effectivados.

Art. 50. Nos primeiros concursos para o preenchimento dos cargos do quadro permanente do instituto, só poderão inscrever-se os actuaes funcionarios da sede e da rede.

§ 1.º Este criterio será mantido ainda em caso de annulação de concurso.

§ 2.º Os funcionarios que, na data da approvação deste regulamento, contarem o minimo de um anno de exercicio interino, havendo revelado zelo e dedicação ao serviço, a juizo do Conselho Technico, serão effectivados nos cargos que vierem exercendo, no caso de habilitação em concurso para os cargos iniciaes das respectivas classes.

§ 3.º As nomeações para os cargos iniciaes obedecerão á ordem de classificação em concurso.

§ 4.º Os funcionarios da rede que fizerem concurso para os cargos da sede do Instituto Central e forem classificados, não sendo nomeados por falta de vaga, terão o seu concurso valido por tempo indeterminado, sendo aproveitados quando occorrer vaga, correspondente á sua classe.

§ 5.º Os funcionarios interinos, porventura inhabilitados ou não inscriptos nos primeiros concursos, poderão continuar no Instituto como contractados, se a verba respectiva o permittir, até á data de novos concursos, para os quaes cessará a condição expressa neste artigo.

§ 6.º Os funcionarios interinos inscriptos em concurso e que a elle não comparecerem ou d'elle se retirarem durante as provas, serão considerados inhabilitados.

§ 7.º Constitue *justa causa* para destituição de cargo a não inscripção ou a inhabilitação em concurso do funcionario contractado.

§ 8.º No provimento dos cargos iniciaes do quadro annexo ao presente regulamento, os funcionarios effectivos, de concurso, ficarão isentos da condição expressa no item 2.º do art. 23, se estiverem exercendo cargo correspondente a final de classe immediatamente anterior, assegurado assim o direito que teriam á promoção.

Art. 51. As primeiras nomeações, na vigência deste regulamento, poderão ser feitas independentemente do art. 39, parágrafo unico, em casos de reajustamento.

Art. 52. O primeiro concurso a realizar-se será para o cargo de assistente-técnico.

Art. 53. O Conselho Technico apreciará os trabalhos apresentados pelos candidatos inscriptos, bem assim a sua assiduidade e applicação nos serviços do Instituto, durante o periodo de inscripção, o que será levado em conta no julgamento do concurso pela commissão examinadora.

Art. 54. Os casos não previstos nestas disposições transitorias, serão estudados pelo Conselho Technico, e submettidos á decisão do ministro da Viação e Obras Publicas pelo director do D. A. C.

Em 28 de setembro de 1934. — *Marques dos Reis.*

QUADRO DO PESSOAL PERMANENTE DO INSTITUTO DE METEOROLOGIA  
DO DEPARTAMENTO DE AERONAUTICA CIVIL

a) Servicos Technicos:

1 chefe de divisão (grafificação por função) .....	—	6:000\$	6:000\$000
2 sub-chefes de divisão .....	20:000\$	10:000\$	30:000\$000
1 primeiro assistente .....	16:000\$	8:000\$	24:000\$000
7 assistentes technicos .....	12:000\$	6:000\$	19:000\$000
1 mecanico meteorologista ....	10:400\$	5:200\$	15:600\$000
8 ajudantes de 1ª classe.....	10:000\$	5:000\$	15:600\$000
6 ajudantes de 2ª classe.....	8:000\$	4:000\$	12:000\$000
1 almoxarife .....	8:000\$	4:000\$	12:000\$000
1 mecanico electricista .....	8:000\$	4:000\$	12:000\$000
1 ajudante de mecanico meteorologista .....	8:000\$	4:000\$	12:000\$000
1 archivista technico .....	8:000\$	4:000\$	12:000\$000
4 ajudantes de 3ª classe.....	6:400\$	3:200\$	9:600\$000
1 radiotelegraphista .....	6:400\$	3:200\$	9:600\$000
1 ajudante de almoxarife .....	6:400\$	3:200\$	9:600\$000
4 calculistas de 1ª classe.....	4:800\$	2:400\$	7:200\$000
1 auxiliar de mecanico electricista .....	4:800\$	2:400\$	7:200\$000
3 dactylographos .....	4:800\$	2:400\$	7:200\$000
9 calculistas de 2ª classe.....	4:000\$	2:000\$	6:000\$000
1 marceneiro .....	4:000\$	2:000\$	6:000\$000
13 calculistas de 3ª classe.....	3:200\$	1:600\$	4:800\$000
1 auxiliar de marceneiro .....	2:800\$	1:400\$	4:200\$000
1 aprendiz de mecanico .....	2:800\$	1:400\$	4:200\$000

b) Instituto Regional do Nordeste:

1 chefe .....	16:000\$	8:000\$	24:000\$000
1 assistente technico .....	12:800\$	6:400\$	19:200\$000
1 secretario .....	12:800\$	6:400\$	19:200\$000
1 ajudante de 1ª classe.....	10:400\$	5:200\$	15:600\$000
1 escriptuario .....	8:000\$	4:000\$	12:000\$000
2 inspectores .....	8:000\$	4:000\$	12:000\$000
2 ajudantes de 3ª classe.....	6:400\$	3:200\$	9:600\$000
1 mecanico .....	4:800\$	2:400\$	7:200\$000
3 calculistas de 2ª classe.....	4:800\$	2:400\$	7:200\$000

1	escrevente dactylographo ...	4:000\$	2:000\$	6:000\$000
1	carpinteiro . . . . .	3:200\$	1:600\$	4:800\$000
1	servente . . . . .	2:000\$	1:000\$	3:000\$000
c) Districtos Meteorologicos.				
1	inspector geral . . . . .	16:000\$	8:000\$	24:000\$000
1	chefe de districto de 1ª classe.	12:000\$	6:400\$	19:200\$000
2	chefes de districto de 2ª classe.	10:400\$	5:200\$	15:600\$000
11	inspectores. . . . .	8:000\$	4:000\$	12:000\$000
4	ajudantes de 3ª classe.....	6:400\$	3:200\$	9:600\$000
4	calculistas de 1ª classe.....	4 800\$	2:400\$	7:200\$000
1	dactylographo. . . . .	4:800\$	2:400\$	7:200\$000
2	escreventes dactylographos...	4:000\$	2:000\$	6:000\$000
7	calculistas de 3ª classe.....	3:200\$	1:600\$	4:800\$000
2	estafetas. . . . .	2:000\$	1:000\$	3:000\$000
d) Estações Meteorologicas.				
1	ajudante de 1ª classe.....	10:400\$	5:200\$	15:600\$000
1	ajudante de 2ª classe.....	8:000\$	4:000\$	12:000\$000
2	ajudantes de 3ª classe.....	6:400\$	3:200\$	9:600\$000
20	calculistas de 1ª classe.....	4:800\$	2:400\$	7:200\$000
1	mechanico. . . . .	4:000\$	2:000\$	6:000\$000
1	carpinteiro. . . . .	4:000\$	2:000\$	6:000\$000
21	observadores de 1ª classe.....	3:200\$	1:600\$	4:800\$000
21	observadores de 2ª classe....	2:400\$	1:200\$	3:600\$000
1	mensageiro. . . . .	2:400\$	1:200\$	3:600\$000
20	observadores de 3ª classe....	2:000\$	1:000\$	3:000\$000
30	estacionarios de 1ª classe....	.....	2:400\$	2:400\$000
30	estacionarios de 2ª classe....	.....	2:160\$	2:160\$000
75	estacionarios de 3ª classe....	.....	1:920\$	1:920\$000
25	auxiliares de 1ª classe.....	.....	1:440\$	1:440\$000
98	auxiliares de 2ª classe.....	.....	1:200\$	1:200\$000
136	auxiliares de 3ª classe.....	.....	960\$	960\$000

### Regulamento da Secretaria Geral e do Gabinete de Desenhos do Departamento de Aeronautica Civil

#### CAPITULO I

##### DA ORGANIZAÇÃO

Art. 1.º A Secretaria Geral, subordinada directamente ao director do Departamento, e sob a direcção do primeiro assistente do mesmo departamento, comprehenderá:

- I. Expediente.
- II. Contabilidade.
- III. Bibliotheca.
- IV. Portaria.

Art. 2.º O Gabinete de Desenhos será igualmente subordinado ao director do Departamento e dirigido, em commissão, por um engenheiro civil.

Art. 3.º Ao serviço de Expediente compete:

1, organizar e manter o protocollo geral por meio de livros ou fichas apropriados para o registro de todos os papeis que transitarem pelo Departamento;

2, colleccionar convenientemente as cópias de todos os officios, cartas, telegrammas e memoranda que forem assignados pelo director;

3, estudar os processos referentes a deveres, direitos e vantagens do pessoal;

4, preparar todo o expediente, inclusive o relativo a nomeações, designações, transferencias, concursos, licenças, elogios, penalidades, aposentadorias e exonerações;

5, lavrar os termos de posse e compromisso dos funcionarios do D. A. C.;

6, organizar todo o expediente relativo a admissão e dispensa do pessoal mensalista e diarista do D. A. C.;

7, preparar o expediente sobre accórdos para execução de serviços technicos;

8, organizar, por meio de livros ou fichas os assentamentos de todo o pessoal do D. A. C., com indicação do nome, idade, estado, títulos, categoria, data das nomeações, posse e exercício, accessos, remoções, commissões, licenças, penalidades, elogios e tudo o mais que possa affectar ou interessar a carreira publica dos funcionários;

9, organizar o fichario de todas as dependencias externas de D. A. C., com indicação da localização, data da installação, serviços que executa, pessoal de que dispõe, etc.;

10, fazer o expediente para concessão de franquia telegraphica;

11, organizar, de accórdio com os livros de ponto e os registros dos relógios, as folhas de pagamento de vencimentos do pessoal que receber no Thesouro Nacional, e, de conformidade com as autorizações recebidas, as de gratificações, ajudas de custo e diarias regulamentares;

12, preparar as bases para organização das tabellas de distribuição de creditos relativos a pessoal;

13, organizar o fichario de assiduidade do pessoal;

14, passar certidões que forem autorizadas pelo director.

Art. 4.º Ao serviço de Contabilidade compete:

1, organizar o projecto de orçamento do D. A. C. e coordenar os elementos necessarios a distribuição de creditos relativos a despesas de material;

2, escripturar todos os creditos e debitos do D. A. C., de modo a manter em evidencia os saldos das respectivas consignação e sub-consignações, organizando os balancetes periodicos para serem remellidos dentro dos prazos estipulados ou quando forem exigidos pelo director;

3, preparar as minutas dos contractos de execução de serviços, locação de predios, ou quaesquer outros que devam ser assignados ao D. A. C. e depois de approvados pela autoridade competente, lavrar os respectivos termos em livro especial;

4, organizar concurrencias, extrahir empenhos, processar contas e preparar o respectivo expediente para a requisição dos pagamentos;

5, manter registros especiaes para as despesas que correm por conta dos creditos distribuidos ás Delegacias Fiscaes, nos Estados, ou de empenhos globaes;

6, preparar os pedidos de adeantamentos e, após o exame dos respectivos documentos comprobatorios, os processos de prestação de contas, organizando um registro especial de todas as despesas pagas pelos mesmos;

7, organizar o archivo de todos os documentos e processos findos, só sendo permittida a saída dos mesmos, mediante autorização do director ou chefes de serviço.

Art. 5.º A' Bibliotheca incumbem:

1, catalogar, pelo systema de fichas, observadas as convenções internacionaes, os livros e publicações;

2, registrar em livro especial a entrada de todas as publicações na Bibliotheca;

3, organizar e fazer distribuir, semanalmente, ás dependencias do D. A. C. listas das publicações recebidas, com os respectivos summarios;

4, organizar annualmente um mappa de que constem o numero de leitores, as obras consultadas e as que deixaram de ser fornecidas por não existirem, e a relação das obras novas que entrarem na bibliotheca;

5, expedir os publicações do D. A. C., fazendo registro dos destinarios;

6, traduzir ou mandar traduzir as publicações, mediante autorização expressa;

7, manter um serviço de entrega e devolução das publicações, não permittindo que sejam conservadas por mais de dois mezes em poder do consultante;

8, propôr a responsabilidade dos funcionarios que conservarem livros em seu poder por mais de dois mezes.

Art. 6.º Ao Gabinete de Desenhos incurabe:

1, executar todos os desenhos, trabalhos graphicos, projectos, organogramas, confecção de quadros muraes e outros de igual competencia autorizados pelo director.

Art. 7.º A' Portaria compete:

1, cumprir as ordens de serviço que forem dadas pelo director ou chefes de serviço;

2, zelar pela guarda, conservação e asseio da sede do D. A. C.;

3, receber e expedir a correspondencia;

4, attender ás partes, encaminhando-as e prestando-lhes informações a seu alcance.

## CAPITULO II

### ATTRIBUIÇÕES E DEVERES DO PESSOAL

Art. 8.º Ao primeiro assistente compete distribuir e fiscalizar todos os serviços da Secretaria Geral, auxiliado por um segundo assistente do D. A. C., designado pelo director.

Paraphrase unico. Os primeiros officiaes da Secretaria Geral servirão como encarregados de Expediente e Contabilidade, mediante designação do director.

Art. 9.º Aos encarregados de Expediente e Contabilidade compete distribuir e fiscalizar os trabalhos a seu cargo, observadas as determinações do primeiro assistente.

Art. 10.º Aos officiaes e demais funcionarios compete executar os serviços que lhes forem determinados pelos encarregados ou pelo primeiro assistente.

Art. 11. O primeiro assistente poderá assignar a correspondencia com as dependencias do D. A. C.

Art. 12. Ao chefe do Gabinete de Desenhos compete distribuir e executar os trabalhos de sua especialidade que lhe forem commettidos, sendo responsavel pelos mesmos.

Art. 13. Aos demais funcionarios do Gabinete de Desenhos compete executar os serviços distribuidos pelo respectivo chefe.

### CAPITULO III

#### DOS VENCIMENTOS, VANTAGENS, NOMEAÇÕES E DESIGNAÇÕES

Art. 14. As categorias e os vencimentos dos funcionarios da Secretaria Geral e do Gabinete de Desenhos serão os constantes dos quadros annexos ao presente regulamento, approvados pelo decreto n. 24.771, de 14 de julho de 1934.

Art. 15. Os primeiros officiaes designados para servir como encarregados de Expediente e Contabilidade, perceberão, além dos proprios vencimentos, a gratificação mensal de duzentos mil réis (200\$000).

Art. 16. Os cargos de escreventes de 2ª classe, dactylographos e terceiros officiaes serão providos na forma prescripta no art. 170, inciso 2, da Constituição da Republica e de accordo com as instrucções baixadas neste sentido pela autoridade competente.

Art. 17. Os cargos de desenhista e auxiliar de desenhista serão igualmente preenchidos por concurso, de accordo com as instrucções que para esse fim forem organizadas.

Art. 18. O provimento das vagas que occorrerem na Secretaria Geral far-se-á na proporção de 2/3 por merecimento e 1/3 por antiguidade.

Art. 19. Em suas faltas e impedimentos serão substituidos:

O primeiro assistente pelo segundo assistente designado para seu auxiliar na forma do disposto no art. 8º.

Os encarregados de Expediente e Contabilidade pelos segundos officiaes mais antigos e assim successivamente.

Paragrapho unico. Si as faltas ou impedimentos do primeiro assistente se prolongarem por mais de 20 dias ou si resultarem do desempenho de commissão que tenha de se prolongar por maior prazo, a sua substituição na direcção da Secretaria Geral se fará mediante designação do director, dentre os segundos assistentes do Departamento e os encarregados de Expediente e Contabilidade.

Art. 20. Sempre que houver conveniencia para o serviço, o director poderá designar quaesquer funcionarios da Secretaria Geral para servirem, temporariamente, nas Divisões do D. A. C., ou vice-versa.

Art. 21. Aos funcionarios que contrahirem molestias ou soffrerem accidentes no exercicio de seus cargos, serão applicadas as disposições do inciso 6, art. 170, da Constituição da Republica.

Art. 22. O porteiro, continuos, serventes e mensageiros do D. A. C. receberão, gratuitamente, no começo de cada semestre, o respectivo fardamento.

#### CAPITULO IV

DAS AJUDAS DE CUSTO, DO DIREITO A TRANSPORTES E DAS DIARIAS DO PESSOAL DO QUADRO

Art. 23. Os funcionarios designados para commissões fóra da sua sode terão direito a uma ajuda de custo arbitrada pelo ministro, de um a tres mezes de vencimentos, passagens e diarias, de accordo com a tabella organizada pelo director e approvada pelo ministro.

#### CAPITULO V

##### DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 24. Os funcionarios interinos, com mais de 10 annos de serviço publico, antes da vigencia deste regulamento, serão effectivados.

Art. 25. Os funcionarios que, na data da approvação deste regulamento, contarem um anno de exercicio interino, a pleno contento, a juizo do director, serão effectivados no cargo que vierem exercendo, mediante provas de habilitação.

Em 29 de setembro de 1934. — *Marques dos Reis.*

#### Quadro do Pessoal Permanente da Secretaria Geral e do Gabinete de Desenhos do Departamento de Aeronautica Civil do Ministerio da Viação e Obras Publicas.

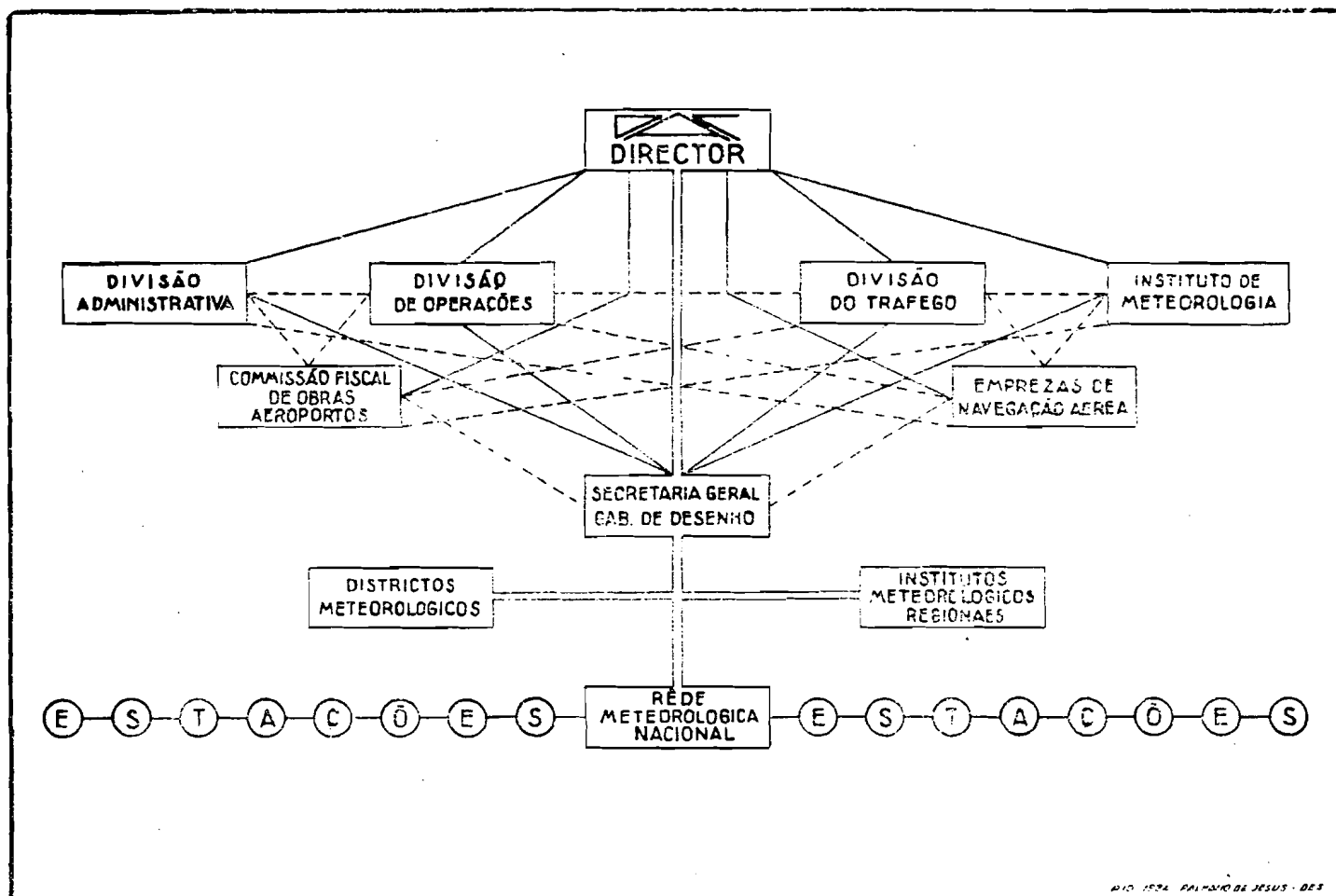
##### *Secretaria Geral*

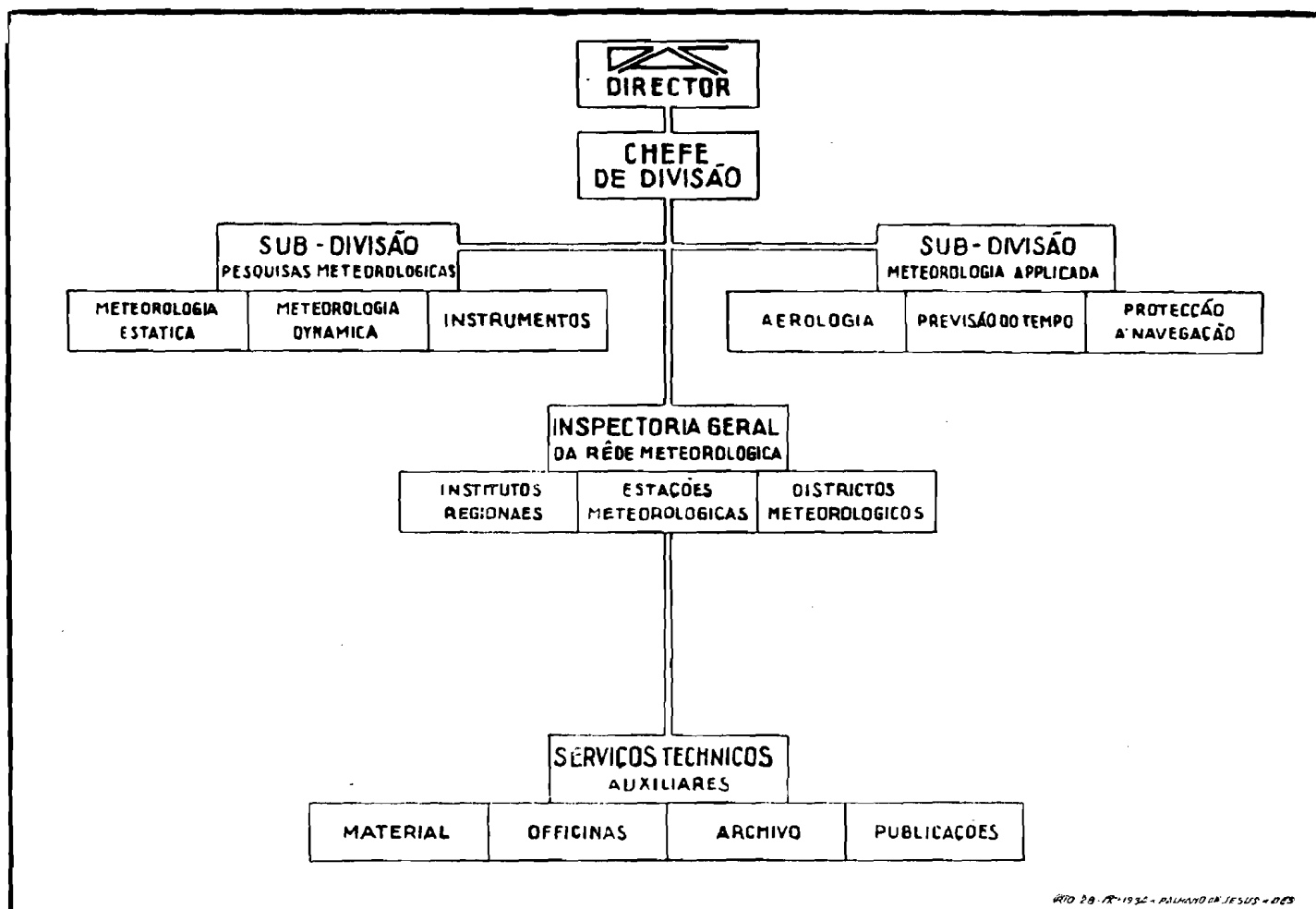
2 primeiros officiaes.....	11:200\$	5:600\$	16:800\$
1 segundo official. ....	8:000\$	4:000\$	12:000\$
1 bibliothecario. . ....	8:000\$	4:000\$	12:000\$
4 terceiros officiaes. ....	6:400\$	3:200\$	9:600\$
1 auxiliar de bibliothecario..	4:800\$	2:400\$	7:200\$
3 escreventes de 1ª classe..	4:800\$	2:400\$	7:200\$
3 dactylographos. . ....	4:800\$	2:400\$	7:200\$
1 porteiro. . ....	5:200\$	2:600\$	7:800\$
10 escreventes de 2ª classe..	3:200\$	1:600\$	4:800\$
6 serventes. . ....	3:200\$	1:600\$	4:800\$
4 mensageiros. . ....	3:200\$	1:600\$	4:800\$
1 encarregado do expediente (gratificação de função). . . . .		2:400\$	2:400\$
1 encarregado de contabilidade (gratificação de função). . . . .		2:400\$	2:400\$

##### *Gabinete de desenhos*

1 desenhista. . ....	9:600\$	4:800\$	14:400\$
1 auxiliar de desenhista...	5:600\$	2:800\$	8:400\$







GRUPO 28 - 1934 - PAULINO DE JESUS - DES



## DECRETO N. 74 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1934

*Concede auxílios no primeiro semestre de 1934 a instituições nos Estados do Pará, Maranhão, Ceará, Piauí, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catharina, Rio Grande do Sul, Minas Geraes e Goyaz*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, na conformidade do disposto no art. 24, do decreto n. 20.351, de 31 de agosto de 1931, conceder os seguintes auxílios, relativos ao primeiro semestre de 1934, a instituições nos Estados do Pará, Maranhão, Ceará, Piauí, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catharina, Rio Grande do Sul, Minas Geraes e Goyaz, abaixo indicadas:

Associação Commercial do Pará (Escola Prática de Commercio), Belém, Pará.....	1:500\$000
Instituto de Protecção e Assisteneia á Infancia, Belém, Pará .....	5:000\$00
Museu Paraense Emilio Goeldi, Belém, Pará..	10:000\$000
Santa Casa de Misericórdia, Belém, Pará....	25:000\$000
Asylo de Mendicidade, São Luiz, Maranhão....	5:000\$000
Asylo Orphanologico Santa Luzia, São Luiz, Maranhão. . . . .	1:500\$000
Associação Oswaldo Cruz (mantenedora do Instituto Pasteur), Fortaleza, Ceará.....	3:000\$000
Santa Casa de Misericórdia, Therezina, Piauí	10:000\$000
Asylo Bom Pastor, Recife, Pernambuco.....	5:000\$000
Associação Mantenedora do Hospital Centenario, Recife, Pernambuco.....	15:000\$000
Escola de Engenharia de Pernambuco, Recife Pernambuco. . . . .	25:000\$000
Liga Pernambucana contra a Mortalidade Infantil, Recife, Pernambuco.....	7:500\$000
Cruz Vermelha Pernambucana (mantenedora da Maternidade do Recife), Recife, Pernambuco. . . . .	20:000\$000
Associação Beneficente (Hospital de Caridade), Riachuelo, Sergipe. . . . .	1:000\$000
Asylo Bom Pastor, Salvador, Bahia.....	5:000\$000
Santa Casa de Misericórdia, Cannavieiras, Bahia. . . . .	1:000\$000
Santa Casa de Misericórdia, Cachoeira, Bahia. . . . .	5:000\$000
Santa Casa de Misericórdia, Nazareth, Bahia	5:000\$000
Posto Medico dos Pobres, Victoria, Espírito Santo. . . . .	2:500\$000

Associação Protectora do Recolhimento de Desvalidos, Petropolis, Rio de Janeiro.....	5:000\$000
Casa de Caridade, Macabé, Rio de Janeiro..	5:000\$000
Casa de Caridade de Cantagallo, Cantagallo, Rio de Janeiro. . . . .	1:500\$000
Escola Domestica e Asylo N. S. do Amparo, Petropolis, Rio de Janeiro.....	3:000\$000
Hospital São Vicente de Paulo, Bom Jesus de Itabapoana, Rio de Janeiro.....	1:000\$000
Lyceu de Artes e Officios, Petropolis, Rio de Janeiro. . . . .	7:500\$000
Santa Casa de Misericordia, Valença, Rio de Janeiro. . . . .	1:500\$000
Asylo de Mendicidade São Vicente de Paulo, Cruzeiro, São Paulo. . . . .	1:000\$000
Asylo de Mendicidade, Limeira, São Paulo..	2:500\$000
Escola de Commercio Antonio Rodrigues Alves, Guaratinguetá, São Paulo.....	5:000\$000
Hospital São Luiz (Santa Casa de Misericordia), Araras, São Paulo.....	1:500\$000
Irmadade de Misericordia, Taubaté, São Paulo. . . . .	5:000\$000
Orphanato Santista, Santos, São Paulo.....	6:000\$000
Santa Casa de Misericordia, Pirassinunga, São Paulo. . . . .	1:500\$000
Santa Casa de Misericordia, Casa Branca, São Paulo. . . . .	1:000\$000
Santa Casa de Misericordia, Barretos, São Paulo. . . . .	5:000\$000
Santa Casa de Misericordia, Queluz, São Paulo	2:500\$000
Faculdade de Engenharia do Paraná, Curitiba, Paraná. . . . .	25:000\$000
Asylo de Orphãs São Vicente de Paulo, Florianopolis, Santa Catharina.....	5:000\$000
Asylo de Orphãs São Benedicto, Pêlofas, Rio Grande do Sul. . . . .	5:000\$000
Crèche Menino Jesus, Bello Horizonte, Minas Geraes. . . . .	3:000\$000
Escola de Architectura, Bello Horizonte, Minas Geraes . . . . .	500\$000
Hospital São João Baptista, Rio Branco, Minas Geraes. . . . .	2:500\$000
Irmadade Nossa Senhora da Saude, Diamantina, Minas Geraes.....	1:500\$000
Maternidade Therezinha de Jesus, Juiz de Fora, Minas Geraes.....	1:000\$000
Orphanato N. S. do Carmo, Carmo do Rio Claro, Minas Geraes. . . . .	1:500\$000
Orphanato Santo Eduardo, Uberaba, Minas Geraes. . . . .	1:500\$000
Orphanato Santo Antonio, Curvello, Minas Geraes. . . . .	1:500\$000

Santa Casa de Misericórdia, Serro, Minas Geraes. . . . .	1:500\$000
Santa Casa de Misericórdia, Rio Preto, Minas Geraes. . . . .	1:000\$000
Hospital de Caridade, Goyaz.....	3:000\$000
Total.....	262:000\$000

Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1934, 114° da Independência e 46° da República.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

#### DECRETO N. 75 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1934

*Concede auxílios no 1º semestre de 1934 a varias instituições no Districto Federal*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, na conformidade do disposto no art. 24 do decreto n. 20.351, de 31 de agosto de 1934, conceder os seguintes auxílios, relativos ao 1º semestre de 1934, a instituições no Districto Federal, abaixo indicadas, correndo a despesa por conta da sub-consignação n. 1, da verba 18ª — Subvenções — art. 5º do decreto n. 24.167, de 25 de abril de 1934

Academia Nacional de Commercio.....	2:500\$000
Associação Charitas Social.....	10:000\$000
Associação "Pró Matre".....	15:000\$000
Associação Feminina Beneficente e Instructiva do Rio de Janeiro.....	1:500\$000
Casa da Creança.....	3:000\$000
Escola Moderna de Commercio.....	6:000\$000
Instituto São Francisco de Salles.....	10:000\$000
Instituto Protector dos Pobres e Creanças.....	3:000\$000
Orphanato São José.....	6:000\$000
Sodalieio da Sacra Familia.....	10:000\$000
Total.....	67:000\$000

Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1934, 114° da Independência e 46° da República.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

## DECRETO N. 76 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1934

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte da Guatemala, da Convenção da União Postal das Americas e Hespanha e do Accôrdo sobre Encommendas Postaes e Vales Postaes, firmados em Madrid, em 1931*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito, com data de 28 de julho ultimo, do instrumento de ratificação, por parte da Guatemala, da Convenção da União Postal das Americas e Hespanha e do Accôrdo sobre Encommendas Postaes e Vales Postaes, assignados em Madrid a 10 de novembro de 1931, conforme comunicação feita pela Embaixada da Hespanha ao Ministerio das Relações Exteriores.

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1934, 113° da Independência e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

## DECRETO N. 77 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1934

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte da Colombia, da Convenção da União Postal das Americas e Hespanha e do Accôrdo sobre Encommendas Postaes e Vales Postaes, firmados em Madrid, em 1931*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito, com data de 27 de julho ultimo, do instrumento de ratificação, por parte da Colombia, da Convenção da União Postal das Americas e Hespanha e do Accôrdo sobre Encommendas Postaes e Vales Postaes, assignados em Madrid a 10 de novembro de 1931, conforme comunicação feita pela Embaixada da Hespanha ao Ministerio das Relações Exteriores.

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1934, 113° da Independência e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

## DECRETO N. 78 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1934

*Faz publica a adesão do Estado livre da Irlanda á Convenção Internacional para a suppressão do trafico de mulheres e creanças, firmada em Genebra em 1921*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adesão do Estado livre da Irlanda á Convenção Internacional para a suppressão do trafico de mulheres e creanças, assignada em Genebra a 30 de setembro de 1921, havendo essa adhesão sido registrada, pelo Secretariado da Sociedade das Nações, a 18 de maio ultimo, conforme comunicação feita pelo referido Secretariado ao Ministerio das Relações Exteriores.

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

## DECRETO N. 79 — DE 3 DE OUTUBRO DE 1934

*Concede á Companhia de Seguros "Victoria", com sede nesta cidade do Rio de Janeiro, autorização para funcionar na Republica e approva os seus estatutos*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Companhia de Seguros "Victoria", com sede nesta cidade do Rio de Janeiro, resolve conceder-lhe autorização, nos termos do regulamento approvedo pelo decreto n. 21.828, de 14 de setembro de 1932, para funcionar na Republica, em operações de seguros e re-seguros, comprehendidos no grupo A, a que se refere o artigo 2° do citado regulamento e, bem assim, approvar os seus estatutos, mediante as seguintes condições:

I — O capital de responsabilidade da Companhia para as suas operações é de 1.000:000\$000 (mil contos de réis), com a realização constante do art. 4° dos seus estatutos.

II — A Companhia fará, no Thesouro Nacional, na forma legal, o deposito de 200:000\$000 (duzentos contos de réis) para garantia inicial das suas operações.

III — A Companhia ficará integralmente sujeita ás leis e regulamentos vigentes ou que vierem a vigorar sobre o objecto de suas operações.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães.*

---



## DECRETO N. 80 — DE 3 DE OUTUBRO DE 1934

*Approva as alterações introduzidas nos estatutos da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres "União Fluminense" pelas assembleas geraes extraordinarias dos seus accionistas a 11 e 26 de dezembro de 1932, inclusive o augmento do seu capital*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres "União Fluminense", com séde na cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro, autorizada a funcionar pelo decreto n. 10.167, de 9 de abril de 1913, e carta-patente n. 69, de 2 de maio de 1913, resolve approvar as alterações introduzidas nos respectivos estatutos pelas assembleas geraes extraordinarias dos seus accionistas, realizadas a 11 e 26 de dezembro de 1932, inclusive o augmento do seu capital, de 600:000\$000 (seiscentos contos de réis), para 1.000:000\$000 (mil contos de réis), continuando a mesma Companhia integralmente sujeita ás leis e regulamentos vigentes ou que vierem a vigorar sobre o objecto de sua autorização.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

---

## DECRETO N. 81 — DE 3 DE OUTUBRO DE 1934

*Approva a reforma dos estatutos do Centro Beneficente Civil e Militar*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu o Centro Beneficente Civil e Militar, com séde no Districto Federal, resolve approvar a reforma de seus estatutos feita em assemblea geral extraordinaria, realizada a 12 de abril do corrente anno, conforme acta publicada no *Diario Official* de 23 do mesmo mez.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

---

## DECRETO N. 82 — DE 3 DE OUTUBRO DE 1934

*Supprime um lugar de ajudante de Porteiro do Hospital Central do Exercito, presentemente vago*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo em vista o disposto no decreto n. 19.781, de 20 de março de 1931, resolve supprimir, no quadro do pessoal civil do Hospital Central do Exercito, um lugar de ajudante de porteiro, presentemente vago.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

P. Góes Monteiro.

## DECRETO N. 83 — NÃO FOI PUBLICADO

## DECRETO N. 84 — DE 8 DE OUTUBRO DE 1934

*Concede auxilios no 1° semestre de 1934 a instituições nos Estados de Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro, S. Paulo, Minas Geraes e Matto Grosso*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, na conformidade do disposto no art. 24 do decreto n. 20.351, de 31 de agosto de 1931, conceder os seguintes auxilios, relativos ao 1° semestre de 1934, a instituições nos Estados de Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro, S. Paulo, Minas Geraes e Matto Grosso, abaixo indicadas, correndo a despesa por conta da sub-consignação n. 4, da verba 18° — Subvenções — art. 5° do decreto n. 24.167, de 25 de abril de 1934.

Asylo Bom Pastor, Maceió — Alagoas.....	1:500\$000
Asylo N. S. de Lourdes, Feira de Sant'Anna — Bahia. . . . .	5:000\$000
Escola Commercial da Bahia, Salvador — Bahia. . . . .	5:000\$000
Irmadade da Santa Casa de Misericordia, Itabuna. . . . .	1:000\$000
Lycceu Salesiano do Salvador, Salvador — Bahia. . . . .	10:000\$000
Asylo da Divina Providencia, Niecheroy — Rio de Janeiro. . . . .	2:500\$000
Santa Casa de Misericordia, Nova Friburgo — Rio de Janeiro.....	6:000\$000
Sociedade Protectora do Asylo de Mendigos, Taubaté — S. Paulo.....	2:500\$000
Asylo Padre Euclides, Ribeirão Preto — São Paulo. . . . .	1:000\$000

Grêche Baronesa de Limeira, S. Paulo.....	5:000\$000
Centro de Assistencia Social Braz-Moóca, São Paulo. . . . .	1:500\$000
Irmandade da Santa Casa de Misericordia, Santos. . . . .	15:000\$000
Orphanato Santa Veronica, Taubaté — São Paulo. . . . .	5:000\$000
Santa Casa de Misericordia, Faxina — São Paulo. . . . .	1:000\$000
Sociedade Amigo dos Pobres, S. Paulo.....	2:500\$000
Sociedade Amiga da Instrução Popular, Santos — S. Paulo.....	2:000\$000
Santa Casa de Misericordia, Lins — São Paulo. . . . .	1:000\$000
Santa Casa de Misericordia, Areias — São Paulo. . . . .	1:500\$000
Asylo Bom Pastor, Bello Horizonte — Minas Geraes. . . . .	2:500\$000
Casa de Caridade Nossa Senhora das Mercês, Montes Claros — Minas Geraes.....	3:000\$000
Santa Casa de Caridade, Arassuahy — Minas Geraes. . . . .	1:500\$000
Conferencia Vicentina de Nossa Senhora da Saude, Poços de Caldas — Minas Geraes. . . . .	1:500\$000
Escola de Electricidade e Radiotelegraphia, Bello Horizonte — Minas Geraes.....	2:500\$000
Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinaria de Bello Horizonte — Minas Geraes. . . . .	5:000\$000
Hospital S. Vicente de Paulo, Antonio Dias — Minas Geraes. . . . .	1:500\$000
Hospital S. Vicente de Paulo (Casa de Caridade), Ubá — Minas Geraes.....	2:500\$000
Hospital Cassiano Campolina, Entre Rios — Minas Geraes. . . . .	1:000\$000
Santa Casa de Misericordia, Poços de Caldas — Minas Geraes. . . . .	2:500\$000
Santa Casa de Misericordia, Campanha — Minas Geraes. . . . .	1:500\$000
Collegio Santa Thereza, Corumbá — Matto Grosso. . . . .	7:500\$000
Prelazia de Guajará Mirim, Guajará Mirim — Matto Grosso. . . . .	5:000\$000
Sociedade Beneficente da Santa Casa de Misericordia, Cuyabá — Matto Grosso.....	5:000\$000
Total. . . . .	111:500\$000

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1934, 114° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

## DECRETO N. 85 — DE 8 DE OUTUBRO DE 1934

*Concede o auxílio de 108:000\$000 ao Estado do Paraná, para o serviço de nacionalização do ensino, no 2º semestre deste anno*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, na conformidade do art. 1º do decreto n. 13.014, de 4 de maio de 1918, combinado com o de n. 22, do decreto n. 20.351, de 31 de agosto de 1931:

Artigo unico. Fica concedido ao Estado do Paraná o auxílio na importancia de cento e oito contos de réis (108:000\$000), correspondente á quota que lhe compete para a manutenção do serviço de nacionalização do ensino, no segundo semestre deste anno, correndo a despeza por conta da sub-consignação n. 1 da verba 18ª — Subvenções — art. 5º do decreto numero 24.167, de 25 de abril findo, e revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

## DECRETO N. 86 — DE 8 DE OUTUBRO 1934

*Concede a inspecção preliminar ao Instituto de Musica da Bahia*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das atribuições que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição:

Attendendo a que o ministro da Educação e Saude Publica, por indicação do Conselho Nacional de Educação, considerou satisfeitas pelo Instituto de Musica da Bahia as exigencias contidas no decreto n. 23.546, de 5 de dezembro de 1933; e

Consideranda o disposto no art. 11 do referido decreto;

Decreta:

Art. 1.º Ficam concedidas as prerogativas da inspecção preliminar, pelo prazo de dois annos, ao Instituto de Musica da Bahia.

Art. 2.º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

## DECRETO N. 87 — DE 10 DE OUTUBRO DE 1934

*Decreta lucto nacional por tres dias, pelo fallecimento de Sua Magestade o Rei Alexandre I, da Yugo-Slavia, e de S. Ex. o Sr. Louis Barthou, ministro dos Negocios Estrangeiros da França.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil: Considerando que foi officialmente communicado o attentado occorrido hontem em Marselha e que victimou S. M. o Rei Alexandre I da Yugo-Slavia, e S. Ex. o Sr. Louis Barthou, ministro dos Negocios Estrangeiros da França;

Considerando que esse tragico acontecimento echoou dolorosamente em todo o mundo civilizado;

Considerando que o Brasil, pelas suas relações de amizade com as nobres nações enlutadas, tem o dever de demonstrar-lhes a sua solidariedade:

Resolve decretar lucto nacional por tres dias, e que lhes sejam tributadas as honras funebres competentes, transmittindo-se, telegraphicamente, o texto do presente decreto aos Srs. Interventores Federaes nos Estados e Districto Federal.

Rio de Janeiro, em 10 de outubro de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Ráo.

José Carlos de Macedo Soares.

## DECRETO N. 88 — DE 10 DE OUTUBRO DE 1934

*Cassa a autorização concedida á sociedade anonyma Reliance Marine Insurance Company, Limited para funcconar na Republica*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo a que a sociedade anonyma Reliance Marine Insurance Company, Limited, com séde em Liverpool, Inglaterra, autorizada a funcconar na Republica, pelo decreto n. 17.871, de 3 de agosto de 1927, e carta-patente n. 213, de 9 de setembro do mesmo anno, em seguros e resseguros terrestres e maritimos, decidiu cessar as suas operações no Brasil, entrando em liquidação, conforme deliberação tomada pela respectiva directoria em reunião realizada a 22 de setembro de 1933, resolve cassar a autorização concedida á mesma sociedade pelo decreto e carta-patente supracitados.

Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

## DECRETO N. 89 — DE 10 DE OUTUBRO DE 1934

*Concede á sociedade anonyma Italcable Compagnia Italiana dei Cavi Telegrafici Sottomarini autorização para continuar a funcionar na Republica*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a sociedade anonyma Italcable Compagnia Italiana dei Cavi Telegrafici Sottomarini, com séde em Roma, Italia, autorizada a funcionar na Republica pelos decretos ns. 16.626, de 1 de outubro de 1924; 19.622, de 23 de janeiro, e 20.426, de 21 de setembro de 1931, e 21.945, de 12 de outubro de 1932, decreta:

Artigo unico. E' concedida á sociedade anonyma Italcable Compagnia Italiana dei Cavi Telegrafici Sottomarini autorização para continuar a funcionar na Republica, com as alterações introduzidas nos respectivos estatutos em virtude de resolução adoptada por seus accionistas na assembléa geral realizada a 30 de abril de 1934, mediante as clausulas que acompanham o decreto n. 19.622, de 23 de janeiro de 1931, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir todas as leis e regulamentos em vigor.

Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1934, 113° da Independência e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães.*

## DECRETO N. 90 — DE 10 DE OUTUBRO DE 1934

*Proroga por cento e vinte dias o prazo de que trata o art. 2° do decreto n. 24.678, de 12 de julho de 1934*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Attendendo a que, pelo art. 2° do decreto n. 24.678, de 12 de julho ultimo, ficou marcado o prazo de 60 dias, dentro do qual a Associação Brasileira de Imprensa deveria apresentar ao Governo a planta do predio a construir para sua séde e o respectivo orçamento ajustado ao valor do auxilio concedido á mesma Associação;

Attendendo, porém, a que a associação beneficiada pelo citado decreto pleiteou a prorrogação daquelle prazo afim de organizar, do modo que mais convenha aos seus interesses, a planta que deverá submeter á apreciação do Governo;

Attendendo, ainda, a que o prazo fixado no decreto numero 24.678 não é peremptorio ou fatal, cuja decorrença possa extinguir automaticamente o beneficio concedido se não fór cumprida a exigencia feita: mas sim o de verificar se o orçamento organizado se ajusta á importancia da subvenção.

Decreta:

Artigo unico. Fica prorogado por cento e vinte dias o prazo de que trata o art. 2.º do decreto n. 24.678, de 12 de julho deste anno; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1934, 113.º da Independencia e 46.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

---

DECRETO N. 91 — DE 10 DE OUTUBRO DE 1934

*Approva o capital de responsabilidade de 2.000:000\$000, declarado pela sociedade anonyma "L'Union" Compagnie d'Assurances contre l'Incendie, les Accidents et Risques Divers para as suas operações no Brasil*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a sociedade anonyma "L'Union" Compagnie d'Assurances contre l'Incendie, les Accidents et Risques Divers, com sede em Paris, França, autorizada, sob a denominação de Companhia de seguros contra fogo "L'Union", a funcionar no Brasil, pelo decreto n. 2.784, de 4 de janeiro de 1898, resolve approvar o seu capital de responsabilidade de 2.000:000\$000 (dous mil contos de réis), para garantia das suas operações na Republica, ficando a mesma sociedade autorizada a operar nos seguros e resseguros comprehendidos no grupo A, estabelecido pelo art. 2.º do regulamento approvado pelo decreto n. 21.828, de 14 de setembro de 1932, e sujeita integralmente ás leis e regulamentos vigentes, ou que vierem a vigorar, sobre o objecto da sua autorização.

Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1934, 113.º da Independencia e 46.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

---

DECRETO N. 92 — DE 12 DE OUTUBRO DE 1934

*Approva projecto e orçamento para a installação de uma nova balança de pesar carros na estação de Cruz Alta, situada no km. 161,227 da linha de Santa Maria a Marcellino Ramos, da Viação Férrea do Rio Grande do Sul*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que solicitou o Estado do Rio Grande do Sul e de accôrdo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados o projecto e orçamento, na importancia de trinta e nove contos, cento e trinta e seta mil novecentos e trinta e tres réis (39:137\$933), os quaes com

---

este baixam rubricados pelo director geral do Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, para a installação de uma nova balança de pesar carros na estação de Cruz Alta, situada no km. 161,227 — da linha de Santa Maria a Marcellino Ramos, da Viação Ferrea do Rio Grande do Sul.

§ 1.º De conformidade com o disposto nas clausulas IV alinea p do contracto de arrendamento approvedo pelo decreto n. 15.438, de 10 de abril de 1922, e I e II item 2º do termo que o modificou em face do decreto n. 18.551, de 31 de dezembro de 1928, será inscripta na conta do "fundo de melhoramentos" de que trata a citada clausula I, a despesa que for realmente effectuada e apurada em regular tomada de contas, até o maximo do orçamento approvedo.

§ 2.º Fica estabelecido para a conclusão da referida installação o prazo de tres mezes, a contar da data em que a Viação Ferrea fôr notificada deste decreto.

Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

#### DECRETO N. 93 — DE 15 DE OUTUBRO DE 1934

##### *Approva o Regulamento do Estado-Maior do Exercito em tempo de paz*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da attribuição que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição, e á vista do disposto no decreto n. 23.976, de 8 de março ultimo, resolve approvar o Regulamento do Estado-Maior do Exercito, em tempo de paz, que com este baixa, assignado pelo general de divisão Pedro Aurelio de Góes Monteiro, ministro de Estado da Guerra.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*P. Góes Monteiro.*

---

### **Regulamento do Estado-Maior do Exercito**

#### **EM TEMPO DE PAZ**

#### **CAPITULO I**

#### **COMPETENCIA**

Art. 1.º O Estado-Maior do Exercito é o orgão encarregado do preparo dos elementos necessarios ao trabalho do seu



**Chefe no concernente á preparação technica de guerra nos seus aspectos terrestres e aereos e de defesa de costa.**

**Art. 2.º Ao Estado-Maior do Exercito compete:**

a) proporcionar os elementos necessarios ao estabelecimento do plano de guerra e elaborar os planos que interessam ás operações nos diversos theatros;

b) estudar a organização do Exercito e propor as modificações julgadas convenientes;

c) estudar e preparar a organização de defesa do territorio nacional;

d) orientar e fiscalizar a instrucção do Exercito e reservas:

1 — tendo em vista a fiel observancia dos principios que servem de base á instrucção da tropa e dos serviços, orientando a acção dos commandos subordinados;

2 — organizando manobras de tropas ou de quadros com elementos de mais de uma região ou para fins especiaes que escapam á alçada dos commandos regionaes;

3 — superintendendo directamente o ensino nos diversos estabelecimentos de instrucção do Exercito e órgãos de preparação de reservistas;

e) elaborar e actualizar os regulamentos, as instrucções e outros documentos necessarios ao Exercito, de modo a assegurar completa unidade de doutrina e perfeita disciplina intellectual;

f) estabelecer as characteristics tacticas que deve possuir o material bellico, superintender o estudo e as experiencias respectivas, determinar a quantidade e a ordem de urgencia de sua acquisição, indicar as modificações nos programmas de acquisição que estiverem sendo executados;

g) ministrar ao Departamento do Pessoal do Exercito, Departamento de Administração Geral do Exercito e Departamento Technico do Material de Guerra, os elementos necessarios á acção destes, na forma determinada na Lei de Organização Geral do Ministerio da Guerra;

h) fornecer ao Conselho de Segurança Nacional (C. S. N.) e ao Conselho Superior de Guerra (C. S. G.) as informações por este solicitadas e preparar os documentos decorrentes das decisões providas desses órgãos no referente á esphera de acção do Exercito.

**Art. 3.º O Estado-Maior do Exercito age não só pela documentação que elabora, como pela acção pessoal de seus membros e a dos Estados-Maiores subordinados, de accôrdo com as decisões de seu Chefe.**

## CAPITULO II

### DA ORGANIZAÇÃO

**Art. 4.º O Estado-Maior do Exercito comprehende:**

a) a Chefia;

b) o Gabinete;

c) duas sub-chefias, cada uma com duas secções (1ª e 4ª);

d) uma secção (5ª), directamente subordinada á Chefia;  
 e) os Serviços Auxiliares: Imprensa do Estado-Maior do Exercito, Gabinete Photocartographico do Estado-Maior do Exercito, Almoxarifado-Pagadoria e Portaria.

Art. 5.º A Chefia do Estado-Maior do Exercito é exercida por um general de divisão, ao qual incumbe a responsabilidade pelo cabal desempenho do commettido a este orgão no art. 2.º do presente regulamento.

Art. 6.º Gabinete.

Ao Gabinete compete:

a) auxiliar o Chefe na administração interna do Estado-Maior do Exercito;

b) receber e expedir a correspondencia;

c) manter em dia o protocollo geral;

d) elaborar a correspondencia que não competir ás secções;

e) dirigir os assumptos relativos ao serviço corrente, em relação aos officiaes, sargentos e empregados civis do Estado-Maior do Exercito;

f) organizar e publicar o Boletim Interno do Estado-Maior do Exercito;

g) ter a guarda, distribuição e escripturação dos documentos impressos designados pelo chefe do Estado-Maior do Exercito;

h) encarregar-se das relações administrativas com o Serviço Geographico do Exercito;

i) superintender os Serviços Auxiliares do Estado-Maior do Exercito;

j) organizar mensalmente e remetter ao Departamento do Pessoal do Exercito até o dia 10 de cada mez, o mappa geral de effectivos de pessoal e solipedes do Estado-Maior do Exercito e dos elementos delle dependentes directamente (Serviços Auxiliares do Estado-Maior do Exercito, Serviço Geographico do Exercito, Escolas, Unidades-Escolas, etc.);

k) a guarda dos regulamentos, instrucções e impressos de caracter reservado, secreto ou confidencial cabendo-lhe expedil-os e recolhel-os, mantendo, para isso, os competentes registros.

Art. 7.º Sub-Chefias.

Para auxiliar o chefe do Estado-Maior do Exercito ha dois sub-chefes do Estado-Maior do Exercito, generaes de sua inteira confiança, immediatamente responsaveis pelo exacto cumprimento de suas ordens e instrucções.

Art. 8.º A 1ª Sub-Chefia — *Informações, operações e instrução* — comprehende duas secções: a 2ª e a 3ª.

§ 1.º A 2ª Secção — *Informações* — occupa-se, especialmente, do Serviço de Informações e tambem das ligações com o Ministerio das Relações Exteriores.

Divide-se em duas sub-secções:

1ª Sub-Secção:

— Questões relativas aos paizes americanos, principalmente do ponto de vista de sua organização para a guerra;

- Estudo de theatros exteriores de operações;
- Relações com as missões militares dos paizes americanos e missões militares brasileiras acreditadas junto aos governos desses paizes.

#### 2ª Sub-Secção:

- Estudo da organização dos exercitos europeus e asiaticos e das industrias de applicação militar nesses continentes;
- Liga das Nações e organização analogas;
- Relações com as missões militares dos paizes desses continentes; officiaes brasileiros e missões militares nesses paizes;
- Serviço cryptotechnico.

§ 2.º A 3ª Secção — *Operações e Instrucção* — encarrega-se dos planos de operações, da instrucção no Exercito e suas reservas e das ligações com a Marinha.

Divide-se em tres sub-seccões:

#### 1ª Sub-Secção:

- Planos de operações, estudo de theatros de operações interiores, determinação da estrutura geral das forças; viagens de Estado-Maior.

#### 2ª Sub-Secção:

- Instrucção da tropa, dos quadros e dos estados-maiores; regulamentos de instrucção e emprego tactico; projectos de grandes manobras.

#### 3ª Sub-Secção:

- Escolas e outros órgãos de ensino.

Art. 9.º A 2ª Sub-Chefia — *Organização, mobilização, recrutamento, transportes, estatistica e aprovisionamentos em campanha* — comprehende duas secções: a 1ª e a 4ª.

§ 1.º A 1ª Secção — *Organização, mobilização, recrutamento* — encarrega-se tambem das ligações com os Ministerios da Justiça e Negocios Interiores, do Trabalho, Industria e Commercio e da Agricultura.

Divide-se em tres sub-seccões:

#### 1ª Sub-Secção:

- Planos de mobilização.

#### 2ª Sub-Secção:

- Organização e composição dos effectivos de paz e de guerra; assumptos de recrutamento; centralização das questões sobre pessoal; forças policiaes; questões de principio ou de doutrina sobre disciplina e administração do Exercito e relações com o Departamento do Pessoal do Exercito.

#### 3ª Sub-Secção:

- Organização, no que se refere ao material e a animaes; fixação das quantidades necessarias, determinação das existencias; relações com o Departamento Technico do Material de Guerra e Directoria do Serviço sobre questões de material; constituição dos aprovisionamento em material de toda a especie (armamento, fardamento, equipamento e outros); modo

de realização (fabricação, compra, requisição); requisições; orçamento.

§ 12.º A 4.ª Secção — *Transportes, estatísticas e aprovisionamentos em campanha* — encarrega-se ainda das relações com o Ministerio da Viação e Obras Publicas.

Divide-se em tres sub-secções:

1.ª Sub-Secção:

— Transportes, preparação dos transportes estrategicos, ferroviarios, rodoviarios, fluviaes, aereos e maritimos, estes ultimos em ligação com a Marinha; melhoramentos das vias de comunicação, projectos de novas linhas.

2.ª Sub-Secção:

— *Estatistica militar*: estatistica dos recursos do paiz utilizaveis pelo Exercito em tempo de guerra.

3.ª Sub-Secção:

— Aprovisionamento dos exercitos em campanha; questões relativas á organização dos órgãos de transporte; questões de mobilização economica.

Art. 10. 5.ª Secção.

A 5.ª Secção — *Historia, Geographia e Cartographia Militar* — divide-se em duas sub-secções:

1.ª Sub-Secção:

— *Historia*: historia militar do Brasil e das campanhas sul-americanas e de outros continentes, de real interesse para o Exercito; publicação desses estudos.

Mantém sob a sua guarda um archivo historico. Dirige a bibliotheca do Estado-Maior do Exercito e trata dos assumptos relativos ás bibliothecas militares.

2.ª Sub-Secção:

— *Geographia e cartographia militar*; conservação do material cartographico concernente á historia militar; geographia militar das regiões fronteiriças; cartas geographicas e topographicas de interesse militar; relações technicas com o Serviço Geographico do Exercito. Dirige a mappotheca e os trabalhos de desenho cartographico.

Paragrapho unico. Compete ao chefe da 5.ª Secção a direcção da "Revista Militar Brasileira". Essa revista reger-se-á de accôrdo com instrucções especiaes.

Art. 11. Cada Secção terá sob a sua guarda os originaes dos regulamentos, instrucções e impressos de character reservado, que lhes correspondam.

Paragrapho unico. Outrosim, o Gabinete e as Secções poderão manter pequenas bibliothecas e mappothecas, a cargo de officiaes.

Art. 12. Serviços Auxiliares.

Os Serviços Auxiliares reger-se-ão de accôrdo com os regulamentos que lhes correspondem, e conforme ordens emanadas da Chefia.

## CAPITULO III

## DAS ATTRIBUIÇÕES DO PESSOAL

Art. 13. Compete ao chefe do Estado-Maior do Exército:

a) informar-se, junto ao Governo da Republica, da situação do paiz, no que ella possa interessar á segurança nacional;

b) propor ao Governo a organização militar (terrestre e aerea) e a repartição das forças pelo territorio do paiz;

c) propor todas as medidas convenientes aos interesses da defesa nacional, embora não indicadas neste regulamento, aconselhadas pela experiencia da guerra ou pelos progressos da industria;

d) determinar os elementos essenciaes relativos aos planos que o Estado-Maior deve organizar e providenciar para o preparo da respectiva execução;

e) organizar e dirigir a instrucção do Estado-Maior do Exército em conjunto e designar os sub-chefes e chefes de Secção para incumbencias partidarias nesse assumpto;

f) dirigir as manobras e viagens de estado-maior realizadas pelo Estado-Maior do Exército e as em que tomarem parte tropas de mais de uma Região Militar, podendo, neste caso, designar um dos inspectores de Grupo de Regiões para dirigir-as;

g) inspecção ou mandar inspecção a instrucção da tropa e dos serviços e o funcionamento dos diversos órgãos de ensino;

h) examinar e approvar os programmas de ensino das Escolas e Collegios Militares e inspecção ou mandar inspecção os;

i) providenciar para que entre os officiaes generaes se mantenha a necessaria unidade de doutrina;

j) propor a nomeação dos officiaes generaes para exercer commandos em tempo de paz e em campanha e os que devem fazer parte do Conselho Superior de Guerra;

k) orientar e coordenar os trabalhos dos sub-chefes, da 5ª Secção e dos serviços auxiliares do Estado-Maior do Exército;

l) distribuir pelos estados-maiores os officiaes nomeados para exercer funcção de estado-maior, propor a inclusão e a exclusão dos officiaes no quadro de officiaes de estado-maior, propor os addidos militares, conforme estabelece o Regulamento do Quadro de Officiaes de Estado-Maior;

m) requisitar officiaes que não pertençam ao Serviço de Estado-Maior, afim de exercerem commissões e executarem trabalhos que exijam sua competencia especial e propor a designação de officiaes para auxiliar o serviço nos estados-maiores regionaes;

n) impulsionar continuamente a instrucção dos officiaes do Quadro de Estado-Maior, de accôrdo com o respectivo regulamento;

---

o) corresponder-se, directamente, sobre todos os assumptos que interessassem ao Estado-Maior do Exército com as autoridades civis e militares, federaes, estaduais e municipaes, quando não for exigida a intervenção do Ministro da Guerra;

p) dispor, como entender conveniente aos serviços do Estado-Maior e de defesa nacional, das verbas secretas que lhes forem attribuidas;

q) apresentar ao Ministro da Guerra até 20 de fevereiro de cada anno, relatório sobre os trabalhos do Estado-Maior no anno anterior.

§ 1.º As decisões tomadas pelo Chefe do Estado-Maior do Exército são sempre traduzidas por escripto e de proprio punho assignadas quando se refiram a questões importantes (mobilização, operações e instrução do Exército).

§ 2.º O Chefe do Estado-Maior do Exército poderá attribuir aos Sub-Chefes autoridade bastante para decidirem sobre assumptos de serviço corrente, desde que não envolvam questões de doutrina ainda não firmada, nem se dirijam a autoridade superior a estes.

Art. 14. Os Sub-Chefes terão, no ambito das instruções e ordens do Chefe, a mais completa iniciativa na escolha e preparação dos meios conducentes a assegurar a boa marcha dos serviços que lhes são confiados.

Compete-lhes:

a) coadjuvar o Chefe no exercicio de suas funções, despachando com elle os assumptos que dependam de sua solução e decidindo sobre os que lhes forem attribuidos de accordo com o § 2º do art. 13;

b) orientar os chefes de Secção sobre os respectivos trabalhos, coordenar-os e fiscalizar a sua execução;

c) apresentar ao chefe, com o seu parecer, os trabalhos das Secções;

d) entregar ao Chefe, semestralmente, uma resenha dos trabalhos feitos, emitindo sua opinião acerca do funcionamento de cada Secção e o seu juizo sobre os officiaes que ali servem; levando para isso, na devida conta, as informações que a respeito lhes prestarem os chefes de Secção;

e) propor ao Chefe a distribuição e o revezamento do pessoal das Secções;

f) apresentar ao Chefe, até 20 de janeiro, um relatório dos trabalhos e estudos feitos pelas Secções no anno anterior, formulando as observações que julgar necessarias para o melhor rendimento dos futuros trabalhos.

Art. 15. Aos Chefes de Secção compete:

a) responder, perante os Sub-Chefes (perante o Chefe do Estado-Maior do Exército, o da 5ª Secção), pelo regular funcionamento dos serviços em suas respectivas Secções;

b) distribuir o serviço pelas sub-secções, tanto o que lhes competir por este regulamento, como qualquer outro attribuido á secção;

c) apresentar, semestralmente, aos respectivos sub-chefes, a resenha dos trabalhos feitos na secção, com seu juizo acerca da capacidade profissional de cada official, levando na devida conta as informações dos chefes de sub-secção;

d) apresentar ao sub-chefe respectivo (ao chefe do Estado-Maior do Exercito, o da 5ª secção), até 10 de janeiro, um relatório dos trabalhos feitos pela secção no anno anterior.

Paragrapho unico. Os chefes de secção ou Gabinete pódem entender-se directamente entre si e dirigir-se a outras autoridades, no que se refere ao estudo e preparo das questões a serem submittidas aos sub-chefes ou decisão do chefe do Estado-Maior do Exercito, bem como sobre a execução de questões já decididas, desde que não se trate de casos ou modalidades susceptíveis de interpretação nova.

Art. 16. Os chefes de sub-secção e os adjunctos regem-se conforme as regras geraes estabelecidas neste regulamento e ordens e instrucções que receberem dos chefes de secção e de sub-secção, respectivamente.

Art. 17. Cumpre ao chefe do Gabinete:

a) distribuir e fiscalizar os trabalhos que competem ao Gabinete;

b) redigir os documentos que o chefe do Estado-Maior do Exercito determinar;

c) receber os trabalhos que lhe fôrem enviados pelas sub-chefias, bem como os provenientes da 5ª secção e dos Serviços Auxiliares e apresental-os á consideração do chefe;

d) fiscalizar o protocollo dos documentos que entrarem e sahirem do Estado-Maior do Exercito;

e) apresentar directamente á assignatura do chefe do Estado-Maior do Exercito o expediente organizado;

f) subscrever as certidões passadas por ordem do chefe, conferir e authenticar as cópias que elle mandar extrahir;

g) ter a seu cargo a guarda dos impressos ou documentos de character reservado da chefia ou designar, para isso, um official do Gabinete; distribuir os documentos de que fôr incumbido o Gabinete e manter em dia a respectiva escripturação;

h) organizar, até 20 de janeiro, os dados para o relatório dos trabalhos feitos no anno anterior.

Art. 18. De accôrdo com as respectivas funções, os officiaes do Estado-Maior do Exercito têm attribuições disciplinares especificadas no Regulamento Interno e dos Serviços Geraes dos Corpos de Tropa do Exercito.

## CAPITULO IV

### DAS NOMEAÇÕES E DESIGNAÇÕES

Art. 19. O chefe do Estado-Maior do Exercito e os dois sub-chefes serão nomeados por decreto do Governo; os demais officiaes por portaria do ministro da Guerra.

Paragrapho unico. A nomeação dos sub-chefes far-se-á mediante proposta do chefe do Estado-Maior do Exercito.

Art. 20. A repartição dos officiaes pelos diversos estados-maiores, pelas secções e Gabinetes do Estado-Maior do Exercito, e as designações dos que devam exercer funções de estado-maior fóra dos estados-maiores, são feitas pelo chefe do Estado-Maior do Exercito, de accôrdo com o regulamento do Quadro de Officiaes de Estado-Maior.

Art. 21. As auctoridades que dispõem de estado-maior pôdem indicar ao chefe do Estado-Maior do Exercito os officiaes do Quadro a quem desejam ver confiada a chefia dos respectivos estados-maiores, bem como pedir justificadamente a substituição daquelles que não lhe mereçam a necessaria confiança.

Art. 22. Por conveniencia do serviço ou da administração, o chefe do Estado-Maior do Exercito poderá collocar ou conservar na chefia de uma secção ou sub-secção, official de posto inferior ao determinado neste regulamento.

Art. 23 As denominações de 1º e 2º sub-chefes não significam precedencia de um sobre o outro; em qualquer caso deve prevalecer a respectiva situação hierarchica.

Art. 24. Para os trabalhos de escripta e archivo, o Estado-Maior do Exercito terá o numero de escreventes fixado no Quadro de Escreventes do Ministerio da Guerra.

Paragrapho unico A distribuição interna desses escreventes no Estado-Maior do Exercito cabe ao chefe do Gabinete, e sua repartição pelos estados-maiores obedecerá á instrucções do chefe do Estado-Maior do Exercito, baixadas nesse sentido.

## CAPITULO V

### DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Art. 25. O funcionamento dos estados-maiores é assegurado por officiaes das cinco armas, que satisfaçam ás condições estabelecidas no regulamento do Quadro dos Officiaes do Estado-Maior.

Paragrapho unico. O Quadro de Officiaes de Estado-Maior é constituído pelos officiaes que pertencem ao Estado-Maior do Exercito, aos estados-maiores das Inspectorias, Regiões e Grandes Unidades, dos que exercem as demais funcções de estado-maior, especificadas no regulamento do dito quadro (categoria A); e bem as dos que forem nelle incluídos, embora não desempenhem qualquer das funcções precedentes (categoria B).

Art. 26. As prescripções relativas á organização e ao funcionamento dos estados-maiores dos commandos subordinados obedecerão ás normas e principios deste regulamento.

Art. 27. O quadro do pessoal que serve no Estado-Maior do Exercito é o seguinte:

- 1 Chefe — General de divisão;
- 2 Sub-Chefes — Generaes de brigada;
- 5 Chefes de Secção — Coroneis;
- 1 Chefe de Gabinete — Coronel;
- 13 Chefes de Sub-Secção — Tenentes-coroneis;
- 35 Adjunctos, sendo 15 maiores e 20 capitães;
- 2 Adjunctos do Gabinete, maiores ou capitães;
- 2 Adjunctos das Sub-Chefias, maiores ou capitães;
- 1 Assistente — Capitão;
- 4 Ajudantes de ordens, primeiros tenentes, sendo dous do Chefe e um de cada sub-Chefe.



**Art. 28.** A distribuição do pessoal pelas secções é a seguinte:

**1ª Secção — Um chefe:**

**1ª Sub-Secção — Um chefe e tres adjunctos;**

**2ª Sub-Secção — Um chefe e tres adjunctos;**

**3ª Sub-Secção — Um chefe e dous adjunctos.**

**2ª Secção — Um chefe:**

**1ª Sub-Secção — Um chefe e quatro adjunctos;**

**2ª Sub-Secção — Um chefe e quatro adjunctos.**

**3ª Secção — Um chefe;**

**1ª Sub-Secção — Um chefe e tres adjunctos;**

**2ª Sub-Secção — Um chefe e dous adjunctos;**

**3ª Sub-Secção — Um chefe e tres adjunctos;**

**4ª Secção — Um chefe;**

**1ª Sub-Secção — Um chefe e tres adjunctos;**

**2ª Sub-Secção — Um chefe e dous adjunctos;**

**3ª Sub-Secção — Um chefe e dous adjunctos;**

**5ª Secção — Um chefe;**

**1ª Sub-Secção — Um chefe e dous adjunctos;**

**2ª Sub-Secção — Um chefe e dous adjunctos.**

§ 1.º O pessoal dos serviços auxiliares do Estado-Maior do Exército consta dos respectivos regulamentos e do orçamento da despesa do Ministerio da Guerra.

§ 2.º O Chefe da 2ª Secção designará um official adjuncto para o serviço effectivo de ligação permanente com o Ministerio das Relações Exteriores.

§ 3.º Além dos officiaes estagiarios de estado-maior, poderão servir na 2ª Secção outros ou mesmo especialistas civis, capazes de contribuir para o desenvolvimento dos processos cryptotechnicos ou de ministrar informações uteis ao serviço normal da Secção.

§ 4.º O Assistente do Gabinete é um official cobatente, pertencente ou não ao Quadro de Officiaes de Estado-Maior.

§ 5.º Entre os officiaes de cada uma das Sub-Chefias do Estado-Maior do Exército deve haver sempre que possível um official aviador do quadro de officiaes de Estado-Maior; do mesmo modo se procederá em relação aos Estados-Maiores das 3ª, 5ª, 8ª e 9ª Regiões Militares, onde deve haver pelo menos um official aviador.

**Art. 29.** Para as inspecções de ensino secundario, complementar ou fundamental, o Chefe do Estado-Maior do Exército poderá pôr á disposição do 1º Sub-Chefe ou do Chefe da 3ª Secção até tres professores dos Collegios Militares ou da Escola Militar, os quaes ficarão considerados disponiveis enquanto permanecerem nessa situação, cuja duração não poderá exceder de tres annos consecutivos.

**Art. 30.** No contingente da Escola de Estado-Maior figurarão sempre o pessoal para o serviço de ordenanças e os animaes para montada dos officiaes do Estado-Maior do Exército, bem como as praças necessarias para o serviço de faxina e de mensageiros da Portaria.

§ 1.º Todos os officiaes dos estados-maiores são montados e devem praticar a equitação. O numero de animaes correspondente a cada estado-maior é fixado de accôrdo com o Regulamento do Serviço de Remonta.

§ 2.º Os estados-moiores dispõem do numero de automoveis necessarios ao serviço, fixado pelo Ministro da Guerra, sendo no minimo tres para o Estado-Maior do Exercito e um para os demais estados-maiores regionaes.

Art. 31. As férias regulamentares dos officiaes de estado-maior podem ser gozadas em qualquer época do anno, a julzo do respectivo Chefe do Estado-Maior do Exercito ou dos Comandos respectivos.

Art. 32. O Serviço de Estado-Maior em Campanha obedece a um regulamento especial.

Art. 33. É prohibida a entrada nas dependencias internas do Estado-Maior do Exercito, a civis e militares estranhos á repartição, sem a licença prévia do Chefe do Estado-Maior do Exercito.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1934. — *P. Góes Monteiro.*

---

DECRETO N. 94 — DE 15 DE OUTUBRO DE 1934

*Approva o regulamento para o Quadro de Officiaes de Estado-Maior, no Exercito*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da attribuição que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição, e á vista do disposto no decreto n. 23.976, de 8 de março de 1934, resolve approvar o regulamento para o Quadro de Officiaes de Estado-Maior, no Exercito, que com este baixa, assignado pelo general de divisão Pedro Aurelio de Góes Monteiro, ministro de Estado da Guerra.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1934, 113º da Independência e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*P. Góes Monteiro.*

---

**Regulamento para o Quadro de Officiaes de Estado-Maior no Exercito**

**CAPITULO I**

**DA ORGANIZAÇÃO DO QUADRO DE OFFICIAES DE ESTADO-MAIOR**

Art. 1.º O Quadro de Officiaes de Estado-Maior (Q. O. E. M.) é constituido de officiaes dos postos de capitão

a coronel, combatentes, julgados aptos para exercer funções de estado-maior, dê conformidade com este regulamento.

Art. 2.º O Q. O. E. M. comprehende duas categorias de officiaes:

*Categoria A* — Constituida pelos officiaes em exercicio das funções de estado-maior discriminadas no art. 5º deste regulamento;

*Categoria B* — Formada por todos os officiaes aptos para desempenhar funções de estado-maior mas que não estejam no exercicio dellas. Esta categoria comprehende numero illimitado de officiaes.

§ 1.º Os officiaes do Q. O. E. M. figuram nos quadros supplementares e ordinarios das armas.

§ 2.º Anualmente as relações dos officiaes das categorias S e B serão publicadas em *Boletim do Exercito*, no mez de janeiro.

Art. 3.º Para que o official possa pertencer ao Q. O. E. M. é indispensavel que tenha o curso de Estado-Maior e preencha as condições de *idoneidade* fixadas neste regulamento.

§ 1.º A escolha dos officiaes para o Q. O. E. M. se faz por selecção entre os pertencentes aos quadros das armas, na fórma deste regulamento.

§ 2.º A selecção a que se refere o paragrapho precendente abrange condições physicas, moraes, intellectuaes e de cultura profissional, necessarias ao desempenho das funções de estado-maior em tempo de paz e de guerra.

Art. 4.º A organização do Q. O. E. M. é attribuição do chefe do Estado-Maior do Exercito. Cabe-lhe, para tanto:

a) mandar incluir no referido quadro os officiaes que satisfazem as condições regulamentares;

b) propôr ao ministro a classificação dos officiaes nas categorias A e B;

c) repartir os officiaes da categoria A pelos diversos estabelecimentos e propor ao ministro os que devem ser nomeados addidos militares e para exercer cargos fóra dos previstos para essa categoria;

d) mandar excluir do quadro os officiaes que deixarem de satisfazer as necessarias condições deste regulamento;

e) suspender do exercicio das funções em que se acharem, se assim julgar conveniente, os officiaes acima referidos (letra d) pertencentes á categoria A, desde que haja indício de haverem perdido a indispensavel idoneidade moral.

Art. 5.º Para os efeitos da presente regulamentação são consideradas de estado-maior as seguintes funções:

a) chefe de Secção, chefe de Sub-secção, e adjuncto do Estado-Maior do Exercito; chefe do Estado-Maior, chefe de secção e adjuncto dos Estados-Maiores; das Inspectorias de Grupos de Regiões e de Defesa de Costa, de Regiões, de Divisão de Cavallaria e de commandos de Districto de Artilharia de Costa;

b) chefe e adjuncto do Gabinete do Estado-Maior do Exercito;

- c) chefe de Gabinete, Secção e adjuncto, da Secretaria da Segurança Nacional;
- d) commandante e docentes da Escola de Estado-Maior;
- e) commissario de rede ferroviaria e adjuncto;
- f) addido militar á representação diplomatica no estrangeiro;
- g) professores e alumnos do Exercito, da Escola de Guerra Naval.

Paragrapho unico. Além das funcções acima, cujo exercicio compete aos officiaes de categoria A, poderão ser, pelo chefe do Estado-Maior do Exercito, mandadas considerar de estado-maior, para os effeitos de contagem de tempo de serviço, funcções privativas de officiaes do Q. O. E. M., que tenham intima relação com o Estado-Maior: director do Serviço Militar e da Reserva, chefe da Divisão encarregada dos Serviços no Departamento da Administração Geral do Exercito, etc.

## CAPITULO II

### DA SELECÇÃO DOS OFFICIAES

Art. 6.º A selecção dos officiaes para constituirem o Q. O. E. M. inicia-se com o processo de matricula na Escola de Estado-Maior e prosegue durante os estagios de admissoão ao referido quadro, feitos na fórma deste regulamento.

Art. 7.º As condições physicas, intellectuaes, de cultura profissional e moraes, estas em alto gráo, a que devem satisfazer os officiaes são verificadas como em seguida se estabelece:

a) condições physicas — mediante a capacidade physica revelada pelo official em sua actividade corrente e em inspecções de saude a que está sujeito pelos regulamentos;

b) capacidade intellectual e cultura profissional — mediante os concursos para matricula na Escola de Estado-Maior, resultado obtido na referido Escola, nos estagios de admissoão ao Q. O. E. M. e em sua actividade militar em geral; e do sentimento da realidade e espirito objectivo com que trata as questões de ordem militar;

c) condições de idoneidade moral, apreciadas tendo-se em vista:

— o procedimento civil e militar, e consequente conceito no seio da classe e da sociedade civil;

— o sentimento de personalidade manifestado nos actos da vida corrente e nas provas a que é submettido;

— o espirito de disciplina, sob todas as modalidades;

— os sentimentos de modestia e de lealdade;

— a discreção e o tacto na vida corrente.

Art. 8.º Para o exame das condições de idoneidade moral a que o official deve satisfazer afim de poder ingressar ou permanecer no Q. O. E. M., funcionam no Estado-Maior do Exercito uma Commissão Permanente de Syndicancia e um Conselho de Apuração.

Art. 9.º As condições physicas, intellectuaes e de cultura profissional são examinadas pelas autoridades a que está subordinado o official á vista das manifestações de sua actividade militar, e conforme dispõe o presente regulamento.

Art. 10. A Comissão Permanente de Sydicancia (C. P. S.) a que se refere o art. 8º, será constituída de *tres* officiaes superiores do Estado-Maior do Exercito, dos quaes um coronel, nomeados annualmente pelo chefe do mesmo Estado-Maior.

Cabe-lhe:

a) syndicar se os officiaes candidatos a ingressarem na Escola de Estado-Maior e no Q. O. E. M. satisfazem as condições de idoneidade moral a que se refere o art. 6º;

b) averiguar se os officiaes já incluídos no quadro conservam integras as referidas condições, sempre que cheguem ao conhecimento de qualquer de seus membros actos ou factos que possam desabonar os officiaes em apreço.

Art. 11. O Conselho de Apuração, a que se refere o art. 8º, será constituído por dois officiaes superiores mais graduados que o official ou officiaes objecto de seu julgamento, sob a presidencia de um sub-chefe do Estado-Maior do Exercito. Cabe-lhe examinar as conclusões a que tenha chegado a Comissão Permanente de Sydicancia em suas investigações sobre a idoneidade dos officiaes candidatos ao Q. O. E. M. ou a elle pertencentes, sempre que as conclusões sejam duvidosas ou desfavoraveis ao official.

§ 1.º Quando o official, cuja idoneidade deva ser apreciada pelo Conselho de Apuração, fôr coronel, o Conselho será presidido pelo Chefe do Estado-Maior do Exercito.

§ 2.º Quando o Estado-Maior do Exercito não dispuzer de officiaes mais graduados que o submettido a julgamento, o Chefe do Estado-Maior do Exercito designará outros officiaes do Q. O. E. M. ou generaes de brigada em serviço na Capital Federal.

Art. 12. A Comissão Permanente de Sydicancia e o Conselho de Apuração reger-se-hão na conformidade de instrucções reservadas expedidas pelo Chefe do Estado-Maior do Exercito; seu funcionamento e os actos a elles relativos, teem caracter secreto. A decisão final será da competencia do Chefe do Estado-Maior do Exercito.

### CAPITULO III

#### DOS ESTAGIOS PARA ADMISSÃO

Art. 13. Os officiaes que concluirem o curso de Estado-Maior farão um *estagio de admissão* ao Q. O. E. M. no Estado-Maior do Exercito e em estados-maiores de grandes unidades.

Paragrapho unico. O estagio referido neste artigo terá a duração total de dois annos, inclusive o tempo correspon-

dente aos intervallos entre os tres periodos consecutivos seguintes:

- a) dois mezes no Estado-Maior do Exercito;
- b) oito mezes no Estado-Maior da 8ª Região Militar ou no da 9ª ou, ainda, no de uma Divisão de Cavallaria;
- c) dez mezes no Estado-Maior de uma das outras Regiões Militares ou, a pedido do interessado, ainda no da 8ª Região ou 9ª.

Art. 14. O periodo de dois mezes no Estado-Maior do Exercito é feito na 1ª Secção e terá por fim familiarizar os officiaes com o mecanismo da mobilização, mediante a execução de trabalhos praticos formulados pelo Chefe da Secção.

Paragrapho unico. Durante o periodo referido neste artigo, os officiaes frequentarão a 3ª Secção para se informarem sobre as questões relativas á instrucção, de accordo com as directrizes que forem dadas pelo Chefe do Estado-Maior do Exercito.

Art. 15. Terminado o periodo no Estado-Maior do Exercito, os officiaes serão distribuidos pelos estados-maiores a que se refere a letra *b* do paragrapho unico do art. 13 e em seguida, pelos estados-maiores mencionados na letra *c* do mesmo paragrapho.

§ 1.º A repartição dos estagiarios pelos estados-maiores é feita de accordo com o numero fixado para cada estado-maior pelo Chefe do Estado-Maior do Exercito e conforme a preferencia dos officiaes, attendidos estes na ordem de sua classificação de fim de curso da Escola de Estado-Maior.

§ 2.º Terminado o periodo a que se refere a letra *c* do paragrapho unico do art. 13, os officiaes aguardarão nos respectivos estados-maiores a decisão do Chefe do Estado-Maior do Exercito, ou seguirão a destino, se este já lhes houver sido determinado.

Art. 16. Em principio, após a terminação dos estagios regulamentares, os officiaes que forem incluídos no Q. O. E. M., serão designados para os estados-maiores regionaes, abrindo-se para isso as necessarias vagas no Q. O. E. M. categoria A, na primeira época opportuna, de accordo com a Lei de Movimento dos Quadros. Em qualquer caso, os officiaes incluídos no Q. O. E. M. devem ser designados para exercer taes funcções num estado-maior regional ou de D. C. até tres annos no maximo após a sua inclusão no quadro.

Art. 17. O estagio de admissão será realizado na conformidade das instrucções baixadas pelo Chefe do Estado-Maior do Exercito.

§ 1.º Essas instrucções serão organizadas de modo que os estagiarios façam trabalhos relativos ás quatro secções de estado-maior. Nellas se discriminará, para cada periodo de estagio, a natureza de trabalhos que serão determinados aos estagiarios.

§ 2.º Nenhum estagiario poderá ser dispensado, no decorrer dos dois annos de estagio, da realização de trabalhos e estudos relativos a qualquer das secções.

§ 3.º Os estagiarios poderão ser empregados em trabalhos do serviço corrente das secções que não tenham caracter secreto. Em nenhum caso, porém, tal serviço será feito com prejuizo ou detrimento dos correspondentes ao estagio.

§ 4.º Os trabalhos a executar serão determinados pelo respectivo chefe de Estado Maior. Sobre cada um delles os officiaes estagiarios apresentarão um relatorio com que os justificarão syntheticamente.

Art. 18. Os relatorios dos estagiarios sobre os respectivos trabalhos de estagio serão remettidos ao Estado Maior do Exercito pelo chefe do Estado Maior onde foi feito o estagio, acompanhados do juizo por elle formado sobre a aptidão do official para ingressar no Q. O. E. M., e o valor do trabalho realizado, bem como de uma apreciação summaria das circumstancias em que os trabalhos foram effectuados.

Paragrapho unico. A remessa dos trabalhos, julgamentos e apreciações a que se refere este artigo obedecerão aos modelos que forem mandados adoptar pelo chefe do Estado Maior do Exercito.

Art. 19. O julgamento dos trabalhos será feito no Estado Maior do Exercito pelos chefes de secção, e submettido á apreciação do chefe do Estado Maior do Exercito pelos sub-chefes respectivos.

§ 1.º Ao entrarem no Estado Maior do Exercito, os trabalhos de estagio serão remettidos ás secções respectivas, para serem analysados e julgados pelos respectivos chefes, os quaes farão resaltar em sua apreciação, os conhecimentos da doutrina e o espirito de methodo revelados pelos estagiarios, classificando-os em *aceitaveis* (muito bem, bem e regular) ou *não aceitaveis*.

Art. 20. As apreciações dos chefes de secção e a decisão do chefe serão archivadas na 1.ª Secção do Estado Maior do Exercito acompanhados das informações complementares, necessarias ou uteis á apreciação de cada official.

§ 1.º As informações complementares a que se refere este artigo comprehendem:

a) resumo da vida militar, pondo em evidencia os serviços mais caracteristicos por elle prestados, no ponto de vista de sua vocação para a carreira militar;

b) resultado da selecção para matricula na Escola de Estado Maior, resultado do curso de Estado Maior e occurrencias desse curso quando estejam fóra da normalidade;

c) apreciação dos commandos sob cujas ordens serviram os officiaes;

d) serviço em campanha;

e) parecer da Commissão Permanente de Syndicancia;

f) julgamento do chefe da 1.ª secção sobre o periodo inicial do estagio.

§ 2.º Antes da apresentação, pela 1.ª secção, ao chefe do Estado Maior do Exercito do processo a que se refere o paragrapho precedente, a Commissão Permanente de Syndicancia será convocada para manifestar-se sobre a idoneidade dos officiaes, sendo-lhe fornecida, pela 1.ª secção, as informações de letras a e d a que se refere o paragrapho anterior.

Art. 21. De posse da documentação acima e de informações complementares que julgar necessárias, o chefe do Estado-Maior do Exercito decidirá da inclusão no Q. O. E. M. dos officiaes estagiarios.

#### CAPITULO IV

##### DA INCLUSÃO NO Q. O. E. M.

Art. 22. Serão incluídos no Q. O. E. M. os officiaes julgados aptos, de accordo com as normas estabelecidas neste regulamento.

A inclusão é publicada no *Boletim do Exercito*.

Paragrapho unico. Os que tiverem a classificação de conjunto "não aceitavel" nos trabalhos de estagio, só poderão ingressar no Q. O. E. M. se, em um segundo estagio em estado-maior da 3ª Região Militar, 5ª ou 9ª, concedido pelo Chefe do Estado-Maior do Exercito e a pedido do interessado, obtiverem julgamento *aceitavel* (muito bem).

#### CAPITULO V

##### DA EXCLUSÃO DO Q. O. E. M.

Art. 23. Serão excluídos do Q. O. E. M.:

a) os coroneis quando promovidos ao posto de general de brigada;

b) os officiaes que houverem perdido as qualidades necessarias á permanencia no quadro.

Paragrapho unico. As exclusões dos officiaes não são publicadas em *Boletim do Exercito*. Dellas tomarão conhecimento o interessado e o Departamento do Pessoal do Exercito.

Art. 24. Para exclusão dos officiaes, de accordo com a letra b do artigo precedente, será observado o seguinte processo:

1.º a) o official que revelar insufficiencia physica no serviço ou for sujeito a molestias frequentes, será submettido á inspecção de saude;

b) o official que manifestar insufficiencia intellectual ou de preparo profissional em trabalhos que executar, missões que lhe caibam desempenhar ou trabalhos que publicar, será julgado pela comissão a que se refere o art. 19, a qual apresentará ao Chefe do Estado-Maior do Exercito um relatório justificativo das razões de seu julgamento;

c) o official que manifestar falta de idoneidade moral será julgado pelo Conselho de Apuração á vista do resultados da syndicancia que sobre elle faça a Comissão Permanente de Syndicancia.

2.º Deante do resultado das provas e julgamentos acima referidos, o Chefe do Estado-Maior do Exercito decidirá a exclusão ou permanencia do official no Q. O. E. M. Dessa



decisão sómente haverá recurso para o Chefe do Estado-Maior do Exercito.

3.º O Chefe do Estado-Maior do Exercito poderá mandar submeter os officiaes do Q. O. E. M. a provas especiaes ou determinar providencias complementares que julgar necessarias á melhor elucidação do respectivo valor.

## CAPITULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 25. Os officiaes classificados na categoria A e com exercicio fóra do Estado-Maior do Exercito, são tecnicamente subordinados ao Chefe do Estado-Maior do Exercito.

Os officiaes da categoria B são a elle subordinados para effeitos de sua instrucção de estado-maior, na fórmula que em seguida se estabelece.

§ 1.º Os officiaes da categoria B serão convocados para estagios no Estado-Maior do Exercito ou estados-maiores regionaes ou de Divisão de Cavallaria, em um ou dous períodos cuja duração não poderá exceder de 30 dias em cada anno; esses estagios devem realizar-se para cada official no mínimo de tres em tres annos.

§ 2.º Além dos estagios mencionados no paragrapho anterior poderão os officiaes da categoria B receber missões ou incumbencias de trabalhos especiaes para serem desempenhados cumulativamente com suas funcções ordinarias, determinadas pelo Chefe do Estado-Maior do Exercito, ou de estado-maior regional com permissão daquelle ou por sua ordem, desde que não impliquem no afastamento por mais de quinze dias da guarnição em que servem.

§ 3.º As ordens para execução das missões ou trabalhos a que se refere o paragrapho anterior são dadas ao official directamente ou não; no primeiro caso, cabe-lhe sciencificar o chefe a que estiver subordinado, a quem pedirá, se for necessario, os recursos exigidos pelo desempenho de sua missão.

§ 4.º Para os effeitos do § 4.º da Lei de Movimento dos Quadros, o tempo passado no cumprimento de missões e trabalhos a que se refere este artigo e seus paragraphos é equiparado ao de serviço de justiça.

§ 5.º Os estagios e missões ou trabalhos especiaes acima referidos serão sempre registrados nos assentamentos dos executantes, mencionando-se apenas a duração e a natureza reservada da incumbencia, quando se tratar de documento reservado ou secreto.

Art. 26. Nenhum official poderá permanecer em funcção de estado-maior por menos de:

— tres annos, si a funcção for exercida no Estado-Maior do Exercito;

— dous annos, se a funcção for exercida no estado-maior da 3.ª Região Militar, da 5.ª ou da 9.ª;

— um anno nos outros estados-maiores regionaes ou nas Divisões de Cavallaria;

---

— um anno como chefe de estado-maior regional.

Art. 27. A arregimentação dos officiaes do Q. O. E. M. é feita de accôrdo com a Lei de Movimento de Quadros, cabendo ao chefe do Estado-Maior do Exercito indicar ao do Departamento do Pessoal do Exercito as necessidades de classificação de determinados officiaes em certas unidades de regiões de fronteira, quando fôr mister.

Art. 28. Nenhum official poderá ser designado para o Estado-Maior do Exercito sem haver servido pelo menos um anno, num estado-maior de região de fronteira (3.<sup>a</sup>, 5.<sup>a</sup>, 8.<sup>a</sup>, 9.<sup>a</sup> ou de D. C.)

Para chefe de secção do Estado-Maior do Exercito será preciso que tenha serviço como chefe de sub-secção ou adjuncto dessa mesma secção.

Paragrapho unico. Em principio, os chefes de estado-maior regional são sempre escolhidos entre os officiaes que servem no Estado-Maior do Exercito ou nelle hajam servido nos tres ultimos annos.

Art. 29. Nenhum official poderá ser nomeado addido militar sem que tenha, pelo menos, dous annos de exercicio de função num estado-maior.

§ 1.<sup>o</sup> Os officiaes indigitados para desempenhar taes cargos farão um estagio de tres a seis mezes na 2.<sup>a</sup> Secção do Estado-Maior do Exercito.

Findo o estagio, o 1.<sup>o</sup> sub-chefe informará sobre a conveniencia da nomeação, tendo em vista o parecer do chefe da 2.<sup>a</sup> Secção.

§ 2.<sup>o</sup> Os officiaes que, no decorrer do estagio, se revelarem inaptos para a função de addido militar terão seus estagios suspensos e serão mandados seguir o destino que lhes competir.

§ 3.<sup>o</sup> Estes estagios serão effectuados conforme instrucções mandadas adoptar pelo chefe do Estado-Maior do Exercito, nas quaes fixará a duração que devem ter.

§ 4.<sup>o</sup> Os officiaes que forem propostos pelo chefe do Estado-Maior do Exercito para addidos militares aguardarão, na 2.<sup>a</sup> Secção, a solução respectiva.

## CAPITULO VII

### DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 30. Para estudar e propor a organização inicial do Q. O. E. M. será constituida no Estado-Maior do Exercito uma commissão de cinco membros, dos quaes um sub-chefe, dous chefes de Secção e dous officiaes superiores do referido estado-maior.

§ 1.<sup>o</sup> A essa commissão cabe examinar a situação de todos os officiaes que têm curso de estado-maior ou de revisão pelos regulamentos de 1920 e ulteriores e apresentar ao chefe do Estado-Maior do Exercito um relatório synthetico em que proponha os nomes dos officiaes que devam ser incluídos no Q. O. E. M.

§ 2.<sup>o</sup> A nomeação e funccionamento da commissão a que se refere este artigo tem caracter secreto.

Art. 31. Na organização inicial do Q. O. E. M. serão incluídos, desde que satisfaçam as condições de idoneidade:

a) os officiaes que hajam terminado o curso de estado-maior, ou revisão e exercido funcções de estado-maior por mais de um anno, com conceitos favoraveis de seus chefes;

b) os officiaes que hajam terminado o curso de estado-maior ou revisão com menção *muito bem* ou *bem* e tenham feito os estagios regulamentares;

c) os actuaes professores e adjunctos da Escola de Estado-Maior e os que tenham exercido com conceito favoravel taes funcções por mais de um anno.

§ 1.º Os officiaes que têm o curso de estado-maior ou revisão com menção *muito bem* ou *bem*, mas que não exerceram funcções de estado-maior nem fizeram os estagios regulamentares só serão incluídos no Q. O. E. M. feito o estagio de um anno num dos estados-maiores da 3ª, 5ª, 8ª ou 9ª Regiões Militares.

Esses estagios serão regulados por instrucções especiaes do chefe do Estado-Maior do Exercito e conforme os principios estabelecidos neste regulamento.

§ 2.º Os coroneis e tenentes-coroneis farão esse estagio no Estado-Maior do Exercito.

§ 3.º Os officiaes com menção *regular* que não tenham estagio ou serviço de estado-maior, só poderão ser aproveitados se depois de feito o estagio obtiverem a classificação exigida no paragrapho unico do art. 22.

§ 4.º O estagio incompleto dos officiaes que terminaram o curso em 1933 (inclusive) deve ser considerado como funcção de estado-maior; taes officiaes só serão incluídos no quadro depois de satisfazer a exigencia de tempo constante do paragrapho anterior.

§ 5.º Para effeito de organização inicial do Q. O. E. M. são consideradas funcções de estado-maior todas as para as quaes se exija curso de estado-maior.

Art. 32. Para servir de base ao trabalho da comissão a que se refere o art. 30 será organizada pela secção competente do Estado-Maior do Exercito, uma relação:

a) dos officiaes que concluíram o curso de estado-maior ou de revisão pelos regulamentos de 1920 e posteriores e que exerceram ou exercem funcções de estado-maior por mais de dous annos;

b) dos officiaes com menção *muito bem* ou *bem* que hajam feito os estagios regulamentares e não tenham exercido funcções de estado-maior por mais de um anno;

c) dos officiaes com taes menções que não hajam servido em estados-maiores nem tenham feito os estagios regulamentares.

Paragrapho unico. As relações de que trata este artigo devem ainda mencionar as datas de terminação de curso e dos estagios; a duração e datas de exercicio de funcções de estado-maior; menções e conceitos obtidos pelo official; os serviços prestados ou trabalhos de estado-maior feitos pelos officiaes; um extracto das fés de officio respectivas.

Art. 33. Os officiaes habilitados com o curso de estado-maior pelo regulamento de 1920, ou posteriores, que não tenham sido incluídos no Q. O. E. M. poderão representar ao chefe do Estado-Maior do Exercito contra essa omissão, num prazo de 90 dias a contar da data de publicação, em *Boletim do Exercito*, do referido quadro.

Art. 34. Os estagios relativos aos officiaes que têm o curso de revisão serão regulados por instrucção especial do chefe do Estado-Maior do Exército. Estes estagios terão a duração de um anno e serão feitos no Estado-Maior do Exército nas 1ª, 3ª e 4ª Secções.

Art. 35. Feita a organização inicial do Q. O. E. M., será revista a distribuição dos officiaes nelle incluídos e serão completados os estados-maiores na conformidade do que estabelece a Lei de Movimento dos Quadros.

Para melhor aproveitamento dos officiaes, obedecer-se-á á seguinte ordem de precedencia:

- a) Estado-Maior do Exército, Grupos de Regiões e Escola de Estado-Maior;
- b) Secretaria do Conselho Superior de Segurança Nacional;
- c) Estados-Maiores das regiões da 1ª e 4ª zonas;
- d) outros Estados-Maiores;
- e) outras funcções.

Art. 36. Durante os tres primeiros annos de execução deste regulamento o disposto nos arts. 28 e 35 não tem caracter obrigatorio; devendo, porém, ser observado como motivo de preferencia.

Art. 37. Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação, devendo estar concluídas 90 dias depois as medidas relativas á distribuição do pessoal.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1934. — *P. Góes Monteiro.*

---

DECRETO N. 95 — DE 15 DE OUTUBRO DE 1934

*Approva o Regulamento do Quadro de Escreventes do Ministerio da Guerra*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, á vista do disposto no decreto n. 24.632, de 10 de julho ultimo, e no uso da attribuição que lhe confere a Constituição no art. 56, n. 1, resolve approvar o Regulamento para o Quadro de Escreventes do Ministerio da Guerra, que com este baixa, assignado pelo general de divisão Pedro Aurelio de Góes Monteiro, ministro de Estado da Guerra.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*P. Góes Monteiro.*

---

## Quadro de Escreventes do Ministerio da Guerra

### REGULAMENTO

Para execução do decreto n. 24.632, de 10 de julho de 1934

#### I

##### ORGANIZAÇÃO — DISTRIBUIÇÃO

Art. 1.º O Quadro de Escreventes do Ministerio da Guerra destina-se a auxiliar os trabalhos de escripta e expediente, organização, conservação e guarda dos archivos dos estados-maiores, quartéis-generaes, repartições e estabelecimentos militares e depende directamente do Departamento do Pessoal do Exercito.

Art. 2.º O Quadro de Escreventes do Ministerio da Guerra será constituído por funcionarios militares, assemelhados aos funcionarios civis da União, recrutados entre os sargentos do Exercito e compreenderá 800 serventuários, repartidos em quatro classes, da maneira seguinte:

- 100 escreventes de 1ª classe;
- 200 escreventes de 2ª classe;
- 400 escreventes de 3ª classe;
- 100 escreventes de 4ª classe.

Paragrapho unico. O numero desses funcionarios poderá ser elevado até o total de 900 com o augmento da 4ª classe, se assim exigirem as necessidades dos novos serviços do Exercito.

Art. 3.º A distribuição pelos quartéis-generaes, repartições e estabelecimentos, independentemente de classe, obedecerá á tabella organizada pelo Departamento do Pessoal do Exercito e approvada pelo ministro da Guerra.

Art. 4.º O Departamento do Pessoal do Exercito publicará no *Boletim do Exercito* a relação nominal dos escreventes do Ministerio da Guerra resultante do estabelecido por este regulamento.

#### II

##### RECRUTAMENTO NORMAL

Art. 5.º O recrutamento do Quadro de Escreventes do Ministerio da Guerra será feito entre os sargentos de fileira, mediante requerimento dos interessados.

Art. 6.º A selecção para ingresso no quadro se fará por concurso entre os candidatos que satisfizerem ás seguintes condições:

- a) ter seis annos de serviço militar;
  - b) não pertencer a nenhum quadro de especialista ou artifice;
  - c) contar 30 annos de idade, no maximo, referidos a 1 de janeiro;
  - d) possuir idoneidade moral e profissional comprovada pelos assentamentos e juizo do respectivo chefe;
-

e) ter aptidão physica, comprovada em inspecção de saúde.

Paragrapho unico. Na falta de sargentos em numero legal, poderão concorrer os primeiros cabos habilitados para o posto de sargento da activa que satisfaçam ás condições deste artigo.

Art. 7.º O concurso se realizará no primeiro dia util de janeiro, nas sédes das Regiões em que houver vagas. Constará de tres provas: escripta, oral e pratica.

Art. 8.º Para que possa haver uniformidade no julgamento, as questões da prova escripta serão formuladas e julgadas pela Comissão de Accessão do Departamento do Pessoal do Exercito.

Art. 9.º As questões formuladas pela Commissão serão remettidas ás Regiões trinta dias antes do dia marcado para o inicio das provas.

A sobrecarta lacrada que as contiver será aberta pelo presidente da commissão regional, na presença dos concorrentes e na hora de se iniciarem as provas.

Art. 10. A prova escripta constará de tres partes:

a) conhecimento da lingua portugueza, analyse syntactica e redacção de character official (tres questões);

b) arithmetica — fracções, systema metrico e proporções (tres questões);

c) dactylographia — cópia de um trecho de 15 linhas, cópia de um quadro: effectivo, programma de instrucção, etc.

Art. 11. A prova oral constará de arguição sobre:

a) analyse lexicá e syntactica de um pequeno trecho;

b) arithmetica (como na parte escripta);

c) noções elementares de geographia geral e chorographia do Brasil;

d) historia-patria.

Paragrapho unico. A commissão de exame poderá arguir os candidatos sobre as questões da prova escripta, sempre que julgar necessario, para precisar o juizo que deve emittir sobre os mesmos.

Art. 12. O exame pratico constará de:

a) conhecimento de machina de escrever, limpeza e conservação;

b) habilidade manual e digital no emprego da machina.

Art. 13. Na prova oral e na pratica a commissão terá especialmente em vista a intelligencia, a vivacidade, o espirito de methodo e a calma dos candidatos.

Art. 14. Para a execução das provas ter-se-á em vista os tempos seguintes:

a) cada parte da prova escripta terá a duração maxima de quatro horas;

b) o exame oral não passará de 20 minutos por candidato;

c) a prova pratica terá a duração minima de 20 minutos.

Art. 15. Findas as provas, será lavrada uma acta, na qual constarão os graus alcançados por materia e cada um

dos predicados de que trata o art. 13. Esse documento será remetido, logo que terminarem os exames, á Commissão de Acesso do Departamento do Pessoal do Exercito.

Art. 16. As provas serão julgadas pelos processos communs das Escolas do Exercito, tendo-se em vista os seguintes coëfficientes:

Portuguez. . . . .	5
Calligraphia. . . . .	4
Dactylographia (cópia e mappa). . . . .	4
Arithmetica. . . . .	3
Prova pratica. . . . .	2
Geographia e chorographia. . . . .	1
Historia-patria. . . . .	1

Paragrapho unico. No julgamento da prova escripta, a calligraphia deve receber grau como se constituísse uma materia.

Art. 17. Na prova de dactylographia, ter-se-á em consideração o tempo gasto na cópia e os erros commettidos.

§ 1.º Será considerada perfeita a prova sem erro, executada no tempo maximo de vinte segundos por linha.

§ 2.º Das provas que não attingirem esta perfeição, serão descontados quatro centesimos (0,04) por segundo excedido e trinta (0,30) por erro commettido.

§ 3.º O candidato que obtiver grau inferior a tres nesta prova (cópia) será desclassificado.

§ 4.º Será considerado inhabilitado o candidato que não alcançar 57 pontos ( $3 \times 19$ ) ou media inferior a tres nas materias acima enumeradas.

§ 5.º Para a execução do quadro, ter-se-á em vista exclusivamente os erros commettidos, pelo que não será permitido o uso de borracha. Para apuração da nota, descontar-se-á cincoenta centesimos (0,50) por erro. Esta prova não poderá exceder de uma lauda de papel sem pauta, de  $26 \times 20$ .

§ 6.º Para a apuração do tempo, deve estar já preparada a machina, com o papel, e o trabalho digital terá inicio ao aviso de um membro da commissão. A' medida que o candidato retirar o papel da machina, será annotado o tempo gasto.

§ 7.º As questões devem ser acompanhadas de tantas cópias, para as provas de dactylographia, quantos forem os candidatos inscriptos.

Art. 18. Terminado o julgamento feito pela Commissão de Acesso, serão os candidatos classificados por merecimento intellectual, avaliado pelos pontos que cada um alcançou.

Paragrapho unico. Em caso de empate, prevalecerá a precedencia militar.

Art. 19. A Commissão Examinadora de cada Região será constituida de um chefe de Secção do Estado-Maior Regional e dous outros officiaes nomeados pelo commandante da Região.

Art. 20. Para o exame de dactylographia, as machinas devem estar em perfeito estado de funcionamento e será

permittedo que cada candidato examine, antes de iniciar o seu trabalho, a que lhe for destinada.

Paragrapho unico. Quando não for possível reunir um numero de machinas igual ao de candidatos, estes serão submettidos a essa prova por turmas. Neste caso, os examinadores providenciarão para que os candidatos só tenham conhecimento dos trabalhos no momento de executal-os.

Art. 21. De posse de todos os documentos provenientes das Regiões e relativos ao concurso a Comissão de Acesso os julgará e procederá á classificação dos candidatos, em cada Região, na ordem decrescente dos pontos obtidos, nas differentes provas e julgamentos.

Art. 22. Os primeiros cabos approvados em concurso concorrerão com os sargentos na classificação por merecimento intellectual.

### III

#### ACCESSO

Art. 23. As promoções serão feitas um quarto por antiguidade e as restantes por merecimento.

Art. 24. O accesso no Quadro de Escreventes será feito mediante portaria do Ministro da Guerra, em consequencia de proposta apresentada pelo chefe do Departamento do Pessoal do Exercito.

Art. 25. A organização das propostas é attribuida á Comissão de Acesso, assim constituída:

- chefe do Gabinete do Departamento do Pessoal do Exercito;
- um adjuncto do Estado-Maior do Exercito;
- um chefe de divisão do Departamento de Administração do Exercito;
- um chefe de divisão do Departamento Technico do Exercito.

Art. 26. Para a apuração das propostas, a Comissão terá em vista a Lei de Promoções dos officiaes, no que lhe for applicavel e não collidir com as prescripções deste regulamento.

Art. 27. Só poderão concorrer ao accesso por merecimento os escreventes que se achem ha dois annos numa classe, estejam, em principio, comprehendidos no seu terço mais antigo e possuam os requisitos do art. 28.

Art. 28. Na apuração do merecimento a Comissão de Acesso terá em vista ainda:

- a) a cultura geral, revelada por approvações em cursos secundarios;
- b) a conducta;
- c) a intelligencia, discreção, assiduidade, capacidade de trabalho, e o zelo comprovados em conceitos emitidos trimestralmente pelos chefes immediatos dos escreventes.

Art. 29. Em egualdade de merito a Comissão de Acesso tomará em consideração a importancia da repartição em que servirem os escreventes.



Paragrapho unico. Para isso, ha, apenas, tres categorias de repartições:

1.º Gabinete do ministro da Guerra, Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, Estado-Maior do Exercito, Conselho Superior de Guerra e Departamento Technico do Exercito.

2.º Departamento do Pessoal do Exercito, Departamento da Administração, Quartéis-Generaes de Inspectorias de Grupo de Regiões, de Regiões e Divisões.

3.º Outras repartições.

#### IV

##### CLASSIFICAÇÃO E TRANSFERENCIA

Art. 30. O ingresso no Quadro de Escreventes do Ministerio da Guerra só pôde ser feito pela ultima classe (4ª).

Art. 31. Finda a apuração, a Commissão de Acesso apresentará ao chefe do Departamento do Pessoal do Exercito, a proposta para o preenchimento das vagas de 4ª classe.

Paragrapho unico. Só poderão ser propostos candidatos duma Região para outra quando o numero dos concorrentes tiver sido insufficiente e não aproveitados immediatamente.

Art. 32. Os candidatos classificados concorrerão ás vagas que se derem até o inicio do novo concurso.

Art. 33. O numero fixado para as repartições de 2ª e 3ª categorias será distribuido proporcionalmente pelas quatro classes.

Art. 34. Os escreventes pertencentes aos Estados-Maiores (do Exercito e regionaes) ficam dependendo directamente do chefe do Estado-Maior do Exercito quanto a permanencia e transferencia no ambito dessas repartições.

Art. 35. Nas designações para o Estado-Maior do Exercito, terão preferencia os que contarem mais de dois annos de serviço em estado-maior regional.

Paragrapho unico. Os que não tiverem este tirocinio, só serão effectivados depois de tres mezes de trabalho numa secção do Estado-Maior do Exercito, com parecer favoravel do chefe immediato.

Art. 36. Só poderão ser indicados para os trabalhos das secções de Estado-Maior os escreventes que tenham revelado discreção, além das qualidades constantes do art. 13.

Art. 37. As nomeações para ingresso no quadro serão feitas em portaria ministerial mediante proposta da Commissão de Acesso, por intermedio do chefe do Departamento do Pessoal do Exercito.

Art. 38. As funções dos escreventes serão desempenhadas indistinctamente por elementos de qualquer das classes.

Art. 39. Os escreventes do Ministerio da Guerra só poderão ser removidos, de uma Região para outra, a pedido, por imperiosa necessidade do serviço, por promoção, se não houver vaga da nova classe na Região em que se acharem servindo.

§ 1.º As remoções a pedido só poderão ser solicitadas depois de doiz annos de serviço na Região, salvo as excepções do paragrapho seguinte.

§ 2.º Em principio, os que exercerem funcções de archivistas serão inamoviveis; só motivo de saude, comprovada por junta medica, razões disciplinares ou causas muito ponderosas poderão permittir a remoção desses serventuarios.

## V

## SANCÇÕES E REGALIAS

Art. 40. Os escreventes ficam sujeitos ás sancções disciplinares e punições estabelecidas para os funcionarios do Ministerio da Guerra e inteiramente subordinados ao regime de trabalho adoptado na repartição ou estabelecimento para onde fôrem designados.

Art. 41. Aos escreventes do Ministerio da Guerra cabem os direitos e deveres previstos em lei para os funcionarios publicos.

Art. 42. Os favores concedidos aos funcionarios do Ministerio da Guerra com relação a assistencia medica e hospitalização ficam extensivos aos elementos componentes deste quadro.

Art. 43. Os escreventes que estão fruindo as vantagens instituidas pela Previdencia dos Sub-Tenentes e Sargentos do Exercito continuarão no gozo desse direito.

Art. 44. Para os effeitos do art. 169 da Constituição da Republica e aposentadoria será computado todo tempo de serviço no Exercito.

## VI

## REMUNERAÇÃO

Art. 45. Os vencimentos mensaes dos escreventes são os consignados na tabella que se segue:

Escreventes de 1ª classe....	466\$666	233\$333	700\$000
Escreventes de 2ª classe....	400\$000	200\$000	600\$000
Escreventes de 3ª classe...	333\$333	166\$666	500\$000
Escreventes de 4ª classe....	266\$666	133\$333	400\$000

Art. 46. Não serão abonadas gratificações addicionaes aos escreventes mesmo áquelles que, como sargentos, recebiam as de 10 e 15 % por contarem mais de 10 e 15 annos de serviço.

Art. 47. Os escreventes recrutados entre os sargentos conservarão o direito ao montepio e continuarão a contribuir na relação do art. 60, deste regulamento.

Art. 48. Quando no desempenho de commissão temporaria fóra da séde de suas repartições os escreventes terão direito a uma diaria de 10\$000.

Art. 49. Aos escreventes de 1ª e 2ª classes estendem-se os direitos estabelecidos pelo art. 2º do decreto n. 24.011, de 14 de março de 1934.

Art. 50. Os escreventes removidos teem direito a uma ajuda de custo, no maximo igual aos seus vencimentos, e regulada como a dos outros funcionarios do Ministerio da Guerra.

## VII

## DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 51. Fica extinto o Quadro de Sargentos Escreventes do Exército.

Art. 52. As cadernetas militares dos sargentos nomeados escreventes serão encaminhadas á repartição competente.

Paragrapho unico. Estas cadernetas serão utilizadas para o computo do tempo e organização da ficha de accesso a escrevente de 3ª classe, exclusivamente.

Art. 53. Os sargentos nomeados escreventes do Ministerio da Guerra serão immediatamente licenciados do serviço activo e incluídos na reserva do Exército Nacional, de accôrdo com idade nesse momento.

Art. 54. O curso de archivologia será organizado dentro de cada Região onde mais convier ao serviço e terá um horario compativel com a função do escrevente.

Art. 55. O curso de archivologia constará de:

1.º Archivologia — Seus principios, methodos e systemas actualmente em usc.

2.º Organização dos ficharios, archivos, bibliothecas, mapothecas e filmothecas.

3.º Escolha do material a empregar em taes organizações.

4.º Estudos dos actos officiaes, denominações que tomam e valor que teem perante o direito administrativo.

5.º Redacção official e modelo de escripturação militar.

6.º Registro e encaminhamento do expediente.

§ 1.º Para a matricula neste curso, terão preferencia os archivistas e os escreventes que se acharem no quinto mais antigo da respectiva classe e tenham revelado mais pendor para tal serviço.

§ 2.º Na impossibilidade de matricular todos os que satisfazam esta condição, terão preferencia os mais antigos.

Art. 56. Logo que se disponha de recursos de toda especie, poderá funcçãoar um curso em cada séde de Região.

Art. 57. Os escreventes do Ministerio da Guerra poderão ser demittidos:

a) nos casos previstos no art. 169 do Constituição da Republica e seu paragrapho;

b) a pedido;

c) quando nomeados para outros cargos de sua preferencia;

d) por abandono de cargo em tempo de paz.

Art. 58. Com excepção do Chefe do Gabinete do Departamento do Pessoal do Exército, os membros da Comissão de Accesso serão substituídos annualmente.

Paragrapho unico. Nenhum dos membros dessa Comissão poderá ser mais graduado ou mais antigo do que o Chefe do Gabinete do Departamento do Pessoal do Exército.

## VIII

## DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 59. Os sargentos escreventes nomeados até a presente data serão os unicos concurrentes á formação inicial do Quadro de Escreventes do Ministerio da Guerra.

Paragrapho unico. Só serão incluídos no novo quadro os sargentos escreventes de bom comportamento que o requere-rem e que tenham indicação favoravel dos chefes das reparti-ções onde servem presentemente.

Art. 60. Os sargentos escreventes aproveitados no novo quadro serão, em regra, incluídos nas classes correspondentes aos seus postos:

Sargento-ajudante — 1ª classe;

1º sargento — 2ª classe;

2º sargento — 3ª classe;

3º sargento — 4ª classe.

Art. 61. As vagas de escreventes das tres primeiras clas-ses que subsistirem, após as transferencias dos sargentos es-creven-tes, serão preenchidas de accôrdo com as prescripções deste regulamento, ficando dispensado nas primeiras promo-ções, para os transferidos, o requisito do intersticio de 2 annos de que trata o art. 27.

Art. 62. Não poderão concorrer ás promoções por mere-cimento ou antiguidade, os sargentos escreventes incluídos no quadro extinto sem a necessaria prova de habilitação, salvo se a ella se submeterem dentro de sessenta dias após a publi-cação deste regulamento.

Art. 63. Os sargentos escreventes que não acceitarem ou não lograrem inclusão no novo quadro, reverterão á arma de origem, nos postos em que se acham actualmente ou terão baixa do Serviço, conforme decidir o Ministro da Guerra. A baixa do Serviço será com reforma ou não, de accôrdo com a legislação em vigor.

Art. 64. Até 1 de janeiro de 1936 será permittido o uso dos fardamentos actuaes com os vivos do quadro de Adminis-tração da reserva de 1ª classe.

Art. 65. Até o fim do corrente exercicio financeiro, os escreventes do Ministerio da Guerra perceberão os mesmos vencimentos e vantagens que recebiam até aqui como sar-gentos, á conta das respectivas dotações orçamentarias. A partir, porém, do inicio do exercicio vindouro, passarão elles a ter os vencimentos fixados na tabella contida no art. 45.

## UNIFORME DOS ESCRIVENTES

Os escreventes do Ministerio da Guerra usarão quando em serviço obrigatoriamente, calça e jaquetão de brim pardo ou de fazenda de lã azul marinho, trazendo na lapela esquerda o distinctivo constante do modelo annexo. Os modelos desse uniforme serão determinados opportunamente no *Boletim do Exercito*.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1934. — P. Góes Mon-teiro.

## DECRETO N. 96 — DE 16 DE OUTUBRO DE 1934

*Altera a jurisdição das auditorias da 2ª região militar*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da attribuição que lhe confere o § 1º, do art. ... 1º, do decreto n. 24.803, de 14 de julho ultimo, resolve modificar o decreto n. 35, de 30 de agosto do corrente anno, no que se refere á jurisdição das auditorias da 2ª região militar, e decreta:

Art. 1º As auditorias da 2ª região militar terão sua séde na capital do Estado de São Paulo.

Art. 2º A 1ª auditoria (a existente anteriormente ao decreto n. 24.803, acima citado), attenderá aos corpos de tropa, repartições, estabelecimentos e formações militares estacionados na cidade de São Paulo, nas guarnições do Valle do Parahyba e no Estado de Goyaz.

A 2ª auditoria attenderá aos corpos de tropa, repartições, estabelecimentos e formações militares estacionados em Quitaúna e nas demais guarnições do Estado de São Paulo, excepto a capital do Estado e o Valle do Parahyba, já designados para a 1ª auditoria.

Art. 3º Os crimes praticados por militares no territorio da 2ª região militar serão julgados: a) pela 1ª auditoria, quando commettidos na cidade de São Paulo, guarnições do Valle do Parahyba ou Estado de Goyaz; b) pela 2ª auditoria, quando commettidos no Estado de São Paulo, com excepção da capital do Estado e das guarnições do Valle do Parahyba.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*P. Góes Monteiro.*

---

DECRETO N. 97 — NÃO FOI PUBLICADO

DECRETO N. 98 — NÃO FOI PUBLICADO

DECRETO N. 99 — NÃO FOI PUBLICADO

DECRETO N. 100 — NÃO FOI PUBLICADO

---

## DECRETO N. 101 — DE 16 DE OUTUBRO DE 1934

*Proroga por noventa (90) dias, isto é, até 13 de dezembro de 1934, o prazo concedido a Carlos Kuernerz & Comp. Ltda., pelo n. 1 do art. 1º do decreto n. 24.004, de 13 de março de 1934*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o n. I do art. 56 da

Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 87 do decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas), decreta::

Art. 1.º Fica prorogado por noventa (90) dias, isto é, até 13 de dezembro de 1934, o prazo concedido a Carlos Kuennerz & Comp. Ltda., pelo n. I do art. 1.º do decreto n. 24.004, de 13 de março de 1934, para adquirirem, para o fim de pesquizarem e lavrarem baritina, a propriedade denominada "Fazenda dos Agudos", pertencente ao Banco de Credito Real de Minas Geraes, e situada na sesmaria do Barreiro, districto e comarca de Araxá, Estado de Minas Geraes.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Odilon Braga.

---

DECRETO N. 102 — DE 18 DE OUTUBRO DE 1934

*Declara em disponibilidade um ministro do Supremo Tribunal Militar*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, considerando:

Que o decreto n. 24.803 de 14 de julho do corrente anno modificou para quatro o numero de juizes togados do Supremo Tribunal Militar;

Que é necessario estabelecer o numero actual desses juizes de accôrdo com o citado decreto;

Que o numero actual de ministros togados, provindos de auditores, está de accôrdo com o alludido decreto e em consequencia é preciso reduzir o numero dos que não tiveram aquella procedencia;

Que o ministro Alarico da Silveira tem prestado relevantes serviços á Justiça, como magistrado civil e militar, onde tem evidenciado a sua elevada capacidade moral e juridica, mas attendendo ao seu precario estado de saude actual, resolve, no uso das attribuições que lhe são conferidas pelo art. 56, n. 1, da Constituição:

Artigo unico. Fica em disponibilidade o ministro do Supremo Tribunal Militar, Alarico Silveira, com todos os direitos e vantagens do cargo, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

P. Góes Monteiro.

---

## DECRETO N. 103 — DE 18 DE OUTUBRO DE 1934

*Dá nova redacção ao art. 101 do Regulamento da Escola de Aviação Militar, anexo ao decreto n. 17.817, de 2 de junho de 1927.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da attribuição que lhe confere a Constituição, resolve modificar o art. 101 do Regulamento da Escola de Aviação Militar anexo ao decreto n. 17.817, de 2 de junho de 1927, pela forma seguintes:

.....  
 Art. 101. Os alumnos que obtiverem o diploma de sargento-aviador com uma nota igual ou superior a oito (8) serão promovidos a 3.<sup>as</sup> sargentos; os que alcançarem a nota

seis (6) ou superior a seis, ascenderão a primeiros cabos.

As promoções necessarias serão feitas pelo commandante da Escola, na data em que os interessados alcançarem o direito ao diploma.

.....  
 Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1934, 113.<sup>o</sup> da Independencia e 46.<sup>o</sup> da Republica.

GETULIO VARGAS.

P. Góes Monteiro.

## DECRETO N. 104 — DE 18 DE OUTUBRO DE 1934

*Dá nova redacção aos arts. 29 e 34 do Estatuto da Aviação Militar, baixado com o decreto n. 17.818, de 2 de junho de 1927.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da attribuição que lhe confere a Constituição, resolve dar aos arts. 29 e 34 do Estatuto da Aviação Militar baixado com o decreto n. 17.818, de 2 de junho de 1927, as redacções seguintes:

.....  
 Art. 29. Concluido o curso, os alumnos diplomados serão declarados navegantes-aviadores, a saber: piloto-aviador, metralhador-aviador ou radio-telegraphista-aviador. Na mesma data serão declarados 3.<sup>as</sup> sargentos ou 1.<sup>as</sup> cabos, conforme a nota do diploma e o que prescrever o Regulamento da Escola de Aviação Militar.

.....  
 Art. 34. Terminado o curso, os candidatos que forem diplomados serão declarados technicos de aviação, a saber:

mecanico de aviação, mecanico de armamento de aviação, electricista de aviação, photographo de aviação, desenhista ou meteorologista.

Na mesma data serão declarados 3<sup>os</sup> sargentos ou 1<sup>os</sup> cabos, conforme a nota do diploma e o que prescreve o Regulamento da Escola de Aviação Militar.

.....  
Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1934, 113<sup>o</sup> da Independencia e 46<sup>o</sup> da Republica.

GETULIO VARGAS.

P. Góes Monteiro.

---

DECRETO N. 105 — DE 18 DE OUTUBRO DE 1934

*Approva novos projectos e orçamento para a construção de uma nova estação de passageiros e cargas, na Estrada de Ferro Central de Pernambuco, arrendada á "Great Western of Brasil Railway Co. Ltd."*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que expoz e requereu "The Great Western of Brasil Railway Company, Limited", e de accôrdo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados os novos projecto e orçamento que a este acompanham, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, para a construção de uma nova estação de passageiros e cargas, com a denominação "Ypiranga", no kilometro 3+838 da Estrada de Ferro Central de Pernambuco, arrendada á requerente, em substituição aos projecto e orçamento approvados pelo decreto n. 21.547, de 17 de junho de 1932, para a construção de uma nova estação no kilometro 3+888 da referida linha.

§ 1.<sup>o</sup> De accôrdo com o disposto na clausula 22 do contracto de arrendamento a que se refere o decreto n. 14.326, de 24 de agosto de 1920, serão levadas á conta de capital da mesma estrada as despesas que forem realmente effectuadas e apuradas em regular tomada de contas, até o maximo do orçamento ora approvado, nas importancias totaes de réis 80:934\$346 (oitenta contos novecentos e trinta e quatro mil trezentos e quarenta e seis réis), papel, e £ 250-17-10 (duzentas e cincoenta libras dezeseite shillings e dez pence), já attendidas as correcções feitas pela Inspectoria Federal das Estradas no orçamento calculado em moeda nacional, papel.

§ 2.<sup>o</sup> Fica fixado o prazo de quatro mezes, a contar da data da publicação deste decreto, para conclusão da construção



ção das linhas e plataforma, e marcada a data de 17 de junho de 1935 para a terminação do edificio da nova estação.

Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

DECRETO N. 106 — DE 18 DE OUTUBRO DE 1934

*Approva os projectos e orçamentos para as obras de augmento dos armazens das estações de "Povo Novo" e "Quinta", da Rêde de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que solicitou o Estado do Rio Grande do Sul, e de accôrdo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados os projectos e orçamentos que com este baixam, rubricados pelo director geral

de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, nas importancias, respectivamente, de 27:253\$487 (vinte e sete contos duzentos e cincoenta e tres mil quatrocentos e oitenta e sete réis) e 23:091\$060 (vinte e tres contos noventa e um mil e sessenta réis), para as obras de augmento dos armazens das estações de "Povo Novo" e "Quinta, situadas, aquella no kilometro 567 + 180, e esta no kilometro 583 + 069 da linha de Cacequy a Rio Grande, da Rêde de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul, arrendada ao referido Estado.

§ 1.º De conformidade com o disposto na clausula IV, alinea h, do contracto de arrendamento autorizado pelo decreto n. 15.438, de 10 de abril de 1922, e na clausula primeira do termo que o modificou em face do decreto numero 18.551, de 31 de dezembro de 1928, as despesas que fôrem realmente effectuadas e apuradas em regular tomada de contas, até o maximo de cada um dos orçamentos ora approvados, serão inscriptas na conta do "fundo de melhoramentos" da citada Rêde.

§ 2.º Para a conclusão das obras de cada um dos mencionados armazens, fica fixado o prazo de 2 (dois) mezes, a contar da data em que a Rêde fôr notificada deste decreto.

Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1934; 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

## DECRETO N. 107 — DE 18 DE OUTUBRO DE 1934

*Proroga por três mezes o prazo fixado para a Companhia Mogyana de Estradas de Ferro concluir a construção de um abrigo de carros na estação de Guaxupé*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Companhia Mogyana de Estradas de Ferro, e de accôrdo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Fica prorogado por tres (3) mezes, o prazo fixado no decreto n. 22.712, de 12 de maio de 1933, para a requerente concluir a construção de um abrigo de carros na estação de Guaxupé, da linha de Tuyuty a Passos, cujos projecto e orçamento foram approvados pelo referido decreto.

Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

## DECRETO N. 108 — DE 18 DE OUTUBRO DE 1934 (\*)

*Approva os projectos e orçamentos para construção de linhas e installação deapparelhos phonoporicos na Rede de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que solicitou o Estado do Rio Grande do Sul, e de accôrdo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados os projectos e orçamentos nas importancias em seguida discriminadas, os quaes a este acompanham, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, para construção de linhas e installação de apparelhos phonoporicos nos seguintes pontos da Rede de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul, arrendada ao referido Estado:

---

(\*) Decreto n. 108, de 18 de outubro de 1934 — Retificação publicada no *Diario Oficial* de 17 de novembro de 1934:

Se lê, na alinea c do artigo unico "... e uma extensão de.... "leia-se "...n'uma extensão...".

- a) construção de uma linha dupla, entre Santa Maria e Giruá, e instalação dos respectivosapparelhos nas estações do ramal de Santo Angelo e Giruá..... 319:845\$300
- b) construção de uma linha de cobre, entre Santa Maria e Passo Fundo, e outra também de cobre, dupla, entre Passo Fundo e Marcellino Ramos, e instalação dos respectivos apparelhos, entre as estações de Passo Fundo e Marcellino Ramos..... 459:473\$400
- c) duplicação da linha de cobre, entre Bagé e Rio Grande, do kilometro 320 ao 599, e uma extensão de 280 kilometros. Adaptação dos phonoporos de linha simples para dupla, entre Bagé e Rio Grande. 168:326\$400
- a) instalação de apparelhos nas estações de "Garibaldi" e "Bento Gonçalves", situadas no ramal de Carlos Barbosa a Alfredo Chaves (706\$900 para a instalação em cada estação). . . . . 1:413\$800

§ 1.º As despesas que forem realmente effectuadas e apuradas em regular tomada de contas, até o maximo de cada um dos orçamentos ora approvados, serão inscriptas na conta do "fundo de melhoramentos" da Rêde, de conformidade com o disposto na clausula I e no item 2º da clausula II do termo decorrente do decreto n. 18.551, de 31 de dezembro de 1928, que modificou o contracto de arrendamento autorizado pelo decreto n. 15.438, de 10 de abril de 1922.

§ 2.º Para a conclusão das obras descriptas nas alíneas a a c fica fixado o prazo de dous annos, e para as descriptas na alínea d o de um mez, todos a contar da data em que a ltêde fôr notificada deste decreto.

Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

## DECRETO N. 109 — DE 18 DE OUTUBRO DE 1934 (\*)

***Approva os projectos e orçamentos para execução de diversas obras na Rêde Mineira de Viação***

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Rêde Mineira de Viação, e de accôrdo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados os projectos e orçamentos nas importancias em seguida discriminadas, os quaes a este acompanham, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, para execução das obras abaixo descriptas, na Rêde Mineira de Viação, arrendada ao Estado de Minas Geraes:

## Na Estrada de Ferro Oeste de Minas:

- a) um pontilhão de vigas de ferro e vão de 3m,90, em substituição ao de madeira, em mau estado, existente no kilometro 721 + 450, entre Campos Altos e Pratinha, na linha de Angra dos Reis a Patrocinio..... 4:508\$947
- b) um pontilhão capeado, de 2m,00 x 3m,00, em substituição á obra provisoria, em mau estado de conservação, existente no kilometro 723 da referida linha ..... 9:755\$457

## Na Estrada de Ferro Sul de Minas:

- c) uma plataforma coberta, no pateo da estação de Espera . . . . . 21:465\$319.

§ 1.º De conformidade com o disposto nas clausulas II — parte inicial e letra g) e IV do termo decorrente do decreto n. 18.699, de 12 de abril de 1929, que modificou o contracto de arrendamento da antiga Rêde Viação Sul-Mineira (hoje Rêde Mineira de Viação) autorizado pelo decreto n. 15.406, de 22 de março de 1922, e na clausula II do contracto de arrendamento da Estrada de Ferro Oeste de Minas, a que se refere o decreto n. 19.602, de 19 de janeiro de 1931, as despesas, que forem realmente effectuadas e apuradas em regular tomada de contas, até o maximo de cada um dos orçamentos ora approvados, já attendida a correccão feita pela Inspectoria Federal das Estradas no relatorio á obra descripta na alinea b, serão inscriptas na conta do “fundo de melhoramentos” da mesma Rêde.

---

(\*) Decreto n. 109, de 18 de outubro de 1934. — Retificação publicada no *Diario Oficial* de 9 de novembro de 1934:

Onde se lê, no paragrapho 1º do antigo unico: “...no relatorio á obra...”, leia-se: “...no relativo á obra...”

§ 2.º Para a conclusão das obras citadas nas alíneas a, b e c, ficam fixados, respectivamente, os prazos de dois, tres e quatro mezes, todos a contar da data em que a requerente fôr notificada deste decreto.

Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

DECRETO N. 110 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1934

*Concede auxilios no 1º semestre de 1934 a instituições nos Estados do Amazonas, Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, Districto Federal, São Paulo, Paraná, Santa Catharina, Rio Grande do Sul, Minas Geraes e Matto Grosso*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve, no conformidade do disposto no art. 24 do decreto n. 20.351, de 31 de agosto de 1931, conceder os seguintes auxilios, relativos ao 1º semetre de 1934, a instituições nos Estados do Amazonas, Pará Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, Districto Federal, São Paulo, Paraná, Santa Catharina, Rio Grande do Sul, Minas Geraes e Matto Grosso, abaixo indicadas, correndo a despesa por conta da sub-consignação n. 1 da verba 18º — Subvenções — art. 5º do decreto n. 24.167, de 25 de abril de 1934.

Casa Dr. Fajardo — Manáos — Amazonas....	1:000\$000
Casa de Saude Maritima do Pará — Belém — Pará . . . . .	20:000\$000
Collegio Imaculada Conceição — Fortaleza — Ceará . . . . .	5:000\$000
Hospital Santo Antonio dos Pobres — Iguatú — Ceará . . . . .	15:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Fortaleza — Ceará . . . . .	15:000\$000
Associação das Damas de Caridade — Natal — Rio Grande do Norte . . . . .	1:500\$000
Escola Feminina de Commercio — Natal — Rio Grande do Norte . . . . .	2:000\$000
Instituto Commercial João Pessoa — João Pes- soa — Parahyba . . . . .	1:500\$000
Associação de Caridade — Rosario — Sergipe.	3:000\$000
Hospital S. Vicente de Paulo — Propriá — Sergipe . . . . .	1:500\$000
Orphanato de S. Christovão — S. Christovão — Sergipe . . . . .	2:500\$000
Abrigo dos Filhos do Povo — Salvador — Bahia . . . . .	5:000\$000
Asylo Conde Pereira Marinho — Salvador — Bahia . . . . .	3:000\$000

Santa Casa de Misericórdia — Conquista — Bahia . . . . .	3:000\$000
Casa de Caridade — Parahyba do Sul — Rio de Janeiro . . . . .	3:000\$000
Instituto de Protecção e Assistencia a Infancia de Petropolis — Petropolis — Rio de Janeiro . . . . .	2:500\$000
Irmandade da Santa Misericórdia de Angra dos Reis — Angra dos Reis — Rio de Janeiro	3:000\$000
Patronato de Menores Abandonados — S. Gonzalo — Rio de Janeiro . . . . .	1:500\$000
Associação Protecção a Veteranos Invalidos — Districto Federal . . . . .	2:500\$000
Departamento da Creança no Brasil — Districto Federal . . . . .	10:000\$000
Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia — Districto Federal . . . . .	25:000\$000
Sociedade Brasileira de Chimica — Districto Federal . . . . .	2:500\$000
Associação Crèche Asylo Analia Franco — Santos — S. Paulo . . . . .	10:000\$000
Associação Protectora da Infancia Desvalida — Santos — S. Paulo . . . . .	5:000\$000
Casa Pia São Vicente de Paulo (mantenedora do Asylo da Mendicidade) — Botucatu — São Paulo . . . . .	1:000\$000
Gotta de Leite e Maternidade — Araraquara — São Paulo . . . . .	5:000\$000
Hospital da Casa Pia de São Vicente de Paulo — S. Manoel — S. Paulo . . . . .	1:000\$000
Hospital de Caridade de S. Vicente de Paulo de Jundiaby — Jundiaby — S. Paulo . . . . .	2:500\$000
Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia — Ribeiro Preto — São Paulo . . . . .	3:000\$000
Polyclinica de São Paulo — São Paulo . . . . .	1:000\$000
Santa Casa de Misericórdia — Araraquara — São Paulo . . . . .	5:000\$000
Santa Casa de Misericórdia — Caçapava — São Paulo . . . . .	2:500\$000
Santa Casa de Misericórdia — Bananal — São Paulo . . . . .	2:500\$000
Asylo S. Vicente de Paulo — Lapa — Paraná	2:500\$000
Hospital S. Vicente de Paulo — Guarapuava — Paraná . . . . .	6:000\$000
Sociedade Hospital Bom Jesus — Rio Negro — Paraná . . . . .	2:000\$000
Sociedade Beneficente S. Vicente de Paulo — (Hospital São Braz) — Porto União — Santa Catharina . . . . .	4:000\$000
Hospital de Caridade — Passo Fundo — Rio Grande do Sul . . . . .	5:000\$000
Instituto São José — Cancas — Rio Grande do Sul . . . . .	10:000\$000
Santa Casa de Caridade de D. Pedrito — Rio Grande do Sul . . . . .	2:500\$000

Santa Casa de Misericordia — Uruguayana — Rio Frande do Sul .....	10:000\$000
Asylo N. S. do Perpetuo Soccorro — Santa Barbara — Minas Geraes.....	2:500\$000
Asylo Santa Isabel — Itajubá — Minas Geraes	5:000\$000
Associação de Caridade — Pouso Alegre — Minas Geraes . . . . .	2:500\$000
Associação Protectora dos Pobres e Menores Desamparados — Lambary — Minas Geraes . . . . .	1:500\$000
Asylo N. S. da Conceição — Serro — Minas Geraes . . . . .	1:000\$000
Casa de Caridade S. Vicente de Paulo — Abae- té — Minas Geraes .....	1:000\$000
Casa de Caridade Santo Antonio — Curvello — — Minas Geraes . . . . .	2:500\$000
Conferencia S. Vicente de Paulo — Uberaba — Minas Geraes . . . . .	1:500\$000
Conferencia Santo Antonio — Campanha — Minas Geraes . . . . .	1:500\$000
Casa de Caridade — Baependy — Minas Ge- raes . . . . .	5:000\$000
Casa de Caridade — Ouro Fino — Minas Ge- raes . . . . .	2:500\$000
Escola de Economia Domestica N. S. da Ap- parecida — Brazopolis — Minas Geraes..	1:000\$000
Instituto Commercial Mineiro — Juiz de Fóra — Minas Geraes . . . . .	10:000\$000
Instituto "O Granbery" (para a Faculdade de Pedagogia "O Granbery") — Juiz de Fóra — Minas Geraes . . . . .	10:000\$000
Hospital S. Vicente de Paulo — Marianna — Minas Geraes . . . . .	2:500\$000
Hospital S. Vicente de Paulo — Bello Hori- zonte — Minas Geraes . . . . .	7:500\$000
Orphanato Santo Antonio — Bello Horizonte — Minas Geraes . . . . .	7:500\$000
Orphanato D. Silverio — Cataguazes — Minas Geraes . . . . .	3:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Belo Horizonte — Minas Geraes . . . . .	20:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Januaria — Mi- nas Geraes . . . . .	2:500\$000
Santa Casa de Misericordia — Passos — Minas Geraes . . . . .	5:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Itajubá — Mi- nas Geraes . . . . .	5:000\$000
Veneravel Ordem 3ª de S. Francisco de Assis — São João del Rey — Minas Geraes....	2:500\$000

Asylo Santa Rita — Cuyabá — Matto Grosso..	10:000\$000
Sociedade Beneficente de Campo Grande (Hospital de Caridade) — Campo Grande — Matto Grosso .. . . . . .	1:000\$000
Total . . . . .	323:500\$000

Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1934, 114° da Independência e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

---

DECRETO N. 111 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1934

*Adopta, para o procurador geral do Districto Federal, com modificações, as vestes taliares de que trata o decreto n. 24.236, de 14 de maio do corrente anno*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:  
Usando da attribuição que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição Federal:

Considerando que o decreto n. 24.236, de 14 de maio do corrente anno dispoz sobre as vestes taliares dos desembargadores da Corte de Appellação do Districto Federal, inclusive o chefe do Ministerio Publico, cujas funções eram desempenhadas por um dos membros do mesmo Tribunal;

Considerando que, a Constituição Federal estabeleceu a separação entre as funções judicantes e as do Ministerio Publico, tornando-se assim necessaria a differenciação entre as vestes taliares dos desembargadores e as do procurador geral do Districto Federal.

Decreta:

Artigo unico. Ficam adoptados para as vestes taliares do procurador geral do Districto Federal os modelos approvados pelo decreto n. 24.236, de 14 de maio do corrente anno, com as seguintes modificações: na béca a faixa será de cor vermelha, ao envés de preta; na capa, os cordões trançados serão de cor branca, ao envés de vermelha; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, em 22 de outubro de 1934, 113°, da Independência e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---



## DECRETO N. 112 — DE 23 DE OUTUBRO DE 1934

*Abre o credito de 3.900:000\$000, destinado á aquisição de um edificio para a Embaixada do Brasil em Washington*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida pelo decreto legislativo numero 4.171, de 30 de outubro de 1920, decreta:

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de tres mil e novecentos contos de réis (3.900:000\$000), destinado á aquisição de um edificio para a Embaixada do Brasil em Washington; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

## DECRETO N. 113 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1934

*Promulga a Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes e o respectivo Protocollo de assignatura, firmados em Genebra, a 13 de julho de 1931.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil: Tendo o Chefe do Governo Provisorio dos Estados Unidos do Brasil approvado, a 7 de março de 1933, a Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes e o respectivo Protocollo de assignatura, firmados em Genebra, sob os auspícios da Liga das Nações, pelo Brasil e outros países, a 13 de julho de 1931;

Havendo-se effectuado, no dia 5 de abril de 1933, o depósito do respectivo instrumento de ratificação nos archivos do Secretariado da Liga das Nações; e

Attendendo ao disposto no art. 18 das disposições transitórias da Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em virtude do qual ficaram approvados os actos do Governo Provisorio;

Decreta que a referida Convenção e o respectivo Protocollo de assignatura, appensos por cópia ao presente decreto, sejam executados e cumpridos tão inteiramente como nelles se contém.

Rio de Janeiro, em 13 de outubro de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

## GETULIO DORNELLES VARGAS

CHEFE DO GOVERNO PROVISÓRIO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Faço saber, aos que a presente Carta de ratificação virem, a limitação do fabrico de estupefacientes, reunida em Genebra, assignados pelos respectivos Plenipotenciarios, a 13 de julho de 1931, e a sua assignatura a 16 de dezembro do mesmo anno e

que, entre varios paizes, representados na Conferencia para sob os auspicios da Liga das Nações, foram concluidos e de 1931, uma Convenção e um Protocollo, aos quaes o Brasil cujo teor é o seguinte:

### CONVENTION POUR LIMITER LA FABRICATION ET RÉGLEMENTER LA DISTRIBUTION DES STUPEFIANTS

### CONVENTION FOR LIMITING THE MANUFACTURE AND REGULATING THE DISTRIBUTION OF NARCOTIC DRUGS

LE PRÉSIDENT DU REICH ALLEMAND; LE PRÉSIDENT DES ÉTATS UNIS D'AMÉRIQUE; LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE ARGENTINE; LE PRÉSIDENT FÉDÉRAL DE LA RÉPUBLIQUE D'AUTRICHE; SA MAJESTÉ LE ROI DES BELGES; LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE DE BOLIVIE; LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE DES ÉTATS-UNIS DU BRÉSIL; SA MAJESTÉ LE ROI DE GRANDE-BRETAGNE ET D'IRLANDE ET DES DOMINIONS BRITANNIQUES AU DELÀ DES MERS, EMPEREUR DES INDES; LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE DU CHILI; LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE DE COSTA-RICA; LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE DE CUBA; SA MAJESTÉ LE ROI DE DANEMARK ET D'ISLANDE; LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE DE POLOGNE, POUR LA VILLE LIBRE DE DANTZIG; LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE DOMINICAINE; SA MAJESTÉ LE ROI D'EGYPTE; LE PRÉSIDENT DU GOUVERNEMENT PROVISOIRE DE LA RÉPUBLIQUE ESPAGNOLE; SA MAJESTÉ L'EMPEREUR ROI DES ROIS D'ETHIOPIE; LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE FRANÇAISE; LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE HELLÉNIQUE; LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE DE

THE PRESIDENT OF THE GERMAN REICH; THE PRESIDENT OF THE UNITED STATES OF AMERICA; THE PRESIDENT OF THE ARGENTINE REPUBLIC; THE FEDERAL PRESIDENT OF THE AUSTRIAN REPUBLIC; HIS MAJESTY THE KING OF THE BELGIANS; THE PRESIDENT OF THE REPUBLIC OF BOLIVIA; THE PRESIDENT OF THE REPUBLIC OF THE UNITED STATES OF BRAZIL; HIS MAJESTY THE KING OF GREAT BRITAIN, IRELAND AND THE BRITISH DOMINIONS BEYOND THE SEAS, EMPEROR OF INDIA; THE PRESIDENT OF THE REPUBLIC OF CHILE; THE PRESIDENT OF THE REPUBLIC OF COSTA RICA; THE PRESIDENT OF THE REPUBLIC OF CUBA; HIS MAJESTY THE KING OF DENMARK AND ICELAND; THE PRESIDENT OF THE POLISH REPUBLIC, FOR THE FREE CITY OF DANTZIG; THE PRESIDENT OF THE DOMINICAN REPUBLIC; HIS MAJESTY THE KING OF EGYPT; THE PRESIDENT OF THE PROVISIONAL GOVERNMENT OF THE SPANISH REPUBLIC; HIS MAJESTY THE EMPEROR AND KING OF THE KINGS OF ABYSSINIA; THE PRESIDENT OF THE FRENCH REPUBLIC; THE PRESIDENT OF THE HELLENIC REPUBLIC;

GUATÉMALA; SA MAJESTÉ LE ROI DU HEDJAZ, DU NEDJED ET DÉPENDANCES; SA MAJESTÉ LE ROI D'ITALIE; SA MAJESTÉ L'EMPE-  
REUR DU JAPON; LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE DU LIBÉRIA; LE  
PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE DE LITHUANIE; SON ALTESSE ROYALE  
LA GRANDE-DUCHESSE DE LUXEMBOURG; LE PRÉSIDENT DES ÉTATS-  
UNIS DU MEXIQUE; SON ALTESSE SÉRÉNISSIME LE PRINCE DE MO-  
NACO; LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE DE PANAMA; LE PRÉSI-  
DENT DE LA RÉPUBLIQUE DU PARAGUAY; SA MAJESTÉ LA REINE  
DES PAYS-BAS; SA MAJESTÉ IMPÉRIALE LE CHAH DE PERSE; LE  
PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE DE POLOGNE; LE PRÉSIDENT DE LA  
RÉPUBLIQUE PORTUGAISE; SA MAJESTÉ LE ROI DE ROUMANIE; LES  
CAPITAINES-RÉGENTS DE LA RÉPUBLIQUE DE SAINT-MARIN; SA  
MAJESTÉ LE ROI DE SIAM; SA MAJESTÉ LE ROI DE SUÈDE; LE  
CONSEIL FÉDÉRAL SUISSE; LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE  
TCHÉCOSLOVAQUE; LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE DE L'URU-  
GUAY; LE PRÉSIDENT DES ÉTATS-UNIS DU VENEZUELA,

Désirant compléter les dispositions des Conventions inter-  
nationales de l'opium signés à La Haye le 23 janvier 1912 et  
à Genève le 19 février 1925, en rendant effective par voie  
d'accord international la limitation de la fabrication des stu-  
péfiants aux besoins légitimes du monde pour les usages mé-  
dicinaux et scientifiques, et en réglementant leur distribution,

Ont décidé de conclure une Convention à cet effet, et ont  
désigné pour leurs plénipotentiaires:

*Le Président du Reich allemand:*

M. Werner Freiherr von RHEIN-BABEN, "Staatssekretär  
z. D.";

BLIC; THE PRESIDENT OF THE REPUBLIC GUATEMALA; HIS MAJES-  
TY THE KING OF HEJAZ, NEJD AND DEPENDENCIES; HIS MAJESTY  
THE KING OF ITALY; HIS MAJESTY THE EMPEROR OF JAPAN; THE  
PRESIDENT OF THE REPUBLIC OF LIBERIA; THE PRESIDENT OF THE  
REPUBLIC OF LITHUANIA; HER ROYAL HIGHNESS THE GRAND  
DUCHESS OF LUXEMBURG; THE PRESIDENT OF THE UNITED  
STATES OF MEXICO; HIS SERENE HIGHNESS THE PRINCE OF  
MONACO; THE PRESIDENT OF THE REPUBLIC OF PANAMA; THE  
PRESIDENT OF THE REPUBLIC OF PARAGUAY; HER MAJESTY THE  
QUEEN OF THE NETHERLANDS; HIS IMPERIAL MAJESTY THE  
SHAH OF PERSIA; THE PRESIDENT OF THE POLISH REPUBLIC;  
THE PRESIDENT OF THE PORTUGUESE REPUBLIC; HIS MAJESTY  
THE OF KING OF ROUMANIA; I CAPITANI REGGENTI OF THE RE-  
PUBLIC OF SAN MARINO; HIS MAJESTY THE KING OF SIAM; HIS  
MAJESTY THE KING OF SWEDEN; THE SWISS FEDERAL COUNCIL;  
THE PRESIDENT OF THE CZECHOSLOVAK REPUBLIC; THE PRESIDENT  
OF THE REPUBLIC OF URUGUAY; THE PRESIDENT OF THE UNITED  
STATES OF VENEZUELA.

Desiring to supplement the provisions of the Interna-  
tional Opium Conventions, signed at The Hague on January  
23rd, 1912, and at Geneva on February 19th, 1925, by ren-  
dering effective by international agreement the limitation of  
the manufacture of narcotic drugs to the world's legitimate  
requirements for medical and scientific purposes and by re-  
gulating their distribution,

Have resolved to conclude a Convention for that purpose  
and have appointed as their Plenipotentiaries:

*The President of the German Reich:*

M. Werner Freiherr von RHEINBABEN, "Staatsskretär z. D.";

Le docteur Waldemar KÄHLER, Conseiller ministériel au Ministère de l'Intérieur du Reich.

Dr. Waldemar KÄHLER, Ministerial Counsellor at the Ministry of Interior of the Reich.

*President des Etats-Unis d'Amérique:*

*The President of the United States of America:*

M. John K. CALDWELL, du Département d'Etat;  
M. Harry J. ANSLINGER, Commissaire des stupéfiants;  
M. Walter Lewis TREADWAY, M. D., F. A. C. P., Chirurgien général adjoint, Chef du Service de l'Hygiène publique des Etats-Unis, Division de l'Hygiène mentale;  
M. Sanborn YOUNG, Membre du Sénat de l'Etat de Californie.

Mr. John K. CALDWELL, of the Department of State;  
Mr. Harry J. ANSLINGER, Commissioner of Narcotics;  
Mr. Walter Lewis TREADWAY, M. D., F. A. C. P., Assistant Surgeon-General, United States Public Health, Service Chief, Division of Mental Hygiene;

Mr. Sanborn YOUNG, Member of the Senate of the State of California.

*Président de la République Argentine:*

*The President of the Argentine Republic:*

Le docteur Fernando PEREZ, Ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire près Sa Majesté le Roi d'Italie.

Dr. Fernando PEREZ, Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary to His Majesty the King of Italy.

*Président fédéral de la République d'Autriche:*

*The Federal President of the Austrian Republic:*

M. Emerich PFLÜGL, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire, Représentant permanent auprès de la Société des Nations;

M. Emeric PFLUGL, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary, Permanent Representative accredited to the League of Nations;

Le docteur Bruno SCHULTZ, Directeur de Police et Conseiller aulique, Membre de la Commission consultative au trafic de l'opium et autres drogues nuisibles.

Dr. Bruno SCHULTZ, Police Director and "Conseiller aulique", Member of the Advisory Committee on Traffic in Opium and Other Dangerous Drugs.

*Majesté le Roi des Belges:*

*His Majesty the King of Belgium:*

Le docteur F. DE MYTTENAERE, Inspecteur principal des pharmacies à Hal.

Dr. F. DE MYTTENAERE, Principal Inspector of Chemistry at Hal.

*Président de la République de Bolivie:*

Le docteur M. CUELLAR, Membre de la Commission consultative du trafic de l'opium et autres drogues nuisibles.

*The President of the Republic of Bolivia:*

Dr. M. CUELLAR, Member of the Advisory Committee on Traffic in Opium and Other Dangerous Drugs.

*Président de la République des Etats-Unis du Brésil:*

M. Raul do RIO BRANCO, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire près le Conseil fédéral suisse.

*The President of the Republic of the United States of Brasil:*

M. Raul do RIO BRANCO, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary to Swiss Federal Council.

*Majesté le Roi de Grande-Bretagne et d'Irlande et des Dominions britanniques au delà des mers, Empereur des Indes:*

Pour la Grande-Bretagne et l'Irlande du Nord, ainsi que toutes les parties de l'Empire britannique non Membres séparés de la Société des Nations:

*His Majesty the King of Great Britain, Ireland and the British Dominions beyond the Seas, Emperor of India:*

For Great Britain and Northern Ireland and all parts of the British Empire which are not separate Members of the League of Nations:

Sir Malcolm DELEIVINGNE, K. C. B., Adjoint permanent au Secrétaire d'Etat, Ministère d'Intérieur.

Sir Malcolm DELEIVINGNE, K. C. B., Permanent Deputy-Under-Secretary in the Home Office.

*Pour le Dominion du Canada:*

For the Dominion of Canada:

Le colonel C. H. L. SHARMAN, C. M. G., C. B. E., Chef de la Division des stupéfiants, Département des Pensions et de l'Hygiène publique;

Colonel C. H. L. SHARMAN, C. M. G., C. B. E., Chief Narcotic Division, Department of Pensions and National Health;

Le docteur Walter A. RIDDELL, M. A., Ph. D. "Advisory Officer" du Dominion du Canada auprès de la Société des Nations.

Dr. Walter A. RIDDELL, M. A., Ph. D., Dominion of Canada Advisory Officer accredited to the League of Nations.

*Pour l'Inde:*

For India:

Le docteur R. P. PARANJPYE, Membre du Conseil de l'Inde.

Dr. R. P. PARANJPYE, Member of the Council of India.

*Président de la République du Chili:*

M. Enrique GAJARDO, Membre de la Délégation permanente auprès de la Société des Nations.

*Président de la République de Costa-Rica:*

Le docteur Viriato FIGUEREDE LORA, Consul à Genève.

*Président de la République de Cuba:*

M. Guillermo DE BLANCK, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire, Délégué permanent auprès de la Société des Nations;

Le docteur Benjamin PRIMELLES.

*Majesté le Roi de Danemark et d'Islande:*

M. Gustav RASMUSSEN, Chargé d'affaires à Berne.

*Président de la République de Pologne (pour la Ville libre de Dantzig):*

M. François SOKAL, Ministre plénipotentiaire, Délégué permanent auprès de la Société des Nations.

*Président de la République Dominicaine:*

M. Charles ACKERMANN, Consul général à Genève.

*Majesté le Roi d'Egypte:*

T. W. RUSSELL pacha, Commandant de la police du Caire et Directeur du Bureau central des informations relatives aux narcotiques.

*Président du Gouvernement provisoire de la République espagnole:**The President of the Republic of Chile:*

M. Enrique GAJARDO, Member of the Permanent Delegation accredited to the League of Nations.

*The President of the Republic of Costa Rica;*

Dr. Viriato FIGUEREDE LORA, Consul at Geneva.

*The President of the Republic of Cuba:*

M. Guillermo DE BLANCK, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary, Permanent Delegate accredited to the League of Nations;

Dr. Benjamin PRIMELLES.

*His Majesty the King of Denmark and Iceland:*

M. Gustav RASMUSSEN, Chargé d'affaires at Berne.

*The President of the Polish Republic (for the Free City of Danzig):*

M. François SOKAL, Minister Plenipotentiary, Permanent Delegate accredited to the League of Nations.

*The President of the Dominican Republic;*

M. Charles ACKERMANN, Consul-General at Geneva.

*His Majesty the King of Egypt:*

T. W. RUSSELL Pasha, Chief of Police of Cairo and Director of the Central Bureau for Information with regard to Narcotics.

*The President of the Provisional Government of the Spanish Republic.*

M. Julio CASARES, Chef de section au Ministère des Affaires étrangères.

M. Julio CASARES, Head of Section at the Ministry for Foreign Affairs.

*a Majesté l'Empereur Roi des Rois d'Ethiopie:*

*His Majesty the Emperor and King of the Kings of Abyssinia:*

Le comte LAGARD, duc d'ENTOTTO, Ministre plénipotentiaire, Représentant auprès de la Société des Nations;

COUNT LAGARDE, Duke of ENTOTTO, *Minister* Plenipotentiary, Representative accredited to the League of Nations.

*The President of the French Republic:*

*Président de la République française:*

M. Gaston BOURGOIS, Consul of France.

M. Gaston BOURGOIS, Consul de France.

*The President of the Hellenic Republic:*

*Président de la République hellénique:*

M. R. RAPHAËL, Permanent Delegate accredited to the League of Nations.

M. R. RAPHAËL, Délégué permanent auprès de la Société des Nations.

*The President of the Republic of Guatemala:*

*Président de la République de Guatémala:*

M. Luis MARTÍNEZ MONT, Professeur de psychologie expérimentale aux Ecoles secondaires de l'Etat.

M. Luiz MARTÍNEZ MONT, Professor of Experimental Psychology in Secondary Schools. of State.

*Majesté le Roi du Hedjaz, du Nedjed et Dépendances:*

*His Majesty the King of Hejaz, Nejd and Dependencies:*

Cheik HAFIZ WAHBA, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire près Sa Majesté Britannique.

Cheik HAFIZ WAHBA, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary to His Britannic Majesty.

*Majesté le Roi d'Italie:*

*His Majesty the King of Italy:*

M. Stefano CAVAZZONI, Sénateur, ancien Ministre du Travail.

M. Stefano CAVAZZONI, Senator Former Minister of Labour.

*Majesté l'Empereur du Japon:*

*His Majesty the Emperor of Japan:*

M. Setsuzo SAWADA, Ministre plénipotentiaire, Directeur du Bureau du Japon auprès de la Société des Nations;

M. Setsuzo SAWADA, Minister Plenipotentiary, Director of the Japanese Bureau accredited to the League of Nations;

M. Shigeo OHDACHI, Secrétaire au Ministère de l'Intérieur, Chef de la Section administrative.

M. Shigeo OHDACHI, Secretary at the Ministry for Home Affairs, Head of the Administrative Section.

*Le Président de la République de Libéria:*

Le docteur Antoine SOTTILE, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire, Délégué permanent auprès de la Société des Nations.

*Le Président de la République de Lithuanie:*

Le docteur DOVAS ZAUNIUS, Ministre des Affaires étrangères.

M. JUOZAS SAKALAUSKAS, Chef de Section au Ministère des Affaires étrangères.

*Son Altesse Royale la Grande-Duchesse de Luxembourg:*

M. Charles VERMAIRE, Consul à Genève.

*Le Président des Etats-Unis du Mexique:*

M. Salvador MARTÍNEZ DE ALVA, Observateur permanent auprès de la Société des Nations.

*Son Altesse Sérénissime le Prince de Monaco:*

M. Conrad E. HENTSGH, Consul général à Genève.

*Le Président de la République de Panamá:*

Le docteur Ernesto HOFFMANN, Consul général à Genève.

*Le Président de la République de Paraguay:*

Le docteur Ramón V. CABALLERO DE BEDOYA, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire près le Président de la République française, Délégué permanent auprès de la Société des Nations.

*Sa Majesté la Reine des Pays-Bas:*

M. W. G. VAN WETTUM, Conseiller du Gouvernement pour les affaires internationales de l'opium.

*The President of the Republic of Liberia:*

Dr. Antoine SOTTILE, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary, Permanent Delegate accredited to the League of Nations.

*The President of the Republic of Lithuania:*

Dr. DOVAS ZAUNIUS, Minister for Foreign Affairs.

M. JUOZAS SAKALAUSKAS, Head of Section at the Ministry for Foreign Affairs.

*Her Royal Highness the Grand-Duchess of Luxembourg:*

M. Charles VERMAIRE, Consul at Geneva.

*The President of the United States of Mexico:*

M. Salvador MARTÍNEZ DE ALVA, Permanent Observer accredited to the League of Nations.

*His Serene Highness the Prince of Monaco:*

M. Conrad E. HENTSGH, Consul-General at Geneva.

*The President of the Republic of Panama:*

Dr. Ernesto HOFFMANN, Consul-General at Geneva.

*The President of the Republic of Paraguay:*

Dr. Ramón V. CABALLERO DE BEDOYA, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary to the President of the French Republic, Permanent Delegate accredited to the League of Nations.

*Her Majesty the Queen of the Netherlands:*

M. W. G. VAN WETTUM, Government Adviser for International Opium Questions.



*Sa Majesté Imperiale le Chah de Perse:*

M. A. SEPAHBODY, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire près le Conseil fédéral suisse, Délégué permanente auprès de la Société des Nations.

*Le Président de la République de Pologne:*

M. Witold CHODZKO, ancien Ministre.

*Le Président de la République portugaise:*

Le docteur Augusto DE VASCONCELLOS, Ministre plénipotentiaire, Directeur général du Secrétariat portugais de la Société des Nations;

Le docteur Alexandre FERRAZ DE ANDRADE, premier Secrétaire de Légation, Chef de la Chancellerie portugaise auprès de la Société des Nations.

*Sa Magesté le Roi de Roumanie:*

M. Constantin ANTONIADE, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire auprès de la Société des Nations.

*Les Capitaines-Régents de la République de Saint-Marin:*

Le professeur C. E. FERRI, Avocat.

*La Majesté le Roi de Siam:*

Son Altesse Sérénissime le Prince DAMRAS, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire près Sa Majesté Britannique, Représentant permanent auprès de la Société des Nations.

*His Imperial Majesty the Shah of Persia:*

M. A. SEPAHBODY, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary to the Swiss Federal Council, Permanent Delegate accredited to the League of Nations.

*The President of the Polish Republic:*

M. Witold CHODZKO, Former Minister.

*The President of the Portuguese Republic:*

Dr. Augusto DE VASCONCELLOS, Minister Plenipotentiary, General Director of the Portuguese Secretariat of the League of Nations;

Dr. Alexandro FERRAZ DE ANDRADE, First Secretary of Legation, Chief of the Portuguese Office accredited to the League of Nations.

*His Majesty the King of Roumania:*

M. Constantin ANTONIADE, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary accredited to the League of Nations.

*I Capitani Reggenti of the Republic of San Marino:*

Professor C. E. FERRI, Advocate.

*His Majesty the King of Siam:*

His Serene Highness Prince DAMRAS, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary to His Britannic Majesty, Permanent Representative accredited to the League of Nations.

*Sa Majesté le Roi de Suède:*

M. K. I. WESTMAN, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire près le Conseil fédéral suisse.

*Le Conseil fédéral suisse:*

M. Paul DINICHERT, Ministre plénipotentiaire, Chef de la Division des Affaires étrangères du Département politique fédéral;

Le docteur Henri CARRIÈRE, Directeur du Service fédéral de l'Hygiène publique.

*Le Président de la République tchécoslovaque:*

M. Zdenek FIERLINGER, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire près le Conseil fédéral suisse, Délégué permanent auprès de la Société des Nations.

*Le Président de la République de l'Uruguay:*

Le docteur Alfredo DE CASTRO, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire près le Conseil fédéral suisse.

*Le Président des Etats-Unis du Venezuela:*

Le docteur L. G. CHACÍN-ITRIAGO, Chargé d'affaires à Berne, Membre de l'Académie de médecine de Caracas.

Lesquels, après s'être communiqué leurs pleins pouvoirs, trouvés en bonne et due forme, sont convenus des dispositions suivantes:

*His Majesty the King of Sweden:*

M. K. I. WESTMAN, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary to the Swiss Federal Council.

*The Swiss Federal Council:*

M. Paul DINICHERT, Minister Plenipotentiary, Chief of the Division for Foreign Affairs of the Federal Political Department;

Dr. Henri CARRIERE, Director of the Federal Service of Public Health.

*The President of the Czechoslovak Republic:*

M. Zdenek FIERLINGER, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary to the Swiss Federal Council, Permanent Delegate accredited to the League of Nations.

*The President of the Republic of Uruguay:*

Dr. Alfredo de CASTRO, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary to the Swiss Federal Council.

*The President of the United States of Venezuela:*

Dr. L. G. CHACÍN-ITRIAGO, Chargé d'Affaires at Berne, Member of the Medical Academy of Caracas.

Who, having communicated to one another their full powers, found in good and due form, have agreed as follows:

## CHAPITRE I.

## DÉFINITIONS

*Article premier*

Sauf indication expresse contraire, les définitions ci-après s'appliquent à toutes les dispositions de la présente Convention:

1. Par "Convention de Genève", on entend la Convention internationale de l'opium signée à Genève le 19 février 1925.

2. Par "Drogues", on entend les drogues suivantes, qu'elles soient partiellement fabriquées ou entièrement raffinées.

*Groupe I.**Sous-groupe (a):*

I) La morphine et ses sels, y compris les préparations faites en partant directement de l'opium brut ou médicinal et contenant plus de 20 % de morphine;

II) La diacétylmorphine et les autres esters (éthers-sels) de la morphine et leurs sels;

III) La cocaïne et ses sels, y compris les préparations faites en partant directement de la feuille de coca et contenant plus de 0.1 % de cocaïne, tous les esters de l'ecgonine et leurs sels;

IV) La dihydrooxycodéinone (dont l'eucodal, nom déposé, est un sel), la dihydrocodéinone (dont le dicodide, nom déposé, est un sel), la dihydromorphinone (dont le dilaudide, nom déposé, est un sel), l'acétyldihydrocodéinone ou l'acétylodéméthyl-

## CHAPTER I

## DEFINITIONS

*Article 1*

Except where otherwise expressly indicated, the following definitions shall apply throughout this Convention:

1. The term "Geneva Convention" shall denote the International Opium Convention signed at Geneva on February 19th, 1925.

2. The term "the drugs" shall denote the following drugs whether partly manufactured or completely refined:

*Group I.**Sub-Group (a):*

I) Morphine and its salts, including preparations made directly from raw or medicinal opium and containing more than 20 per cent of morphine;

II) Diacetylmorphine and the other esters of morphine and their salts;

III) Cocaine and its salts, including preparations made direct from the coca leaf and containing more than 0.1 per cent of cocaine, all the esters of ecgonine and their salts;

IV) Dihydrohydrooxycodéinone (of which the substance registered under the name of eucodal is a salt); dihydrocodeinone (of which the substance registered under the name of dicodide is a salt), dihydromorphinone (of which the substance regis-

lodihydrothébaïne (dont l'acédicone, nom déposé, est un sel), la dihydromorphine (dont le paramorfan, nom déposé, est un sel), leurs esters et les sels de l'une quelconque de ces substances et leurs esters, la N-oxymorphine (génomorphine, nom déposé), les composés N-oxymorphiniques, ainsi que les autres composés morphiniques à azote pentavalent.

*Sous-groupe (b) :*

L'ecgonine, la thébaïne et leurs sels, les éthers-oxydes de la morphine, tels que la benzylmorphine, et leurs sels, à l'exception de la méthylmorphine (codéine), de l'éthylmorphine et de leurs sels.

*Groupe II.*

La méthylmorphine (codéine), l'éthylmorphine et leurs sels.

Les substances mentionnées dans le présent paragraphe seront considérées comme "drogues", même lorsqu'elles seront produites par voie synthétique.

Les termes "Groupe I" et "Groupe II" désignent respectivement les groupes I et II du présent paragraphe.

3. Par "opium brut", on entend le suc coagulé spontanément, obtenu des capsules du pavot somnifère (*Papaver somniferum* L.) et n'ayant subi que les manipulations nécessaires à son emballage et à son transport, quelle que soit sa teneur en morphine.

tered under the name of dilaudide is a salt), acetyldihydrocodeinone or acetyldemethyldihydrothebaine (of which the substance registered under the name of acedicone is a salt); dihydromorphine (of which the substance registered under the name of paramorfan is a salt), their esters and the salts of any of these substances and of their esters, morphine-N-oxide (registered trade name genomorphine), also the morphine-N-oxide derivatives, and the other pentavalent nitrogen morphine derivatives.  
*Sub-Group (b) :*

Ecgonine, thebaine and their salts, benzylmorphine and the other ethers of morphine and their salts, except methylmorphine (codeine), ethylmorphine and their salts.

*Group II.*

Methylmorphine (codeine), ethylmorphine and their salts.

The substances mentioned in this paragraph shall be considered as drugs even if produced by a synthetic process.

The terms "Group I" and "Group II" shall respectively denote Groups I and II of this paragraph.

3. "Raw opium" means the spontaneously coagulated juice obtained from the capsules of the *Papaver somniferum* L., which has only been submitted to the necessary manipulations for packing and transport, whatever its content of morphine.

Par "opium médicinal", on entend l'opium qui a subi les préparations nécessaires pour son adaptation à l'usage médical, soit en poudre ou granulé, soit en forme de mélange avec des matières neutres, selon les exigences de la pharmacopée.

Par "morphine", on entend le principal alcaloïde de l'opium ayant la formule chimique  $C_{17}H_{19}O_2N$ .

Par "diacétylmorphine", on entend la diacétylmorphine (diamorphine, héroïne) ayant la formule  $C_{21}H_{23}O_4N$  ( $C_{17}H_{17}(C_2H_3O)_2O_2N$ ).

Par "feuille de coca", on entend la feuille de l'*Erythroxylon Coca* Lamarek, de l'*Erythroxylon novo-granatense* (Morris) *Hieronymus* et de leurs variétés, de la famille des Erythroxylacées, et la feuille d'autres espèces de ce genre dont la cocaïne pourrait être extraite directement ou obtenue par transformation chimique.

Par "cocaïne", on entend l'éther méthylique de la benzoylecgonine lévogyre ( $[\alpha]_D^{20} = -16.4$ ) en solution chloroformique à 20% ayant la formule  $C_{17}H_{21}O_4N$ .

Par "ecgonine", on entend l'ecgonine lévogyre ( $[\alpha]_D^{20} = -45.6$  en solution aqueuse à 5%) ayant la formule  $C_8H_{13}O_3N.H_2O$ , et tous les dérivés de cette ecgonine qui pourraient servir industriellement à sa régénération.

Les "drogues" ci-après sont définies par leurs formules chimiques comme suit:

Dihydrooxycodéine.	...	$C_{18}H_{23}O_4N$
Dihydrocodéine.	...	$C_{18}H_{23}O_3N$
Dihydromorphine.	...	$C_{17}H_{21}O_2N$
Acétyldihydrocodéine ou.	}	$C_{22}H_{27}O_5N$ ( $C_{18}H_{23}(C_2H_3O)_2O_2N$ )
Acétyldéméthylodihydrothé-		
baine.	...	

"Medical opium" means raw opium which has undergone the processes necessary to adapt it for medicinal use in accordance with the requirements of the national pharmacopœia, whether in powder form or granulated or otherwise or mixed with neutral materials.

"Morphine" means the principal alkaloid of opium having the chemical formula  $C_{17}H_{19}O_2N$ .

"Diacetylmorphine" means diacetylmorphine (diamorphine, heroin) having the formula  $C_{21}H_{23}O_4N$  ( $C_{17}H_{17}(C_2H_3O)_2O_2N$ ).

"Coca leaf" means the leaf the *Erythroxylon Coca* Lamarek and the *Erythroxylon novo-granatense* (Morris) *Hieronymus* and their varieties, belonging to the family of Erythroxylaceæ and the leaf of other species of this genus from which it may be found possible to extract cocaine, either directly or by chemical transformation.

"Cocaine" means methyl-benzoyl laevo-ecgonine ( $[\alpha]_D^{20} = -16.4$ ) in 20 per cent solution of chloroform of which the formula is  $C_{17}H_{21}O_4N$ .

"Ecgonine" means laevo-ecgonine ( $[\alpha]_D^{20} = -45.6$  in 5 per cent solution of water), of which the formula is  $C_8H_{13}O_3N.H_2O$ , and all the derivatives of laevo-ecgonine which might serve industrially for its recovery.

The following drugs are defined by their chemical formulae as set out below:

Dihydrohydroxycodéine.	...	$C_{18}H_{23}O_4N$
Dihydrocodéine.	...	$C_{18}H_{23}O_3N$
Dihydromorphine.	...	$C_{17}H_{21}O_2N$
Acétyldihydrocodéine or.	}	$C_{22}H_{27}O_5N$ ( $C_{18}H_{23}(C_2H_3O)_2O_2N$ )
Acétyldéméthylodihydrothé-		
baine.	...	

Dihydromorphine. . . . .	$C_{17}H_{21}O_3N$
N-oxymorphine. . . . .	$C_{17}H_{19}O_4N$
Thebaine. . . . .	$C_{19}H_{21}O_3N$
Méthylmorphine (codéine). . .	$C_{18}H_{21}O_3N$ ( $C_{17}H_{18}(CH_3O)O_2N$ )
Ethylmorphine. . . . .	$C_{19}H_{23}O_3N$ ( $C_{17}H_{18}(C_2H_5O)O_2N$ )
Benzylmorphine. . . . .	$C_{21}H_{25}O_3N$ ( $C_{17}H_{18}(C_6H_7O)O_2N$ )

Dihydromorphine. . . . .	$C_{17}H_{21}O_3N$
Morphine-N-Oxide. . . . .	$C_{17}H_{19}O_4N$
Thebaine. . . . .	$C_{19}H_{21}O_3N$
Methylmorphine (codeine). . .	$C_{18}H_{21}O_3N$ ( $C_{17}H_{18}(CH_3O)O_2N$ )
Ethylmorphine. . . . .	$C_{19}H_{23}O_3N$ ( $C_{17}H_{18}(C_2H_5O)O_2N$ )
Benzylmorphine. . . . .	$C_{21}H_{25}O_3N$ ( $C_{17}H_{18}(C_6H_7O)O_2N$ )

4. Par "fabricatin", on entend aussi le raffinage.

Par "transformation", on entend la transformation d'une "drogue" par voie chimique, excepté la transformation des alcaloïdes en leurs sels.

Lorsqu'une des "drogues" est transformée en une autre "drogue", cette opération est considérée comme une transformation par rapport à la première "drogue" et comme une fabrication par rapport à la deuxième.

Par "évaluations", on entend les évaluations fournies conformément aux articles 2 à 5 de la présente Convention et, sauf indication contraire du contexte, y compris les évaluations supplémentaires.

Le terme "stocks de réserve", dans le cas d'une "drogue" quelconque, désigne les stocks requis.

I) Pour la consommation intérieure normale du pays ou du territoire où ils sont maintenus,

II) Pour la transformation dans ce pays ou dans ce territoire, et

III) Pour l'exportation.

Le terme "stocks d'Etat", dans le cas d'une "drogue" quelconque, indique les stocks maintenus sous le contrôle de l'Etat, pour l'usage de l'Etat et pour faire face à des circonstances exceptionnelles.

4. The term "manufacture" shall include any process of refining.

The term "conversion" shall denote the transformation of a drug by a chemical process, with the exception of the transformation of alkaloids into their salts.

When one of the drugs is converted into another of the drugs this operation shall be considered as conversion in relation to the first-mentioned drug and as manufacture in relation to the other.

The term "estimates" shall denote estimates furnished in accordance with Articles 2 to 5 of this Convention and, unless the context otherwise requires, shall include supplementary estimates.

The term "reserve stocks" in relation to any of the drugs shall denote the stocks required

I) For the normal domestic consumption of the country or territory in which they are maintained,

II) For conversion in that country or territory, and

III) For export.

The term "Government stocks" in relation to any of the drugs shall denote stocks kept under Government control for the use of the Government and to meet exceptional circumstances.

Sauf indication contraire du contexte, le mot "exportation" est considéré comme comprenant la réexportation.

Except where the context otherwise requires, the term "export" shall be deemed to include re-export.

## CHAPITRE II

## CHAPTER II

### EVALUATIONS

### ESTIMATES

#### *Article 2.*

#### *Article 2*

1. Les Hautes Parties contractantes fourniront annuellement au Comité central permanent, institué par le Chapitre VI de la Convention de Genève, pour chaque drogue et pour chacun de leurs territoires auxquels s'applique la présente Convention, des évaluations conformes aux dispositions de l'article 5 de la présente Convention.

2. Lorsqu'une Haute Partie contractante n'aura pas fourni d'évaluations pour l'un quelconque de ses territoires auxquels la présente Convention s'applique, à la date prévue à l'article 5, paragraphe 4, ladite évaluation sera établie dans la mesure du possible par l'organe de contrôle prévu à l'article 5, paragraphe 6.

3. Le Comité central permanent demandera pour les pays ou territoires auxquels la présente Convention ne s'applique pas, des évaluations établies conformément aux stipulations de la présente Convention. Si, pour l'un quelconque de ces pays ou territoires, il n'est pas fourni d'évaluation, l'Organe de contrôle en établira lui-même dans la mesure du possible.

1. Each High Contracting Party shall furnish annually, for each of the drugs in respect of each of his territories to which this Convention applies, to the Permanent Central Board, constituted under Chapter VI of the Geneva Convention, estimates in accordance with the provisions of Article 5 of this Convention.

2 In the event of any High Contracting Party failing to furnish, by the date specified in paragraph 4 of Article 5, an estimate in respect of any of his territories to which this Convention applies, an estimate will, so far as possible, be furnished by the Supervisory Body specified in paragraph 6 of Article 5.

3. The Permanent Central Board shall request estimates for countries or territories to which this Convention does not apply to be made in accordance with the provisions of this Convention. If for any such country estimates are not furnished, the Supervisory Body shall itself, as far as possible, make the estimate.

### Article 3.

Toute Haute Partie contractante pourra fournir, si c'est nécessaire, pour une année quelconque, et pour l'un quelconque de ses territoires, des évaluations supplémentaires de ce territoire pour ladite année, en exposant les raisons qui les justifient.

### Article 4.

1. Toute évaluation fournie conformément aux articles précédents se rapportant à l'une quelconque des "drogues" requises pour la consommation intérieure du pays ou du territoire pour lequel elle est établie, sera fondée uniquement sur les besoins médicaux et scientifiques de ce pays ou de ce territoire.

2. Les Hautes Parties contractantes pourront, en dehors des stocks de réserve, constituer et maintenir des stocks nationaux.

### Article 5.

1. Les évaluations prévues aux articles 2 à 4 de la présente Convention devront être établies selon le modèle qui sera prescrit de temps à autre par le Comité central permanent et communiqué par les soins de ce Comité à tous les Membres de la Société des Nations et aux Etats non membres mentionnés à l'article 27.

2. Pour chacune des "drogues", soit sous la forme d'alcaloïdes ou sels ou de préparations d'alcaloïdes ou sels, pour chaque année et pour chaque pays ou territoire, les évaluations devront indiquer :

### Article 3

Any High Contracting Party may, if necessary, in any year furnish in respect of any of his territories supplementary estimates for that territory for that year with an explanation of the circumstances which necessitate such supplementary estimates.

### Article 4

1. Every estimate furnished in accordance with the preceding Articles, so far as it relates to any of the drugs required for domestic consumption in the country or territory in respect of which it is made, shall be based solely on the medical and scientific requirements of that country or territory.

2. The High Contracting Parties may, in addition to reserve stock, create and maintain Government stocks.

### Article 5

1. Each estimate provided for in Articles 2 to 4 of this Convention shall be in the form from time to time prescribed by the Permanent Central Board and communicated by the Board to all the Members of the League of Nations and to the non-member States mentioned in Article 27.

2. Every estimate shall show for each country or territory for each year in respect of each of the drugs whether in the form of alkaloid or salts or of preparations of the alkaloids or salts:



a) La quantité nécessaire pour être utilisée comme telle pour les besoins médicaux et scientifiques, y compris la quantité requise pour la fabrication des préparations pour l'exportation desquelles les autorisations d'exportation ne sont pas requises, que ces préparations soient destinées à la consommation intérieure ou à l'exportation;

La quantité nécessaire aux fins de transformations, tant pour la consommation intérieure que pour l'exportation.

c) Les stocks de réserve que l'on désire maintenir;

d) La quantité requise pour l'établissement et le maintien des stocks d'Etat, ainsi qu'il est prévu à l'article 4.

Par total des évaluations pour chaque pays ou territoire, entend la somme des quantités spécifiées sous les alinéas a) et b) du présent paragraphe augmentée des quantités qui peuvent être nécessaires pour porter les stocks des réserves et les stocks d'Etat au niveau désiré, ou déduction de toute quantité dont ces stocks pourraient dépasser ce niveau. Il ne sera tenu compte, toutefois, de ces augmentations ou de ces diminutions que pour autant que les Hautes Parties contractantes intéressées auront fait parvenir à temps utile au Comité central permanent les évaluations nécessaires.

3. Chaque évaluation sera accompagnée d'un exposé de méthode employée pour calculer les différentes quantités et y seront inscrites. Si les quantités calculées comportent une marge tenant compte des fluctuations possibles de la

(a) The quantity necessary for use as such for medical and scientific needs, including the quantity required for the manufacture of preparations for the export of which export authorisations are not required, whether such preparations are intended for domestic consumption or for export;

(b) The quantity necessary for the purpose of conversion, whether for domestic consumption or for export;

(c) The amount of the reserve stocks which it is desired to maintain;

(d) The quantity required for the establishment and maintenance of any Government stocks as provided for in Article 4.

The total of the estimates for each country or territory shall consist of the sum of the amounts specified under (a) and (b) of this paragraph with the addition of any amounts which may be necessary to bring the reserve stocks and the Government stocks up to the desired level, or after deduction of any amounts by which those stocks may exceed that level. These additions or deductions shall, however, not be taken into account except in so far as the High Contracting Parties concerned shall have forwarded in due course the necessary estimates to the Permanent Central Board.

3. Every estimate shall be accompanied by a statement explaining the method by which the several amounts shown in it have been calculated. If these amounts are calculated

demande, l'évaluation devra préciser le montant de la marge prévue. Il est entendu que, dans le cas de l'une quelconque des "drogues" qui sont ou peuvent être comprises dans le groupe II, il peut être nécessaire de laisser une marge plus large que pour les autres "drogues".

4. Toutes des évaluations devront parvenir au Comité central permanent au plus tarde le 1<sup>re</sup> août de l'année qui précède celle pour laquelle l'évaluation aura été établie.

5. Les évaluations supplémentaires devront être adressées au Comité central permanent dès leur établissement.

6. Les évaluations seront examinées par un Organe de contrôle. La Commission consultative du trafic de l'opium et des drogues nuisibles de la Société des Nations, le Comité central permanent, le Comité d'hygiène de la Société des Nations et l'Office international d'Hygiène publique auront le droit de désigner chacun un membre de cet Organe. Le Secrétariat de l'Organe de contrôle sera assuré par le Secrétaire général de la Société des Nations en s'assurant la collaboration étroite du Comité central.

Pour tout pays ou territoire pour lequel une évaluation n'a été fournie, l'Organe de contrôle pourra demander, sauf ce qui concerne les besoins de l'Etat, toute indication ou décision supplémentaire qu'il jugera nécessaire, soit pour compléter l'évaluation; soit pour expliquer les indications qui figurent; à la suite des renseignements ainsi recueillis, il pourra modifier les évaluations avec le consentement de l'Etat intéressé. Dans le cas de l'une quelconque des "drogues" qui sont ou peuvent être comprises dans le groupe II, une déclaration sommaire sera suffisante.

so as to include a margin allowing for possible fluctuations in demand, the estimates must indicate the extent of the margin so included. It is understood that in the case of any of the drugs which are or may be included in Group II, a wider margin may be necessary than in the case of the other drugs.

4. Every estimate shall reach the Permanent Central Board not later than August 1st in the year preceding that in respect of which the estimate is made.

5. Supplementary estimates shall be sent to the Permanent Central Board immediately on their completion.

6. The estimates will be examined by a Supervisory Body. The Advisory Committee on the Traffic in Opium and other Dangerous Drugs of the League of Nations, the Permanent Central Board, the Health Committee of the League of Nations and the Office international d'Hygiène publique shall each have the right to appoint one member of this Body. The Secretariat of the Supervisory Body shall be provided by the Secretary-General of the League of Nations, who will ensure close collaboration with the Permanent Central Board.

The Supervisory Body may require any further information or details, except as regards requirements for Government purposes, which it may consider necessary, in respect of any country or territory on behalf of which an estimate has been furnished in order to make the estimate complete or to explain any statement made therein, and may, with the consent of the Government concerned, amend any estimate in accordance with any information or details so obtained. It is understood that in the case of any of the drugs which are or may be included in Group II a summary statement shall be sufficient.

7. Après avoir examiné, conformément au paragraphe 6 ci-dessus, les évaluations fournies et après avoir fixé, conformément à l'article 2, les évaluations pour les pays ou territoires pour lesquels il n'en aura pas été fourni, l'Organe de contrôle adressera, par l'entremise du Secrétaire général et au plus tard le 1<sup>er</sup> novembre de chaque année, à tous les Membres de la Société des Nations et aux Etats non membres mentionnés à l'article 27 un état contenant les évaluations pour chaque pays ou territoire; cet état sera accompagné, en autant que l'Organe de contrôle le jugera nécessaire, d'un exposé des explications fournies ou demandées, conformément au paragraphe 6 ci-dessus, et de toutes observations que l'Organe de contrôle tiendrait à présenter relativement à l'évaluation, explication ou demande d'explication.

8. Toute évaluation supplémentaire communiquée au Comité central permanent au cours de l'année doit être traitée avec délai par l'Organe de contrôle suivant la procédure spécifiée aux paragraphes 6 et 7 ci-dessus.

### CHAPITRE III

#### LIMITATION DE LA FABRICATION

##### *Article 6*

1. Il ne sera fabriqué dans aucun pays ou territoire, au cours d'une année quelconque, de quantité d'une "drogue" quelconque supérieure au total des quantités suivantes:

a) La quantité requise, dans les limites des évaluations pour ce pays ou ce territoire, pour cette année, pour être utilisée comme telle pour ses besoins médicaux et

7. After examination by the Supervisory Body as provided in paragraph 6 above of the estimates furnished, and after the determination by that Body as provided in Article 2 of the estimates for each country or territory on behalf of which no estimates have been furnished, the Supervisory Body shall forward, not later than November 1st in each year, through the intermediary of the Secretary-General, to all the Members of the League of Nations and non-member States referred to in Article 27, a statement containing the estimates for each country or territory, and, so far as the Supervisory Body may consider necessary, an account of any explanations given or required in accordance with paragraph 6 above, and any observations which the Supervisory Body may desire to make in respect of any such estimate or explanation, or request for an explanation.

8. Every supplementary estimate sent to the Permanent Central Board in the course of the year shall be dealt with without delay by the Supervisory Body in accordance with the procedure specified in paragraphs 6 and 7 above.

### CHAPTER III.

#### LIMITATION OF MANUFACTURE.

##### *Article 6.*

1. There shall not be manufactured in any country or territory in any one year a quantity of any of the drugs greater than the total of the following quantities:

(a) The quantity required within the limits of the estimates for that country or territory for that year for use as such for its medical and scientific needs including

scientifiques y compris la quantité requise pour la fabrication des préparations pour l'exportation desquelles les autorisations d'exportation ne sont pas requises, que ces préparations soient destinées à la consommation intérieure ou à l'exportation;

b) La quantité requise dans les limites des évaluations pour ce pays ou ce territoire, pour cette année, aux fins de transformation, tant pour la consommation intérieure que pour l'exportation;

c) La quantité qui pourra être requise par ce pays ou ce territoire, pour l'exécution, au cours de l'année, des commandes destinées à l'exportation et effectuées conformément aux dispositions de la présente Convention;

d) La quantité éventuellement requise par ce pays ou territoire pour maintenir les stocks de réserve au niveau spécifié dans les évaluations de l'année envisagée;

e) La quantité éventuellement requise pour maintenir les stocks d'Etat au niveau spécifié dans les évaluations de l'année envisagée.

3. Il est entendu que si, à la fin d'une année, une Haute Partie contractante constate que la quantité fabriquée dépasse le total des quantités spécifiées ci-dessus, compte tenu des déductions prévues à l'article 7, premier alinéa, cet excédent est déduit de la quantité qui doit être fabriquée au cours de l'année suivante. En transmettant leurs statistiques annuelles au Comité central permanent, les Hautes Parties contractantes donneront les raisons de ce dépassement.

the quantity required for the manufacture of preparations for the export of which export authorisations are not required, whether such preparations are intended for domestic consumption or for export;

(b) The quantity required within the limits of the estimates for that country or territory for that year for conversion, whether for domestic consumption or for export;

(c) Such quantity as may be required by that country or territory for the execution during the year of orders for export in accordance with the provisions of this Convention;

(d) The quantity, if any, required by that country or territory for the purpose of maintaining the reserve stocks at the level specified in the estimates for that year;

(e) The quantity, if any, required for the purpose of maintaining the Government stocks at the level specified in the estimates for that year.

2. It is understood that, if at the end of any year, any High Contracting Party finds that the amount manufactured exceeds the total of the amounts specified above, less any deductions made under Article 7, paragraph 1, such excess shall be deducted from the amount to be manufactured during the following year. In forwarding their annual statistics to the Permanent Central Board, the High Contracting Parties shall give the reasons for any such excess.

**Article 7**

Pour chaque "drogue", il sera déduit de la quantité dont la fabrication est autorisée, conformément à l'article 6, au cours d'une année quelconque, dans un pays ou territoire quelconque:

I) Toute quantité de la "drogue" importée, y compris ce qui aurait été retourné et déduction faite de ce qui aurait été réexporté;

II) Toute quantité de ladite "drogue" saisie et utilisée comme telle pour la consommation intérieure ou la transformation.

S'il est impossible d'effectuer pendant l'exercice en cours les déductions susmentionnées, toute quantité demeurant en excédent à la fin de l'exercice sera déduite des évaluations de l'année suivante.

**Article 8.**

La quantité d'une "drogue" quelconque, importée ou fabriquée dans un pays ou territoire aux fins de transformation, conformément aux évaluations de ce pays ou de ce territoire, ne peut être utilisée, si possible, en totalité à cet effet pendant la période visée par l'évaluation.

Toutefois, s'il est impossible d'utiliser ainsi la quantité de la drogue dans la période en question, la fraction demeurant inutilisée à la fin de l'année sera déduite des évaluations de l'année suivante pour ce pays ou ce territoire.

**Article 7.**

There shall be deducted from the total quantity of each drug permitted under Article 6 to be manufactured in any country or territory during any one year:

I) Any amounts of that drug imported including any returned deliveries of the drug, less quantities re-exported;

II) Any amounts of the drug seized and utilised as such for domestic consumption or for conversion.

If it should be impossible to make any of the above deductions during the course of the current year, any amounts remaining in excess at the end of the year shall be deducted from the estimates for the following year.

**ARTICLE 8.**

The full amount of any of the drugs imported into or manufactured in any country or territory for the purpose of conversion in accordance with the estimates for that country or territory shall, if possible, be utilised for that purpose within the period for which the estimate applies.

In the event, however, of it being impossible to utilise the full amount for that purpose within the period in question, the portion remaining unused at the end of the year shall be deducted from the estimates for that country or territory for the following year.

#### Article 9.

Si, au moment où toutes les dispositions de la présente Convention deviendront applicables, les stocks d'une "drogue" tant à ce moment dans un pays ou territoire dépassent le montant des stocks de réserve de cette "drogue" que ce pays ou territoire désire maintenir, conformément à ses évaluations, l'excédent sera déduit de la quantité qui, normalement, aurait été fabriquée ou importée, selon le cas, au cours de l'année, conformément aux dispositions de la présente Convention.

Si cette procédure n'est pas appliquée, le gouvernement gardera en charge les stocks en excédent existant au moment où toutes les dispositions de la présente Convention deviendront applicables. Le gouvernement n'en délivrera, à certains intervalles, que les quantités qui peuvent être délivrées, conformément à la Convention. Toutes les quantités ainsi délivrées au cours de l'année seront déduites de la quantité totale destinée à être fabriquée ou importée, selon le cas, au cours de cette même année.

### CHAPITRE IV

#### INTERDICTIONS ET RESTRICTIONS

##### Article 10.

1. Les Hautes Parties contractantes interdiront l'exportation de leurs territoires de la diacétylmorphine et de ses sels ainsi que des préparations contenant de la diacétylmorphine ou ses sels.

#### Article 9.

If at the moment when all the provisions of the Convention shall have come into force, the then existing stocks of any of the drugs in any country or territory exceeds the amount of the reserve stocks of that drug, which, according to the estimates for that country or territory, it is desired to maintain, such excess shall be deducted from the quantity which, during the year, could ordinarily be imported or manufactured as the case may be under the provisions of this Convention.

Alternatively, the excess stocks existing at the moment when all the provisions of the Convention shall have come into force shall be taken possession of by the Government and released from time to time in such quantities only as may be in conformity with the present Convention. Any quantities so realised during any year shall be deducted from the total amount to be manufactured or imported as the case may be during that year.

### CHAPTER IV.

#### PROHIBITIONS AND RESTRICTIONS.

##### Article 10.

1. The High Contracting Parties shall prohibit the export from their territories of diacetylmorphine, its salts, and preparations containing diacetylmorphine, or its salts.

2. Toutefois sur demande émanant du gouvernement d'un pays où la diacétylmorphine n'est pas fabriquée, toute Haute Partie contractante pourra autoriser l'exportation à destination de ce pays de quantités de diacétylmorphine, de ses sels et des préparations contenant de la diacétylmorphine ou ses sels, qui sont nécessaires pour les besoins médicaux et scientifiques de ce pays, à la condition que cette demande soit accompagnée d'un certificat d'importation et soit adressée à l'administration officielle indiquée dans le certificat.

3. Toutes les quantités ainsi importées seront distribuées par le gouvernement du pays importateur et sous sa responsabilité.

#### Article 11.

1. Le commerce et la fabrication commerciale de tout produit dérivé de l'un des alcaloïdes phénanthrènes de l'opium ou des alcaloïdes ecgoniniques de la feuille de coca, qui ne sera pas utilisé à la date de ce jour pour des besoins médicaux ou scientifiques, ne pourront être permis dans un pays ou territoire quelconque que si la valeur médicale ou scientifique de ce produit a été constatée d'une manière jugée probante par le gouvernement intéressé.

Dans ce cas, à moins que le gouvernement ne décide que le produit en question n'est pas susceptible d'engendrer la toxicomanie ou d'être converti en un produit susceptible d'engendrer la toxicomanie, les quantités dont la fabrication est autorisée ne devront pas, dans l'attente des décisions mentionnées ci-après, dépasser le total des besoins intérieurs du pays ou territoire pour des fins médicales et scientifiques et la quantité nécessaire pour satisfaire aux commandes d'exportation, et les dispositions de la présente Convention seront appliquées audit produit.

2. Nevertheless, on the receipt of a request from the Government of any country in which diacetylmorphine is not manufactured, any High Contracting Party may authorise the export to that country of such quantities of diacetylmorphine, its salts, and preparations containing diacetylmorphine or its salts, as are necessary for the medical and scientific needs of that country, provided that the request is accompanied by an import certificate and is consigned to the Government Department indicated in the certificate.

3. Any quantities so imported shall be distributed by and on the responsibility of the Government of the importing country.

#### Article 11.

1. No trade in or manufacture for trade of any product obtained from any of the phenanthrene alkaloids of opium or from the ecgonine alkaloids of the coca leaf, not in use on this day's date for medical or scientific purposes shall take place in any country or territory unless and until it has been ascertained to the satisfaction of the Government concerned that the product in question is of medical or scientific value.

In this case (unless the Government determines that such product is not capable of producing addiction or of conversion into a product capable of producing addiction) the quantities permitted to be manufactured, pending the decision hereinafter referred to, shall not exceed the total of the domestic requirements of the country or territory for medical and scientific needs, and the quantity required for export orders and the provisions of this Convention shall apply.

2. La Haute Partie contractante qui autorisera le commerce ou la fabrication commerciale d'un de ces produits en avisera immédiatement le Secrétaire général de la Société des Nations, qui communiquera cette notification aux autres Hautes Parties contractantes et au Comité d'hygiène de la Société.

3. Le Comité d'hygiène, après avoir soumis la question au Comité permanent de l'Office international d'hygiène publique, décidera si le produit dont il s'agit peut engendrer la toxicomanie (et doit être assimilé de ce fait aux "drogues" mentionnées dans le sous-groupe *a*) du groupe I), ou s'il peut être transformé en une de ces mêmes drogues (et être, de ce fait, assimilé aux "drogues" mentionnées dans le sous-groupe *a* du groupe I ou dans le groupe II).

4. Si le Comité d'hygiène décide que, sans être une "drogue" susceptible d'engendrer la toxicomanie, le produit dont il s'agit peut être transformé en une telle "drogue", la question de savoir si ladite "drogue" rentre dans le sous-groupe *b*) du groupe I ou dans le groupe II sera soumise pour décision à un Comité de trois experts qualifiés pour en examiner les aspects scientifiques et techniques. Deux de ces experts seront désignés respectivement par le gouvernement intéressé et par la Commission consultative de l'opium; le troisième sera désigné par les deux précités.

5. Toute décision prise conformément aux deux paragraphes précédents sera portée à la connaissance du Secrétaire général de la Société des Nations, qui la communiquera à tous les Membres de la Société et aux Etats non membres mentionnés à l'article 27.

2. Any High Contracting Party permitting trade in or manufacture for trade of any such product to be commenced shall immediately send a notification to that effect to the Secretary-General of the League of Nations, who shall advise the other High Contracting Parties and the Health Committee of the League.

3. The Health Committee will thereupon, after consulting the Permanent Committee of the Office international d'Hygiène publique, decide whether, the product in question is capable of producing addiction (and is in consequence assimilable to the drugs mentioned in sub-group *(a)* of Group I), or whether it is convertible into such a drug (and is in consequence assimilable to the drugs mentioned in sub-group *(b)* of Group I or in Group II).

4. In the event of the Healthy Committee deciding that the product is not itself a drug capable of producing addiction, but is convertible into such a drug, the question whether the drug in question shall fall under sub-group *(b)* of Group I or under Group II shall be referred for decision to a body of three experts competent to deal with the scientific and technical aspects of the matter, of whom one member shall be selected by the Government concerned, one by the Opium Advisory Committee of the League, and the third by the two members so selected.

5. Any decisions arrived at in accordance with the two preceding paragraphs shall be notified to the Secretary-General of the League of Nations, who will communicate it to all the Members of the League and to the non-member States mentioned in Article 27.



6. S'il résulte de ces décisions que le produit en question peut engendrer la toxicomanie ou peut être transformé en une "drogue" susceptible de l'engendrer, les Hautes Parties contractantes, dès la réception de la communication du Secrétaire général, soumettrant la dite "drogue" au régime prévu par la présente Convention, suivant qu'elle sera comprise dans le groupe I ou dans le groupe II.

7. Sur la demande de toute Haute Partie contractante adressée au Secrétaire général, toute décision de cette nature pourra être révisée à la lumière de l'expérience acquise et conformément à la procédure indiquée ci-dessus.

#### Article 12.

1. L'importation ou l'exportation d'un "drogue" quelconque, en provenance ou à destination du territoire d'une Haute Partie contractante, ne pourront être effectuées que conformément aux dispositions de la présente Convention.

2. Les importations d'une "drogue" quelconque, dans un pays ou territoire quelconque et pour une année quelconque, ne pourront excéder le total des évaluations définies à l'article 5 et de la quantité exportée de ce pays ou territoire pendant la même année, déduction faite de la quantité fabriquée dans le pays ou territoire pendant la même année.

#### CHAPITRE V.

##### CONTRÔLE.

#### Article 13.

1. a) Les Hautes Parties contractantes appliqueront à toutes les "drogues" du groupe I les dispositions de la Con-

6. If the decisions are to the effect that the product in question is capable of producing addiction or is convertible into a drug capable of producing addiction, the High Contracting Parties will, upon receipt of the communication from the Secretary-General, apply to the drug the appropriate régime laid down in the present Convention according as to whether it falls under Group I or under Group II.

7. Any such decisions may be revised, in accordance with the foregoing procedure, in the light of further experience, on an application addressed by any High Contracting Party to the Secretary-General.

#### Article 12

1. No import of any of the drugs into the territories of any High Contracting Party or export from those territories shall take place except in accordance with the provisions of this Convention.

2. The imports in any one year into any country or territory of any of the drugs shall not exceed the total of the estimates as defined in Article 5 and of the amount exported from that country or territory during the year, less the amount manufactured in that country or territory in that year.

#### CHAPTER V

##### CONTROL

#### Article 13

1. (a) The High Contracting Parties shall apply to all the drugs in Group I the provisions of the Geneva Convention

vention de Genève, dont celle-ci prévoit l'application aux substances spécifiées à son article 4 (ou des dispositions équivalentes). Les Hautes Parties contractantes appliqueront aussi les dispositions aux préparations de la morphine et cocaïne visées à cet article 4 et à toutes les préparations des autres "drogues" du groupe I, sauf les préparations qui peuvent être soustraites au régime de la Convention de Genève, conformément à l'article 8 de cette Convention.

b) Les Hautes Parties contractantes appliqueront aux solutions ou dilutions de morphine ou de cocaïne, ou de leurs sels, dans une substance inerte, liquide ou solide, et contenant 0,2 % ou moins de morphine ou 0,1 % ou moins de cocaïne, le même traitement qu'aux préparations contenant un pourcentage plus élevé.

2. Les Hautes Parties contractantes appliqueront aux "drogues" qui sont ou qui peuvent être comprises dans le groupe II les dispositions suivantes de la Convention de Genève ou des dispositions équivalentes:

a) Les dispositions des articles 6 et 7, en tant qu'elles s'appliquent à la fabrication, à l'importation, à l'exportation et au commerce de gros de ces "drogues";

b) Les dispositions du chapitre V, sauf en ce qui concerne les compositions qui contiennent l'une de ces "drogues" et qui se prêtent à une application thérapeutique normale;

c) Les dispositions des alinéas 1b), c) et e) et de l'alinéa 2 de l'article 22, étant entendu:

I) Que les statistiques des importations et des exportations pourront être envoyées annuellement et non trimestriellement, et

which are thereby applied to substances specified in its fourth Article (or provisions in conformity therewith). The High Contracting Parties shall also apply these provisions to preparations made from morphine and cocaine and covered by Article 4 of the Geneva Convention and to all other preparations made from the other drugs in Group I except such preparations as may be exempted from the provisions of the Geneva Convention under its eighth Article.

(b) The High Contracting Parties shall treat solutions or dilutions of morphine or cocaine or their salts in an inert substance, liquid or solid, which contain 0.2 per cent or less of morphine or 0.1 per cent or less of cocaine in the same way as preparations containing more than these percentages.

2. The High Contracting Parties shall apply to the drugs which are or may be included in Group II the following provisions of the Geneva Convention (or provisions in conformity therewith):

(a) The provisions of Articles 6 and 7 in so far as they relate to the manufacture, import, export and wholesale trade in those drugs;

(b) The provisions of Chapter V, except as regards compounds containing any of these drugs which are adapted to a normal therapeutic use:

(c) The provisions of paragraphs 1 (b), (c) and (e) and paragraph 2 of Article 22, provided:

I) That the statistics of import and export may be sent annually instead of quarterly, and

II) Que l'alinéa 1b) et l'alinéa 2 de l'article 22 ne seront pas applicables aux préparations qui contiennent ces "drogues".

*Article 14.*

1. Les gouvernements qui auront délivré une autorisation d'exportation, à destination de pays ou de territoires auxquels ne s'appliquent ni la présente Convention ni la Convention de Genève, pour une "drogue" qui est ou pourra être comprise dans le groupe I en aviseront immédiatement le Comité central permanent. Il est entendu que si les demandes d'exportation s'élèvent à 5 kilogrammes ou davantage, l'autorisation ne sera pas délivrée avant que le gouvernement soit assuré auprès du Comité central permanent que l'exportation ne provoquera pas un dépassement des évaluations pour le pays ou territoire importateur. Si le Comité central permanent fait savoir qu'il y aura un dépassement, le gouvernement n'autorisera pas l'exportation de la quantité qui provoquerait ce dépassement.

2. Si il ressort des relevés des importations et des exportations adressés au Comité central permanent ou des notifications faites à ce Comité, conformément au paragraphe précédent, que la quantité exportée ou dont l'exportation a été autorisée à destination d'un pays ou territoire quelconque dépasse le total des évaluations définies à l'article 5 pour ce pays ou ce territoire, pour cette année, augmenté le ses exportations constatées, le Comité en avisera immédiatement toutes les Hautes Parties contractantes. Celles-ci ne pourront plus autoriser, pendant l'année en question, aucune nouvelle exportation à destination dudit pays ou territoire, sauf

II) That paragraph 1 (b) and paragraph 2 of Article 22 shall not apply to preparations containing any of these drugs.

*Article 14*

1. Any Government which has issued an authorisation for the export of any of the drugs which are or may be included in Group I to any country or territory to which neither this Convention nor the Geneva Convention applies shall immediately notify the Permanent Central Board of the issue of the authorisation; provided that, if the request for export amounts to 5 kilogrammes or more, the authorisation shall not be issued until the Government has ascertained from the Permanent Central Board that the export will not cause the estimates for the importing country or territory to be exceeded. If the Permanent Central Board sends a notification that such an excess would be caused, the Government will not authorise the export of any amount which would have that effect.

2. If it appears from the import and export returns made to the Permanent Central Board or from the notifications made to the Board in pursuance of the preceding paragraph that the quantity exported or authorised to be exported to any country or territory exceeds the total of the estimates for that country or territory as defined in Article 5, with the addition of the amounts shown to have been exported, the Board shall immediately notify the fact to all the High Contracting Parties, who will not, during the currency of the year in question, authorise any new exports to that country except:

I) Dans le cas où une évaluation supplémentaire sera fournie, en ce qui concerne à la fois toute quantité importée en excédent et la quantité supplémentaire requise, ou

II) Dans les cas exceptionnels où l'exportation est, de l'avis du gouvernement du pays exportateur, essentielle aux intérêts de l'humanité ou au traitement des malades.

3. Le Comité central permanent préparera chaque année un état indiquant pour chaque pays ou territoire et pour l'année précédente:

- a) Les évaluations de chaque "drogue";
- b) La quantité de chaque "drogue" consommée;
- c) La quantité de chaque "drogue" fabriquée;
- d) La quantité de chaque "drogue" transformée;
- e) La quantité de chaque "drogue" importée;
- f) La quantité de chaque "drogue" exportée;
- g) La quantité de chaque "drogue" employée à la confection des préparations pour l'exportation desquelles les autorisations d'exportation ne sont pas requises.

S'il résulte dudit état que l'une des Hautes Parties contractantes a ou peut avoir manqué aux obligations prévues par la présente Convention, le Comité sera en droit de lui demander des explications par l'entremise du Secrétaire général de la Société des Nations, et la procédure prévue par les pa-

I) In the event of a supplementary estimate being furnished for that country in respect both of any quantity over-imported and of the additional quantity required; or

II) In exceptional cases where the export in the opinion of the Government of the exporting country is essential in the interests of humanity or for the treatment of the sick.

3. The Permanent Central Board shall each year prepare a statement showing, in respect of each country or territory for the preceding year:

- (a) The estimates in respect of each drug;
- (b) The amount of each drug consumed;
- (c) The amount of each drug manufactured;
- (d) The amount of each drug converted;
- (e) The amount of each drug imported;
- (f) The amount of each drug exported;
- (g) The amount of each drug used for the compounding of preparations, exports of which do not require export authorisations.

If such statement indicates that any High Contracting Party has or may have failed to carry out his obligations under this Convention, the Board shall have the right to ask for explanations, through the Secretary-General of the League of Nations, from that High Contracting Party, and

paragraphes 2 à 7 de l'article 24 de la Convention de Genève sera applicable.

Le Comité publiera, le plus tôt possible, l'état visé ci-dessus, et à moins qu'il ne le juge pas nécessaire, un résumé des explications données ou demandées conformément à l'alinéa précédent, ainsi que toutes observations qu'il tiendrait à faire concernant ces explications ou demandes d'explications.

En publiant les statistiques et autres informations qu'il reçoit en vertu de la présente Convention, le Comité central permanent aura soin de ne faire figurer dans ces publications aucune indication susceptible de favoriser les opérations des spéculateurs ou de porter préjudice au commerce légitime d'une quelconque des Hautes Parties contractantes.

## CHAPITRE VI

### DISPOSITIONS ADMINISTRATIVES

#### *Article 13*

Les Hautes Parties contractantes prendront toutes les mesures législatives ou autres nécessaires pour donner effet dans leurs territoires aux dispositions de la présente Convention.

Les Hautes Parties contractantes établiront, si elles ne l'ont déjà fait, une administration spéciale ayant pour mission:

the procedure specified in paragraphs 2 to 7 of Article 24 of the Geneva Convention shall apply in any such case.

The Board shall, as soon as possible thereafter, publish the statement above mentioned together with an account, unless it thinks it unnecessary, of any explanations given or required in accordance with the preceding paragraph and any observations which the Board may desire to make in respect of any such explanation or request for an explanation.

The Permanent Central Board shall take all necessary measures to ensure that the statistics and other information which it receives under this Convention shall not be made public in such a manner as to facilitate the operations of speculators or to injure the legitimate commerce of any High Contracting Party.

## CHAPTER VI

### ADMINISTRATIVE PROVISIONS

#### *Article 13.*

The High Contracting Parties shall take all necessary legislative or other measures in order to give effect within their territories to the provisions of this Convention.

The High Contracting Parties shall, if they have not already done so, create a special administration for the purpose of:

a) D'appliquer les prescriptions de la présente Convention;

b) De réglementer, surveiller et contrôler le commerce des "drogues";

c) D'organiser la lutte contre la toxicomanie, en prenant toutes les mesures utiles pour en empêcher le développement et pour combattre le trafic illicite.

#### Article 16

1. Chacune des Hautes Parties contractantes exercera une surveillance rigoureuse sur:

a) Les quantités de matières premières et de "drogues" manufacturées qui se trouvent en la possession de chaque fabricant aux fins de fabrication ou de transformation de chacune de ces "drogues" ou à toutes autres fins utiles;

b) Les quantités de "drogues" (ou de préparations contenant ces drogues) produites;

c) La manière dont il est disposé des "drogues" et préparations ainsi produites, notamment, leur distribution au commerce, à la sortie de la fabrique.

2. Les Hautes Parties contractantes ne permettront, pas l'accumulation entre les mains d'un fabricant quelconque de quantités de matières premières dépassant les quantités requises pour le fonctionnement économique de l'entreprise, en tenant compte des conditions du marché. Les quantités de matières premières en la possession de tout fabricant, à un moment quelconque, ne dépasseront pas les quantités nécessaires pour les besoins de la fabrication pendant le semestre

(a) Applying the provisions of the present Convention;

(b) Regulating, supervising and controlling the trade in the drugs;

(c) Organising the campaign against drug addiction, by taking all useful steps to prevent its development and to suppress the illicit traffic.

#### Article 16.

1. Each High Contracting Party shall exercise a strict supervision over:

(a) The amounts of raw material and manufactured drugs in the possession of each manufacturer for the purpose of the manufacture or conversion of any of the drugs or otherwise;

(b) The quantities of the drugs or preparations containing the drugs produced;

(c) The disposal of the drugs and preparations so produced with especial reference to deliveries from the factories.

2. No High Contracting Party shall allow the accumulation in the possession of any manufacturer of quantities of raw materials in excess of those required for the economic conduct of business, having regard to the prevailing market conditions. The amounts of raw material in the possession of any manufacturer at any one time shall not exceed the amounts required by that manufacturer during the ensuing six months, unless the Government, after

suivant, à moins que le gouvernement, après enquête, n'estime que des conditions exceptionnelles justifient l'accumulation de quantités additionnelles, mais, en aucun cas, les quantités totales qui pourront être accumulées ainsi ne devront dépasser l'approvisionnement d'une année.

#### Article 17

Chacune des Hautes Parties contractantes astreindra chaque fabricant établi sur ses territoires à fournir des rapports trimestriels indiquant:

a) Les quantités de matières premières et de chaque "drogue" qu'il a reçues dans sa fabrique, ainsi que les quantités de "drogues" ou de tout autre produit, quel qu'il soit, fabriqué avec chacune de ces substances. En signalant les quantités de matières premières ainsi reçues par lui, le fabricant indiquera la proportion de morphine, de cocaïne ou d'ecgonine contenue dans celles-ci ou qui peut en être retirée — proportion qui sera déterminée par une méthode prescrite par le gouvernement et dans des conditions que le gouvernement considère comme satisfaisantes;

(b) Les quantités, soit de matières premières, soit de produits manufacturés à l'aide de ces matières, qui ont été utilisées au cours du trimestre;

c) Les quantités restant en stock à la fin du trimestre.

Chacune des Hautes Parties contractantes astreindra chaque négociant en gros établi sur ses territoires à fournir, à la fin de chaque année, un rapport spécifiant pour chaque "drogue" la quantité de cette "drogue" contenue dans les

due investigation, considers that exceptional conditions warrant the accumulation of additional amounts, but in no case shall the total quantities which may be accumulated exceed one year's supply.

#### Article 17.

Each High Contracting Party shall require each manufacturer within his territories to submit quarterly reports stating:

(a) The amount of raw materials and of each of the drugs received into the factory by such manufacturer and the quantities of the drugs, or any other products whatever, produced, from each of these substances. In reporting the amounts of raw materials so received, the manufacturer shall state the proportion of morphine, cocaine or ecgonine contained in or producible therefrom as determined by a method prescribed by the Government and under conditions considered satisfactory by Government;

b) The quantities of either the raw material or the products manufactured therefrom which were disposed of during the quarter;

(c) The quantities remaining in stock at the end of the quarter.

Each High Contracting Party shall require each wholesaler within his territories to make at the close of each year a report stating in respect of each of the drugs, the amount of

préparations exportées ou importées au cours de l'année et sur l'exportation ou l'importation desquelles il n'est pas requis d'autorisation.

*Article 18.*

Chacune des Hautes Parties contractantes s'engage à ce que toutes les "drogues" du groupe I qu'elle saisira dans le trafic illicite soient détruites ou transformées en substances non stupéfiantes ou réservées à l'usage médical ou scientifique, soit par le gouvernement, soit sous son contrôle, dès lors que ces "drogues" ne sont plus nécessaires pour la procédure judiciaire ou toute autre action de la part des autorités de l'Etat. Dans tous les cas, la diacétylmorphine devra être détruite ou transformée.

*Article 19.*

Les Hautes Parties contractantes exigeront que les étiquettes sous lesquelles est mise en vente une "drogue" quelconque ou une préparation contenant cette "drogue" indiquent le pourcentage de celle-ci. Elles devront aussi en indiquer le nom de la manière prévue par la législation nationale.

**CHAPITRE VII**

**DISPOSITIONS GÉNÉRALES**

*Article 20.*

1. Toute Haute Partie contractante dans l'un quelconque de ses territoires de laquelle une "drogue" quelconque sera

produit ou détruite, exportée ou importée pendant l'année, pour l'export ou l'import de laquelle des autorisations ne sont pas requises.

*Article 18.*

Each High Contracting Party undertakes that any of the drugs in Group I which are seized by him in the illicit traffic shall be destroyed or converted into non-narcotic substances or appropriated for medical or scientific use, either by the Government or under its control, when these are no longer required for judicial proceedings or other action on the part of the authorities of the State. In all cases diacetylmorphine shall either be destroyed or converted.

*Article 19.*

The High Contracting Parties will require that the labels under which any of the drugs, or preparations containing those drugs, are offered for sale, shall show the percentage of the drugs. These labels shall also indicate the name of the drugs as provided for in the national legislation.

**CHAPTER VII.**

**GENERAL PROVISIONS.**

*Article 20.*

1. Every High Contracting Party in any of whose territories any of the drugs is being manufactured or converted,



fabricée ou transformée au moment de l'entrée en vigueur de la présente Convention ou qui, à ce moment ou ultérieurement, se proposera d'autoriser sur son territoire cette fabrication ou transformation, enverra une notification au Secrétaire général de la Société des Nations en indiquant si la fabrication ou la transformation est destinée aux besoins intérieurs seulement ou également à l'exportation, et à quelle époque cette fabrication ou transformation commencera; elle spécifiera également les "drogues" qui doivent être fabriquées ou transformées, ainsi que le nom et l'adresse des personnes ou des maisons autorisées.

2. Au cas où la fabrication ou la transformation de quelque quelconque des "drogues" cesserait sur son territoire, la Haute Partie contractante enverra une notification à cet effet au Secrétaire général en indiquant la date et le lieu où cette fabrication ou transformation a cessé ou cessera en spécifiant les "drogues" visées, les personnes ou maisons visées, ainsi que leur nom et leur adresse.

3. Les renseignements fournis conformément aux paragraphes 1 et 2 seront communiqués par le Secrétaire général aux Hautes Parties contractantes.

#### Article 21.

Les Hautes Parties contractantes se communiqueront par l'intermédiaire du Secrétaire général de la Société des Nations les lois et règlements promulgués pour donner effet à la présente Convention, et lui transmettront un rapport annuel relatif au fonctionnement de la Convention sur leurs territoires, conformément à un formulaire établi par la Commission consultative du trafic de l'opium et autres "drogues" visibles.

at the time when this Convention comes into force, or in which he proposes either at that time or subsequently to authorise such manufacture or conversion, shall notify the Secretary-General of the League of Nations indicating whether the manufacture or conversion is for domestic needs only or also for export, the date on which such manufacture or conversion will begin, and the drugs to be manufactured or converted as well as the names and addresses of persons or firms authorised.

2. In the event of the manufacture or conversion of any of the drugs ceasing in the territory of any High Contracting Party, he shall notify the Secretary-General to that effect, indicating the place and date at which such manufacture or conversion has ceased or will cease and specifying the drugs affected, as well as the names and addresses of persons or firms concerned.

3. The information furnished under this Article shall be communicated by the Secretary-General to the High Contracting Parties.

#### Article 21.

The High Contracting Parties shall communicate to one another through the Secretary-General of the League of Nations the laws and regulations promulgated in order to give effect to the present Convention, and shall forward to the Secretary-General an annual report on the working of the Convention in their territories, in accordance with a form drawn up by the Advisory Committee on Traffic in Opium and Other Dangerous Drugs.

#### Article 22.

Les Hautes Parties contractantes feront figurer dans les statistiques annuelles fournies par elles au Comité central immanent les quantités de chacune des "drogues" employées par les fabricants et grossistes pour la confection de préparations, destinées à la consommation intérieure ou à l'exportation, pour l'exportation desquelles les autorisations sont par requises.

Les Hautes Parties contractantes feront également surer dans leurs statistiques un résumé des relevés établis par les fabricants, conformément à l'article 17.

#### Article 23.

Les Hautes Parties contractantes se communiqueront par l'entremise du Secrétaire général de la Société des Nations, dans un délai aussi bref que possible, des renseignements sur tout cas de trafic illicite découvert par elles et qui pourra présenter de l'importance, soit en raison des quantités de "drogues" en cause, soit en raison des indications que ce cas pourra fournir sur les sources qui alimentent en "drogues" le trafic illicite ou les méthodes employées par les trafiquants illicites.

Ces renseignements indiqueront, dans toute la mesure possible:

- a) La nature et la quantité des "drogues" en cause;
- b) L'origine des "drogues", les marques et étiquettes;
- c) Les points de passage où les "drogues" ont été détournées dans le trafic illicite;
- d) Le lieu d'où les "drogues" ont été expédiées et les noms des expéditeurs, agents d'expédition ou commissionnaires, les méthodes de consignation et les noms et adresses des destinataires s'ils sont connus.

#### Article 22.

The High Contracting Parties shall include in the annual statistics furnished by them to the Permanent Central Board the amounts of any of the drugs used by manufacturers and wholesalers for the compounding of preparations whether for domestic consumption or for export for the export of which export authorisations are not required.

The High Contracting Parties shall also include a summary of the returns made by the manufacturers in pursuance of Article 17.

#### Article 23.

The High Contracting Parties will communicate to each other, through the Secretary-General of the League of Nations, as soon as possible, particulars of each case of illicit traffic discovered by them which may be of importance either because of the quantities involved or because of the light thrown on the sources from which drugs are obtained for the illicit traffic or the methods employed by illicit traffickers.

The particulars given shall indicate as far as possible:

- (a) The kind and quantity of drugs involved;
- (b) The origin of the drugs, their marks and labels;
- (c) The points at which the drugs were diverted into illicit traffic;
- (d) The place from which the drugs were despatched, and the names of shipping or forwarding agents or consignors; the methods of consignment and the name and address of consignees, if known;

(e) Les méthodes employées et routes suivies par les contrebandiers et éventuellement les noms des navires qui ont servi au transport;

(f) Les mesures prises par les gouvernements en ce qui concerne les personnes impliquées (et, en particulier, celles qui seraient des autorisations ou des licences), ainsi que les pénalités appliquées;

(g) Tous autres renseignements qui pourraient aider à la suppression du trafic illicite.

#### Article 24.

La présente Convention complétera les Conventions de la Haye de 1912 et de Genève de 1925 dans les rapports entre les Hautes Parties contractantes liées par l'une au moins de ces dernières Conventions.

#### Article 25.

S'il s'élève entre les Hautes Parties contractantes un différend quelconque relatif à l'interprétation ou à l'application de la présente Convention, et si ce différend n'a pu être résolu d'une façon satisfaisante par voie diplomatique, il sera réglé conformément aux dispositions en vigueur entre les Parties concernant le règlement des différends internationaux.

Au cas où de telles dispositions n'existeraient pas entre les Parties au différend, elles le soumettront à une procédure arbitrale ou judiciaire. A défaut d'un accord sur le choix d'un tribunal, elles soumettront le différend, à la requête de l'une d'elles, à la Cour permanente de Justice internationale,

(e) The methods and routes used by smugglers and names of ships, if any, in which the drugs have been shipped;

(f) The action taken by the Government in regard to the person involved, particularly those possessing authorisations or licences and the penalties imposed;

(g) Any other information which would assist in the suppression of illicit traffic.

#### Article 24.

The present Convention shall supplement the Hague Convention of 1912 and the Geneva Convention of 1925 in the relations between the High Contracting Parties by at least one of these latter Conventions.

#### Article 25.

If there should arise between the High Contracting Parties a dispute of any kind relating to the interpretation or application of the present Convention and if such dispute cannot be satisfactorily settled by diplomacy, it shall be settled in accordance with any applicable agreements in force between the Parties providing for the settlement of international disputes.

In case there is no such agreement in force between the Parties, the dispute shall be referred to arbitration or judicial settlement. In the absence of agreement on the choice of another tribunal, the dispute shall, at the request of any one of the Parties, be referred to the Permanent Court of International Justice, if all the Parties to the dispute

elles sont toutes parties au Protocole du 16 décembre 1920, relatif au Statut de la dite Cour, et, si elles n'y sont pas toutes parties, à un tribunal d'arbitrage, constitué conformément à la Convention de La Haye du 18 octobre 1907, pour le règlement pacifique des conflits internationaux.

#### *Article 26.*

Toute Haute Partie contractante pourra déclarer, au moment de la signature, de la ratification ou de l'adhésion, qu'en acceptant la présente Convention, elle n'assume aucune obligation pour l'ensemble ou une partie de ses colonies, protectorats, territoires d'outre-mer ou territoires placés sous sa souveraineté ou sous son mandat, et la présente Convention ne s'appliquera pas aux territoires mentionnés dans cette déclaration.

Toute Haute Partie contractante pourra ultérieurement donner, à tout moment, avis au Secrétaire général de la Société des Nations qu'elle désire que la présente Convention s'applique à l'ensemble ou à une partie de ses territoires qui auront fait l'objet d'une déclaration aux termes de l'alinéa précédent, et la présente Convention s'appliquera à tous les territoires mentionnés dans cet avis, comme dans le cas d'un pays ratifiant la Convention ou y adhérant.

Chacune des Hautes Parties contractantes pourra déclarer, à tout moment, après l'expiration de la période de cinq ans prévue à l'article 32, qu'elle désire que la présente Convention cesse de s'appliquer à l'ensemble ou à une partie de ses colonies, protectorats, territoires d'outre-mer ou territoires placés sous sa souveraineté ou sous son mandat, et la Convention

are Parties to the Protocol of December 16th, 1920, relating to the Statute of that Court, and, if any of the Parties to the dispute is not a Party to the Protocol of December 16th, 1920, to an arbitral tribunal constituted in accordance with the Hague Convention of October 18th, 1907, for the Pacific Settlement of International Disputes.

#### *Article 26.*

Any High Contracting Party may, at the time of signature, ratification, or accession, declare that, in accepting the present Convention, he does not assume any obligation in respect of all or any of his colonies, protectorates and overseas territories or territories under suzerainty or mandate, and the present Convention shall not apply to any territories named in such declaration.

Any High Contracting Party may give notice to the Secretary-General of the League of Nations at any time subsequently that he desires that the Convention shall apply to all or any of his territories which have been made the subject of a declaration under the preceding paragraph, and the Convention shall apply to all territories named in such notice in the same manner as in the case of a country ratifying or acceding to the Convention.

Any High Contracting Party may, at any time after the expiration of the five-years period mentioned in Article 32, declare that he desires that the present Convention shall cease to apply to all or any of his colonies, protectorates and overseas territories or territories under suzerainty or mandate, and the

cessera de s'appliquer aux territoires mentionnés dans cette déclaration, comme s'il s'agissait d'une dénonciation faite conformément aux dispositions de l'article 32.

Le Secrétaire général communiquera à tous les Membres de la Société, ainsi qu'aux Etats non membres mentionnés à l'article 27, toutes les déclarations et tous les avis reçus aux termes du présent article.

#### *Article 27.*

La présente Convention, dont les textes français et anglais feront également foi, portera la date de ce jour et sera, jusqu'au 31 décembre 1931, ouverte à la signature au nom de tout Membre de la Société des Nations ou de tout Etat non membre qui s'est fait représenter à la Conférence qui a élaboré la présente Convention, ou auquel le Conseil de la Société des Nations aura communiqué copie de la présente Convention à cet effet.

#### *Article 28.*

La présente Convention sera ratifiée. Les instruments de ratification seront transmis au Secrétaire général de la Société des Nations, qui en notifiera le dépôt à tous les Membres de la Société ainsi qu'aux Etats non membres visés à l'article précédent.

Convention shall cease to apply to the territories named in such declaration as if it were a denunciation under the provisions of Article 32.

The Secretary-General shall communicate to all the Members of the League and to the nonmember States mentioned in Article 27, all declarations and notices received in virtue of this Article.

#### *Article 27.*

The present Convention, of which the French and English texts shall both be authoritative, shall bear this day's date, and shall until December 31 st, 1931, be open for signature on behalf of any Member of the League of Nations, or of any non member State which was represented at the Conference which drew up this Convention, or to which the Council of the League of Nations shall have communicated a copy of the Convention for this purpose.

#### *Article 28.*

The present Convention shall be ratified. The instruments of ratification shall be transmitted to the Secretary-General of the League of Nations, who shall notify their receipt to all Members of the League and to the non-member States referred to in the preceding Article.

*Article 29.*

A dater du 1<sup>er</sup> janvier 1932, tout Membre de la Société des Nations et tout Etat non membre visé à l'article 27 pourra adhérer à la présente Convention.

Les instruments d'adhésion seront transmis au Secrétaire général de la Société des Nations, qui en notifiera le dépôt à tous les Membres de la Société ainsi qu'aux Etats non membres visés au dit article.

*Article 30.*

La présente Convention entrera en vigueur quatre-vingt-dix jours après que le Secrétaire générale de la Société des Nations aura reçu les ratifications ou les adhésions de vingt-cinq Membres de la Société des Nations ou Etats non membres, y compris quatre Etats parmi les suivants :

Allemagne, Etats-Unis d'Amérique, France, Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord, Japon, Pays-Bas, Suisse, Turquie.

Les dispositions autres que les articles 2 à 5 ne deviendront toutefois applicables que le 1<sup>er</sup> janvier de la première année pour laquelle les évaluations seront fournies, conformément aux articles 2 à 5.

*Article 31.*

Les ratifications ou adhésions déposées après la date de l'entrée en vigueur de la présente Convention prendront effet à l'expiration d'un délai de quatre-vingt-dix jours à partir du jour de leur réception par le Secrétaire général de la Société des Nations.

*Article 29.*

As from January 1st, 1932, the present Convention may be acceded to on behalf of any Member of the League of Nations or any non-member State mentioned in Article 27.

The instruments of accession shall be transmitted to the Secretary-General of the League of Nations, who shall notify their receipt to all the Members of the League and to the non-member States mentioned in that Article.

*Article 30.*

The present Convention shall come into force ninety days after the Secretary-General of the League of Nations has received the ratifications or accessions of twenty-five Members of the League of Nations or non-member States, including any four of the following :

France, Germany, United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland, Japan, Netherlands, Switzerland, Turkey, and the United States of America.

Provided always that the provisions of the Convention other than Articles 2 to 5 shall only be applicable from the first of January in the first year in respect of which estimates are furnished in conformity with Articles 2 to 5.

*Article 31.*

Ratifications or accessions received after the date of the coming into force of this Convention shall take effect as from the expiration of the period of ninety days from the date of their receipt by the Secretary-General of the League of Nations.

*Article 32.*

A l'expiration d'un délai de cinq ans à partir de l'entrée en vigueur de la présente Convention, celle-ci pourra être dénoncée par un instrument écrit déposé auprès du Secrétaire général de la Société des Nations. Cette dénonciation, si elle est reçue par le Secrétaire général le 1<sup>er</sup> juillet d'une année quelconque ou antérieurement à cette date, prendra effet, le 1<sup>er</sup> janvier de l'année suivante, et, si elle est reçue après le 1<sup>er</sup> juillet, elle prendra effet comme si elle avait été reçue le 1<sup>er</sup> juillet de l'année suivante ou antérieurement à cette date. Chaque dénonciation ne sera opérante que pour le nombre de la Société des Nations ou l'Etat non membre auquel elle aura été déposée.

Le Secrétaire général notifiera à tous les Membres de la Société et aux Etats non membres mentionnés à l'article 27 les dénonciations ainsi reçues.

Si, par suite de dénonciations simultanées ou successives, le nombre des Membres de la Société des Nations et des Etats membres qui sont liés par la présente Convention se trouve ramené à moins de vingt-cinq, la Convention cessera d'être en vigueur à partir de la date à laquelle la dernière des dénonciations prendra effet, conformément aux dispositions du présent article.

*Article 33.*

Une demande de révision de la présente Convention pourra être formulée en tout temps par tout Membre de la So-

*Article 32.*

After the expiration of five years from the date of the coming into force of this Convention, the Convention may be denounced by an instrument in writing, deposited with the Secretary-General of the League of Nations. The denunciation, if received by the Secretary-General on or before the first day of July in any year, shall take effect on the first day of January in the succeeding year, and, if received after the first day of July, shall take effect as if it had been received on or before the first day of July in the succeeding year. Each denunciation shall operate only as regards the Member of the League or non-member State on whose behalf it has been deposited.

The Secretary-General shall notify all the Members of the League and the non-member States mentioned in Article 27 of any denunciations received.

If, as a result of simultaneous or successive denunciations, the number of Members of the League and non-member States bound by the present Convention is reduced to less than twenty-five, the Convention shall cease to be in force as from the date on which the last of such denunciations shall take effect in accordance with the provisions of this Article.

*Article 33.*

A request for the revision of the present Convention may at any time be made by any Member of the League of Nations

de des Nations ou Etat non membre lié par la Convention, par voie de notification adressée au Secrétaire général de la Société des Nations. Cette notification sera communiquée par le Secrétaire général à tous les autres Membres de la Société des Nations et Etats non membres ainsi liés, et, si elle est appuyée par un tiers au moins d'entre elles, les Hautes Parties contractantes s'engagent à se réunir en une conférence à fins de revision de la Convention.

*Article 34.*

La présente Convention sera enregistrée par le Secrétaire général de la Société des Nations le jour de l'entrée en vigueur de la Convention.

EN FOI DE QUOI les plénipotentiaires susmentionnés ont signé la présente Convention.

FAIT à Genève, le treize juillet mil neuf cent trente et un, un seul exemplaire, que sera déposé dans les archives du Secrétariat de la Société des Nations, et dont les copies certifiées conformes seront remises à tous les Membres de la Société des Nations et aux Etats non membres mentionnés à l'article 27.

LEMAGNE

ETATS-UNIS D'AMÉRIQUE

Freiherr von RHEINBABEN  
Dr. KÄHLER

John K. CALDWELL  
Harry J. ANSLINGER  
Walter Lewis TREADWAY  
Sanborn YOUNG.

or non-member State bound by this Convention by means of a notice addressed to the Secretary-General of the League of Nations. Such notice shall be communicated by the Secretary-General to the other Members of the League of Nations or non-member States bound by this Convention, and, if endorsed by not less than one-third of them, the High Contracting Parties agree to meet for the purpose of revising the Convention.

*Article 34.*

The present Conventions shall be registered by the Secretary-General of the League of Nations on the day of its entry into force.

IN FAITH WHEREOF the above-mentioned Plenipotentiaries have signed the present Convention.

DONE at Geneva the thirteenth day of July, one thousand nine hundred and thirty-one, in a single copy, which shall remain deposited in the archives of the Secretariat of the League of Nations, and certified true copies of which shall be delivered to all the Members of the League and to the non-member States referred to in Article 27.

GERMANY

UNITED STATES OF AMERICA



(1) The Government of the United States of America reserves the right to impose for purpose of internal control and control of import into and export from territory under its jurisdiction, of opium, coca leaves, all of their derivatives and similar substances produced by synthetic process, measures stricter than the provisions of the Convention.

(2) The Government of the United States of America reserves the right to impose, for purposes of controlling transit through territories of raw opium, coca leaves, all of their derivatives and similar substances produced by synthetic process, measures which the production of an import permit issued by the country of destination may be made a condition precedent to the granting of permission for transit through its territory.

(3) The Government of the United States of America finds it impracticable to undertake to send statistics of import and export to the Permanent Central Opium Board short of sixty days after the close of the three-months' period to which such statistics refer.

(4) The Government of the United States of America finds it impracticable to undertake to state separately amounts of drugs purchased or imported for Government purposes.

(5) Plenipotentiaries of the United States of America formally declare that the signing of the Convention for Limiting the Manufacture and Regulating the Distribution of Narcotic Drugs by them on the part of the United States of America on this date is not to be construed to mean that the Government of the United States of America recognises a regime or entity which signs or accedes to the Convention as the Government of a country when that regime or entity is not recognised by the Government of the United States of America as the Government of that country.

(6) The plenipotentiaries of the United States of America further declare that the participation of the United States of America in the Convention for limiting the manufacture of and regulating the distribution of narcotic drugs, signed on this date, does not involve any contractual obligation on the part of the United States of America to a country represented by regime or entity which the Government of the United States of America does not recognise as the Government of that country until such country has a Government recognised by the Government of the United States of America. <sup>1</sup>

J. K. C.  
H. J. A.  
W. L. T.  
S. Y.

Traduction par le Secrétariat de la Société des Nations.

(1) Le Gouvernement des Etats-Unis d'Amérique se réserve le droit d'appliquer, en vue de l'exercice d'un contrôle intérieur et d'un contrôle des importations et des exportations d'opium, de feuilles de coca et de tous leurs dérivés, et de produits synthétiques analogues, effectués par les territoires placés sous sa juridiction, des mesures plus strictes que les dispositions de la Convention.

(2) Le gouvernement des Etats-Unis d'Amérique se réserve le droit d'appliquer, en vue de l'exercice d'un contrôle sur le transit à travers ses territoires de l'opium brut, des feuilles de coca, de tous leurs dérivés et des produits synthétiques analogues, des mesures en vertu desquelles l'octroi d'une autorisation de transit à travers son territoire pourra être subordonné à la production d'un permis d'importation délivré par le pays de destination.

(3) Le Gouvernement des Etats-Unis d'Amérique ne voit pas la possibilité de s'engager à envoyer au Comité central permanent de l'opium des statistiques des importations et des exportations avant un délai de soixante jours à dater de la fin de la période de trois mois à laquelle se rapportent ces statistiques.

(4) Le Gouvernement des Etats-Unis d'Amérique ne voit pas la possibilité de s'engager à indiquer séparément les quantités de stupéfiants achetées ou importées pour les besoins de l'Etat.

(5) Les plénipotentiaires des Etats-Unis d'Amérique déclarent formellement que le fait qu'ils ont signé ce jour, pour le compte des Etats-Unis d'Amérique, la Convention pour la limitation de la fabrication et la réglementation de la distribution des stupéfiants, ne doit pas être interprété comme signifiant que le Gouvernement des Etats-Unis d'Amérique reconnaît un régime ou une entité qui signe la Convention ou y accède comme constituant le gouvernement d'un pays, lorsque ce régime ou cette entité n'est pas reconnue par le Gouvernement des Etats-Unis d'Amérique comme constituant le gouvernement de ce pays.

(6) Les plénipotentiaires des Etats-Unis d'Amérique déclarent, en outre, que la participation des Etats-Unis d'Amérique à la Convention pour la limitation de la fabrication et la réglementation de la distribution des stupéfiants, signée ce jour, n'implique aucune obligation contractuelle de la part des Etats-Unis d'Amérique à l'égard d'un pays représenté par un régime ou une entité que le Gouvernement des Etats-Unis d'Amérique ne reconnaît pas comme constituant le gouvernement de ce pays, tant que ce pays n'a pas un gouvernement reconnu par le Gouvernement des Etats-Unis d'Amérique.

RÉPUBLIQUE ARGENTINE

AUTRICHE

BELGIQUE

BOLIVIE

BRESIL

GRANDE-BRETAGNE  
ET IRLANDE DU NORD

ainsi que toutes parties de l'Empire britannique non Membres and all parts of the British Empire which are not separate  
parés de la Société des Nations Members of the League of Nations.

CANADA

CHINE

CHILI

COSTA-RICA

CUBA

*Ad referendum.*  
Fernando PEREZ

E. PFLÜGL  
D<sup>r</sup> Bruno SCHULTZ

D<sup>r</sup> F. DE MYTTENAERE

M. CUELLAR

Raul DO RIO BRANCO

Malcolm DELEVINGNE

H. L. SHARMAN  
W. A. RIDDELL

R. P. PARANJPYE

Enrique J. GAJARDO V.

Viriato FIGUEREDO LORA.

G. DE BLANCK  
D<sup>r</sup> B. PRIMELLES

ARGENTINE REPUBLIC

AUSTRIA

BELGIUM

BOLIVIA

BRAZIL

GREAT BRITAIN  
AND NORTHERN IRELAND

CANADA

INDIA

CHILE

COSTA-RICA

CUBA

DANEMARK		DENMARK
VILLE LIBRE DE DANTZIG	Gustav RASMUSSEN	FREE CITY OF DANZIG
REPUBLIQUE DOMINICAINE	F. SOKAL	DOMINICAN REPUBLIC
EGYPTE	Ch. ACKERMANN	EGYPT
ESPAGNE	T. W. RUSSELL	SPAIN
ETHIOPIE	Julio CASARES	ABYSSINIA
FRANCE	Cte LAGARDE DUC d'ENTOTTO	FRANCE
	Le Gouvernement français fait toutes ses réserves en ce qui concerne les co- lonies, protectorats et pays sous mandat dépendant de son autorité, sur la possi- bilité de produire régulièrement dans le délai strictement imparti les statisti- ques trimestrielles visées par l'article 13 <sup>1</sup> .	
GRECE	G. BOURGOIS	GREECE
GUATÉMALA	R. RAPHAEL	GUATEMALA
	Luis MARTÍNEZ MONT.	

<sup>1</sup>) Translation by the Secretariat of the League of Nations:

The French Government makes every reservation, with regard to the Colonies, Protectorates and Mandated Territories under its authority, as to the possibility of regularly producing the quarterly statistics referred to in Article 13 within the strict time-limit laid down.

HEDJAZ, NEDJED ET DÉPENDANCES

ITALIE

JAPON

LIBÉRIA

LITHUANIE

LUXEMBOURG

MEXIQUE

MONACO

PANAMA

PARAGUAY

PAYS-BAS

PERSE

POLOGNE

PORTUGAL

HAFIZ WAHBA

CAVAZZONI Stefano

S. SAWADA

S. OHDACHI

D<sup>r</sup> A. SOTTILESous réserve de ratification du Sénat de  
la République de Libéria (1).

ZAUNIUS.

Ch. G. VERMAIRE

S. MARTÍNEZ DE ALVA

C. HENTSCH.

D<sup>r</sup> Ernesto HOFFMANN.

R. V. CABALLERO DE BEDOYA

v. WETTUM

A. SEPAHBODY

CHODZKO

Augusto DE VASCONCELLOS

A. M. FERRAZ DE ANDRADE

HEJAJ. NEJD AND DEPENDENCIES

ITALY

JAPAN

LIBERIA

LITHUANIA

LUXEMBURG

MEXICO

MONACO

PANAMA

PARAGUAY

THE NETHERLANDS

PERSIA

POLAND

PORTUGAL

(1) Traduction par le Secrétariat de la Société des Nations.  
Subject to ratification by the Senate of the Republic of Liberia.

UMANIE  
INT-MARIN  
IAM

C. ANTONIADE  
FERRI Charles Emile  
DAMRAS

ROUMANIA  
SAN MARINO  
SIAM

As our Harmful Habit-forming Drugs  
Law goes beyond the provisions of the  
Geneva Convention and the present  
Convention on certain points, my Govern-  
ment reserves the right to apply our  
existing law. 1

UEDE  
UISSE  
CHÉCOSLOVAQUIE  
RUGUAY  
ENEZUELA

K. I. WESTMAN  
Paul DINICHERT  
Dr. H. CARRIÈRE  
Zd. FIERLINGER  
Alfredo DE CASTRO  
*Ad referendum*  
L. G. CHACÍN ITRIAGO

SWEDEN  
SWITZERLAND  
CZECHOSLOVAKIA  
URUGUAY  
VENEZUELA

---

1 Traduction par le Secrétariat de la Société des Nations.

Etant donné que la loi siamoise relative aux drogues donnant lieu à une toxicomanie va plus loin que la Convention de Genève et  
se la présente Convention, en ce qui concerne certains points, mon gouvernement se réserve le droit d'appliquer la loi en question.

## PROTOCOLE DE SIGNATURE

I. En signant la Convention pour limiter la fabrication et réglementer la distribution des stupéfiants en date de ce jour, les Plénipotentiaires soussignés, dûment autorisés à cet effet, et au nom de leurs gouvernements respectifs, déclarent être convenus de ce qui suit:

Si, à la date du 13 juillet 1933, ladite Convention n'est pas entrée en vigueur conformément aux dispositions de l'article 30, le Secrétaire général de la Société des Nations soumettra la situation au Conseil de la Société des Nations, qui pourra, soit convoquer une nouvelle conférence de tous les Membres de la Société des Nations et Etats non membres et nom desquels la Convention aura été signée ou des ratifications ou des adhésions auront été déposées, en vue d'examiner la situation, soit prendre les mesures qu'il considérerait comme nécessaires. Le gouvernement de chaque membre de la Société des Nations ou Etat non membre signataire ou adhérent s'engage à se faire représenter à toute conférence ainsi convoquée.

II. Le Gouvernement du Japon a fait la réserve exprimée ci-dessous, qui est acceptée par les autres Hautes Parties contractantes:

La morphine brute produite au cours de la fabrication de l'opium à fuiner dans la fabrique du Gouvernement général de Formose et tenue en stock par ce gouvernement, ne sera pas soumise aux mesures de limitations prévues à la présente Convention.

Il ne sera retiré de temps à autre de ces stocks de morphine brute que les quantités qui pourront être

## PROTOCOL OF SIGNATURE

I. When signing the Convention for limiting the manufacture and regulating the distribution of narcotic drugs dated this day, the undersigned Plenipotentiaries, duly authorised to that effect and in the name of their respective Governments, declare to have agreed as follows:

If, on July 13th, 1933, the said Convention is not in force in accordance with the provisions of Article 30, the Secretary-General of the League of Nations shall bring the situation to the attention of the Council of the League of Nations, which may either convene a new Conference of all the Members of the League and non-member States on whose behalf the Convention has been signed or ratifications or accessions deposited, to consider the situation, or take such measures as it considers necessary. The Government of every signatory or acceding Member of the League of Nations or non-member State undertakes to be present at any Conference so convened.

II. The Japanese Government made the following reservation, which is accepted by the other High Contracting Parties:

Crude morphine resulting from the manufacture of prepared opium in the factory of the Government-General of Formosa and held in stock by that Government shall not be subjected to the limitation measures provided for in this Convention.

Such stocks of crude morphine will only be released from time to time in such quantities as may be required for the

requises pour la fabrication de la morphine raffinée dans les fabriques munies d'une licence par le Gouvernement japonais conformément aux dispositions de la présente Convention.

manufacture of refined morphine in factories licensed by the Japanese Government in accordance with the provisions of the present Convention.

IN FAITH WHEREOF the undersigned have affixed their signatures to this Protocol.

DONE at Geneva, the thirteenth day of July, one thousand nine hundred and thirty-one, in a single copy, which will remain deposited in the archives of the Secretariat of the League of Nations; certified true copies will be transmitted to all Members of the League of Nations and to all non-member States represented at the Conference.

En foi de quoi les soussignés ont apposé leur signature au du présent protocole.

FAIT à Genève, le treize juillet mil neuf cent trente et un, simple expédition qui sera déposée dans les archives du Secrétariat de la Société des Nations; copie conforme en sera remise à tous les Membres de la Société des Nations et à les Etats non membres représentés à la Conférence.

LEMAGNE

GERMANY

Freiherr von RHEINBABEN  
Dr. KAHLER

UNITED STATES OF AMERICA

ATS-UNIS D'AMÉRIQUE

John K. CALDWELL.  
Harry J. ANSLINGER  
Walter Lewis TREADWAY  
Sanborn YOUNG.

ARGENTINE REPUBLIC

PUBLIQUE ARGENTINE

*Ad referendum*  
Fernando PEREZ.

AUSTRIA

TRICHE

D<sup>r</sup> E. PFLÜGL  
D<sup>r</sup> Bruno SCHULTZ

BELGIUM

ELGIQUE

D<sup>r</sup> F. DE MYTTENAERE



BOLIVIE		BOLIVIA
BRESIL	M. CUELLAR	BRAZIL
	Raul DO RIO BRANCO	
GRANDE-BRETAGNE		GREAT BRITAIN
ET IRLANDE DU NORD		AND NORTHERN IRELAND
ainsi que toutes parties de l'Empire britannique non Membres séparés de la Société des Nations		and all parts of the British Empire which are not separate Members of the League of Nations.
CANADA	Malcolm DELEIVINGNE	CANADA
INDE	C. H. L. SHARMAN	INDIA
INDI	W. A. RIDDELL	CHILE
COSTA-RICA	R. P. PARANJPYE	COSTA RICA
CUBA	Enrique J. GAJARDO V.	CUBA
DANEMARK	Viriato FIGUEIREDO LORA	DENMARK
VILLE LIBRE DE DANTZIG	G. DE BLANCK	FREE CITY OF DANZIG
	Dr. B. PRIMEELLES.	
	Gustav RASMUSSEN.	
	F. SOKAL	

PUBLIQUE DOMINICAINE  
 YPTE  
 SPAGNE  
 ETHIOPIE  
 RANCE  
 ECE  
 ATÉMALA  
 EDJAZ, NEDJED ET DÉPENDANCES  
 ALIE  
 APON  
 ETHUANIE  
 EXEMBOURG  
 EXIQUE  
 ONACO

Ch. ACKERMANN  
 T. W. RUSSELL  
 Julio CASARES  
 Cte LAGARDE duc d'ENTOTTO  
 G. BOURGOIS  
 R. RAPHAËL  
 Luiz MARTÍNEZ MONT.  
 HAFIZ WAHBA  
 CAVAZZONI Stefano  
 S. SAWADA  
 S. OHDACHI  
 J. SAKALAIUSKAS  
 Ch. G. VERMAIRE  
 S. MARTÍNEZ DE ALVA  
 C. HENTSCH.

DOMINICAN REPUBLIC  
 EGYPT  
 SPAIN  
 ABYSSINIA  
 FRANCE  
 GREECE  
 GUATEMALA  
 HEJAZ, NEJD AND DEPENDENCIES  
 ITALY  
 JAPAN  
 LITHUANIA  
 LUXEMBURG  
 MEXICO  
 MONACO

PANAMA	Dr. Ernesto HOFFMANN.	PANAMA	304
PARAGUAY		PARAGUAY	
PARAGUAY	R. V. CABALLEIRO DE BEDOYA		
PARAGUAY	My signature is subject to the reserve made by me on § 2 of Article 22 in the morning meeting of July 12th, 1931. <sup>1</sup>	THE NETHERLANDS	
	V. WETTUM		
PERSIA	A. SEPAHBODY	PERSIA	ACTOS DO PODER EXECUTIVO
POLAND	CHODZKO	POLAND	
PORTUGAL	Augusto DE VASCONCELLOS A. M. FERRAZ DE ANDRADE	PORTUGAL	
ROUMANIE	C. ANTONIADE.	ROUMANIA	
SAN MARINO	FERRI CHARLES Emile	SAN MARINO	
SIAM	DAMRAS	SIAM	
SWEDEN	K. J. WESTMAN	SWEDEN	

ISSE

Paul DINICHERT  
Dr H. CARRIÈRE

SWITZERLAND

UGUAY

URUGUAY

ENEZUELA

Alfredo DE CASTRO

*Ad referendum*  
L. G. CHACÍN ITRIAGO

VENEZUELA

---

! Traduction du Secrétariat de la Société des Nations :

Ma signature est subordonnée à la réserve faite par moi relativement au paragraphe 2 de l'article 22, à la séance du matin du 12 juillet 1931.

E, declarando approvados os mesmos actos cujo teor fica acima transcripto, os confirmo e ratifico e, pela presente, dou por firme e valiosos, para produzirem os seus devidos efeitos, prometendo que elles serão cumpridos inviolavelmente.

Em firmeza do que, mandei passar esta Carta, que assigno e é sellada com o sello das armas da Republica e subscripta pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Dada no Palacio da Presidencia, no Rio de Janeiro, aos sete de março de mil novecentos e trinta e tres, 112° da Independencia e 45° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*A. de Mello Franco.*

---

(TRADUÇÃO OFFICIAL)

## CONVENÇÃO PARA LIMITAR A FABRICAÇÃO E REGULAMENTAR A DISTRIBUIÇÃO DOS ESTUPEFACIENTES

O Presidente do Reich Allemão; o Presidente dos Estados Unidos da America; o Presidente da Republica Argentina; o Presidente Federal da Republica da Austria; Sua Majestade o Rei dos Belgas; o Presidente da Republica da Bolivia; o Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil; Sua Majestade o Rei da Grã-Bretanha e da Irlanda e dos Dominios Britannicos de Além-Mar, Imperador das Indias; o Presidente da Republica do Chile; o Presidente da Republica de Costa Rica; o Presidente da Republica de Cuba; Sua Majestade o Rei da Dinamarca e da Islandia; o Presidente da Republica da Polonia, pela Cidade Livre de Dantzig; o Presidente da Republica Dominicana; Sua Majestade o Rei do Egypto; o Presidente do Governo Provisorio da Republica Hespanhola; Sua Majestade o Imperador Rei dos Reis da Ethiopia; o Presidente da Republica Franceza; o Presidente da Republica Helenica; o Presidente da Republica de Guatemala; Sua Majestade o Rei de Hedjaz, do Nedjed e Dependencias; Sua Majestade o Rei da Italia; Sua Majestade o Imperador do Japão; o Presidente da Republica da Liberia; o Presidente da Republica da Lituania; Sua Alteza Real a Grã-Duqueza do Luxemburgo; o Presidente dos Estados Unidos do Mexico; Sua Alteza Serenissima o Principe de Monaco; o Presidente da Republica do Panamá, o Presidente da Republica do Paraguay; Sua Majestade a Rainha dos Paizes Baixos; Sua Majestade Imperial o Shah da Persia; o Presidente da Republica da Polonia; o Presidente da Republica Portuguesa; Sua Majestade o Rei da Rumania; os Capitães Regentes da Republica de São Marinho; Sua Majestade o Rei do Sião; Sua Majestade o Rei da Suecia; o Conselho Federal Suisso; o Presidente da Republica da Tcheco-Slovaquia; o Presidente da Republica do Uruguay; o Presidente da Republica dos Estados Unidos da Venezuela.

Desejando completar as disposições das Convenções Internacionais do Opio assignadas em Haya em 23 de Janeiro de 1912 e em Genebra em 19 de Fevereiro de 1925, tornando effectiva, por meio de um accordo internacional, a limitação da fabricação dos estupefacientes ás necessidades legitimas do mundo no que se refere a usos medicinaes e scientificos, e regulamentando sua distribuição:

Decidiram concluir uma Convenção para esse effeito e designaram como seus plenipotenciarios:

*O Presidente do Reich Allemão:*

O Sr. Werner Freiherr von RHEINBADEN, "Staatssekretär z. D.";

O Dr. Waldemar KAHLER, Conselheiro Ministerial do Ministerio do Interior do Reich.

*O Presidente dos Estados Unidos da America:*

O Sr. John K. CALDWELL, do Departamento do Estado;  
O Sr. Harry J. ANSLINGER, Commissario dos estupefacientes;

O Sr. Walter Lewis TREADWAY, M. D., F. A. C. P.,  
cirurgiãõ geral adjuncto, Chefe do Serviço da Hygiene Publica dos Estados Unidos, Divisãõ da Hygiene Mental;

O Sr. Sanborn YONG, Membro do Senado do Estado de California.

*O Presidente da Republica Argentina:*

O Dr. Fernando PEREZ, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario junto á Sua Majestade o Rei da Italia.

*O Presidente Federal da Republica da Austria:*

O Sr. Emerich FELLÜGL, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, Representante permanente junto á Liga das Nações;

O Dr. Bruno SCHULTZ, Director da Policia e Conselheiro aulico. Membro da Commissão Consultiva do trafico do opio e outras drogas nocivas.

*Sua Majestade o Rei dos Belgas:*

O Dr. F. de MYTTEAERE, Inspector principal das pharmacias em Hal.

*O Presidente da Republica da Bolivia:*

O Dr. M. CUELLAR, Membro da Commissão Consultiva do trafico do opio e outras drogas nocivas.

*O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:*

O Sr. Raul do Rio BRANCO, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario junto ao Conselho Federal Suisso.

*Sua Majestade o Rei da Grã-Bretanha e da Irlanda e dos Dominios Britannicos de Além-Mar, Imperador das Indias:*

Pela Grã-Bretanha e a Irlanda do Norte, assim como por todas as partes do Imperio Britannico não-Membros separados da Liga das Nações;

Sir Malcolm DELEVINGNE, K. C. B., Adjunto permanente do Secretario de Estado, Ministerio do Interior.

Pelo Dominio do Canadá:

O Coronel C. H. L. SHARNAM, C. M. G., C. B. E.,  
Chefe da Divisão dos Estupefacientes, Departamento das Pensões e da Hygiene Publica;

O Dr. Walter A. RIDDEL, M. A., Ph. "Advisory Officer" do Dominio do Canadá junto á Liga das Nações.

Pela India:

O Dr. R. P. PARANJPYE, Membro do Conselho da India.

*O Presidente da Republica do Chile:*

O Sr. Enrique GAJARDO, Membro da Delegação Permanente junto á Liga das Nações.

*O Presidente da Republica de Costa Rica:*

O Dr. Viriato Figueredo LORA, Consul em Genebra.

*O Presidente da Republica de Cuba:*

O Sr. Guillermo de BLANCK, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, Delegado permanente junto á Liga das Nações.

O Dr. Benjamin PRIMELLES.

*Sua Majestade o Rei da Dinamarca e da Islandia:*

O Sr. Gustav RASMUSSEN, Encarregado de Negocios em Berna.

*O Presidente da Republica da Polonia* (pela Cidade livre de Dantzic) :

O Sr. François SOKAL, Ministro Plenipotenciario, Delegado permanente junto á Liga das Nações.

*O Presidente da Republica Dominicana:*

O Sr. Charles ACKERMANN, Consul geral em Genebra.

*Sua Majestade o Rei do Egypto:*

T. W. Russell PACHA, Commandante da Policia do Cairo e Director da Repartição Central das informações relativas aos narcoticos.

*O Presidente do Governo Provisorio da Republica Hespanhola:*

O Sr. Julio CASARES, Chefe de Secção do Ministerio dos Negocios Estrangeiros.

*Sua Majestade o Imperador Rei dos Reis da Ethiopia:*

O Conde LAGARDE, Duque d'Entotto, Ministro Plenipotenciario, Representante junto á Liga das Nações.

*O Presidente da Republica Franceza:*

O Sr. Gaston BOURGOIS, Consul de França.

*O Presidente da Republica Helenica:*

O Sr. R. RAPHAËL, Delegado permanente junto á Liga das Nações.

*O Presidente da Republica de Guatemala:*

O Sr. Luis Martinez MONT, Professor de psychologia experimental nas Escolas secundarias do Estado.

*Sua majestade o Rei do Hedjaz, do Nedjed e Dependencias:*

Cheik Hafiz WAHBA, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario junto á Sua Majestade Britannica.

*Sua Majestade o Rei da Italia:*

O Sr. Stefano CAVAZZONI, Senador, antigo Ministro do Trabalho.

*Sua Majestade o Imperador do Japão:*

O Sr. Setsuzo SAWADA, Ministro Plenipotenciario, Director da Chancellaria do Japão, junto á Liga das Nações.

O Sr. Shigeo OHDACHI, Secretario do Ministerio do Interior, Chefe da Secção Administrativa.

*O Presidente da Republica da Liberia:*

O Dr. Antoine SOTTILE, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, Delegado permanente junto á Liga das Nações.

*O Presidente da Republica da Lituania:*

O Dr. Dovas ZAUNIUS, Ministro dos Negocios Estrangeiros;

O Sr. Juozas SAKALAUSKAS, Chefe de Secção do Ministerio dos Negocios Estrangeiros.



*Sua Alteza Real a Grã-Duqueza do Luxemburgo:*

O Sr. Charles VERMAIRE, Consul em Genebra.

*O Presidente dos Estados Unidos do Mexico:*

O Sr. Salvador Martinez DE ALVA, Observador permanente junto á Liga das Nações.

*Sua Alteza Serenissima o Principe de Monaco:*

O Sr. Conrad E. HENTSH, Consul geral em Genebra.

*O Presidente da Republica do Panamá:*

O Dr. Ernesto HOFFMANN, Consul geral em Genebra.

*O Presidente da Republica do Paraguay:*

O Dr. Ramon Caballero DE BEDOYA, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario junto ao Presidente da Republica Franceza, Delegado permanente junto á Liga das Nações.

*Sua Majestade a Rainha dos Paizes Baixos:*

O Sr. W. G. VAN WETIUM, Conselheiro do Governo para as questões internacionaes do opio.

*Sua Majestade Imperial o Shah da Persia:*

O Sr. A. SEPAHBODY, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario junto ao Conselho Federal Suisso, Delegado permanente junto á Liga das Nações.

*O Presidente da Republica da Polonia:*

O Sr. Witold CHODZKO, antigo Ministro.

*O Presidente da Republica de Portugal:*

O Dr. Augusto DE VASCONCELLOS, Ministro Plenipotenciario, Director Geral da Secretaria portugueza da Liga das Nações.

O Dr. Alexandre FERRAZ DE ANDRADE, primeiro Secretario de Legação, Chefe da Chancellaria portugueza junto á Liga das Nações.

*Sua Majestade o Rei da Rumania:*

O Sr. Constantin ANTONIADE, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario junto á Liga das Nações.

*Os Capitães-Regentes da Republica de São Marinho:*

O Professor C. E. FERRI, advogado.

*Sua Majestade o Rei do Sião:*

Sua Alteza Serenissima o Principe DAMRAS, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario junto á Sua Majestade britannica, Representante permanente junto á Liga das Nações.

*Sua Majestade o Rei da Suecia:*

O Sr. K. I. WESTMAN, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario junto ao Conselho Federal Suisso.

*O Conselho Federal Suíço:*

O Sr. PAUL DINICHERT, Ministro Plenipotenciário, Chefe da Divisão dos Negócios Estrangeiros do Departamento Político Federal:

O Dr. HENRI CARRIÈRE, Director do Serviço Federal da Hygiene Publica.

*O Presidente da Republica da Tcheco-Slovaquia:*

O Sr. Zdenek FIERLINGER, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario junto ao Conselho Federal Suíço, Delegado permanente junto á Liga das Nações.

*O Presidente da Republica do Uruguay:*

O Dr. ALFREDO DE CASTRO, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario junto ao Conselho Federal Suíço.

*O Presidente dos Estados Unidos da Venezuela:*

O Dr. L. G. CHACIN-ITRAGO, Encarregado de Negocios em Berna, Membro da Academia de Medicina de Caracas.

Os quaes, depois de se haverem communicado os seus plenos poderes, achados em boa e devida fórma, accordaram nas disposições seguintes:

## CAPITULO I

## DEFINIÇÕES

*Artigo 1.º*

Salvo indicação expressa em contrario, as definições abaixo mencionadas applicam-se a todas as disposições da presente Convenção:

1. Por "Convenção de Genebra", entende-se a Convenção Internacional do Opio assignada em Genebra em 19 de Fevereiro de 1925.

2. Por "drogas", entendem-se as drogas seguintes, quer sejam parcialmente fabricadas ou inteiramente refinadas:

*Grupo I:**Sub-grupo (a):*

I) A morphina e seus saes, comprehendendo as preparações feitas directamente do opio bruto ou medicinal e contendo mais de 20 por cento de morphina;

II) A diacetilmorphina e outros esteres (eteres-saes) da morphina e seus saes;

III) A cocaína e seus saes, comprehendendo as preparações feitas directamente da folha da coca e contendo mais de 0,1 por cento de cocaína, todos os esteres da ecgonina e seus saes;

IV) a dihydrooxycodoinona (de que o eucodal, nome registrado, é um sal), dihydrocodoinona (de que

o dicodide, nome registrado, é um sal), a dihydromorphinona (de que o dilaudide, nome registrado, é um sal), a acetilodihydrocodeinona ou acetilodemetilodihydrotebaina (de que a acedicone, nome registrado, é um sal), a dihydromorphina (de que o paramorphin, nome registrado, é um sal), seus esteres e os saes de qualquer destas substancias e seus esteres, a N-oxymorphina (genomorphina, nome registrado), os compostos N-oxymorphinicos, assim como os outros compostos morphinicos de azoto pentavalente.

*Sub-grupo (b) :*

A egonina, a tebaina e seus saes, os eteres oxydos da morphina, taes como a benzilmorphina e seus saes, com excepção da metilmorphina (codeina), da etilmorphina e dos seus saes.

### *Grupo II:*

A metilmorphina (codeina), a etilmorphina e seus saes.

As substancias mencionadas no presente paragrapho serão consideradas como "drogas", mesmo quando produzidas por via synthetica.

Os termos "Grupo I" e "Grupo II" designam respectivamente os grupos I e II do presente paragrapho.

3. Por "opio bruto", entende-se, o succo, coagulado espontaneamente, obtido das capsulas da papoula sonifera (*Papaver somniferum* L.) e não tendo soffrido senão as manipulações necessarias ao seu empacotamento e transporte, qualquer que seja o seu teor em morphina.

Por "opio medicinal", entende-se o opio que soffreu as preparações necessarias para a sua adaptação ao uso medico, seja em pó ou granulado, seja em forma de mistura com substancias neutras, segundo as exigencias da pharmacopéa.

Por "morphina", entende-se o principal alcaloide do opio tendo a formula chimica  $C_{17}H_{19}O_3N$ .

Por "diacetilmorphina", entende-se a diacetilmorphina (diamorphina, heroína) tendo a formula  $C_{21}H_{27}O_5N$  ( $C_{17}H_{17}(C_2H_3O)_2N$ ).

Por "folha de coca", entende-se a folha da *Erythroxylon Coca* Lamarck, da *Erythroxylon novo-granatense* (Morris) Hieronymus e suas variedades, da familia das *Erythroxylaceas*, e a folha de outras especies deste genero, das quaes a cocaina poderá ser extrahida directamente ou obtida por transformação chimica.

Por "cocaina", entende-se o ether metylico da benzoi-ecgonina levogira ( $[\alpha]_D^{20} = -16^\circ 4'$ ) em solução clorophormica a 20 por cento tendo a formula  $C_{17}H_{21}O_3N$ .

Por "ecgonina", entende-se a ecgonina levogira ( $[\alpha]_D^{20} = -45^\circ 6'$ ) em solução aquosa a 5 por cento tendo a formula  $C_8H_{13}O_3N \cdot H_2O$ , e todos os derivados desta ecgonina que possam servir industrialmente á sua reconstituição.

As "drogas" indicadas são definidas pelas suas formulas chimicas, como segue:

Dihidrooxicodeinona. . . . .	$C_{18}H_{20}O_4N$ .	
Dihidrocodeinona. . . . .	$C_{18}H_{20}O_3N$ .	
Dihidromorphinona. . . . .	$C_{17}H_{18}O_3N$ .	
Acetilodihidrocodeinona ou.. }	$C_{20}H_{22}O_4N$ .	$(C_{18}H_{20}(C_2H_2O)O_2N)$
Acetilodemetilodihidrotebaina }		
Dihidromorphina. . . . .	$C_{17}H_{18}O_3N$ .	
N-oximorphina. . . . .	$C_{17}H_{18}O_4N$ .	
Tebaina. . . . .	$C_{18}H_{20}O_3N$ .	
Methilmorphina (codeina)..	$C_{18}H_{22}O_3N$ .	$(C_{17}H_{18}(CH_3O)O_2N)$
Ethilmorphina. . . . .	$C_{19}H_{22}O_3N$ .	$(C_{17}H_{18}(C_2H_5O)O_2N)$
Benzilmorphina. . . . .	$C_{21}H_{26}O_3N$ .	$(C_{17}H_{18}(C_4H_8O)O_2N)$

4. Por "fabricação", entende-se tambem a refinação.

Por "transformação", entende-se a transformação de uma "droga" por processo chimico, excepto a transformação dos alcaloides nos seus saes.

Quando uma das "drogas" é transformada numa outra "droga", esta operação é considerada como uma transformação em relação á primeira "droga" e como uma fabricação em relação á segunda.

Por "avaliações", entendem-se as avaliações fornecidas conforme os arts. 2º a 5º da presente Convenção, abrangendo as avaliações supplementares, salvo indicação contraria do texto.

O termo "stocks de reserva", em relação a qualquer "droga", designa os "stocks" requisitados:

- I) para o consumo interno normal do paiz ou do territorio onde elles são mantidos;
- II) para a transformação nesse paiz ou nesse territorio, e
- III) para a exportação.

O termo "stocks de Estado", em relação a qualquer "droga", indica os "stocks" mantidos sob a fiscalização do Estado, para o uso do Estado e para fazer face a circumstancias excepcionaes.

Salvo indicação contraria do texto, a palavra "exportação" é considerada como abrangendo a reexportação.

## CAPITULO II

### AVALIAÇÕES

#### Artigo 2

1. As Altas Partes contractantes fornecerão annualmente ao Comité Central Permanente instituido pelo capitulo VI da Convenção de Genebra, para cada droga e para cada um de seus territorios, aos quaes se applique a presente Convenção, avaliações conforme as disposições do art. 5º da presente Convenção.

2. Quando uma Alta Parte contractante não haja fornecido avaliações para qualquer de seus territorios, aos quaes se applica a presente Convenção, na data prevista no art. 5º, § 4º, a dita avaliação será estabelecida, na medida do possível, pelo orgão de fiscalização previsto no art. 5, § 6º.

3. O Comité Central Permanente pedirá para os paizes ou territorios, aos quaes a presente Convenção não se applica, avaliações feitas de accôrdo com as estipulações da presente Convenção. Se, para qualquer um destes paizes ou territorios, não fôr fornecida avaliação, o Orgão de Fiscalização a estabelecerá, na medida do possível.

### Artigo 3

Toda Alta Parte contractante poderá fornecer, se fôr necessario, para qualquer anno e para qualquer de seus territorios, avaliações supplementares para esse territorio e para o dito anno, expondo as razões que as justifiquem.

### Artigo 4

1. Toda avaliação fornecida de accôrdo com os artigos precedentes, referente a qualquer das "drogas" requeridas para o consumo interno do paiz ou do territorio, para o qual foi estabelecida, será baseada unicamente nas necessidades medicas e scientificas desse paiz ou desse territorio.

2. As Altas Partes contractantes poderão, além dos "stocks de reserva" constituir e manter "stocks de Estado".

### Artigo 5

1. As avaliações previstas nos arts. 2º a 4º, da presente Convenção, deverão ser feitas de accôrdo com o modelo que será fornecido periodicamente pelo Comité Central Permanente e communicado por intermedio desse Comité a todos os membros da Liga das Nações e aos Estados não membros mencionados no art. 27.

2. Para cada uma das "drogas", seja sob a fórmula de alcaloides ou de saes, ou de preparações de alcaloides ou saes, para cada anno e para cada paiz ou territorio, as avaliações deverão indicar:

a) a quantidade necessaria para ser utilizada como tal nas necessidades medicas e scientificas, abrangendo a quantidade requerida para a fabricação das preparações para a exportação das quaes as autorizações de exportação não são exigidas, quer taes preparações se destinem ao consumo interno, quer á exportação;

b) a quantidade necessaria para os fins de transformação, tanto para o consumo interno, quanto para a exportação;

c) os "stocks de reserva" que se desejem manter;

d) a quantidade requerida para o estabelecimento e a manutenção dos "stocks de Estado" como está previsto no art. 4º.

Por total das avaliações para cada paiz ou territorio, entende-se a somma das quantidades especificadas nas alíneas a e b do presente paragrapho, augmentada das quantidades que possam ser necessarias para elevar os "stocks de reservas" e os "stocks de Estado" ao nivel desejado, ou deducção feita de toda quantidade com que esses "stocks" possam ul-

trapassar esse nível. Todavia, não se levarão em conta esses aumentos ou essas diminuições senão quando as Altas Partes contractantes interessadas tiverem communicado, em devido tempo, ao Comité Central Permanente as avaliações necessarias.

3. Cada avaliação será acompanhada de uma exposição do methodo empregado para calcular as differentes quantidades nella inscriptas. Se as quantidades calculadas comportarem uma margem para as possiveis oscillações da procura, a avaliação deverá precisar o montante da margem assim prevista. Fica entendido que para as "drogas" que estão ou possam estar incluídas no grupo II, póde ser necessario deixar uma margem mais larga do que para as outras "drogas".

4. Todas as avaliações deverão chegar ao Comité Central Permanente o mais tardar até o dia 1 de Agosto do anno que preceder aquelle para o qual a avaliação tenha sido feita.

5. As avaliações supplementares deverão ser enviadas ao Comité Central Permanente logo que estiverem organizadas.

6. As avaliações serão examinadas por um Órgão de Fiscalização. A Comissão Consultiva do trafico do opio e outras "drogas" nocivas da Liga das Nações, o Comité Central Permanente, o Comité de Hygiene da Liga das Nações, e a Repartição Internacional de Hygiene Publica terão, cada um, o direito de designar um membro para este órgão. O Secretariado do Órgão de Fiscalização será garantido pelo Secretario Geral da Liga das Nações, que assegurará a sua intima collaboração com o Comité Central.

Para todo o paiz ou territorio para o qual uma avaliação tiver sido fornecida, o Órgão de Fiscalização poderá pedir, salvo no que concerne ás necessidades do Estado, qualquer indicação ou precisão supplementares que julgar necessarias, seja para completar a avaliação ou seja para explicar as indicações que nella figurem; em seguida aos esclarecimentos assim obtidos, poderá modificar as avaliações com o consentimento do Estado interessado. Para qualquer das "drogas" que estão ou possam estar abrangidas pelo grupo II, uma declaração summaria bastará.

7. Depois de ter examinado, conforme o paragrapho 3 acima, as avaliações fornecidas e após ter fixado, conforme o artigo 2, as avaliações para os paizes ou territorios para os quaes não hajam sido fornecidas, o Órgão de Fiscalização enviará, por intermedio do Secretario Geral, o mais tardar até o dia 1 de Novembro de cada anno, a todos os Membros da Liga das Nações e aos Estados não membros mencionados no artigo 27, uma relação contendo as avaliações para cada paiz ou territorio; esta será acompanhada, quando o Órgão de Fiscalização o julgue necessario, de uma exposição contendo as explicações fornecidas ou pedidas, conforme o paragrapho 6 acima mencionado, e todas as observações que o Órgão de Fiscalização queira apresentar relativamente a qualquer avaliação, explicação ou pedido de explicação.

8. Qualquer avaliação supplementar communicada ao Comité Central Permanente durante o anno, deverá ser apre-

ciada sem demora pelo Orgão de Fiscalização, segundo o processo especificado nos paragraphos 6 e 7 citados.

### CAPITULO III

#### LIMITAÇÃO DA FABRICAÇÃO

##### Artigo 6

1. Não será fabricada em nenhum paiz ou territorio durante qualquer anno, quantidade de qualquer "droga" superior ao total das quantidades seguintes:

a) a quantidade requerida, nos limites das avaliações para esse paiz ou territorio, para esse anno, para ser utilizada como tal nas necessidades medicas e scientificas, abrangendo as quantidades requeridas para a fabricação das preparações, para a exportação das quaes as autorizações de exportação não são exigidas, quer essas preparações sejam destinadas ao consumo interno quer ás exportações;

b) a quantidade requerida nos limites das avaliações para esse paiz ou territorio, para esse anno, para fins de transformação, tanto para o consumo interno como para a exportação;

c) a quantidade que poderá ser requerida por esse paiz ou territorio, para a execução, no decurso do anno, das encomendas destinadas á exportação e effectuadas de conformidade com as disposições da presente convenção;

d) a quantidade eventualmente requerida por esse paiz ou territorio para manter os "stocks de reserva" no nivel indicado nas avaliações para esse anno;

e) a quantidade eventualmente requerida para manter os "stocks de Estado" no nivel indicado nas avaliações para esse anno.

2. Fica entendido que si, no fim de um anno, uma Alta Parte contractante verificar que a quantidade fabricada excede o total das quantidades acima indicadas, tendo em conta as deducções previstas no art. 7º, alinea I, esse excedente será deduzido da quantidade que deve ser fabricada durante o anno seguinte. Ao transmittir as suas estatisticas annuaes ao Comité Central Permanente as Altas Partes contractantes exporão as razões desse excedente.

##### Artigo 7

Será deduzida, para cada "droga", da quantidade cuja fabricação é autorizada, de conformidade com o artigo 6, durante qualquer anno, em qualquer paiz ou territorio:

I) toda a quantidade da "droga" importada, abrangendo a que tenha sido devolvida e deduzindo a que tenha sido re-exportada;

II) toda a quantidade da dita "droga" apprehendida e utilizada como tal para o consumo interno ou para a transformação.

Si fôr impossivel effectuar durante o decorrer do anno uma das deducções acima mencionadas, toda a quantidade que ficar em excesso no fim do anno será deduzida das avaliações do anno seguinte.

#### Artigo 8

A quantidade de uma "droga" qualquer, importada ou fabricada num paiz ou territorio para fins de transformação, conforme as avaliações desse paiz ou territorio, deverá ser utilizada, si fôr possivel, totalmente, para esse effeito, durante o periodo visado pela avaliação.

Todavia, si fôr impossivel utilizar deste modo a quantidade total no periodo em questão, a fracção que ficar por utilizar no fim do anno será deduzida das avaliações do anno seguinte para esse paiz ou territorio.

#### Artigo 9

Si, no momento em que todas as disposições da presente convenção se tornarem applicaveis, os "stocks" de uma "droga" existente nesse momento num paiz ou territorio excederem o montante dos "stocks de reserva" dessa "droga", que esse paiz ou territorio deseja manter, de accôrdo com as suas avaliações, esse excedente será deduzido da quantidade que normalmente poderia ser fabricada ou importada, conforme fôr o caso, durante o anno, de conformidade com as disposições da presente Convenção.

Si esse processo não fôr applicado, o Governo tomará conta dos *stocks* excedentes que existam no momento em que todas as disposições da presente convenção forem applicaveis.

O Governo só entregará, com intervallos certos, as quantidades que possam ser entregues, de accôrdo com a Convenção. Todas as quantidades assim entregues durante o anno serão deduzidas da quantidade total destinada a ser fabricada ou importada, conforme o caso, durante o mesmo anno.

### CAPITULO IV

#### PROIBIÇÕES E RESTRICÇÕES

#### Artigo 10

1. As Altas Partes contractantes prohibirão a exportação, nos seus territorios, da diacetylmorphina e de seus saes, assim como, das preparações contendo diacetylmorphina ou seus saes.

2. No emtanto, a pedido do Governo de um paiz onde a diacetylmorphina não se fabrique, qualquer Alta Parte contractante poderá autorizar a exportação, para esse paiz, das quantidades de diacetylmorphina, dos seus saes e das prepara-



ções contendo diacetylmorphina ou seus saes que sejam necessarias para as necessidades medicas e scientificas desse paiz, com a condição de esse pedido ser acompanhado de um certificado de importação e ser dirigido á administração official indicada no certificado.

3. Todas as quantidades assim importadas serão distribuidas pelo Governo do paiz importador e sob a sua responsabilidade.

#### Artigo 11

1. O commercio e a fabricação commercial de todo o producto derivado de um dos alcaloides "fenatrenicos" do opio ou dos alcaloides ecgoninicos da folha de cóca, que não seja utilizado nesse momento para as necessidades medicas ou scientificas, não poderão ser permittidos em qualquer paiz ou territorio sem que o valor medico ou scientifico desses productos tenha sido constatado de uma forma julgada concludente pelo Governo interessado.

Nesse caso, a não ser que o Governo decida que o producto em questão não é susceptivel de provocar a toxicomania, ou de ser convertido em um producto susceptivel de provocar a toxicomania, as quantidades cuja fabricação fôr autorizada não deverão, attendendo ás decisões abaixo mencionadas, exceder o total das necessidades internas do paiz ou do territorio para fins medicos e scientificos e a quantidade necessaria para satisfazer as encomendas de exportação, sendo as disposições da presente Convenção applicadas ao dito producto.

2. A Alta Parte contractante que autorizar o commercio ou a fabricação commercial de um desses productos avisará immediatamente o Secretario Geral da Liga das Nações, que transmittirá essa notificação ás outras Altas Partes contractantes e ao Comité de Hygiene da Liga.

3. O Comité de Hygiene, depois de ter submettido a questão ao Comité Permanente na Repartição Internacional de Hygiene Publica, decidirá se o producto de que se trata póde produzir a toxicomania (devendo ser equiparado, por consequencia, ás "drogas" mencionadas no sub-grupo (a) do grupo I) ou se póde ser transformado em uma dessas mesmas drogas (e ser por consequencia equiparado ás "drogas" mencionadas no sub-grupo (b) do grupo I ou no grupo II).

4. Se o Comité de Hygiene decidir que, sem ser uma "droga" susceptivel de provocar a toxicomania, o producto de que se trata póde ser transformado em uma tal "droga", a questão de saber se a dita "droga" pertence ao sub-grupo (b) do grupo I ou ao grupo II será submettida, para decisão, a um Comité de tres peritos qualificados, para examinar os seus aspectos scientificos e technicos. Dous destes peritos serão designados, respectivamente, pelo Governo interessado pela Comissão Consultiva do Opio; o terceiro será designado pelos dous supra citados peritos.

5. Qualquer decisão tomada conforme os dous paragraphos precedentes será levada ao conhecimento do Secretario

Geral da Liga das Nações, que a comunicará a todos os membros da Liga e aos Estados não membros mencionados no artigo 27.

6. Se resultar destas decisões que o producto em questão pôde provocar a toxicomania ou pôde ser transformado em uma "droga" susceptível de a provocar, as Altas Partes contractantes, recebida a comunicação do Secretario Geral, submeterão a dita "droga" ao regime previsto na presente Convenção, conforme estiver comprehendida no grupo I ou no grupo II.

A pedido de qualquer Alta Parte contractante dirigido ao Secretario Geral, qualquer decisão desta natureza poderá ser revista em face da experiencia adquirida e conforme o criterio acima indicado.

#### Artigo 12

1. A importação ou exportação de qualquer "droga", de proveniencia ou com destino ao territorio de uma Alta Parte contractante, não poderão ser effectuadas senão de conformidade com as disposições da presente Convenção.

2. As importações de qualquer "droga", em qualquer paiz ou territorio, e para qualquer anno, não poderão exceder o total das avaliações especificadas no art. 5º e da quantidade exportada desse paiz ou territorio durante o mesmo anno, feita a deducção da quantidade fabricada no paiz ou territorio durante o mesmo anno.

### CAPITULO V

#### FISCALIZAÇÃO

#### Artigo 13

1. a) As Altas Partes contractantes applicarão a todas as "drogas" do grupo I as disposições da Convenção de Genebra, no que esta estabelece quanto ás substancias especificadas no seu artigo 4º (ou disposições equivalentes). As Altas Partes contractantes applicarão tambem estas disposições ás preparações da morphina e cocaina visadas nesse artigo 4º e a todas as preparações das outras "drogas" do grupo I, salvo as preparações que possam ser excluidas do regime da Convenção de Genebra, de conformidade com o artigo 8º dessa Convenção.

b) As Altas Partes contractantes applicarão ás soluções ou diluições de morphina ou de cocaina, ou de seus saes, numa substancia inerte, liquida ou solida, e contendo 0,2 por cento pelo menos de morphina ou 0,1 por cento pelo menos de cocaina, o mesmo procedimento que ás preparações contendo uma percentagem mais elevada.

2. As Altas Partes contractantes applicarão ás "drogas" que estão ou possam estar comprehendidas no grupo II as disposições seguintes da Convenção de Genebra ou disposições equivalentes:

a) as disposições dos artigos 6º e 7º, no que se refere á fabricação, á importação, á exportação e ao commercio em grosso dessas "drogas";

b) as disposições do capítulo V, salvo no que concerne ás composições que contenham uma dessas "drogas" e que se prestem a uma applicação therapeutica normal;

c) as disposições das alíneas 1 b, c e e, e da alínea 2 do artigo 22, entendendo-se:

I) que as estatísticas das importações e das exportações poderão ser enviadas annualmente e não trimestralmente; e,

II) que a alínea 1 b e a alínea 2 do artigo 22 não serão applicaveis ás preparações que contenham essas "drogas".

#### Artigo 14

1. Os governos que tenham concedido uma autorização de exportação, com destino a paizes ou territorios onde não se applicuem nem a presente Convenção nem a Convenção de Genebra, para uma "droga" que está ou poderá estar abrangida no grupo I, avisarão, desse facto, immediatamente o Comité Central Permanente. Fica entendido que se os pedidos de exportação se elevarem a 5 kilogrammas ou mais, a autorização não será concedida antes que o Governo tenha se certificado junto do Comité Central Permanente que essa exportação não causará um excedente nas avaliações do paiz ou territorio importador. Se o Comité Central Permanente fizer sciante que haverá um excedente, o Governo não autorizará a exportação da quantidade que causaria esse excedente.

2. Se dos mappas das importações e das exportações enviados ao Comité Central Permanente ou das notificações feitas a esse Comité, conforme o paragrapho precedente, resultar que a quantidade exportada ou cuja exportação foi autorizada com destino a qualquer paiz ou territorio excede o total das avaliações definidas no artigo 5º, para esse paiz ou territorio, para esse anno, accrescido das suas exportações constatadas, o Comité avisará immediatamente todas as Altas Partes contractantes.

Estas não poderão autorizar, durante o anno em questão, nenhuma nova exportação com destino ao dito paiz ou territorio, salvo:

I) No caso em que uma avaliação suplementar seja fornecida, encerrando ao mesmo tempo toda a quantidade importada em excesso e a quantidade suplementar requerida, ou

II) Nos casos excepcionaes em que a exportação é, no parecer do governo do paiz exportador, essencial aos interesses da humanidade ou ao tratamento dos doentes.

3. O Comité Central Permanente organizará cada anno uma relação, indicando para cada paiz ou territorio e para o anno precedente:

- a) as avaliações de cada "droga";
- b) a quantidade de cada "droga" consumida;
- c) a quantidade de cada "droga" fabricada;
- d) a quantidade de cada "droga" transformada;
- e) a quantidade de cada "droga" importada;
- f) a quantidade de cada "droga" exportada;
- g) a quantidade de cada "droga" empregada na confecção

das preparações para cuja exportação as autorizações não são exigidas.

Si da dita relação resultar que cada uma das Altas Partes contractantes faltou ou pôde ter faltado ás obrigações previstas na presente Convenção, o Comité terá o direito de lhe pedir explicações por intermedio do Secretario Geral da Liga das Nações, sendo applicavel o processo indicado nos paragraphos 2 a 7 do art. 24 da Convenção de Genebra.

O Comité publicará, o mais cedo possivel, a relação acima indicada e, a não ser que a julgue desnecessaria, um resumo das explicações dadas ou pedidas conforme a alinea precedente, assim como todas as observações que tiver de fazer concernentes a essas explicações ou pedidos de explicações.

Publicando as estatisticas e outras informações que receber em virtude da presente Convenção o Comité Central Permanente não fará figurar nessas publicações indicação alguma susceptivel de favorecer as operações dos especuladores ou de causar prejuizo ao commercio legitimo de qualquer das Altas Partes contractantes.

## CAPITULO VI

### DISPOSIÇÕES ADMINISTRATIVAS

#### Artigo 15

As Altas Partes contractantes tomarão todas as medidas legislativas ou outras necessarias para tornar effectivas nos seus territorios as disposições da presente Convenção.

As Altas Partes contractantes criarão, si a não tiverem já, uma administração especial que terá como missão:

- a) applicar as disposições da presente Convenção;
- b) regulamentar, vigiar e fiscalizar o commercio das "drogas";
- c) organizar a campanha contra a toxicomania, adoptando todas as medidas necessarias para impedir o seu desenvolvimento e para combater o trafico illicito.

#### Artigo 16

1. Cada uma das Altas Partes contractantes exercerá uma vigilancia permanente e rigorosa sobre:

- a) as quantidades de materias primas e de "drogas" manufacturadas que se encontrem em poder de cada fabricante para fins de fabricação ou de transformação de cada uma dessas "drogas" ou para outros quaesquer fins uteis;
- b) as quantidades de "drogas" (ou de preparações contendo essas "drogas") produzidas;
- c) a maneira como se dispõe das "drogas" e preparações produzidas, especialmente a sua distribuição no commercio, á sahida da fabrica.

As Altas Partes contractantes não permitirão que se acumulem em poder de qualquer fabricante quantidades de materias primas que excedam as quantidades requeridas para o funcionamento economico da empresa, tendo em conta as condições do mercado. As quantidades de materias primas em poder de qualquer fabricante, em qualquer momento, não excederão as quantidades exigidas para as necessidades da fabricação durante o semestre seguinte, a menos que o Governo, após inquerito, não conclua que condições excepcionaes justifiquem a accumulção de quantidades addicionaes, mas, em caso algum, as quantidades totaes que assim possam ser accumuladas não deverão exceder a provisão de um anno.

#### Artigo 17

Cada uma das Altas Partes contractantes obrigará cada fabricante estabelecido nos seus territorios a fornecer relatorios trimestraes indicando:

a) as quantidades de materias primas e de cada "droga" recebidas na sua fabrica, assim como as quantidades de "drogas" ou de outro producto, qualquer que elle seja, fabricado com cada uma dessas substancias. Indicando as quantidades de materias primas assim recebidas, o fabricante mencionará a proporção de morfina, de cocaina ou de ecgonina nellas contidas ou que dellas possam ser extrahidas — proporção que será determinada por um methodo prescripto pelo Governo e nas condições que o Governo considere como satisfactorias;

b) as quantidades de materias primas, ou de productos manufacturados com essas materias, que tenham sido utilizadas durante o trimestre;

c) as quantidades em *stock* no fim do trimestre;

Cada uma das Altas Partes contractantes obrigará cada negociante em grosso, estabelecido no seu territorio, a fornecer no fim de cada anno um relatorio especificando, para cada "droga", a quantidade dessa "droga" contida nas preparações exportadas ou importadas durante o anno e para cuja importação ou exportação não é exigida autorização.

#### Artigo 18

Cada uma das Altas Partes contractantes compromette-se a que todas as "drogas" do grupo I que apprehender no trafico illicito sejam destruidas ou transformadas em substancias não estupefacientes ou reservadas ao uso medico ou scientifico, seja pelo Governo, seja sob a sua fiscalização, uma vez que essas "drogas" não sejam mais necessarias ao processo judicial ou a qualquer outra acção por parte das autoridades do Estado. Em qualquer dos casos a diacetilmorfina deverá ser destruida ou transformada.

#### Artigo 19

As Altas Partes contractantes exigirão que os rotulos sob os quaes é posta á venda qualquer "droga" ou prepara-

ção contendo essa "droga" indiquem a sua percentagem. Deverão também indicar o nome da "droga" conforme fôr consignado na legislação nacional.

## CAPITULO VII

### DISPOSIÇÕES GERAES

#### Artigo 20

1. Cada Alta Parte contractante em qualquer dos seus territorios em que qualquer "droga" fôr fabricada ou transformada no momento da entrada em vigor da presente Convenção, ou que, nesse momento ou posteriormente, se proponha autorizar no seu territorio essa fabricação ou transformação, enviará uma notificação ao Secretario Geral da Liga das Nações, indicando se a fabricação ou a transformação é destinada ás necessidades internas apenas ou igualmente á exportação e em que época essa fabricação ou transformação começará; indicará também as "drogas" que deverão ser fabricadas ou transformadas, assim como o nome e a residência das pessoas ou das firmas autorizadas.

2. No caso da fabricação ou transformação de qualquer dessas "drogas" cessar no seu territorio, a Alta Parte contractante enviará, sobre esse facto, uma notificação ao Secretario Geral, indicando a data e o local onde essa fabricação ou transformação cessou ou cessará, especificando as "drogas" e as pessoas ou firmas visadas, assim como os seus nomes e as suas residências.

3. As informações fornecidas nos termos dos paragraphos 1 e 2 serão communicadas pelo Secretario Geral ás Altas Partes contractantes.

#### Artigo 21

As Altas Partes contractantes se communicarão por intermedio do Secretario Geral da Liga das Nações sobre as leis e regulamentos promulgados para tornar effectiva a presente Convenção e enviarão ao mesmo Secretario Geral um relatório annual relativo á applicação da Convenção nos seus territorios, conforme um formulario elaborado pela Comissão Consultiva do trafico do opio e outras "drogas" nocivas.

#### Artigo 22

As Altas Partes contractantes farão figurar nas estatísticas annuaes fornecidas por ellas ao Comité Central Permanente as quantidades de cada uma das "drogas" empregadas pelos fabricantes e commerciantes em grosso na confecção das preparações destinadas ao consumo interno ou á exportação para cuja exportação as autorizações não são exigidas.

As Altas Partes contractantes farão igualmente figurar nas suas estatísticas um resumo dos mappas elaborados pelos fabricantes conforme o artigo 17.

## Artigo 23

As Altas Partes contractantes se communicarão por intermedio do Secretario Geral da Liga das Nações e enviarão, no prazo tão curto quanto possivel, informações sobre todo o caso de trafico illicito descoberto por ellas e que possa ter importancia, quer em relação ás quantidades de "drogas" em causa, quer em relação ás indicações que esse caso poderá fornecer sobre as fontes que abastecem de "drogas" o trafico illicito ou os methodos empregados pelos traficantes illicitos.

Essas informações indicarão, tanto quanto possivel:

- a) a natureza e a quantidade das "drogas" em causa;
- b) a origem das "drogas", as marcas e rotulos;
- c) os locais em que as "drogas" foram desviadas para o trafico illicito;
- d) o local de onde as "drogas" foram expedidas e os nomes dos expedidores, agentes de expedição ou commissionarios, os methodos de consignação e os nomes e residencias dos destinatarios sendo conhecidos;
- e) os methodos empregados e vias seguidas pelos contrabandistas e eventualmente os nomes dos navios que serviram para o transporte;
- f) as medidas tomadas pelos Governos em relação ás pessoas implicadas (e, particularmente, para com aquellas que possuirem autorizações ou licenças), assim como as sanções applicadas;
- g) todas as outras informações que possam concorrer para a suppressão do trafico illicito.

## Artigo 24

A presente Convenção completará as Convenções de Haya de 1912 e de Genebra de 1925 nas relações entre as Altas Partes contractantes ligadas pelo menos a uma dessas ultimas Convenções.

## Artigo 25

Se entre as Altas Partes contractantes surgir qualquer controversia referente á interpretação ou á applicação da presente Convenção e se essa controversia não puder ser resolvida de maneira satisfatoria por via diplomatica, será resolvida entre as Partes, de accôrdo com as disposições em vigor, relativas á solução dos conflictos internacionaes.

No caso de taes disposições não existirem entre as Partes divergentes, submitter-se-ha o conflicto a um processo arbitral ou judiciario.

Na falta de um accôrdo quanto á escolha de um outro tribunal, o conflicto será submettido, a pedido de uma das Partes, á Corte Permanente de Justiça Internacional, se ellas forem partes no Protocolo de 16 de outubro de 1920, referente

ao Estatuto da dita Corte, e, se não forem partes, a um tribunal de arbitragem constituído conforme a Convenção de Haya, de 18 de Outubro de 1907, para a solução pacífica dos conflictos internacionaes.

#### Artigo 26

Qualquer Alta Parte contractante poderá declarar, no momento da assignatura da ratificação ou da adhesão, que, acceitando a presente Convenção, não assume nenhuma obrigação para a totalidade ou parte das suas colonias, protectorados, territorios ultramarinos ou territorios sob sua suzerania ou mandato, e a presente Convenção não se applicará aos territorios mencionados nessa declaração.

Qualquer Alta Parte contractante poderá posteriormente, em qualquer tempo, communicar ao Secretario Geral da Liga das Nações que deseja que a presente Convenção se applique á totalidade ou a uma parte daquelles seus territorios que tenham sido objecto da declaração, nos termos da alinea precedente, e a presente Convenção applicar-se-ha a todos os territorios mencionados nessa communicação, como no caso de um paiz que tenha ratificado a presente Convenção ou a ella adherido.

Cada uma das Altas Partes contractantes poderá declarar, a todo o tempo, após a expiração do periodo de cinco annos, previsto no artigo 32, que deseja que a presente Convenção cesse de se applicar á totalidade ou a uma parte de suas colonias, protectorados, territorios ultramarinos ou territorios sob sua suzerania ou mandato, e a Convenção deixará de se applicar aos territorios mencionados nessa declaração, como se se tratasse de uma denuncia feita de accôrdo com as disposições do artigo 32.

O Secretario Geral communicará a todos os Membros da Liga, assim como aos Estados não membros, menciona-os no artigo 27, todas as declarações e todas as communicações recebidas nos termos do presente artigo.

#### Artigo 27

A presente Convenção, cujos textos em francez e em inglez farão igualmente fé, terá a data de hoje e será, até 31 de dezembro de 1934, facultada á assignatura de qualquer Membro da Liga das Nações ou de todo o Estado não-membro que se tenha feito representar na Conferencia que a elaborou e ao qual o Conselho da Liga das Nações tenha enviado cópia da presente Convenção para esse effeito.

#### Artigo 28

A presente Convenção será ratificada. Os instrumentos de ratificação serão transmittidos ao Secretario Geral da Liga das Nações, que notificará o seu deposito a todos os Membros da Liga, assim como aos Estados não-membros mencionados no artigo precedente.



## Artigo 29

A partir de 1 de janeiro de 1932 qualquer Membro da Liga das Nações ou qualquer Estado não-membro, mencionado no artigo 27 poderá adherir á presente Convenção.

Os instrumentos de adhesão serão transmittidos ao Secretario Geral da Liga das Nações, que notificará o seu depósito a todos os Membros da Liga, bem como aos Estados não-membros mencionados no citado artigo.

## Artigo 30

A presente Convenção entrará em vigor 90 dias depois que o Secretario Geral da Liga das Nações tiver recebido as ratificações ou as adhesões de 25 Membros da Liga das Nações ou Estados não-membros, comprehendendo quatro Estados entre os seguintes:

Allemanha, Estados Unidos da America, França, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Japão, Paizes Baixos, Suissa e Turquia.

Comtudo, as disposições que não sejam as dos artigos 2 a 5 só serão applicaveis a partir de 1 de janeiro do primeiro anno para o qual tenham sido fornecidas as avaliações conforme os artigos 2 a 5.

## Artigo 31

As ratificações ou adhesões depositadas após a data da entrada em vigor da presente Convenção só produzirão effeito expirado o prazo de 90 dias a partir da sua recepção pelo Secretario Geral da Liga das Nações.

## Artigo 32

Expirado o prazo de cinco annos a partir da entrada em vigor da presente Convenção, poderá esta ser denunciada por um instrumento escripto, entregue ao Secretario Geral da Liga das Nações. Esta denuncia, si fôr recebida pelo Secretario Geral em 1 de Julho de qualquer anno ou anteriormente a essa data, produzirá effeito em 1 de Janeiro do anno seguinte, e, si fôr recebida depois de 1 de Julho, produzirá effeito como si tivesse sido recebida no dia 1 de Julho do anno seguinte ou anteriormente a esta data.

A denuncia não valerá sinão para o membro da Liga das Nações ou para o Estado não-membro, em nome do qual ella tenha sido depositada.

O Secretario Geral notificará a todos os Membros da Liga e aos Estados não-membros mencionados no art. 27, as denuncias assim recebidas.

Si, em virtude de denuncias simultaneas ou successivas, o numero de membros da Liga das Nações e dos Estados não-membros ligados pela presente Convenção se encontrar reduzido a menos de vinte e cinco, a Convenção cessará de vigorar a partir da data em que a ultima destas denuncias produzir effeito, conforme as disposições do presente artigo.

## Artigo 33

Um pedido de revisão da presente Convenção poderá ser formulado a todo o tempo por qualquer Membro da Liga das Nações ou Estado não-membro ligado pela Convenção por meio de notificação dirigida ao Secretario Geral da Liga das Nações. Esta notificação será comunicada pelo Secretario Geral a todos os outros Membros da Liga das Nações e aos Estados não-membros assim ligados, e, si pelo menos um terço delles a apoiar, as Altas Partes contractantes comprometterem-se a reunir-se numa conferencia com o fim de rever a Convenção.

## Artigo 34

A presente Convenção será registrada pelo Secretario Geral da Liga das Nações no dia da sua entrada em vigor.

Em fé do que os plenipotenciarios acima mencionados assignaram a presente Convenção.

Feito em Genebra, aos 13 de Julho de 1931, em um só exemplar, que será depositado nos archivos do Secretariado da Liga das Nações e cujas cópias authenticadas serão enviadas a todos os Membros da Liga das Nações e aos Estados não-membros mencionados no artigo 27.

## ALLEMANHA

Freiherr von Rheinbaben.

Dr. Kähler.

## ESTADOS UNIDOS DA AMERICA

John K. Caldwell.

Harry J. Anslinger.

Walter Lewis Treadway.

Sanborn Young.

(1) O governo dos Estados Unidos da America reserva-se o direito de applicar, para os fins de fiscalização interna e de fiscalização das importações e exportações de opio, de folhas de coca e de todos os seus derivados e de productos syntheticos analogos, effectuados pelos territorios collocados sob a sua jurisdicção, medidas mais rigorosas do que as disposições da Convenção.

(2) O governo dos Estados Unidos da America reserva-se o direito de applicar, para os fins de fiscalização do transito, através dos seus territorios, do opio bruto, das folhas de coca, de todos os seus derivados e productos syntheticos analogos, medidas pelas quaes a concessão de uma autorização de transito através do seu territorio poderá ser subordinada á apresentação de uma licença de importação passada pelo paiz de destino.

(3) O governo Estados Unidos da America não se póde comprometter a enviar ao Comité Central Permanente do Opio estatísticas das importações e exportações antes de um prazo de 60 dias a partir do fim do periodo de tres mezes a que se referem essas estatísticas.

(4) O governo dos Estados Unidos da America não se pôde comprometter a indicar separadamente as quantidades de estupefacientes compradas ou importadas para as necessidades do Estado.

(5) Os plenipotenciarios dos Estados Unidos da America declaram formalmente que o facto de terem assignado, em data de hoje, em representação dos Estados Unidos da America, a Convenção para limitar a fabricação e regular a distribuição dos estupefacientes não deve ser interpretado como significando que o Governo dos Estados Unidos da America reconhece um regimen ou uma entidade que assigne ou adhira á Convenção como constituindo o governo de um paiz quando esse regimen ou essa entidade não esteja reconhecida pelo Governo dos Estados Unidos da America como constituindo o governo desse paiz.

(6) Os plenipotenciarios dos Estados Unidos da America declaram ainda que a participação dos Estados Unidos da America na Convenção para limitar a fabricação e regular a distribuição dos estupefacientes, assignada em data de hoje, não implica nenhuma obrigação contractual por parte dos Estados Unidos da America para com um paiz representado por um regimen ou entidade que o Governo dos Estados Unidos da America não reconhece como constituindo o governo desse paiz, enquanto o referido paiz não tiver um governo reconhecido pelo Governo dos Estados Unidos da America.

#### REPUBLICA ARGENTINA

*Ad referendum*

FERNANDO PEREZ

#### AUSTRIA

E. PELÜGL

Dr. BRUNO SCHULTZ

#### BELGICA

Dr. F. DE MYTTENAERE

#### BOLIVIA

M. CUELLAR

#### BRASIL

RAUL DO RIO BRANCO

GRÁ-BRETANHA E IRLANDA DO NORTE (assim como todas as partes do Imperio Britannico não membros separados da Liga das Nações)

MALCOLM DELEIVINGNE

#### CANADA

C. H. L. SHARMAN

W. A. RIDDELL

#### INDIA

R. P. PARANJPYE

#### CHILE

ENRIQUE J. GAJARDO V.

COSTA RICA

VIRIATO FIGUEREDO LORA

CUBA

G. DE BLANCK

Dr. B. PRIMELES

DINAMARCA

GUSTAV RASMUSSEN

CIDADE LIVRE DE DANTZIG

F. SOKAL

REPUBLICA DOMINICANA

CH. ACKERMANN

EGYPTO

T. W. RUSSELL

HESPAHANHA

JULIO CASARES

ETHIOPIA

Conde Lagarde Duque d'ENTOTTO.

FRANÇA

O Governo francez faz todas as reservas, no que respeita ás colonias, protectorados e paizes sob mandatos dependentes da sua autoridade, sobre a possibilidade de fornecer regularmente dentro do periodo rigorosamente fixado as estatisticas trimestraes previstas no artigo 13.

G. BOURGOIS

GRECIA

R. RAPHAEL

GUATEMALA

LUIZ MARTINEZ MONT

HEDJAZ, NEDJED E DEPENDENCIAS

HAFIZ WAHBA

## ITALIA

CAVAZZONI STEFANO

## JAPÃO

S. SAWADA

S. OHNAGHI

## LIBERIA

DR. A. SOTTILE

Sob reserva de ratificação do Senado da Republica  
da Liberia.

## LITHUANIA

ZAUNIUS

## LUXEMBURGO

CH. G. VERMAIRE

## MEXICO

S. MARTINEZ DE ALVA

## MONACO

C. HENTSCH

## PANAMA'

DR. ERNESTO HOFFMANN

## PARAGUAY

R. V. CABALLERO DE BEDOYA

## PAIZES BAIXOS

V. WETTUM

## PERSIA

A. SEPAHBODY

## POLONIA

CHODZKO

## PORTUGAL

AUGUSTO DE VASCONCELLOS

A. M. FERRAZ DE ANDRADE

## RUMANIA

C. ANTONIADE

## SAO MARINHO

FERRI CHARLES EMILE

## SIAO

DAMRAS

Como a lei siamesa sobre as drogas capazes de produzir a toxicomania é mais rigorosa do que algumas das disposições da Convenção de Genebra, o meu Governo reserva-se o direito de applicar a lei existente.

## SUECIA

K. I. WESTMAN

## SUISSA

PAUL DINICHERT  
DR. H. CARRIÈRE

## TCHECOSLOVAQUIA

ZD. FIERLINGER

## URUGUAY

ALFREDO DE CASTRO

## VENEZUELA

*Ad referendum*

I. G. CHACIN ITRIAGO

---

**PROTOCOLLO DE ASSIGNATURA**

I. Assignando a Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes, na data de hoje, os Plenipotenciarios abaixo assignados, devidamente autorizados para esse effeito e em nome dos seus respectivos Governos, declaram accôrdar no seguinte:

Se, na data de 13 de julho de 1933, a dita Convenção não tiver entrado em vigor conforme as disposições do art. 30, o Secretario da Liga das Nações submeterá a situação á apreciação do Conselho da Liga das Nações, que poderá, quer convocar uma nova conferencia de todos os Membros da Liga das Nações e Estados não-membros em nome dos quaes a Convenção terá sido assignada ou depositadas ratificações ou adhesões, com o fim de examinar a situação, quer tomar as medidas que considera como necessarias. O Governo de cada Membro da Liga das Nações ou Estado não-membro signatario ou adherente obriga-se a fazer-se representar em qualquer conferencia assim convocada.

II. O Governo do Japão fez a reserva abaixo expressa, que é aceita pelas outras Altas Partes contractantes:

A morfina bruta produzida durante a fabricação do opio de fumar na fabrica do Governo Geral de Formosa, e tida em *stock* por esse Governo, não será submettida ás medidas de limitação previstas na presente Convenção.

Só serão retiradas, de tempos a tempos, desses *stocks* de morfina bruta as quantidades que poderão ser requeridas para a fabricação da morfina refinada nas fabricas munidas de uma licença do Governo japonéz, conforme as disposições da presente Convenção.

Em fé do que os abaixo assignados appuzeram a sua assignatura no presente Protocollo.

Feito em Genebra, em treze de Julho de mil novecentos e trinta e um, num só exemplar, que será depositado nos archivos do Secretariado da Liga das Nações; uma cópia authenticada será transmittida a todos os Membros da Liga das Nações e a todos os Estados não-membros representados na Conferencia.

ALLEMANHA:

Freiherr VON RHEINBAREN.  
Dr. KAHLER.

ESTADOS UNIDOS DA AMERICA:

John K. CALDWELL.  
Harry J. ANSLINGER.  
Walter Lewis TREADWAY.  
SANBORN TOUNG.

REPUBLICA ARGENTINA:

*Ad referendum.*  
Fernando PEREZ.

AUSTRIA:

E. PFLÜGEL.  
Bruno SCHULTZ.

BELGICA:

Dr. F. de MYTTENAERE.

BOLIVIA:

M. CUELLAR.

BRASIL:

Raul do RIO BRANCO.

GRÃ-BRETANHA E IRLANDA DO NORTE (assim como todas as partes do Imperio Britannico não membros separados da Liga das Nações):

Malcolm DELEVINGNE.

CANADA':

C. H. L. SHARMAM.

W. A. RIDDELL.

INDIA:

R. P. PARANJPYE.

CHILE:

Enrique J. GAJARDO V.

COSTA RICA.

Viriato Figueredo LORA.

CUBA:

G. DE BLANCK.

Dr. B. PRIMELLES.

DINAMARCA:

Gustav RASMUSSEN.

CIDADE LIVRE DE DANTZIG:

F. SOKAL.

REPUBLICA DOMINICANA:

Ch. ACKERMANN.

EGYPTO:

T. W. RUSSELL.

HESPAÑHA:

Julio CASARES.

ETHIOPIA:

Conde Lagarde Duque d'ENTOTTO.

FRANÇA:

G. BOURGOIS.

GRECIA:

R. RAPHAËL.



**GUATEMALA:**

Luiz Martinez MONT.

**HEDJAZ, NEDJED E DEPENDENCIAS:**

Hafiz WAHBA.

**ITALIA:**

Cavazzoni STEFANO.

**JAPÃO:**

S. SAWADA.

S. OHDAHI.

**LITHUANIA:**

J. SAKALAUSKAS.

**LUXEMBURGO:**

Ch. G. VERMAIRE.

**MEXICO:**

S. Martinez de ALVA.

**MONACO:**

C. HENTSCH.

**PANAMA:**

Dr. Ernesto HOFFMANN.

**PARAGUAY:**

R. V. Caballero DE BEDOYA.

**PAIZES BAIXOS:**

A minha assignatura é subordinada á reserva feita por mim, relativamente ao paragrapho 2º do artigo 22, aa manhã de 12 de Julho de 1931.

V. WETTUM.

**PERSIA:**

A. SEPAHBODY.

**POLONIA:**

CHODZKO.

**PORTUGAL:**

Augusto DE VASCONCELLOS.

A. M. Ferraz DE ANDRADE.

**RUMANIA:**

C. ANTONIADE.

**SÃO MARINHO:**

Ferri Charles EMILE.

SIÃO:

DAMRAS.

SUECIA:

K. J. WESTMAN.

SUISSA:

Paul DINICHERT.

Dr. H. CARRIÈRE.

URUGUAY:

Alfredo DE CASTRO.

VENEZUELA:

*Ad referendum.*

L. G. Chacin ITRIAGO.

---

DECRETO N. 114 — NÃO FOI PUBLICADO

---

DECRETO N. 115 — DE 23 DE OUTUBRO DE 1934

*Autoriza o cidadão brasileiro José Pacifico Homem, sem prejuizo do que determina o art. 10 do decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas), a pesquisar, por si ou companhia que organizar, ouro e diamantes no leito e nas margens do rio Jequitinhonha, em parte não navegavel, em uma extensão total de vinte e cinco (25) kms., contados a partir da barra do correjo Noruega, affluente da margem esquerda do mesmo rio, sendo dez (10) kms. acima e quinze (15) kms. abaixo da mesma barra, trecho esse do referido rio Jequitinhonha que divide os municipios de Grão Mogol e Minas Novas, no Estado do Minas Geraes*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o n. 1 do art. 56 da Constituição, e tendo em vista o decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro José Pacifico Homem, por si ou companhia que organizar, sem prejuizo do que determina o art. 10 do decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas), a pesquisar ouro e diamantes no leito e nas margens do rio Jequitinhonha, em parte não navegavel, em uma extensão total de vinte e cinco (25) kilometros, contados a partir da barra do correjo Noruega, affluente da margem esquerda do mesmo rio, sendo dez (10) kilometros acima e quinze (15) kilometros abaixo da mesma barra, trecho esse do referido rio Jequitinhonha que divide

os municipios de Grão Mogol e Minas Novas, no Estado de Minas Geraes, — e mediante as seguintes condições:

I — O titulo desta autorização, que será uma via autentica deste decreto, na fórmula do § 4º do art. 18 do Código de Minas, será pessoal e sómente transmissivel no caso de herdeiros necessarios e conjuge sobrevivente, bem como no de successão commercial;

II — Esta autorização durará dous (2) annos, podendo ser renovada na conformidade do art. 20 do Código de Minas e o campo da pesquisa é o indicado neste artigo, não podendo exceder a extensão no mesmo marcada;

III — A pesquisa seguirá um plano preestabelecido, que será organizado pelo autorizado e submettido á approvação do Governo, ouvido o Departamento Nacional da Produção Mineral;

IV — O Governo fiscalizará a execução do plano de que trata o numero anterior, podendo mesmo orientar melhor a marcha dos trabalhos;

V — Na conclusão dos trabalhos, sem prejuizo de quaesquer informações pedidas pelo Governo no curso delles, o autorizado deverá apresentar ao Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministerio da Agricultura um relatório circumstanciado, acompanhado de perfis geologicos e plantas, em tela e cópia, onde sejam indicados com exactidão os côrtes que se houverem feito, o maximo da profundidade que houverem attingido os trabalhos de pesquisa, a espesura média e a área dos depositos alluvionares, seu volume e teor médio em ouro por metro cubico, bem como de outros esclarecimentos que se tornarem necessarios para o reconhecimento e apreciação da jazida;

VI — Do minerio e material extrahido, o autorizado não poderá utilizar-se senão de pequenas quantidades, sufficientes para analyses e ensaios industriaes, só podendo dispor do mais depois de iniciada a lavra;

VII — Ficam resalvados os interesses da fluctuação, sujeitando-se, portanto, o autorizado ás exigencias que lhe forem impostas, neste sentido, pelas autoridades competentes;

VIII — Serão respeitados os direitos de terceiros, resarcindo o autorizado damnos e prejuizos que occasionar, a quem de direito, e não respondendo o Governo pelas limitações que possam sobrevir ao titulo, da opposição dos ditos direitos.

Art. 2.º Esta autorização é dada sem prejuizo do que determina o n. VIII do art. 19 do Código de Minas.

Art. 3.º Esta autorização será considerada abandonada, para o effeito do paragrapho unico do art. 27 do Código de Minas, nas seguintes condições:

I — Si o autorizado não iniciar os trabalhos de pesquisa dentro dos seis (6) primeiros mezes contados da data da autorização;

II — Si interromper os trabalhos depois de iniciados por igual espaço de tempo, salvo motivo de força maior, a juizo do Governo;

III — Si não apresentar o plano dos trabalhos em tempo

util para poder dar inicio á sua execução dentro do prazo a que allude o n. I deste artigo;

IV — Si, findo o prazo da autorização, sem ter sido renovada na fórmula do art. 20 do Código de Minas, não apresentar, dentro de um (1) mez, o relatório final, nas condições especificadas no n. V do art. 1º.

Art. 4.º Si o autorizado infringir o n. I ou o n. VI do art. 1º, ou não se submeter ás exigências da fiscalização, será annullada esta autorização, na fórmula do art. 28 do Código de Minas.

Art. 5.º O título a que allude o n. I do art. 1º pagará do sello a quantia de duzentos mil réis (200\$000), e só será valido depois de transcripto no respectivo registro após o pagamento do sello, na fórmula do § 5º do art. 18 do Código de Minas.

Art. 6.º O interessado deverá satisfazer a taxa do pagamento da publicação deste decreto no *Diário Official*, dentro de trinta (30) dias, contados da data do convite para esse fim publicado naquella orgão official, sob pena de ficar sem effeito o presente decreto.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Odilon Braga.

---

DECRETO N. 116 — DE 23 DE OUTUBRO DE 1934

*Autoriza o cidadão brasileiro Fernando Fonseca de Araujo, sem prejuizo do que determina o art. 10 do decreto numero 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas), a pesquisar ouro nos terrenos denominados "Mina do Babú", pertencentes a Manoel Alves de Lemos e situados em São Gonçalo do Sapucahy, no Estado do Minas Geraes*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o n. 1 do art. 56 da Constituição, e tendo em vista o decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Fernando Fonseca de Araujo, sem prejuizo do que determina o art. 10 do decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas), a pesquisar ouro nos terrenos denominados "Mina do Babú", pertencentes a Manoel Alves de Lemos e situados em São Gonçalo do Sapucahy, no Estado de Minas Geraes, mediante as seguintes condições:

I — O título desta autorização, que será uma via autentica deste decreto, na fórmula do § 4º do art. 18 do Código de Minas, será pessoal e sómente transmissivel no caso de

herdeiros necessarios e conjuge sobrevivente, bem como no da successão commercial;

II — Esta autorização durará dous (2) annos, podendo ser renovada na conformidade do art. 20 do Codigo de Minas, e o campo da pesquisa é o indicado neste artigo, não podendo exceder os limites da propriedade referida;

III — A pesquisa seguirá um plano preestabelecido, que será organizado pelo autorizado e submettido á approvação do Governo, ouvido o Departamento Nacional da Produçção Mineral;

IV — O Governo fiscalizará a execução do plano de que trata o numero anterior, podendo mesmo alteral-o para melhor orientação da marcha dos trabalhos;

V — Na conclusão dos trabalhos de pesquisa, sem prejuizo de quaesquer informações pedidas pelo Governo no curso delles, o autorizado deverá apresentar ao Departamento Nacional da Produçção Mineral do Ministerio da Agricultura um relatório circunstanciado, acompanhado de perfis geologicos e plantas, em tela e cópia, onde sejam indicados com exactidão os côrtes que se houverem feito no terreno, o maximo da profundidade que houverem attingido os trabalhos de pesquisa, a inclinação e direcção do veieiro ou deposito que se houver descoberto, espessura média e área do mesmo, teor médio em ouro por metro cubico, bem como de outros esclarecimentos que se tornarem necessarios para o reconhecimento e apreciação da jazida;

VI — Do minerio e material extrahido, o autorizado não poderá utilizar-se senão de pequenas quantidades, sufficientes para analyses e ensaios industriaes, só podendo dispor do mais, depois de iniciada a lavra;

VII — Serão respeitados os direitos de terceiros, resarcindo o autorizado, damnos e prejuizos que occasionar, a quem de direito, e não respondendo o Governo pelas limitações que possam sobrevir ao titulo, da opposição dos ditos direitos.

Art. 2.º Esta autorização será considerada abandonada, para o effeito do paragarpho unico do art. 27 do Codigo de Minas, nas seguintes condições:

I — Si o autorizado não iniciar os trabalhos de pesquisa dentro dos seis (6) primeiros mezes contados da data da autorização;

II — Si interromper os trabalhos, depois de iniciados por igual espaço de tempo, salvo motivo de força maior, a juizo do Governo;

III — Si não apresentar o plano dos trabalhos em tempo util para poder dar inicio á sua execução dentro do prazo a que allude o n. I deste artigo;

IV — Si, findo o prazo da autorização, sem ter sido renovada na fórma do art. 20 do Codigo de Minas, não apresentar, dentro de um (1) mez, o relatório final, nas condições especificadas no n. V do artigo anterior

Art. 3.º Si o autorizado infringir o n. I ou n. VI do art. 1.º, ou não se submeter ás exigencias da fiscalização, será

annullada esta autorização na fôrma do art. 28 do Código de Minas.

Art. 4.º O título a que allude o n. I do art. 1.º pagará de sello a quantia de quinhentos mil réis (500\$000), e só será valido depois de transcripto no respectivo registro após o pagamento do sello, na fôrma do § 5.º do art. 18 do Código de Minas.

Art. 5.º O interessado deverá satisfazer a taxa do pagamento da publicação deste decreto no *Diario Official*, dentro de trinta (30) dias, contados da data do convite para esse fim publicado naquella orgão official, sob pena de ficar sem effeito o presente decreto.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1934, 113.º da Independencia e 46.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

---

DECRETO N. 117 — DE 23 DE OUTUBRO DE 1934

*Concede á Companhia Commercio e Navegação autorização para funccionar*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Sociedade Anonyma Companhia Commercio e Navegação, com séde na cidade do Rio de Janeiro, decreta:

Artigo unico. E' concedida á Sociedade Anonyma Companhia Commercio e Navegação autorização para funcionar, com os estatutos que apresentou, constantes da escriptura publica de alteração de contracto da Sociedade Pereira Carneiro & Comp. Limitada (Companhia Commercio e Navegação), lavrada a vinte e cinco de julho de mil novecentos e trinta e quatro, ficando obrigada a mesma sociedade anonyma a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor.

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1934, 113.º da Independencia e 46.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães.*

---

## DECRETO N. 118 — DE 26 DE OUTUBRO DE 1934

*Autoriza o lastramento, com pedra britada, de diversos trechos da Rêde de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul, com a extensão total de 1.630 kilometros*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que solicitou o Estado do Rio Grande do Sul e de accôrdo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Fica autorizado o lastramento, com pedra britada, de diversos trechos da Rêde de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul, com a extensão total de 1.630 (mil seiscentos e trinta kilometros) os quaes constam da relação, orçamento e mais documentos apresentados pelo referido Estado e que com este baixam, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas.

§ 1.º De conformidade com o disposto na clausula I e no item 1º da clausula II do termo decorrente do decreto numero 18.551, de 31 de dezembro de 1928, que modificou o contracto de arrendamento autorizado pelo decreto n. 15.438, de 10 de abril de 1922, as despesas que forem realmente effectuadas e apuradas em regular, tomada de contas, serão inscriptas na conta do "fundo de melhoramentos", até o maximo constante do orçamento ora approvedo, o qual, com as correções feitas pela Inspectoria Federal das Estradas importa no total de 27.302:440\$000 (vinte e sete mil tresentos e dois contos quatrocentos e quarenta mil réis).

§ 2.º Para completa conclusão dos trabalhos de todo o lastramento, fica marcado o prazo de 4 (quatro) annos, a contar da data em que a Rêde fôr notificada deste decreto.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

## DECRETO N. 119 — DE 26 DE OUTUBRO DE 1934

*Approva novo orçamento, na importancia de 145:137\$340, para a construcção da defesa do encontro esquerdo da ponte sobre o rio Itajahy-Assu, no prolongamento da Estrada de Ferro Santa Catharina, entre Blumenau e Itajahy.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que solicitou o Estado do Santa Catharina e tendo em vista os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Fica approvedo o novo orçamento que com este baixo, rubricado pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, em substituição ao que baixou com o decreto numero 21.962, de 14 de outubro de 1932, para construcção da

defesa do encontro esquerdo da ponte de 200 metros sobre o rio Itajahy Assú, no prolongamento da Estrada de Ferro Santa Catharina, entre Blumenau e Itajahy, de que é arrendatário o referido Estado.

Paragrapho unico. A despesa que fôr realmente effectuada com a construcção de que trata este artigo, até o maximo do referido orçamento, na importancia de cento e quarenta e cinco contos cento e trinta e sete mil trezentos e quarenta réis (145:137\$340), em dinheiro, correrá á conta do credito que fôr concedido para obras e melhoramentos da Estrada de Ferro Santa Catharina.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

DECRETO N. 120 — DE 26 DE OUTUBRO DE 1934

*Approva projecto e orçamento para a construcção do edificio da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, considerando a necessidade de dotar a Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas de edificio projectado com as accomodações e installações adequadas aos seus serviços;

Considerando que a remodelação do actual edificio, autorizada pelo decreto n. 24.446, de 22 de junho ultimo, embora melhorando-o, é insufficiente para attender ás exigencias e necessidades dos serviços;

Considerando que as obras autorizadas no citado decreto foram contractadas pelo criterio da fixação de preços unitarios dos diversos trabalhos a serem executados e que o orçamento do novo projecto foi calculado sobre esses mesmos preços, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados o projecto e orçamento, na importancia de 2.580:924\$500 (dois mil quinhentos e oitenta contos novecentos e vinte e quatro mil e quinhentos réis), que a este acompanham, rubricados pelo director geral de Contabilidade da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, em substituição aos que foram approvados pelo decreto n. 24.446, de 22 de junho ultimo.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---



**EDIFICIO-SÊDE DO MINISTERIO DA VIAÇÃO E OBRAS  
PUBLICAS****ESPECIFICAÇÕES****CAPITULO I — EXECUÇÃO DO PROJECTO — MEDIÇÕES — LOCAÇÃO  
— INSTALLAÇÃO DA OBRA — DEMOLIÇÕES***Execução do projecto*

— O constructor executará fielmente o projecto, de do com as presentes especificações e desenhos rubricados por ambas as partes no acto de assignatura do contracto de construção, do qual, aliás, ficarão fazendo parte integrante.

2 — Os desenhos e detalhes necessarios á execução das differentes partes da obra serão opportunamente fornecidos ao constructor, obedecendo sempre, porém, ás linhas geraes do projecto e ás determinações das presentes especificações.

*Medições*

3 — Concluidos os serviços contractados, o engenheiro-fiscal procederá á medição final. Verificadas as quantidades realmente empregadas nos mesmos, o constructor receberá o excedente pelos preços unitarios que figuram em sua proposta e restituirá a importancia relativa á diminuição das quantidades pelos ditos preços reduzidos de 15 % (quinze por cento).

4 — Todas as medições serão executadas de accordo com as determinações das presentes especificações.

*Locação da obra*

5 — O constructor locará a obra com todo o rigor sendo responsavel por qualquer engano de alinhamento ou nivel e correndo por sua conta a demolição e a reconstrução dos serviços julgados imperfeitos pelo engenheiro-fiscal.

6 — Como referencia principal de niveis (0,00) será tomado o nivel do meio fio, no eixo da entrada do edificio, na rua D. Manoel. As referencias de niveis auxiliares serão constituidas por blocos de concreto ou de alvenaria, bem nivelados e protegidos durante a execução das obras.

*Installação da obra*

7 — Antes de iniciar as obras, o constructor deverá installar um compartimento sanitario e um barracão, devendo neste ultimo ser conservadas cópias do contracto, das especificações e dos desenhos de execução.

8 — O constructor fará o tapamento da obra com madeiramento novo e resistente, até a altura prescripta pela Prefeitura, e manterá as escadas e andaimes resistentes em numero sufficiente para permittir facil acesso a qualquer parte da obra.

9 — As verbas globaes a indicar para as alineas 5 e 6, deverão incluir a permanencia das installações nellas especificadas até a conclusão de todos os serviços de construcção e acabamento do edificio.

10 — O constructor deverá requerer immediatamente após a assignatura do contracto, as ligações necessarias de agua, força e telephone, correndo por sua conta as despesas até a conclusão dos serviços contractados.

11 — Correrão, tambem, por conta do constructor, até a conclusão dos serviços contractados, todas as despesas com torres, elevadores de concreto, betoneiras, amassadeiras e respectivos machinistas.

12 — O constructor deverá entregar a obra contractada inteiramente limpa de entulho e de materiaes que não tenham applicação na mesma.

### *Demolições*

13 — O constructor executará a demolição do corpo central do edificio, ficando de posse de todo o material, inclusive o elevador e os portões de entrada. No preço global correspondente deverão ser incluídos todos os supports, escoramentos, etc., necessarios para evitar a deterioração dos corpos lateraes.

14 — O constructor fará o corte e a remoção das duas palmeiras existentes na parte posterior do edificio.

## CAPITULO II — MOVIMENTO DE TERRA

### *Excavação*

1 — As cavas para as fundações das sapatas e para as caixas subterraneas serão abertas até a profundidade minima de 1,0 e 1,5 metros, respectivamente, abaixo do nivel do meio-fio (0,00).

2 — O nivel da agua está a cerca de 1,70 m. abaixo do nivel do meio-fio. Caso sondagens posteriores demonstrem a necessidade de levar as fundações abaixo desse nivel, será feito o esgotamento das cavas e escoramentos especiaes para os quaes o constructor deverá indicar uma verba global.

3 — O constructor levará em conta na composição do preço do metro cubico de excavação:

a) que a medição do movimento de terra em excavação será feita considerando apenas os prismas, tendo por base as dimensões em planta dos varios elementos da fundação e caixas da agua e por altura as profundidades respectivas abaixo do nivel 0,00.

b) que fica incluído no referido preço o reaterro das cavas de fundação bem como os escoramentos necessarios excepto os previstos na alinea 2.

### *Aterro*

4 — Todo o terreno situado no interior do perimetro do edificio, descontada a parte existente, será reaterrado até o nivel da face inferior da camada do pavimento terreo, de accôrdo com as indicações dos desenhos do projecto.

5 — O aterro deverá ser constituído por material de primeira ordem, de preferencia areia, a juizo do engenheiro-fiscal.

6 — O aterro será executado em camadas de 25 centímetros de espessura maxima, molhadas e fortemente apiloadas com instrumentos apropriados.

7 — A medição do volume do aterro deverá ser feita considerando os prismas reaes, com as alturas contadas acima do terreno natural.

## CAPITULO III — ESTRUCTURA EM CONCRETO ARMADO

### *Cimento*

1 — O cimento a ser empregado na confecção dos concretos destinados á estrutura em concreto armado, será de preferencia nacional.

2 — No caso de ser utilizado cimento estrangeiro, o fiscal exigirá attestados de analyse, realizados em laboratorios nacionaes idoneos, que contenham dados sobre a finura da moagem, sobre o peso especifico, começo da péga, resistencia á tracção e á compressão, observada com a argamassa normal e sobre a invariabilidade do volume (expansão a quente).

3 — Não será tolerado o emprego de cimentos, cuja péga tenha inicio antes de decorrida uma hora após a confecção do concreto.

4 — Durante a execução da obra, deverá o constructor proceder ao menos num sacco para cada grupo de 800 (ou numa barrica em cada grupo de 200), aos ensaios de invariabilidade do volume com o aparelho Le Chatelier, e o de normalidade da péga com a agulha de Vicat.

5 — Só deverão ser acceitos na obra, os cimentos que venham dentro da sua embalagem original, isto é, a embalagem e a rotulagem da fabrica.

6 — A quantidade de cimento que deve entrar na composição dos concretos deverá sempre ser medida em peso (kilos).

### AGGREGADO

7 — Será utilizado como aggregado miudo a areia silicosa, composta em maior parte de quartzo, e que, passada na peneira de malhas quadradas de 7 millimetros, seja retida na de 1 millimetro.

8 — Como aggregado graudo será utilizado o cascalho de granito, com arestas vivas, passando na peneira de 30 millimetros e retido na de 7 millimetros.

Excepcionalmente, a juizo do engenheiro-fiscal, quando se tratar de peças de grandes dimensões, com ferros muito espaçados, poder-se-ha empregar o cascalho passando na peneira de 50 millimetros.

9 — A resistencia propria de ruptura dos aggregados deve ser superior á resistencia á ruptura do cimento.

10 — Os aggregados deverão ser isentos de impureza, isto é, de elementos que possam prejudicar a resistencia e o endurecimento dos concretos, a péga do cimento ou a boa conservação das armaduras.

11 — Serão consideradas impurezas ou elementos nocivos:

a) materias organicas, carvão e saes em quantidade superior a 1% (um por cento).

b) argilla que, quando não adherente aos grãos de aggregado e estiver uniformemente distribuida, será tolerada até 3 % (tres por cento).

12 — Havendo duvidas quanto á presença de elementos nocivos, o constructor deverá retalizar os ensaios necessarios, sobre tudo os que dizem respeito á verificação do theor em materias organicas (Proc. Abrams-Harder) vulgarmente chamado "ensaio de coloração".

### *Agua*

13 — Será empregada a agua potavel do abastecimento da cidade.

### *Ferro*

14 — O metal destinado ás armaduras da estrutura, vulgarmente designado por "ferro", será o aço doce homogeneo que deverá apresentar as seguintes caracteristicas minimas:

Limite de ruptura á tracção.....	3.700 k/cm <sup>2</sup>
Limite de elasticidade .....	2.400 k/cm <sup>2</sup>
Alongamento de ruptura.....	20 %

15 — Por occasião da recepção do aço doce, será exigida a certidão de origem do mesmo, bem como os resultados dos ensaios realizados em laboratorios idoneos.

16 — A fiscalização exigirá constantemente na obra, a realização do ensaio em "U" que consiste em dobrar o aço a frio em torno de um cylindro de diametro igual ao dobro do diametro do aço, que assim dobrado, não deverá apresentar fendilhamento.

### *Dosagem arbitraria dos concretos*

17 — Será assim designada a dosagem que se realize sem levar em conta a porcentagem d'agua (factor agua-cimento) e a gradação dos aggregados.

18 — Os concretos a empregar, serão os seguintes:

Typo A. 300:

Cimento . . . . .	300 kilos
Areia . . . . .	500 litros
Pedra . . . . .	800 litros
Agua . . . . .	220 litros
correspondendo á dosagem volumetrica approximada: 1:2, 3,5 : 3,75.	

## Tipo A. 350:

Cimento . . . . .	350 kilos
Areia . . . . .	500 litros
Pedra . . . . .	800 litros
Agua . . . . .	250 litros
correspondendo á dosagem volumetrica approximada: 1:2: 3,2.	

19. Caso o volume total do concreto prompto obtido de accôrdo com as quantidades indicadas na alinea anterior para os aggregados, seja superior ou inferior a um metro cubico, as referidas quantidades serão diminuidas ou accrescidas, conservando-se a relação 5/8; sem alterar o peso do cimento, até obter um metro cubico de concreto prompto.

20 — Nos dois typos de concreto indicados na alinea anterior, o cimento será sempre medido em peso (kilos). Os aggregados serão medidos em caçambas de madeira, forradas de zinco na parte interna e que terão dimensões de accôrdo com a capacidade da betoneira.

21 — A quantidade de agua a empregar na composição dos concretos deverá ser regulada de accôrdo com o gráo de plasticidade necessario á execução das differentes partes da obra.

As quantidades de agua acima indicadas poderão ser empregadas para as peças de dimensões correntes.

22 — Os differentes typos de concreto discriminados na alinea 18 deste capitulo serão distribuidos da seguinte maneira:

Typo A. 350 — Servirá para a concretagem das caixas d'agua inferior e superior e das sapatas de fundação.

Typo A. 300 — Será empregado em toda a estrutura, salvo nas partes acima especificadas para o typo A. 350.

*Dosagem arbitraria dos concretos*

23 — O constructor poderá dosar racionalmente os concretos typos A. 300 e A. 350, isto é, de accôrdo com os processos modernos que baseiam a resistencia do concreto no factor "agua-cimento" e na granulometria dos aggregados.

24 — Para os concretos dosados racionalmente o constructor será obrigado a manter no local da obra o apparelhamento necessario á determinação da humidade e á gradação dos aggregados bem como á execução de provas de resistencia por meio de vigas de prova.

25 — O concreto dosado racionalmente, para substituir o typo A. 300 deverá apresentar as seguintes caracteristicas minimas: controladas pelos administradores technicos:

Theor minimo em cimento: 300 kgs. por m3 de concreto;

Resistencia minima de ruptura, medida sobre vigas de prova:

a 28 dias . . . . .	260 kilos por cm2
a 7 dias . . . . .	160 kilos por cm2

26 — O concreto typo A. 350 poderá ser substituído por outro dosado racionalmente, apresentando as características mínimas de resistência indicadas na alínea anterior, com um theor mínimo de cimento de 300 kgs. por m<sup>3</sup>.

#### *Preparo dos concretos*

27 — Os concretos serão preparados mecanicamente por meio de betoneiras.

28 — Serão misturados primeiramente a secco os aggregados e o cimento de maneira a se obter uma mistura de côr uniforme. Logo a seguir dar-se-á entrada á agua necessaria á mistura.

29 — A mistura na betoneira terá uma duração média de 90 segundos, sendo sempre rejeitadas as misturas realizadas em menos de sessenta segundos.

30 — Qualquer que seja o typo de betoneira utilizada, deverá ella possuir um medidor d'agua, o qual, além de garantir a affluencia rapida e regular da agua, permita medir o volume desta com uma approximação de 3 %.

#### *Collocação do concreto*

31 — A collocação do concreto deverá, em todos os casos, estar concluída antes do inicio da pega, seja qual fôr a qualidade do cimento empregado e a porcentagem d'agua incorporada á mistura.

32 — O concreto deverá ser collocado nas fôrmas logo após a sua confecção. Caso haja um intervallo entre o preparo e a collocação não poderá o mesmo ser superior a uma hora com tempo humido e 45 minutos com tempo secco. Quando o trabalho estiver assim interrompido, o concreto deverá ser protegido contra as intemperies e novamente misturado antes de ser collocado.

33. Como o aggregado graúdo tende a separar-se da argamassa, deve-se ter o maximo cuidado em conservar a homogeneidade do concreto.

34. — Nas interrupções de concretagem, deve-se deixar o concreto com uma superficie rugosa e que não apresente elementos destacaveis.

35 — Ao reiniciar a concretagem, as superficies já endurecidas deverão ser picadas, raspadas, limpas de elementos soltos, molhadas e tomadas com uma argamassa rica de cimento.

36 — Logo depois de terminada a concretagem, deve-se proceder a uma cuidadosa "cúra" do concreto, isto é, protegê-lo por processos que impeçam a rapida evaporação d'agua.

#### *Collocação dos ferros*

37 — Antes de serem introduzidos nas fôrmas, os ferros deverão ser cuidadosamente limpos, eliminando-se a areia, a ferrugem solta e as substancias gordurosas que estejam adherentes ás superficies dos mesmos.

38 — Deverão ser respeitadas, com a maior exactidão, a fôrmas e a posição dos ferros indicados no projecto.

39 — Serão tomadas precauções especiaes para que os ferros conservem suas posições durante a concretagem.

*Confecção e collocação das fôrmas e escoramentos*

40 — As fôrmas e os escoramentos deverão ser taes que as solicitações nellas produzidas pelo peso morto da estrutura e pelas cargas accidentaes que possam actuar durante a execução da obra, não ultrapassem os limites de segurança, consagrados pela experiencia, para os materiaes que os compõem.

41 — Os apoios das escoras serão constituídos por cunhas, e outros dispositivos apropriados, que permittam uma retirada gradual e sem choques.

42 — As escoras ou supportes emendados, com peças lateraes de madeira, deverão ser em numero inferior a  $2/3$  do numero total de supportes.

Os elementos assim emendados deverão ser distribuídos uniformemente sobre a superficie total do tecto moldado.

43 — As emendas de que trata a alinea anterior só levarão cobre-juntas com um comprimento mínimo de 70 centímetros pregadas nas extremidades das peças emendadas, afim de evitar os effeitos da flexão transversal.

Os supportes de secção circular levarão tres cobre-juntas para cada emenda.

44 — Em cada suporte não haverá mais de uma emenda, devendo esta ser situada fóra do terço médio do comprimento do suporte.

45 — A secção transversal minima admissivel para os supportes ou escoras é de 7 x 5 cms.

46 — As cargas dos supportes devem ser repartidas sobre o solo por intermedio de sapatas de madeira, de concreto ou de pedra, de maneira a evitar recalques ou abaixamentos dos referidos supportes.

47 — Os apoios das escoras dos varios tectos serão dispostos de modo a se corresponderem verticalmente.

48 — Quando da confecção e assentamentos das fôrmas ou moldes, deverá ser prevista a necessidade de deixar alguns supportes no lugar, após a desmoldagem. Para as vigas de vão inferior a 6,0 metros é sufficiente deixar uma escora no centro do vão; para as de vão superior a 6,0 metros serão necessarias 2 escoras, no mínimo.

Para as lages de vãos inferiores a 3,0 metros, bastará uma escora no meio dos painéis.

49 — Antes da concretagem as fôrmas serão limpas e em seguida molhadas.

50 — Durante a concretagem será controlado o comportamento das escoras e das sapatas de apoio destas. Quando necessario serão reajustados os apoios de que trata a alinea 44 deste capitulo.

*Permanencia e retirada das fôrmas e escoramentos*

51 — A retirada das fôrmas e escoramentos só poderá ser realizada quando o concreto estiver endurecido sufficientemente, devendo as ordens a este respeito ser dadas pelo constructor, após consulta ao engenheiro-fiscal.

52 — O tempo de permanencia das fôrmas e escoramentos, após a conclusão de concretagem, depende de varios elementos como sejam: condições atmosphericas, vão das vigas, qualidade do cimento, etc.

Serão todavia considerados como sufficientes os seguintes tempos minimos de permanencia:

- 3 dias para as faces das vigas e pilares;
- 8 dias para as lages com vãos inferiores a 4,00 metros;
- 15 dias para as lages com vãos superiores a 4,00 metros;
- 21 dias para os apoios das vigas.

53 — Os supportes que ficam depois da retirada geral das fôrmas e escoramentos (alinea 48) devem permanecer no lugar, no minimo, 14 dias.

54 — Quando immediatamente após a retirada das fôrmas e escoramentos a estrutura se ache submettida a cargas sensivelmente identicas áquellas para as quaes foram calculadas, os tempos indicados na alinea 52 serão augmentados, a juizo dos administradores-technicos.

55 — A retirada das fôrmas será iniciada pelo abaixamento das escôras e supportes, sendo vedada a retirada brusca dos elementos.

56 — Durante a execução da obra, haverá no local "um diario de execução" no qual serão rigorosamente assignaladas as datas da concretagem e da retirada das fôrmas e escoramento. Esse diario será controlado pelo engenheiro-fiscal.

#### *Calculo da estrutura*

57 — Todos os calculos para a estrutura em concreto armado, serão feitos de accôrdo com as presentes especificações e o regulamento da Associação Brasileira de Concreto (decreto municipal do Rio de Janeiro, de n. 3.932).

58 — Para a determinação do peso morto da estrutura serão adoptados os seguintes elementos:

- Concreto armado, 2.400 kgs. por metro cubico;
- Concreto simples, 2.200 kgs. por metro cubico;
- Alvenaria de tijolos, 1.600 kgs. por metro cubico;
- Revestimentos, 25 kgs. por metro cubico;
- Pavimentação com tacos, 50 kgs. por metro cubico;
- Pavimentação com ladrilhos, 60 kgs. por metro cubico;
- Pavimentação com marmore, 100 kgs. por metro cubico.

60 — Serão computadas as seguintes sobrecargas eventuaes:

Lages dos terraços e marquise, 100 kgs. por metro quadrado;

Lages dos pisos, 250 kgs. por metro quadrado;

Lages da bibliotheca, 500 kgs. por metro quadrado;

Escadas, 300 kgs. por metro quadrado.

61 — Todas as lages do edificio serão calculadas pela theoria de H. Marcus (veja-se supra-citado regulamento).

62 — Na lages e nas vigas não poderão ser empregados ferro sem ganchos.

63 — Só serão admittidos ferros sem ganchos para as armaduras longitudinaes dos pilares, quando os esforços de flexão nos mesmos sejam despreziveis.



64 — Todos os desenhos de execução serão feitos na escala de 1:50, com detalhes na escala 1:20.

65 — Os desenhos de armação indicarão claramente a posição, a forma e o diametro de cada ferro, bem como as listas com o comprimento e o peso dos ferros necessarios.

66 — O peso dos ferros referidos na alinea anterior, será o peso theorico. O preço dado pelo constructor incluirá a porcentagem necessaria para levar em conta as perdas por corte, e excesso de peso devido a irregularidade das bitolas, os ferros auxiliares e os arames para amarração.

67 — Para o calculo do volume de concreto serão tomadas as dimensões constantes dos desenhos de execução. O preço dado pelo constructor deverá portanto incluir as perdas inherentes ao preparo do concreto e á sua collocação nas formas. Os preços a indicar na relação orçamentaria são para um metro cubico de concreto moldado.

#### CAPITULO IV — CONCRETO SIMPLES

1 — Todos os concretos simples serão dosados arbitrariamente (ver capitulo III, alinea 17).

2 — Os concretos a empregar serão os seguintes:

*Typo A. 160:*

Cimento, 160 kilos;

Areia, 500 litros;

Pedra, 800 litros.

correspondendo á dosagem volumetrica approximada: 1:4,5:7,5.

*Typo A. 200:*

Cimento, 200 kilos;

Areia, 500 litros;

Pedra, 800 litros.

correspondendo á dosagem volumetrica approximada: 1:3,5: 5,5.

3 — Os concretos referidos na alinea anterior obedecerão quanto aos elementos componentes, preparo, collocação, etc., ao disposto no capitulo III, para os concretos da estrutura. Para o aggregado graudo, porém, o diametro maximo poderá ser de 70 m/m.

4 — Os typos de concreto A. 160 e A. 200, acima especificados, serão distribuidos da seguinte maneira:

*Typo A. 160* — No preparo do fundo das cavas de fundação e na camada da área central do pavimento terreo, com a espessura minima de 7 cms.

*Typo A. 200* — Na camada geral do pavimento terreo, com a espessura minima de 10 cms. e na escadaria da fachada principal.

5 — Na área central do pavimento terreo a camada de concreto terá declive minimo de 1,5 % em direcção ás sarjetas e ralos.

6 — A camada de concreto na área central terá juntas de dilatação tomadas a betume, convenientemente distribuidas e espaçadas.

## CAPITULO V — ALVENARIAS

1 — As alvenarias serão executadas com as dimensões indicadas no projecto e com os alinhamentos e níveis allí figurados.

2 — Serão empregados tijolos de argila, das melhores marcas que vêm ao mercado, a juízo do engenheiro-fiscal. Elles deverão ser feitos com pasta homogenea e isenta de fragmentos calcareos e serem bem cozidos, leves, duros, sonoros e não vitrificados. Deverão ter as faces planas, as arestas vivas e não apresentar fendas e falhas em proporção notavel.

A porosidade relativa maxima dos tijolos, medida pela relação entre o peso da agua absorvida por immersão durante 24 horas em agua doce, e o peso primitivo do tijolo, não deverá ultrapassar 0,15.

3 — As paredes de tijolos servirão apenas para constituir paineis divisorios, nada supportando além do peso proprio.

4 — Todas as paredes em alvenaria ôca, bem como todas as paredes internas serão executadas com tijolos furados, medindo: 6 x 10,5 x 22 cms.

5 — Em todas as paredes internas de 22 cms. ou de 10,5 cms. de espessura, serão empregados com tijolos ôcos de argila, medindo 22 x 22 x 10,5 cms. typo Santo Antonio ou equivalente, pesando, no minimo 3,5 kilogrammas por unidade.

6 — Os tijolos serão molhados antes da collocação.

7 — Para a fixação das esquadrias e rodapés serão collocados tacos empixados, em tamanhos e quantidades adequados.

8 — As alvenarias de tijolos serão executadas com argamassa de cimento, cal e areia no seguinte traço: 1:4:20.

9 — A cal a ser utilizada deverá ser isenta de impurezas e fornecida em estado virgem, afim de que seja completamente extinta e reduzida a pasta no local da obra. Os demais componentes da argamassa obedecerão ao disposto no Capitulo III.

10 — Todas as juntas deverão ser bem niveladas e apuradas e não ter mais de 1,2 cms. de espessura.

11 — Nas fachadas todas as saliencias superiores a 3 centímetros serão executadas em alvenaria.

12 — As pequenas vergas de concreto armado, a collocar nos vãos das portas e janellas, deverão ter no minimo 50 centímetros de apoio para cada lado do vão, para realizar uma boa amarração com as alvenarias.

Estas vergas serão computadas, como de praxe, nos preços unitarios das alvenarias.

13 — As caixas de inspecção na junção dos conductores e manilhas serão de alvenaria de tijolos furados, tendo as paredes 10,5 cms. de espessura.

14 — As alvenarias que repousam sobre vigas continuas deverão ser levantadas simultaneamente, não sendo permitidas differenças superiores a 1,0 metro, entre as alturas levantadas em dous vãos contiguos.

15 — A execução das alvenarias, em cada pavimento, será suspensa á uma distancia de 20 cms. da face inferior das vigas, só podendo ser completado o enchimento dos painéis quando estiverem concluídas da mesma maneira as alvenarias dos pavimentos superiores. No referido enchimento será empregada argamassa de cimento e areia 1:3.

16 — Todas as alvenarias serão cuidadosamente amarradas aos pilares e ás vigas por pontas de ferro de 3½" de diametro, com 70 cms. de comprimento, espaçadas de 50 em 50 cms. fixadas na estrutura por ocasião da concretagem. O peso destes ferros será computado em conjuncto com os ferros da estrutura (ver capitulo III).

17 — A medição das alvenarias ócas e das de 22 cms. de espessura será feita pelos volumes exactos, descontados os elementos da estrutura por ellas envolvidos, bem como todos os vãos de portas, janellas, etc....

18 — A medição das paredes internas de 10,5 cms. de espessura, em "Osso" nos compartimentos sanitarios, será feita por metro quadrado, descontados os elementos da estrutura, porém, sem o desconto dos vãos de portas, janellas, etc....

#### CAPITULO VI — ESCOAMENTO DAS AGUAS PLUVIAES

1 — Este serviço será executado de maneira a evitar infiltrações nas paredes e nos tectos, bem como a obstrucção das calhas, conductores e manilhas.

2 — As dimensões das calhas, conductores e manilhas deverão ser sufficientes para o rapido e perfeito escoamento das aguas.

3 — Nos terraços e calhas os declives, minimos de 1, 5 %, necessarios para conduzir as aguas ás caixas collectoras, serão dados com a camada de concreto de escoria a que se refere a alinea 1 do Capitulo VIII.

4 — As calhas dos terraços terão o fundo constituido pela lage de concreto e serão limitadas lateralmente por vigas de concreto, pelo guarda-corpo de alvenaria ou por rebaixos creados na camada de concreto de escoria.

5 — As calhas serão devidamente impermeabilizadas, de accordo com as indicações do Capitulo VIII.

6 — As aguas da cobertura da caixa dagua superior escoarão directamente para o 6º tecto por intermedio de pingadeiras.

7 — No 6º tecto (nível 24,75), as aguas serão conduzidas a duas caixas collectoras de cobre de 14 onças, com grelhas de bronze fundido.

8 — Das referidas caixas partirão 2 conductores de ferro galvanizado de 4" de diametro interno, embutidos nas alvenarias.

9 — No 5º tecto (nível 22,25) serão collocadas 4 caixas identicas ás referidas na alinea 7, ligadas a conductores identicos aos da alinea 8.

10 — No 4º tecto (nível 17,85) haverá 4 caixas collectoras ligadas a identico numero de conductores, sendo o material o mesmo já especificado nas alineas 7 e 8.

11 — As aguas do grande terraço (do 3º tecto) (nivel 14,70) serão conduzidas a quatorze caixas collectoras (ver alinea 7) ligadas a um numero igual de conductores de ferro galvanizado de 4" de diametro interno, embutidos nas alvenarias.

12 — Nas varandas do 3º tecto serão collocados tres ralos de cobre de 14 onças, com grelhas de bronze fundido, de um dos quaes partirá um conductor de ferro galvanizado de 2 1/2" de diametro interno, embutido nas alvenarias. Os outros 2 ralos serão ligados aos conductores referidos na alinea 11.

13 — Na marquize de 1º tecto, as aguas pluvias irão ter a 3 ralos identicos aos referidos na alinea anterior, ligados aos conductores mais proximos.

14 — Na area interna serão collocados quatro ralos, do typo já descriptos, ligados ás caixas de inspecção mais proximas, com manilhas de barro vidrado de 4" de diametro interno.

15 — Na extremidade inferior dos conductores haverá caixas de inspecção em alvenaria de tijolos, revestidos de cimento liso, e munidas de tampas em concreto armado, apresentando o mesmo acabamento do piso circundante.

16 — A ligação das caixas de inspecção ás sargetas da rua, será feita com manilhas de barro vidrado, de secção correspondente a dos conductores que vêm ter ás caixas.

#### CAPITULO VII — REVESTIMENTOS EM CIMENTO LISO

1 — Além dos revestimentos em cimento liso, incluídos no serviço de impermeabilização, deverá ser previsto o revestimento com argamassa de cimento e areia, no traço volumetrico 1:3, fortemente alizado a colher, nos seguintes elementos da obra:

a) nas caixas de inspecção do serviço de escoamento de aguas pluvias.

b) no piso do comprimento situado sob a escada no pavimento terreo;

c) no piso e nas paredes da garage, até a altura de 2,00 metros acima do nivel do piso;

d) nos pisos das casas de machinas dos elevadores;

e) na chaminé de lixo;

f) na chaminé da canalização contra incendio.

#### CAPITULO VIII — SERVIÇOS DO IMPERMEABILIZADOR

1 — Será applicada em toda a extensão dos terraços e da marquize uma camada de 5 cms. de espessura minima, em concreto de escoria de 100 kilos de cimento por metro cubico, com declives minimos de 1,5 %, para conduzir as aguas ás calhas e caixas collectoras.

2 — Antes de ser dado inicio aos serviços de impermeabilização, será feito o isolamento thermico dos terraços dos terceiro, quarto, quinto tectos, com uma camada de tijolos boos, Santo Antonio, com 10,5 cms. de espessura. Os tijolos serão as extremidades furadas tapadas com argamassa de cimento e areia 1:4, e serão cheios de escoria solta peneirada.

3 — As camadas referidas nas alineas anteriores levarão um capeamento com argamassa de cimento, areia e escoria peneirada no traço volumetrico 1:2:3.

4 — Sobre o alludido capeamento será executada a impermeabilização propriamente dita, que consistirá em:

a) secçar as superficies com gasolina pura e em seguida applicar um primeiro lençol de asphalto puro quente;

b) applicar duas camadas de feltro de amiantho, successivas, ligadas entre si e recobertas com asphalto puro.

5 — A impermeabilização terminará junto ás alvenarias ou vigas de concreto com um rodapé de 20 centimetros de altura.

6 — Concluida a impermeabilização referida nas alineas 4 e 5, será feita nos terraços dos 3º, 4º e 5º tectos, uma protecção com revestimento de argamassa de cimento e areia no traço volumetrico 1:3, com 2 centimetros de espessura, executado em paineis, deixando juntas de dilatação tomadas a betume e espaçadas no maximo de 1,50 em 1,50 metro. O acabamento será a desempenadeira.

7 — O terraço do 6º tecto e a marquize levarão uma camada protectora de cascalhinho, com 2 centimetros de espessura.

8 — A impermeabilização das caixas d'agua será realizada por meio de um revestimento em cimento liso, no traço 1:2 (cimento e areia), levando a seguir uma pintura impermeavel tipo Inertol ou equivalente, a juizo do engenheiro-fiscal.

9 — A impermeabilização externa das paredes da garage, que ficam em contacto com o aterro, será feito com uma pintura de Inertol ou equivalente.

#### CAPITULO IX — SERVIÇOS DO ESTUCADOR

1 — Os revestimentos de argamassa serão executados em duas mãos, sendo a primeira o "emboço" e a segunda o "reboco".

2 — Antes de serem iniciados os revestimentos, as superficies das paredes e dos tectos serão bem limpas a vassoura e em seguida molhadas.

3 — O emboço será fortemente comprimido contra as paredes e deverá apresentar uma superficie aspera para facilitar a adhesão do reboco.

4 — O reboco só poderá ser executado quando o emboço estiver perfectamente endurecido.

5 — Os emboços internos serão executados com argamassa de cimento, cal e uma mistura de areia e saibro em partes eguaes, no traço volumetrico 1:1:12.

6 — Os rebocos internos serão executados com argamassa de cal e areia fina peneirada e lavada no traço 1:1 e acabamento a desempenadeira e sacco.

7 — Para o emboço externo utilizar-se-ha uma argamassa de cimento, cal e areia no traço 1:1:7.

8 — O reboco externo será realizado com pó de granito, em tonalidade cinza clara, de accôrdo com as amostras approvadas pelo engenheiro-fiscal. A argamassa será composta

de cimento branco, cal e de granito peneirado e lavado, no traço 1:1:4, misturado com malacacheta.

9 — O grande *hall* e a galeria principal no andar terreo serão revestidos de accôrdo com as indicações das alíneas 7 e 8.

10 — Os revestimentos referidos nas alíneas 8 e 9 serão lavados com uma solução de acido muriatico, de maneira a obter tonalidades uniformes e o aspecto *simili-granito*.

11 — O embasamento do edificio, o portico e o *hall*, até a altura de 2,70 não serão rebocados, mas simplesmente emboçados, para receber os revestimentos de marmore e granito.

#### CAPITULO X — SERVIÇOS DO MARCENEIRO

1 — Todos os serviços de marceneiro serão executados segundo as boas regras para trabalhos desse genero. Serão executados de inteiro accôrdo com as presentes especificações e desenhos em que figuram os typos e detalhes das esquadrias, caixões, alisares, peitoris e rodapés.

2 — As madeiras a utilizar na confecção das differentes peças, devem ser de primeira qualidade, escolhidas, isentas de fendas e furos de broca.

3 — Só serão aceitas na obra as peças bem aparelhadas, perfeitamente lisas e de arestas vivas.

4 — Os alisares serão de fórmula simples, moderna, com as dimensões maximas de 3 x 10 cms., sendo os das janellas recortados e encaixados nos montantes.

5 — Os caixões ou aduellas para as portas internas serão constituídos por uma taboa formando marco, com recorte de 3,8 x 1,2 cms. para encaixe das portas e presa aos dois alisares.

6 — Os marcos para as paredes de 25 cms. terão a secção 25 x 4 cms. e de 15 x 3,5 para as paredes de 15 cms.

7 — Os marcos serão assentados sobre as superficies emboçadas, sendo os alisares pregados sómente após a conclusão do rebôco.

8 — Os alisares a applicar sobre as paredes revestidas com azulejos, serão convenientemente recortados afim de proporcionar um remate perfeito.

9 — Todas as portas internas serão de compensados de cedro de Minas, folheados com ambuya, para lustrar, com 3,8 cms. de espessura.

10 — As portas externas terão pinázios de 12 x 3,8 cms. e almofadas em compensados simples de cedro, de 2 cms. de espessura.

11 — As janellas de ferro levarão persianas typo de enrolar, com cerca de 28 reguas por metro linear, fixadas umas ás outras com grampos de ferro galvanizado, excepto as 5 inferiores que levarão grampos de latão.

12 — As persianas referidas na alínea anterior serão fabricadas com freijó, terão recolhedor automatico de metal com caixa para embutir, rôlo, cadarço, guia metallica e Tampa para a caixa do rôlo, e alavanca de manobra.

13 — Todos os compartimentos soalhados com tacos levarão rodapés com a secção de 15 x 2 cms., com friso sim-

ples na parte superior e mata-juntas de 5 x 3 cms., como terminação inferior.

14 — As esquadrias serão executadas rigorosamente de accôrdo com os desenhos detalhados fornecidos pelo engenheiro-fiscal.

#### CAPITULO XI — SERVIÇOS DO SERRALHEIRO

##### *Primeira parte*

1 — Os serviços de serralheria deverão ser executados segundo as boas normas inherentes a este ramo da industria.

2 — Todas as peças serão confeccionadas de inteiro accordo com as presentes especificações e desenhos annexos em que figuram os typos e os detalhes das esquadrias balaustradas, etc.

3 — As esquadrias serão constituídas por cantoneiras e chapas, perfeitamente aparelhadas com arestas vivas, espessuras uniformes e superficies planas e bem polidas.

4 — Todas as ligações, quer soldadas, rebitadas ou parafusadas, deverão ter perfeito acabamento e boa rigidez.

5 — As peças deverão ser bem limpas, isentas de matérias gordurosas ou ferrugem, queimadas si necessario fôr e sómente então serão pintadas a zarcão.

6 — Os marcos das janellas serão em cantoneiras "chumbadas" nas alvenarias em perfeito esquadro com as aberturas, de maneira que o reboco destas possa rematar perfeitamente na face livre das cantoneiras.

7 — As esquadrias metallocas basculantes terão as venezianas articuladas com pinos de metal e manobradas com alavanca especial, que permitta regular a abertura das venezianas em qualquer posição. As maçanetas das alavancas serão de metal.

8 — As janellas dos typos I, II, III, V, XII, XIII, XIV, XV, XX e XXIII, que levam persianas de madeira, terão bandeira basculante e serão divididas em quatro folhas articuladas, verticalmente. Estas janellas serão fabricadas com perfis especiaes estrangeiros.

9 — As portas para as boccas contra incendio nos varios andares, obedecerão ao detalhe fornecido. Os marcos serão em cantoneiras de 1' presos ás alvenarias por chumbadores de 10 centimetros de comprimento. As portas serão constituídas por chapas de ferro de 1/8" fixadas a quadros em cantoneiras de 3/4", e levarão na parte superior uma abertura de 20 x 25 centimetros, guarnecida com ferro T de 3/4". A moldura de contorno será em ferro batido, com o perfil indicado no desenho. As dobradiças e a fechadura de pino serão de metal.

10 — As portas para a chaminé de lixo serão executadas de accordo com o detalhe, com os perfis e dimensões ali figurados. Levarão moldura identica á indicada na alinea anterior, serão munidas de puxador de metal e articuladas por dobradiças de metal.

11 — Na entrada da garage haverá tres cortinas de aço ondulado, typo de enrolar, com molas, levando fechadura de segurança para accionar as tranquetas internas.

12 — Os portões de entrada, typos I. N. O., serão constituídos por grades pantographicas de bronze, correndo sobre guias por meio de rolamentos de esphera, e levando fechaduras de segurança de cylindro. As guias serão embutidas nos revestimentos de marmore e granito.

13 — Nas caixas d'agua serão collocadas escadas de ferro de 50 centímetros de largura com montantes de 2" x 1/4" e degrãos em vergalhões de 3/4", assim distribuidas:

Duas escadas para a caixa d'agua inferior e quatro para a caixa superior, sendo que destas ultimas duas serão externas e duas internas.

14 — Em cada um dos compartimentos das caixas d'agua haverá uma tampa de ferro, medindo 75 x 75 centímetros com dobradiças, fecho e cadeado de segurança.

15 — As ferragens a prever para as esquadrias de madeira, são:

a) dobradiças de bronze, typo hamburguez, com acabamentoo nickelado, pino de aço de 3/8", altura 10 centímetros, balanço de 4,5 centímetros a applicar tres em cada folha de porta;

b) fechaduras de embutir, com dois cylindros, duas voltas, mecanismo de bronze, trinco, lingueta e cylindros de bronze com acabamentoo nickelado. Dimensões minimas: caixa 8x15x1,3 centímetros; testa 22 x 2,5 centímetros;

c) guarnições para as fechaduras em bronze nickelado, até o preço de compra de 30\$000;

d) amortecedores de porta, typo "Yale" com bomba de ar, para todas as portas internas;

e) trincos "livre-occupado", de bronze nickelado, até o preço de compra de 45\$ por peça, a applicar em todas as portas dos W. C.

## CAPITULO XII — SERVIÇOS DO MARMORISTA

1 — Todos os trabalhos em marmore e granito serão realizados rigorosamente de accôrdo com as amostras e desenhos fornecidos pelos engenheiros-fiscaes.

2 — As peças serão preparadas em officinas perfeitamente aparelhadas, sujeitas a fiscalisação do engenheiro-fiscal.

3 — Só serão acceitas no local da obra peças com faces planas, arestas vivas e que não apresentem fendas ou quaesquer outras falhas.

4 — Todas as peças deverão ser perfeitamente bitoladas de maneira a não apresentarem, depois de concluido o assentamento, juntas em dimensões superior a 1 millimetro.

5 — A fórma e o assentamento das peças, que será realizado com argamassa de cimento e areia, no traço volumetrico 1:3, obedecerão ás indicações dos desenhos fornecidos pelo engenheiro-fiscal.

6 — As peças serão dispostas de maneira a obter superficies planas, com juntas rigorosamente alinhadas, tabeiras e eixos dos desenhos em esquadro perfeito com as paredes.

7 — Durante as vinte e quatro horas subsequentes á conclusão do assentamento, será rigorosamente vedada a pas-



sagem ou o estacionamento de pessoas ou de materiaes sobre as superficies pavimentadas.

8 — O engenheiro-fiscal indicará a época em que deverão ser feitos o polimento e a lustração final de todas as peças.

9 — A firma contractante se obriga a refazer todos os trabalhos que, a juizo do engenheiro-fiscal, não estejam de accôrdo com as determinações das presentes especificações.

10 — Serão pavimentados com lageotas de marmore aurora "Grand bleu" e veiado, com 1 cm. de espessura, de accôrdo com as indicações dos desenhos fornecidos: o portico da fachada principal, o grande Hall, o Hall da escada lateral, o pequeno Hall da portaria e as galerias de circulação no primeiro pavimento; o hall da escada lateral e as galerias de circulação no segundo pavimento; o hall, o hall da escada lateral, o salão de espera, a ante-sala dos consultores e as galerias de circulação no terceiro pavimento; o hall e a galeria do quarto pavimento; o hall e a galeria do quinto pavimento assim como o hall do sexto pavimento.

11 — O revestimento das paredes e columnas do grande Hall, no pavimento terreo, até a altura de 2,70 metros acima do nivel do piso, será identico ao descripto na alinea anterior.

12 — Os degraus da grande escadaria de accesso serão executados com granito da Tijuca, lavrado e apicoado, com a altura de 15 cms. e largura de 32 cms.

13 — As paredes e columnas de portico serão revestidas com granito finamente apicoado, em tonalidade cinza clara, até a altura da marquize.

14 — O embasamento do edificio, em todo o perimetro externo, até a altura de 2,0 metros acima do nivel do passeio, terá revestimento identico ao referido na alinea anterior.

15 — Todos os peitoris serão de marmore branco nacional "Aurora", formando saliencia externa de 4 cms. com pingadeira, e saliencia interna minima de 1,5 cms. Ao meio da largura do peitoril haverá um rebaixo de 0,7 cms. Do lado interno o peitoril terá 3,7 cms. de espessura uniforme e do lado externo, a partir do rebaixo mencionado, 3 cms. de espessura, com declive até a extremidade do peitoril onde a espessura será de 2,0 cms.

16 — As soleiras das portas que dão para o portico, para a area central e para os terraços serão de marmore branco nacional "Aurora", com 4 cms. de espessura, tendo a largura das paredes correspondentes e bocel de 3 cms.

17 — Além das soleiras indicadas na alinea anterior, haverá soleiras de marmore "Aurora", de 2 cms. de espessura nas portas e arcos de comunicação entre os compartimentos soalhados e os revestidos com mosaico ou marmore.

18 — Todas as escadas internas serão revestidas de marmore, com pisos e espelhos de 3 e 2 cms. de espessura, respectivamente, e boceis de 3 cms.

19 — As soleiras das portas da garage serão de granito lavrado de 15 cms. de altura, com rasgos para a passagem das rodas dos vehiculos.

20 — As escadas internas terão rodapés de marmore "Aurora" de 2 cms. de espessura, executados em pequenos pentagonos, que deverão apresentar a altura minima de 15

cms. medida orthogonalmente a partir da linha inclinada tangente aos boceis dos degraus.

21 — Levarão rodapés de marmore "Aurora" com a secção de 20 x 2 cms. todas as dependencias pavimentadas com marmore bem como a sala do café.

22 — Os patamares das escadas internas serão pavimentados com marmore "Aurora" em mosaicos de 15 x 15 x 2 cms.

23 — As pedras marmore para as pias de lavagem da cosinha terão 3 cms. de espessura e obedecerão ao detalhe fornecido pelo engenheiro-fiscal.

### CAPITULO XIII — SERVIÇOS DO LADRILHEIRO

1 — Estes serviços serão executados de inteiro accôrdo com as presentes especificações.

2 — Só serão acceitos no local das obras ladrilhos e azulejos de 1ª escolha, com faces planas, arestas vivas e que não apresentem falhas ou fendas a juizo dos engenheiros-fiscaes. Todas as peças deverão ser perfeitamente bitoladas de maneira a não apresentarem depois de concluido o assentamento, juntas com dimensão superior a 1,5 millimetros.

3 — Os azulejos serão assentados com argamassa de cimento, saibro e areia na proporção 1:2:4, rigorosamente apurados e com juntas bem alinhadas. O revestimento de azulejos deverá ter disposição simetrica em cada painel de parede e rematar sob os alizares que guarnecem os vãos das portas. As juntas serão tomadas a cimento branco.

4 — Quando do assentamento dos ladrilhos, que será realizado com argamassa de cimento, saibro e areia no traço 1:2:3, os pisos deverão receber os declives necessarios para o bom escoamento das aguas de lavagem em direcção aos ralos. As juntas deverão ser tomadas com cimento commum.

5 — Os ladrilhos serão dispostos de maneira a obter superficies planas com juntas perfeitamente alinhadas, tábeiras e eixos dos desenhos em esquadro com as paredes dos compartimentos.

6 — Tanto os furos como os córtes, a serem praticados nos ladrilhos e azulejos deverão ser feitos com o maximo cuidado de maneira a obter curvas ou linhas que não deterioreem as peças nem os remates das mesmas.

7 — Durante as vinte e quatro horas subseqüentes á conclusão do assentamento em qualquer compartimento ou dependencia, será rigorosamente vedada no mesmo a passagem ou o estacionamento de pessoas ou de materiaes.

8 — A firma contractante se obriga a refazer todos os trabalhos que, a juizo do engenheiro-fiscal, não estejam rigorosamente de accôrdo com as determinações destas especificações.

9 — A medição dos serviços será feita no local da obra, em presença de um dos engenheiros-fiscaes.

10 — Serão revestidos com azulejos brancos nacionaes de primeira escolha, tipo "petit biseau", de 15 x 15 cms.:

a) as paredes dos compartimentos sanitarios em dez fiadas, sem rodapés;

b) a cozinha do 2º pavimento, em quinze fiadas acima do rodapé.

11 — Todos os revestimentos de azulejos, especificados na alinea anterior, serão rematados na parte superior por meios-azulejos boleados de 7,5 x 15 cms.

12 — Serão revestidos com mosaicos typo americano, de origem nacional, de fôrma quadrada ou rectangular, em desenhos e côres, a indicar pelo engenheiro-fiscal, até o preço de compra de 50\$000 por metro quadrado:

a) os pisos dos compartimentos sanitarios, em todos os pavimentos;

b) o piso da sala de café-restaurant, no 5º pavimento.

13 — Serão pavimentadas com ladrilhos de ceramico vermelha "São Caetano", de 15 x 15 cms. a cozinha e a varanda do 4º pavimento.

14 — As dependencias referidas na alinea anterior levarão rodapés do mesmo material.

#### CAPITULO XIV — SERVIÇOS DO TAQUEIRO

1 — Serão executados com tacos de madeira com as dimensões de 7 x 21 x 2 cms. assentes em argamassa de cimento e areia, no traço 1:5.

2 — Os tacos deverão offerecer absoluta garantia de segurança ao desprendimento para o que deverão ter chanfros lateraes em "cauda de andorinha" e levar na face inferior uma camada de "emulsão de asphalto", empregada com pedrisco (cascalhinho), bem como ganchos ou escapulas em forma de "L" em numero de dois para cada taco.

3 — Os tacos deverão ser fabricados nesta Capital, com reguas em bruto de madeira perfeitamente secca, serradas por machinas de precisão. Ao engenheiro-fiscal fica reservado o direito de fiscalizar a fabricação dos tacos na officina do contractante, pessoalmente ou por intermedio de um auxiliar de sua confiança.

4 — Só serão acceitos no local da obra tacos completamente acabados, de accôrdo com estas especificações, separados e protegidos em engradados de madeira.

5 — Os tacos deverão ter as faces planas, as arestas vivas e ser isentos de nós, fendas e furos de broca. Serão perfeitamente bitolados de maneira a não apresentarem, depois de concluida a pavimentação, juntas com dimensão superior a 1,0 millimetro.

6 — As madeiras a utilizar na fabricação dos tacos serão exclusivamente as seguintes: peroba de Campos e ipê tabaco. Os tacos da mesma madeira deverão apresentar, tanto quanto possivel, uma côr uniforme.

7 — A pavimentação será assim distribuida:

a) *Ipê tabaco* — assentado em espinha, com tabeira simples em peroba de Campos, nas salas do protcollo, pagador, vestiario, archivo e portaria, no 1º pavimento.

b) *Peroba de Campos* — assentada em espinha com tábua simples em ipê tabaco:

— em todas as secções de Expediente e de Contabilidade no 2º pavimento;

— nas salas de Comissões especiaes, de imprensa e dos officaes de gabinete, no 3º pavimento;

— nas salas das Comissões de orçamento e de promoções bem como na dependencia da Bibliotheca no 4º pavimento;

c) *Peroba de Campos* e ipê tabaco, em desenhos especiaes:

— nos gabinetes do ministro, do secretario, dos directores geraes e dos consultores, no 3º pavimento;

— na Bibliotheca, no 4º pavimento.

8 — O assentamento dos tacos só poderá ser iniciado depois de concluidos os revestimentos das paredes e dos tectos.

9 — Os tacos serão collocados rigorosamente de nivel, com juntas perfeitamente alinhadas, tábueras e eixos dos desenhos em esquadro com as paredes dos compartimentos.

A argamassa deverá encher os chanfros dos tacos.

10 — Durante as quarenta e oito horas subsequentes á conclusão do assentamento em qualquer compartimento ou dependencia, será rigorosamente vedada no mesmo a passagem ou o estacionamento de pessoal ou de materias.

11 — Durante o assentamento e antes de secar a argamassa, o engenheiro-fiscal poderá exigir a remoção de tres tacos em qualquer um e, si necessario fôr, em todos os compartimentos, para verificação do cumprimento de todas as exigencias destas especificações.

12 — Concluido o assentamento dos tacos, durante o periodo de acabamento da obra, será mantida sobre os mesmos uma camada protectora de areia fina ou serragem de madeira, com a espessura minima de dois centimetros.

13 — Quando terminada a pintura dos tectos e das paredes internas do edificio, será executado o “acabamento” da pavimentação que consistirá em:

a) remoção da camada protectora;

b) humedecimento dos soalhos com panos embebidos em oleo;

c) raspagem a machina de cylindro, com lixa grossa n. 3;

d) idem com lixa n. 2;

e) calafetagem com massa á base de oleo;

f) polimento a machina de disco, com lixa fina n. 0;

g) enceramento com 2 mãos de cera de cor natural e respectiva lustração.

14 — A firma contractante se obriga a refazer todos os trabalhos que, a juizo do engenheiro-fiscal, não estejam rigorosamente de accôrdo com as determinações destas especificações.

15 — Durante o periodo de um anno, a contar da data da expedição do “Habite-se” a firma contractante reparará á sua custa qualquer desprendimento de tacos e qualquer “barrulho de matraca” nos soalhos.

16 — A medição dos serviços será feita no local da obra em presença de um engenheiro-fiscal.

## CAPITULO XVII — INSTALAÇÃO D'AGUA

1 — A instalação de agua deverá obedecer ás prescripções e regulamentos da Inspectoria de Aguas e Esgotos bem como ás indicações dos desenhos fornecidos pelos engenheiro-fiscal, rubricados por ambas as partes no acto de assignatura do contracto, do qual aliás ficarão fazendo parte integrante.

2 — Todas as licenças e approvações impostas pelos regulamentos vigentes e necessarios para a execução da instalação deverão ser obtidas pela firma installadora, correndo todas as despesas por conta da mesma.

3 — Concluida a instalação, para verificar se as juntas se acham bem vedadas, o engenheiro-fiscal exigirá a prova de pressão, por trechos de canalização. As instalações sómente serão acceitas quando os encanamentos hajam supportado a pressão de 7 athmosferas, durante trinta minutos, sem perder agua.

4 — Todas as canalizações serão feitas em tubos de ferro galvanizado apparentes ou embutidos, localizados de accôrdo com os desenhos fornecidos. Só será permitido o emprego de canos de chumbo nas derivações de  $3/8$ " e nas extremidades das derivações de  $1/2$ " para a ligação dosapparelhos. As conexões deverão ser inglezas ou americanas.

5 — A entrada d'agua em cano de ferro galvanizado de 2", conduzirá a um hydrometro de 40 mm., deste a uma caixa intermediaria de 3.0 metros cubicos, donde a canalização continuará com 2" diametro até bifurcação dos ramaes de  $1\ 1/2$ " munidos de registros de gaveta de metal, do mesmo diametro destinados á alimentação das duas caixas subterraneas de 20.000 litros cada uma.

6 — Cada uma das caixas referidas na alinea anterior será equipada com um registro de boia de  $1\ 1/2$ " de diametro, de fechamento automatico e um ladrão de 2".

7 — As canalizações de aspiração serão em numero de duas, com 2" de diametro, ligando cada uma das caixas a uma das bombas, e ligadas entre si por dois ramaes em diagonal com junecção em "Y" levando ao todo quatro registros de gaveta de metal de 2" de diametro, de maneira a permittir a aspiração de uma das bombas em qualquer uma das caixas.

8 — As canalizações de descarga das bombas serão em numero de duas com  $1\ 1/2$ " de diametro e permittirão a cada bomba alimentar qualquer uma das caixas superiores. Ao sahir das bombas estas canalizações serão ligadas entre si por dois ramaes em diagonal, com junecções em "Y" levando quatro registros de gaveta de metal de  $1\ 1/2$ " de diametro.

9 — As caixas superiores, com a capacidade de 15.000 litros, serão equipadas com registros, ladrões e registros de limpeza de 2", boias, automaticos para ligação e desligação dos grupos motor-bombas.

10 — As saídas d'agua das caixas superiores irão ter a um "barrilete" distribuidor, donde partirão as columnas de abastecimento, com diametros, registros, derivações, etc..., de accôrdo com os desenhos fornecidos pelo engenheiro-fiscal.

11 — Cada columna levará um registro de gaveta simples de metal, junto ao barrilete no pequeno terraço (6° tecto).

12 — Os registros a serem collocados no inicio de cada derivação nos differentes pavimentos, serão de gaveta dupla, de metal.

13 — Os registros das canalizações de entrada nas caixas subterraneas de aspiração e de descarga das bombas, serão de gaveta simples, de metal.

14 — No pavimento terreo, no compartimento reservado para tal fim, serão installados dois grupos motor-bombas, "Marelli", "Cameron" e "Sulzer" com capacidade minima de 9.000 litros por hora a 35 metros de altura manometrica, ligadores e desligadores automaticos e um automatico disjuntor de maxima e minima com relais thermico para proteger os motores das bombas.

15 — Os aparelhos a fornecer e alimentar são os seguintes:

a) *Vasos sanitarios* (W. C.) de louça branca, Twyfords, "Vespa", com tampo duplo laqueado em branco, ferragens e parafusos de metal nickelado e valvulas de descarga typo "GEM" ou equivalente. Total: 30 peças;

b) *Bidets* de louça branca, de fabricação Twyfords ou Keramag, com um registro de borda e valvula de metal nickelado. Total: 9 peças;

c) *Lavatorios* de louça branca, de fabricação "Twyfords ou Keramag, medindo 16" x 22", montados sobre consolos esmaltados, com torneira, valvula e syphão de metal nickelado. Total: 28 peças;

d) *Idem* de pé, medindo 20" x 24", com o peso minimo de 28 kilos. Total: 3 peças;

e) *Mictorios* de louça, typo Adamant, com tubulação e ralo de esgoto nickelado, e caixas de descarga automaticas para cada grupo. Total: 1 grupo de 3 unidades e 8 grupos de 2 unidades;

f) *Filtros*, typo Senum, até o preço de compra de 80\$000 por unidade. Total: 13 peças;

g) *Pia de despejo*, typo allemão, com torneira de 3/4" e valvula de metal nickelado, a collocar na garage. Total: 1 peça;

h) *Pias de lavagem* n. 2, de ferro esmaltado, com torneira de 3/4" e valvula de metal nickelado. Total: 2 peças;

i) *Bicas* de 3/4", em metal nickelado, a collocar 1 em cada compartimento, sanitario, 1 na garage, 1 na area interna e 1 perto da fachada. Total: 12 peças;

#### CAPITULO XVIII — INSTALAÇÃO DE ESGOTOS

1 — A instalação de esgotos deverá obedecer ás prescrições e regulamentos da Inspectoria de Aguas e Esgotos, bem como aos desenhos rubricados por ambas as partes no acto de assignatura do contracto, do qual ficarão fazendo parte integrante.

2 — Todas as licenças e approvações impostas pelos regulamentos em vigor e necessarias para a execução da instalação, deverão ser obtidas pela firma installadora, correndo todas as despesas por conta da mesma.

3 — Estão incluidos nesta instalação todos os serviços de concessão da Rio de Janeiro City Improvements Co.

4 — Os esgotos dos aparelhos referidos no capitulo XVII, serão feitos com canos de chumbo de 1" para os lavatorios, 1 1/4" para os bidets, 1 1/2", para as pias, mictorios e ralos.

5 — Os compartimentos sanitarios em todos os pavimentos

levarão ralos de cobre com grelhas de latão de 10 x 10 cms., ligados a um syphão de 1 1/2", com bucha de rosca de 1", aparafusada na curva inferior e que deverá ficar nivelada com o tecto falso, situado cerca de 45 cms. abaixo do tecto em concreto armado.

6 — Os syphões referidos na alinea 5, serão ligados aos syphões das columnas da City, as quaes serão em numero de quatro e passarão, ao lado das columnas de distribuição dagua.

7 — O escoamento das aguas das pias das cozinhas será feito por uma columna separada, em tubos de ferro fundido de 3", que conduzirão a caixa de gordura, collocada no pavimento terreo.

8 — Todos os esgotos dosapparelhos dos compartimentos sanitarios, exceptuando-se apenas os W. C. serão ligados directamente aos respectivos ralos.

9 — As aguas de lavagem da garage serão conduzidas por manilhas de barro vidrado, de 4" de diametro interno, a uma caixa de separação de gazolina e dahi conduzidas á rede geral. Esta caixa será construida em baixo do passeio, em concreto, revestida de cimento liso e deverá ter no minimo duas paredes divisorias.

10 — Na garage haverá um ralo de metal sob a bica, ligado com um ralo de barro, donde as aguas serão levadas por manilhas á caixa de separação referida na alinea anterior.

11 — O esgoto da pia de despejo, collocada na officina da garage, será feito em manilhas de barro vidrado.

#### CAPITULO XIX — INSTALAÇÃO DE GAZ

1 — A installação de gaz deverá obedecer ás prescripções e regulamentos da Inspectoria de Illuminação Publica e da S. A. do Gaz, bem como aos desenhos rubricados por ambas as partes na assignatura do contracto, do qual ficarão fazendo parte integrante.

2 — Todas as licenças e approvações impostas pelos regulamentos em vigor e necessarias para a execucao da installação, deverão ser obtidas pela firma installadora, correndo todas as despesas por conta da mesma.

3 — Serão incluidas no preço da installação todas as despesas com a ligação das canalizações internas á rede geral da rua, excepto a collocação dos 2 medidores no compartimento reservado para tal fim, no pavimento terreo.

4 — A installação comprehenderá:

- a) entrada da rua até o compartimento dos 2 medidores;
- b) canalização de abastecimento em cano de ferro galvanizado de 1 1/4", para a cozinha;
- c) idem para a officina com 1".

5 — Todas as tubulações serão feitas em canos de ferro galvanizado, typo pesado, com connexões inglezas ou americanas.

6 — No local do fogão, na cozinha do 5º pavimento, será collocada uma "coiffa", em fórma de tronco de pyramide, com as dimensões de 1,20 x 1,80 metros, e chaminé de tiragem de 9" de diametro até o terraço. Na construcção da coifa serão empregadas chapas 14 de ferro galvanizado.

7 — As canalizações deverão ficar embutidas, e acompanharem o desenvolvimento das paredes.

8 — As sahidas na cozinha e na officina levarão um registro de metal.

9 — Será fornecido e installado um fogão de seis boccas, até o preço de compra de 1:500\$000 (um contos e quinhentos mil réis).

## CAPITULO XX — INSTALLAÇÕES ELECTRICAS DE LUZ E FORÇA

### § 1º — *Installação de luz*

1 — A installação de luz deverá obedecer ás prescripções do “Codigo de Installações da Inspectoria Geral de Illuminação”, aos regulamentos da Prefeitura Municipal e da companhia concessionaria, bem como ás indicações dos desenhos e especificações fornecidos pelo engenheiro-fiscal e pela firma installadora, rubricados por ambas as partes no acto de assignatura do contracto, do qual, aliás, ficarão fazendo parte integrante.

2 — Todas as despesas com as licenças e approvações impostas pelos regulamentos vigentes e necessarias para a execução da installação, deverão ser obtidas pela firma installadora, correndo todas as despesas por conta da mesma.

3 — Os engenheiros-fiscaes exigirão, para recepção, que a firma installadora solicite a fiscalização da Inspectoria de Illuminação para cada lage, e, concluidos os serviços, um certificado da mesma inspectorio, de que todas as prescripções do “Codigo de Installações” foram respeitadas, achando-se a installação prompta para ligação immediata.

4 — A entrada dos cabos de luz será subterranea em manilhas de barro vidrado, envolvidos em concreto, até o compartimento destinado aos quadros e medidores, tudo de accordo com a companhia concessionaria e por conta da firma installadora.

5 — Os quadros geraes serão de marmore Bardiglio, com 3 cms. de espessura, montados sobre armações em cantoneiras de ferro de 1 1/2” x 1 1/2” x 1/4”, pintadas a Duco e fortemente ancoradas nas paredes. Elles terão dimensões sufficientes para comportar as mufas da Light, medidores e chaves.

6 — Todas as chaves para quadros serão de fabricação Trumbull, com ligação trazeira, e levando porta-fusíveis e fusíveis, typo “cartucho”.

7 — As ligações trazeiras dos quadros serão feitas com barras de cobre electrolytico de alta conductibilidade, com acabamento perfeito e pintadas a esmalte em côres differentes.

8 — Dos quadros geraes partirão geraes para abastecer os quadros de distribuição dos diversos pavimentos.

9 — As caixas de distribuição serão de madeira de lei, com porta e fechaduras e quadro de madeira, levando chaves geraes e chaves de circuito com porta-fusíveis e base de porcelana.

10 — Todas as tubulações serão embutidas nas lages e nas paredes, sendo sómente permittido o emprego de electroductos rígidos de aço, com a espessura minima de parede de 2 mm.



11 — Os diâmetros dos tubos serão escolhidos de accôrdo com as secções dos fios conductores, não sendo permittido o emprego de tubos com diâmetro interno inferior a 1/2".

Deverão ser observados os seguintes limites:

Em tubos de 1/2" — no maximo:

3 fios n. 14;  
2 fios n. 12;  
1 fio n. 10;  
1 fio n. 8.

Em tubos de 3/4" — no maximo:

6 fios n. 14;  
5 fios n. 12;  
3 fios n. 10;  
2 fios n. 8.

Em tubos de 1" — no maximo:

9 fios n. 14;  
8 fios n. 12;  
6 fios n. 10;  
5 fios n. 8.

12 — Todas as curvas serão feitas com peças apropriadas.

Excepcionalmente será permittido curvar os electroductos mas sómente quando o diâmetro dos mesmos não ultrapassar de 3/4". Em qualquer caso, porém, as curvas serão feitas de maneira a não diminuir a secção do tubo e com o raio minimo de 6 vezes o diâmetro do mesmo.

13 — Os cortes nos tubos serão feitos em secções rectas, com serras apropriadas, eliminando-se em seguida as rebarbas internas.

14 — As ligações entre tubos serão feitas com luvas de comprimento minimo egual a duas vezes o diâmetro dos mesmos, devendo as extremidades dos tubos se focarem no interior das luvas.

15 — Todas as extremidades dos tubos deverão ser cuidadosamente tapadas durante a execução da obra.

16 — Todas as juntas serão impermeabilizadas e os tubos assim unidos formarão uma rêde unica, ligada á terra com fio de cobre nú, n. 10, soldado.

17 — Antes da enfição serão passadas buchas no interior dos tubos, sendo as primeiras para limpá-os e seccal-os e a ultima para untal-os com parafina ou verniz isolante.

18 — As caixas para centros, tomadas e interruptores, serão nacionaes, em chapa de ferro minima de 14, esmaltadas a quente; assim distribuidas:

*Para interruptores e tomadas* — Com as dimensões de 4" x 2" x 2", quando a ellas só fôr ter um tubo, e 4" x 4" x 2", com tampa quando houver mais de um tubo;

*Para centros* — Octagenaes ou sextavadas, quando só forem ter ás mesmas 2 tubos, 4" x 4" x 2", para 3 tubos, e idem com tampa para 4 ou mais tubos.

19 — As tampas das caixas para centros, serão em numero de duas, em chapa de 14, tendo a superior o dispositivo "pé de gallinha" para a fixação dosapparelhos de illuminação, e

a inferior uma abertura circular saliente, que deverá ficar nivelada com a superfície do tecto acabado.

20 — As ligações entre as caixas e os electroductos serão feitas por meio de buchas e arruellas de aço galvanizado fortemente apertadas e vedadas a zarcão.

21 — Os fios e cabos a serem introduzidos nos electroductos embutidos nas lages e nas paredes serão de cobre electrolítico de alta conductibilidade, isolados com uma camada de borracha Pará de 3/6" de espessura, duplo encapamento de algodão trançado e deverão ser impregnados com substancia isolante na parte externa (typo R. C. 3 — Rio).

22 — Os fios serão calculados segundo as cargas, não sendo permittido o emprego de fios de numero superior ao n. 10 da escala "Brown Sharp" para os geraes e n. 12 para os circuitos e ao n. 14 para os ramaes.

23 — Os circuitos serão calculados na base de 960 watts para cada um, e a queda de voltagem no centro mais afastado, quando ahi concentrada toda a carga do circuito, não deverá exceder de tres por cento.

24 — As emends dos fios serão cuidadosamente soldadas, limpas, experimentadas e isoladas com fita de borracha Pará, recoberta com fita de panno pintada com verniz isolante Sterling ou equivalente

26 — Os interruptores serão de alavanca, com chapa nickelada de 120 grammas, marca Arrow, ou equivalente a juizo do engenheiro-fiscal.

26 — As tomadas serão de pino cylindrico, com chapa nickelada de 120 grammas, marca Arrow ou equivalente a juizo do engenheiro-fiscal.

27 — As posições dos centros, tomadas e interruptores de 1, 2 e 3 secções, constam dos desenhos fornecidos pelo engenheiro-fiscal, e estão assim distribuidas:

#### *Sexto pavimento*

Nas casas de machinas:

2 centros de 100 w.  
2 interruptores de 1 secção.

No Hall:

1 centro de 200 w.  
1 interruptor three-way.

#### *Quinto pavimento*

No café restaurante:

6 centros de 200 w.  
8 tomadas de 120 w.  
3 interruptores de 2 secções.

Na cozinha:

2 centros de 100 w.  
1 interruptor de 2 secções.

Na galeria:

- 1 centro de 100 w.
- 1 tomada de 120 w.
- 1 interruptor de 1 secção.

Nos W. C., homens:

- 2 centros de 40 w.
- 1 interruptor de 2 secções.

Nos W. C., senhoras:

- 2 centros de 40 w.
- 1 interruptor de 2 secções.

No hall:

- 1 centro de 100 w.
- 1 interruptor three-way.

*Quarto pavimento*

Na bibliotheca:

- 6 centros de 200 w.
- 6 tomadas de 120 w.
- 3 interruptores de 2 secções.

Na dependencia da bibliotheca:

- 3 centros de 200 w.
- 6 tomadas de 200 w.
- 1 interruptor de 2 secções.

Na sala da Commissão de Promoções:

- 2 centros de 200 w.
- 2 tomadas de 120 w.
- 1 interruptor de 2 secções.

Na galeria:

- 3 centros de 100 w.
- 1 tomada de 120 w.
- 1 interruptor de 2 secções.

Na sala da Commissão de Promoções:

- 1 centro de 200 w.
- 2 tomadas de 120 w.
- 1 interruptor de 1 secção.

Na casa de machinas do elevador do ministro:

- 1 centro de 60 w.
- 1 interruptor de 1 secção.

Nos W. C., homens:

- 2 centros de 60 w.
- 2 interruptores de 1 secção.

Nos W. C., senhoras:

- 2 centros de 40 w.
- 2 interruptores de 1 secção.

*Terceiro pavimento*

No salão de espera:

- 6 centros de 300 w.
- 4 tomadas de 120 w.
- 47,0m1, de gambiarras para 310 lampadas de 25 w.
- 3 interruptores de 2 secções.

## No hall da escada lateral:

- 1 centro de 200 w.
- 1 tomada de 120 w.
- 1 interruptor de 1 secção.

## No gabinete do ministro:

- 3 centros de 300 w.
- 6 tomadas de 120 w.
- 1 interruptor de 2 secções.

## No pequeno Hall:

- 1 centro de 200 w.
- 1 interruptor de 1 secção.

## No toilette do ministro:

- 1 centro de 40 w.
- 1 interruptor de 1 secção.

## No vestiario do ministro:

- 1 centro de 40 w.
- 1 interruptor de 1 secção.

## No gabinete do secretario:

- 4 centros de 200 w.
- 6 tomadas de 120 w.
- 2 interruptores de 2 secções.

## Na sala de officiaes de Gabinete:

- 4 centros de 300 w.
- 8 tomadas de 120 w.
- 2 interruptores de 2 secções.

## No gabinete D. G. Expediente:

- 4 centros de 300 w.
- 6 tomadas de 120 w.
- 2 interruptores de 2 secções.

## Na sala do continuo:

- 1 centro de 100 w.
- 1 tomada de 120 w.
- 1 interruptor de 1 secção.

## Nos compartimentos sanitarios dos directores:

- 2 centros de 60 w.
- 2 interruptores de 1 secção.

## No gabinete do D. G. Contabilidade:

- 4 centros de 300 w.
- 6 tomadas de 120 w.
- 2 interruptores de 2 secções.

## Na sala de Comissões Especiaes:

- 10 centros de 200 w.
- 9 tomadas de 120 w.
- 2 interruptores de 2 secções.
- 1 interruptor de 1 secção.

## Na sala da imprensa:

- 4 centros de 200 w.
- 4 tomadas de 120 w.
- 2 interruptores de 2 secções.

## No gabinete do consultor tecnico:

- 6 centros de 150 w.
- 6 tomadas de 120 w.
- 3 interruptores de 2 secções.

## No gabinete do consultor juridico:

- 2 centros de 300 w.
- 5 tomadas de 120 w.
- 1 interruptor de 2 secções.

## Na ante-sala dos consultores:

- 1 centro de 200 w.
- 1 tomada de 120 w.
- 1 interruptor de 1 secção.

## Nas galerias:

- 3 centros de 100 w.
- 7 centros de 75 w.
- 8 tomadas de 120 w.
- 4 interruptores de 2 secções.

## No Hall:

- 1 centro de 100 w.
- 1 interruptor three-way.

## Nos W. C. dos homens:

- 2 centros de 60 w.
- 2 interruptores de 1 secção.

## Nos W. C. das senhoras:

- 2 centros de 40 w.
- 2 interruptores de 1 secção.

## Na sala do continuo:

- 1 centro de 60 w.
- 1 interruptor de 1 secção.

## Na escada do ministro:

- 1 arandella de 100 w.
- 1 interruptor three-way.

*2º Pavimento*

## No hall lateral:

- 1 centro de 200 w.
- 1 tomada de 120 w.
- 1 interruptor de 1 secção.

## Na escada lateral:

- 1 arandella de 100 w.
- 1 interruptor three-way.

Na 1ª secção de Contabilidade (1ª sala):

- 3 centros de 300 w.
- 6 tomadas de 120 w.
- 1 interruptor de 2 secções.

Na 1ª secção de Contabilidade (2ª sala):

- 12 centros de 200 w.
- 10 tomadas de 120 w.
- 5 interruptores de 2 secções.

Na 2ª secção de Contabilidade:

- 6 centros de 200 w.
- 6 tomadas de 120 w.
- 3 interruptores de 2 secções.

Na 3ª secção de Contabilidade:

- 4 centros de 300 w.
- 6 tomadas de 120 w.
- 2 interruptores de 2 secções.

Na 1ª secção de Expediente:

- 6 centros de 200 w.
- 6 tomadas de 120 w.
- 3 interruptores de 2 secções.

Na 2ª secção de Expediente:

- 8 centros de 200 w.
- 6 tomadas de 120 w.
- 2 interruptores de 2 secções.

Na 3ª secção de Expediente:

- 4 centros de 200 w.

Na 3ª secção Expediente:

- 3 centros de 300 w.
- 9 tomadas de 120 w.
- 9 interruptores de 2 secções.

Nas galerias:

- 3 centros de 100 w.
- 7 centros de 75 w.
- 8 tomadas de 120 w.
- 4 interruptores de 2 secções.

Na hall:

- 1 centro de 100 w.
- 1 interruptor three-way.
- 2 interruptores de 1 secção.

Nos W. C. dos Homens:

- 2 centros de 60 w.
- 2 interruptores de 1 secção.

Nos W. C. Senhoras:

- 2 centros de 40 w.
- 2 interruptores de 1 secção.

## No vestiário:

- 1 centro de 60 w.
- 1 interruptor de 1 secção:

## No contorno Grande Hall:

47.000 gambiarras com 310 lampadas de 25 w. accendendo alternadamente com chaves triphasicas.

*No 1º pavimento*

## No grande Hall (nível do 2º tecto):

47.000 gambiarras com 310 lampadas de 25 w. commandadas por chaves triphasicas.

## Na hall escada lateral:

- 1 centro de 300 w.
- 1 interruptor de 1 secção:

## Na escada lateral:

- 1 arandella de 100 w.
- 1 interruptore three-way.

## Na portaria:

- 3 centros de 300 w.
- 6 tomadas de 120 w.
- 1 interruptor de 2 secções.

## No Almoxarifado:

- 4 centros de 200 w.
- 4 tomadas de 120 w.
- 2 interruptores de 2 secções.

## No Archivo:

- 8 centros de 200 w.
- 4 tomadas de 120 w.
- 2 interruptores de 2 secções.

## No vestiário dos continuos:

- 2 centros de 300 w.
- 4 tomadas de 120 w.
- 1 interruptor de 2 secções.

## Na garage e officina:

- 6 centros de 150 w.
- 2 centros de 200 w.
- 3 interruptores de 2 secções.

## Na sala do pagador:

- 2 centros de 300 w.
- 4 tomadas de 120 w.
- 1 interruptor de 2 secções.

No protocollo (1ª sala):

- 14 centros de 200 w.
- 10 tomadas de 10 w.
- 4 interruptores de 2 secções.

No protocollo (2ª e 3ª salas):

- 4 centros de 200 w.
- 3 centros de 300 w.
- 9 tomadas de 120 w.
- 3 interruptores de 2 secções.

Nas galerias:

- 3 centros de 150 w.
- 7 centros de 100 w.
- 8 tomadas de 120 w.
- 4 interruptores de 2 secções.

No hall:

- 1 centro de 200 w.
- 1 interruptor three-way.

Nos W. C. dos homens:

- 2 centros de 100 w.
- 2 interruptores de 1 secção.

Nos W. C. das senhoras:

- 2 centros de 60 w.
- 2 interruptores de 1 secção.

No portico:

- 5 centros de 500 w.
- 1 interruptor de 2 secções.

28 — Serão incluídas no preço da instalação eléctrica de luz, todas as despesas com entradas de cabos, ligações, colocação de medidores, licenças da companhia concessionária e da Prefeitura Municipal, certificados da Inspectoria de Illuminação e da Prefeitura Municipal, excluindo-se apenas os depósitos para garantia do consumo de luz bem como o fornecimento dosapparelhos de illuminação.

#### § 2.º *Instalação de força.*

1 — Para esta instalação serão obedecidas todas as especificações das alíneas 1 a 21, do § 1º, relativo a instalação de luz e mais especialmente quanto á entrada dos cabos, quadros, chaves, ligações, tubulações, etc.

2 — A instalação de força constará de:

1) Um quadro geral, no compartimento reservado para esse fim, com medidor, chave geral e chaves triphasicas para os circuitos.



II) quatro circuitos sendo:

1 para as bombas e 3 automaticos (sendo 2 nas caixas inferiores e 1 nas superiores) com quadros e chaves no compartimento das bombas;

Um para tres elevadores (total 15 HP) com quadros e chaves nas casas de machinas;

Um para abastecer 4 tomadas de força de 3 kw. cada uma, sendo 2 na garage e 2 na officina;

Um para a installação de agua gelada.

3 — Cada um dos circuitos enumerados na alinea anterior terá um medidor particular separado.

4 — Serão incluídos no preço da installação de força todas as despesas com entradas de cabos, ligações, collocação de medidores, licenças da companhia concessionaria e da Prefeitura Municipal, certificados da Inspectoria, excluindo-se apenas os depositos para garantia do consumo de força.

#### § 3º — *Installação de campainhas:*

1 — Todas as tubulações serão embutidas tanto nas paredes como nas lages, sendo sómente permittido o emprego de electroductos rigidos de aço, com o diametro minimo de 3/8".

2 — Para a execução das tubulações serão respeitadas as disposições das alíneas 12, 13, 14, 15, 16 e 17 do capitulo XX, § 1º.

3 — Os fios a serem introduzidos nos electroductos embutidos nas lages e nas paredes serão de cobre electrolitico de alta conductibilidade, isolados com uma camada de borracha de 3/64" de espessura e duplo encapamento de algodão trançado, e deverão ser impregnados com substancia isolante (typo R.C. 3 — Rio).

4 — O diametro dos fios será o do n. 18 da escala Brown & Sharp.

5 — As ligações entre caixas e tubos serão feitas por meio de "buchas" e arruelas de aço galvanizado.

6 — A distribuição das campainhas obedecerá ao projecto fornecido pelo engenheiro-fiscal.

7 — As campainhas e os quadros funcionarão por meio de um transformador ligado á corrente de luz, protegido por um bloco fusivel. As campainhas e o transformador serão de fabricação Siemens ou Electro, collocadas sobre um quadro de madeira.

#### § 4º — *Installação de telephones:*

1 — As tubulações para a installação de telephones serão embutidas, tanto nas paredes como na estrutura, em concre-

to armado, sendo sómente permittido o emprego de electroductos rigidos de aço.

2 — Na execução das tubulações serão respeitadas as disposições das alíneas 11, 12, 13, 14, 15 e 16, relativas á instalação de luz.

3 — Todo o serviço será feito de accôrdo com as exigencias da Companhia Telephonica Brasileira. Será excluida do orçamento a despeza com a enfição.

4 — A entrada dos cabos da Companhia Concessionária será feita em manilhas de barro vidrado de 4", desde a rua até o compartimento dos medidores, onde será collocada a caixa geral de distribuição.

5 — A instalação dos telephones externos comprehenderá os seguintesapparelhos:

- 1 no palco;
- 1 na cabine;
- 1 na sala de espera;
- 3 nas bilheterias e escriptorios;
- 2 na sorveteria (pavimento terreo);
- 1 no bar (1º andar).

6 — Haverá tambem uma rêde de telephones internos automaticos, do typo mais moderno, com capacidade para 28 apparelhos, completo, com o respectivo centro, relais selectores, funcionando por meio de baterias.

O equipamento constará de:

a) um rectificador de 24 volts para a carga das baterias, ligado á rêde da Light de 120 volts, 50 cyclos, completo com resistencia e uma lampada rectificadora de reserva;

b) duas baterias de acumuladores de 24 volts cada uma, para o funcionamento do centro automatico, completas, com acido, e capacidade de 50 ampêres;

c) um quadro de marmore para ligar uma ou outra bateria ao centro telephonico e ao rectificador;

d) vinte e oito telephones automaticos de disco, typo de parede.

7 — O centro automatico será localizado no pavimento terreo.

8 — As canalizações para os telephones internos serão feitas em tubos de aço, com fios de chumbo no interior dos mesmos.

9 — Os vinte e oito apparelhos referidos na alinea 6, d, serão distribuidos á razão de um por sala.

#### § 5º — *Installação de pára-raios:*

1 — Esta installação constará de um pára-raios, collocado na parte superior do edificio, acima da caixa d'agua.

2 — O pára-raios terá um poço de 3,00 metros de profundidade, no qual será collocada uma chapa de terra, de cobre, medindo 60 x 60 x 0,5 cms., entre duas camadas de carvão vegetal.

3 — Na chapa de terra será cravado um connector, preso a uma cordalha de cobre nú, de 1/4", fixada nas paredes da área por meio de braçadeiras de ferro galvanizado com isoladores.

4 — No tecto da caixa superior (nível 25,00) será chumbada uma haste em cano de ferro galvanizado de 1", com 3,0 metros de comprimento, tendo na extremidade superior um "bouquet" com quatro pontas nickeladas.

5 — Até 3,0 metros acima do nível do pavimento terreo a cordalha de cobre será enfiada num tubo protector em ferro galvanizado de 1".

#### CAPITULO XXI — INSTALLAÇÃO CONTRA INCENDIO

1 — A installação contra incendio deverá obedecer ás prescripções e regulamentos do Corpo de Bombeiros, bem como ao disposto nas alíneas 1, 2 e 3 do capítulo XVII, relativo á installação da agua.

2 — As canalizações, em canos de ferro galvanizado de 2" de diametro, interno, terão ao sahir das caixas superiores registros de gaveta de 2" em metal.

3 — Haverá uma unica columna que descerá na chaminé junto ás escadarias, e alimentará uma bocca contra incendio em cada um dos pavimentos.

No pavimento terreo a referida columna fornecerá ramaes para abastecer as seguintes boccas:

1 na garage;

1 junta para mangueira do Corpo de Bombeiros, na fachada principal.

4 — As boccas internas serão equipadas com buchas de metal de 2" x 2 1/2" x 1", um registro de gaveta de parede em metal, uma sahida de 2", 20 metros de mangueira de lona de 1", com esguicho de metal.

5 — A junta da fachada levará bucha de metal de 2" x 2 1/2", com tampão cego para ligação do Corpo de Bombeiros.

## EDIFÍCIO — SÉDE DO MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

## Relação orçamentaria

Designação das parcelas	Quantidade	Unidade	Preços unitários	Totais
Capítulo I — Execução do projecto — Medições — Locação — Instalação da obra — Demolições :				
1 — Locação de obra.....	global	—	—	1:000\$000
2 — Barracão e compartimento sanitario.....	»	—	—	2:000\$000
3 — Tapamento da obra, andaimes.....	»	—	—	13:600\$000
4 — Ligação agua, força, telephone.....	»	—	—	2:000\$000
5 — Machinismos, etc. (alinea 11 das especificações).....	»	—	—	5:000\$000
6 — Limpeza da obra.....	»	—	—	1:000\$000
7 — Demolição do prédio existente.....	»	—	—	30:000\$000
8 — Côte e remoção palmeiras.....	»	—	—	1:000\$000
Total para o Cap. I.....				55:600\$000
Capítulo II — Movimento terra :				
1 — Excavação inclusive reaterro.....	1.320	m2	15\$000	19:800\$000
2 — Aterro.....	2.230	»	10\$000	22:300\$000
3 — Esgotamento das cavas e escoramentos especiaes.....	global	—	—	2:000\$000
Total para o Cap. II.....				44:100\$000
Capítulo III — Concreto armado :				
1 — Concreto A.300, inclusive a moldagem necessaria.....	1.042	m3	235\$000	244:870\$000
2 — Concreto A.350, inclusive a moldagem necessaria.....	185	»	250\$000	46:250\$000
3 — Ferros.....	118.500	kgs.	1\$500	170:750\$000
Total para o Cap. III.....				468:870\$000
Capítulo IV — Concreto simples :				
1 — Concreto A.160.....	61,5	m3	90\$000	5:571\$000
2 — Concreto A.200.....	178,0	»	105\$000	x 18:690\$000
Total para o Cap. IV.....				24:261\$000
Capítulo V — Alvenarias :				
1 — Alv. tijolos furados 22 cms.....	755,0	m3	93\$000	70:215\$000
2 — Alv. tijolos ocos 22 cms.....	99,5	»	93\$000	9:253\$500
3 — Alv. tijolos ocos 10,5 cms.....	2.028,0	»	9\$500	19:266\$000
Total para o Cap. V.....				98:734\$500
Capítulo VI — Escoamento das aguas pluvias :				
1 — Caixas collectoras.....	24	p.	100\$000	2:400\$000
2 — Ralos de cobre syphon. c/grelhas de bronze.....	10	p.	50\$000	500\$000
3 — Cond. ferro galvan. 4".....	249,0	m1	30\$000	7:470\$000
4 — Cond. ferro galvan. 2 1/2".....	21,0	»	20\$000	420\$000
5 — Manilhas barro 4".....	98,0	»	10\$000	980\$000
6 — Caixas inspecção.....	14	p.	100\$000	1:400\$000
Total para o Cap VI.....				13:170\$000

Designação das parcelas	Quantidade	Unidade	Preços unitários	Totais
<b>Capítulo VII — Revestimentos em cimento liso:</b>				
1 — Revest. com argamassa, cimento e areia 1:3, alisado a colher,....	421	m2	8\$000	3:368\$000
Total para o capítulo VII.....				3:368\$000
<b>Capítulo VIII — Serviços do impermeabilizador:</b>				
1 — Isolamento termico, incluindo concreto escoria, tijolos ôcose capeamento.....	1.313	m2	14\$000	18:382\$000
2 — Impermeabilização .....	1.425	m2	20\$000	28:500\$000
3 — Protecção com argamassa de cimento e areia 1:3.....	1.203	m2	8\$000	9:624\$000
4 — Protecção com cascalhinho.....	155	m2	1\$000	155\$000
5 — Impermeabilização com cimento liso e Inertol.....	180	m2	12\$000	2:160\$000
Total para o capítulo VIII.....				58:821:000
<b>Capítulo IX — Serviços do estucador:</b>				
1 — Revest. internos paredes argamassa, cal e areia 1:1.....	9.726	m2	5\$000	48:630\$000
2 — Revest. internos tectos argamassa, cal e areia 1:1.....	3.905	m2	6\$000	23:430\$000
3 — Revest. externos simili-granito.....	5.260	m2	20\$000	105:200\$000
4 — Revest. internos idem.....	650	m2	19\$000	12:350\$000
5 — Sanças no Hall.....	148	m1	15\$000	2:220\$000
6 — Pequenas sanças de 50 cms.....	374	m1	12\$000	4:488\$000
Total para o capítulo IX.....				196:318\$000
<b>Capítulo X — Serviços do marceneiro:</b>				
1 — Portas compensadas, folheadas com embuya, esp. 3:5 cms.....	332	m2	140\$000	46:480\$000
2 — Caixões simples.....	195	m1	12\$000	2:340\$000
3 — Rodapés.....	1.145	m1	5\$000	5:725\$000
4 — Persianas madeira.....	489,8	m2	85\$000	41:633\$000
5 — Armarios embutidos.....	global	—	—	3:000\$000
Total para o capítulo X.....				99:178\$000
<b>Capítulo XI — Serviços do serralheiro:</b>				
1 — Grades pantographicas bronze.....	74,6	m2	1:500\$000	111:900\$000
2 — Janelas de ferro.....	495,0	m2	135\$000	66:825\$000
3 — Esquadrias basculantes.....	316,0	m2	140\$000	44:240\$000
4 — Portões typo A.....	10,0	m2	500\$000	5:000\$000
5 — Cortinas de aço ondulado.....	18,7	m2	105\$000	1:963\$500
6 — Portas lixo e incendio.....	4,5	m2	200\$000	900\$000
7 — Tampas caixa d'agua.....	4	p	150\$000	600\$000
8 — Escadas de ferro.....	6	p	175\$000	1:050\$000
9 — Balaustrada de metal.....	70	m1	300\$000	21:000\$000
10 — Instalação de lixo.....	global	—	—	2:500\$000
11 — Letreiro de metal.....	global	—	—	4:200\$000
12 — Ferragens .....	global	—	—	18:000\$000
Total para o capítulo XI.....				278:178\$500

Designação das parcelas	Quantidade	Unidade	Preços unitarios	Totales
<b>Capítulo XII — Serviços de marmorista :</b>				
1 — Pavimentação de marmore com 1 cm. de espessura.....	1116	m2	70\$000	78:120\$000
2 — Revestimento de paredes e columnas Hall, com 1 cm.....	151	m2	90\$000	13:590\$000
3 — Degrãos de granito.....	330	m1	200\$000	66:000\$000
4 — Revestimento de granito no portico.....	130,8	m2	300\$000	39:240\$000
5 — Embasamento em granito.....	261,2	m2	300\$000	78:360\$000
6 — Peitoris de marmore.....	108,5	m2	152\$000	16:492\$000
7 — Soleiras de 4 cms.....	10,8	m2	110\$000	1:188\$000
8 — Soleiras de 2 cms.....	14,0	>	90\$000	1:260\$000
9 — Pisos de 3 cms. (escadas).....	80,5	>	110\$000	8:855\$000
10 — Espelhos de 2 cms. (escadas).....	42,0	>	100\$000	4:200\$000
11 — Soleiras de garage.....	8,0	m1	200\$000	1:600\$000
12 — Rodapés de escadas.....	244	m1	25\$000	6:100\$000
13 — Rodapés.....	478,0	m1	22\$000	10:516\$000
14 — Mosaicos de marmore de 15 × 15 × 2.....	14,5	m2	120\$000	1:740\$000
15 — Marmore para pias....	2	p	180\$000	360\$000
<b>Total para o capítulo XII.....</b>				<b>327:621\$000</b>
<b>Capítulo XIII — Serviços de ladrilheiro :</b>				
1 — Azulejos brancos nacionaes de 15 × 15 cms.....	434,0	m2	34\$000	14:756\$000
2 — Boleados de 7,5 × 15 cms.....	259,0	m1	7\$000	1:813\$000
3 — Mosaico nacional.....	266,5	m2	55\$000	14:657\$500
4 — Ladrilhos S. Caetano 15 × 15.....	108,0	m2	34\$500	3:726\$000
5 — Rodapés S. Caetano.....	95,4	m1	6\$500	620\$100
<b>Total para o capítulo XIII .....</b>				<b>35:572\$500</b>
<b>Capítulo XIV — Serviços de taqueiro :</b>				
1 — Soalho com tabeiras simples.....	1836	m2	27\$500	50:490\$000
2 — Soalho com tabeiras especiaes.....	456	>	35\$000	15:960\$000
3 — Raspagem e enceramento.....	2292	>	3\$000	6:876\$000
<b>Total para o capítulo XIV.....</b>				<b>73:326\$000</b>
<b>Capítulo XI — Serviços de vidraceiro :</b>				
1 — Vidros lisos duas grossuras.....	535	m2	30\$000	16:050\$000
2 — Vidros martellados.....	275	>	32\$000	8:800\$000
3 — Vidros meio-crystal.....	15,0	>	150\$000	2:250\$000
4 — Vidros fosclos lisos.....	4,0	>	27\$000	108\$000
<b>Total para o capítulo XV.....</b>				<b>27:208\$000</b>
<b>Capítulo XVI — Serviços de pintor :</b>				
1 — Pintura a oleo nas esquadrias metallicas .....	1683	m2	6\$000	10:098\$000
2 — Verniz nos rodapés.....	1150	m1	2\$000	2:300\$000
3 — Lustres nas guarnições .....	192	m1	8\$000	1:536\$000
4 — Caição com pedra hume.....	6582	m2	1\$000	6:582\$000
5 — Pintura lavavel Odine.....	4245	m2	2\$500	11:362\$500
6 — Pintura a oleo nas paredes.....	2308	m2	10\$000	23:080\$000
<b>Total para o capítulo XVI.....</b>				<b>54:958\$500</b>

Designação das parcelas	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Totais
<b>Capítulo XVII — Instalação de água :</b>				
1 — Instalação geral, de accôrdo com as especificações.....	global	—	—	13:750\$000
2 — Grupo motor bombas.....	2	p.	3:500\$000	7:000\$000
3 — Instalação de água gelada.....	global	—	—	14:200\$000
4 — W. C. com válvula de descarga.....	30	p.	255\$000	7:650\$000
5 — Bidets de louça.....	9	p.	140\$000	1:260\$000
6 — Lavatórios de 16" x 22".....	28	p.	150\$000	4:200\$000
7 — Lavatório de pé de 20" x 22".....	2	p.	370\$000	1:110\$000
8 — Mictórios Adamant.....	19	p.	900\$000	17:100\$000
9 — Filtros Senun.....	13 p.	p.	80\$000	1:040\$000
10 — Pia de despejo.....	1	p.	170\$000	170\$000
11 — Pias de lavagem n. 2. ....	2	p.	55\$000	110\$000
12 — Bicas de 3/4"....	12	p.	10\$000	120\$000
Total para o Cap. XVII.....				67:710\$000
<b>Capítulo XVIII — Instalação de esgotos :</b>				
1 — Serviços City Improvs.....	global	—	—	50:000\$000
2 — Esgotos secundarios.....	>	—	—	7:800\$000
3 — Remates finais . ....	>	—	—	6:000\$000
Total para o Cap. XVIII.....				63:800\$000
<b>Capítulo XIX — Instalação de gaz :</b>				
1 — Instalação geral.....	global	—	—	4:500\$000
2 — Fogão para o café.....	1	p.	—	2:400\$000
Total para o Cap. XIX.....				6:900\$000
<b>Capítulo XX — Instalação electrica :</b>				
1 — Instalação de luz.....	global	—	—	43:200\$000
2 — Instalação de luz na fachada.....	>	—	—	7:800\$000
3 — Instalação de força.....	>	—	—	8:200\$000
4 — Instalação de campainhas.....	>	—	—	3:700\$000
5 — Instalação de telephones.....	>	—	—	31:400\$000
6 — Instalação de para-raios.....	>	—	—	800\$000
7 — Elevadores de passageiros.....	2	p.	—	152:000\$000
8 — Elevador do ministro.....	1	p.	—	35:000\$000
9 — Apparelhos de iluminação.....	global	—	—	34:500\$000
Total para o Cap. XIX.....				316:600\$000
<b>Capítulo XXI — Instalação contra incendio :</b>				
1 — Instalação geral.....	global	—	—	7:300\$000
Total para o Cap. XXI.....				7:300\$000
<b>Capítulo XXII — Serviços diversos :</b>				
1 — Limpeza final.....	global	—	—	5:500\$000
2 — Calçamento a mosaico .....	680	m2	40\$000	19:200\$000
Total para o Cap. XXII.....				24:700\$000

## EDIFÍCIO-SÉDE DO MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS

*Resumo geral*

Cap. I — Locação e instalação da obra...	55:600\$000
Cap. II — Movimento de terra.....	44:100\$000
Cap. III — Concreto armado .....	468:870\$000
Cap. IV Concreto simples .....	24:261\$000
Cap. V — Alvenarias . .....	98:734\$500
Cap. VI — Escoamento das aguas pluvias.	13:170\$000
Cap. VII — Revestimento em cimento liso	3:368\$000
Cap. VIII — Serviços do impermeabilizador	58:821\$000
Cap. IX — Serviços do estucador.....	196:318\$000
Cap. X — Serviços do marceneiro.....	99:178\$000
Cap. XI — Serviços do serralheiro .....	278:178\$500
Cap. XII — Serviços do marmorista.....	327:621\$000
Cap. XIII — Serviços do ladrilheiro.....	35:572\$600
Cap. XIV — Serviços do taqueiro.....	73:326\$000
Cap. XV — Serviços do vidraceiro.....	27:208\$000
Cap. XVI — Serviços do pintor.....	54:958\$500
Cap. XVII — Instalação de agua.....	67:710\$000
Cap. XVIII — Instalação de esgotos.....	63:800\$000
Cap. XIX — Instalação de gaz.....	6:900\$000
Cap. XX — Instalação electrica.....	316:600\$000
Cap. XXI — Instalação contra incendio...	7:300\$000
Cap. XXII — Serviços diversos .....	24:700\$000
	<hr/>
Eventuaes 5 % .....	2.346:295\$000
Projecto, administração, fiscalização 5 %.	117:314\$750
	<hr/>
	2.580:924\$500

## DECRETO N. 121 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1934

*Proroga por sessenta (60) dias, a contar de 1 de novembro proximo, o prazo fixado no decreto n. 4, de 30 de julho de 1934.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição, e

Considerando que não ficou ultimado o exame das sugestões apresentadas sobre o regulamento annexo ao decreto n. 24.501, de 29 de junho de 1934, persistindo assim os motivos que determinaram a expedição do de n. 4, de 30 de julho do mesmo anno, decreta:

Artigo unico. Fica prorogado por sessenta (60) dias, a contar de 1 de novembro proximo, o prazo fixado pelo decreto n. 4, de 30 de julho deste anno, para execução do de



n. 24.501, de 29 de junho anterior, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1934, 113° da Independencia a 16° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

DECRETO N. 122 — DE 30 DE OUTUBRO DE 1934

*Autoriza o cidadão brasileiro Antonio Carlos Teixeira Leite, sem prejuizo do que determina o art. 10, do decreto numero 24.642, de 10 de julho de 1934, (Codigo de Minas), a pesquisar sulfato de aluminio nos terrenos denominados "Lagôa da Tabôa" e "Barra do Tatú", comprehendendo a ilha Canindé, de que é arrendatario, pertencentes ao Estado do Maranhão, e situados no municipio de Tutoya, no referido Estado*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o n. 1° do art. 56 da Constituição, e tendo em vista o decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas):

Decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Antonio Carlos Teixeira Leite, sem prejuizo do que determina o art. 10 do decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas), a pesquisar sulfato de aluminio nos terrenos denominados "Lagôa da Taboa" e "Barra do Tatú", comprehendendo a ilha Canindé, de que é arrendatario, pertencentes ao Estado do Maranhão, e situados no municipio de Tutoya, no referido Estado, terrenos esses apresentando as seguintes confrontações e característicos: a partir da extremidade leste da referida ilha de Canindé, medindo tres kilometros para oeste, até ás vertentes do Morro Branco, com tres kilometros de fundos, na direcção de treze grãos e vinte e cinco minutos sueste, e dali em angulo recto, na direcção de oitenta e seis grãos e vinte e cinco minutos sueste, emfim, em angulo recto dois kilometros, na direcção de treze grãos e trinta e cinco minutos noroeste, até encontrar a linha que demarca a referida faixa de terra de Marinha, comprehendendo a "Lagoa da Taboa" a area total de quinhentos (500) hectares e bem assim a mencionada ilha de Canindé, sendo que as linhas divisorias são orientadas segundo o N. V., — mediante as seguintes condigões:

I — O titulo desta autorização, que será uma via autentica deste decreto na forma do § 4° do art. 18 do Codigo de Minas, será pessoal e sómente transmissivel no caso de herdeiros necessarios e conjuge sobrevivente, bem como no de successão commercial;

II — Esta autorização durará dois (2) annos, podendo ser renovada na conformidade do art. 20 do Codgo de Minas, e o campo da pesquisa é o indicado neste artigo, não podendo exceder os limites no mesmo marcados;

III — A pesquisa seguirá um plano preestabelecido que será organizado pelo autorizado e submittido á approvação do Governo, ouvido o Departamento Nacional da Produção Mineral;

IV — O Governo fiscalizará a execução do plano de que trata o numero anterior, podendo mesmo alteral-o para melhor orientação da marcha dos trabalhos;

V — Na conclusão dos trabalhos de pesquisa, sem prejuizo de quaesquer informações pedidas pelo Governo no curso delles, o autorizado deverá apresentar ao Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministerio da Agricultura, um relatório circunstanciado, acompanhado de perfis geologicos e plantas, em tela e cópia, onde sejam indicados com exactidão os cortes que se houverem feito no terreno, o maximo da profundidade que houverem attingido os trabalhos de pesquisas, a inclinação e direcção do deposito que se houver descoberto, espessura media e area do mesmo, bem como de outros esclarecimentos que se tornarem necessarios para o reconhecimento e apreciação da jazida;

VI — Do minério e material extrahido, o autorizado não poderá utilizar-se senão de pequenas quantidades, sufficientes para analyses e ensaios industriaes, só podendo dispôr do mais depois de iniciada a lavra;

VII — Serão respeitados os direitos de terceiros, resarcindo o autorizado damnos e prejuizos que occasionar, a quem de direito, e não respondendo o Governo pelas limitações que possam sobrevir ao titulo da opposição dos ditos direitos.

Art. 2.º Esta autorização será considerada abandonada, para o effeito do paragrapho unico do art. 27 do Codigo de Minas, nas seguintes condições:

I — Si o autorizado não iniciar os trabalhos de pesquisa dentro dos seis (6) primeiros mezes contados da data da autorização;

II — Si interromper os trabalhos de pesquisa, depois de iniciados, por igual espaço de tempo, salvo motivo de força maior, a juizo do Governo;

III — Si não apresentar o plano dos trabalhos de pesquisa em tempo util, para poder dar inicio á sua execução dentro do prazo a que allude o n. I, deste artigo;

IV — Si, findo o prazo da autorização, sem ter sido renovada na forma do art. 20 do Codigo de Minas, não apresentar, dentro de um (1) mez, o relatório final, nas condições especificadas no n. V, do artigo anterior.

Art. 3.º Si o autorizado infringir o n. I ou o n. VI do art. 1.º, ou não se submeter ás exigencias da fiscalização, será annullada esta autorização na forma do art. 28 do Codigo de Minas.

Art. 4.º O titulo a que allude o n. I do art. 1.º pagará de sello a quantia de duzentos mil réis (200\$000) e só será valido depois de transcripto no respectivo registro, após o pagamento do sello, na forma do § 5º do art. 18 do Codigo de Minas.

Art. 5.º O interessado deverá satisfazer o pagamento da taxa da publicação deste decreto no *Diario Oficial* dentro de

trinta (30) dias contados da data do convite para esse fim publicado naquella orgão official, sob pena de ficar sem effeito o presente decreto.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1934, 113.º da Independencia e 46.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

---

DECRETO N. 123 — DE 30 DE OUTUBRO DE 1934

*Autoriza o cidadão brasileiro Alysson de Abreu, sem prejuizo do que determina o art. 10 do decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas), por si ou sociedade que organizar, a pesquisar ouro no leito do rio das Velhas, em uma extensão de vinte e cinco (25) kilometros rio abaixo, a partir de vinte (20) kilometros acima da ponte do Jequitibá, até cinco (5) kilometros abaixo da mesma ponte, trecho este situado no municipio de Sete Lagoas, Estado de Minas Geraes*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o n. 1 do art. 56 da Constituição, e tendo em vista o decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Alysson de Abreu, sem prejuizo do que determina o art. 10 do decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas), por si ou sociedade que organizar, a pesquisar ouro no leito do rio das Velhas, em uma extensão de vinte e cinco (25) kilometros, rio abaixo, a partir de vinte (20) kilometros acima da ponte do Jequitibá, até cinco (5) kilometros abaixo da mesma ponte, trecho este situado no municipio de Sete Lagoas, Estado de Minas Geraes, e mediante as seguintes condições:

I — O titulo desta autorização, que será uma via autentica deste decreto, na fórma do § 4º do art. 18 do Codigo de Minas, será pessoal e sómente transmissivel no caso de herdeiros necessarios e conjuze sobrevivente, bem como no de successão commercial:

II — Esta autorização durará dous (2) annos, podendo ser renovada na conformidade do art. 20 do Codigo de Minas, e o campo da quesquiza é o indicado neste artigo, não podendo exceder á extensão no mesmo marcada:

III — A pesquisa seguirá um plano preestabelecido, que será organizado pelo autorizado e submettido á approvação do Governo, ouvido o Departamento Nacional da Produccão Mineral:

IV — O Governo fiscalizará a execução do plano de que trata o numero anterior, podendo mesmo orientar melhor a marcha dos trabalhos;

V — Na conclusão dos trabalhos, sem prejuizo de quaesquer informações pedidas pelo Governo no curso delles, o autorizado deverá apresentar ao Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministerio da Agricultura um relatório circumstanciado, acompanhado de perfis geologicos e plantas, em tela e cópia, onde sejam indicados com exactidão os côrtes que se houverem feito, o maximo da profundidade que houverem attingido os trabalhos de pesquisa, a espessura média e a área dos depositos alluvionares, seu volume e teor médio em ouro por metro cubico, bem como de outros esclarecimentos que se tornarem necessarios para o reconhecimento e apreeiação da jazida;

VI — Do minerio e material extrahido, o autorizado não poderá utilizar-se senão de pequenas quantidades, sufficientes para analyses e ensaios industriaes, só podendo dispor do mais depois de iniciada a lavra;

VII — Ficam resalvados os interesses da navegação e da fluctuação, sujeitando-se, portanto, o autorizado ás exigencias que lhe forem impostas neste sentido pelas autoridades competentes;

VIII — Serão respeitadas os direitos de terceiros, resarcindo o autorizado damnos e prejuizos que occasionar, a quem de direito, e não respondendo o Governo pelas limitações que possam sobrevir ao titulo, da opposição dos ditos direitos.

Art. 2.º Esta autorização é dada sem prejuizo do que determina o n. VIII do art. 19 do Código de Minas.

Art. 3.º Esta autorização será considerada abandonada, para o effeito do paragrapho unico do art. 27 do Código de Minas, nas seguintes condições:

I — Si o autorizado não iniciar os trabalhos de pesquisa dentro dos seis (6) primeiros mezes contados da data da autorização;

II — Si interromper os trabalhos depois de iniciados por igual espaço de tempo, salvo motivo de força maior, a juizo do Governo;

III — Si não apresentar o plano dos trabalhos em tempo util para poder dar inicio á sua execução dentro do prazo a que allude o n. I deste artigo;

IV — Si, findo o prazo da autorização, sem ter sido renovada na forma do art. 20 do Código de Minas, não apresentar, dentro de um (1) mez, o relatório final, nas condições especificadas no n. V do art. 1.º.

Art. 4.º Si o autorizado infringir o n. I ou o n. VI do art. 1.º, ou não se submeter ás exigencias da fiscalização, será annullada esta autorização, na forma do art. 28 do Código de Minas.

Art. 5.º O titulo a que allude o n. I do art. 1.º pagará de sello a quantia de duzentos mil réis (200\$000) e só será valido depois de transcripto no respectivo registro após o pa-

gamento do sello, na fórmula do § 5º do art. 18 do Código de Minas.

Art. 6º O interessado deverá satisfazer a taxa de pagamento da publicação deste decreto no *Diário Oficial*, dentro de trinta (30) dias, contados da data do convite para esse fim publicado naquella orgão official, sob pena de ficar sem effeito o presente decreto.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

---

DECRETO N. 124 — DE 30 DE OUTUBRO DE 1934

*Autoriza o cidadão brasileiro Everaldo Costa Doria, por si ou sociedade que organizar, e sem prejuizo do que determina o art. 10 do decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas), a pesquisar ouro nos leitos e margens devolutas dos rios do Peixe e Quinjingue, em uma extensão total de vinte e cinco (25) kilometros, sendo quinze (15) kilometros no rio do Peixe, rio acima, a partir de seu desague no rio Itapicurú, e dez (10) kilometros no rio Quinjingue, rio acima, a partir de seu desague no mesmo rio Itapicurú, de que são ambos afluentes, o primeiro da margem direita e o segundo da margem esquerda, trechos estes situados no municipio de Queimadas, no Estado da Bahia*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o n. 1 do art. 56 da Constituição, e tendo em vista o decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas), decreta:

Art. 1º Fica autorizado o cidadão brasileiro Everaldo Costa Doria, por si ou sociedade que organizar, e sem prejuizo do que determina o art. 10 do decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas), a pesquisar ouro nos leitos e margens devolutas dos rios do Peixe e Quinjingue, em uma extensão total de vinte e cinco (25) kilometros, sendo quinze (15) kilometros no rio do Peixe, rio acima, a partir de seu desague no rio Itapicurú, e dez (10) kilometros no rio Quinjingue, rio acima, a partir de seu desague no mesmo rio Itapicurú, de que são ambos afluentes, o primeiro da margem direita e o segundo da margem esquerda, trechos estes situados no municipio de Queimadas, no Estado da Bahia, — e mediante as seguintes condições:

I — O titulo desta autorização, que será uma via autentica deste decreto na fórmula do § 4º do art. 18 do Código de

Minas, será pessoal e sómente transmissível nos casos previstos no n. I do art. 19 do mencionado Código;

II — Esta autorização durará dous (2) annos, podendo ser renovada na conformidade do art. 20 do Código de Minas, e o campo da pesquisa é o indicado neste artigo, não podendo exceder á extensão no mesmo marcada;

III — A pesquisa seguirá um plano preestabelecido, que será organizado pelo autorizado e submettido á approvação do Governo, ouvido o Departamento Nacional da Produção Mineral;

IV — O Governo fiscalizará a execução do plano de que trata o numero anterior, podendo mesmo alteral-o para melhor orientação da marcha dos trabalhos;

V — Na conclusão dos trabalhos de pesquisas, sem prejuizo de quaesquer informações pedidas pelo Governo no curso delles, o autorizado deverá apresentar ao Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministerio da Agricultura um relatório circumstanciado, acompanhado de perfis geologicos e plantas, em téla e cópia, onde serão indicados com exactidão os cortes que se houverem feito no terreno, o maximo da profundidade que houverem attingido os trabalhos de pesquisa, a inclinação e direcção dos depositos que se houverem descoberto, espessura media e area dos mesmos, teor medio em ouro por metro cubico, bem como de outros esclarecimentos que se tornarem necessarios para o reconhecimento e apreciação da jazida;

VI — Do minerio e material extrahido, o autorizado não poderá utilizar-se senão de pequenas quantidades, sufficientes para analyses e ensaios industriaes, só podendo dispôr do mais depois de iniciada a lavra;

VII — Ficam resalvados os interesses da navegação e da fluctuação, sujeitando-se, portanto, o autorizado ás exigencias que lhe forem impostas, neste sentido, pelas autoridades competentes;

VIII — Serão respeitadas os direitos de terceiros, resarcino o autorizado damnos e prejuizos que occasionar, a quem de direito, e não respondendo o Governo pelas limitações que possam sobrevir ao titulo, da opposição dos ditos direitos;

Art. 2.º Esta autorização é dada sem prejuizo do que determina o n. VIII do art. 19 do Código de Minas.

Art. 3.º Esta autorização será considerada abandonada, para o effeito do paragrapho unico do art. 27 do Código do Minas, nas seguintes condições:

I — Si o autorizado não iniciar os trabalhos de pesquisa dentro dos seis (6) primeiros mezes contados da data da autorização;

II — Si interromper os trabalhos de pesquisa, depois de iniciados por igual espaço de tempo, salvo motivo de força maior, a juizo do Governo;

III — Si não apresentar o plano dos trabalhos de pesquisa em tempo util para poder dar inicio á sua execução, dentro do prazo a que allude o n. I deste artigo;

IV — Si, findo o prazo da autorização, sem ter sido renovada na fórmula do art. 20 do Código de Minas, não apresentar, dentro de um (1) mez, o relatório final, nas condições especificadas no n. V do art. 1.º.

Art. 4.º Si é autorizado infringir o n. I ou o n. VI do art. 1.º, ou não se submeter ás exigencias da fiscalização, será annullada esta autorização, na fôrma do art. 28 do Código de Minas.

Art. 5.º O titulo a que allude o n. I do art. 1.º pagará de sello a quantia de trezentos mil réis (300\$000) e só será valido depois de transcripto no respectivo registro após o pagamento do sello, na fôrma do § 5º do art. 48 do Código de Minas.

Art. 6.º O interessado deverá satisfazer o pagamento da taxa da publicação deste decreto no *Diario Official* dentro de trinta dias contados da data do convite para esse fim publicado naquelle órgão official, sob pena de ficar sem effeito o presente decreto.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1934, 113ª da Independencia e 46ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

Odilon Braga.

---

#### DECRETO N. 125 — DE 30 DE OUTUBRO DE 1934

*Concede ao engenheiro Americo René Giannetti ou á empresa que organizar o aproveitamento de energia hydraulica de diversos trechos de rios no Estado de Minas Geraes e consolida os decretos n. 24.140, de 17 de abril de 1934 e n. 24.381, de 12 de junho de 1934*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o inciso 1º do artigo 56 da Constituição e de conformidade com os artigos 139, 140 alinea a, 150 e 164 alinea c do decreto n. 24.643, de 10 de julho do corrente anno (Codigo de Aguas):

Considerando que o engenheiro Americo René Giannetti requereu ao Governo Federal conformar as autorizações dadas pelos decretos ns. 24.140, e 24.381, de 17 de abril e de 12 de junho de 1934, respectivamente, com a actual legislação sobre energia hydraulica;

Considerando que o Governo do Estado de Minas Geraes ainda não expediu os decretos de concessão relativos ás autorizações dadas pelos decretos acima referidos;

Considerando que o inciso X do art. 1º do decreto numero 24.381, obrigara o requerente a submeter-se ás leis que, em virtude dos novos dispositivos constitucionaes, fossem posteriormente decretadas regulando a utilização de energia hydraulica;

Considerando que o art. 203 do Código de Aguas obriga a revisão de todos os contractos existentes para o aproveitamento de energia hydraulica e que, portanto, mesmo que o requerente já tivesse assignado com o Governo do Estado de Minas Geraes os contractos de concessão, esses teriam de ser revistos;

Considerando que, opportunamente, o engenheiro Americo René Giannetti apresentou ao Governo Federal um programma para o estabelecimento no paiz de diversas industrias electro-químicas e electro-metallurgicas que foram consideradas pelas altas autoridades militares como essenciaes e basicas ás de caracter bellico e, como taes, de grande interesse para a defesa nacional;

Considerando que, por isso, essas industrias foram reconhecidas de utilidade publica pelo art. 1 do decreto n. 24.381, de 12 de junho de 1934;

Considerando que o desenvolvimento do programma apresentado exigirá uma utilização progressiva de energia hydraulica, sendo portanto justo que se conceda ao requerente, na zona em que vae installar suas fabricas, uma reserva, dessa energia;

Considerando que estudos e observações mais recentes mostraram que a descarga minima do rio Maynart nas cachoeiras do Salto e do Caboclo é cerca de 50 % (cincoenta por cento), inferior ás previstas, podendo ser, portanto, o requerente atendido na sua pretensão de se estender sua concessão a outros trechos do rio Maynart, além daquelles cujo aproveitamento, a titulo de reserva, foi autorizado pelo decreto n. 24.381;

Considerando que será technica e economicamente preferivel que os aproveitamentos de energia hydraulica que vão ser feitos pelo engenheiro Americo René Giannetti, sejam iniciados pelo aproveitamento da cachoeira do Salto, no rio Maynart, ao em vez de o serem pelo da cachoeira do Caboclo, como estabelecia o decreto n. 24.381;

**Decreta:**

Art. 1.º Fica outorgada ao engenheiro Americo René Giannetti ou á empresa que elle organizar, concessão para o aproveitamento progressivo da energia hydraulica dos seguintes trechos de cursos d'agua e quedas d'agua:

1.º Trecho do rio Maynart ou Gualaxo do Sul, nos municipios de Marianna e Ouro Preto, Estado de Minas Geraes, comprehendido entre um ponto cinco (5) kilometros a jusante da cachoeira do Funil e a ponte dos Taboões.

2.º Trecho do ribeirão do Fundão, no municipio de Ouro Preto, Estado de Minas Geraes, desde sua confluencia com o ribeirão de Itatiaya, nas proximidades da ponte dos Taboões, até (15) quinze kilometros para montante contados pelo leito do ribeirão.

3.º Cachoeira do Capivary, no rio do mesmo nome, municipio de Santa Barbara, Estado de Minas Geraes.

Paragrapho unico. — A energia obtida nos trechos de rio e nas quedas d'agua mencionadas neste artigo destina-se ás



indústrias electro-químicas e electro-metallurgicas consideradas de utilidade publica pelo decreto n. 24.381, de 12 de junho de 1934.

Art. 2.º O concessionario, além das obrigações estipuladas no Código de Aguas, obriga-se mais a:

I — Fabricar dentro do prazo de (3) tres annos contados da data da publicação deste decreto, com energia da cachoeira do Salto:

- a) acido sulfurico;  
sulfato de aluminio;  
Sulfato de cobre;
- b) acido chlorhydrico;  
chloro;  
Chloretos;  
hypo-chloritos;  
Soda caustica;
- c) acido nitrico synthetico nitrates.

II — Apresentar dentro do prazo de (6) seis mezes:

a) planta da cachoeira do Salto, inclusive bacia de accumulação, localização da barragem, dos canaes de adducção e de fuga, linhas de conductos forçados e usina, em escala de 1:2000 (um por dois mil) com curvas de nivel de metro em metro;

b) plantas e perfis da barragem, canaes de adducção e fuga, castello d'agua, conductos forçados e usina em escala de 1:200 (um por duzentos) com detalhes em 1:50 (um por cinquenta);

c) planta em escala de 1:20000 (um por vinte mil) mostrando as linhas de transmissão.

III — Apresentar, dentro do prazo de (4) um anno:

a) projecto detalhado das installações para a fabricação dos productos enumerados no inciso I deste artigo;

b) orçamento global e detalhado dessas installações.

IV — Apresentar dentro do prazo estipulado no contracto da concessão e que não poderá ser superior a (2) dois annos, plantas das quedas d'agua e trechos de cursos d'agua concedidos:

a) em escala de 1:2000 (um por dois mil), com curvas de nivel de metro em metro para os trechos que interesse ás obras e installações a serem feitas para a produção de energia hydro-electrica, incluindo nessas plantas as areas das bacias de accumulação;

b) em escala de 1:10000 (um por dez mil), com curvas de nivel de (10) dez em (10) dez metros para o conjunto das quedas e trechos de um mesmo rio;

c) em 1:100000 e apenas planimetrica para o conjunto de todas as quedas d'agua e trechos de rio objecto da concessão.

V — Apresentar dentro de prazos que serão estabelecidos nos contractos de concessão, e que não poderão exceder de (4) quatro annos contados a partir da data da publicação deste decreto:

a) projecto completo e detalhado dos aproveitamentos de energia hydraulica dos trechos de curso d'agua e das quedas

d'agua concedidos como reserva e bem assim o projecto tambem completo e detalhado das installações para fabricação de alumina, aluminio, electro-cimento, ferro-manganez, ferro-silicio, agos espinhos pelo processo electrico e outros productos;

b) organamento global e detalhado tanto das obras e installações para a produçáo de energia hydro-electrica, como das destinadas á fabricaçáo dos productos mencionados na alínea anterior.

VI -- Iniciar todas as obras dentro do prazo de (6) mezes contados da data de approvaçáo dos projectos pelo Governo Federal.

VII -- Submeter-se á fiscalizaçáo tecnica e financeira do Governo Federal.

VIII -- Admittir como technicos de sua empresa um (1) official do Exército brasileiro ou de Marinha de Guerra Nacional e um (1) civil (engenheiro de minas e civil, engenheiro industrial ou chimico industrial), a juizo do Governo Federal, com a gratificaçáo mensal de 500\$000 (quinhentos mil réis).

IX -- Reservar a brasileiros 60 % (sessenta por cento) das açóes com direito a voto não podendo essa exigencia deixar de ser cumprida em qualquer occasião, sob qualquer pretexto.

X -- Só emitir obrigações de caracter hypothecario em favor de brasileiros ou sociedades organizadas com capital brasileiro.

XI -- Organizar sua empresa e suas installações de modo a facilitar a mobilizaçáo industrial em caso de necessidade.

XII -- Vender de preferencia ao Governo Federal a produçáo de suas usinas podendo este Governo contractar a fabricaçáo de tipos determinados de productos.

Art. 3.º O concessionario gozará dos seguintes favores:

1º, desapropriar bens e direitos necessarios com approvaçáo do Governo Federal, ás installações das usinas e á sua exploraçáo;

2º, construir para uso exclusivo dos servicos, estradas de ferro e de rodagem;

3º, estabelecer servidões de visita e de passagem;

4º, construir para uso exclusivo linhas telephonicas ligando as differentes installações e ao longo das linhas de transmissáo;

5º, gozar das reduções ou isenções de impostos e de direitos aduaneiros que pela legislação em vigor favorecerem ás empresas de utilidade publica.

Art. 4.º Ficam approvadas as aquisições de terrenos adjacentes e quedas d'agua que haja feito o interessado, até a presente data, na conformidade dos decretos ns. 24.140 e 24.381, de 17 de abril e 12 de junho do corrente anno, respectivamente.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1934, 113ª da Independencia e 46ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

## DECRETO N. 126 — DE 31 DE OUTUBRO DE 1933 (\*)

*Approva a reforma dos estatutos da Associação Beneficente Ferroviária e concede-lhe autorização para operar com seus associados, com a garantia de consignação em folha de pagamento.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requerem a Associação Beneficente Ferroviária, com sede no Districto Federal, resolve approvar a reforma de seus estatutos, que a este acompanham, realizada em assembléa geral extraordinaria de 7 de junho de 1933, e rectificada na de 2 de agosto do mesmo anno.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1933, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

## DECRETO N. 127 — DE 31 DE OUTUBRO DE 1934 (\*\*)

*Approva os estatutos da "Credito Social", sociedade beneficente com sede no Districto Federal e concede-lhe autorização para transigir com seus associados, mediante a garantia de consignação em folha*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requerem a "Credito Social" sociedade de classe com sede no Distrito Federal, resolve approvar os seus estatutos, que a este acompanham, promulgados em assembléa geral realizada em 27 de março de 1934, e alterados em assembléa de 10 de setembro do mesmo anno, e, bem assim, conceder-lhe autorização para transigir com seus associados, com a garantia de consignação em folha de pagamento, nos termos do decreto n. 21.576, de 27 de junho de 1932.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

(\*\*) Vide publicação dos estatutos no *Diario Oficial* de 8 de novembro de 1934.

(\*) Vide publicação dos estatutos no *Diario Oficial* de 8 de novembro de 1934.

---

## DECRETO N. 128 — DE 31 DE OUTUBRO DE 1934

*Concede á sociedade anonyma U. A. of Brazil, Inc. autorização  
para funcconar na Republica*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a sociedade anonyma U. A. of Brazil, Inc., com séde na cidade de Wilmington, Delaware, Estados Unidos da America, decreta:

Artigo unico. E' concedida á sociedade anonyma U. A. of Brazil, Inc. autorização para funcconar na Republica, com os estatutos que apresentou e mediante as clausulas que acompanham o presente decreto, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães.*

---

**Clausulas que acompanham o decreto n. 128, de 31 de outubro  
de 1934**

**I**

A sociedade anonyma U. A. of Brazil, Inc. com séda na cidade de Wilmington, Delaware, Estados Unidos da America, é obrigada a ter um representante geral no Brasil, com plenos e illimitados poderes para tratar e definitivamente resolver as questões que se suscitarem, quer com o Governo, quer com particulares, podendo ser demandado e receber citação inicial pela sociedade.

**II**

Todos os actos que praticar no Brasil ficarão sujeitos unicamente ás respectivas leis e regulamentos e á jurisdicção de seus tribunaes judiciarios ou administrativos, sem que, em tempo algum, possa a referida sociedade reclamar qualquer excepção, fundada em seus estatutos, cujas disposições não poderão servir de base para qualquer reclamação concernente á execução das obras ou serviços a que elles se referem.

## III

Fica dependente de autorização do Governo qualquer alteração que a sociedade tenha de fazer nos respectivos estatutos.

Ser-lhe-á cassada a autorização para funcionar na Republica se infringir esta clausula.

## IV

Fica entendido que a autorização é dada sem prejuizo do principio de achar-se a sociedade sujeita ás disposições de direito que regem as sociedades anonymas.

## V

A infração de qualquer das clausulas para a qual não esteja comminada pena especial será punida com a multa de um conto de réis (1:000\$000) a cinco contos de réis (5:000\$) e, no caso de reincidencia, com a cassação da autorização concedida pelo decreto em virtude do qual baixam as presentes clausulas.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1934. — *Agamemnon Magalhães*.

---

DECRETO N. 129 — DE 31 DE OUTUBRO DE 1934

*Concede á Companhia Assucareira Fluminense autorização para continuar a funcionar*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a sociedade anonyma Companhia Assucareira Fluminense, com séde em Niteroy, Estado do Rio de Janeiro, e autorizada a funcionar pelos decretos numeros 13.589, de 7 de maio de 1919, 15.474, de 10 de maio de 1922, 16.440, de 7 de maio de 1924, 17.717, de 8 de março de 1927, 18.320, de 24 de julho de 1928, e 19.211, de 20 de maio de 1930, decreta:

Artigo unico. É concedida á sociedade anonyma Companhia Assucareira Fluminense autorização para continuar a funcionar, com as alterações feitas nos seus estatutos, por deliberação da assembléa geral dos respectivos accionistas, realizada a 23 de maio de 1934, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1934, 113ª da Independência e 46ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães*.

---

## DECRETO N. 130 — DE 31 DE OUTUBRO DE 1934

*Concede á Sociedade Anonyma Fabrica Docevila, autorização para funcionar*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Sociedade Anonyma Fabrica Docevila, com séde na cidade do Rio de Janeiro, decreta:

Artigo unico. E' concedida á Sociedade Anonyma Fabrica Docevila autorização para funcionar, com os estatutos que apresentou, condicionando-se, porém, o augmento de capital, a que se refere o art. XXI dos mesmos estatutos, ao cumprimento do disposto nos arts. 93, 94 e 95 do decreto n. 434, de 4 de julho de 1891, e ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1934, 113° da Independência e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães.*

---

## DECRETO N. 131 — DE 31 DE OUTUBRO DE 1934

*Concede á Companhia Acumuladores Prest-O-Line autorização para funcionar na Republica*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a sociedade anonyma Companhia Acumuladores Prest-O-Life, com séde na cidade de Wilmington, Delaware, Estados Unidos da America, decreta:

Artigo unico. E' concedida á sociedade anonyma Companhia Acumuladores Prest-O-Life autorização para funcionar na Republica, com os estatutos que apresentou e mediante as clausulas que acompanham o presente decreto, ficando a referida sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1934, 113° da Independência e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães.*

---

**Clausulas que acompanham o decreto n. 131. de 31 de  
outubro de 1934**

**I**

A sociedade anonyma Companhia Accumuladores Prest-O-Lite, com séde em Wilmington, Delaware, Estados Unidos da America, é obrigada a ter um representante geral no Brasil, com plenos e illimitados poderes para tratar e definitivamente resolver as questões que se suscitarem, quer com o Governo, quer com particulares, podendo ser demandado e receber citação inicial pela sociedade.

**II**

Todos os actos que praticar no Brasil ficarão sujeitos unicamente ás respectivas leis e regulamentos e á jurisdicção de seus tribunaes judiciarios ou administrativos, sem que, em tempo algum, possa a referida sociedade reclamar qualquer excepção, fundada em seus estatutos, cujas disposições não poderão servir de base para qualquer reclamação concernente á execução das obras ou serviços a que elles se referem.

**III**

Fica dependente de autorização do Governo qualquer alteração que a sociedade tenha de fazer nos respectivos estatutos.

Ser-lhe-á cassada a autorização para funcionar na Republica se infringir esta clausula.

**IV**

Fica entendido que a autorização é dada sem prejuizo do principio de achar-se a sociedade sujeita ás disposições de direito que regem as sociedades anonymas.

**V**

A infracção de qualquer das clausulas para a qual não esteja comminada pena especial será punida com a multa de um conto de réis (1:000\$000) a cinco contos de réis (5:000\$000) e, no caso de reincidência, com a cassação da autorização concedida pelo decreto em virtude do qual baixam as presentes clausulas.

Rio de Janeiro 31 de outubro de 1934. — *Agamemnon Magalhães.*

## DECRETO N. 132 — DE 3 DE NOVEMBRO DE 1934

*Altera o orçamento approved pelo decreto n. 22.031, de 28 de outubro de 1932, para aquisição e montagem do material preciso para illuminação electrica de 30 carros de passageiros, de The Leopoldina Railway Company, Limited.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu The Leopoldina Railway Company, Limited, e tendo em vista os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Fica approved o novo orçamento que com este baixa, rubricado pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, em substituição ao que foi approved pelo decreto n. 22.031, de 28 de outubro de 1932, para aquisição e montagem do material preciso para illuminação electrica de trinta (30) carros de passageiros, de The Leopoldina Railway Company, Limited.

Parapho unico. A despesa que fôr realmente effectuada e apurada nos termos do art. 8º das instrucções approvedas pela portaria n. 839, de 7 de dezembro de 1933, do Ministerio da Viação e Obras Publicas, até o maximo do orçamento ora approved, na importancia de tres mil quatrocentas e quatorze libras esterlinas (£ 3.414-0-0) e vinte e tres contos mil novecentos e trinta réis (23:001\$930), será escripturada na conta especial do producto da taxa addicional de dez por cento (10 %) sobre as tarifas em vigor.

Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1934, 113ª da Independencia e 46ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

## DECRETO N. 133 — DE 3 DE NOVEMBRO DE 1934

*Approva o projecto e orçamento para o restabelecimento e construcção da nova ponte de Cobé, no kilometro 184 + 655 da Linha Norte de "The Great Western of Brasil Railway Company Limited".*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu The Great Western of Brasil Railway Company Limited e tendo em vista os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Ficam approveds o projecto e orçamento, que com este baixam, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, para restabelecimento e construcção da nova ponte do Cobé, no kilometro 184 + 655 da Linha Norte de The Great Western of Brasil Railway Company Limited.



§ 1.º A despeza, até o maximo do orçamento ora approvado, nas importancias totaes de £ 21.521-18-10 (vinte e uma mil quinhentas e vinte e uma libras esterlinas dezoito schillings e dez pence) e 577:859\$613 (quinhentos e setenta e sete contos oitocentos e cincoenta e nove mil seiscentos e treze réis), depois de apurada em regular tomada de contas, será levada a conta de custeio e á conta de capital, na forma abaixo discriminada:

a) á conta de custeio, de conformidade com as disposições da letra d da clausula 17 do contracto approved pelo decreto n. 11.326, de 29 de agosto de 1920, as quantias de £ 10.186-0-0 (dez mil cento e oitenta e seis libras esterlinas) e 265:200\$000 (duzentos e sessenta e cinco contos e duzentos mil réis), importancias essas reputadas necessarias ao restabelecimento da ponte alludida, no seu primitivo estado;

b) á conta de capital, na conformidade da letra c da clausula 22 do citado contracto, as quantias de £ 11.335-18-10 (onze mil trescentos e trinta e cinco libras esterlinas dezoito schillings e dez pence) e 312:659\$613 (trescentos e doze contos seiscentos e cincoenta e nove mil seiscentos e treze réis), correspondentes á differença entre o custo real da nova ponte e as quantias de £ 10.186-0-0 e 265:200\$000, retro alludidas.

§ 2.º Para a conclusão da obra fica fixado o prazo de quatro (4) annos, a partir desta data.

Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1934; 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Marques dos Reis.

#### DECRETO N. 134 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1934

*Concede auxilio no 1º semestre de 1934 a instituições nos Estados do Amazonas, Pará, Ceará, Pernambuco, Parahyba, Sergipe, Bahia, Distrito Federal, S. Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Geraes.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, na conformidade do disposto no art. 24 do decreto numero 20.351, de 31 de agosto de 1934, conceder os seguintes auxilios, relativos ao 1º semestre de 1934, a instituições nos Estados do Amazonas, Pará, Ceará, Pernambuco, Parahyba, Sergipe, Bahia, Distrito Federal, S. Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Geraes, abaixo indicadas, correndo a despesa por conta da sub-consignação n. 1, da verba 48ª — Subvenções, art. 5º do decreto n. 24.167, de 25 de abril de 1934.

Sociedade Amazonense de Protecção aos Lazaros

— Manaus — Amazonas..... 2:500\$000

Santa Casa de Misericordia — Olinda — Pará.. 2:500\$000

Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia — Fortaleza — Ceará ..... 12:500\$000

Academia de Commercio de Pernambuco — Recife — Pernambuco.....	10:000\$000
Sociedade de Agricultura da Parahyba — João Pessoa — Parahyba .....	1:000\$000
Associação de Caridade — Capella — Sergipe..	1:000\$000
Oratorio Festivo "Beato D. Bosco" — Aracajú — Sergipe .....	1:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Oliveira dos Campinhos — Bahia .....	3:000\$000
Abrigo Thereza de Jesus — Districto Federal..	15:000\$000
Escola Domestica Maria Raythe — Districto Federal .....	2:500\$000
Pequena Cruzada de Santa Therezinha do Menino Jesus — Districto Federal.....	7:500\$000
Orphanato Presbyteriano — Districto Federal..	5:000\$000
Asylo Bom Pastor — S. Paulo.....	2:500\$000
Associação Sanatorios Santa Clara — Campos Jordão — S. Paulo.....	15:000\$000
Associação Auxilio aos Necessitados — Santos — S. Paulo .....	10:000\$000
Centro Espirita S. Vicente de Paulo — S. Paulo	1:000\$000
Escola Superior de Commercio — Jabú — São Paulo .....	3:000\$000
Hospital Santa Isabel — Jaboticabal — S. Paulo	2:000\$000
Instituto D. Bosco — S. Paulo.....	1:500\$000
Santa Casa de Misericordia D. Carolina Malheiros — S. João da Boa Vista — S. Paulo	1:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Tatuhy — São Paulo .....	3:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Araçatuba — São Paulo .....	1:500\$000
Santa Casa de Misericordia — Jacarehy — São Paulo .....	1:000\$000
Sociedade Beneficente — Tieté — S. Paulo.....	1:000\$000
Conferencia do Senhor Bom Jesus do Livramento — Bananal — S. Paulo.....	1:000\$000
Sociedade Beneficente (Santa Casa) — Ribeirão Preto — São Paulo.....	1:500\$000
Hospital dos Pobres — São Borja — Rio Grande do Sul .....	15:000\$000
Asylo de Orphãos dos Sagrados Corações de Jesus e de Maria — Barbacena — Minas Geraes .....	6:000\$000
Associação das Servas dos Pobres — Curvello — Minas Geraes .....	500\$000
Casa de Caridade — Paraisopolis — Minas Geraes .....	2:500\$000
Conferencia N. S. do Carmo (Sociedade S. Vicente de Paulo) — Uberlandia — Minas Geraes .....	3:000\$000
Escola Domestica Santa Therezinha — Lambarý — Minas Geraes.....	6:000\$000
Sociedade Mineira de Assistencia á Infancia — Bello Horizonte — Minas Geraes.....	1:500\$000
Sociedade S. Vicente de Paulo — Bello Horizonte — Minas Geraes.....	7:500\$000

Villas de Trabalho para Convalescentes — Bello Horizonte — Minas Geraes.....	20:000\$000
Total .....	170:500\$000

Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1934. 144° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

DECRETO N. 135 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1934

*Concede auxilio, no segundo semestre deste exercicio, á Prelazia do Rio Negro e á Prelazia de Porto Velho, no Estado do Amazonas.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, na conformidade do art. 24 do decreto n. 20.351, de 31 de agosto de 1934, e tendo em vista os recursos consignados no n. 1 — Auxilio, etc., da verba 18° — Subvenções, art. 5° do decreto n. 24.167, de 25 de março de 1934, conceder á Prelazia do Rio Negro e á Prelazia de Porto Velho, no Estado do Amazonas, o auxilio de sessenta e dous contos e quinhentos mil réis (62:500\$), a cada uma, no segundo semestre deste exercicio.

Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1934, 144° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

DECRETO N. 136 — DE 6 DE NOVEMBRO DE 1934

*Autoriza Byington & Comp., sociedade organizada no Brasil, a pesquisarem, sem prejuizo do que determina o art. 10 do decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas), bauxita e pedras argillosas e aluminosas em terrenos da Chacara "Santa Rosalia", de propriedade do Dr. Ednan Dias e sua mulher, Dr. Iracema Lucinda Corrêa Dias, sitos no municipio e districto de Poços de Caldas, no Estado de Minas Geraes*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 4, da Constituição, e tendo em vista o decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas), decreta:

Art. 1.º Ficam autorizados Byington & Comp., sociedade organizada no Brasil, a pesquisarem, sem prejuizo do que de-

termina o art. 10 do decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas), bauxita e pedras argilosas e aluminosas em terrenos da Chacara "Santa Rosalia", de propriedade do Dr. Ednan Dias e sua mulher D. Iracema Lacerda Corrêa Dias, sitos no municipio e districto de Poços de Caldas, no Estado de Minas Geraes, terrenos esses que confrontam com terras de Sergio Junqueira Cobra, Theodoro Stein Sobrinho, Prefeitura Municipal de Poços de Caldas, Paulo Affonso Junqueira, Chacara dos Procopios, de propriedade de Christiano Ozorio de Oliveira, Domingos Theodoro de Azevedo e herdeiros de José Procopio de Azevedo, com terras de José Custodio Dias e com o Ribeirão da Serra, mediante as seguintes condições:

I — O titulo desta autorização, que será uma via autentica deste decreto, na forma do § 4º do art. 18 do Codigo de Minas, será pessoal e sómente transmissivel nos casos previstos no n. 1 do art. 19 do mencionado Codigo;

II — Esta autorização durará dous (2) annos, podendo ser renovada na conformidade do art. 20 do Codigo de Minas, e o campo da pesquisa é o indicado neste artigo, não podendo exceder os limites da propriedade em questão;

III — A pesquisa seguirá um plano preestabelecido, que será organizado pelos autorizados e submettido á approvação do Governo, ouvido o Departamento Nacional da Producção Mineral;

IV — O Governo fiscalizará a execução do plano de que trata o numero anterior, podendo mesmo alteral-o, para melhor orientação da marcha dos trabalhos;

V — Na conclusão dos trabalhos de pesquisa, sem prejuizo de quaesquer informações pedidas pelo Governo no curso delles, os autorizados deverão apresentar ao Departamento Nacional da Producção Mineral do Ministerio da Agricultura um relatório circunstanciado, acompanhado de perfis geologicos e plantas, em tela e copia, onde sejam indicados com exactidão os cortes que se houverem feito no terreno, o maximo da profundidade que houverem attingido os trabalhos de pesquisa, bem como de outros esclarecimentos que se tornarem necessarios para o reconhecimento e apreciação da jazida.

VI — Do minerio e material extrahido, os autorizados não poderão utilizar-se senão de pequenas quantidades, sufficientes para analyses e ensaios industriaes, só podendo dispôr do mais depois de iniciada a lavra;

VII — Serão respeitados os direitos de terceiros, resarcindo os autorizados damnos e prejuizos que occasionarem, a quem de direito, e não respondendo o Governo pelas limitações que possam sobrevir ao titulo, da opposição dos ditos direitos.

Art. 2.º Esta autorização será considerada abandonada, para o effeito do parágrafo unico do art. 27 do Codigo de Minas, nas seguintes condições:

I — Si os autorizados não iniciarem os trabalhos de pesquisa dentro dos seis (6) primeiros mezes contados da data da autorização;

II — Si interromperem os trabalhos depois de iniciados por igual espaço de tempo, salvo motivo de força maior, a juizo do Governo;

III — Si não apresentarem o plano dos trabalhos em tempo util para poderem dar inicio á sua execução dentro do prazo a que allude o n. I deste artigo;

IV — Si, findo o prazo da autorização, sem ter sido renovada na forma do art. 20 do Código de Minas, não apresentarem, dentro de um (1) mez, o relatório final, nas condições especificadas no n. V do artigo anterior;

Art. 3.º Si os autorizados infringirem o n. I ou o n. VI do art. 1.º, ou não se submeterem ás exigencias da fiscalização, será annullada esta autorização na forma do art. 28 do Código de Minas.

Art. 4.º O título a que allude o n. I do art. 1.º pagará de sello a quantia de quinhentos mil réis (500\$000) e só será valido depois de transcripto no respectivo registro após o pagamento do sello, na forma do § 5º do art. 18 do Código de Minas.

Art. 5.º Os interessados deverão satisfazer o pagamento da taxa da publicação deste decreto no *Diário Official* dentro de trinta (30) dias, contados da data do convite para esse fim publicado naquelle órgão official, sob pena de ficar sem effecto o presente decreto.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1934, 113ª da Independência e 46ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

---

DECRETO N. 137 — DE 9 DE NOVEMBRO DE 1934

*Autoriza a Companhia Mogyana de Estradas de Ferro a adquirir dous motores para a linha de Rio Grande e Caldas, em lugar de um motor, como consta do decreto n. 22.076, de 11 de novembro de 1932*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requeru a Companhia Mogyana de Estradas de Ferro, e de accordo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Fica a Companhia Mogyana de Estradas de Ferro autorizada a adquirir, para a linha de Rio Grande e Caldas, dous motores de 5 HP. corrente triphasica, com reostato em banho de oleo, chave, etc., em lugar de um motor triphasico de anneis de 10 HP, como consta do artigo unico, n. 1, do decreto n. 22.076, de 11 de novembro de 1932.

§ 1.º A despesa, depois de devidamente apurada em regular tomada de contas, correrá por conta da taxa adicional de 10 % sobre as tarifas em vigor, até o maximo de 5:460\$000 (cinco contos quatrocentos e sessenta mil réis), conforme orçamento que ora baixa, rubricado pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado de Ministerio da Viação e Obras Publicas.

§ 2.º Para aquisição dos dois motores fica fixado o prazo de quatro mezes, a contar da data em que a requerente for notificada deste decreto.

Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1934, 115.ª da Independência e 46.ª da República.

GETULIO VARGAS,

*Marques dos Reis.*

DECRETO N. 128 — DE 9 DE NOVEMBRO DE 1934

*Approva os projectos e orçamentos para execução de diversas obras na Rêde de Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que solicitou o Estado do Rio Grande do Sul, e de accôrde com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados os projectos e orçamentos nas importancias em seguida discriminadas, os quaes a este acompanham, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, para execução das obras abaixo descriptas, na Rêde de Viação Férrea Federal arrendada ao referido Estado:

- |   |              |
|---|--------------|
| a) construcção de uma casa para moradia do encarregado da parada "Paula Gomes", no km. 78 + 500 da linha de Santa Maria a Uruguyana . . . . . | 53:879\$852  |
| b) construcção de uma garage triplíce, na estação de Passo Fundo, no km. 352 + 703 da linha de Santa Maria a Marcellino Ramos . . . . .       | 17:519\$882  |
| c) reforma e ampliação das officinas situadas na estação de Rio Grande, no km. 599 + 430 da linha de Cacequy a Rio Grande . . . . .           | 953:817\$620 |

§ 1.º De conformidade com o disposto na clausula I e no item 2.º da clausula II do termo decorrente do decreto numero 18.551, de 31 de dezembro de 1928, pelo qual foi modificado o contracto de arrendamento da citada Rêde, autorizado pelo decreto n. 15.438, de 10 de abril de 1922, as despesas que forem realmente effectuadas e apuradas em regular tomada de contas, até o maximo de cada um dos orçamentos ora approvados, já attendida a correção feita pela Inspectoria Federal das Estradas no relativo á obra de que trata a alinea c, serão inscriptas na conta do "Fundo de melhoramentos" a que se refere a alludida clausula I.

§ 2.º Para a conclusão das obras descriptas nas alíneas *a* e *c* ficam fixados, respectivamente, os prazos de 6, 2 e 18 mezes, todos a contar da data em que a Rede fôr notificada deste decreto.

Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica..

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

DECRETO N. 139 — DE 13 DE NOVENBRO DE 1934

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte da União das Republicas Sovieticas Socialistas, da Convenção para a unificação de certas regras relativas ao transporte aereo internacional, e do Protocollo Adicional a essa Convenção, ambos firmados em Varsovia, em 1929.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito, no Ministerio dos Negocios Estrangeiros da Polonia, em 20 de agosto ultimo, do instrumento de ratificação, por parte da União das Republicas Sovieticas Socialistas, da Convenção para a unificação de certas regras relativas ao transporte aereo internacional, e do Protocollo Adicional a essa Convenção, firmados em Varsovia em 12 de outubro de 1929 — ratificação comunicada ao Ministerio das Relações Exteriores pela Legação da Polonia nesta Capital.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

DECRETO N. 140 — DE 13 DE NOVENBRO DE 1934

*Faz publica a adhesão do Chile á Convenção internacional para a repressão do trafico de mulheres brancas, firmada em Paris, em 1910.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão do Chile á Convenção internacional para a repressão do trafico de mulheres brancas, assignada em Paris a 4 de maio de 1910, notificada ao Governo francez por nota, datada de 24 de setembro ultimo, do ministro do Chile

em Paris, conforme informação fornecida ao Ministerio das Relações Exteriores pela Embaixada da França nesta Capital.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

DECRETO N. 141 — DE 13 DE NOVEMBRO DE 1934

*Autoriza o cidadão brasileiro Olyntho Couto de Aguirre, por si ou sociedade que organizar, e sem prejuizo do que determina o art. 10 do decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934, (Codigo de Minas), a pesquisar turfa e seus similares em terrenos de sua propriedade denominados "Terra Vermelha", situados no terceiro (3°) districto de Barra do Jacú, no municipio do Espirito Santo, actual municipio de Victoria, no Estado do Espirito Santo*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1°, da Constituição, e tendo em vista o decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Olyntho Couto de Aguirre, por si ou sociedade que organizar, e sem prejuizo do que petermina o art. 10 do decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas), a pesquisar turfa e seus similares em terrenos de sua propriedade denominados "Terra Vermelha", situados no terceiro (3°) districto de Barra do Jacú, no municipio do Espirito Santo, actual municipio de Victoria, no Estado do Espirito Santo, e mediante as seguintes condições:

I — O titulo desta autorização, que será uma via autentica deste decreto, na forma do § 4° do art. 18 do Codigo de Minas, será pessoal e sómente transmissivel nos casos previstos no n. 1. do art. 19 do mencionado Codigo;

II — Esta autorização durará deus (2) annos, podendo ser renovada na conformidade do art. 20 do Codigo de Minas e o **Campo da pesquisa** é o indicado neste artigo, não podendo exceder os limites da propriedade no mesmo referida;

III — A pesquisa seguirá um plano preestabelecido, que será organizado pelo autorizado e submettido á aprovação do Governo, ouvido o Departamento Nacional da Produção Mineral;

IV — O Governo fiscalizará a execução do plano de que trata o numero anterior, podendo alteral-o para melhor orientação da marcha dos trabalhos;

V — Na conclusão dos trabalhos de pesquisa, sem prejuizo de quaesquer informações pedidas pelo Governo no curso delles, o autorizado deverá apresentar ao Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministerio da Agricultura, um relatório circunstanciado, acompanhado de perfis geologicos



e plantas, em tela e cópia, onde sejam indicados com exactidão os côrtes que se houverem feito no terreno, o maximo da profundidade que houverem attingido os trabalhos de pesquisa, a inclinação e direcção do deposito que se houver descoberto, espessura media e área do mesmo, bem como de outros esclarecimentos que se tornarem necessarios para o reconhecimento e apreciação da jazida;

VI — Do minério e material extrahido, o autorizado não poderá utilizar-se senão de pequenas quantidades, sufficientes para analyses e ensaios industriais, só podendo dispôr do mais depois de iniciada a lavra;

VII — Serão respeitadas os direitos de terceiros, resarcindo o autorizado damnos e prejuizos que occasionar, a quem de direito, e não respondendo o Governo pelas limitações que possam sobrevir ao título, da opposição dos ditos direitos.

Art. 2.º Esta autorização será considerada abandonada, para o effeito do paragrapho unico do art. 27 do Codice de Minas, nas seguintes condições:

I — Si o autorizado não iniciar os trabalhos de pesquisa dentro dos seis (6) primeiros mezes contados da data da autorização;

II — Si interromper os trabalhos de pesquisa, depois de iniciados por igual espaço de tempo, salvo motivo de força maior, a juizo do Governo;

III — Si não apresentar o plano dos trabalhos de pesquisa em tempo útil para poder dar inicio á sua execução dentro do prazo a que allude o n. I deste artigo;

IV — Si, findo o prazo da autorização, sem ter sido renovada na fórma do art. 20 do Codice de Minas, não apresentar, dentro de um (1) mez, o relatorio final, nas condições especificadas no n. V do artigo anterior.

Art. 3.º Si o autorizado infringir o n. I ou o n. VI do art. 1.º, ou não se submeter ás exigencias da fiscalização, será annullada esta autorização na fórma do art. 28 do Codice de Minas.

Art. 4.º O título a que allude o n. I, do art. 1.º pagará de sello a quantia de duzentos mil réis (200\$000) e só será valido depois de transcripto no respectivo registro após o pagamento do sello, na fórma do § 5º do art. 18 do Codice de Minas.

Art. 5.º O interessado deverá satisfazer o pagamento da taxa da publicação dèste decreto no *Diario Official*, dentro de trinta dias, contados da data do convite para esse fim publicado naquelle órgão official, sob pena de ficar sem effeito o presente decreto.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Odilon Braga.

DECRETO N. 142 — DE 16 DE NOVEMBRO DE 1934

*Rectifica os arts. 98 e 100 do regulamento para as Capitânicas de Portos, approvado pelo decreto n. 24.288, de 24 de maio de 1934*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve, de conformidade com o disposto no art. 623 do Regulamento para as Capitânicas de Portos, approvado pelo decret n. 24.288, de 24 de maio de 1934, sem prejuizo de outras medidas que baseadas no mesmo artigo, possam ser adoptadas opportunamente, rectificar os arts. 98 e 100 do mesmo regulamento, que passam a ler a seguinte redacção:

"Art. 98. Os edificios occupados pelas citadas repartições deverão ser localizados nas proximidades do porto e sempre que possível, com accomodações para a residencia do capitão de portos, dos delegados ou escripturarios, ajudante e patrão-mór, bem como para o aquartelamento do pessoal maritimo militar ou civil e guarda do material."

"Art. 100. Enquanto taes repartições não offrem installadas nas condições acima estabelecidas, ao pessoal, com direito a residencia e aquartelamento, será abonado auxilio pecuniario, a titula de aluguel de casa, desde que no organimento haja dotação propria para a respectiva despesa."

Rio de Janeiro, em 16 de novembro de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Prologenes Pereira Guimarães.*

DECRETO N. 143 — DE 16 DE NOVEMBRO DE 1934

*Approva a revisão do projecto e orçamento do trecho inferior comprehendido entre as estacas 352 e 720-|-10 da variante do rio Jacob da estrada de rodagem Santo Antonio a Therezopolis, no Estado do Rio de Janeiro.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que propoz a Commissão de Estradas de Rodagem Federaes e tendo em vista os pareceres prestados:

Decreta:

Artigo unico. Fica approvada a revisão do projecto e orçamento, na importancia de 618:033\$824 (seiscentos e dezoito contos trinta e tres mil oitocentos e vinte e quatro réis), que com este baixam rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, para construcção do trecho inferior, comprehendido entre as estacas 352 e 720-|-10, da variante do rio Jacob da estrada de rodagem de Santo Antonio a Therezopolis, no Estado do Rio de Janeiro, a que se refere o decreto n. 22.941, de 11 de julho de 1933.

Paragrapho unico. A largura da estrada, não só do trecho inferior, como dos ainda não construidos, fica reduzida de 8 para 7 metros.

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

DECRETO N. 144 — DE 16 DE NOVEMBRO DE 1934

*Considera dispensados varios empregados para effeito de abono de dous mezes de vencimentos*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, considerando que o abono de dous mezes de vencimentos aos empregados dispensados nas condições previstas nos decretos ns. 19.552, de 31 de dezembro de 1930, 19.878, de 17 de abril, e 20.770, de 10 de dezembro de 1931, ficou dependente da expedição do decreto declaratorio da dispensa desses empregados, com as indicações necessarias afim de se lhes conceder o referido abono, o que, á vista dos competentes processos, poderá ser feito aos ex-empregados, e que foram dispensados durante os annos de 1930, 1931 e 1933.

**Decreta:**

Para os effeitos dos decretos ns. 19.552, de 31 de dezembro de 1930, 19.878, de 17 de abril e 20.770, de 10 de dezembro de 1931, ficam considerados dispensados, nas datas abaixo mencionadas, os seguintes ex-empregados:

Na Estrada de Ferro Central do Brasil:

Paulo Mario de Camargo Ozorio, auxiliar medico do ex-tincto Serviço Sanitario, 31-12-930.

Domingos Olympio Cavalcanti de Saboya, idem, idem, idem, 31-12-930.

Vicente Gallo, idem, idem, idem, 31-12-930.

Na Rede de Vição Cearense:

Bemvindo Lopes da Costa, operario da 3ª Divisão, 6 de setembro de 1931.

Manoel Cavalcante, trabalhador da 4ª Divisão, 1 de julho de 1931.

Luiz Pereira, trabalhador da 4ª Divisão, 1 de julho de 1931.

Dulce Marinho de Andrade, dactylographa da 5ª Divisão, (E. Ferro de Sobral), 11-2-931.

Na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil:

Pedro Moraes Barbosa, auxiliar de escripta de 1ª classe, 2-12-930.

Na Inspectoria Federal de Obras contra as Seccas:  
Mario Perdigão Bastos, auxiliar do Almocharifado do 1º  
distrito, 1-4-931.

Da Comissão de Estradas de Rodagem Federaes:  
Agenor Esteves, motorista, 31-4-933.

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1934, 113º da Inde-  
pendencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

DECRETO N. 145 — DE 16 DE NOVEMBRO DE 1934

*Approva o projecto e orçamento, na importancia de 11:792\$343,  
relativos á construcção de um triangulo de reversão  
na linha de Sapucahy, da Rede Mineira de Viação*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil  
atendendo ao que requerem a Rede Mineira de Viação, e  
accôrdo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados o projecto e orçamento  
que com este baixam, rubricados pelo director geral de Expe-  
diente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e  
Obras Publicas, de accôrdo com os quaes foi construido pela  
Rede Mineira de Viação, á vista dos motivos por ella expostos  
e confirmados pela Inspectoria Federal das Estradas, um  
triangulo de reversão no kilometro 164 + 055 da linha de Sa-  
pucahy, da Estrada de Ferro Sul de Minas, e cujos trabalhos  
foram concluidos em março de 1932.

Paragrapho unico. Fica approvada a escripturação, na  
conta do "fundo de melhoramentos" da referida Rede, das des-  
pezas effectuadas com a construcção do triangulo e com a  
aquisição dos terrenos á mesma necessarios, aquellas, na  
importancia de 11:792\$343 e estas na de 2:991\$200, no total  
de 14:783\$543 (quatorze contos setecentos e oitenta e tres mil  
quinhentos e quarenta e tres réis), conforme o referido orça-  
mento, á vista do disposto nas clausulas II (parte inicial) e IV  
do termo decorrente do decreto n. 48.699, de 12 de abril de  
1929, que modificou o contracto de arrendamento celebra-  
do nos termos do decreto n. 45.406, de 22 de março de 1922.

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1934, 113º da Inde-  
pendencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

## DECRETO N. 146 — DE 19 DE NOVEMBRO DE 1934

*Proroga, por mais sessenta dias, o prazo de que trata o artigo 68 do decreto n. 24.776, de 14 de julho de 1934*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo á procedencia dos motivos allegados pela Associação Brasileira de Imprensa sobre a insufficiencia do prazo concedido ás empresas jornalisticas para o cumprimento das formalidades exigidas pelo art. 68 do decreto numero 24.776, de 14 de julho deste anno;

Attendendo a que, apesar de haver sido aquelle prazo, prorogado por mais sessenta dias pelo decreto n. 59, de 14 de setembro do mesmo anno, forçoso é reconhecer que nem todas as empresas tiveram tempo sufficiente para promover seu registro legal, maximé aquellas que, de accôrdo com o art. 131 da Constituição da Republica, devem previamente transformar sua fórmula de organização social;

Decreta:

Art. 1.º Fica prorogado por mais sessenta dias, a contar de 14 do corrente mez, o prazo a que se referem o art. 68 do decreto n. 24.776, de 14 de julho de 1934, e o decreto n. 59, de 14 de setembro do mesmo anno.

Art. 2.º O novo prazo concedido pelo presente decreto será improrogavel, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, em 19 de novembro de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Ráo.

## DECRETO N. 147 -- DE 20 DE NOVEMBRO DE 1934

*Faz publica a adhesão da Belgica á Convenção de Berna para a protecção das obras litterarias e artisticas, revista, pela ultima vez, em Roma em 1928*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publica a adhesão da Belgica á Convenção de Berna para a protecção das obras litterarias e artisticas, revista, pela ultima vez, em Roma a 2 de junho de 1928, devendo tal adhesão ter validade a partir de 7 de outubro de 1934, conforme communicação feita no Ministerio das Relações Exteriores pela Legação da Suissa nesta capital.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

José Carlos de Macedo Soares.

## DECRETO N. 148 — DE 20 DE NOVEMBRO DE 1934

*Autoriza os cidadãos brasileiros Godofredo Leite Fiusa e Manoel Ignacio Bastos, por si ou sociedade que organizarem, a pesquizarem ouro alluvionar em toda a extensão dos leitos e margens devolutas dos correços "Novo" e "Fumaça", afluentes da margem esquerda do rio Itapicurú-assú, e "Payáyá" e "Cannavieiras", afluentes da margem direita do mesmo rio Itapicurú-assú, e também no leito e margens devolutas de dois (2) pequenos riberiões formadores do citado correço "Payáyá", e bem assim no leito e margens devolutas do rio Itapicurú-assú, em uma extensão de cerca de setenta e cinco (75) kilometros, rio abaixo, a partir da ponte da E. F. Este Brasileiro sobre o citado rio (Km. 501+200 ms.), até o desague no rio Itapicurú-mirim, correços e trecho de rio estes situados nos municípios de Campo Formoso, Saude e Queimados, no Estado da Bahia*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição, e tendo em vista o decreto n. 24.612, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas), decreta:

Art. 1.º Ficam autorizados os cidadãos brasileiros Godofredo Leite Fiusa e Manoel Ignacio Bastos, por si ou sociedade que organizarem, a pesquizarem ouro alluvionar em toda a extensão dos leitos e margens devolutas dos correços "Novo" e "Fumaça", afluentes da margem esquerda do rio Itapicurú-assú e "Payáyá" e "Cannavieiras", afluentes da margem direita dos mesmo rio Itapicurú-assú, e também no leito e margens devolutas de dois (2) pequenos riberiões formadores do citado correço "Payáyá", e, bem assim, no leito e margens devolutas do rio Itapicurú-assú, em uma extensão de cerca de setenta e cinco (75) kilometros, rio abaixo, a partir da ponte da Estrada de Ferro Este Brasileiro sobre este rio (Km. 501+200 ms.), até o seu desague no rio Itapicurú-mirim, correços e trecho de rio estes situados nos municípios de Campo Formoso, Saude e Queimados, no Estado da Bahia, e mediante as seguintes condições:

I — O titulo desta autorização, que será uma via autentica deste decreto na forma do § 4º do art. 18 do Codigo de Minas, será pessoal e somente transmissivel nos casos previstos no n. I do art. 19 do referido Codigo;

II — Esta autorização durará dois (2) annos, podendo ser renovada na conformidade do art. 20 do Codigo de Minas, e o campo da pesquisa é o indicado neste artigo, não podendo exceder os limites no mesmo marcados;

III — A pesquisa seguirá um plano preestabelecido, que será organizado pelos autorizados e submettido á approvação do Governo, ouvido o Departamento Nacional de Produção Mineral;

IV — O Governo fiscalizará a execução do plano de que trata o numero anterior, podendo mesmo alteral-o, para melhor orientação da marcha dos trabalhos;

V — Na conclusão dos trabalhos de pesquisa, sem prejuizo de quaesquer informações pedidas pelo Governo no curso delles, os autorizados deverão apresentar ao Departamento Nacional da Producção Mineral do Ministerio da Agricultura um relatório circunstanciado, acompanhado de perfis geologicos e plantas, em tela e cópia, onde sejam indicados com exactidão os cortes que se houverem feito no campo da pesquisa, o maximo da profundidade que houverem attingido os trabalhos de pesquisa, a inclinação e direcção de deposito alluvionar que se houver descoberto, espessura media e area do mesmo, seu volume e teor médio em ouro por metro cubico, bem como de outros esclarecimentos que se tornarem necessarios para o reconhecimento e apreciação da jazida;

VI — Do minerio e material extrahido, os autorizados não poderão utilizar-se senão de pequenas quantidades, sufficientes para analyses e ensaios industriaes, só podendo dispôr do mais depois de iniciada a lavra;

VII — Os autorizados não poderão prejudicar o trabalho dos fascadores e garimpeiros porventura existentes nos corre-gos e trecho de rio objecto desta autorização, desde que o referido trabalho se exerça na forma da respectiva legislação;

VIII — Ficam resalvados os interesses da fluctuação no trecho do rio a que se refere esta autorização, sujeitando-se, portanto, os autorizados ás exigencias que lhe forem impostas, neste sentido, pelas autoridades competentes;

IX — Serão respeitadas os direitos de terceiros, resarcindo os autorizados damnos e prejuizos que occasionarem, a quem de direito, e não respondendo o Governo pelas limitações que possam sobrevir ao titulo, da opposição dos ditos direitos.

Art. 2.º Este autorização é dada sem prejuizo do que determina o n. VIII do art. 19 doCodigo de Minas.

Art. 3.º Esta autorização será considerada abandonada, para o effeito do pragrapho unico do art. 27 doCodigo de Minas, nas seguintes condições:

I — Si os autorizados não iniciarem os trabalhos de pesquisa dentro dos seis (6) primeiros mezes contados da data da autorização;

II — Si interromperem os trabalhos de pesquisa, depois de iniciados por igual espaço de tempo, salvo motivo de força maior, a juizo do Governo;

III — Si não apresentarem o plano dos trabalhos de pesquisa em tempo util para poderem dar inicio á sua execução dentro do prazo a que allude o n. I deste artigo;

IV — Si, findo o prazo da autorização, sem ter sido renovada na forma do art. 20 doCodigo de Minas, não apresentarem, dentro de um (1) mez, o relatório final, nas condições especificadas no n. V, do art. 1.º

Art. 4.º Si os autorizados infringirem o n. I ou o n. VI do art. 1.º, ou não se submeterem ás exigencias da fiscalização, será annullada esta autorização, na forma do art. 28 doCodigo de Minas.

Art. 5.º O titulo a que allude o n. I do art. 1.º pagará de sello a quantia de quinhentos mil réis (500\$000) e só será valido depois de transcripto no respectivo registro após o pagamento do sello, na fôrma do § 5.º do art. 18 do Codigo de Minas.

Art. 6.º Os interessados deverão satisfazer o pagamento da taxa da publicação deste decreto no *Diario Official*, dentro de trinta (30) dias, contados da data do convite para esse fim publicado naquella orgão official, sob pena de ficar sem effeito o presente decreto.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1934, 113.º da Independencia e 46.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

---

DECRETO N. 149 DE 20 DE NOVEMBRO DE 1934

*Autoriza o cidadão brasileiro José Isaac Mendel, sem prejuizo do que determina o art. 10 do decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas), a pesquisar ouro em terras de sua propriedade, em uma area de oitenta (80) alqueires, sitas á fazenda denominada "Osso d'Anta", nas margens do arroio do mesmo nome, situada a dita fazenda no municipio de São José dos Pinhaes, no Estado do Paraná*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição, e tendo em vista o decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro José Isaac Mendel, sem prejuizo do que determina o art. 10 do decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas), a pesquisar ouro em terras de sua propriedade, em uma area de oitenta (80) alqueires, sitas á fazenda denominada "Osso d'Anta", nas margens do arroio do mesmo nome, situada a dita fazenda no municipio de São José dos Pinhaes, no Estado do Paraná, mediante as seguintes condições:

I — O titulo desta autorização, que será uma via autentica deste decreto, na fôrma do § 4.º do art. 18 do Codigo de Minas, será pessoal e sómente transmissivel no caso de herdeiros necessarios e conjuge sobrevivente, bem como no de successão commercial;

II — Esta autorização durará dous (2) annos, podendo ser renovada na conformidade do art. 20 do Codigo de Minas, e o campo da pesquisa é o indicado neste artigo, não podendo exceder os oitenta alqueires de terras marcadas no mesmo;



III — A pesquisa seguirá um plano preestabelecido, que será organizado pelo autorizado e submettido á approvação do Governo, ouvido o Departamento Nacional da Produção Mineral;

IV — O Governo fiscalizará a execução do plano de que trata o numero anterior, podendo mesmo alteral-o para melhor orientação da marcha dos trabalhos;

V — Na conclusão dos trabalhos de pesquisa, sem prejuizo de quaesquer informações pedidas pelo Governo no curso delles, o autorizado deverá apresentar ao Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministerio da Agricultura, um relatório circunstanciado acompanhado de perfis geologicos e plantas, em tela e cópia, onde sejam indicados com exactidão os côrtes que se houverem feito no terreno, o maximo da profundidade que houverem attingido, os trabalhos de pesquisa, a indicação e direcção do veado ou deposito que se houver descoberto, espessura média e area do mesmo, seu volume e teor médio em ouro por metro cubico, bem como de outros esclarecimentos que se tornarem necessarios para o reconhecimento e apreciação da jazida;

VI — Do minerio e material extrahido, o autorizado não poderá utilizar-se senão de pequenas quantidades, sufficientes para analyses e ensaios industriaes, só podendo dispor do mais depois de iniciada a lavra;

VII — Serão respeitadas os direitos de terceiros, resarcindo o autorizado, damnos e prejuizos que occasionar, a quem de direito, e não respondendo o Governo, pelas limitações que possam sobrevir ao título, da opposição dos ditos direitos.

Art. 2.º Esta autorização será considerada abandonada, para o effeito do paragrapho unico do art. 27 do Codigo de Minas, nas seguintes condições:

I — Si o autorizado não iniciar os trabalhos de pesquisa dentro dos seis (6) primeiros mezes contados da data da autorização;

II — Si interromper os trabalhos de pesquisa, depois de iniciados, por igual espaço de tempo, salvo motivo de força maior, a juizo do Governo;

III — Si não apresentar o plano dos trabalhos de pesquisa em tempo util, para poder dar inicio á sua execução, dentro do prazo a que allude o n. I deste artigo;

IV — Si, findo o prazo da autorização, sem ter sido re-novada na fórma do art. 20 do Codigo de Minas, não apresentar, dentro de um (1) mez, o relatório final, nas condições especificadas no n. V do artigo anterior.

Art. 3.º Si o autorizado infringir o n. I ou o n. VI do art. 1.º, ou não se submeter ás exigencias da fiscalização, será annullada esta autorização, na fórma do art. 28 do Codigo de Minas.

Art. 4.º O título a que allude o n. I do art. 1.º pagará de sello a quantia de quatrocentos mil réis (400\$000) e só será valido depois de transcripto no respectivo registro após o pagamento do sello, na fórma do § 5.º do art. 18 do Codigo de Minas.

Art. 5.º O interessado deverá satisfazer o pagamento da taxa da publicação deste decreto no *Diário Official*, dentro de trinta (30) dias, contados da data do convite para esse fim publicada naquella orgão official, sob pena de ficar sem effecto o presente decreto.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1934, 113ª da Independencia e 46ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

---

DECRETO N. 150 — NÃO FOI PUBLICADO

DECRETO N. 151 — NÃO FOI PUBLICADO

---

DECRETO N. 152 — DE 20 DE NOVEMBRO DE 1934

*Prorroga por seis (6) mezes, isto é, até cinco (5) de junho de 1935, o prazo concedido a Constantino Badesco Dutza, de que trata o n. III do art. 1º do decreto numero 23.558, de 5 de dezembro de 1933, prazo este a expirar-se em 5 de dezembro do corrente anno.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1º, da Constituição;

Decreta:

Art. 1º — Fica prorogado por seis mezes, isto é, até cinco (5) de junho de 1935, o prazo concedido a Constantino Badesco Dutza, de que trata o n. III do art. 1º do decreto n. 23.558, de 5 de dezembro de 1933, e a expirar-se em 5 de dezembro do corrente anno, para a organização de uma sociedade para exploração de contracto de compra ou arrendamento de terras onde occorrem jazidas de asphalto, terras estas pertencentes a Francisco Alves e sua mulher, D. The-reza Porto Alves, e situadas no município de Anhemby, comarca de Botucatu, Estado de São Paulo.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1934, 113ª da Independencia e 46ª da Republica.

.. GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

---

## DECRETO N. 153 — DE 20 DE NOVEMBRO DE 1934

*Proroga por sessenta (60) dias, isto é, até 14 de dezembro de 1934, o prazo concedido a Jayr P. S. Porto e Benjamin F. S. Barradas, pelo decreto n. 23.183, de 5 de outubro de 1933, e publicado no "Diário Official" de 14 de abril de 1934.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1.º, da Constituição, e tendo em vista o art. 87 do decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934, (Codigo de Minas);

Decreta:

Art. 1.º Fica prorogado por sessenta (60) dias, isto é, até 14 de dezembro de 1934, o prazo concedido a Jayr P. S. Porto e Benjamin F. S. Barradas, pelo decreto n. 23.183, de 5 de outubro de 1933, e publicado no *Diário Official*, de 14 de abril de 1934, para a aquisição de terras com minerios de bismutho, tungstenio e glucínio, situadas no districto de São José de Brejaúba, no municipio de Conceição do Serro, no Estado de Minas Geraes, — sem prejuizo, todavia, da disposição constante no § 2º do art. 5º do Codigo de Minas.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

## DECRETO N. 154 — DE 20 DE NOVEMBRO DE 1934

*Autoriza o cidadão brasileiro Roberto Muller, por si ou sociedade que organizar, a pesquisar ouro no leito do rio Itajahy-mirim e no do ribeirão do Ouro, numa extensão total de dez (10) kilometros, sendo cinco (5) kilometros no leito do rio Itajahy-mirim, rio abaixo, a partir de sua confluencia com o ribeirão do Ouro, seu affluente, e cinco (5) kilometros no leito do ribeirão do Ouro, rio acima, a partir tambem de sua desembocadura no citado rio Itajahy-mirim, trechos esses situados no lugar denominado "Ribeirão do Ouro", no districto de Porto Franco, municipio de Brusque, Estado de Santa Catharina.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1.º, da Constituição, e tendo em vista o decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas);

Decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Roberto Muller, por si ou sociedade que organizar, a pesquisar ouro

no leito do rio Itajahy-mirim e no do ribeirão do Ouro, numa extensão total de dez (10) kilometros, sendo cinco (5) kilometros no leito do rio Itajahy-mirim, rio abaixo, a partir de sua confluencia com o ribeirão do Ouro, seu afluente, e cinco (5) kilometros no leito do ribeirão do Ouro, rio acima, a partir tambem de sua desembocadura no citado rio Itajahy-mirim, trechos esses situados no lugar denominado "Ribeirão do Ouro", no districto de Porto Franco, municipio de Brusque, Estado de Santa Catharina, e mediante as seguintes condições:

I — O titulo desta autorização, que será uma via authentica deste decreto, na fórmula do § 4º do art. 18 do Codigo de Minas, será pessoal e sómente transmissivel nos casos previstos no n. I do art. 19 do referido Codigo;

II — Esta autorização durará dous (2) annos, podendo ser renovada na conformidade do art. 20 do Codigo de Minas, e o campo da pesquisa é o indicado neste artigo, não podendo exceder á extensão no mesmo marcada;

III — A pesquisa seguirá um plano preestabelecido, que será organizado pelo autorizado e submettido á approvação do Governo, ouvido o Departamento Nacional da Produçãõ Mineral;

IV — O Governo fiscalizará a execução do plano de que trata o numero anterior, podendo mesmo alteral-o, para melhor orientação da marcha dos trabalhos;

V — Na conclusão dos trabalhos de pesquisa, sem prejuizo de quaesquer informações pedidas pelo Governo no curso delles, o autorizado deverá apresentar ao Departamento Nacional da Produçãõ Mineral do Ministerio da Agricultura um relatório circunstanciado, acompanhado de perfis geologicos e plantas, em tela e cópia, onde sejam indicados com exactidão os côrtes que se houverem feito no campo da pesquisa, o maximo da profundidade que houverem attingido os trabalhos de pesquisa, a inclinação e direcção do veioiro ou deposito que se houver descoberto, espessura média e área do mesmo, seu volume e teor médio em ouro por metro cubico, bem como outros esclarecimentos que se tornarem necessários para o reconhecimento e apreciação da jazida;

VI — Do minerio e material extrahido, o autorizado não poderá utilizar-se senão de pequenas quantidades, sufficientes para analyses e ensaios industriaes, só podendo dispôr do mais depois de iniciada a lavra;

VII — O autorizado não poderá prejudicar o trabalho dos faiseadores e garimpeiros porventura existentes nos trechos dos rios objecto desta autorização, desde que o referido trabalho se exerça na fórmula da respectiva legislação;

VIII — Ficam resalvados os interesses da navegação e da fluctuação nos trechos dos rios a que se refere esta autorização, sujeitando-se, portanto, o autorizado ás exigencias que lhe forem impostas neste sentido pelas autoridades competentes;

IX — Serão respeitadõs os direitos de terceiros, resarcindo o autorizado damnos e prejuizos que occasionar, a quem de direito, e não respondendo o Governo pelas limitações que possam sobrevir ao titulo, da opposição dos ditos direitos.

Art. 2.º Esta autorização é dada sem prejuizo do que determina o n. VIII do art. 19 do Codigo de Minas.

Art. 3.º Esta autorização será considerada abandonada, para o effeito do paragrapho unico do art. 27 doCodigo de Minas, nas seguintes condições:

I — Si o autorizado não iniciar os trabalhos de pesquisa dentro dos seis (6) primeiros mezes contados da data da autorização;

II — Si interromper os trabalhos de pesquisa, depois de iniciados, por egual espaço de tempo, salvo motivo de força maior, a juizo do Governo;

III — Si não apresentar o plano dos trabalhos de pesquisa em tempo util para poder dar inicio á sua execução dentro do prazo a que allude o n. I deste artigo;

IV — Si, findo o prazo da autorização, sem ter sido renovado na forma do art. 20 doCodigo de Minas, não apresentar, dentro de trinta (30) dias, o relatório final, nas condições especificadas no n. V do art. 1.º.

Art. 4.º Si o autorizado infringir o n. I ou o n. VI do art. 1.º, ou não se submeter ás exigencias da fiscalização, será annullada esta autorização, na forma do art. 28 doCodigo de Minas.

Art. 5.º O titulo a que allude o n. I do art. 1.º pagará de sello a quantia de duzentos mil réis (200\$) e só será valido depois de transcripto no respectivo registro após o pagamento do sello, na forma do § 5.º do art. 18 doCodigo de Minas.

Art. 6.º O interessado deverá satisfazer o pagamento da taxa da publicação deste decreto no *Diario Official*, dentro de trinta (30) dias, contados da data do convite para esse fim publicado naquella orgão official, sob pena de ficar sem effeito o presente decreto.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1934, 113.º da Independencia e 46.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Odilon Braga.

#### DECRETO N. 155 — DE 20 DE NOVEMBRO DE 1934

*Autoriza os cidadãos brasileiros Godofredo Leite Fiusa e Manoel Ignacio Bastos, sem prejuizo do que determina o artigo 10 do decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas), a pesquisarem ouro em terrenos pertencentes ao Estado da Bahia, situados nos lugares denominados Itinga, Fumaça, Paciencia, Pindobassu e Milagres, no municipio de Campo Formoso, no referido Estado*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1.º, da Constituição, e tendo em vista o decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas), decreta:

Art. 1.º Ficam autorizados os cidadãos brasileiros Godofredo Leite Fiusa e Manoel Ignacio Bastos, sem prejuizo do que determina o art. 10, do decreto n. 24.642, de 10 de

Julho de 1934 (Codigo de Minas), a pesquisarem ouro nos terrenos pertencentes ao Estado da Bahia, como segue:

Numa área de cento e cincoenta (150) hectares, no município de Campo Formoso, vindo de Bomfim em direcção a Jacobina, a começar do kilometro 483,139 da Estrada de Ferro Este Brasileira, em direcção á serra de Jacobina, cerca de tres (3) kilometros do lado direito da referida estrada de ferro, subindo a encosta da mesma serra entre as margens do riacho Fumaça, incluindo o seu leito até o sitio denominado Paciência, o mesmo comprehendido, situado na baixada;

Numa área de trezentos (300) hectares, partindo ainda da citada estrada de ferro do kilometro 491,850 por uma estrada de animais, e sempre em direcção á serra de Jacobina, a cerca de tres (3) kilometros dahi, contando desde o alto, entre as margens devolutas de um correjo denominado Novo, o leito do mesmo até a baixada;

Numa área de mais ou menos duzentos e cincoenta (250) hectares, partindo de Pindobassú, distante cerca de tres (3) kilometros em direcção á serra de Jacobina, comprehendendo o leito e margens devolutas do correjo denominado Bananeiras, até a baixada;

Numa área de duzentos (200) hectares, partindo de Itinga, passado o pontilhão da Estrada de Ferro Este Brasileira, acompanhando o riacho ali existente na subida em direcção á mesma serra de Jacobina, incluindo as margens devolutas e leito do riacho;

terrenos estes apresentando uma área total de novecentos (900) hectares, e mediante as seguintes condições:

I — O titulo desta autorização, que será uma via autentica deste decreto na forma do § 3º do art. 18 do Codigo de Minas, será pessoal e sómente transmissivel no caso de herdeiros necessarios e conjuge sobrevivente, bem como no de successão commercial;

II, esta autorização durará dois (2) annos, podendo ser renovada na conformidade do art. 20 do Codigo de Minas e o campo de pesquisa é o indicado neste artigo, não podendo exceder aos limites no mesmo marcados;

III, a pesquisa seguirá um plano preestabelecido que será organizado pelos autorizados e submettido á approvação do Governo, ouvido o Departamento Nacional da Produccão Mineral;

IV, o Governo fiscalizará a execução do plano de que trata o numero anterior, podendo mesmo alteral-o para melhor orientação da marcha dos trabalhos;

V, na conclusão dos trabalhos de pesquisa, sem prejuizo de quaesquer informações pedidas pelo Governo no curso delles, os autorizados deverão apresentar ao Departamento Nacional da Produccão Mineral do Ministerio da Agricultura um relatório circumstanciado, acompanhado de perfis geologicos e plantas, em tela e cópia, onde sejam indicados com exactidão os cortes que se houverem feito no terreno, o maximo da profundidade que houverem attingido os trabalhos de pesquisa, a inclinação e direcção do veicre ou deposito alluvionar que se houver descoberto, espessura média e área dos mesmos, theor médio em ouro por metro cubico, bem como de outros esclarecimentos que se tornarem necessarios para o reconhecimento e apreciação da jazida;

VI, do minerio e material extrahido, os autorizados não poderão utilizar-se senão de pequenas quantidades, sufficientes para analyses e ensaios industriaes, só podendo dispor do mais depois de iniciada a lavra;

VII, serão respeitadas os direitos de terceiros, ressarcindo os autorizados damnos e prejuizos que occasionarem, a quem de direito, e não respondendo o Governo pelas limitações que possam sobrevir ao titulo, da opposição dos ditos direitos.

Art. 2.º Esta autorização será considerada abandonada, para o effeito do paragrapho unico do art. 27 do Codigo de Minas, nas seguintes condições:

I, si os autorizados não iniciarem os trabalhos de pesquisa dentro dos seis (6) primeiros mezes contados da data da autorização;

II, si interromperem os trabalhos, depois de iniciados por igual espaço de tempo, salvo motivo de força maior, a juizo do Governo;

III, si não apresentarem o plano dos trabalhos em tempo util para poderem dar inicio á sua execução dentro do prazo a que allude o n. 1 deste artigo;

IV, si, findo o prazo da autorização, sem ter sido renovada na forma do art. 20 do Codigo de Minas, não apresentarem, dentro de um (1) mez, o relatorio final, nas condições especificadas no n. V do artigo anterior.

Art. 3.º Si os autorizados infringirem o n. I ou o n. VI do art. 1.º, ou não se submeterem ás exigencias da fiscalização, será annullada esta autorização na forma do art. 28 do Codigo de Minas.

Art. 4.º O titulo a que allude o n. I do art. 1.º pagará de sello a quantia de quinhentos mil réis (500\$000) e só será valido depois de transcripto no respectivo registro após o pagamento do sello, na forma do § 5º do art. 18 do Codigo de Minas.

Art. 5.º Os interessados deverão satisfazer o pagamento da taxa da publicação deste decreto no *Diario Official*, dentro de trinta (30) dias, contados da data do convite para esse fim publicado naquelle órgão official, sob pena de ficar sem effeito o presente decreto.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1934, 113ª da Independencia e 46ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

Odilon Braga.

---

## DECRETO N. 156 — DE 20 DE NOVEMBRO DE 1934

*Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 53:871\$000 para attender ao pagamento de differença de subsidio do Presidente da Republica*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 93 do Regulamento approved pelo decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1922, e usando da autorização contida no artigo unico da resolução de 14 de julho de 1934, da Assembléa Nacional Constituinte, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 53:871\$000 para attender, no periodo de 20 de julho ultimo a 31 de dezembro do corrente anno, ao pagamento da differença entre o subsidio do Chefe do Governo Provisorio, consignado na razão de 120:000\$ annuaes, á verba n. 1 do titulo 1 do art. 3º do decreto n. 24.167, de 25 de abril de 1934, e o subsidio fixado pela citada resolução, na razão de 240:000\$ annuaes, para o Presidente da Republica.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

## DECRETO N. 157 — DE 22 DE NOVEMBRO DE 1934

*Concede inspecção preliminar aos Cursos de Letras com o complemento de formação pedagogica á licença cultural do Instituto Superior de Pedagogia, Sciencias e Letras da capital do Estado de São Paulo*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o n. 1, do art. 56, da Constituição;

Attendendo a que o ministro da Educação e Saude Publica considerou satisfeitas pelo Instituto Superior da Pedagogia, Sciencias e Letras as exigencias contidas no decreto n. 23.546, de 5 de dezembro de 1933; e

Considerando o disposto no art. 11 do referido decreto:

Decreta:

Art. 1.º Ficam concedidas as prerogativas da inspecção preliminar, pelo prazo de dous annos, aos Cursos de Letras com o complemento de formação pedagogica á licença cultural



do Instituto Superior de Pedagogia, Sciencias e Letras da capital do Estado de São Paulo.

Art. 2.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

---

DECRETO N. 158 — NÃO FOI PUBLICADO

---

DECRETO N. 159 — DE 22 DE NOVEMBRO DE 1934

*Concede á "Metropole" Companhia Nacional de Seguros Geraes, autorização para funcionar e approva os seus estatutos*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a "Metropole" Companhia Nacional de Seguros Geraes, com séde nesta cidade do Rio de Janeiro, resolve conceder-lhe autorização para funcionar em operações de seguros e reseguros comprehendidos nos grupos A e B a que se refere o art. 2º do regulamento approved pelo decreto n. 21.828, de 14 de setembro de 1932, e bem assim approvar os seus estatutos, mediante as seguintes condições:

I

O capital de responsabilidade da Companhia para as suas operações é de 5.500:000\$000 (cinco mil e quinhentos contos de réis), com a realização constante do § 1º do art. 5º dos seus estatutos.

II

A Companhia fará no Thesouro Nacional, na fórmula legal, o deposito de 300:000\$000 (trezentos contos de réis), para garantia inicial das suas operações.

III

As despesas forçadamente communs aos dous grupos serão rateadas pelos mesmos na proporção das respectivas receitas de premios, para a organização das contas de lucros e perdas das operações de cada grupo de seguros.

## IV

A Companhia ficará integralmente sujeita ás leis e regulamentos vigentes ou que vierem a vigorar sobre o objecto de suas operações.

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamenon Magalhães.*

---

DECRETO N. 160 — DE 22 DE NOVEMBRO DE 1934

*Uniformes complementares ao Plano a que se referem os decretos ns. 20.754, de 4 de dezembro de 1931, e 22.817, de 12 de junho de 1933*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, no uso da attribuição que lhe confere a Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam approvados os uniformes para os officiaes e praças das reservas do Exercito e outros, que a este acompanham, complementares ao Plano de Uniformes a que se referem os decretos ns. 20.754, de 4 de dezembro de 1931 e 22.817, de 12 de junho de 1933.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*P. Góes Monteiro.*

---

UNIFORMES DOS OFFICIAES DA 1ª CLASSE DA RESERVA DA  
1ª LINHA

Os officiaes da 1ª classe da reserva da 1ª linha *poderão* usar quando na inactividade e *deverão* usar quando nomeados para certos empregos em repartições militares todos os uniformes dos officiaes do Exercito Activo, com as seguintes alterações:

*Nas hombreiras:* vivo de cadarço branco, com a largura de 4 mm., contornando as costuras e paralelo ás mesmas, no uniforme verde-oliva; vivo dourado, disposto do mesmo modo, nos uniformes cinza e branco.

UNIFORMES DOS OFFICIAES REFORMADOS DO EXERCITO

Os officiaes reformados do Exercito *poderão* usar todos os uniformes dos officiaes do Exercito Activo, com as seguintes alterações:

*Nas hombreiras:* identicas ás dos officiaes da 1ª classe da reserva da 1ª linha, accrescendo-se um vivo de cadarço branco, com a largura de 4 mm. passando pelo meio, no sentido longi-

---

tudinal da honhreira, no uniforme verde-oliva; vivo dourado, disposto do mesmo modo, nos uniformes cinza e branco.

E' facultado aos mesmos, especialmente em festas e datas commemorativas, o uso de uniformes antigos, fóra de uso, que possuirem e que vigoravam na epoca em que passaram á reserva.

#### UNIFORMES DOS ALUNOS DOS CENTROS DE PREPARAÇÃO DE OFFICIAES DA RESERVA

Os alumnos dos Centros de Preparação de Officiaes da Reserva usarão o seguinte uniforme:

De brim verde-oliva: obrigatorio, para instrucção e serviço, igual ao modelo dos sargentos do Exercito activo, com as seguintes modificações:

*Capacete*: verde-oliva, com uma estrella de metal branco, de 0m,026 de diametro em vez do distinctivo da unidade.

*Bonnet*: do mesmo feitiço em uso no Exercito, com as seguintes caracteristicas: *copa* de gabardine cinza-escuro, com vivo da côr da arma; *cinta* de celluloides branco, com uma semi-ellipse de panno da côr da arma; *pala* de fibra preta; *jugal* de celluloides preto. Estrella de metal branco na cinta.

*Gorro sem pala*: com a estrella de metal branco, no lugar do cocar.

*Tunica*: igual a dos officiaes do Exercito activo, com um vivo de cadarço branco contornando as costuras da gola e paralelo ás mesmas; botões pretos e lisos, de massa.

*Calção*: sem alteração.

*Hombreira*: de brim branco, com vivo da côr da arma.

*Cinto*: de couro preto; fecho igual ao dos sargentos do Exercito activo, em metal oxydado.

*Calçado*: borzeguins e perneiras de couro preto.

*Botas*: typo Intendencia (facultativas para os alumnos das armas montadas).

*Luzas*: iguaes ás dos officiaes do Exercito activo.

*Exporas*: iguaes ás dos officiaes do Exercito activo.

*Distinctivos*: estrella bordada a linha branca, na gola da tunica, uma de cada lado.

*Insignias indicativas de annos*: haste bordada a linha branca, de 0m,03 x 0m,004 (uma para cada anno), collocada verticalmente na manga direita, á altura do braço.

*Qupote*: o mesmo actualmente em uso, (do antigo plano de uniformes), insignias do anno bordadas na manga; vivo de cadarço vermelho de 4 mm. de largura contornando as costuras da gola e paralelo ás mesmas.

#### UNIFORMES DOS OFFICIAES DA 2ª CLASSE DA RESERVA DA 1ª LINHA

Em tempo de paz, quando estiverem estagiando e quando convocados para a instrucção, os officiaes da 2ª classe da reserva da 1ª linha usarão o uniforme de brim verde-oliva, semelhante no feitiço ao uniforme do Exercito activo, com as seguintes alterações:

*Capacete*: verde-oliva, com uma estrella de metal branco de 0m,026 de diametro, em substituição ao distinctivo do Exercito activo.

*Bonnet*: do mesmo feitiço em uso no Exercito activo, com as seguintes alterações: *copa* cinza escuro (gabardine), com vivo da côr da arma; *cinta* de celluloides branco (como a

antiga da cavallaria); *pala* de fibra preta; *jugal* de celluloides preto; distinctivo da arma na cinta; estrella de metal prateado na copa.

*Hombelras*: idênticas ás dos officiaes da 1ª classe da reserva da 1ª linha. Insignias dos postos em galões de sutchê branco, em angulo com a abertura voltada para a manga; uma estrella, bordada a linha branca, ficará a 0m,02 do vertice do angulo do galão exterior.

*Tunica*: igual a dos officiaes do Exercito activo, com um vivo de 0m,004 de cadarço branco contornando as costuras da gola e paralelo ás mesmas, formando angulos nas pontas da gola.

*Distinctivo da arma*: bordado em linha branca na gola da tunica, nas mesmas condições do Exercito activo.

*Gorro sem pala*: idêntico ao do Exercito activo, com a estrella de metal branco, no lugar do cocar.

*Capote*: o que se encontra ainda em uso para os officiaes da reserva. As insignias do posto (galões), nas hombrêiras, serão encimadas por uma estrella, bordada em linha vermelha.

*Cinto-talabarte, fiador e guia da espada*, de couro preto.

#### UNIFORMES DOS OFFICIAES DO EXERCITO DA 2ª LINHA

Continuam em vigor os uniformes do respectivo plano.

Quando mobilizados, em caso de guerra, usarão os uniformes de campanha do Exercito activo, com os distinctivos indicados para a 2ª classe da reserva da 1ª linha, accrescidos de um vivo branco, de 0m,004 de largura, contornando o punho das mangas e superpondo-se á costura superior dos respectivos canhões de brim verde-escuro.

#### UNIFORMES DOS OFFICIAES HONORARIOS

Os membros do magisterio militar que tenham gradações honorificas usarão os seguintes uniformes:

1º, os professores civis continuarão a usar os uniformes do respectivo plano, sem qualquer modificação;

2º, os professores militares, pertencentes á 1ª classe da reserva da 1ª linha, poderão usar as insignias da arma ou serviço a que pertenceram e do posto em que foram transferidos para a reserva;

3º, esses mesmos officiaes poderão usar, nesses uniformes, as insignias do posto honorifico, tendo, porém, nos uniformes cinza e branco, na gola, a esphera armilar de metal dourado em substituição ao distinctivo da arma ou serviço; e no verde-oliva, essa mesma esphera bordada a linha branca.

*Capote*: o mesmo dos officiaes do Exercito activo.

*Officiaes Generaes*:

E' facultado aos Generaes honorarios do Exercito o uso dos uniformes do Exercito activo, nos actos solemnes officiaes e nos da vida publica e social.

### UNIFORMES DOS FUNCIONARIOS DA EXTINGTA DIRECTORIA DE CONTABILIDADE DA GUERRA

Os officiaes honorarios do extinto quadro da Directoria Geral de Contabilidade, com exercicio nos orgãos especificados no Regulamento do Serviço de Fundos do Exército, e que no exercicio das suas funções são assemelhados aos officiaes da Reserva, convocados para o serviço activo (artigo 174), usarão obrigatoriamente, no exercicio dessas mesmas funções, o uniforme verde-oliva semelhante ao dos officiaes da 2ª classe de 1ª linha, com as seguintes alterações:

As estrellas das hombreiras e o distintivo da arma na gola serão substituídos pelas duas pennas cruzadas, bordadas a linha branca.

*Bonnet*: de lã verde-oliva, do typo usado pelos officiaes do Exército activo, com um vivo de ouro velho na copa; distintivo do quadro na cinta; estrella de metal prateado na copa.

*Capote*: identico ao dos officiaes da 2ª classe da reserva da 1ª linha, substituindo-se as estrellas distintivas da reserva, pelas duas pennas cruzadas.

*Botões*: de massa, pretos, com as duas pennas cruzadas.

### UNIFORMES DOS MEMBROS DA JUSTIÇA MILITAR

Em tempo de paz o uniforme dos membros da Justiça Militar será o dos officiaes da 1ª classe da reserva da 1ª linha que possuem postos honorificos no magisterio militar, com as seguintes modificações:

No uniforme cinza e no branco, placas ellypticas esmaltadas, de côr preta nas lapellas, com o distintivo da Justiça — uma balança, tendo por fiel uma espada em metal dourado;

No uniforme verde-oliva, o distintivo da Justiça, bordado a linha branca, na gola.

*Bonnet*: de lã verde ou de gabardine cinza — identicos aos officiaes do Exército activo, com o distintivo da Justiça na cinta e estrella prateada na côpa;

Vivo, de côr preta, nas hombreiras do uniforme cinza e nos bonnets.

Botões de massa preta ou dourados, com o distintivo da Justiça gravado.

Os officiaes generaes, membros do S. T. M., usarão, no braço direito uma corôa de folhas de carvalho, bordada a ouro, tendo ao centro, tambem bordado, o distintivo da Justiça — uma balança atravessada por uma espada.

Esse distintivo será usado no 1º uniforme; nos 2º, 3º e 4º uniformes, será bordado a linha cinza, acima do punho. No 5º uniforme, será bordado a linha branca.

### UNIFORMES DAS PRAÇAS RESERVISTAS, REFORMADAS E ASYLADAS DO EXERCITO

I — As praças reservistas só usarão o uniforme, quando convocadas para o serviço activo.

II — As praças reformadas estão isentas do uso do uniforme. Ellhes facultado o uso do uniforme de brim kaki do

antigo plano das praças do Exército activo, com um vivo do cadarço branco, com 0m,004 de largura, contornando as costuras das hombreiras e paralela ás mesmas.

III — As praças asyladas conservarão o uso dos seus uniformes actuaes. Nas datas commemorativas permite-se-lhes o uso dos uniformes antigos, já em desuso, que vigoravam na época em que foram asyladas.

#### UNIFORMES DOS TIROS DE GUERRA

De brim kaki, de accôrdo cõm o modelo actualmente em uso; gola dupla. Os candidatos a reservista, componentes das Unidades-quadro, usarão o uniforme de brim verde-oliva, do typo indicado nas instrucções que regulam a organização dessas unidades.

#### UNIFORMES DAS CORPORAÇÕES CONSIDERADAS RESERVAS DO EXERCITO, NA FÓRMA DO ART. 167 DA CONSTITUIÇÃO

No tempo de paz, conservarão a cõr kaki, de accôrdo com os modelos approvados pelo Ministerio da Guerra, nos termos do art. 4º do decreto n. 20.754, de 4 de dezembro de 1931. Os distinctivos e insignias dos postos da hierarchia dos officiaes serão em gallões, nos hombros ou nos punhos das mangas.

Quando mobilizados, para effeito de operações de guerra, terão uniformes de campanha semelhantes aos do Exército activo, de accôrdo com os planos estabelecidos nos contractos approvados pelo Ministerio da Guerra.

#### OBSERVAÇÕES

1) Os typos de tecidos e peças de uniformes devem obedecer a padrões e modelos existentes na Intendencia da Guerra, approvados pelo Ministro da Guerra.

2) Todos os militares da reserva, bem como os componentes das corporações formadoras de reservistas, são obrigados á observancia dos regulamentos de continência e de signaes de respeito adoptados para o Exército e Armada. A não observancia das prescripções desse regulamento e as alterações de uniformes poderão implicar na prohibição do uso do uniforme, independente de outras penalidades que possam, pelos regulamentos proprios, ser impostas ao infractor; a prohibição do uso de uniforme será determinada pelo commandante da Região, depois de devidamente apurada a existencia da transgressão.

3) Nenhuma collectividade, militar ou não, com excepção da Marinha de Guerra, poderá adoptar uniformes sem submettel-os á approvação do Ministerio da Guerra, por intermedio do commandante da Região a que pertencer; este deverá encaminhar os papeis com as informações referentes á existencia da collectividade em apreço, opinando a respeito do assumpto. O Ministerio da Guerra fará a I. G. estudar e propôr as modificações que julgar necessarias, e ouvirá o E. M. E. nos casos que julgar conveniente.

4) Fica expressamente prohibido o uso do uniforme verde-oliva pelos reservistas (ex-praças), fóra dos periodos

de convocação ou mobilização. No acto de desincorporação ser-lhes-hão restituídos os trajes civis com que se apresentaram á caserna e recuperados todos os uniformes, de accordo com os regulamentos que regem o assumpto.

5) Cabe a todas as autoridades militares promover e encaminhar as providencias que se tornarem necessarias para sanar falhas de observancia, não só deste decreto, como dos de n. 20.754, de 4 de dezembro de 1934, e n. 22.847, de 12 de junho de 1933.

---

DECRETO N. 161 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1934 (\*)

*Approva, em caracter provisorio, o Regulamento para o Gabinete do ministro da Guerra*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da attribuição que lhe confere o art. 56, item 1º da Constituição, e tendo em vista o que preceitua o § 2º do art. 2º, do decreto n. 23.976, de 8 de março de 1934, resolve approvar, em caracter provisorio, o Regulamento para o Gabinete do ministro da Guerra, que com este baixa, assignado pelo general de Divisão Pedro Aurelio de Góes Monteiro, ministro de Estado da Guerra.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

P. Góes Monteiro.

---

(\*) Decreto n. 161, de 30 de novembro de 1934. — Rectificação publicada no *Diario Official* de 15 de dezembro de 1934:

.....  
 .....  
 .....

Regulamento para o gabinete do ministro da Guerra.

.....

### CAPITULO III

20. Compete ao chefe do gabinete:

e) fiscalizar o bom andamento dos trabalhos da Secretaria da Guerra.

.....

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1934. — P. Góes Monteiro.

---

**Regulamento para o gabinete do ministro da Guerra****CAPITULO I****ATTRIBUIÇÕES**

O gabinete do M. G. tem as seguintes attribuições:

1. Preparar os documentos para o exame e decisão do ministro.
2. Manter ligação entre o ministro e as demais autoridades militares e civis.
3. Encarregar-se das representações do ministro, das audiencias, da correspondencia official, inclusive a cifrada, e de todo o expediente reservado, confidencial ou secreto.
4. Manter um archivo de documentos reservados, confidentiaes e secretos, bem como o respectivo protocollo.

**CAPITULO II****ORGANIZAÇÃO**

O gabinete terá a seguinte composição:

5. Chefia:
    - a) chefe, um coronel com o curso de e. m.;
    - b) adjunctos, um major e um capitão, sendo um, pelo menos, com o curso de e. m.;
    - c) ligação com a Marinha, um capitão.
  6. Secções:
    - a) 1ª secção — chefe, um tenente-coronel com o curso de e. m.;
    - adjunctos, um major e dois capitães, sendo pelo menos um desses officiaes com o curso de e. m.;
    - um major do Serviço de Intendencia;
    - b) 2ª secção — chefe, um tenente-coronel com o curso de e. m.;
    - adjunctos, dois maiores e dois capitães, sendo pelo menos um desses officiaes com o curso de e. m.
  7. Ajudantes de ordens, dois capitães ou primeiros tenentes.
  8. Consultor juridico, um membro do ministerio publico militar.
  9. Thesoureiro, um capitão do Serviço de Intendencia.
  10. Almoxarife, um official da Secretaria da Guerra.
  11. O chefe do Gabinete se encarregará da **superintendencia** do serviço e será auxiliado directamente pelos adjunctos da chefia.
  12. A 1ª secção, que poderá ser sub-dividida em duas subsecções, será encarregada das relações internas do M. G., estudando todos os assumptos militares recebidos do C. S. S. N., E. M. E., Departamentos do Exército. Órgãos e Comissões Especiaes.
  13. A 2ª Secção terá a seu cargo as relações externas do M. G., assegurando a ligação com os demais Ministerios.
-



Tribunaes, etc., e acompanhará os trabalhos do Congresso Nacional, em tudo que interessar ás classes Armadas.

14. Os ajudantes de ordens trabalharão junto ao ministro, auxiliarão os officiaes de gabinete no serviço de representação e audiencias e poderão ter a seu cargo a correspondencia particular do ministro.
15. O consultor juridico terá a seu cargo os pareceres e informações sobre legislação em geral, especialmente a militar.
16. O thesoureiro e o almoxarife, de accôrdo com o R. A. C. T. E. M. e R. I. S. G., serão encarregados dos trabalhos relativos a essa especialidade, em relação ao gabinete.
17. Para o estudo de assumptos fóra da alçada do C. S. S. N., E. M. E. ou Departamentos do Exército, cuja solução dependa de pareceres e conhecimentos diversos, poderão ser organizadas commissões provisórias, compostas de officiaes de gabinete e de militares ou civis especializados, para esse fim requisitados ou convidados pelo ministro da Guerra.
18. Para o serviço interno do gabinete serão organizadas instrucções, segundo as necessidades, e haverá o seguinte pessoal:
  - a) 6 escreventes;
  - b) 2 continuos (da Secretaria da Guerra;
  - c) 2 serventes (da Secretaria da Guerra);
  - d) 4 praças para o serviço de transmissão de ordens, estafetas de correspondencia, etc.;
  - e) 3 radio-telegraphistas militares;
  - f) 2 telegraphistas civis.
19. As nomeações serão feitas por portaria do ministro.

### CAPITULO III

#### ATTRIBUIÇÕES DO PESSOAL

20. Compete ao chefe do gabinete:

- a) dirigir o pessoal e coordenar os trabalhos;
- b) completar, se necessario, os documentos dependentes de solução, e levar-os á decisão do ministro;
- c) encaminhar, "por ordem", os documentos que dependam de informações complementares e assignar, do mesmo modo, os que se relacionam com os assumptos geraes do serviço diario;
- d) assegurar a transmissão das ordens ou instrucções do ministro e velar pela respectiva execução;
- e) fiscalizar o bom andamento dos trabalhos da Secretaria da Guerra;
- f) receber e apresentar ao ministro as autoridades civis que desejem tratar de assumptos do M. G., bem como os militares que venham tratar de assumptos de serviço;
- g) em relação ao pessoal militar do gabinete, exercer attribuições de commandante de corpo;

21. Compete aos chefes de secção dirigir os trabalhos que lhe são distribuídos, repartindo-os com os seus adjunctos, depois de estudados os documentos, preparal-os com as informações necessárias á assignatura ou decisão, e apresental-os ao chefe de gabinete, ou directamente ao ministro, se fôr para isso autorizado.
22. Um dos adjunctos da chefia ou mesmo das secções será encarregado do archivo de documentos reservados, confidenciaes e secretos e do respectivo protocolo, bem como da cifra.
23. São attribuições do consultor juridico:
  - a) fornecer pareceres e informações sobre legislação em geral, especialmente a militar;
  - b) organizar, annualmente, a synopse e o indice das leis, decretos, regulamentos, bem como examinar as questões de interesse privado que se liguem á administração do Exercito;
  - c) trazer em dia todas as alterações relativas á Justiça Militar, afim de poder prestar quaesquer informações a respeito.
24. Os escreventes, continuos, serventes, escafetas, radio-telegraphistas e telegraphistas terão a incumbencia de talhada nas instrucções internas do gabinete, opportunamente expedidas e de accordo com a necessidade do serviço.

## CAPITULO IV

### CONSELHO ADMINISTRATIVO

25. O C. A. do gabinete tem por fim gerir as verbas e numerarios distribuídos para o seu funcionamento.

Compõe-se do seguinte:

- a) presidente, chefe do gabinete;
- b) relator, o chefe de secção mais antigo;
- c) vogal, um dos adjunctos do gabinete;
- d) thesoureiro, o thesoureiro do gabinete;
- e) secretario, o abnozarife do gabinete.

As attribuições dos seus membros e o seu funcionamento serão os dos C. A. previstos no R. A. C. T. E. M.

## CAPITULO V

### SUBSTITUIÇÃO DO PESSOAL

26. O chefe de gabinete será substituído, no caso de Impedimento, pelo chefe de secção mais antigo.
27. Os chefes de secção, pelo respectivo adjunto mais antigo, dentro das secções.
28. Os demais, por designação ou proposta do chefe do gabinete.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1934. — *P. Góes Monteiro.*

---

## DECRETO N. 162 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1934

*Approva a reforma dos estatutos do Centro Federal de Auxílios, sociedade civil de beneficencia com séde no Districto Federal.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que pediu o Centro Federal de Auxílios, sociedade civil beneficente com séde no Districto Federal, resolve approvar a reforma dos seus estatutos, realizada em assembléa geral extraordinaria de 24 de abril do corrente anno, conforme acta publicada no *Diario Official*, de 26 do mesmo mez.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS

Arthur de Souza Costa

## DECRETO N. 163 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1934

*Concede auxilios nos 1° e 2° semestres de 1934 a varias instituições no Districto Federal*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, na conformidade do disposto no art. 24, do decreto n. 20.351, de 31 de agosto de 1931, e art. 1° do decreto numero 23.071, de 14 de agosto de 1933, conceder os seguintes auxilios relativos aos 1° e 2° semestres de 1934 a instituições no Districto Federal, correndo a despesa por conta da sub-consignação n. 1, da verba 18° — Subvenções, art. 5° do decreto n. 24.167, de 25 de abril de 1934.

Academia Nacional de Medicina (2° semestre)	10:000\$000
Academia Carioca de Letras — (2° semestre)	500\$000
Asylo Izabel — (2° semestre)	2:500\$000
Asylo Bom Pastor — (2° semestre)	10:000\$000
Assistencia Dentaria Infantil — (2° semestre)	6:000\$000
Asylo Nossa Senhora de Nazareth — (2° semestre)	4:000\$000
Associação das Senhoras Brasileiras — (1° semestre)	10:000\$000
Casa da Providencia — (1° semestre)	3:000\$000
Casa dos Artistas — (2° semestre)	20:000\$000
Casa Santa Ignez — (2° semestre)	7:500\$000
Casa dos Expostos — (2° semestre)	20:000\$000
Collegio Cardeal Leme (Academia Technico Commercial) (2° semestre)	5:000\$000
Cruzada Nacional Contra a Tuberculose — (2° semestre)	15:000\$000
Cruz Vermelha Brasileira — (2° semestre)	50:000\$000
Escola Domestica Santo Adolpho — (2° semestre)	3:000\$000

Escola Normal de Commercio — (2º semestre)	6:000\$000
Escola Moderna de Commercio — (2º semestre)	6:000\$000
Fundação Ozorio — (2º semestre) . . . . .	2:500\$000
Instituto Brasileiro de Contabilidade (Escola Technico Commercial) — (2º semestre) . .	2:500\$000
Instituto de Artes e Officios da Divina Providencia — (2º semestre) . . . . .	1:500\$000
Instituto Historico e Geographico Brasileiro — (2º semestre) . . . . .	25:000\$000
Lar da Criança (1º semestre) . . . . .	3:000\$000
Liga Esperantista Brasileira — (2º semestre) .	500\$000
Liga Brasileira Contra a Tuberculose — (2º semestre) . . . . .	60:000\$000
Obra do Berço — (1º semestre) . . . . .	5:000\$000
Orphanato Casa Lucia — (1º semestre) . . . .	3:000\$000
Orphanato Evangelico — (1º semestre) . . . .	3:000\$000
Orphanato Santa Rita de Cassia — (2º semestre) . . . . .	5:000\$000
Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro (2º semestre) . . . . .	5:000\$000
Sociedade de Assistencia aos Lazaros e Defesa Contra a Lepra — (1º semestre) . . . . .	3:000\$000
<b>Total . . . . .</b>	<b>297:500\$000</b>

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1934, 113ª da Independencia e 46ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

#### DECRETO N. 164 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1934 (\*)

*Concede auxilios nos 1º e 2º semestres de 1934 a instituições nos Estados do Ceará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, S. Paulo, Santa Catharina, Rio Grande do Sul e Minas Geraes.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, na conformidade do disposto no art. 24 do decreto n. 20.351, de 31 de agosto de 1931, e art. 1º do decreto n. 23.071, de 14 de agosto de 1933, conceder os seguintes auxilios relativos aos 1º e 2º semestres de 1934 às instituições nos Estados do Ceará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio

(\*) Decreto n. 164, de 10 de dezembro de 1934. — Rectificação publicada no *Diario Official* de 19 de dezembro de 1934:

“Onde se lê “Sociedade de Assistencia aos Lazaros e Defesa contra a Lepra — Paraíba — Piauí”, leia-se “Sociedade de Assistencia aos Lazaros e Defesa contra a Lepra — Parnahyba — Piauí”.

de Janeiro, São Paulo, Santa Catharina, Rio Grande do Sul, e Minas Geraes, abaixo indicadas, correndo a despesa por conta da sub-assignação n. 1, da verba 18—Subvenções, art. 5º do decreto n. 24.167, de 25 de abril de 1934.

Conferencias de S. Vicente de Paulo das Senhoras de Caridade — Fortaleza — Ceará (2º semestre) . . . . .	15:000\$000
Centro Artistico Operario Caxiense — Caxias — Maranhão — (2º semestre) . . . . .	2:500\$000
União Artistica Operaria Caxiense — Caxias — Maranhão — (2º semestre) . . . . .	5:000\$000
Sociedade de Assistencia aos Lazaros e Defesa Contra a Leprosia — Parahyba — Piauhhy (2º semestre) . . . . .	10:000\$000
Liga do Ensino (mantenedora da Escola Domestica) Natal — Rio Grande do Norte (1º semestre) . . . . .	10:000\$000
Associação dos Empregados no Commercio mantenedora da Academia de Commercio Epitacio Pessoa) João Pessoa — Parahyba (1º semestre) . . . . .	5:000\$000
Escola Agricola — Goyana — Pernambuco (1º semestre) . . . . .	2:500\$000
Asylo de Mendicidade Rio Branco — Aracajú — Sergipe (1º semestre) . . . . .	2:500\$000
Associação de Caridade de Maroim — Maroim — Sergipe (1º semestre) . . . . .	5:000\$000
Associação Aracajúana de Beneficencia (Hospital Santa Izabel) — Aracajú — Sergipe (1º semestre) . . . . .	5:000\$000
Instituto Polytechnico da Bahia — Salvador — Bahia — (1º semestre) . . . . .	10:000\$000
Asylo Deus, Christo e Caridade — Cachoeiro de Itapemirim — Espirito Santo (1º semestre) . . . . .	1:500\$000
Associação das Damas de Caridade de S. Vicente de Paulo — Nietheroy — Rio de Janeiro (2º semestre) . . . . .	7:500\$000
Associação Fluminense de Ensino Technico — Nietheroy — Rio de Janeiro (2º semestre) . . . . .	15:000\$000
Asylo Santa Leopoldina — Nietheroy — Rio de Janeiro (2º semestre) . . . . .	12:500\$000
Hospital Santa Thereza — Petropolis — Rio de Janeiro — (2º semestre) . . . . .	15:000\$000
Sociedade Fluminense de Agricultura e Industrias Rurales — Nietheroy — Rio de Janeiro (2º semestre) . . . . .	7:500\$000
Associação Maternidade — São Paulo — (1º semestre) . . . . .	5:000\$000
Associação de Ensino — Ribeirão Preto — São Paulo — (1º semestre) . . . . .	5:000\$000
Casa de Saude Allan Kardec — Franca — São Paulo (1º semestre) . . . . .	3:000\$000
Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora — São Paulo — (1º semestre) . . . . .	15:000\$000

Escola Agricola Coronel José Vicente — Lorenna — São Paulo (1º semestre) . . . . .	5:000\$000
Orphanato Olavo Ferraz — Santos — São Paulo (1º semestre) . . . . .	1:000\$000
Orphanato Christovão Colombo — São Paulo — (2º semestre) . . . . .	20:000\$000
Hospital Senhor Bom Jesus dos Passos — Laguna — Santa Catharina (1º semestre) . . .	2:500\$000
Maternidade de Florianopolis (Associação Irmão Joaquim) — Florianopolis — Santa Catharina (1º semestre) . . . . .	5:000\$000
Asylos "Pella e Bethania" — Taquary — Rio Grande do Sul — (1º semestre) . . . . .	2:500\$000
Associação Para — (Manutenção do Hospital Allemão de Porto Alegre — Porto Alegre — Rio Grande do Sul — (1º semestre) . . .	5:000\$000
Conferencia Santo Antonio (mantenedora do Asylo da Velhice Desamparada) — Curvello — Minas Geraes (1º semestre) . . . .	2:500\$000
Escola Profissional Delphim Moreira — Pouso Alegre — Minas Geraes (1º semestre) . . .	5:000\$000
Hospital da Conferencia Vicentina de Nossa Senhora dos Anjos — Itambacury — Minas Geraes (1º semestre) . . . . .	1:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Mar de Hespanha — Minas Geraes — (1º semestre) . . .	5:000\$000
Santa Casa de Caridade — Itamarandiba — Minas Geraes — (1º semestre) . . . . .	5:000\$000
<b>Total . . . . .</b>	<b>219:000\$000</b>

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

#### DECRETO N. 165 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1934

*Rectifica o plano de uniformes dos officiaes commissarios da Marinha Mercante, approvado pelo decreto n. 21.804, de 8 de setembro de 1932, e alterado pelo de n. 23.202, de 12 de outubro de 1933*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que expoz o director geral da Marinha Mercante ao ministro de Estado dos Negocios da Marinha, e

Considerando que, por decreto n. 22.879, de 30 de junho de 1933, foram estabelecidas as categorias de primeiro e segundo commissarios da Marinha Mercante, em substituição da de commissarios então existente, para o fim de melhor distribuir attribuições no serviço de bordo dos seus navios, nos termos dos artigos 3º e 4º do decreto acima referido;

Decreta:

Art. 1.º Os actuaes primeiros commissarios da Marinha Mercante que tiverem suas cartas apostilladas de accôrdo com o que dispõe o art. 5º do decreto n. 22.879, de 30 de junho de 1933, usarão em seus uniformes tres galões, por serem chefes do departamento da camara dos navios mercantes, cujas attribuições são identicas ás do immediato e do primeiro machinista, respectivamente, chefes dos departamentos convez e machinas.

Art. 2.º Os segundos commissarios da Marinha Mercante usarão em seus uniformes dois galões, conforme o estabelecido no art. 31, letra b — I — do decreto n. 23.202, de 12 de outubro de 1933, para o então commissario, ficando revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Prologenes Pereira Guimarães.*

---

#### DECRETO N. 166 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1934

*Faz publica a adhesão do Governo cherifiano de Marrocos (zona franceza) á Convenção de Berna para a protecção das obras literarias e artisticas, revista, pela ultima vez, em Roma, em 1928.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão do Governo cherifiano de Marrocos (zona franceza) á Convenção de Berna para a protecção das obras literarias e artisticas, revista, pela ultima vez, em Roma a 2 de junho de 1928, devendo tal adhesão ter validade, a partir de 25 de novembro de 1934, conforme communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Legação da Suissa nesta capital.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

#### DECRETO N. 167 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1934

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Republica Oriental do Uruguay, da Convenção Geral de Conciliação Inter-americana, assignada em Washington em 1929*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito, a 15 de outubro ultimo, nos archivos do Ministerio das Relações Exteriores do Chile, do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Republica

---

Oriental do Uruguay, da Convenção Geral de Conciliação Inter-americana, assignada em Washington a 5 de janeiro de 1929, conforme informação daquelle ministerio ao Ministerio das Relações Exteriores do Brasil.

Rio de Janeiro, em 21 de dezembro de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

DECRETO N. 168 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1934

*Faz publica a adhesão do Governo da Hespanha, pela zona hespanhola do protectorado de Marrocos e colonias hespanholas, á Convenção de Berna, para a protecção das obras litterarias e artisticas, revista, pela ultima vez, em Roma em 1928*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão do Governo da Hespanha, pela zona hespanhola do protectorado de Marrocos e colonias hespanholas, á Convenção de Berna, para a protecção das Obras Litterarias e Artisticas, revista, pela ultima vez, em Roma, a 2 de junho de 1928, devendo tal adhesão ter validade a partir de 8 de dezembro de 1934, conforme communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Legação da Suissa nesta Capital.

Rio de Janeiro, em 21 de dezembro de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

DECRETO N. 169 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1934 (\*)

*Autoriza a Estrada de Ferro Maricá a adquirir 2 (dous) caminhões*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Superintendencia da Estrada de Ferro Maricá (ora occupada pelo Governo Federal) e de accôrdo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Fica a Estrada de Ferro Maricá autorizada a adquirir 2 (dous) caminhões typo Chevrilet Gigante

---

(\*) Decreto n. 169, de 21 de dezembro de 1934. — Rectificação publicada no *Diario Official* de 12 de janeiro de 1935:

“Onde se lê: typo Chevrilet Gigante, leia-se: “typo Chevrolet Gigante”.



destinados aos serviços de entrega de volumes a domicilio.

Parapho unico. A despesa que for realmente effectuada e apurada pela forma determinada no art. 8º da portaria n. 839, de 7 de dezembro de 1933, até o maximo de 14:631\$000 (quatorze contos seiscentos e trinta e um mil réis) com a aquisição de cada caminhão, será levada á conta do producto da taxa addicional de 10 % sobre as tarifas em vigor na referida Estrada, de conformidade com o art. 6º da mesma portaria, expedida pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

DECRETO N. 170 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1934

*Faz publica a adhesão do Governo do Japão á Convenção da União de Paris para a protecção da propriedade industrial, assignada em Haya em 1925, com extensão á Coréa, Formosa e Sakhalina do Sul*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão do Governo do Japão á União de Paris, de 20 de março de 1883, para a protecção da Propriedade Industrial, revista em Bruxellas, a 14 de dezembro de 1900, em Washington, a 2 de junho de 1911 e na Haya a 6 de novembro de 1925, adhesão que é extensiva á Coréa, Formosa e Sakhalina do Sul, devendo a mesma ter validade a partir de 1 de janeiro de 1935, conforme communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Legação da Suissa nesta Capital, por nota de 12 de dezembro de 1934, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, em 24 de dezembro de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

*Traducção official*

Nota da Legação da Suissa n. VI — 2-130/3 WH, de 12 de dezembro de 1934.

Senhor Ministro de Estado:

De ordem do meu Governo, tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excellencia que, por nota de 14 de novembro de 1934, a Legação do Japão em Berna notificou ao Conselho Federal Suiso a adhesão do seu Governo á Con-

venção da União de Paris, de 20 de março de 1883, para a protecção da Propriedade Industrial, revista em Bruxellas a 14 de dezembro de 1900, em Washington, a 13 de junho de 1922, e na Haya, a 6 de novembro de 1925.

O Governo japonês declarou a referida Convenção igualmente applicavel á Coréa, Formosa e Sakhalina do Sul, em execução do artigo 16 bis da mesma Convenção.

De accordo com o artigo 16, a alludida adhesão produzirá seus effeitos a partir de 1 de janeiro de 1935.

Solicitando a Vossa Excellencia queira tomar nota do que precede, aproveito a occasião, Senhor Ministro de Estado, para apresentar as seguranças da minha mais alta consideração. — *Gertsch*.

A Sua Excellencia Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

---

#### CHANCELLARIA DA ORDEM NACIONAL DO CRUZEIRO DO SUL

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, nos termos do decreto n. 22.610, de 4 de abril de 1933, conferiu os seguintes graus da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul:

Gran Cruz: Sua Excellencia o Senhor Jan Bastiaan Hübner, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de Sua Majestade a Rainha dos Paizes Baixos (Decreto de 20-12-34);

Grande Official: Sua Excellencia Monsenhor Abdallah Khouri, Arcebispo titular de Arca, na Armenia, Vigario Geral do Patriarcha do Libano (Decreto de 11-12-34), Conde Francesco Matarazzo (Decreto de 20-12-34);

Commendador: Senhores Walter C. Thurston, Conselheiro de Embaixada dos Estados Unidos da America, Doutor Francesco Lequio, Conselheiro de Embaixada da Italia, e General de Brigada Jacques Baudoin (Decreto de 20-12-34);

Official: Senhores Robert Garric, escriptor francez (Decreto de 5-12-34), Commandante William Purnell Blandy, antigo membro da Missão Naval Americana no Brasil, Coronel René Corbé, Tenente-Coronel Marcel Carpentier e Major Pierre Fay, officiaes da Missão Militar Franceza no Brasil, (Decretos de 20-12-34);

Cavalleiro: Senhor Morten Michael Skrike Kallevig, Adido á Legação da Noruega no Rio de Janeiro (Decreto de 20-12-34).

---

## DECRETO N. 171 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1934 (\*)

*Concede auxílios no 2º semestre de 1934 a instituições nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Districto Federal*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve, na conformidade, do disposto no art. 24 do decreto n. 20.351, de 31 de agosto de 1931, e art. 1º do decreto numero 23.071, de 14 de agosto de 1933, conceder os seguintes auxílios relativos ao 2º semestre de 1934, a instituições nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Districto Federal, abaixo indicadas, correndo a despeza por conta da sub-consignação n. 1 da verba 18ª — Subvenções, art. 5º do decreto n. 24.167, de 25 de abril do corrente anno.

Asylo de Mendicidade "Dr. Thomaz" — Manáos	
— Amazonas . . . . .	5:000\$000
Instituto de Protecção e Assistencia a Infancia	
— Belém — Pará . . . . .	5:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Belém — Pará.	25:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Obidos — Pará.	2:500\$000
Asylo de Mendicidade — S. Luiz — Maranhão	5:000\$000
Asylo Orphanologico Santa Luzia — S. Luiz	
— Maranhão . . . . .	1:500\$000
Instituto de Assistencia á Infancia — S. Luiz	
— Maranhão ? . . . . .	5:000\$000
Santa Casa de Misericordia — S. Luiz — Ma-	
nhão . . . . .	10:000\$000
Hospital de Caridade — Floriano — Piauí..	1:500\$000
Santa Casa de Misericordia — Therezina —	
Piauí . . . . .	10:000\$000
Associação das Damas de Caridade — Natal —	
Rio Grande do Norte . . . . .	1:500\$000
Liga do Ensino — Natal — Rio Grande do	
Norte . . . . .	10:000\$000
Associação dos Escoteiros do Alecrim — Natal	
— Rio Grande do Norte . . . . .	3:000\$000
Escola Feminina de Commercio — Natal — Rio	
Grande do Norte . . . . .	2:000\$000
Escola de Commercio — Natal — Rio Grande	
do Norte . . . . .	2:500\$000
Sociedade de Assistencia Hospitalar (Hospital	
Hospital Jovino Barreto) — Natal — Rio	
Grande do Norte . . . . .	2:500\$000
Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia	
— Natal — Rio Grande do Norte . . . . .	3:000\$000

(\*) Decreto n. 171, de 24 de dezembro de 1934. — Rectificação publicada no *Diario Official* de 5 de janeiro de 1935:

Onde se lê: Instituto Polytechnico — Salvador — Bahia : leia-se "Lyceu de Artes e Officios — Salvador — Bahia".

Associação dos Empregados no Commercio (Academia de Commercio Epitacio Pes- sôa) — João Pessoa — Parahyba.....	5:000\$000
Instituto Commercial João Pessoa — João Pes- sôa — Parahyba .....	1:500\$000
Asylo S. José da Infancia Desvalida — Capella — Sergipe . . . . .	2:500\$000
Asylo de Mendicidade Rio Branco — Aracajú — Sergipe . . . . .	2:500\$000
Associação Aracajuana de Beneficencia — Ara- cajú — Sergipe . . . . .	5:000\$000
Associação de Caridade — Rozario — Sergipe.	3:000\$000
Associação Beneficente — Riachuelo — Sergipe	1:000\$000
Associação de Caridade — Capella — Sergipe.	1:000\$000
Associação de Caridade — Maroim — Sergipe.	5:000\$000
Hospital de Caridade S. João de Deus — Laran- jeiras — Sergipe . . . . .	2:000\$000
Hospital S. Vicente de Paulo — Propriá — Sergipe . . . . .	1:500\$000
Oratorio Festivo Beato D. Bosco — Aracajú — Sergipe . . . . .	1:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Penedo — Ala- gôas . . . . .	5:000\$000
Asylo de Orphãs N. S. de Lourdes — Feira de Sant' Anna — Bahia . . . . .	5:000\$000
Asylo Bom Pastor — Salvador — Bahia .....	5:000\$000
Asylo Conde Pereira Marinho — Salvador — — Bahia . . . . .	3:000\$000
Escola Commercial — Salvador — Bahia .....	5:000\$000
Instituto Polytechnico — Salvador — Bahia...	10:000\$000
Instituto Geographico e Historico — Salvador — Bahia . . . . .	2:500\$000
Instituto Polytechnico — Salvador — Bahia..	10:000\$000
Lycen Salesiano do Salvador — Salvador — Bahia . . . . .	10:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Joazeiro — Bahia . . . . .	3:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Alagoinha — Bahia . . . . .	1:500\$000
Santa Casa de Misericordia — Nazareth—Bahia	5:000\$000
Santa Casa de Misericordia — S. Felix — Bahia	6:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Belmonte — Bahia . . . . .	2:500\$000
Santa Casa de Misericordia — Oliveira dos Campinhos — Bahia . . . . .	3:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Feira de San- t'Anna — Bahia . . . . .	5:000\$000
Asylo Deus, Christo e Caridade — Cachoeiro de Itapemeim — Espirito Santo .....	1:500\$000
Posto Medico dos Pobres — Victoria — Espirito Santo . . . . .	2:500\$000
Associação Fluminense de Amparo aos Cegos — Nitheroy — Rio de Janeiro .....	5:000\$000
Asylo da Velhice Desamparada — Cantagallo — Rio de Janeiro . . . . .	1:000\$000
Casa de Caridade — Cantagallo — Rio de Ja- neiro . . . . .	1:500\$000

Casa de Caridade — Macahé — Rio de Janeiro.	5:000\$000
Escolas Profissionais Salesianas — Niteroy — Rio de Janeiro . . . . .	40:000\$000
Escola Domestica e Asylo N. S. do Amparo — Petropolis — Rio de Janeiro . . . . .	3:000\$000
Hospital S. Vicente de Paulo — Bom Jesus de Ilabapoana — Rio de Janeiro . . . . .	1:000\$000
Irmandade da Santa Misericordia — Angra dos Reis — Rio de Janeiro . . . . .	3:000\$000
Instituto de Menores Anormaes — Petropolis — Rio de Janeiro . . . . .	5:000\$000
Instituto de Protecção e Assistencia a Infancia — Petropolis — Rio de Janeiro . . . . .	2:500\$000
Santa Casa de Misericordia — S. João da Barra — Rio de Janeiro . . . . .	2:500\$000
Santa Casa de Misericordia — Valença — Rio de Janeiro . . . . .	1:500\$000
Santa Casa de Misericordia — Nova Friburgo — Rio de Janeiro . . . . .	6:000\$000
Associação Tutelar de Menores — Districto Fe- deral . . . . .	130:000\$000
Academia Brasileira de Sciencias — Districto Federal . . . . .	5:000\$000
Asylo Sagrado Coração de Maria — Districto Federal . . . . .	3:000\$000
Associação das Senhoras Brasileiras — Distri- cto Federal . . . . .	10:000\$000
Associação Pró-Matre — Districto Federal....	15:000\$000
Abrigo Thereza de Jesus — Districto Federal.	15:000\$000
Casa da Providencia — Districto Federal.....	3:000\$000
Dispensario S. José — Districto Federal . . . .	2:500\$000
Departamento da Creança no Brasil — Distri- cto Federal . . . . .	10:000\$000
Escola Domestica Maria Raythe — Districto Federal . . . . .	2:500\$000
Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia — Districto Federal . . . . .	25:000\$000
Instituto S. Francisco de Salles — Districto Federal . . . . .	10:000\$000
Orphanato Santo Antonio — Districto Federal.	10:000\$000
Orphanato Evangelico — Districto Federal...	3:000\$000
Orphanato S. José — Districto Federal . . . . .	6:000\$000
Orphanato Presbyteriano — Districto Federal.	5:000\$000
Péquena Cruzada Santa Therezinha do Menino Jesus — Districto Federal . . . . .	7:500\$000
Patronato de Menores — Districto Federal...	125:000\$000
Associação Alliança dos Cegos — Districto Fe- deral . . . . .	15:000\$000
Academia Nacional de Commercio — Districto Federal . . . . .	2:500\$000

Sociedade de Assistencia aos Lazaros e Defesa Contra a Lepra — Districto Federal.....	3:000\$000
Total . . . . .	696:500\$000

Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

DECRETO N. 172 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1934

*Concede auxilios no 2° semestre de 1934, a instituições nos Estados do Maranhão, Ceará, Pernambuco, Sergipe, Rio de Janeiro, Districto Federal, S. Paulo, Paraná, Santa Catharina, Rio Grande do Sul, Minas Geraes, Goyaz e Matto Grosso.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve, na conformidade do disposto no art. 24 do decreto n. 20.351, de 31 de agosto de 1931 e art. 1° do decreto numero 23.071, de 14 de agosto de 1933, conceder os seguintes auxilios, relativos ao 2° semestre de 1934, a instituições nos Estados do Maranhão, Ceará, Pernambuco, Sergipe, Rio de Janeiro, Districto Federal, S. Paulo, Paraná, Santa Catharina, Rio Grande do Sul, Minas Geraes, Goyaz e Matto Grosso, abaixo indicadas, correndo a despesa por conta da sub-consignação n. 1, da verba 18° — Subvenções, art. 5° do decreto n. 24.167, de 25 de abril do corrente anno.

Associação dos Empregados no Commercio — S. Luiz — Maranhão.....	3:000\$000
Centro Artistico Operario Maranhense — São Luiz — Maranhão .....	10:000\$000
Centro Caixaerial — S. Luiz — Maranhão....	2:500\$000
Collegio Nossa Senhora Auxiliadora — Baturité — Ceará . . . . .	10:000\$000
Collegio Immaculada Conceição — Fortaleza — Ceará . . . . .	5:000\$000
Dispensario dos Pobres — Fortaleza — Ceará	10:000\$000
Hospital Santo Antonio dos Pobres — Iguatú — Ceará . . . . .	15:000\$000
Associação Oswaldo Cruz (mantenedora do In- stituto Pasteur) — Fortaleza — Ceará...	3:000\$000
Instituto de Protecção e Assistencia a Infancia — Fortaleza — Ceará.....	12:500\$000
Maternidade Dr. João Moreira — Fortaleza — Ceará . . . . .	5:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Fortaleza—Ceará	15:000\$000
Escola Agricola — Goyana — Pernambuco....	2:500\$000
Hospital Bom Jesus — Annapolis — Sergipe..	3:000\$000
Hospital de Cirurgia — Aracajú — Sergipe..	10:000\$000
Instituto Historico e Geographico — Aracajú — Sergipe . . . . .	1:000\$000

Orphanato S. Christovão — S. Christovão — Sergipe . . . . .	2:500\$000
Sociedade da Velhice Desamparada—Estancia — Sergipe . . . . .	2:500\$000
Sociedade Beneficente Amparo de Maria — Estancia — Sergipe . . . . .	1:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Campos — Rio de Janeiro . . . . .	10:000\$000
Instituto Protector dos Pobres e Crianças — Districto Federal . . . . .	3:000\$000
Associação Maternidade — S. Paulo . . . . .	5:000\$000
Asylo de Mendicidade S. Vicente de Paulo — Cruzeiro — S. Paulo . . . . .	1:000\$000
Asylo de Mendicidade — Limeira — S. Paulo	2:500\$000
Assistencia á Infancia — Santos — S. Paulo	20:000\$000
Associação Auxilio aos Necessitados — Santos — S. Paulo . . . . .	10:000\$000
Associação Protectora da Infancia Desvalida — Santos — S. Paulo . . . . .	5:000\$000
Associação Crèche Asylo Analia Franco — Santos — S. Paulo . . . . .	10:000\$000
Crèche Baroneza de Limeira — S. Paulo . . . . .	5:000\$000
Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora—S. Paulo . . . . .	15:000\$000
Casa Pia S. Vicente de Paulo (mantenedora do Asylo de Mendicidade) — Botucatu — São Paulo . . . . .	1:000\$000
Escola de Commercio Antonio Rodrigues Alves — Guaratinguetá — S. Paulo . . . . .	5:000\$000
Escola Agricola Coronel José Vicente — Lorena — S. Paulo . . . . .	5:000\$000
Gotta de Leite — Araraquara — S. Paulo . . . . .	5:000\$000
Hospital S. Luiz (Santa Casa de Misericordia) — Araras — S. Paulo . . . . .	1:500\$000
Irmandade de Misericordia — Taubaté — São Paulo . . . . .	5:000\$000
Irmandade da Santa Misericordia de Santos — S. Paulo . . . . .	15:000\$000
Irmandade da Santa Casa de Misericordia — Serra Negra — S. Paulo . . . . .	1:500\$000
Instituto D. Bosco — S. Paulo . . . . .	1:500\$000
Orphanato Santa Veronica — Taubaté — São Paulo . . . . .	5:000\$000
Orphanato Santista — Santos — S. Paulo . . . . .	6:000\$000
Orphanato Olavo Ferraz — Santos — S. Paulo	1:000\$000
Polyclinica de S. Paulo — S. Paulo . . . . .	1:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Tatuhy — São Paulo . . . . .	3:000\$000
Sociedade Beneficente — Tieté — S. Paulo . . . . .	1:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Queluz — São Paulo . . . . .	2:500\$000
Santa Casa de Misericordia — Faxina — São Paulo . . . . .	1:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Arcias — São Paulo . . . . .	1:500\$000

Santa Casa de Misericórdia S. José — Cachoeira — S. Paulo.....	1:500\$000
Santa Casa de Misericórdia — Baurú — São Paulo .....	2:500\$000
Asylo S. Vicente de Paula — Lapa — Paraná	2:500\$000
Hospital Bom Jesus — Rio Negro — Paraná..	2:000\$000
Hospital S. Vicente de Paulo — Guarapuava — Paraná .....	6:000\$000
Asylo de Orphãos S. Vicente de Paulo — Florianopolis — Santa Catharina.....	5:000\$000
Hospital de Caridade Senhor Bom Jesus dos Passos — Laguna — Santa Catharina....	2:500\$000
Instituto Polytechnico — Florianopolis—Santa Catharina .....	5:000\$000
Maternidade de Florianopolis (Associação Irmão Joaquim) — Florianopolis — Santa Catharina .....	5:000\$000
Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco da Penitencia e Hospital de Caridade — São Francisco do Sul — Santa Catharina.....	2:500\$000
Asylo de Orphãos Nossa Senhora da Conceição — Pelotas — Rio Grande do Sul.....	10:000\$000
Asylo de Mendigos — Pelotas — Rio Grande do Sul .....	10:000\$000
Associação das Damas de Caridade — Caxias — Rio Grande do Sul.....	5:000\$000
Bibliotheca Publica Pelotense — Pelotas — Rio Grande do Sul.....	5:000\$000
Hospital de Caridade — Passo Fundo — Rio Grande do Sul .....	5:000\$000
Hospital dos Pobres — São Borja — Rio Grande do Sul .....	15:000\$000
Orphanato N. S. da Piedade — Porto Alegre — Rio Grande do Sul.....	2:500\$000
Santa Casa de Misericórdia — Uruguayana — Rio Grande do Sul.....	10:000\$000
Santa Casa de Misericórdia — Pelotas — Rio Grande do Sul.....	15:000\$000
Albergue Santo Antonio — S. João d'El-Rey — Minas Geraes .....	1:500\$000
Asylo de Orphãos dos Sagrados Corações de Jesus e Maria — Barbacena — Minas Geraes .....	6:000\$000
Associação Protectora dos Pobres e Menores Desamparados — Lambary — Minas Geraes	1:500\$000
Asylo de Invalidos D. Maria Adelayde — Brazopolis — Minas Geraes.....	1:000\$000
Asylo Santo Antonio e Santa Isabel de Hungria — Ouro Preto — Minas Geraes...	1:500\$000
Casa de Caridade de S. Vicente de Paulo — Abaeté — Minas Geraes.....	1:000\$000
Conferencia S. Vicente de Paulo — Uberaba — Minas Geraes .....	1:500\$000
Casa de Caridade — Viçosa — Minas Geraes..	5:000\$000
Casa de Caridade de Alfenas — Minas Geraes..	1:500\$000
Escola Normal — Lambary — Minas Geraes..	15:000\$000



Hospital S. Vicente de Paulo — Marianna — Minas Geraes .....	2:500\$000
Hospital S. João Baptista — Rio Branco — Minas Geraes .....	2:500\$000
Hospital da Conferencia Vicentina de N. S. dos Anjos — Itambacury — Minas Geraes .....	1:000\$000
Hospital Regional do Sul de Minas — Varginha — Minas Geraes .....	3:000\$000
Hospital S. João de Deus — Santa Luzia — Minas Geraes .....	500\$000
Hospital N. S. das Dores — Ponte Nova — Minas Geraes .....	5:000\$000
Instituto Profissional Feminino — Santa Rita do Sapucahy — Minas Geraes.....	5:000\$000
Instituto Commercial — Juiz de Fôra — Minas Geraes .....	10:000\$000
Maternidade Therezinha de Jesus — Juiz de Fôra — Minas Geraes.....	1:000\$000
Orphanato D. Silverio — Cataguazes — Minas Geraes .....	3:000\$000
Orphanato Santo Eduardo — Uberaba — Minas Geraes .....	1:500\$000
Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco de Assis — S. João d'El-Rey — Minas Geraes .....	2:500\$000
Sanat Casa de Caridade — Arassuahy — Minas Geraes .....	1:500\$000
Sociedade S. Vicente de Paulo — Bello Horizonte — Minas Geraes.....	7:500\$000
Santa Casa de Caridade — Itamarandyba — Minas Geraes.....	5:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Passos — Minas Geraes .....	5:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Conquista — Minas Geraes .....	1:500\$000
Santa Casa de Misericordia — Barbacena — Minas Geraes .....	7:500\$000
Santa Casa de Misericordia — Caldas — Minas Geraes .....	1:500\$000
Conferencia S. Vicente de Paulo — Annapolis — Goyaz .....	1:000\$000
Hospital de Caridade — Goyaz.....	3:000\$000
Collegio Santa Thereza — Corumbá — Matto Grosso .....	7:500\$000
Sociedade Beneficente da Santa Casa de Misericordia — Cuyabá — Matto Grosso.....	5:000\$000
Sociedade Beneficente (Hospital de Caridade) — Campo Grande — Matto Grosso.....	1:000\$000
Total.....	494:500\$000

Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

## DECRETO N. 173 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1934

*Concede auxílios no 2º semestre de 1934 a instituições nos Estados do Maranhão, Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro, Districto Federal, Paraná e Minas Geraes.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, na conformidade do disposto no art. 24 do decreto n. 20.351, de 31 de agosto de 1931 e art. 1º do decreto numero 23.071, de 14 de agosto de 1933, conceder os seguintes auxílios relativos ao 2º semestre de 1934, a instituições nos Estados do Maranhão, Pernambuco, Alagôas, Rio de Janeiro, Districto Federal, Paraná e Minas Geraes, abaixo indicadas, correndo a despesa por conta da sub-consignação n. 1 da verba 18ª — Subvenções, art. 5º do decreto n. 24.167, de 25 de abril do corrente anno.

Instituto de Lettras e Officios "Gomes de Souza" — Coroaatá, Maranhão.....	1:500\$000
Asylo Bom Pastor, Recife — Pernambuco...	5:000\$000
Associação Mantnedora do Hospital Centenario, Recife — Pernambuco. . . . .	15:000\$000
Academia de Commercio, Recife — Pernambuco	10:000\$000
Collegio N. S. de Lourdes, Palmares — Pernambuco. . . . .	1:500\$000
Orphanato N. S. das Dôres, Bezerras — Pernambuco. . . . .	1:000\$000
Companhia de Caridade, Recife — Pernambuco	10:000\$000
Escola de Bellas Artes, Recife — Pernambuco	10:000\$000
Escola Agricola S. Sebastião, Jaboatão — Pernambuco. . . . .	5:000\$000
Escola de Engenharia de Pernambuco, Recife — Pernambuco. . . . .	25:000\$000
Faculdade de Medicina de Recife, Recife — Pernambuco. . . . .	25:000\$000
Instituto Archeologico, Historico e Geographico, Recife — Pernambuco. . . . .	1:500\$000
Liga Pernambucana contra a Mortalidade Infantil, Recife — Pernambuco. . . . .	7:500\$000
Cruz Vermelha Pernambucana (mantenedora da Maternidade do Recife), Recife — Pernambuco. . . . .	20:000\$000
Lyceu de Artes e Officios, Recife — Pernambuco. . . . .	10:000\$000
Collegio N. S. do Bom Conselho, Bom Conselho — Pernambuco. . . . .	1:500\$000
Sociedade Beneficente de Nazareth (mantenedora do Hospital Regional Hermirio Coutinho), Recife — Pernambuco. . . . .	3:500\$000
Santa Casa de Misericordia, Recife — Pernambuco. . . . .	25:000\$000
Sociedade dos Cooperadores Parochiaes, Recife — Pernambuco. . . . .	15:000\$000
Asylo Bom Pastor, Maceió — Alagôas. . . . .	1:500\$000

Casa do Pobre, Maceió — Alagôas. . . . .	1:000\$000
Orphanato São Domingos, Maceió — Alagôas	5:000\$000
Santa Casa de Misericórdia, Maceió — Alagôas	15:000\$000
Asylo da Divina Providencia, Nietheroy — Rio de Janeiro. . . . .	2:500\$000
Associação Protectora do Recolhimento de Desvalidos, Petropolis — Rio de Janeiro	5:000\$000
Casa de Caridade, Parahyba do Sul — Rio de Janeiro. . . . .	3:000\$000
Lyceu de Artes e Officios, Petropolis — Rio de Janeiro. . . . .	7:500\$000
Patronato de Menores Abandonados, São Gonçalo — Rio de Janeiro. . . . .	1:500\$000
Associação Charitas Social — Districto Federal	10:000\$000
Escola Agronomica do Paraná, Curityba — Paraná. . . . .	35:000\$000
Faculdade de Medicina do Paraná, Curityba — Paraná. . . . .	50:000\$000
Faculdade de Engenharia do Paraná, Curityba — Paraná. . . . .	25:000\$000
Faculdade de Direito do Paraná, Curityba — Paraná. . . . .	25:000\$000
Federação Espirita do Paraná, Curityba — Paraná. . . . .	1:500\$000
Hospital de Caridade, Antonina — Paraná..	1:500\$000
Collegio São José, Juiz de Fôra — Minas Geraes. . . . .	10:000\$000
Escola de Engenharia, Juiz de Fôra — Minas Geraes. . . . .	45:000\$000
Instituto Gammon, Lavras — Minas Geraes...	12:500\$000
Hospital Cassiano Campolina, Entre Rios — Minas Geraes. . . . .	1:000\$000
Orphanato N. S. do Carmo, Carmo do Rio Claro — Minas Geraes. . . . .	1:500\$000
Santa Casa de Misericórdia, Monte Santo — Minas Geraes. . . . .	2:500\$000
Total. . . . .	<hr/> 455:500\$000 <hr/>

Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

---

DECRETO N. 174 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1934

*Concede o auxilio de 171:000\$000 ao Estado de Santa Catharina, para o serviço de nacionalização do ensino, no 2° semestre deste anno*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, na conformidade do art. 1° do decreto n. 13.014, de

---

4 de maio de 1918, combinado com o de n. 22, do decreto numero 20.351, de 31 de agosto de 1931:

Artigo unico. Fica concedido ao Estado de Santa Catharina o auxilio na importancia de cento e setenta e um contos de réis (171:000\$000), correspondente á quota que lhe compete para a manutenção do serviço de nacionalização do ensino, no segundo semestre deste anno, correndo a despesa por conta da sub-consignação n. 1 — da verba 18ª -- Subvenções — art. 5º do decreto n. 24.157, de 25 de abril de 1934, e revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1934, 113º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

---

DECRETO N. 175 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1934

*Approva novo projecto e respectivo orçamento para a construção de uma casa destinada á moradia do engenheiro residente em Cruz Alta, na linha de Santa Maria a Marcellino Ramos, da Rede de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul, e autoriza a mesma Rede a executar os serviços de rectificação da linha tronco, entre Barreto e Gravatahy, com as modificações necessarias*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que solicitou o Estado do Rio Grande do Sul e de accôrdo com os pareceres prestados, decreta:

Art. 1º Ficam approvados o novo projecto e respectivo orçamento, os quaes com este baixam, rubricados pelo director geral de Expediente, interino, da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, para a construcção de uma casa destinada á moradia do engenheiro residente em Cruz Alta, na linha de Santa Maria a Marcellino Ramos, da Rede de Vição Ferrea Federal do Rio Grande do Sul, arrendada ao referido Estado, — em substituição aos approvados — pelo decreto n. 19.916, de 24 de abril de 1931 (n. 5, art. 1º), que não foram executados attentas as razões apresentadas pelo arrendatario em officio n. 412, de 1 de março de 1933.

§ 1.º De conformidade com o disposto na clausula I e no item 2º da clausula II do termo decorrente do decreto numero 18.551, de 31 de dezembro de 1928, modificativo do contracto de arrendamento autorizado pelo decreto n. 15.438, de 10 de abril de 1922, a despesa que fór realmente effectuada e apurada em regular tomada de contas, até o maximo do orçamento ora approvado, na importancia total de 59:632\$355 (cincoenta e nove contos seiscentos e trinta e dous mil trezentos e cincoenta e cinco réis), já attendidas as correções feitas pela Inspectoria Federal das Estradas, será inscripta na conta do "Fundo de melhoramentos" a que se reporta a citada clausula I.

§ 2.º Para a conclusão dos trabalhos fica fixado o prazo de 6 (seis) mezes, a contar da data em que a Rêde fôr notificada deste decreto pela respectiva fiscalização.

Art. 2.º Fica a Rêde de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul autorizada a executar os serviços de rectificação da linha tronco de Porto Alegre a Santa Maria, no trecho entre a estação de Barreto e Gravatahy, com as modificações que julgar necessarias nos estudos citados no art. 3º do decreto n. 19.916, de 24 de abril de 1931, respeitado porém o orçamento a que o mesmo artigo faz referencia, e sob condição de serem as alludidas modificações levadas ao conhecimento da Inspectoria Federal das Estradas.

Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica..

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

DECRETO N. 176 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1934

*Supprime o cargo de ajudante de porteiro da Alfandega de Recife*

O Presidente da Republica aos Estados Unidos do Brasil, resolve, em vista do disposto no decreto n. 19.781, de 29 de março de 1931, supprimir o logar de ajudante de porteiro da Alfandega de Recife, Estado de Pernambuco.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 177 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1934

*Autoriza o cidadão brasileiro Antonio Lartigan Seabra, sem prejuizo do que determina o art. 10 do decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas), a pesquisar ouro e pedras preciosas no immovel denominado "Sitio do Camargo", pertencente a Adriano Seabra e situado no districto de Iporanga, municipio e comarca de Apiahy, Estado de São Paulo*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição, e tendo em vista o decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Antonio Lartigan Seabra, sem prejuizo do que determina o art. 10 do decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas),

---

a pesquisar ouro e pedras preciosas no immovel denominado "Sitio do Camargo", pertencente a Adriano Seabra e situado no districto de Iporanga, municipio e comarca de Apiahy, Estado de São Paulo, mediante as seguintes condições:

I — O titulo desta autorização, que será uma via autentica deste decreto, na forma do § 4º do art. 18 do Codigo de Minas, será pessoal e somente transmissivel no caso de herdeiros necessarios e conjuge sobrevivente, bem como no de successão commercial;

II — Esta autorização durará dous (2) annos, podendo ser renovada na conformidade do art. 26 do Codigo de Minas, e o campo da pesquisa é o indicado neste artigo, não podendo exceder os limites do immovel no mesmo referido;

III — A pesquisa seguirá um plano preestabelecido, que será organizado pelo autorizado e submettido á approvação do Governo, ouvido o Departamento Nacional da Produçção Mineral;

IV — O Governo fiscalizará a execução do plano de que trata o numero anterior, podendo mesmo alteral-o, para melhor orientação da marcha dos trabalhos;

V — Na conclusão dos trabalhos de pesquisa, sem prejuizo de quaesquer informações pedidas pelo Governo no curso delles, o autorizado deverá apresentar ao Departamento Nacional da Produçção Mineral do Ministerio da Agricultura um relatório circumstanciado, acompanhado de perfis geologicos e plantas, em tela e cópia, onde sejam indicados com exactidão os côrtes que se houverem feito no terreno, o maximo da profundidade que houverem attingido os trabalhos de pesquisa, a inclinação e direcção do veieiro ou deposito que se houver descoberto, espessura média e área do mesmo, teor médio em ouro por metro cubico, bem como outros esclarecimentos que se tornarem necessarios para o reconhecimento e apreciação da jazida;

VI — Do minerio e material extrahido, o autorizado não poderá utilizar-se senão de pequenas quantidades, sufficientes para analyses e ensaios industriaes, só podendo dispor do mais depois de iniciada a lavra;

VII — Serão respeitadas os direitos de terceiros, resarcindo o autorizado damnos e prejuizos que occasionar, a quem de direito, e não respondendo o Governo pelas limitações que possam sobrevir ao titulo, da opposição dos ditos direitos.

Art. 2.º Esta autorização será considerada abandonada, para o effeito do paragrapho unico do art. 27 do Codigo de Minas, nas seguintes condições:

I — Si o autorizado não iniciar os trabalhos de pesquisa dentro dos seis (6) primeiros mezes, contados da data da autorização;

II — Si interromper os trabalhos de pesquisa, depois de iniciados, por igual espaço de tempo, salvo motivo de força maior, a juizo do Governo;

III — Si não apresentar o plano dos trabalhos de pesquisa em tempo util para poder dar inicio á sua execução, dentro do prazo a que allude o n. I deste artigo;

IV — Si, findo o prazo da autorização, sem ter sido renovada na forma do art. 20 do Código de Minas, não apresentar, dentro de trinta (30) dias, o relatório final, nas condições especificadas no n. V do artigo anterior.

Art. 3.º Si o autorizado infringir o n. I ou o n. VI do art. 1.º, ou não se submeter às exigências da fiscalização, será annullada esta autorização, na forma do art. 28 do Código de Minas.

Art. 4.º O título a que allude o n. I do art. 1.º pagará de sello a quantia de trezentos mil réis (300\$000) e só será valido depois de transcripto no respectivo registro, após o pagamento do sello, na forma do § 5.º do art. 18 do Código de Minas.

Art. 5.º O autorizado deverá satisfazer o pagamento da taxa da publicação deste decreto no *Diario Official*, dentro de trinta (30) dias, contados do data do convite para esse fim publicado naquella orgão official, sob pena de ficar sem effeito o presente decreto.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1934, 113.º da Independencia e 46.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Osilton Braga.*

#### DECRETO N. 178 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1934

*Autoriza o cidadão brasileiro Jonas Barcellos Corrêa, por si ou sociedade que organizar, a pesquisar ouro no leito do rio das Velhas, em uma extensão de vinte e cinco (25) kilometros, rio abaixo, a partir de sessenta (60) kilometros abaixo da ponte do Campinho, trecho de rio este situado nos municipios de Santa Luzia e Sete Lagoas, no Estado de Minas Geraes*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1.º, da Constituição, e tendo em vista o decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Jonas Barcellos Corrêa, por si ou sociedade que organizar, a pesquisar ouro no leito do rio das Velhas, em uma extensão de vinte e cinco (25) kilometros, rio abaixo, a partir de sessenta (60) kilometros abaixo da ponte do Campinho, trecho de rio este situado nos municipios de Santa Luzia e Sete Lagoas, no Estado de Minas Geraes, e mediante as seguintes condições:

I — O título desta autorização, que será uma via autentica deste decreto, na forma do § 4.º do art. 18 do Código de Minas, será pessoal e sómente transmissivel nos casos previstos no n. I do art. 19 do referido Código;

II — Esta autorização durará dois (2) annos, podendo ser renovada, na conformidade do art. 20 do Código de Minas, e

o campo da pesquisa é o indicado neste artigo, não podendo exceder á extensão no mesmo marcada;

III — A pesquisa seguirá um plano preestabelecido, que será organizado pelo autorizado e submettido á aprovação do Governo, ouvido o Departamento Nacional da Produção Mineral;

IV — O Governo fiscalizará a execução do plano de que trata o numero anterior, podendo mesmo alteral-o para melhor orientação da marcha dos trabalhos; juizo de quaesquer informações pedidas pelo Governo no curso delles, o autorizado deverá apresentar ao Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministerio da Agricultura um relatório circunstaneiado, acompanhado de perfis geologicos e plantas, em tela e cópia, onde sejam indicados com exactidão os côrtes que se houverem feito no campo da pesquisa, o maximo da profundidade que houverem attingido os trabalhos de pesquisa, a inclinação e direcção do veioiro ou deposito que se houver descoberto, espessura média e área do mesmo, teor médio em ouro por metro cubico, bem como outros esclarecimentos que se tornarem necessarios para o reconhecimento e apreciação da jazida;

VI — Do minerio e material extrahido, o autorizado não poderá utilizar-se senão de pequenas quantidades, sufficientes para analyses e ensaios industriaes, só podendo dispor do mais depois de iniciada a lavra;

VII — Ficam resalvados os interesses da navegação e da fluctuação no trecho de rio objecto desta autorização, sujeitando-se, portanto, o autorizado, ás exigencias que lhe forem impostas neste sentido pelas autoridades competentes;

VIII — Serão respeitados os direitos de terceiros, resarcindo o autorizado danos e prejuizos que occasionar, a quem de direito, e não respondendo o Governo pelas limitações que possam sobrevir ao titulo, da opposição dos ditos direitos.

Art. 2.º Esta autorização é dada sem prejuizo do que determina o n. VIII do art. 19 do Código de Minas.

Art. 3.º Esta autorização será considerada abandonada, para o effeito do paragrapho unico do art. 27 do Código de Minas, nas seguintes condições:

I — Si o autorizado não iniciar os trabalhos de pesquisa dentro dos seis (6) primeiros mezes, contados da data da autorização;

II — Si interromper os trabalhos de pesquisa, depois de iniciados, por igual espaço de tempo, salvo motivo de força maior, a juizo do Governo;

III — Si não apresentar o plano dos trabalhos de pesquisa em tempo util para poder dar inicio á sua execução, dentro do prazo a que allude o n. I deste artigo;

IV — Si, findo o prazo da autorização, sem ter sido renovada na forma do art. 20 do Código de Minas, não apresentar, dentro de trinta (30) dias, o relatório final, nas condições especificadas no n. V do art. 1.º.



Art. 4.º Si o autorizado infringir o n. I ou o n. VI do art. 1.º, ou não se submeter às exigências da fiscalização, será annullada esta autorização na forma do art. 28 do Código de Minas.

Art. 5.º O titulo a que allude o n. I do art. 1.º pagará de sello a quantia de duzentos mil réis (200\$000) e só será valido depois de transcripto no respectivo registro após o pagamento do sello, na forma do § 5.º do art. 18 do Código de Minas.

Art. 6.º O interessado deverá satisfazer o pagamento da taxa da publicação deste decreto no *Diário Official*, dentro de trinta (30) dias, contados da data do convite para esse fim publicado naquella orgão official, sob pena de ficar sem effeito o presente decreto.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1934, 113.º da Independencia e 46.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Odilon Braga.

---

DECRETO N. 179 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1934

*Autoriza o cidadão brasileiro Decio Silviano Brandão, por si ou sociedade que organizar, a pesquisar ouro no leito do rio das Velhas, em uma extensão de vinte e cinco (25) kilometros, rio abaixo, a partir de um ponto localizado a cinco (5) kilometros abaixo da ponte do Jequetibá, trecho este situado no municipio de Sete Lagoas, Estado de Minas Geraes.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição, e tendo em vista o decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Código de Minas);

Decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Decio Silviano Brandão, por si ou sociedade que organizar, a pesquisar ouro no leito do rio das Velhas, em uma extensão de vinte e cinco (25) kilometros, rio abaixo, a partir de um ponto localizado a cinco (5) kilometros abaixo da ponte do Jequetibá, trecho este situado no municipio de Sete Lagoas, Estado de Minas Geraes, — e mediante as seguintes condições:

I — O titulo desta autorização, que será uma via autentica deste decreto na forma do § 4.º do art. 18 do Código de Minas, será pessoal e sómente transmissivel nos casos previstos no n. I do art. 19 do citado Código.

II — Esta autorização durará dois (2) annos, podendo ser renovada na conformidade do art. 20 do Código de Minas e o campo da pesquisa é o indicado neste artigo, não podendo exceder á extensão no mesmo marcada;

III — A pesquisa seguirá um plano preestabelecido, que será organizado pelo autorizado e submettido á approvação do Governo, ouvido o Departamento Nacional da Produção Mineral;

IV — O Governo fiscalizará a execução do plano de que trata o numero anterior, podendo mesmo alteral-o para melhor orientação da marcha dos trabalhos;

V — Na conclusão dos trabalhos, sem prejuizo de quaesquer informação pedidas pelo Governo no curso delles, o autorizado deverá apresentar ao Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministerio da Agricultura um relatorio circumstanciado, acompanhado de perfis geologicos e plantas, em tela e cópia, onde sejam indicados com exactidão os cortes que se houverem feito, o maximo da profundidade que houverem attingido os trabalhos de pesquisa, a espessura, média e a área dos depositos alluvionares, seu volume e teor medio em ouro por metro cubico, bem como de outros esclarecimentos que se tornarem necessarios para o reconhecimento e apreciação da jazida;

VI — Do minerio e material extrahido, o autorizado não poderá utilizar-se senão de pequenas quantidades, sufficientes para analyses e ensaios industriaes, só podendo dispôr do mais depois de iniciada a lavra;

VII — Ficam resalvados os interesses da navegação e da fluctuação, sujeitando-se, portanto, o autorizado ás exigencias que lhe forem impostas neste sentido pelas autoridades competentes;

VIII — Serão respeitados os direitos de terceiros, resarcindo o autorizado damnos e prejuizos que occasionar, a quem de direito, e não respondendo o Governo pelas limitações que possam sobrevir ao titulo, da opposição dos ditos direitos.

Art. 2.º Esta autorização é dada sem prejuizo do que determina o n. VIII do art. 19 doCodigo de Minas.

Art. 3.º Esta autorização será considerada abandonada, para o effeito do paragrapho unico do art. 27 doCodigo de Minas, nas seguintes condições:

I — Si o autorizado não iniciar os trabalhos de pesquisa dentro dos seis (6) primeiros mezes contados da data da autorização;

II — Si interromper os trabalhos depois de iniciados por igual espaço de tempo, salvo motivo de força maior, a juizo do Governo;

III — Si não apresentar o plano dos trabalhos em tempo util para poder dar inicio á sua execução dentro do prazo a que allude o n. I, deste artigo;

IV — Si, findo o prazo da autorização, sem ter sido renovada na forma do art. 20 doCodigo de Minas, não apresentar dentro de um (1) mez, o relatorio final, nas condições especificadas no n. V do art. 1.º.

Art. 4.º Si o autorizado infringir o n. I ou o n. VI do art. 1.º ou não se submeter ás exigencias da fiscalização, será annullada esta autorização, na forma do art. 28 doCodigo de Minas.

Art. 5.º O titulo a que allude o n. I do art. 1.º pagará da sello a quantia de duzentos mil réis (200\$000) e só será valido depois de transcripto no respectivo registro após o pagamento do sello, na forma do § 5.º do art. 18 doCodigo de Minas.

Art. 6.º O interessado deverá satisfazer o pagamento da taxa da publicação deste decreto no *Diario Official*, dentro do

trinta (30) dias, contados da data do convite para esse fim publicado naquella orgão official, sob pena de ficar sem effeito o presente decreto.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1934, 113.ª da Independencia e 46.ª da Republica

GETULIO VARGAS.

Odilon Braga.

---

DECRETO N. 180 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1934

*Declara caducas varias autorizações concedidas para a celebração de contractos, com o Governo do Estado de Minas Geraes, de pesquisa e lavra de ouro em trechos diversos, do leito e margens devolutas do rio das Velhas.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição, e

Considerando que não foram cunpridas, por motivos varios, as estipulações dos decretos e prorogações abaixo mencionados, autorizando a celebração de contractos, com o Governo do Estado de Minas Geraes, para a pesquisa e lavra de ouro, em varios trechos do rio das Velhas;

Considerando que se torna necessario trazer ao conhecimento publico o acto de annullação dos decretos abaixo enumerados, para os fins convenientes de direito;

Decreta:

Art. 1.º Ficam declaradas caducas as autorizações concedidas a Rodolpho Cabral, pelo decreto n. 23.780, de 23 de janeiro de 1934; a Hermano Lott Junior, pelo decreto numero 23.783, de 23 de janeiro de 1934; a Murillo Vianna Gomes Baptista, pelo decreto n. 23.787, de 23 de janeiro de 1934; a Hermann Blanck, pelo decreto n. 23.789, de 23 de janeiro de 1934; a Alberto de Carvalho Drummond, pelo decreto numero 23.893, de 20 de fevereiro de 1934; a José Gonçalves de Mello, pelo decreto n. 23.896, de 20 de fevereiro de 1934; e, bem assim, as autorizações e prorogações de prazo concedidas a Jayme Vianna, pelos decretos ns. 23.717, de 9 de janeiro de 1934, e 24.650, de 10 de julho de 1934; a Sylvio Barbosa, pelos decretos ns. 23.718, de 9 de janeiro de 1934, e 26, de 23 de agosto de 1934; a Raul Teixeira da Costa Sobrinho, pelos decretos ns. 23.720, de 9 de janeiro de 1934, e 30, de 23 de agosto de 1934; a Franklin Teixeira de Salles, pelos decretos numeros 23.721, de 9 de janeiro de 1934, e 27, de 23 de agosto de 1934; a Eugenio Gomes de Carvalho, pelos decretos numeros 23.778, de 23 de janeiro de 1934, e 28, de 23 de agosto de 1934; e a F. A. Lohner, pelos decretos ns. 23.779, de 23 de janeiro de 1934, e 24.648, de 10 de julho de 1934; para a celebração, com o Governo do Estado de Minas Geraes, de contractos de pesquisas e lavra de ouro em trechos diversos do leito e margens devolutas do rio das Velhas, caducidade esta,

---

que é motivada e declarada por não terem sido cumpridas, dentro dos prazos estipulados nos ns. I dos arts. 1º, de seus respectivos decretos de autorização, e nem dentro dos prazos concedidos pelas prorrogações mencionadas, as obrigações contidas nos mesmos.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Odilon Braga.

---

DECRETO N. 181 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1934

*Outorga ao cidadão brasileiro José Madureira Junior, ou á sociedade que organizar, concessão para o aproveitamento da energia hydraulica da Cachoeira do Jaó, existente no rio Meia Ponte, municipio de Campinas, do Estado de Goyaz*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o § 1º do art. 56 da Constituição, e tendo em vista o decreto n. 24.643, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Aguas);

Decreta:

Art. 1º E' outorgada ao cidadão brasileiro José Madureira Junior, ou á sociedade que organizar, concessão para o aproveitamento da energia hydraulica da Cachoeira do Jaó, existente no rio Meia Ponte, municipio de Campinas, do Estado de Goyaz.

Paragrapho unico. O aproveitamento destina-se á produção, transmissão e distribuição de energia electrica para serviços publicos federaes, estaduais e municipaes, iluminação publica e particular, força motriz e, em geral, o commercio da energia na nova capital do Estado de Goyaz, ora em construção, e nos municipios de Campinas, Trindade e Inhúmas.

Art. 2º O concessionario, se obriga sob pena de ficar de nenhum effeito o presente decreto, a:

I — Apresentar, dentro do prazo de um anno, contado da data da publicação deste decreto, e em tres (3) vias:

a) planta do trecho do rio a aproveitar e dos terrenos marginaes a serem inundados pelo *remous* da barragem, em escala de um por dois mil (1:2.000);

b) planta da secção do rio onde fôr projectada a barragem e estudos para fundação em escala de um por duzentos (1:200);

c) projecto da barragem, vertedouros, comportas, etc., em escala de um por duzentos (1:200) com detalhes em escala de um por cinquenta (1:50) e um por vinte (1:20);

d) projecto do canal de adducção em escala de um por duzentos (1:200) com perfis transversaes;

e) projecto do castello d'agua em escala de um por cincoenta (1:50);

f) projecto e calculo dos tubos de carga em escala de um por cem (1:100);

g) projecto da usina hydro-electrica para produzir corrente triphasica com 50 cyclos, desenhos das turbinas, descripção dos alternadores, transformadores, para-raios, etc.;

h) projecto das linhas de transmissão e da rede de distribuição acompanhado de mappa da região, em escala razoavel e com detalhes;

i) memoria justificativa, incluindo orçamento global e detalhado de todas as partes do projecto, bem como das desapropriações a fazer.

II — Assignar o contracto de concessão dentro do prazo de um mez, contado da data da publicação do acto de approvação da respectiva minuta pelo Ministro da Agricultura.

Art. 3.º A minuta do contracto de que constarão todas as exigencias de ordem technica, financeira, fiscal, administrativa e penal, previstas noCodigo de Aguas, será preparada pelo Serviço de Aguas do Departamento Nacional de Produção Mineral, e submettida á approvação do ministro da Agricultura.

Art. 4.º A concessão vigorará pelo prazo de 30 annos contados da data da assignatura do respectivo contracto.

Art. 5.º Ao concessionario é assegurado, durante a vigencia da concessão, respeitadas os direitos anteriormente adquiridos, o privilegio exclusivo de transmittir e distribuir energia hydro-electrica para os fins e na zona discriminados no n. 1 do art. 4.º.

§ 1.º Esta exclusividade, entretanto, não impedirá que sejam feitas concessões ou autorizações para produção e transmissão de energia hydro-electrica destinada só ao uso exclusivo dos respectivos concessionarios ou autorizados, não podendo os mesmos fornecer a terceiros energia hydro-electrica, mesmo a titulo gratuito.

§ 2.º A mesma exclusividade cessará, si, dentro dos prazos marcados no contracto de concessão ou nos contractos de fornecimento, o concessionario deixar de fornecer os serviços exigidos.

Art. 6.º Enquanto o concessionario gozar do privilegio exclusivo de que trata o artigo 5.º, poderá dispôr das reservas de energia de que trata o artigo 155, doCodigo de Aguas.

Art. 7.º O capital do concessionario será inicialmente o custo approvado das installações, nelle incluidas as despesas de organização. Esse capital será accrescido do custo dos melhoramentos, quaesquer que sejam, desde que hajam sido approvados pelo Governo.

Art. 8.º As tarifas de fornecimento de energia serão fixadas, de conformidade com o art. 180, doCodigo de Aguas, seus numeros e alneas, observado o que dispõe o art. 163, do mesmoCodigo, bem como o art. 137, da Constituição Federal, e a lei que o regulamentar.

Art. 9.º As reservas para a depreciação constituirão um fundo cujo limite será fixado no contracto de concessão.

§ 1.º Esse fundo custeará a renovação do material e sua efficiente conservação, bem como as substituições por accidentes;

§ 2.º Quando esse fundo attingir o limite fixado no contracto, a quota a elle destinada será escripturada em conta especial, cujo saldo será considerado como receita no novo periodo de fixação de tarifas, sempre que delle não se houver mister para completar o fundo de depreciação.

Art. 10. Si a receita fôr insufficiente para a justa retribuição do capital e para a manutenção dos serviços, os *deficits* verificados em um triennio serão escripturados em conta especial, com juros razoaveis, a qual será amortizada nos triennios subsequentes por quotas a esse fim destinadas, nas novas fixações de tarifas.

Art. 11. O concessionario gozará desde a data da assignatura do contracto de concessão, e enquanto esta vigorar, dos favores constantes do art. 151, do Código de Aguas.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

---

DECRETO N. 182 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1934

*Autoriza o cidadão brasileiro Benjamin Rondon, por si ou sociedade que organizar, a pesquisar ouro alluvionar no leito e margens devolutas do rio Sapucahy Grande, numa extensão de cem (100) kilometros, rio acima, a partir da foz do rio Verde no mesmo rio Sapucahy Grande, ponto este situado no limite dos municipios de Tres Pontas, Paraguassú e Eloy Mendes, no Estado de Minas Geraes*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição, e tendo em vista o decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Benjamin Rondon, por si ou sociedade que organizar, a pesquisar ouro alluvionar no leito e margens devolutas do rio Sapucahy Grande, numa extensão de cem (100) kilometros, rio acima, a partir da foz do rio Verde no mesmo rio Sapucahy Grande, ponto este situado no limite dos municipios de Tres Pontas, Paraguassú e Eloy Mendes, e mediante as seguintes condições:

I — O titulo desta autorização, que será uma via autentica deste decreto, na forma do § 4º do art. 18 do Codigo de Minas, será pessoal e sómente transmissivel nos casos previstos no n. 1, do art. 19, do referido Codigo;

II — Esta autorização durará dois (2) annos, podendo ser renovada na conformidade do art. 20 do Codigo de Minas, e o campo da pesquisa é o indicado neste artigo, não podendo exceder á extensão no mesmo marcada;

III — A pesquisa seguirá um plano preestabelecido, que será organizado pelo autorizado e submettido á approvação do Governo, ouvido o Departamento Nacional da Produccão Mineral;

IV — O Governo fiscalizará a execução do plano de que trata o numero anterior, podendo mesmo alteral-o para melhor orientação da marcha dos trabalhos;

V — Na conclusão dos trabalhos de pesquisa, sem prejuizo de quaesquer informações pedidas pelo Governo no curso delles, o autorizado deverá apresentar ao Departamento Nacional da Produccão Mineral do Ministerio da Agricultura um relatorio circumstanciado, acompanhado de perfis geologicos e plantas, em téla e cópia, onde sejam indicados com exactidão os cortes que se houverem feito no campo da pesquisa, o maximo da profundidade que houverem attingido os trabalhos, a inclinação e direcção do deposito alluvionar que se houver descoberto, espessura media e área do mesmo, seu volume e teor medio em ouro por metro cubico, hem como outros esclarecimentos que se tornarem necessarios para o reconhecimento e apreciação da jazida;

VI — Do minerio e material extrahido, o autorizado não poderá utilizar-se senão de pequenas quantidades, sufficientes para analyses e ensaios industriaes, só podendo dispôr do mais depois de iniciada a lavra;

VII — O autorizado não poderá prejudicar o trabalho dos faiscadores e garimpeiros porventura existentes no trecho do rio objecto desta autorização, desde que o referido trabalho se exerça na fórma da respectiva legislação;

VIII — Ficam resalvados os interesses da navegação e da fluctuação no trecho de rio a que se refere esta autorização, sujeitando-se, portanto, o autorizado ás exigencias que lhe forem impostas, neste sentido, pelas autoridades competentes;

IX — Serão respeitadas os direitos de terceiros, resarcindo o autorizado damnos e prejuizos que occasionar, a quem de direito, e não respondendo o Governo pelas limitações que possam sobrevir ao titulo, da opposição dos ditos direitos.

Art. 2.º Esta autorização é dada sem prejuizo do que determina o n. VIII do art. 19 doCodigo de Minas.

Art. 3.º Esta autorização será considerada abandonada, para o effeito do paragrapho unico do art. 27 doCodigo de Minas, nas seguintes condições:

I — Si o autorizado não iniciar os trabalhos de pesquisa dentro dos seis (6) primeiros mezes contados da data da autorização;

II — Si interromper os trabalhos de pesquisa, depois de iniciados, por igual espaço de tempo, salvo motivo de força maior, a juizo do Governo;

III — Si não apresentar o plano dos trabalhos de pesquisa em tempo util para poder dar inicio á sua execução dentro do prazo a que allude o n. I deste artigo;

IV — Si, findo o prazo da autorização, sem ter sido renovada na fórma do art. 20 doCodigo de Minas, não apresentar, dentro de trinta (30) dias, o relatorio final, nas condições especificadas no n. V do art. 1º.

Art. 4.º Si o autorizado infringir o n. I ou o n. VI do art. 1º, ou não se submeter ás exigencias da fiscalização, será annullada esta autorização, na fórma do art. 28 doCodigo de Minas.

Art. 5.º O titulo a que allude o n. I do art. 1º, pagará de sello a quantia de trezentos mil réis (300\$000) e só será valido depois de transcripto no respectivo registro após o pagamento do sello, na fórma do § 5º do art. 18 doCodigo de Minas.

Art. 6.º O interessado deverá satisfazer o pagamento da taxa da publicação deste decreto no *Diário Official*, dentro de trinta (30) dias, contados da data do convite para esse fim publicado naquella orgão official, sob pena de ficar sem effeito o presente decreto.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

DECRETO N. 183 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1934 (\*)

***Approva o regulamento do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Commercialarios***

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição, e tendo em vista o disposto no decreto n. 24.273, de 22 de maio de 1934, decreta:

Art. 1.º Fica approvedo o regulamento do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Commercialarios, que a este accompanha, assignado pelo ministro de Estado dos Negocios do Trabalho, Industria e Commercio.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1934, 113º da Independencia e 43º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamennon Magalhães*

(\*) Decreto n. 183, de 26 de dezembro de 1934. — Rectificação publicada no *Diário Official* de 23 de março de 1935:

*Regulamento*

Art. 7º, alinea *i*. Em vez de — restaurantes, apartamento; — leia-se — restaurantes e casas de apartamentos;

Art. 7º, alinea *f*. Onde se lê — empresa de mudanças — diga-se — empresas de mudanças;

Art. 7º, alinea *g*. Em vez de — casa de espectaculos — leia-se — casas de espectaculos;

Art. 20. Onde se lê -- e sua ficha individual, -- diga-se -- a sua ficha individual;



**Regulamento do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos  
Commerciarios, annexo ao decreto n. 183, de 26 de de-  
zembro de 1934**

**CAPITULO I**

**DENOMINAÇÃO, SÉDE E FINS DO INSTITUTO**

Art. 1.º O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Commerciarios, com a qualidade de pessoa juridica e séde na capital da Itepublica, subordinado ao Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio, por intermedio do Conselho Nacional do Trabalho, será regido pelo decreto n. 24.273, de 22 de maio de 1934, e pelas disposições deste regulamento.

Art. 2.º O Instituto tem por fim conceder aos seus associados os seguintes beneficios:

- a) aposentadoria;
- b) pensão aos herdeiros;
- c) auxilio-maternidade;
- d) assistencia medica, cirurgica e hospitalar.

**CAPITULO II**

**DA ORGANIZAÇÃO, JURISDIÇÃO E COMPETENCIA**

Art. 3.º Para realização dos seus fins, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Commerciarios compõe-se de:

- a) uma administração central, na séde do Instituto;
- b) departamentos regionaes;
- c) caixas locais, directamente subordinadas aos departamentos.

Art. 4.º A jurisdição da administração central, decorrente da lei instituidora e deste regulamento, estende-se por todo o territorio nacional.

§ 1.º A jurisdição dos departamentos regionaes será estadual ou interestadual, abrangendo o territorio de um ou mais de um Estado da União, conforme sua organização.

§ 2.º As Caixas locais têm jurisdição municipal ou intermunicipal, consoante comprehendam um, ou mais de um municipio.

Art. 20, paragrapho unico. Em vez de — no § 2º do art. 9º, — leia-se — no § 3º, alinea, a, do art. 9º.

Art. 22 alinea a. Onde se lê — (tres por cento e 5 % — diga-se — (tres por cento) a 5 %;

Art. 37. Em vez de — “sello de Previdencia” — leia-se — “sello de previdencia”;

Art. 50. § 2º. Onde se lê — serão calculadas pelas actuado o balanço geral da receita e despesa do Instituto com — diga-se — serão calculadas pelas tabuas que mais de adaptem ao meio brasileiro, ouvido o Conselho Actuarial;

Art. 5.º Ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, dentro da sua organização funcional, jurisdição e competência, cabe:

- a) inscrever seus associados;
- b) organizar o cadastro dos empregadores sujeitos a este regulamento;
- c) arrecadar, movimentar e applicar as rendas do Instituto;
- d) conceder ou denegar os benefícios consignados neste regulamento;
- e) tomar todas as providencias necessarias á perfeita execução e fiscalização da lei, deste regulamento e das instruções, expedidas para o mesmo fim.

§ 1.º Cabe aos departamentos regionaes:

- a) executar os serviços a cargo do Instituto;
- b) orientar e fiscalizar as Caixas locais.

§ 2.º As Caixas locais funcionam como agencias receptoras e pagadoras dos Departamentos regionaes, cabendo-lhes servir de intermediario entre os associados e os Departamentos Regionaes.

### CAPITULO III

#### DOS ASSOCIADOS

Art. 6.º São obrigatoriamente associados do Instituto e, neste caracter, seus contribuintes, desde que tenham, no maximo 60 annos de idade:

Art. 57, alinea b. Em vez de — da redução de 2/3 — leia-se — da redução de mais de 2/3;

Art. 101, § 2º. Onde se lê — dos empregadores e dos empregados — diga-se — dos empregadores e os dos empregados;

Art. 112, § 2º. Em vez de — empregados e dos empregadores — leia-se — empregados e os dos empregadores;

Art. 116. Onde se lê — secretariar as secções — leia-se — secretariar as sessões;

Art. 120. Em vez de — das alíneas g, d, p, t e u. — leia-se — das alíneas g, h, o, p, r, t e u;

Art. 126, § 2º. Onde se lê — dos empregadores e dos empregados — diga-se — dos empregadores e os dos empregados;

Art. 136. Em vez de — dos empregadores e dos empregados — leia-se — dos empregadores e os dos empregados;

Art. 138. Onde se lê — dos empregadores e dos empregados — diga-se — dos empregadores e os dos empregados;

Art. 144, § 1º. Em vez de — serão organizadas, — leia-se — serão organizados;

Art. 168. Onde se lê — Ministerio do Trabalho, — diga-se — ministro do Trabalho;

Art. 178, § 1º. Em vez de — empregadores e dos empregados, — leia-se — empregadores e os dos empregados;

Art. 183, § 2º. Onde se lê — aos respectivos empregadores — diga-se — ao Instituto, ou por intermedio dos respectivos empregadores."

a) todos os empregados, sem distincção de sexo e nacionalidade, que, sob qualquer forma de remuneração, prestem serviço nas casas de commercio;

b) os commerciantes sob firma individual, e os socios, administradores ou gerentes das firmas ou empresas comprehendidas na especificação do art. 7.º e respectivo § 2.º, que dellas percebam remuneração a titulo de retirada, honorario ou *pro-labore*;

c) os funcionarios do Instituto;

d) os empregados e funcionarios de syndicates e associações de classe, tanto dos empregados como dos empregadores comprehendidos neste regulamento, bem como os empregados das cooperativas de consumo e das associações de beneficencia, sportivas e recreativas.

Art. 7.º Consideram-se casas de commercio, para os fins deste regulamento, além daquellas que são assim propriamente chamadas, as casas, estabelecimentos e empresas onde habitualmente se praticam actos de commercio, as secções commerciaes dos estabelecimentos industriaes, os escriptorios de agentes auxiliares do commercio que occupem empregados, e mais os seguintes estabelecimentos:

a) companhias de seguros e de capitalização, casas de penhores e de cambio;

b) officinas e *ateliers* de costura e modas, de photographo, gravador, ourives e bombeiro;

c) officina, secção e outras dependencias das casas de commercio;

d) garages, guarda-moveis, armazens frigorificos e casas de banhos;

e) escriptorios de corretores de seguros, de navios e de mercadorias;

f) empresa de mudancas e similares;

g) casa de espectaculos e diversões publicas;

h) estabelecimentos de ensino, hospitais, casas de saude, instituções de caridade, beneficencia e previdencia, e fundações;

i) hotéis, pensões de hospedagem ou alimentação, restaurantes, apartamentos;

j) escriptorios de administração, compra e venda de propriedades e terrenos, bem como de empreiteiros de construção de predios;

k) escriptorios de despachantes, locação theátral, *dactylographia* e similares;

l) agencias de qualquer natureza, não comprehendidas em outra lei de aposentadoria e pensões.

§ 1.º Para os fins do art. 6.º, alinea a, são consideradas secções commerciaes das empresas industriaes as que se destinarem á venda ou distribuição dos seus productos e localizadas fóra das proprias fabricas, bem como os escriptorios technicos, de contabilidade e quaesquer outros, em identicas condições, das empresas, ou grupos de empresas, que explorem qualquer ramo de industria ou de commercio, exceptuando-se as secções já comprehendidas em outra lei de aposentadoria e pensões.

§ 2.º A enumeração de que trata o presente artigo não exclue quaesquer outros estabelecimentos commerciaes, ou que venham a ser declarados commerciaes, para os fins deste regulamento, por decisão de ministro do Trabalho, Industria Commercio, ouvido o Conselho Nacional do Trabalho.

Art. 8.º O associado que deixar de contribuir por motivo de desemprego não terá cancellada a sua inscrição, salvo se perder a qualidade de associado, nos casos previstos neste regulamento.

Paragrapho unico. Deixarão de ser associados:

a) os que pedirem a transferencia das contribuições, verificada a hypothese do § 1º do art. 46;

b) os que, por se terem empregado em serviço ou empresa não sujeitos a este regulamento, obtiverem a restituição a que se refere o § 2º do art. 46;

c) os que, estando nos termos da alinea anterior, não tiverem direito á restituição das contribuições pagas.

## CAPITULO IV

### DA INSCRIÇÃO DOS ASSOCIADOS

Art. 9.º A inscrição dos associados incumbe aos Departamentos Regionaes, directamente e por intermedio das Caixas locais, e terá por base as declarações feitas na fórmula deste artigo.

§ 1.º É obrigação das sociedades, estabelecimentos e empresas:

a) no prazo de trinta dias de sua definitiva constituição, enviar ao órgão local do Instituto, na fórmula propria, a relação, em duas vias, dos empregados admittidos no serviço, uma das quaes será devolvida com recibo;

b) no mesmo prazo fixado na alinea a enviar as relações dos proprietarios, socios ou directores das empresas ou estabelecimentos, associados do Instituto da classe dos empregadores;

c) annualmente no mez de janeiro enviar ao órgão local do Instituto, em fórmula propria, a relação completa dos empregados e associados empregadores que tenham estado ao seu serviço no anno anterior, mencionando-se a importancia do respectivo salario e das contribuições pagas.

§ 2.º Toda alteração que se verifique após a apresentação das relações de que tratam as alineas do paragrapho anterior será communicada ao órgão local do Instituto no prazo de 30 dias.

§ 3.º É obrigação dos associados, tanto da classe dos empregadores como da classe dos empregados:

a) dentro de 30 dias do seu ingresso como empregador em sociedade ou administração de empresa, bem como da sua admissão como empregado em estabelecimento ou empresa, enviar ao órgão local do Instituto um pedido de inscrição, em fórmula propria;

b) dentro de 30 dias da sua retirada de sociedade ou administração de empresa, ou da sua demissão ou retirada do

serviço do empregador, fazer directamente ao órgão local do Instituto a comunicação respectiva e devolver a ficha individual, na forma do art. 20.

§ 4.º Os associados da classe dos empregadores que participem de mais de uma empresa ou sociedade, quando o total das retiradas exceder o limite estabelecido na alínea *a* do art. 22, poderão optar pela inscrição que lhes convier.

Art. 10. As empresas ou estabelecimentos que possuírem filiaes ou succursaes situadas em localidades diferentes da casa matriz farão as comunicações de que trata o art. 9º ao órgão do Instituto da respectiva circumscripção.

Art. 11. As comunicações dos associados, salvo nos casos da alínea *b* do § 3º do art. 9º, poderão ser entregues pessoalmente ao órgão local do Instituto, ou enviadas por intermedio do respectivo empregador.

Art. 12. Os empregados que forem admittidos após a installação dos órgãos locais do Instituto deverão provar, mediante attestado medico, não serem portadores de molestia incuravel, contagiosa ou transmissivel, e tal attestado deverá acompanhar as comunicações a cargo do empregador, a que se refere a alínea *a* do § 1º e § 2º do art. 9º, estando isentos dessa prova os associados já inscriptos.

Art. 13. Os associados que trabalhem para diversos empregadores deverão pedir a sua inscrição e fazer as suas comunicações directamente aos órgãos locais do Instituto, nos prazos estabelecidos no art. 9º.

Art. 14. Entregues as declarações de que tratam as alíneas *a*, *b* e *c* do § 1º do art. 9º, as sociedades, estabelecimentos ou empresas receberão um cartão de matrícula, mencionando o numero de inscrição da empresa no cadastro do órgão local do Instituto, e com espaço para doze averbações mensaes, o qual deverá ser apresentado no acto da aquisição dos sellos, a que se referem os arts. 28 e 30, juntamente com as respectivas guias.

Art. 15. Para effeito da inscrição e respectivas contribuições, observado o disposto nos arts. 26 e 27, são os associados divididos em ordem ou classe de salario, de conformidade com a tabella de inscrição annexa a este regulamento.

Art. 16. Feita a inscrição dos associados, receberá cada um a ficha individual de contribuições, destinada á opposição do sello a que se refere o art. 28, a qual poderá ser entregue directamente, ou por intermedio da respectiva empresa.

Paragrapho unico. As fichas serão organizadas para periodos de doze contribuições mensaes, salvo para os associados nas condições do § 1º do art. 30, em que serão para periodos de seis contribuições mensaes.

Art. 17. A inscrição dos associados será completada pela declaração de familia ou beneficiarios, na forma do artigo 70 e seus paragraphos.

§ 1.º Completada a inscrição, emittirá o Instituto uma caderneta de previdencia para cada associado, da qual deverão constar, além do numero, série e data da expedição;

a) nome, filiação, data e lugar do nascimento, estado civil, profissão, residência e assignatura;

b) nome, especie e localisação dos estabelecimentos ou empresas em que exercer a profissão, mencionando a natureza do serviço, salario, data da admissão e da saída;

c) nome do syndicato a que esteja associado;

d) numero da carteira profissional, quando houver;

e) photographia do associado nas dimensões de 3,1/2 x 1 centimetros;

f) nomes, sexo, gráo de parentesco e idade dos herdeiros ou condição dos beneficiarios.

§ 2.º A caderneta de previdencia pertence ao associado, como prova da sua inscripção e das pessoas de sua familia ou beneficiarios, e ser-lhe-á fornecida pelo preço do custo.

§ 3.º Em caso de extravio ou imprestabilidade da caderneta, mediante requisição do associado, será expedida segunda via, pelo mesmo custo da primeira, sujeita essa expedição á entrega de novas declarações e photographias.

§ 4.º A caderneta deverá ser apresentada annualmente ao Instituto, na época e prazos que forem fixados, para averbação das contribuições pagas.

Art. 18. Incumbe ao empregador fazer na caderneta as declarações exigidas no § 1º, alinea b. do art. 17.

Art. 19. O associado que, ao mudar de residencia ou de emprego, passar á jurisdicção de outra Caixa ou Departamento, é obrigado a solicitar a transferencia da sua inscripção, mediante apresentação da caderneta e da "ficha individual" de contribuições.

Art. 20. Toda vez que o associado se retire da empresa, onde exerça a sua actividade, será devolvida ao Instituto e sua ficha individual, no prazo de 30 dias.

Paragrapho unico. O associado que retornar á actividade deverá requisitar a sua ficha individual, no prazo estabelecido no § 2º do art. 9º.

Art. 21. Para os associados que devolverem a sua ficha individual, por motivo de desemprego, será mantido nos Departamentos e Caixas um registro especial de desempregados, visando especialmente os fins de que trata o art. 146.

Paragrapho unico. Cabe ao Instituto investigar pelos meios ao seu alcance a permanencia dos associados na situação de desempregados, para os fins do paragrapho unico do art. 8º.

## CAPITULO V

### DA RECEITA, SUA ARRECADAÇÃO E APPLICAÇÃO

#### SECÇÃO I

##### *Das fontes de receita*

Art. 22. A receita do Instituto constituir-se-á pelas contribuições e rendas seguintes:

a) uma contribuição mensal dos associados, tanto da classe dos empregados como da classe dos empregadores, correspondente a uma percentagem variavel, de 3 % (tres por cento) e 5 % (cinco por cento) dos respectivos salarios, ordenados ou *pro-labore*, sobre os quaes incidirá até a importancia

maxima de 2:000\$000 (dous contos de réis) mensaes, pela forma estabelecida no art. 28;

b) uma contribuição mensal dos estabelecimentos ou empresas, igual á dos associados que nelles empreguem sua actividade;

c) uma contribuição do Estado, proveniente da arrecadação da "quota de previdencia", de que trata o art. 23;

d) uma contribuição mensal dos aposentados igual á que estiver em vigor pela forma prevista na alinea *a* deste artigo, sobre a importancia da respectiva aposentadoria, isentos aquelles cuja aposentadoria não attingir 300\$000 (trezentos mil réis) mensaes;

e) contribuições supplementares e extraordinarias dos associados activos;

f) rendimentos produzidos pela applicação dos fundos do Instituto;

g) doações e legados feitos ao Instituto;

h) reversão de qualquer importancia, em virtude de prescripção;

i) rendas eventuaes do Instituto.

§ 1.º Os empregadores a que se refere a alinea *d* do artigo 6º estão sujeitos á contribuição da alinea *b*, do presente artigo.

§ 2.º E' facultado ao associado effectuar o pagamento de contribuições mensaes supplementares, conforme tabella organizada pelo Instituto, para o effeito de melhorar a importancia de sua aposentadoria por invalidez e a pensão, ou a aposentadoria por velhice e a pensão correspondente.

§ 3.º Ao associado nas condições do art. 8º é facultado o pagamento das contribuições em dobro.

Art. 23. A "quota de previdencia" incidirá sobre a importancia das vendas mercantis, a prazo ou a vista, entre commerciantes, na proporção em que fôr annualmente determinada por acto do Poder Executivo, depois de approvado o orçamento annual do Instituto, tendo em vista a despesa com os encargos previstos nas alíneas *a*, *b* e *c* e § 1º do art. 56, e será paga pelo comprador da mercadoria.

§ 1.º A quota de previdencia não será devida nas vendas effectuadas pelos fabricantes industriaes aos commerciantes atacadistas, nem nas do commercio varejista aos consumidores.

§ 2.º Ao entrar em vigor o decreto n. 24.273, de 22 de maio de 1934, a "quota de previdencia" incidirá na razão de 1 % (um por cento) da importancia das vendas mercantis, e será cobrada pela forma determinada no art. 36 e seus paragraphos.

Art. 24. Nas regiões ou localidades onde fôr organizada a assistência medica, cirurgica e hospitalar, será cobrada uma contribuição supplementar, annualmente fixada pelo Conselho Administrativo, e que será paga, em partes iguaes, pelos associados e pelos respectivos empregadores.

Art. 25. E' fixada em 3 % (tres por cento) a contribuição prevista na alinea *a* do art. 22, e vigorará até que sejam approvadas as tabellas a que se refere o § 1º do art. 67.

Parapho unico. Nas regiões, lugares ou zonas insalubres, bem como nos casos de officios, profissões ou occupações notoriamente prejudiciaes á saúde, a contribuição mensal poderá ser accrescida, no maximo, de 1 % (um por cento), ob-

servado o disposto na alínea *b* do art. 22, mediante proposta do Instituto ao Conselho Nacional do Trabalho e approvada pelo ministro do Trabalho, Industria e Commercio.

Art. 26. Para os fins deste regulamento considera-se salario ou ordenado a remuneração do trabalho percebida pelo empregado, bem como a retirada, *pro-labore* ou honorario, percebidos pelos proprietarios, socios ou directores dos estabelecimentos ou empresas.

§ 1.º Consideram-se partes integrantes do salario ou ordenado, e como tal serão computadas para effeito da contribuição e da aposentadoria, as quantias mensalmente pagas ou creditadas ao empregado, a titulo de commissão, corretagem, representação ou gratificação, bem como o salario nas mesmas condições, total ou parcialmente percebido em utilidades.

§ 2.º Não serão computadas no ordenado ou salario as gratificações extraordinarias, concedidas pelo empregador, em periodos irregulares, bem como as indemnizações por serviços extraordinarios, escripturados no livro proprio.

§ 3.º Si a remuneração fór constituída de uma parte fixa outra variavel, ou exclusivamente de comissões ou corretagens, o salario de base, para todos os effeitos, será fixado na media mensal realmente percebida no semestre anterior.

§ 4.º Com relação ás partes de salario creditadas aos empregados, o desconto será effectuado no acto do respectivo lançamento.

§ 5.º No caso de não ser possivel a fixação da media mensal do salario pela fórma estabelecida no § 3º, ella será fixada por accordo entre empregado e empregador.

§ 6.º Quando o ordenado ou salario tiver sido estabelecido por dia ou por hora, a remuneração normal, para os fins deste regulamento, será a importancia realmente percebida por mez, observado o disposto no art. 15.

§ 7.º No caso da remuneração ter sido estabelecida por peças fabricadas, manufacturadas ou applicadas, por empreitada ou por tarefa, a remuneração normal deverá ser calculada mediante ajuste, entre empregador e empregado, tomando-se por base o salario medio dos serviços de natureza igual ou semelhante, pagos por dia ou por mez.

§ 8.º Para os associados cuja inscripção tiver por base o salario percebido nas condições dos §§ 3º, 6º e 7º, emitirá o Instituto ficha especial de contribuições, para o periodo de seis mezes.

Art. 27. Os vencimentos pagos em moeda estrangeira serão, para o effeito da contribuição, convertidos em moeda nacional pelo cambio que vigorar no primeiro dia util de cada semestre.

## SECÇÃO II

### *Da arrecadação da receita*

#### A — Contribuição dos associados:

Art. 28. As contribuições dos associados serão pagas, juntamente com as que incumbem ás respectivas empresas, por meio dos sellos emitidos pelo Instituto, denominados "sellos de contribuição dos commerciantes".



§ 1.º A aquisição do sello será feita pelas empresas por meio de guias em duplicata, discriminando o numero de associados, a importancia dos salarios em cada classe, o valor das contribuições e os dos sellos, sendo a duplicata devolvida ao comprador com a respectiva quitação.

§ 2.º O sello será applicado mensalmente pela empresa na "ficha individual" do associado, e comprehenderá a dupla contribuição a que se referem as alíneas *a* e *b* do art. 22, devendo ser inutilizado com a data em algarismos, comprehendendo o ultimo dia do mez a que se referir a contribuição, o mez e anno, manuscripta ou por meio de carimbo.

§ 3.º Nos casos em que julgar conveniente, poderá o Conselho Administrativo autorizar o pagamento directo das contribuições, mediante guias de recolhimentos mensaes, das quaes deverá constar o nome, ordenado e contribuição de cada associado. Taes pagamentos serão effectuados até o dia 15 do mez seguinte áquelle a que se referirem.

§ 4.º As contribuições dos funcionarios do Instituto serão descontadas no acto do pagamento dos respectivos ordenados.

§ 5.º As contribuições dos associados aposentados serão descontadas no acto do pagamento da aposentadoria.

Art. 29. O calculo das contribuições será baseado no salario da respectiva classe, constante da ficha individual, conforme o disposto no art. 15.

§ 1.º Quando o associado, em virtude de alteração de salario, deixar de pertencer á classe em que se inscreveu, deverá pedir transferencia de classe, em formula que deverá ser tambem subscripta pelo respectivo empregador.

§ 2.º Não se concederá transferencia de classe, antes de decorridos seis mezes, salvo nos casos previstos nos arts. 9º § 3º, 19 e 20.

Art. 30. As contribuições dos associados serão descontadas mensalmente pelas empresas na occasião do pagamento do salario, commissão ou retirada.

§ 1.º No caso dos associados que percebam remuneração de mais de um estabelecimento ou empresa, o pagamento das contribuições será effectuado do seguinte modo:

a) o associado pagará até o dia 15 de cada mez a sua contribuição ao Instituto, directamente ou por intermedio de uma das empresas em que trabalhar, juntando á sua ficha individual uma relação authenticada pelas empresas, discriminando a remuneração percebida de cada uma, no mez anterior, e na qual será mencionada a contribuição proporcional devida sobre o montante das remunerações, respeitado o limite fixado na alínea *a* do art. 22;

b) independente de aviso ou interpellação, as empresas que authenticarem as relações mencionadas na alínea *a* farão obrigatoriamente o pagamento ao Instituto das respectivas contribuições até o dia 20 do mez seguinte.

§ 2.º Quando for impossivel praticamente o pagamento das contribuições pela forma estabelecida no § 1.º, a juizo do Conselho Administrativo, ou quando o associado trabalhar para empresas localizadas em jurisdicções diversas, o associado pagará em dobro a sua contribuição, pela forma estabelecida na alínea *a* do mesmo paragrapho.

Art. 31. O Conselho Administrativo poderá autorizar, em casos especiaes, que as empresas façam um deposito em dinheiro, correspondente á somma das contribuições rela-

tivas ao periodo de tres, seis ou doze mezes, de fôrma a permittir que as mesmas empresas applicuem nas fichas individuos um unico sello, por periodos trimestraes, semestraes ou annuaes.

Art. 32. As contribuições mensaes supplementares, previstas no § 2º do art. 22, serão pagas pelo associado directamente, pela fôrma que for determinada pelo Conselho Administrativo.

Art. 33. As fichas individuos deverão ser permutadas, annualmente, por novas fichas, nas épocas fixadas pelo Instituto e na ordem de chamada dos avisos publicados pela caixa local ou departamento, devendo cada nova ficha consignar o periodo annual de contribuições a que se refere, e o numero de contribuições mensaes anteriormente pagas, em cada classe.

Art. 34. O associado que, por motivo de serviço militar obrigatorio, interromper o pagamento de suas contribuições, entregará ao Instituto a sua "ficha individual", acompanhada das necessarias provas, podendo recommear o pagamento das contribuições quando novamente empregado, observado o disposto no artigo 2º, § 3º e computando-se-lhe para todos os effeitos as contribuições anteriormente pagas.

Paragrapho unico. Si o associado fallecer no serviço militar e tiver adquirido o direito á aposentadoria, terão os seus herdeiros direito á pensão correspondente á aposentadoria por invalidez.

Art. 35. applica-se ao sello de contribuições o disposto no art. 37.

#### B — Contribuição do Estado:

Art. 36. A contribuição do Estado será arrecadada directamente pelo Instituto que emitirá, para esse fim, o "sello de previdencia".

§ 1.º A aquisição do sello será feita por meio de guias em duplicata, devendo a guia ser devolvida ao commerciante comprador, com a respectiva quitação.

§ 2.º O sello de previdencia será applicado e inutilizado pelo commerciante vendedor, e a sua importancia addicionada ao preço das vendas mercantis, effectuadas entre commerciantes domiciliados no paiz, pela fôrma seguinte:

a) nas vendas a prazo, o sello será collado e inutilizado nas duplicatas instituidas pelo decreto n. 22.061, de 8 de novembro de 1932;

b) nas vendas á vista, o sello será collado nas contas, facturas ou recibos, e inutilizado juntamente com o sello adhesivo, com a data e a firma do vendedor ou seu preposto.

§ 3.º No calculo da contribuição do Estado, para applicação do "sello de previdencia", serão despresadas as fracções até \$500 e augmentadas as superiores para 1\$000.

Art. 37. A venda do "sello de Previdencia" poderá ser effectuada pelas repartições arrecadadoras da União e pelas agências postaes e telegraphicas, mediante accordo entre o Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio e os da Fazenda e Vição e Obras Publicas.

Paragrapho unico. O producto da venda do sello será recolhido mensalmente ao Instituto, seus Departamentos ou Caixas, bem como ás agencias do Banco do Brasil, pela fórma estabelecida no accôrdo previsto neste artigo.

Art. 38. A fiscalização dos documentos de que trata o art. 36 incumbirá, cumulativamente, aos agentes fiscaes do Ministerio da Fazenda, aos funcionarios que forem designados pelo Conselho Nacional do Trabalho ou pelo ministro do Trabalho, Industria e Commercio e aos inspectores fiscaes do Instituto.

Paragrapho unico. O ministro do Trabalho, Industria e Commercio poderá autorizar o Instituto a celebrar accôrds com os governos dos Estados, para a fiscalização a que este artigo se refere, ouvido o Conselho Nacional do Trabalho.

Art. 39. Os diversos typos e valores de sellos de que tratam os arts. 28 e 36 serão propostos anualmente pelo presidente do Instituto ao ministro do Trabalho, Industria e Commercio, depois de approvados pelo Conselho Administrativo

### SECÇÃO III

#### *Da applicação da receita*

Art. 40. As rendas arrecadadas pelo Instituto são de sua exclusiva propriedade e em caso algum terão applicação diversa da estabelecida neste regulamento.

§ 1º. Excluidas as importancias indispensaveis ás despesas de administração e ao pagamento dos beneficios assignados aos associados e seus beneficiarios, os fundos disponiveis serão applicados pelo Instituto:

a) na aquisição de titulos da divida publica federal, interna ou externa;

b) na aquisição ou construção de casas para os associados, bem como de predios para installação dos serviços do Instituto e seus departamentos;

c) em empréstimos aos associados, não excedentes de 60 % (sessenta por cento) das reservas technicas constituídas de cada associado.

§ 2º. As operações previstas nas alíneas b e c do paragrapho anterior serão effectuadas de conformidade com o regulamento para esse fim expedido pelo ministro do Trabalho, Industria e Commercio, ouvido o Conselho Nacional do Trabalho.

§ 3º. Enquanto não applicados definitivamente, os fundos disponiveis serão depositados em conta corrente no Banco do Brasil e em suas agencias, bem como nas Caixas Economicas Federaes, mediante determinação do Conselho Administrativo.

Art. 41. Os saldos disponiveis apurados mensalmente nas Caixas Locaes serão recolhidos ao respectivo Departamento Regional, até o dia 10 de cada mez.

§ 1º. Os Departamentos Regionaes enviarão mensalmente ao presidente do Instituto um balancete da thesouraria, acompanhado da demonstração do movimento do mesmo periodo na conta corrente de depositos a que se refere o presente artigo e o § 3º do art. 40.

§ 2º. Os Departamentos Regionaes recolherão á sede do Instituto, pela forma que o Conselho Administrativo determinar, as importancias que, a juizo do mesmo Conselho, não forem indispensaveis ás despesas previstas no orçamento da cada um dos alludidos departamentos.

Art. 42. O Conselho Administrativo fixará, observadas as prescripções deste regulamento, as normas que julgar mais convenientes á perfeita movimentação das quantias recebidas ou dispendidas, sendo tais resoluções submettidas á approvação do Conselho Nacional do Trabalho.

§ 1º. A aquisição de titulos de que trata a alinea *a* do § 1º do art. 40 deverá ser effectuada dentro de 90 (noventa) dias do deposito feito no Banco do Brasil, á disposição do Instituto.

§ 2º. Os titulos da divida interna serão adquiridos em bolsa, por intermedio de correto official, e, quando ao portador, entregues em custodia ao Banco do Brasil, não podendo ser entregues a outro banco sem autorização prévia do Conselho Nacional do Trabalho.

§ 3º. A aquisição de titulos da divida externa será effectuada de accordo com o Ministerio da Fazenda, precedendo autorização do Conselho Nacional do Trabalho.

Art. 43. O presidente do Instituto dará trimestralmente conhecimento ao Conselho Nacional do Trabalho:

*a*) do producto da arrecadação da "quota de previdencia" e da renda de contribuições, representada em sellos e recolhimentos directos;

*b*) do movimento global dos thesourarios dos departamentos e caixas;

*c*) das aquisições de titulos, especificando a natureza dos mesmos, sua quantidade, numeração, preços e comissões pagas;

*d*) do movimento da conta corrente no Banco do Brasil e nas Caixas Economicas.

Paraphrasso unico. Semestralmente o mesmo presidente enviará ao Conselho Nacional do Trabalho a demonstração da receita e da despesa realizada nesse periodo.

Art. 44. Nenhuma contracto de arrendamento de immoveis pertencentes ao Instituto ou de locação de predios necessarios ao funcionamento dos seus serviços será feito por periodo superior a tres annos, salvo autorização do Conselho Nacional do Trabalho.

§ 1º. Tais contractos serão firmados pelo presidente do Instituto, directores de Departamentos Regionaes ou gerentes de Caixas Locaes, conforme os casos, devendo as suas clausulas obedecer a instrucções para esse fim expedidas pelo Conselho Administrativo.

§ 2º. Os contractos de locação, que tiverem de ser assignados pelos gerentes das Caixas Locaes, serão previamente submettidos á approvação do Conselho Regional, obedecidas as instrucções contidas no paraphrasso anterior.

Art. 45. Os immoveis e titulos pertencentes ao Instituto só poderão ser alienados mediante prévia autorização do ministro do Trabalho, Industria e Commercio, solicitada por intermedio do Conselho Nacional do Trabalho, sob pena de responsabilidade civil e criminal de quem autorizar ou effectuar a sua alienação.

Art. 46. As contribuições arrecadadas só serão restituídas nos casos previstos neste regulamento.

§ 1º. Em caso de transferencia definitiva do associado para empresa ou serviço subordinado a outro instituto ou caixa de aposentadoria e pensões, serão as suas contribuições, percebidas na conformidade do disposto nas alíneas *a* e *b* do artigo 22, transferidas a essa outra caixa ou instituto, mediante petição do associado, acompanhada da respectiva caderneta e da ficha individual de contribuições, as quaes serão archivadas, dando-se baixa na inscripção.

§ 2º. O associado que perder essa qualidade, após dois annos de efectiva contribuição, e não se achar na hypothese do paragrapho anterior, terá direito á restituição das contribuições a que se refere a alínea *a* do art. 22, procedendo-se pela forma estabelecida no § 1º.

§ 3º. O valor do sello destinado á arrecadação da quota de previdencia em nenhum caso se restitue.

§ 4º. As contribuições, de que trata o art. 32, serão restituídas nos casos e pela forma estabelecida nos paragraphos 1º e 2º deste artigo.

## CAPITULO VI

### DA GESTÃO FINANCEIRA

Art. 47. O orçamento annual da receita e despesa comprehendendo os orçamentos parciaes dos departamentos e estes a despesa das Caixas Locaes será organizado annualmente, no mez de setembro, examinado e discutido pelo Conselho Administrativo e submettido á approvação do Conselho Nacional do Trabalho até 15 de outubro de cada anno.

§ 1º. A previsão de receita terá por base a arrecadação de um quinquennio, e, nos primeiros cinco annos, a média dos annos precedentes.

§ 2º. A despesa comprehenderá a importancia das aposentadorias, pensões, peculios, restituições, assistencia medica, cirurgica e hospitalar e o auxilio-maternidade, bem como as despesas de administração, na sede do Instituto, Departamentos e Caixas.

§ 3º. A verba "pessoal" será comprovada pelos quadros do funcionalismo do Instituto, depois de approvados pelo Conselho Administrativo.

§ 4º. Na verba "pessoal" constará a contribuição do Instituto, relativa aos seus funcionarios, de accordo com a alínea *b* do art. 22.

§ 5º. Caso não seja approved pelo Conselho Nacional do Trabalho até 31 de dezembro, o orçamento entrará em vigor, em caracter provisório, até que sobre elle se pronuncie o mesmo Conselho.

§ 6º. As dotações approvadas de accordo com o § 3º serão distribuidas pelo conselho administrativo, conforme as necessidades de cada Departamento.

Art. 48. Annualmente, em 31 de dezembro será effectuado o balanço geral da receita e despesa do Instituto, comprehendendo as operações dos Departamentos Regionaes e Caixas Locaes, o qual deverá estar encerrado até 31 de maio do anno seguinte, e será remettido ao Conselho Nacional do Trabalho na segunda quinzena de junho, depois de exami-

nado pelo conselho administrativo, acompanhado do relatório do presidente do Instituto.

§ 1.º O relatório annual do presidente do Instituto resumirá os relatórios parciaes dos directores dos Departamentos.

§ 2.º O balanço da receita e despesa do Instituto será acompanhado do balanço patrimonial, bem como do inventário dos bens, immoveis e haveres em carteira e em custodia.

Art. 49. Obedecem ao regimen de capitalização:

a) as aposentadorias por motivo de velhice;

b) as aposentadorias definitivas por motivo de invalidez;

c) as pensões correspondentes á aposentadoria por velhice e á aposentadoria definitiva por motivo de invalidez.

Art. 50. Obedecem ao regimen de repartição:

a) as aposentadorias por invalidez concedidas no periodo provisorio;

b) as pensões correspondentes á aposentadoria de que trata a alínea anterior, concedidas no periodo transitorio de cinco annos;

c) o auxilio-maternidade;

d) a assistencia medica, cirurgica e hospitalar.

§ 1.º As despesas de administração, bem como os beneficios consignados nas alíneas a, b e c, correm por conta do fundo de repartição, constituido pela contribuição do Estado.

§ 2.º As reservas a que se refere o art. 51, até a organização da tabua especial de mortalidade, serão calculadas pelas tabuas que mais se adequem ao meio brasileiro, ouvido o Conselho Actuarial.

Art. 51. A contribuição do Estado será escripturada por exercicio, e os saldos verificados annualmente serão transferidos ao fundo de capitalização, feita a dedução das reservas de capitães constituidos para attender ás aposentadorias e pensões concedidas no exercicio, com a importancia dos juros resultante da applicação dessas mesmas reservas.

Paragrapho unico. Serão incluídas no fundo de repartição as importancias das contribuições dos aposentados de que trata o art. 50, bem como rendas eventuaes, doações, legados e reversão de qualquer quantia em virtude de prescrição.

Art. 52. O fundo de capitalização será constituido pelas contribuições dos associados activos e respectivos empregadores bem como pelos saldos annuaes transferidos do fundo de repartição e juros dos valores applicados.

Art. 53. O plano de aposentadorias, pensões e outros beneficios, bem como a tabella das respectivas contribuições, serão revistos pelo Instituto por periodos não inferiores a cinco, nem superiores a dez annos, sem prejuizo do disposto na parte final do art. 25.

§ 1.º O balanço actuarial, organizado para execução do disposto neste artigo, comprehenderá estatisticas, tabuas de commutação e de annuidades, formulas empregadas e outros

elementos, de accordo com as instrucções do Conselho Actuarial e deverá ser submittido á apreciação do Conselho Nacional do Trabalho.

§ 2.º Inicialmente será adoptada a taxa annual de 5 % para os calculos actuariaes necessarios á organização das tabellas e elaboração do plano definitivo dos beneficios consignados neste regulamento.

§ 3.º Compete ao Conselho Nacional do Trabalho, mediante solicitação do Instituto, propor ao ministro do Trabalho, Industria e Commercio a modificação da taxa de juros annual, tendo em vista a renda apurada pelo Instituto.

Art. 54. O balanço actuarial a que se refere o § 1.º, do art. 53, além das reservas technicas, mencionará tambem a reserva de contingencia, que será formada das sobras ou excedentes das reservas technicas.

Paragrapho unico. Quando a reserva de contingencia attingir a 10 % (dez por cento) do total das reservas technicas effectivamente realizadas, o ministro do Trabalho, Industria e Commercio, por proposta do Instituto, approvada pelo respectivo Conselho Administrativo, poderá adoptar medidas tendentes ao augmento dos beneficios aos associados e pessoas de suas familias, ou concernentes á redução das contribuições.

Art. 55. O exercicio financeiro coincide com o anno civil.

## CAPITULO VII

### DOS BENEFICIOS

#### SECÇÃO I

##### *Das aposentadorias*

Art. 56. A aposentadoria será concedida por motivo de invalidez ou de velhice.

A — Aposentadoria por invalidez:

Art. 57. A aposentadoria por invalidez será concedida ao associado que, após 18 mezes de effectiva contribuição, fôr julgado incapaz para o serviço, nas seguintes condições:

a) incapacidade por mais de um anno, em consequencia da perda ou lesão de órgão ou função essenciaes á vida ou ao trabalho;

b) incapacidade pelo mesmo periodo, em consequencia da redução de 2/3 da sua capacidade normal para o trabalho.

§ 1.º A aposentadoria por invalidez será processada a requerimento do associado ou da empresa e só será concedida após a inspecção de saude, feita no paiz, por uma junta de tres medicos, designados pelo Instituto.

§ 2.º Incurrerão em responsabilidade criminal os medicos que attestarem falsamente.

Art. 58. O associado que for julgado invalido, após o pagamento de 360 contribuições mensaes, terá direito á apo-

sentadoria correspondente ao valor das contribuições conforme tabella organizada pelo Instituto, não podendo a sua importância ser inferior a 70 % da média do salario correspondente aos ultimos 36 mezes de effectiva contribuição.

§ 1.º Si o numero de contribuições mensaes não attingir a 360, a importancia da aposentadoria, calculada na forma estabelecida no dispositivo anterior, não poderá ser inferior a  $\frac{1}{360}$  avos de 70 % por mez de effectiva contribuição sobre a média do salario mencionada neste artigo.

§ 2.º Nenhuma aposentadoria será superior a 1:400\$000 mensaes nem inferior a 50 % da média do salario dos ultimos trinta e seis mezes de effectiva contribuição, não podendo, em hypothese alguma, ser inferior a 50\$000 mensaes.

§ 3.º Para o associado casado, o minimo fixado no paragrapho anterior será de 100\$000, salvo si a média do salario percebido durante os ultimos 36 mezes de serviço effectivo for inferior a essa quantia, caso em que a importancia da aposentadoria será igual á média do alludido salario, respeitado o limite minimo do paragrapho 2º.

§ 4.º Os valores minimos fixados nos paragraphos 2º e 8º vigorarão durante o periodo transitorio de cinco annos a que se refere o art. 77.

§ 5.º Quando a invalidez occorrer antes dos 36 mezes de effectiva contribuição, servirá de base ao calculo de aposentadoria a média do salario relativo aos ultimos tres annos de serviço effectivo.

Art. 59. O associado que, na data em que entrar em vigor este regulamento, contar mais de 5 annos e menos de 10 annos de serviço effectivo, em um ou mais de um dos estabelecimentos comprehendidos neste regulamento, e for julgado invalido nas condições do art. 57, antes de haver pago 18 contribuições mensaes, poderá ser aposentado, percebendo  $\frac{2}{3}$  da aposentadoria a que teria direito na forma estabelecida nos paragraphos 2º e 5º, do art. 58.

Paragrapho unico. Si o associado nas condições deste artigo contar 10 annos ou mais de serviço, a importancia da aposentadoria será igual a 50 % da média do salario dos tres ultimos annos de serviço effectivo, respeitados os limites fixados no art. 58, e seus paragraphos.

Art. 60. O associado accommetido de lepra ou de tuberculose aberta, comprovada por exame bacteriologico positivo realizado de accordo com instrucções expedidas pelo Conselho Nacional do Trabalho, será aposentado por invalidez, e a importancia da aposentadoria não deverá ser inferior a 50 % da média do salario dos ultimos doze mezes de serviço effectivo, respeitados os limites fixados no art. 58 e seus paragraphos.

Art. 61. O associado que tiver pago as contribuições supplementares a que se refere o § 2º, do art. 22, e for julgado invalido, perceberá, além da aposentadoria, uma renda vitalicia correspondente ao valor das alludidas contribuições, na conformidade da tabella organizada pelo Instituto e approvada pelo Conselho Nacional do Trabalho.



Art. 62. A aposentadoria por invalidez fica sujeita á revisão annual, por medicos designados pelo Instituto, durante o prazo de cinco annos.

Art. 63. O associado aposentado por invalidez que, tendo recuperado a capacidade do trabalho, voltar a exercer a sua actividade em qualquer dos estabelecimentos sujeitos ao regimen deste regulamento, terá cancellada a aposentadoria e deverá ser novamente inscripto como associado activo.

§ 1.º O associado que novamente fôr julgado invalido, depois de ter occorrido a hypothese deste artigo, terá direito a um acrescimo sobre a importancia da aposentadoria, igual a 1/360 avos por mez das novas contribuições pagas, desde que excedam de 18 até o maximo de 180, respeitado o limite fixado no art. 58.

§ 2.º Ao associado nas condições deste artigo é facultado optar pelo calculo da aposentadoria baseado na média dos salarios relativos aos ultimos 36 mezes de effectiva contribuição, ou o proporcional ao valor das contribuições pagas.

Art. 64. O associado nas condições do art. 8.º que, depois de ter pago 18 ou mais contribuições, não puder fazer o pagamento em dobro, conservará o direito á aposentadoria por invalidez durante um numero de mezes igual a 1/4 do periodo total de contribuições mensaes, pagas, no minimo de 6 e no maximo de 36 mezes.

§ 1.º Concedida a aposentadoria ao associado nas condições deste artigo, será o seu debito, calculado pela fórmula do § 3.º do art. 22, acrescido dos juros de 6% ao anno, descontado em 24 prestações mensaes iguaes.

§ 2.º Si o associado, nas condições deste artigo, ficar invalido, depois de expirados os prazos aqui estabelecidos, terá direito a receber um peculio constituido pela reserva correspondente á dupla contribuição (art. 22 alíneas a e b).

§ 3.º Si o associado fallecer, sem se ter aposentado, nem invalidado nas condições do § 2.º, terão os seus herdeiros direito a um peculio constituido pela reserva de que trata o mesmo paragrapho.

Art. 65. Ao associado que, por ter deixado um estabelecimento ou empresa, interromper o pagamento das contribuições, e voltar a contribuir sem que se tenham verificado as hypotheses do paragrapho unico do art. 8.º, serão computadas, para effecto da aposentadoria, as contribuições anteriormente pagas.

#### B — Aposentadoria por velhice:

Art. 66. A aposentadoria por velhice será concedida ao associado que, contando 60 ou mais annos de idade, houver pago, no minimo, 60 contribuições mensaes ao Instituto.

Art. 67. A aposentadoria por velhice só será processada a requerimento do associado.

§ 1.º A importancia da aposentadoria será calculada segundo o valor das contribuições effectivamente pagas na conformidade da tabella organizada pelo Instituto e appro-

vada pelo Conselho Nacional do Trabalho, não podendo ser inferior a 70% da média do salário correspondente aos ultimos 36 mezes de efectiva contribuição, desde que o associado tenha completado 360 contribuições mensaes.

§ 2.º A tabella a que se refere o § 1.º será organizada tendo em vista os riscos cobertos pelo regimen de capitalização.

§ 3.º Quando o numero de contribuições pagas fôr inferior a 360, a importancia da aposentadoria, calculada pela fórmula determinada no § 1.º, não poderá ser inferior a 1/360 avos de 70 % por mez de efectiva contribuição, sobre a média do salário a que se refere o § 1.º deste artigo.

§ 4.º Nenhuma aposentadoria será superior a 1:400\$000 mensaes, nem inferior a 50\$000 mensaes.

Art. 68. O associado que tiver pago mais de 120 contribuições mensaes e provar 25 annos ou mais de serviços effectivos em um ou mais de um dos estabelecimentos sujeitos a este regulamento, poderá aposentar-se aos 60 annos de idade, ainda que tenha interrompido o pagamento das contribuições.

Paragrapho unico. A importancia da aposentadoria concedida nas condições deste artigo, será calculada pela fórmula estabelecida no § 3.º do art. 67, não podendo ser inferior á que o associado perceberia, si fosse aposentado por invalidez.

Art. 69. O associado que tiver pago as contribuições supplementares a que se refere o § 2.º do art. 22, e fôr aposentado por velhice perceberá, além da aposentadoria, uma renda vitalicia correspondente ao valor das alludidas contribuições, na conformidade da tabella organizada pelo Instituto e approvada pelo Conselho Nacional do Trabalho.

## SECÇÃO II

### *Da pensão a herdeiros*

Art. 70. No caso de fallecimento de associado aposentado ou do activo que tiver pago dezoito ou mais contribuições mensaes ao Instituto, terão direito á pensão, desde o dia do fallecimento do associado, as pessoas de sua familia, na ordem seguinte:

1º) viuva, viuvo invalido, em concurrencia com os filhos;

2º) filhos legitimos, legitimados, naturaes (reconhecidos ou não) e adoptados legalmente;

3º) viuva, em concurrencia com os paes do associado, desde que vivam sob a dependencia economica exclusiva do mesmo;

4º) mãe viuva e pae invalido, desde que vivam sob a dependencia economica exclusiva do associado;

5º) irmãs solteiras e irmãos invalidos nas condições do numero precedente.

§ 1.º Existindo filhos de mais de um matrimonio, a parte da pensão que couber aos filhos será dividida igualmente entre todos e entregue aos seus representantes legaes.

§ 2.º A existencia de herdeiros de uma das classes enumeradas neste artigo exclue do beneficio qualquer dos subsequentes, sem prejuizo do disposto no paragrapho anterior.

§ 3.º O associado que não tiver herdeiros nas condições deste artigo poderá, mediante declaração do proprio punho, com testemunhas, firmas reconhecidas e registro no Instituto, designar como beneficiaria, para ter direito a pensão, determinada pessoa que viva sob a sua dependencia economica exclusiva.

Art. 71. A importancia da pensão de que trata o art. 70 será igual a 50% (cincoenta por cento) da aposentadoria em cujo gozo se achava o associado, ou a que elle teria direito se, na data do fallecimento, fosse aposentado por invalidez.

§ 1.º Nenhuma pensão será inferior a 50\$000 (cincoenta mil réis) mensaes.

§ 2.º Concorrendo viuva ou viuvo invalido, com filhos, será a importancia da pensão dividida em duas partes iguaes, sendo uma concedida ao conjuge e a outra rateada entre os filhos.

§ 3.º Por fallecimento do conjuge pensionista a sua quota reverterá em partes iguaes, aos filhos menores e aos invalidos ou incapazes, enquanto durar a invalidez ou a incapacidade.

§ 4.º Se o associado fallecido houver pago menos de dezoito contribuições mensaes ao Instituto, conceder-se-á aos seus herdeiros a pensão de 50\$000 (cincoenta mil réis) mensaes.

Art. 72. O direito á pensão extingue-se:

- a) para a viuva que contrahir novas nupcias;
- b) para os filhos validos que completarem dezoito annos de idade;
- c) para as filhas que contrahirem matrimonio, ou que houverem completado 24 annos de idade, neste ultimo caso se exercerem profissão remunerada;
- d) para os filhos invalidos, quando cessar a invalidez;
- e) para as irmãs que contrahirem matrimonio, ou que completarem 24 annos de idade, neste ultimo caso se exercerem profissão remunerada.

Art. 73. Quando o associado tiver pago as contribuições supplementares a que se refere o § 2º do art. 22, e destinados á reversão da renda vitalicia de que tratam os arts. 64 e 69, a importancia da pensão será accrescida do valor da mesma renda.

### SECÇÃO III

#### *Disposições communs ás aposentadorias e pensões*

Art. 74. Ficará suspensa a aposentadoria, ou a pensão durante o tempo em que o seu beneficiario exercer occupação remunerada.

Art. 75. É vedada a accumulacão de aposentadorias, de pensões, e de aposentadoria com pensão, concedidas em virtude deste regulamento, cabendo ao associado optar pelo beneficio que mais lhe convier.

Art. 76. A concessão de aposentadoria e de pensão depende da inscrição dos associados, seus herdeiros ou beneficiários.

§ 1.º Ao associado que requerer aposentadoria, antes de ter feito a inscrição dos seus herdeiros ou beneficiários, só será expedido o respectivo título depois de feita essa inscrição.

§ 2.º Aos herdeiros ou beneficiários do associado activo que fallecer antes da inscrição prevista neste artigo será facultado habilitarem-se, provando sua identidade e condição pela fórmula que, para taes casos, exigirem as instruções expedidas pelo Conselho Administrativo.

Art. 77. É considerado periodo transitorio, com relação ao plano de beneficios e fixação das contribuições previstas neste regulamento, o espaço de cinco annos, contados da data em que entrar em execução este regulamento.

Paragrapho unico. No decurso deste periodo sómente serão concedidas aposentadorias por invalidez, bem como pensões aos herdeiros.

Art. 78. Nos mezes de fevereiro e agosto, os aposentados e pensionistas que recebam por meio de procuradores as importancias dos beneficios concedidos, ficam obrigados a apresentar ao Instituto attestado de vida e residencia, assignado por autoridade policial ou judiciaria, com a respectiva firma reconhecida.

§ 1.º Os pensionistas do sexo feminino são obrigados a apresentar ao Instituto, tambem nos mezes de fevereiro e agosto, **attestado de comprovação do seu estado civil.**

§ 2.º Os pensionistas invalidos ficam sujeitos a inspecção annual, por parte do Instituto, para o fim de ser apurada a cessação ou não da invalidez.

§ 3.º Para o processo e pagamento dos beneficios de que trata este decreto, cumpre aos associados, herdeiros ou beneficiários, que residirem no estrangeiro, communicar ao Instituto as suas residencias, bem como constituir procurador em fórmula legal, e apresentar certidão de idade e attestados de vida, de estado civil e de residencia renovando estes ultimos, semestralmente, todos visados pela autoridade consular brasileira, cuja firma deverá ser reconhecida pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

Art. 79. Por fallecimento do associado que tiver pago 60 contribuições mensaes, e não deixar beneficiários, poderá o Instituto dispendir até 300\$000 com os respectivos funeraes, de accordo com a tabella que fôr organizada para cada localidade.

Paragrapho unico. Se houver beneficiários, a mesma importancia poderá ser adeantada immediatamente, por conta da pensão, que fôr devida.

Art. 80. As aposentadorias concedidas e não reclamadas prescrevem em cinco annos, contados da data de sua concessão.

§ 1.º O direito de requerer pensão prescreve em cinco annos, contados da data do fallecimento do associado.

§ 2.º Prescreverá igualmente, ao fim do cinco annos, contados da data em que a obrigação for devida, todo direito de

reclamação, restituição e reversão, bem como de exigir pagamento de atrasados, desde que a prescrição não tenha sido interrompida pelos meios legais.

#### SECÇÃO IV

##### *Do auxilio-maternidade*

Art. 81. O auxilio-maternidade será devido durante o periodo de quatro semanas antes e quatro semanas depois do parto, em que a associada não compareça ao trabalho, e consistirá no abono de uma quantia correspondente á metade de seu salario médio relativo aos seis mezes que precederem áquelle periodo.

§ 1.º Para fazer jús ao auxilio-maternidade, é a associada obrigada a notificar ao Instituto, com a necessaria antecedencia, o seu estado de gravidez, juntando declaração assignada pelo empregador referente ao seu não comparecimento ao serviço por esse motivo ou, na falta dessa declaração, um attestado medico.

§ 2.º Os periodos de quatro semanas antes e quatro semanas depois do parto poderão ser augmentados de duas semanas cada um, a juizo dos medicos do Instituto, em casos excepcionaes devidamente comprovados por attestado medico.

§ 3.º O auxilio-maternidade não poderá exceder de 75\$000 por semana.

Art. 82. O associado casado com mulher não associada terá direito a uma bonificação de 20 % (vinte por cento) de seu salario nos periodos em que sua mulher teria direito ao auxilio-maternidade, até o limite fixado no § 3º, do art. 81, observado o disposto no § 1º, do mesmo artigo.

Art. 83. O direito ao auxilio-maternidade adquire-se depois de dezoito mezes de effectiva contribuição.

Paragrapho unico. O Conselho Administrativo expedirá instrucções a respeito da concessão do auxilio-maternidade.

#### SECÇÃO V

##### *Da assistencia medica, cirurgica e hospitalar*

Art. 84. Os associados do Instituto, além dos beneficios previstos nos artigos anteriores, terão serviços de assistencia medica, cirurgica e hospitalar, subordinados á contribuição propria e regulamentação especial, enquanto não houver legislação relativa a essa forma de assistencia social.

Art. 85. A assistencia medica, cirurgica e hospitalar de que trata o artigo anterior será creada nas regiões ou localidades em que a densidade de população e outras condições de progresso social aconselharem a organização dos respectivos serviços, os quaes obedecerão o regimen de repartição.

Paragrapho unico. Nas regiões e localidades onde se organizar a assistencia medica, cirurgica e hospitalar, será cobrada uma contribuição annualmente fixada pelo Instituto a qual será paga, em partes iguaes, pelos empregados e empregadores da região ou localidade.

---

**Art. 86.** Os serviços de assistência medica, cirurgica e hospitalar poderão ser contractados com os syndicatos ou associações de classe, de auxilios mutuos e de beneficencia, com personalidade juridica, constituídos exclusivamente de associados do Instituto.

§ 1.º Para os fins constantes deste artigo, só poderão concorrer os syndicatos ou associações:

- a) que se acharem em boa situação financeira;
- b) que tenham organização de molde a attender aos compromissos assumidos perante o Instituto.

§ 2.º Os syndicatos ou associações que firmarem accôrdo, nos termos deste artigo, ficarão, durante a vigencia, sujeitos a fiscalização permanente do Instituto, no concernente á execução dos serviços contractados.

**Art. 87.** O Instituto, ao firmar os accôrds previstos no artigo anterior terá em vista:

- a) não assumir compromisso pecuniario superior á importancia do producto das contribuições a que se refere o paragrapho unico do art. 85;

- b) fixar o prazo de um anno para a execução provisoria dos contractos;

- c) reservar-se o direito de rescisão a qualquer tempo, por infracção de clausula contractual, bem como o de denunciar o accôrdo, veificando-se que o mesmo não corresponde ao objectivo visado.

Paragrapho unico. Os accôrds só entrarão em execução depois de approvados pelo Conselho Administrativo.

**Art. 88.** Terá direito á assistência medica, cirurgica e hospitalar o associado, inscripto no Instituto, depois de ter contribuido na forma que for determinada pelo regulamento previsto no art. 89, no qual serão fixados os periodos de carencia, caducidade e tolerancia.

**Art. 89.** O ministro do Trabalho, Industria e Commercio expedirá regulamento para a execução dos serviços de assistência medica, cirurgica e hospitalar, observadas as disposições deste regulamento.

## CAPITULO VIII

### DA ESTABILIDADE E GARANTIA DOS EMPREGADOS

**Art. 90.** A partir da data da publicação do decreto numero 24.273, de 22 de maio de 1934, o empregado nos estabelecimentos comprehendidos no art. 7º, e suas alíneas, que contar mais de 10 annos de serviço effectivo no mesmo estabelecimento, só poderá ser demittido por motivos de falta grave, desobediencia, indisciplina, ou circumstancia de força maior, devidamente comprovados.

Paragrapho unico. A redução de vencimentos só sera permittida por motivos de força maior, devidamente comprovados, assim considerados aquelles que justifiquem a adopção de medidas de ordem geral.

**Art. 91.** Considera-se falta grave:

- a) qualquer acto de improbidade ou incontinencia de conducta, que torne o empregado incompativel com o serviço;

- b) negociação por conta própria ou alheia, sem permissão do proponente;
- c) máo procedimento ou actos de desidia no desempenho das respectivas funções;
- d) embriaguez habitual ou em serviço;
- e) violação de segredo de que o empregado tenha conhecimento por força do cargo;
- f) actos de indisciplina ou insubordinação;
- g) abandono de serviço sem causa justificada;
- h) actos lesivos da honra e boa fama, praticados no serviço contra qualquer pessoa, ou offensas physicas nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem.

Art. 92. Considera-se caso de força maior a suppressão do emprego ou cargo, por motivo de economia aconselhada pelas condições economicas ou financeiras dos empregadores, determinadas pela diminuição de negocios ou restricções da actividade commercial.

Paragrapho unico. Considera-se provada a força maior, quando se tratar de uma providencia de ordem geral que attinja a todos os empregados e na mesma proporção dos vencimentos de cada um, ou se caracterize pelo fechamento de um estabelecimento, ou filial, em relação aos empregados destes, ou á suspensão de um determinado ramo de negocio.

Art. 93. Os empregados que forem dispensados por motivo de força maior conservam o direito de preferencia, quando restabelecido o cargo; os que soffrerem diminuição nos vencimentos terão direito ao augmento na mesma proporção dos que forem augmentados.

§ 1.º Si o empregador admittir, sem motivo justo, novos empregados com desrespeito á preferencia a que este artigo se refere, ou fizer augmentos de ordenados em beneficio de alguns, aos prejudicados ficam assegurados os mesmos direitos dos demittidos ou reduzidos em vencimentos, a contar da data em que se verificou a irregularidade aqui constante.

§ 2.º O empregado readmittido continuará no gozo de todos os direitos anteriores, descontando-se, apenas, o tempo em que esteve afastado.

Art. 94. O empregado que for accusado de falta grave poderá ser suspenso, até decisão final do processo de investigação.

Paragrapho unico. Provada a inexistencia de falta grave, o empregado readmittido receberá integralmente os vencimentos e vantagens a que teria direito si não houvesse sido suspenso.

Art. 95. Após tres annos de serviço no mesmo estabelecimento, o empregado relativamente invalido que, requerida a aposentadoria, não puder ser aposentado pelo Instituto na fórma do art. 57, será mantido durante seis mezes pela empresa, com 50 % do respectivo ordenado ou salario, caso não possa ser aproveitado em cargo compativel com a sua capacidade de trabalho.

Paragrapho unico. O Instituto, sem prejuizo da applicação das disposições deste artigo, poderá, quando julgar conveniente, crear uma carteira especial de seguro colectivo para

assumir a responsabilidade decorrente destas indemnizações, mediante uma tabella de premios pagos pelos empregadores que preferirem cobrir-se dos riscos que lhes incumbem.

Art. 96. As reclamações oriundas da infracção das disposições do presente capitulo serão resolvidas pelas Juntas de conciliação e Julgamento, correndo o processo e a execução das sentenças na fórmula do disposto nos capitulos II e III do decreto n. 22.132, de 25 de novembro de 1932.

§ 1.º Das decisões das Juntas caberá recurso com effeito suspensivo, no prazo de trinta dias, para o Conselho Nacional do Trabalho, pela fórmula estabelecida no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932 (art. 33, paragrapho unico, do decreto n. 24.273, de 22 de maio de 1934).

§ 2.º Por falta de cumprimento do accôrdo ou decisão, fica o infractor sujeito ás multas de que trata o § 1º, do artigo 13, do decreto n. 19.770, de 19 de março de 1931, impostas pelas Juntas, ou, nos casos de recurso, pelo Conselho Nacional do Trabalho (art. 33, paragrapho unico, do decreto n. 24.273, de 22 de maio de 1934, e art. 22, do decreto n. 22.132, de 25 de novembro de 1932).

## CAPITULO IX

### DA DIRECÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO

#### SECÇÃO I

##### *Da administração central*

Art. 97. O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Commercialarios será dirigido por um presidente, assistido por um Conselho Administrativo.

Art. 98. Os serviços da Administração Central, sob a immediata direcção do presidente do Instituto, obedecerão á seguinte organização:

- a) gabinete da presidencia;
- b) procuradoria;
- c) secretaria;
- d) contadoria;
- e) thesouraria;
- f) estatística e actuarlado;
- g) inspeçtoria;
- h) serviços medicos.

§ 1.º As attribuições dos serviços enumerados neste artigo e de outros auxiliares que se tornarem necessarios, bem como as dos respectivos chefes ou encarregados, serão definidas no regimento interno.

§ 2.º A Thesouraria do Instituto, sob a responsabilidade de um funcionario afiançado, fica subordinada directamente ao presidente.

Art. 99. O presidente do Instituto será substituido em suas faltas e impedimentos na direcção do Instituto por um dos chefes de serviço que designar, com approvação do ministro do Trabalho, Industria e Commercio.

Art. 100. Os chefes de serviço da Repartição Central serão nomeados pelo presidente do Instituto com approvação do Conselho Administrativo.



## SECÇÃO II

*Do Conselho Administrativo*

**Art. 101.** O Conselho Administrativo será composto de oito membros, de nacionalidade brasileira, sendo dois representantes do Governo, technicos em assumptos contabeis ou actuariaes, tres representantes dos empregados e tres dos empregadores.

§ 1.º Os representantes do Governo serão nomeados por decreto do Presidente da Republica, feita a escolha livremente dentre os technicos previstos neste artigo.

§ 2.º Os representantes dos empregadores e dos empregados, serão eleitos pela forma estabelecida no Capitulo XII.

§ 3.º O Conselho Administrativo terá o mandato de tres annos, podendo ser reeleitos ou reconduzidos os seus membros.

**Art. 102.** O Conselho Administrativo funcionará na sede do Instituto, e reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos quatro vezes por mez e, extraordinariamente, sempre que for necessario, feita a convocação pelo presidente, ou, na falta desta, pela maioria de seus membros.

§ 1.º O Conselho Administrativo só poderá funcionar com a presença de, no minimo, cinco de seus membros, além do presidente.

§ 2.º Na ausencia do presidente, a presidencia do Conselho Administrativo caberá ao membro que para isso tiver sido eleito, na forma do art. 103, alinea g.

§ 3.º O presidente, salvo na hypothese do § 2º, terá nas deliberações, unicamente, o voto de desempate.

**Art. 103.** Ao Conselho Administrativo compete:

a) velar pelo fiel cumprimento das disposições legais relativas ao Instituto, das deste regulamento e das instrucções que forem expedidas para o mesmo fim;

b) approvar ou modificar as instrucções para a execução dos serviços do Instituto, na repartição central, Departamentos e Caixas e elaborar o seu regimento interno.

c) organizar o regimento interno que servirá de padrão para os regimentos dos Departamentos e Caixas, o qual deverá ser submettido á approvação do Conselho Nacional do Trabalho;

d) fixar as condições de admissão, os casos de dispensa, os vencimentos e as cauções, bem como a concessão de beneficios e licenças dos empregados da Administração Central, dos Departamentos Regionaes e Caixas Locaes;

e) resolver sobre a criação de Departamentos Regionaes e Caixas locaes, afim de, no primeiro caso, ser o seu acto submettido á approvação do Conselho Nacional do Trabalho;

f) votar annualmente o orçamento organizado de accordo com o art. 47, discutir e votar o relatorio e balanço de que trata o art. 48;

g) eleger na sua primeira reunião annual, um dos seus membros para presidir as suas reuniões, na ausencia do presidente do Instituto;

h) autorizar as despesas de caracter urgente, não previstas no orçamento, *ad referendum* do Conselho Nacional do Trabalho, ao qual deverá ser solicitada a necessaria approvação dentro de oito dias;

i) suggerir ao Poder Executivo, por intermedio do Conselho Nacional do Trabalho, as modificações a este regulamento, aconselhadas pela pratica, tendo em vista a melhor execução das disposições legais e a eficiencia dos serviços a cargo do Instituto;

j) julgar da legalidade das aposentadorias e pensões concedidas pelos Conselhos Regionaes;

k) julgar os recursos interpostos na forma deste regulamento e reconsiderar as suas proprias decisões,

l) resolver, mediante proposta do presidente, sobre a applicação dos fundos disponiveis, na forma prevista neste regulamento;

m) impor *ad referendum* do Conselho Nacional do Trabalho as penas de suspensão dos directores regionaes e membros dos Conselhos Regionaes e Juntas Administrativas, promotores de discordias capazes de occasionar a desorganização dos serviços do Instituto, ou que por contemplação em discordancias, dissidios, deixarem de promover as providencias cohibitivas de irregularidades prejudiciaes ao seu funcionamento, devidamente apurado o facto em inquerito;

n) propôr ao ministro do Trabalho as penas de demissão dos directores regionaes e ao Conselho Nacional do Trabalho as dos membros dos Conselhos Regionaes e Juntas Administrativas, nos casos de falla grave mencionados na alinea anterior, ou de outros em que não baste a pena de suspensão.

Paragrapho unico. A propositura de qualquer medida judicialia só será levada a effeito depois da approvação pelo Conselho Administrativo.

Art. 104. O Conselho Administrativo terá uma secretaria, composta de funcionarios do quadro da Repartição Central, que forem requisitados pelo respectivo chefe, com approvação do mesmo Conselho.

Paragrapho unico. O chefe da Secretaria do Conselho Administrativo será o secretario das sessões do mesmo Conselho.

Art. 105. Os membros do Conselho Administrativo, com excepção do presidente do Instituto, perceberão pelo seu comparecimento ás sessões 100\$000 de cada uma, não podendo cada um perceber mais de 500\$000 mensaes.

Art. 106. As vagas que se verificarem no Conselho Administrativo, entre os representantes dos empregadores e dos empregados, serão preenchidas pelos respectivos supplentes, na ordem de votação em cada grupo, por convocação do presidente do Instituto.

### SECÇÃO III

#### Do presidente do Instituto

Art. 107. O presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Commercialios será nomeado, em commissão,

por decreto do Presidente da Republica, feita a escolha dentre cidadãos brasileiros de reconhecida capacidade em assumptos de previdencia e legislação social.

§ 1.º O presidente do Instituto tomará posse perante o presidente do Conselho Nacional do Trabalho.

§ 2.º Os vencimentos do presidente do Instituto serão fixados pelo Conselho Nacional do Trabalho (art. 31, § 1º do decreto n. 24.273).

Art. 108. Ao presidente do Instituto compete:

a) convocar as reuniões do Conselho Administrativo e presidil-as, podendo tomar parte nas suas deliberações, nas quaes terá voto de **desempate**;

b) representar o Instituto em Juizo e fóra d'elle, em suas relações com os poderes publicos e com os particulares;

c) cumprir e fazer cumprir as disposições legais relativas ao Instituto, as deste regulamento e do regimento interno, bem como as decisões do ministro do Trabalho, Industria e Commercio e do Conselho Nacional do Trabalho;

d) superintender, dirigir e fiscalizar todos os serviços do Instituto, tomando providencias necessarias á sua boa execução, ordem e disciplina, solicitando do Conselho Administrativo as que não puder executar sem a sua autorização;

e) providenciar sobre a organização do orçamento annual da receita e despesa do Instituto, na fórmula do art. 47;

f) apresentar o relatório annual e providenciar sobre o levantamento de balanço annual, pela fórmula determinada no art. 48;

g) prestar ao Conselho Nacional do Trabalho as informações periodicas previstas neste regulamento;

h) nomear ou demittir os empregados do Instituto, inclusive os gerentes das Caixas locais, conceder-lhes licença e férias regulamentares e applicar-lhes penas disciplinares na fórmula deste regulamento e do regimento interno;

i) assignar com o contador e o thesoureiro, os cheques para levantamento de fundos depositados em bancos;

j) autorizar o pagamento das despesas previstas no orçamento;

k) solicitar do Conselho Administrativo autorização para as despesas urgentes, não previstas no orçamento, de que trata a alinea *h* do art. 102;

l) submeter á apreciação do Conselho Administrativo os balancetes, relatórios e outros documentos oriundos dos Departamentos e Caixas, que devam ser conhecidos do mesmo Conselho;

m) designar os relatores para os processos que tiverem de ser julgados pelo Conselho Administrativo, pela fórmula que determinar o regimento interno;

n) impor as penalidades previstas neste regulamento;

o) mandar proceder ao estudo dos typos e valores de sellos para serem submittidos á approvação do ministro do Trabalho, Industria e Commercio, na fórmula do art. 39;

p) submeter á approvação do Conselho Administrativo os modelos de cadernetas de previdencia, fichas de contri-

buição, guias de aquisição de sello e de pagamento das contribuições e mais formulas ou livros necessarios aos serviços do Instituto;

q) mandar verificar, pelo menos uma vez por mez, os valores em sello e moeda corrente na Thesouraria do Instituto;

r) mandar proceder á fiscalização nos Departamentos Regionaes e Caixas locaes, pelo menos duas vezes por anno;

s) designar os funcionarios para commissões internas ou externas;

t) enviar ao Conselho Nacional do Trabalho, annualmente, o relatorio de que trata o art. 48;

u) mandar proceder annualmente á tomada de contas dos Departamentos Regionaes, na fórma que for estabelecida pelo Conselho Administrativo, no regimento interno;

v) dar posse aos funcionarios que tenham exercicio na Administração Central, bem como aos directores dos Departamentos Regionaes;

## CAPITULO X

### DOS DEPARTAMENTOS REGIONAES

#### SECÇÃO I

##### *Da organização e competencia*

Art. 109. Os departamentos regionaes do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Commercialios serão creados por proposta do Conselho Administrativo, submettida á approvação do Conselho Nacional do Trabalho, em regiões, inclusive o Districto Federal, que possuam um numero de associados não inferior a 10.000 (dez mil), podendo a sua jurisdicção estender-se a mais de um Estado, e serão administrados por um director, assistido por um Conselho Regional.

Art. 110. Os serviços dos departamentos regionaes ficam subordinados ao director regional e serão executados pelas secções em que se dividir o departamento de accordo com as instrucções approvadas pelo Conselho Administrativo.

Art. 111. Aos departamentos regionaes, dentro da respectiva circumscripção, compete:

a) velar pela execução do presente regulamento e cumprimento das disposições em vigor, referentes ao instituto;

b) proceder á inscripção dos associados, na fórma deste regulamento e das Instrucções do Conselho Administrativo;

c) exigir a apresentação das declarações dos empregadores e empregados, nos prazos fixados neste regulamento;

d) organizar o cadastro dos estabelecimentos e empresas sujeitas a este regulamento;

e) superintender o funcionamento das caixas locaes nos limites da sua jurisdicção, e providenciar sobre a installação das que vierem a ser creadas, na fórma das instrucções expedidas pelo Conselho Administrativo;

f) arrecadar as contribuições, na fórma prevista neste regulamento e de accordo com as instrucções expedidas para esse fim e fiscalizar o respectivo pagamento;

g) effectuar o pagamento das aposentadorias e pensões concedidas;

h) organizar as estatísticas determinadas pela administração central;

i) manter ou fiscalizar, quando contractados os serviços de assistência médica, cirurgica e hospitalar, pela forma estabelecida no regulamento que fôr expedido para o mesmo fim;

j) conceder o auxilio-maternidade.

## SECÇÃO II

### *Dos Conselhos Regionaes*

Art. 112. Os Conselhos Regionaes compor-se-ão de cinco membros, de nacionalidade brasileira, sendo, um representante do Governo, tecnico em assumptos contabeis, ou actuariaes, nomeado pelo ministro do Trabalho, Industria e Commercio, dois representantes dos empregadores e dois dos empregados.

§ 1.º O mandato dos Conselhos Regionaes durará tres annos, podendo ser reeleitos os seus membros e reconduzido o representante do Governo.

§ 2.º Os representantes dos empregados e dos empregadores serão eleitos pela forma estabelecida no Capitulo XII.

Art. 113. Os Conselhos Regionaes, que funcionarão na sede do Departamento, reunir-se-ão, ordinariamente, no minimo uma vez por semana e, extraordinariamente, quando necessario, por convocação do director regional, ou de, pelo menos, dois dos seus membros, e se regerão por um regimento interno approved pelo Conselho Administrativo.

Art. 114. Os Conselhos Regionaes serão presididos pelo director regional, o qual terá, nas deliberações, voto de desempate.

§ 1.º Na falta ou impedimento do director regional as reuniões serão presididas pelo membro que para isso fôr eleito, na forma do art. 118, alinea k.

§ 2.º Os Conselhos Regionaes só poderão funcionar com a presença de, no minimo, tres de seus membros, com excepção do presidente, quando este fôr o director regional.

Art. 115. Os membros dos Conselhos Regionaes terão direito a 50\$900 por sessão a que comparecerem, não podendo cada um receber mais de 250\$000 (duzentos e cincoenta mil réis), mensaes.

Art. 116. Os Conselhos Regionaes terão uma secretaria composta dos funcionarios do quadro do departamento estritamente necessarios, cabendo ao respectivo chefe secretariar as secções do mesmo Conselho.

Art. 117. As vagas que se verificarem nos Conselhos Regionaes, entre os representantes dos empregadores e dos empregados, serão preenchidas pelos respectivos supplentes, na ordem de votação em cada grupo, por convocação do director regional.

Art. 118. Ao Conselho Regionaes compete:

a) velar pelo fiel cumprimento, dentro da respectiva circumscripção, das disposições legais vigentes relativas ao Instituto, das deste regulamento e das instruções que forem expedidas para o mesmo fim;

b) cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho Administrativo, do presidente do Instituto, do Conselho Nacional do Trabalho e do ministro do Trabalho, Indústria e Commercio;

c) conceder ou denegar aposentadorias e pensões, *ad referendum* do Conselho Administrativo;

d) conceder ou denegar o auxilio-maternidade aos associados residentes na séde do Departamento;

e) julgar os recursos interpostos das decisões do director regional e das Juntas Administrativas;

f) examinar a proposta de orçamento annual de receita e despesa organizada pelo director regional, introduzindo-lhe as modificações que julgarem convenientes, com as quaes será submettida á approvação do Conselho Administrativo;

g) resolver as duvidas sobre a inscripção dos associados, sujeitando suas decisões, nos casos omissos, á approvação do Conselho Administrativo;

h) examinar os balancetes de despesa e receita apresentados mensalmente pelo director regional;

i) dar cumprimento ás decisões do Conselho Administrativo sobre concessão de aposentadoria e pensões, podendo recorrer para o Conselho Nacional do Trabalho, no prazo de sessenta dias do recebimento da notificação, por intermedio do presidente do Instituto;

j) autorizar os pagamentos do pessoal e material, de accordo com o orçamento approvado;

k) eleger, na sua primeira reunião annual, um dos seus membros para presidir as reuniões na ausencia do director regional;

l) examinar a proposta apresentada pelo director regional para organização dos quadros e tabella dos vencimentos do pessoal do Departamento e caixas locais, e opinar a respeito, devendo tudo ser submettido á approvação do Conselho Administrativo;

m) considerar as suas proprias decisões, quando embargadas no prazo de 30 dias;

n) resolver sobre a proposta de creação de caixas locais, que terá de ser submettida á approvação do Conselho Administrativo;

o) verificar cada mez, por intermedio de seus membros, rotativamente, o estado da thesauraria geral e a escripturação do Departamento, podendo requisitar as informações, livros e documentos necessarios á mesma verificação.

Paragrapho unico. O prazo a que se refere a alinea i deste artigo será de 30 dias para os Departamentos do Districto Federal, São Paulo e Rio de Janeiro.

### SECÇÃO III

#### *Dos directores regionaes*

Art. 119. Os directores regionaes serão nomeados em commissão, por decreto do Presidente da Republica, observadas as mesmas condições estatuidas no art. 107.

Paragrapho unico. Os vencimentos dos directores regionaes serão fixados pelo Conselho Nacional do Trabalho (Art. 31 § 1º do decreto n. 24.273).

Art. 120. Aos directores regionaes cabem, com relação aos Departamentos e Conselhos Regionaes, as mesmas attribuições do presidente do Instituto, de que trata o art. 108, com excepção das alíneas *g*, *o*, *p*, *t* e *u*, e as seguintes modificações:

*a*) submeter á aprovação do Conselho Regional o quadro dos funcionarios do Departamento e das caixas locais com a respectiva tabella de vencimentos, os quaes só serão executados definitivamente depois de sancionados pelo Conselho Administrativo;

*b*) nomear ou demittir os empregados do Departamento e das caixas, submettendo os respectivos actos á aprovação do presidente do Instituto, conforme fôr estabelecido no regimento interno, conceder-lhes as férias regulamentares e licenças até 90 dias, ficando estas ultimas, quando maiores do que esse periodo, dependentes de aprovação do Conselho Regional;

*c*) mandar proceder á fiscalização das caixas locais da sua circumscripção, pelo menos, duas vezes por anno;

*d*) apresentar mensalmente ao Conselho Regional o balancete da receita e despesa do Departamento e das caixas locais;

*e*) enviar trimestralmente ao presidente do Instituto um balancete geral da receita e despesa, incluindo o movimento das caixas locais;

*f*) enviar semestralmente ao mesmo presidente uma demonstração da execução orçamentaria;

*g*) enviar annualmente, até 31 de agosto de cada anno, ao mesmo presidente, a proposta de orçamento para o anno seguinte, observando o disposto no art. 47 e seus paragraphos;

*h*) enviar annualmente, até 31 de março de cada anno, ao mesmo presidente, o relatório annual e balanço geral da receita e despesa, observando o disposto no § 2º do art. 48;

*i*) prestar á administração central do Instituto todas as informações que, de ordem do presidente, lhe forem solicitadas;

*j*) dar posse aos funcionarios do Departamento e aos gerentes das caixas locais.

Art. 121. Os directores regionaes, em suas faltas e impedimentos temporarios, serão substituidos, na direcção do Departamento, pelo respectivo superintendente.

Pragraphe unico. Os superintendentes serão nomeados pelo presidente do Instituto mediante proposta do director regional.

## CAPITULO XI

### DAS CAIXAS LOCAES

#### SECÇÃO I

##### *Da organização e funcionamento*

Art. 122. As caixas locais serão creadas por deliberação do Conselho Administrativo, mediante proposta do director regional, e approvada pelo Conselho Regional na localidade ou localidades onde existirem, no minimo, 500 associados do Instituto e serão administradas por um gerente, assistido por uma junta administrativa.

§ 1.º As caixas locais funcionarão como agências permanentes do Instituto, directamente subordinadas ao Departamento Regional.

§ 2.º Cada caixa local poderá comprehender mais de um município.

Art. 123. Não serão creadas caixas locais na sede dos departamentos.

Paragrapho unico. No Departamento do Districto Federal, na Capital do Estado de São Paulo e na sede de outros departamentos onde, a juizo do Conselho Administrativo, fôr de conveniencia para os serviços do Instituto, poderão ser estabelecidas succursaes exclusivamente destinadas á venda de sellos, recebimento de contribuições, collecta e prestação de informações aos associados.

Art. 124. A's caixas locais, dentro da respectiva circumscripção compete:

a) observar as determinações do director regional e cumprir as decisões superiores relativas aos serviços do Instituto;

b) effectuar a venda de sellos e a arrecadação de contribuições;

c) fazer pagamentos e recebimentos autorizados pelo director regional;

d) fiscalizar o pagamento das contribuições a cargo de empregados e empregadores;

e) manter um registro dos associados residentes na sua circumscripção e o cadastro dos respectivos empregadores;

f) conceder os beneficios de assistencia medica, cirurgica e hospitalar, quando organizados pelo Instituto, e fiscalizal-os quando contractados;

g) transmittir ao director do Departamento os pedidos de aposentadoria, pensão, e outros que tenham de ser resolvidos pelo Conselho Regional, ou pela administração central;

h) conceder o auxilio-maternidade, observando, além das disposições desse regulamento, as instruções expedidas especialmente para esse fim pelo Conselho Administrativo.

Art. 125. Além do gerente as caixas locais poderão ter, quando absolutamente necessario, um recebedor-nagador (caixa) e um guarda-livros, só sendo permittida a admissão de outros funcionarios quando indispensaveis ao serviço e com expressa autorização do Conselho Administrativo, solicitada em cada caso pelo director regional, ouvido o Conselho Regional.

## SECÇÃO II

### *Das juntas administrativas*

Art. 126. As juntas administrativas compor-se-ão de tres membros, de nacionalidade brasileira, sendo um representante do Governo, nomeado pelo ministro do Trabalho, Industria e Commercio, um dos empregadores e outro dos empregados.

§ 1.º O mandato das juntas administrativas durará tres annos, podendo ser reeleitos os seus membros e reconduzido o representante do Governo.

§ 2.º Os representantes dos empregadores e dos empregados serão eleitos pela fórmula estabelecida no capitulo XII.



Art. 127. A junta administrativa reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo uma vez por mez, e, extraordinariamente, sempre que necessario, convocada pelo gerente da Caixa, e se regerá pelo regimento interno que fór mandado adoptar pelo Conselho Administrativo.

§ 1.º Presidirá as reuniões das juntas administrativas o gerente da Caixa, o qual só terá, nas deliberações, o voto de desempate.

§ 2.º As resoluções da junta administrativa serão sempre por maioria de votos dos membros respectivos.

§ 3.º Das resoluções da junta administrativa caberá recurso, por parte dos seus membros, para o Conselho Regional, na forma dos arts. 159 e 160.

§ 4.º Na falta ou impedimento do gerente da Caixa, a junta administrativa poderá funcionar com a totalidade dos seus membros, um dos quaes presidirá os trabalhos, com direito de voto.

§ 5.º Os membros das juntas administrativas terão direito a 208 por sessão a que comparecerem, não podendo cada um receber mais de 1303 mensaes.

Art. 128. As vagas que se verificarem nas juntas administrativas serão preenchidas pelo respectivo suplente, mediante concessão do gerente da Caixa.

Art. 129. Compete ás juntas administrativas:

- a) cumprir e fazer cumprir as disposições deste regulamento e as decisões superiores;
- b) verificar a legalidade e exactidão dos pagamentos e recebimentos effectuados pela Caixa;
- c) decidir a respeito das reclamações contra actos do gerente da Caixa, submettendo ao julgamento do Conselho Regional as que excederem da sua competencia;
- d) tomar conhecimento dos pedidos de inscrição, determinar as syndicancias que julgarem necessarias e autorizar a sua remessa ao director do departamento;
- e) examinar a regularidade dos processos de habilitação a aposentadoria e pensões e fazel-os encaminhar, com todas as informações, ao director do Departamento Regional;
- f) resolver sobre a concessão do auxilio-maternidade e autorizar-a, submettendo cada caso á approvação do Conselho Regional;
- g) verificar a exactidão dos balancetes mensaes apresentados pelo gerente da Caixa, antes de enviados ao director regional;
- h) solicitar ao Departamento Regional as providencias, ou suggerir as medidas que julgarem mais convenientes á execução dos serviços a cargo da Caixa local.

### SECÇÃO III

#### *Das gerentes de caixas locais*

Art. 130. Os gerentes de caixas locais serão nomeados pelo presidente do Instituto, mediante proposta dos directores regionaes.

§ 1.º Os candidatos deverão apresentar provas de idoneidade e competencia, e ficarão os nomeados sujeitos á fiança

fixada pelo presidente do Instituto, não se permittindo o exercicio antes da prestação da mesma fiança.

§ 2.º Os vencimentos do gerente serão fixados pelo Conselho Administrativo, segundo a importancia de cada Caixa, a extensão da sua jurisdição e dos serviços a seu cargo, condições de vida e outras circumstancias, *ad-referendum* do Conselho Nacional do Trabalho.

Art. 131. A nomeação para o cargo de gerente deverá recahir de preferencia em commerciantes, filhos de commerciantes ou em commerciantes da localidade, todos cidadãos brasileiros e maiores de vinte e um annos, que tenham conhecimentos praticos de contabilidade e escripturação mercantil.

Art. 132. As attribuições dos gerentes constarão do regimento interno das Caixas que fôr mandado adoptar pelo Conselho Administrativo.

## CAPITULO XII

### DA ELEIÇÃO E DA POSSE

Art. 133. O Conselho Administrativo será renovado trienalmente, sendo os representantes dos empregadores e os dos empregados eleitos numa convenção de delegados dos syndicatos patronaes, associações commerciaes e syndicatos de empregados, compostos exclusivamente de associados do Instituto, realizada trienalmente na Capital da Republica, na segunda quinzena de dezembro, sob a presidencia de um representante do Conselho Nacional do Trabalho, designado pelo respectivo presidente.

§ 1.º Os delegados dos syndicatos e associações commerciaes serão escolhidos mediante eleição directa e secreta, realizada de accordo com os estatutos de cada syndicato ou associação commercial, na primeira quinzena do mez de outubro em cada triennio.

§ 2.º Poderão ser eleitos delegados á convenção empregados e empregadores nas condições dos arts. 134, §§ 2.º e 3.º, e 141, residentes em qualquer Estado ou no Districto Federal.

§ 3.º Os delegados á convenção deverão registrar pessoalmente as suas credenciaes na Secretaria do Conselho Nacional do Trabalho até 15 de dezembro, cabendo a cada syndicato ou associação commercial enviar á mesma secretaria uma cópia autentica das mesmas, em carta registrada, que deverá ser expedida dentro de oito dias após a eleição de que trata o § 1.º deste artigo, juntamente com a acta da assembléa.

Art. 134. A convenção dos delegados reunir-se-á em dia, hora e local designados pelo presidente do Conselho Nacional do Trabalho, e a eleição do Conselho Administrativo será feita em duas sessões, funcionando legalmente com a metade e mais um dos delegados-eleitores, servindo de secretarios dous delegados-eleitores, os quaes conservarão o direito de voto.

§ 1.º Na primeira sessão tomarão parte, para escolher dos empregadores, cabendo-lhes eleger tres membros effectivos e tres supplentes; e na segunda parte os delegados dos empregados, cabendo-lhes eleger igual numero de effectivos e supplentes.

§ 2.º Não poderá ser membro do Conselho Administrativo mais de um associado de cada syndicato ou associação, nem mais de um, como effectivo ou supplente, pertencente á mesma empresa ou estabelecimento.

§ 3.º Os parentes consanguineos ou affins, na linha ascendente e descendente e na collateral até segundo gráu, não podem ao mesmo tempo ser membros do Conselho Administrativo.

§ 4.º As eleições se farão por escrutinio secreto.

§ 5.º As questões de ordem serão resolvidas pelo presidente da convenção, ao qual caberá declarar o resultado da eleição, indicar o numero de votos obtidos pelos candidatos e proclamar os eleitos, assim considerados os que obtiverem a metade e mais um dos suffragios dos delegados presentes.

Art. 135. Os membros do Conselho Administrativo tomarão posse perante o presidente do Conselho Nacional do Trabalho e entrarão em exercicio na primeira quinzena de janeiro.

Art. 136. Os Conselhos Regionaes serão renovados trienalmente, sendo os representantes dos empregadores e dos empregados eleitos em uma convenção, realizada na séde de cada Departamento Regional, na segunda quinzena do mez de outubro, composta dos delegados-eleitores escolhidos pela fórma estabelecida nos §§ 1º e 2º do art. 133, representantes dos syndicatos e associações commerciaes, com séde na circumscripção de cada Departamento Regional.

§ 1.º Os delegados á convenção deverão registrar pessoalmente as suas credenciaes no Departamento Regional, até 15 de dezembro, enviando os syndicatos e associações ao mesmo Departamento cópias authenticadas dessas credenciaes e as actas das assembléas, no prazo de oito dias da eleição dos delegados.

§ 2.º A convenção regional será presidida pelo representante do Instituto, designado pelo respectivo presidente, ao qual competirá examinar as credenciaes dos delegados-eleitores, observando-se, quanto á eleição, as regras do art. 134 e seus paragraphos.

§ 3.º Os delegados de cada grupo elegerão dous membros effectivos e dous supplentes.

§ 4.º O Conselho Nacional do Trabalho, á requisição do presidente do Instituto, poderá designar fisceas á convenção dos delegados.

§ 5.º Terminada a eleição, lavrar-se-á, em duas vias, uma acta de cada sessão, a qual será assignada pela mesa e pelos delegados presentes, cabendo ao presidente da convenção remetter, immediatamente, em carta registrada, uma via ao presidente do Instituto.

§ 6.º O Conselho Administrativo examinará a legalidade das eleições e mandará dar posse aos eleitos, ou determinará nova convenção, em caso de nullidade do pleito.

Art. 137. Os membros dos Conselhos Regionaes serão empossados na primeira quinzena de janeiro pelo director do Departamento e, na falta ou ausencia deste, pela autoridade que fôr designada pelo presidente do Instituto.

Art. 138. As juntas Administrativas serão renovadas triennialmente, sendo os representantes dos empregadores e dos empregados escolhidos por eleição, em votação directa e secreta, pelos syndicatos patronaes, inclusive associação commercial, e pelos de empregados, com séde na circumscripção de cada Caixa.

§ 1.º Cada syndicato, união ou federação votará em dous candidatos, sendo um como effectivo e um como supplente, considerando-se eleitos aquelles que obtiverem maioria dos suffragios totaes dos syndicatos em cada grupo.

§ 2.º Onde não houver syndicato ou associação de classe, a eleição será procedida em assembléas dos empregados e dos empregadores, na fórma das instrucções que forem expedidas pelo Conselho Nacional do Trabalho, para o mesmo fim.

§ 3.º De cada eleição será lavrada uma acta, a qual será enviada, dentro de tres dias, ao director regional, em carta registrada.

Art. 139. A apuração das eleições para membros das Juntas Administrativas compete aos Conselhos Regionaes, a quem cabe proclamar os eleitos e determinar a respectiva posse.

Art. 140. O mandato das Juntas Administrativas contar-se-á da data da respectiva posse, devendo as eleições para sua renovação ser realizadas até 60 dias antes da expiração do mandato.

Paragrapho unico. O Conselho Nacional do Trabalho, mediante solicitação do Conselho Administrativo, poderá prorrogar por 90 dias, no maximo, o mandato da Junta Administrativa, cuja renovação, por motivos de força maior, não se tiver verificado no prazo legal.

Art. 141. A escolha dos representantes dos empregadores, em todos os casos, só poderão recahir em socios, gerentes, administradores, directores ou interessados das firmas ou sociedades mencionadas no art. 7.º

Art. 142. Os casos omissos e as duvidas relativas ao processo eleitoral serão resolvidos por decisão do Conselho Nacional do Trabalho, applicando-se subsidiariamente o disposto nas instrucções approvadas pelo decreto n. 22.696, de 11 de maio de 1933.

Art. 143. Da eleição dos membros do Conselho Administrativo, Conselhos Regionaes e Juntas Administrativas, poderão os interessados, syndicatos e associações commerciaes recorrer, com effeito devolutivo, para o Conselho Nacional do Trabalho, devendo as respectivas razões dar entrada no orgão local do Instituto, no prazo de 10 dias da data da eleição.

### CAPITULO XIII

#### DOS EMPREGADORES DO INSTITUTO

Art. 144. As classes, numeros e vencimentos dos empregados do Instituto, tanto da repartição central como dos Departamentos e Caixas, serão os constantes dos quadros autorizados pelo Conselho Administrativo e approvados pelo Conselho Nacional do Trabalho.

§ 1.º Os quadros dos empregados dos Departamentos Regionaes, incluindo o pessoal das caixas locais e respectivos vencimentos, serão organizadas, annualmente, pelo director regional e remettidos ao presidente do Instituto, depois de approvados pelo Conselho Regional.

§ 2.º O quadro geral dos empregados do Instituto será organizado annualmente pelo presidente e submittido ao exame e approvação do Conselho Administrativo com os respectivos vencimentos, anexo ao orçamento annual do Instituto.

§ 3.º O Conselho Administrativo, quando opportuno, expedirá instrucções sobre a fixação do limite maximo dos empregados, nos Departamentos e Caixas, tendo em vista a natureza do serviço e o numero dos associados.

Art. 145. A nomeação dos empregados, pela forma estabelecida nos arts. 103, alinea *d*, 108, alinea *h*, e 120, alinea *b*, dependerá de habilitação verificada por meio de concurso, podendo este ser dispensado no provimento dos cargos technicos, desde que o candidato prove o exercicio da profissão e idoneidade.

§ 1.º Terão preferencia nas nomeações em igualdade de condições devidamente comprovada os commerciantes, filhos de commerciantes e os associados do Instituto que, achando-se desempregados, preencherem as exigencias deste artigo.

§ 2.º A nomeação para os cargos de procurador, procurador regional e adjuntos de procurador só poderá recahir em doutores ou bachareis em direito, tendo pelo menos o primeiro mais de quatro annos de pratica forense e os demais dous annos.

Art. 146. Para os fins do § 1.º do art. 145, será organizado, nos Departamentos e Caixas, um cadastro dos associados desempregados, com todos os esclarecimentos, que serão prestados pelos associados na condigões do art. 8º.

Art. 147. Aos funcionarios e empregados do Instituto ficam estendidos os dispositivos constantes dos arts. 90 e 91, considerando-se contractados os que tiverem menos de um anno de serviço.

Paragrapho unico. As promoções ficarão dependendo de intersticio de dous annos e deverão obedecer ao criterio de dous terços por merecimento e um terço por antiguidade; em caso de igual merecimento terá preferencia o mais antigo na classe.

Art. 148. Os funcionarios e empregados do Instituto terão direito a quinze dias de férias annuaes, sem prejuizo dos respectivos vencimentos.

## CAPÍTULO XIV

### DA PROCURADORIA

#### SECÇÃO I

##### *Do procurador*

Art. 149. O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Commerciantes terá na sua sede um procurador, com as seguintes attribuições:

a) dar parecer nos processos que forem submettidos ao seu estudo, por despacho do presidente ou deliberação do Conselho Administrativo;

b) funcionar em primeira instancia no Juizo Federal do Districto Federal, em todas as acções, justificações, protestos ou procedimento judicial em que o Instituto seja interessado;

c) promover perante a justiça federal, no Districto Federal, toda e qualquer acção, protestos, justificação ou procedimento judicial, especialmente pelo que disser respeito á cobrança executiva de contribuições ou quantias, por qualquer título, devidas ao Instituto;

d) orientar os procuradores regionaes do Instituto em todas as acções em que, nos Estados, tenham de funcionar, expedindo as respectivas instrucções e fiscalizando-lhes o procedimento;

e) representar ao presidente do Instituto contra os procuradores regionaes que, por desidia ou negligência, não cuidarem da defesa dos interesses do Instituto;

f) tomar parte nas sessões do Conselho Administrativo, sem direito de voto;

g) assignar, com o relator e o presidente, as decisões do Conselho Administrativo;

h) apresentar ao presidente do Instituto, annualmente, até 31 de janeiro, o relatório dos trabalhos a cargo da procuradoria.

Art. 150. O procurador do Instituto será auxiliado, no desempenho de suas funcções, por adjuntos, cujo numero será fixado no quadro de seu pessoal, na fórma deste regulamento.

## SECÇÃO II

### *Das procuradorias regionaes*

Art. 151. Haverá em cada Departamento um procurador regional do Instituto, com as seguintes attribuições:

a) dar parecer nos processos submettidos ao seu estudo por despacho do director regional, ou decisão do Conselho Regional;

b) funcionar perante a justiça federal da região, em todas as acções em que o Instituto seja interessado, observando instrucções do procurador do Instituto;

c) promover, perante a justiça federal da região, toda e qualquer acção, protesto ou justificação ou procedimento judicial, especialmente pelo que disser respeito á cobrança executiva de contribuição ou quantia, por qualquer título, devida ao Instituto;

d) tomar parte nas sessões do Conselho Regional, sem direito de voto;

e) assignar, com o relator e o director regional, as decisões do Conselho Regional;

f) apresentar ao director regional, annualmente, até 31 de janeiro, o relatório de todos os serviços da Procuradoria Regional, afim de ser encaminhado ao presidente do Instituto.

Art. 152. O procurador regional poderá ser auxiliado, no desempenho de suas funções, por um adjunto, de accôrdo com o volume de serviço.

## CAPITULO XV

### SPOSIÇÕES PENAES

Art. 153. O autor de infracção de disposição do presente regulamento, para a qual não tiver sido fixada outra penalidade, incorrerá na multa de 50\$000 a 2:000\$000, elevada ao dobro no caso de reincidencia.

Art. 154. Estão sujeitos á revalidação (art. 50 do decreto n. 17.538, de 10 de novembro de 1926):

1º, as duplicatas e recibos de vendas á vista não sellados, em tempo, e os que o tenham sido com taxa inferior á devida;

2º, as duplicatas e recibos em cujos sellos se notem signaes, rasuras ou emendas, embora se trate de diversos sellos e o defeito seja sómente em um delles;

3º, as fichas-individuaes que tenham sido selladas com taxa inferior á devida, ou em cujos sellos se verifique a hypothese da alinea 2;

§ 1.º A revalidação será exigida pelo modo seguinte, não podendo, porém, ser inferior a 1\$000:

a) uma vez o valor do sello devido, nos casos previstos nas alineas 2ª e 3ª deste artigo, e quando o sello não tiver sido inutilizado pela fórmula determinada nos arts. 28, § 2º, e 36, § 2º;

b) duas vezes o valor do sello devido, nos casos previstos na alinea 1;

c) tres vezes o valor do sello devido, além da multa que couber, quando for empregado sello falso ou de que se tenha feito uso, assim considerando o retirado de qualquer documento ou ficha.

§ 2.º Nos casos previstos nas alineas 2ª e 3ª, a revalidação será exigida apenas sobre a importância dos sellos que contenham aquella irregularidade.

§ 3.º A revalidação terá por base:

a) o valor do sello que deveria ter sido pago, correspondente ao valor dos documentos, ou do salario de base, constante da ficha-individual;

b) nos papeis e fichas sellados com taxa inferior á devida, a differença encontrada.

Art. 155. Incorrerão na multa de 100\$000 a 500\$000 (art. 60 do decreto n. 17.538, de 10 de novembro de 1926):

a) os que emittirem duplicata ou passarem recibo sujeitos ao sello de previdencia, sem que o mesmo tenha sido applicado ou inutilizado;

b) os que, para evitar o pagamento do sello de previdencia, passarem recibos em segunda via, sem que exista a duplicata devidamente sellada;

c) concomitantemente, os que receberem documentos nas condições previstas nas alineas anteriores e os conservarem

por mais de oito dias, sem apresental-os á repartição arrecadadora do Instituto para o devido procedimento, inclusive os bancos e casas bancarias que receberem duplicatas para desconto, cobrança ou caução.

§ 1.º Ficam sujeitos á multa de 2:000\$000 a 5:000\$000 os que falsificarem o sello de previdencia ou de contribuições, empregarem sellos falsos ou de que se tenha feito uso, sem prejuizo da acção penal que couber.

§ 2.º Ficam sujeitos á multa de 500\$000 a 1:000\$000 os que, sem autorização do Instituto, venderem sellos de previdencia ou de contribuições, perdendo tambem o direito aos que forem encontrados em seu poder.

Art. 156. As multas serão impostas pelos gerentes das Caixas locais, directores regionaes e presidente do Instituto, mediante denuncia dada por particular ou em virtude de auto lavrado por fiscal do Instituto, do sello adhesivo, ou agente fiscal do imposto de consumo, ou por qualquer funcionario publico ou do Instituto.

§ 1.º Com relação á denuncia será observado o disposto no art. 68 e respectivos paragraphos do decreto n. 17.538, citado, devendo os documentos apprehendidos ser entregues, devidamente processados, á autoridade competente do Instituto, a qual marcará ao infractor o prazo de 30 dias para allegar o que entender a bem dos seus direitos.

§ 2.º Não terá logar a multa quando os documentos forem apresentados espontaneamente pelos interessados ás repartições competentes do Instituto, para o pagamento do sello, caso em que sómente a revalidação será applicada, quando exigivel.

Art. 157. Quando se tratar de infracção continuada, verificada em muitos documentos com identica contravenção, será observado o seguinte criterio: até tres documentos a multa será applicada no minimo; de quatro a seis documentos no médio; de sete a dez no maximo; e do excedente de dez tantas multas no maximo quantas forem as dezenas ou suas fracções de documentos em que se verificar a infracção.

Art. 158. Para a cobrança das multas, revalidação de sello e contribuições atrasadas, caberá acção executiva fiscal, instruida com certidão extrahida dos livros do instituto e promovida pelos seus procuradores.

Paragrapho unico. O producto das multas será classificado como renda eventual do Instituto (art. 35, paragrapho unico, do decreto n. 24.273).

## CAPITULO XVI

### DOS RECURSOS

Art. 159. Será admittido recurso, por parte dos interessados directos, dos empregadores, dos membros das juntas administrativas, conselhos regionaes e conselho administrativo, gerentes de caixas, directores de departamentos e presidente do Instituto, na fórmula seguinte:

a) dos despachos dos gerentes de caixas, directores de Departamentos e presidente do Instituto, respectivamente,



para as Juntas Administrativas, Conselhos Regionaes e Conselhos Administrativos:

b) das decisões das Juntas Administrativas, Conselhos Regionaes e Conselho Administrativo, respectivamente, para os Conselhos Regionaes, Conselho Administrativo e Conselho Nacional do Trabalho.

Paragrapho unico. Os recursos terão effeito suspensivo e serão endereçados á autoridade recorrida, que os deverá enviar á instancia superior, devidamente informados, no prazo de 15 dias.

Art. 160. Os prazos para interposição dos recursos contam-se da publicação ou intimação por carta registrada, da ultima deliberação, e serão os seguintes:

a) para os membros das juntas e dos conselhos, gerentes, directores, presidente do Instituto e empregados, dez dias;

b) para os associados ou pensionistas domiciliados no Districto Federal, vinte dias;

c) para os associados ou pensionistas domiciliados nos Estados, dez dias quando se tratar de recurso para a junta administrativa, trinta dias quando se tratar de recurso para o Conselho Regional, e sessenta dias quando se tratar de recurso para o Conselho Administrativo ou para o Conselho Nacional do Trabalho.

Paragrapho unico. Para a contagem do prazo considerar-se-á a data da entrega do recurso ao órgão do Instituto onde fôr domiciliado o recorrente, cabendo áquelle servir de intermediario na remessa da petição.

## CAPITULO XVII

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 161. Para os fins deste regulamento não existe differença entre os termos "empregador", "empresa" e "estabelecimento", "empregado" e "operario", e "salario", "retirada", "ordenado", "honorario" e "pro-labore".

Art. 162. O patrimonio, bens e rendas do Instituto, assim como os beneficios concedidos aos associados não estão sujeitos a penhora, embargo ou sequestro, considerando-se nulla toda venda ou cessão de que sejam objecto, ou a constituição de quaesquer onus que sobre elles recaiam, vedada igualmente a outorga de poderes irrevogaveis, ou em causa propria, para a percepção das respectivas importancias.

Art. 163. Aos associados, aposentados, pensionistas e ás empresas ou estabelecimentos sujeitos a este regulamento é permitido requerer ao Conselho Nacional do Trabalho certidão do que lhes possa interessar, e conste dos livros ou documentos recolhidos ao archivo do mesmo Conselho, salvo quando se tratar de assumpto de caracter reservado.

Art. 164. É considerada official, de caracter federal, para os effeitos da legislação vigente, a correspondencia postal e telegraphica do Instituto, seus departamentos regionaes e caixas locais (art. 38 do decreto n. 24.273).

Art. 165. São isentos do imposto do sello os papeis, livros e documentos originaes do Instituto, seus departamen-

tos regionaes e caixas locaes, bem como as petições iniciais dos interessados para a obtenção dos beneficios (art. 39 do decreto n. 24.273).

Art. 166. As contribuições do empregado como as do empregador são equiparadas ao salario e consideradas credito privilegiado na forma do art. 91 do decreto n. 5.746, de 9 de dezembro de 1929 (art. 41 do decreto n. 24.273).

Art. 167. As contribuições dos associados serão computadas nas deducções da renda global bruta, para o effeito das taxas complementares do imposto sobre a renda (art. 42 do decreto n. 24.273).

Art. 168. Os casos omissos e as duvidas suscitadas na execução do presente regulamento serão resolvidas pelo Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio, ouvido o Conselho Nacional do Trabalho.

Art. 169. Para os fins do disposto no art. 4.º do decreto n. 20.886, de 30 de dezembro de 1931, o Instituto recolherá annualmente ao Thesouro Nacional, conforme fôr resolvido por acto do ministro do Trabalho, Industria e Commercio, a importancia da taxa que fixar, até 3 % (tres por cento) calculada sobre a somma que produzir a "quota de previdencia" de que trata o art. 36.

## CAPITULO XVIII

### DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 170. Para attender ás despesas de installação dos serviços do Instituto em todo o territorio nacional, o ministro da Fazenda, mediante requisição do ministro do Trabalho, Industria e Commercio, mandará fazer ao presidente do Instituto, por intermedio do Banco do Brasil e por conta da contribuição do Estado, o adiantamento da quantia de réis 500:000\$ (quinhentos contos de réis), que obedecerá ás disposições legais, devendo a respectiva applicação ser comprovada perante o Conselho Nacional do Trabalho.

Art. 171. As contribuições dos associados e dos empregadores, enquanto não fôr emittido o sello de que trata o artigo 28, serão arrecadadas mediante desconto e consignação nas folhas e recibos de vencimentos, e serão recolhidos até o dia 15 de cada mez ao Banco do Brasil ou a outros estabelecimentos designados pelo Ministerio do Trabalho, pelo empregador, que não o fazendo naquelle prazo, responderá pela multa de 2 % ao mez de mora e penalidades estabelecidas neste regulamento, além de outras a que estiver sujeito, como depositario infiel.

§ 1.º Será igualmente cobrada por consignação a quota de previdencia, enquanto não fôr emittido o sello de que trata o art. 36.

§ 2.º Nas vendas a prazo entre commerciantes será a consignação do imposto annotada na duplicata e na factura, antes de ser esta copiada.

§ 3.º Nas vendas á vista entre commerciantes será a consignação feita na factura quando houver, bem como no recibo e no cahoto.

---

§ 4.º Uma vez expedida a duplicata ou assignado o recibo pelo vendedor, ficará este obrigado a recolher a quota de previdencia conjuntamente com as contribuições de que trata o presente artigo, sujeito, na falta, ás penalidades alli consignadas.

§ 5.º Para calculo da quota de previdencia, servirá de base o valor das estampilhas do imposto sobre vendas mercantis, adquiridas em cada mez pelos commerciantes, cabendo-lhes provar perante a autoridade competente qualquer deducção a que tenham direito, por motivo de applicação das estampilhas a outras vendas, que não as previstas neste regulamento.

Art. 172. Os empregados de nacionalidade estrangeira contractados para serviços technicos e cujos contractos tenham sido firmados em paiz estrangeiro em data anterior á da publicação do decreto n. 24.273, de 22 de maio de 1934, serão obrigados a se inscrever no Instituto si, terminado o contracto, fôr o mesmo prorogado, ou continuarem a prestar serviços a estabelecimento ou empresa sujeitos a este regulamento.

Art. 173. Até que seja possivel a creação dos Departamentos Regionaes em character definitivo, pela fórmula estabelecida no art. 109, ficam creados, em character transitorio, os seguintes Departamentos:

1, Departamento do Estado do Amazonas e Territorio do Acre, com séde em Manáus;

2, Departamento do Estado do Pará, com séde em Belém;

3, Departamento dos Estados do Maranhão, Ceará e Piauihy, com séde em Fortaleza;

4, Departamento dos Estados de Pernambuco, Parahyba, Rio Grande do Norte e Alagoas, com séde em Recife;

5, Departamento dos Estados da Bahia e Sergipe, com séde na cidade do Salvador;

6, Departamento dos Estados de Minas Geraes e Goyaz, com séde em Bello Horizonte;

7, Departamento dos Estados do Rio de Janeiro e Espirito Santo, com séde em Nitheroy;

8, Departamento do Districto Federal;

9, Departamento dos Estados de São Paulo e Matto Grosso, com séde em São Paulo;

10, Departamento dos Estados do Paraná e Santa Catharina, com séde em Curityba;

11, Departamento do Estado do Rio Grande do Sul, com séde em Porto Alegre.

Art. 174. Installados os Departamentos de que trata o artigo anterior, serão estabelecidas Caixas Locaes nas capitães dos Estados do Maranhão, Piauihy, Rio Grande do Norte, Parahyba, Alagoas, Sergipe, Goyaz, Espirito Santo, Matto Grosso, Santa Catharina e na cidade do Rio Branco, Territorio do Acre.

Paragrapho unico. Os directores regionaes, ouvido o Conselho Regional, proporão ao Conselho Administrativo a creação de Caixas Locaes nas principaes cidades dos Estados sob a sua jurisdicção provisoria, além das previstas neste artigo.

Art. 175. O primeiro Conselho Administrativo será eleito na Capital da Republica, na segunda quinzena de junho

de 1935, pela forma prevista nos arts. 133 e 134, e a sua posse terá lugar, após a apuração, em dia previamente designado pelo Presidente do Conselho Nacional do Trabalho.

**Art. 176.** Para providenciar sobre a organização dos serviços administrativos do Instituto e dirigil-o até a posse do primeiro Conselho Administrativo será nomeado um Conselho Administrativo provisório, composto do presidente do Instituto e de oito membros, tres representantes dos empregadores, tres dos empregados e dous technicos, todos nomeados pelo Presidente da Republica.

§ 1.º Os representantes dos empregadores e os dos empregados serão indicados ao ministro do Trabalho, Industria e Commercio pelos respectivos syndicatos de classe, com sede na Capital da Republica, inclusive a Associação Commercial do Rio de Janeiro, devendo cada syndicato e associação indicar um representante, dentro de dez dias da publicação deste regulamento.

§ 2.º Os technicos serão de livre escolha do ministro do Trabalho, Industria e Commercio.

**Art. 177.** Ao presidente do Instituto, ouvido o Conselho Administrativo provisório e observado o disposto nos artigos 102, 104 e 105, compete:

a) escolher e contractar o local para a sede do Instituto, que tambem deverá servir para sede do Departamento do Districto Federal;

b) submeter á approvação do ministro do Trabalho, Industria e Commercio, no prazo de 60 dias da sua posse, os modelos dos typos e valores de sellos previstos nos arts. 28 e 36;

c) resolver, no mesmo prazo, sobre os modelos de fichas, guias, formulas e demais impressos previstos neste regulamento, necessarios ao normal funcionamento dos serviços dos Departamentos e Caixas;

d) expedir instrucções minuciosas e completas aos Departamentos e Caixas a respeito da inscripção dos associados, organização da estatistica inicial e arrecadação das contribuições;

e) nomear, em caracter transitório, os funcionarios, estritamente necessarios ao serviço e fixar-lhes os vencimentos, sujeitando o respectivo quadro á approvação do Conselho Nacional do Trabalho;

f) fornecer aos Departamentos as formulas de impressos necessarios aos serviços de inscripção, declarações, arrecadações e outros;

g) fornecer aos Departamentos os sellos necessarios ao pagamento das contribuições;

h) supprir os Departamentos e Caixas com as importancias necessarias á respectiva installação, prestando mensalmente contas dos mesmos pagamentos ao Conselho Nacional do Trabalho;

i) solicitar ao Conselho Nacional do Trabalho as instrucções e providencias que julgue necessarias ao exercicio de seu mandato; expedir instrucções para a arrecadação, fiscalização e movimentação das contribuições a que se refere o artigo 171 e seus paragrafos.

Art. 178. Os Departamentos regionaes de caracter transitorio, de que trata o art. 173, serão administrados por um director regional, nomeado de accôrdo com o art. 119, assistido por um Conselho Regional provisorio composto pela fórmula estabelecida no art. 112, observando-se, quanto á escolha, o disposto neste artigo.

§ 1.º Os representantes dos empregadores e dos empregados, em numero de dous para cada grupo, serão indicados pelos syndicatos, inclusive Associação Commercial, da séde do respectivo Departamento.

§ 2.º O tecnico será de livre escolha do ministro do Trabalho, Industria e Commercio.

Art. 179. Compete aos directores regionaes, assistidos pelo Conselho Regional provisorio, observando-se o disposto nos arts. 114, 115 e 116:

a) escolher um local, em caracter provisorio, para a instalação dos serviços administrativos do Departamento Regional, observando, com relação ao Districto Federal, o disposto na alinea a do art. 177;

b) iniciar o serviço de inscripção dos associados dentro da sua jurisdicção;

c) tomar todas as providencias para o pagamento e recolhimento das contribuições previstas neste regulamento;

d) propor a criação de Caixas Locaes, em caracter provisorio, na fórmula do art. 174 e respectivo paragrapho;

e) publicar editaes chamando os empregados e os empregadores a prestarem as declarações previstas neste regulamento, no prazo de trinta dias;

f) manter-se em constante comunicação com a séde do Instituto, cumprir as determinações do presidente e do Conselho Administrativo e as instrucções do Conselho Nacional do Trabalho;

g) levantar, no prazo de 120 dias, a estatistica dos associados de cada Estado sob a sua jurisdicção e enviar o resultado obtido ao presidente do Instituto.

Art. 180. Os Conselhos Regionaes provisionarios subsistirão até a posse dos Conselhos Regionaes eleitos e empossados pela fórmula estabelecida no art. 136.

Art. 181. Os Conselhos Regionaes definitivos serão eleitos pela fórmula estabelecida no art. 136, depois de approvada a criação dos respectivos Departamentos, em face da estatistica de que trata o art. 179, alinea g.

Art. 182. A proposta da criação dos Departamentos deverá ser presente ao Conselho Nacional do Trabalho, na fórmula do art. 109, o mais tardar até 31 de dezembro de 1935.

Art. 183. Os directores dos Departamentos Regionaes farão publicar editaes, em todos os jornaes dentro da sua circumscripção, chamando os empregadores e empregados sujeitos a este regulamento a fazerem, no prazo de trinta dias, as necessarias declarações, para os fins da inscripção prevista no art. 9º.

§ 1.º Os empregadores deverão enviar no prazo de 30 dias as relações de que trata o art. 9º, § 1º, em duas vias, uma das quaes será devolvida com recibo.

§ 2.º No mesmo prazo os empregados farão as declarações

**TABELLA PARA INSCRIÇÃO E CALCULO DAS CONTRIBUIÇÕES A QUE SE REFERE O ART. 15 DESTE REGULAMENTO**

CLASSE	ORDENADO MENSAL		INSCRIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO 3 %			CONTRIBUIÇÃO 4 %			CONTRIBUIÇÃO 5 %		
				EMPREGADO	EMPREGADOR	TOTAL	EMPREGADO	EMPREGADOR	TOTAL	EMPREGADO	EMPREGADOR	TOTAL
1	Até	50\$000 .....	50\$000	1\$500	1\$500	3\$000	2\$000	2\$000	4\$000	2\$500	2\$500	5\$000
2	De	50\$000 a 75\$000 .....	75\$000	2\$500	2\$500	5\$000	3\$000	3\$000	6\$000	3\$750	3\$750	7\$500
3	De	75\$000 a 100\$000 .....	100\$000	3\$000	3\$000	6\$000	4\$000	4\$000	8\$000	5\$000	5\$000	10\$000
4	De	100\$000 a 150\$000 .....	150\$000	4\$500	4\$500	9\$000	6\$000	6\$000	12\$000	7\$500	7\$500	15\$000
5	De	150\$000 a 200\$000 .....	200\$000	6\$000	6\$000	12\$000	8\$000	8\$000	16\$000	10\$000	10\$000	20\$000
6	De	200\$000 a 250\$000 .....	250\$000	7\$500	7\$500	15\$000	10\$000	10\$000	20\$000	12\$500	12\$500	25\$000
7	De	250\$000 a 300\$000 .....	300\$000	9\$000	9\$000	18\$000	12\$000	12\$000	24\$000	15\$000	15\$000	30\$000
8	De	300\$000 a 350\$000 .....	350\$000	10\$500	10\$500	21\$000	14\$000	14\$000	28\$000	17\$500	17\$500	35\$000
9	De	350\$000 a 400\$000 .....	400\$000	12\$000	12\$000	24\$000	16\$000	16\$000	32\$000	20\$000	20\$000	40\$000
10	De	400\$000 a 450\$000 .....	450\$000	13\$500	13\$500	27\$000	18\$000	18\$000	36\$000	22\$500	22\$500	45\$000
11	De	450\$000 a 500\$000 .....	500\$000	15\$000	15\$000	30\$000	20\$000	20\$000	40\$000	25\$000	25\$000	50\$000
12	De	500\$000 a 600\$000 .....	600\$000	18\$000	18\$000	36\$000	24\$000	24\$000	48\$000	30\$000	30\$000	60\$000
13	De	600\$000 a 700\$000 .....	700\$000	21\$000	21\$000	42\$000	28\$000	28\$000	56\$000	35\$000	35\$000	70\$000
14	De	700\$000 a 800\$000 .....	800\$000	24\$000	24\$000	48\$000	32\$000	32\$000	64\$000	40\$000	40\$000	80\$000
15	De	800\$000 a 900\$000 .....	900\$000	27\$000	27\$000	54\$000	36\$000	36\$000	72\$000	45\$000	45\$000	90\$000
16	De	900\$000 a 1:000\$000 .....	1:000\$000	30\$000	30\$000	60\$000	40\$000	40\$000	80\$000	50\$000	50\$000	100\$000
17	De	1:000\$000 a 1:100\$000 .....	1:100\$000	33\$000	33\$000	66\$000	44\$000	44\$000	88\$000	55\$000	55\$000	110\$000
18	De	1:100\$000 a 1:200\$000 .....	1:200\$000	36\$000	36\$000	72\$000	48\$000	48\$000	96\$000	60\$000	60\$000	120\$000
19	De	1:200\$000 a 1:300\$000 .....	1:300\$000	39\$000	39\$000	78\$000	52\$000	52\$000	104\$000	65\$000	65\$000	130\$000
20	De	1:300\$000 a 1:400\$000 .....	1:400\$000	42\$000	42\$000	84\$000	56\$000	56\$000	112\$000	70\$000	70\$000	140\$000
21	De	1:400\$000 a 1:500\$000 .....	1:500\$000	45\$000	45\$000	90\$000	60\$000	60\$000	120\$000	75\$000	75\$000	150\$000
22	De	1:500\$000 a 1:600\$000 .....	1:600\$000	48\$000	48\$000	96\$000	64\$000	64\$000	128\$000	80\$000	80\$000	160\$000
23	De	1:600\$000 a 1:700\$000 .....	1:700\$000	51\$000	51\$000	102\$000	68\$000	68\$000	136\$000	85\$000	85\$000	170\$000
24	De	1:700\$000 a 1:800\$000 .....	1:800\$000	54\$000	54\$000	108\$000	72\$000	72\$000	144\$000	90\$000	90\$000	180\$000
25	De	1:800\$000 a 1:900\$000 .....	1:900\$000	57\$000	57\$000	114\$000	76\$000	76\$000	152\$000	95\$000	95\$000	190\$000
26	De	1:900\$000 a 2:000\$000 .....	2:000\$000	60\$000	60\$000	120\$000	80\$000	80\$000	160\$000	100\$000	100\$000	200\$000

previstas no § 3º, do mesmo artigo, directamente aos respectivos empregadores.

§ 3º. Entregues as relações de que tratam os paragraphos anteriores, o Departamento ou Caixa Local fornecerá ao empregador o cartão de matrícula a que se refere o art. 14.

§ 4º. Os associados receberão, feita a sua inscrição, as fichas individuais de que trata o art. 16.

Art. 184. Na primeira inscrição dos associados, quando se verificar a hypothese do § 3º, do art. 26, a média mensal do salario será determinada pelo montante do salario realmente percebido no anno anterior, sem prejuizo do disposto no § 5º, do mesmo artigo.

Art. 185. Ao empregado ou empregador que contar na data da execução do presente regulamento mais de 60 e menos de 70 annos de idade é facultado inscrever-se como associado, dentro do prazo maximo de 180 dias, contados da data da installação dos serviços do Instituto, para o effeito de deixar pensão a herdeiros (art. 45 do decreto n. 24.273).

§ 1º. Aos associados, porém, que se inscreverem na fórmula deste artigo, e contribuirem regularmente por mais de cinco annos, será concedida extraordinariamente aposentadoria por velhice, desde que tenham mais de 68 annos de idade e provem mais de 25 annos de serviço.

§ 2º. A aposentadoria por velhice não poderá ser inferior a 50 % da média dos vencimentos percebidos nos ultimos trinta e seis mezes de contribuição, observados os limites fixados nos paragraphos 2º e 3º do art. 58.

§ 3º. As aposentadorias e pensões concedidas na fórmula deste artigo correrão pelo fundo de repartição.

#### DISPOSIÇÃO FINAL

Art. 186. O presente regulamento entrará em vigor no dia 1 de janeiro de 1935.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1934. — *Agamemnon Magalhães*.

---

#### DECRETO N. 184 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1934

*Concede á Sulzer Frères, Société Anonyme, autorização para funcionar na Republica*

O presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Sulzer Frères, Société Anonyme, com sede em Winterthur, Suissa, decreta:

Artigo unico. E' concedida á Sulzer Frères, Société Anonyme, autorização para funcionar na Republica, com os estatutos que apresentou e mediante as clausulas que a este accompanham, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães*.

---

**Clausulas que acompanham o decreto n. 184, de 28 de dezembro de 1934****I**

A Sulzer Frères, Société Anonyme, com sede em Winterthur, Suissa, é obrigada a ter um representante geral no Brasil, com plenos e illimitados poderes para tratar e definitivamente resolver as questões que se suscitarem, quer com o Governo, quer com particulares, podendo ser demandado e receber citação inicial pela sociedade.

**II**

Todos os actos que praticar no Brasil ficarão sujeitos unicamente ás respectivas leis e regulamentos e á jurisdição de seus tribunaes judiciarios ou administrativos, sem que, em tempo algum, possa a referida sociedade reclamar qualquer excepção, fundada em seus estatutos, cujas disposições não poderão servir de base para qualquer reclamação concernente á execução das obras ou serviços a que elles se referem.

**III**

Fica dependente de autorização do Governo qualquer alteração que a sociedade tenha de fazer nos respectivos estatutos.

Ser-lhe-á cassada a autorização para funcçãoar na Republica si infringir esta clausula.

**IV**

Fica entendido que a autorização é dada sem prejuizo do principio de achar-se a sociedade sujeita ás disposições de direito que regem as sociedades anonymas.

**V**

A infração de qualquer das clausulas para a qual não esteja cominada pena especial será punida com a multa de 1:000\$000 (um conto de réis) a 5:000\$000 (cinco contos de réis) e, no caso de reincidencia, com a cassação da autorização concedida pelo decreto em virtude do qual baixam as presentes clausulas.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1934. — *Agamemnon Magalhães.*

---

**DECRETO N. 185 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1934**

*Concede á Companhia Usina Cambahyba autorização para funcçãoar*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Companhia Usina Cambahyba, com sede na cidade do Rio de Janeiro, decreta:

Artigo unico. E' concedida á Companhia Usina Cambahyba autorização para funcçãoar com os estatutos que



apresentou, ficando a mesma companhia obrigada a cumprir, integralmente as leis e regulamentos em vigor.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1934, 113° da Independência e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães.*

---

DECRETO N. 186 DE 28 DE DEZEMBRO DE 1934

*Approva o projecto e orçamento, na importancia de 25:284\$, para a construção de um triangulo de reversão na estação de Sampaio Corrêa, na Estrada de Ferro Maricá*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Superintendencia da Estrada de Ferro Maricá (ora occupada pelo Governo Federal) e de accordo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados o projecto e orçamento que com este baixam, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado dos Negocios da Viação e Obras Publicas, para a construção de um triangulo de reversão na estação de "Sampaio Corrêa", da referida Estrada,

Paragrapho unico. A despesa que for realmente effectuada e apurada pela fórmula determinada no art. 8° da portaria n. 839, de 7 de dezembro de 1933, até o maximo de 25:284\$000 (vinte e cinco contos duzentos e oitenta e quatro mil réis), será levada á conta do producto da taxa adicional de 10 % sobre as tarifas em vigor na referida Estrada, de conformidade com o paragrapho unico do art. 6° da mesma portaria, expedida pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1934, 113° da Independência e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

DECRETO N. 187 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1934

*Proroga novamente por sessenta (60) dias, a contar de 31 de dezembro corrente, o prazo fixado no decreto n. 4, de 30 de julho de 1934*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição, e

Considerando que perduram ainda os motivos determinantes da expedição dos decretos ns. 4 e 121, de 30 de julho e 29 de outubro deste anno,

Decreta:

Artigo unico. Fica prorogado novamente por sesenta (60) dias, a contar de 31 de dezembro actual, o prazo fixado pelo

---

decreto n. 4, de 30 de julho deste anno, para execução do de n. 24.501, de 29 de junho anterior: revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 188 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1934

*Proroga, até 30 de junho de 1935, o prazo estabelecido no artigo 25, do decreto n. 23.938, de 28 de fevereiro de 1934.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe são conferidas pelo numero 1, do artigo 56 da Constituição da Republica, e,

Considerando que, pelo artigo 25, do decreto n. 23.938, de 28 de fevereiro de 1934, foi tolerado, durante o prazo de noventa dias, o uso da torrefacção de café com assucar, nas regiões do paiz onde este uso é inveterado;

Considerando que o decreto n. 24.665, de 11 de julho de 1934, artigo 2°, prorogou por mais noventa dias esse prazo de tolerancia, que foi ainda prorogado até 31 de dezembro de 1934, pelo decreto n. 65, de 24 de setembro do mesmo anno;

Considerando que subsistem os motivos determinantes dessas prorrogações, resolve:

Art. 1.º Fica prorogado, até 30 de junho de 1935, o prazo de tolerancia previsto no artigo 25, do decreto numero 23.938, de 28 de fevereiro de 1934.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 189 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1934

*Approva os projectos e orçamentos para execução de diversas obras na Réde de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que solicitou o Estado do Rio Grande do Sul, e de accôrdo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados os projectos e orçamentos nas importancias em seguida discriminadas, os quaes

a este acompanham, rubricados pelo director geral de Expendente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, para execução das obras abaixo descriptas, na Rêde de Viação Ferrea Federal, arrendada ao referido Estado:

- a) um dormitorio para o pessoal de trem, em Jacuhy, no kilometro 79+583 da linha de Santa Maria a Porto Alegre..... 17:280\$133
- b) um grupo de tres casas na estação de Dilermando de Aguiar, no kilometro 44+156 da linha de Santa Maria a Uruguayana, para o pessoal de trem que trabalha no ramal de Jaguary..... 55:328\$214

§ 1.º De conformidade com o disposto na clausula I e no item 2º da clausula II do termo decorrente do decreto numero 18.551, de 31 de dezembro de 1928, pelo qual foi modificado o contracto de arrendamento da citada Rêde, autorizado pelo decreto n. 15.438, de 10 de abril de 1922, as despesas que forem realmente effectuadas e apuradas em regular tomada de contas, até o maximo de cada um dos orçamentos ora approvados, serão inscriptas na conta do "fundo de melhoramentos" a que se refere a alludida clausula I.

§ 2.º Para a conclusão das obras descriptas nas alíneas a e b ficam fixados, respectivamente, os prazos de dous e cinco mezes, todos a contar da data em que a Rêde for notificada neste decreto.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1934, 113º da Independencia e 46º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

#### DECRETO N. 190 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1934

*Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito suplementar de 303:361\$100 para attender a diversas despesas da Camara dos Deputados, no exercicio de 1934.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo em vista o decreto legislativo n. 9, de 12 de dezembro de 1934, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito suplementar de trezentos e tres contos trezentos e sessenta e um mil e cem réis (303:361\$100), para attender ás despesas da Camara dos Deputados no exercicio de 1934, discriminado pela fórmula seguinte:

Para pagamento de ajuda de custo a cinco sup-  
plentes de Deputados já empossados no  
cargo e em supplemento da despesa auto-  
rizada pelo decreto n. 24.269, de 9 de julho  
de 1934 ..... 15:000\$000

Idem para mais cinco outros supplentes que porventura venham a empossar-se no cargo . . . . .	15:000\$000
<b>Somma . . . . .</b>	<b>30:000\$000</b>
Para pagamento de obras, aquisições e serviços necessarios no edificio da Camara dos Deputados, em supplemento da autorização constante da verba IV, consignações ns. 1 e 2, orgamento em vigor do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, a saber:	
Pintura . . . . .	10:000\$000
Reforma do mobiliario de couro . . . . .	25:000\$000
Concerto de calhas . . . . .	1:000\$000
Instalações sanitarias . . . . .	1:000\$000
Quatro altos fallantes e microphones . . . . .	16:000\$000
Adaptação de novas bancadas no recinto das sessões para comportar 300 Deputados . . . . .	40:000\$000
Para pagamento de despesas inadiaveis e já feitas, conforme a relação do director geral da Secretaria . . . . .	78:861\$100
Para aquisição de um automovel já encomendado para o presidente da Camara . . . . .	67:000\$000
	<hr/> 145:861\$100
Para attender a despesas da Secretaria no ultimo trimestre de 1934 . . . . .	34:500\$000
	<hr/> 180:361\$100
<b>Somma total . . . . .</b>	<b>303:361\$100</b>

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

#### DECRETO N. 191 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1934

*Concede auxilios no 2° semestre de 1934, a instituições nos Estados do Maranhão, Parahyba, Bahia, Districto Federal e Minas Geraes*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, na conformidade do disposto no art. 24 do decreto n. 20.351, de 31 de agosto de 1931, e art. 1° do decreto numero 23.071, de 14 de agosto de 1933, conceder os seguintes auxilios, relativos ao 2° semestre de 1934, a instituições nos Estados do Maranhão, Parahyba, Bahia, Districto Federal e Minas Geraes, abaixo indicadas, correndo a despesa por conta da sub-consignação n. 4 da verba 18° — Subvenções, art. 5° do decreto n. 24.167, de 25 de abril de 1934.

Academia de Commercio — S. Luiz — Maranhão . . . . .	500\$000
--	----------

Sociedade de Agricultura — João Pessoa — Parahyba.....	1:000\$000
Abrigo dos Filhos do Povo — Salvador — Bahia	5:000\$000
Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia Salvador — Bahia.....	2:500\$000
Liga Bahiana contra a Mortalidade Infantil — Salvador — Bahia.....	2:500\$000
Associação Protecção a Veteranos Invalidos — Districto Federal.....	2:500\$000
Associação Feminina Beneficente e Instructiva — Districto Federal.....	1:500\$000
Casa da Criança — Districto Federal.....	3:000\$000
Lar da Criança — Districto Federal.....	3:000\$000
Polyclinica de Botafogo — Districto Federal..	7:500\$000
Orphanato Casa Lucía — Districto Federal....	3:000\$000
Obra do Berço — Districto Federal.....	5:000\$000
Sodalidade da Sacra Familia — Districto Federal	10:000\$000
Sociedade Brasileira de Chirurgia — Districto Federal.....	2:500\$000
Academia Mineira de Commercio — Bello Horizonte — Minas Geraes.....	2:000\$000
Asylo da Velhice Desamparada — Curvello — Minas Geraes.....	2:500\$000
Asylo Bom Pastor — Bello Horizonte.....	2:500\$000
Asylo N. S. do Perpetuo Soccorro — Santa Barbara — Minas Geraes.....	2:500\$000
Associação das Damas de Caridade — Bello Horizonte — Minas Geraes.....	1:500\$000
Associação de Caridade — Pouso Alegre — Minas Geraes.....	2:500\$000
Associação do Pão de Santo Antonio — Bello Horizonte — Minas Geraes.....	7:500\$000
Casa de Caridade — Pará de Minas — Minas Geraes.....	1:500\$000
Creeche Menino de Jesus — Bello Horizonte — Minas Geraes.....	3:000\$000
Escola de Architectura — Bello Horizonte — Minas Geraes.....	500\$000
Escola Domestica Santa Therezinha — Lamhary — Minas Geraes.....	6:000\$000
Escola Profissional Feminina — Bello Horizonte — Minas Geraes.....	10:000\$000
Hospital S. Vicente de Paulo — Bello Horizonte — Minas Geraes.....	7:500\$000
Santa Casa de Misericordia — Bello Horizonte — Minas Geraes.....	20:000\$000
Total.....	119:000\$000

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

## DECRETO N. 192 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1934

*Concede auxilios nos 1º e 2º semestres de 1934 a instituições nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Parahyba, Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro, Districto Federal, São Paulo, Santa Catharina, Rio Grande do Sul, Minas Geraes, Goyaz e Matto Grosso*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, na conformidade do disposto no art. 24 do decreto n. 20.351, de 31 de agosto de 1934, e artigo 1º do decreto n. 23.071, de 14 de agosto de 1933, conceder os seguintes auxilios, relativos aos 1º e 2º semestres de 1934, a instituições nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Parahyba, Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro, Districto Federal, São Paulo, Santa Catharina, Rio Grande do Sul, Minas Geraes, Goyaz e Matto Grosso, abaixo indicadas, correndo a despesa por conta da sub-consignação n. 1 — da verba 18º — Subvenções, art. 5º do decreto n. 24.167, de 25 de abril do corrente anno:

Asylo Orphanologico de Educandos Artifices e Lavradores — Bocca do Teffé — Amazonas (2º semestre) . . . . .	3:000\$000
Hospital da Prelazia do Rio Branco — Boa Vista — Amazonas — (2º semestre) . . . . .	20:000\$000
Associação das Irmãs Clarissas — Santarém — Pará — (1º semestre) . . . . .	7:500\$000
Sociedade das Filhas do Coração Immaculado de Maria — Villa do Pinheiro — Pará — (1º semestre) . . . . .	1:000\$000
Sociedade das Senhoras de Caridade — São Luiz — Maranhão — (2º semestre) . . . . .	3:000\$000
Hospital Pedro I — Campina Grande — Parahyba — (2º semestre) . . . . .	3:000\$000
Instituto de Assistencia e Protecção á Infancia — Maceió — Alagôas — (1º semestre) . . . . .	3:000\$000
Casa Pia do Collegio N. S. do Salette — Salvador — Bahia — (1º semestre) . . . . .	2:500\$000
Santa Casa de Misericordia — Esplanada — Bahia — (1º semestre) . . . . .	5:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Barra Mansa — Rio de Janeiro — (1º e 2º semestres) . . . . .	6:000\$000
Academia de Commercio do Rio de Janeiro — Districto Federal — (2º semestre) . . . . .	10:000\$000
Asylo de Orphãos Analia Franco — Districto Federal — (2º semestre) . . . . .	5:00\$000
Associação das Senhoras de Caridade São Vicente de Paulo — Districto Federal — (2º semestre) . . . . .	10:000\$000
Casa do Pobre de N. S. de Copacabana — Districto Federal — (2º semestre) . . . . .	10:000\$000
Liga Brasileira de Hygiene Mental — Districto Federal — (1º e 2º semestres) . . . . .	6:000\$000
Liga de Protecção aos Cegos no Brasil — Districto Federal — (1º e 2º semestres) . . . . .	20:000\$000
Polyclinica de Copacabana — Districto Federal — (1º e 2º semestres) . . . . .	3:000\$000

Associação Escolas 15 de Novembro — São Paulo — (1º semestre) . . . . .	10:000\$000
Asylo de Invalidos — Santos — São Paulo — (1º semestre) . . . . .	2:500\$000
Asylo S. Vicente de Paulo — Itararé — São Paulo — (2º semestre) . . . . .	1:000\$000
Circulo dos Italianos Unidos — Campinas — São Paulo — (1º semestre) . . . . .	1:500\$000
Associação Asylo de Invalidos — Casa Branca São Paulo — (2º semestre) . . . . .	2:000\$000
Escolas Profissionaes Salesianas — São Paulo — (2º semestre) . . . . .	30:000\$000
Escola de Commercio Christovão Colombo — Piracicaba — São Paulo — (1º semestre). . . . .	5:000\$000
Hospital Feliz Lembrança — Iguape — São Paulo — (2º semestre) . . . . .	3:000\$000
Instituição Christã Beneficente Verdade e Luz — São Paulo — (2º semestre) . . . . .	3:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Itapira — São Paulo — (2º semestre) . . . . .	2:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Bebedouro — São Paulo — (1º semestre) . . . . .	500\$000
Sociedade de São Vicente de Paulo — Amparo — São Paulo — (2º semestre) . . . . .	1:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Sertãozinho — São Paulo (2º semestre) . . . . .	3:000\$000
Sociedade Beneficente — Itapetininga — São Paulo — (1º semestre) . . . . .	3:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Franca — São Paulo — (2º semestre) . . . . .	12:500\$000
Sociedade de Medicina e Cirurgia — São Paulo — (1º semestre) . . . . .	1:500\$000
Asylo de Mendicidade "Irmão Joaquim" — Florianopolis — Santa Catharina — (1º semestre) . . . . .	2:500\$000
Sociedade Evangelica de Senhoras e Senhoritas — Montenegro — Rio Grande do Sul — (2º semestre) . . . . .	5:000\$000
Sociedade Beneficente — Lageado — Rio Grande do Sul (1º semestre) . . . . .	1:500\$000
Academia de Commercio S. José — Guaxupé — Minas Geraes (1º semestre) . . . . .	2:500\$000
Instituto Electro Technico — Itajubá — Minas Geraes — (2º semestre) . . . . .	30:000\$000
Conferencia N. S. do Carmo — Oliveira — Minas Geraes — (1º semestre) . . . . .	1:500\$000
Escola Domestica Santa Therezinha — Pouso Alegre — Minas Geraes — (1º semestre). . . . .	2:500\$000
Escola de Architectura — Bello Horizonte — Minas Geraes — (differença do 1º semestre 4:500\$000 e 2º semestre 5:000\$000).. . . . .	9:500\$000
Escola Domestica e Technico Profissional — Passa Quatro — Minas Geraes — (1º semestre) . . . . .	5:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Sabará — Minas — (1º semestre) . . . . .	3:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Ouro Preto — Minas Geraes — (1º semestre) . . . . .	7:500\$000

Santa Casa de Misericordia — Brazopolis — Minas Geraes — (1° semestre) .....	1:500\$000
Santa Casa de Misericordia — Andrelandia — Minas Geraes — (1° semestre) .....	3:000\$000
Sociedade S. Vicente de Paulo — Alvinopolis — Minas Geraes — (1° semestre) .....	500\$000
Conferencia de S. Vicente de Santa Luzia — Santa Luzia — Goyaz — (2° semestre)...	2:000\$000
Escolas Profissionais Salesianas — Cuyabá — Matto Grosso — (1° semestre) .....	10:000\$000
Hospital de Caridade — Tres Lagoas — Matto Grosso — (2° semestre) .....	3:000\$000
Total . . . . .	<u>290:000\$000</u>

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

#### DECRETO N. 193 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1934

*Proroga novamente por 90 (noventa) dias o prazo para estam-  
pilhamento das mercadorias em stock*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe são conferidas pelo art. 56, n. 1, da Constituição Federal, e

Considerando que ainda perduram os motivos determinantes da expedição do decreto n. 24.431, de 20 de junho preterito, decreta:

Art. 1.º Fica prorogado até 31 de março de 1935 o prazo estabelecido no art. 5º do decreto n. 22.262, de 28 de dezembro de 1932, não sendo permittida, a partir de 1º de abril daquelle anno, a permanencia, nos estabelecimentos commerciaes, de *stock* de mercadorias sujeitas ao imposto de consumo sem que estejam com o referido imposto integralmente pago, na conformidade do mesmo decreto e dos que o alteraram.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

#### DECRETO N. 194 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1934

*Faz publica a adhesão do Governo do Equador á Convenção Internacional do Opio e respectivo Protocollo, firmados em Genebra em 1925*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão do Governo do Equador á Convenção



Internacional do Opio e respectivo Protocollo, ambos assignados em Genebra a 19 de fevereiro de 1925, (Segunda Conferencia do Opio), havendo essa adhesão sido registrada, pelo Secretariado Geral da Liga das Nações, a 23 de outubro de 1934, conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores o referido secretariado, pela nota circular de 1 de novembro ultimo, cuja traducção official acompanha este decreto.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

DECRETO N. 195 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1934

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Colombia, da Convenção internacional para a suppressão do trafico de mulheres e creanças, firmada em Genebra em 1921*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito, com data de 28 de novembro de 1934, do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Colombia, da Convenção internacional para a suppressão do trafico de mulheres e creanças, assignada em Genebra a 30 de Setembro de 1921, conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores o Secretariado Geral da Liga das Nações, pela nota circular de 23 de Novembro ultimo, cuja traducção official acompanha este decreto.

Rio de Janeiro, em 31 de Dezembro de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

(Traducção Official)

Sociedade das Nações — C. L. 202.1034.IV.

**Convenção internacional para a suppressão do trafico de mulheres e creanças**

(Genebra, 30 de Setembro de 1921)

Ratificação pela Colombia — Genebra, 23 de Novembro de 1934.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de informar a Vossa Excellencia que o Senhor Encarregado de Negocios da Delegação da Colombia junto á Sociedade das Nações depositou, no Secretariado, a 8 de Novembro de 1934, o instrumento de ratificação, por Sua Excellencia o Presidente da Republica da Colombia, da Con-

venção internacional para a suppressão do trafico de mulheres e creanças, assignada em Genebra a 30 de Setembro de 1921.

Queira acceitar a segurança de minha alta consideração.

Pelo Secretariado Geral, o Conselheiro Juridico do Secretariado. — (a) A. Buero.

DECRETO N. 196 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1934

*Promulga a denuncia do accôrdo relativo ao registro internacional das marcas de fabrica ou de commercio, assignado em Madrid, a 14 de abril de 1891, e revisto, pela ultima vez, na Haya, a 6 de novembro de 1925*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em virtude do art. 18 das disposições transitorias da Constituição da Republica, que approvou os actos do Governo Provisorio, e havendo o Chefe do Governo Provisorio, em attenção aos reiterados appellos das classes productoras do paiz, consultados os órgãos technicos e competentes da Administração Publica e tendo em vista os altos interesses nacionaes, dado instrucções á Legação do Brasil em Berna para communicar ao Conselho Federal Suizo a resolução do Governo brasileiro de denunciar o Accôrdo relativo ao registro internacional das marcas de fabrica ou de commercio, assignado em Madrid, a 14 de abril de 1891, e revisto, pela ultima vez, na Haya, a 6 de novembro de 1925, e havendo a mesma Legação feito a devida notificação no dia 8 de dezembro de 1933, e tendo decorrido, de conformidade com o art. 17 bis do Accôrdo, o prazo de um anno para que se tornasse effectiva a denuncia do Brasil, e attendendo ainda ás circumstancias de ser este ajuste internacional de amplitude menor, quanto ao numero das Partes contractantes, que a Convenção da União de Paris, de 1883, revista pela ultima vez em Washington, a 2 de junho de 1911, que regula a mesma materia e de continuar o Brasil ligado a esta ultima Convenção, resolve promulgar a denuncia feita pelo Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil do Accôrdo relativo ao registro internacional das marcas de fabrica ou de commercio, assignado em Madrid, a 14 de abril de 1891 e revisto, pela ultima vez, na Haya, a 6 de novembro de 1925, devendo esta denuncia produzir effeitos legais a partir de 8 de dezembro de 1934, ficando amparadas pelo mesmo Accôrdo e pela legislação nacional todas as marcas depositadas na Secretaria Internacional da Propriedade Industrial, de Berna, até essa data, conforme as notas trocadas entre a Legação do Brasil em Berna e o Departamento Politico Federal Suizo, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

## (Traducção Official)

Legação dos Estados Unidos do Brasil — Berna, 8 de dezembro de 1933.

Sr. Conselheiro Federal — De ordem do meu Governo, tenho a honra de comunicar a V. Ex. que o Brasil resolveu denunciar o Accôrdo de Madrid, relativo ao registro das marcas de fabrica, accôrdo revisto, ultimamente em Washington, a 2 de junho de 1911 e na Haya a 6 de novembro de 1925.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V. Ex., Senhor Conselheiro Federal, os protestos da minha muito alta consideração. — *R. do Rio Branco.*

A S. Ex. o Sr. Giuseppe Motta, Conselheiro Federal, Chefe do Departamento Politico Federal.

## (Traducção Official)

Departamento Politico Federal — Divisão dos Negocios Estrangeiros — B. 14.3.7.b. — DK — ad n. 17:

Pela nota de 8 do corrente, a Legação do Brasil teve por bem comunicar ao Departamento Politico Federal a denuncia, por parte do Governo brasileiro, do Accôrdo relativo ao registro internacional das marcas de fabrica ou de commercio, assignado em Madrid, a 14 de abril de 1891, e revisto, pela ultima vez, na Haya, a 6 de novembro de 1925.

O Departamento Politico tem a honra de informar á Legação do Brasil que o Conselho Federal ficou inteirado dessa denuncia, levando esse facto ao conhecimento dos Estados contractantes, pela nota circular, annexa em dois exemplares.

De conformidade com o artigo 17 bis, da Convenção da União, o accôrdo denunciado ficará ainda em vigor no Brasil até a expiração do prazo de um anno, a partir do dia em que a denuncia foi notificada, isto é, até 8 de dezembro de 1934.

O Departamento aproveita esta oportunidade para reiterar á Legação do Brasil os protestos de sua alta consideração.

Berna, 28 de dezembro de 1933.

A' Legação do Brasil — Berna.

## DECRETO N. 197 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1934

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Colombia, da Convenção Internacional para a repressão da circulação e do trafico das publicações obscenas, firmada em Genebra em 1923*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito, com data de 8 de novembro de 1934, do

instrumento de ratificação, por parte do Governo da Colombia, da Convenção Internacional para a repressão da circulação e do trafico das publicações obscenas, assignada em Genebra a 12 de setembro de 1923, conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores o Secretario Geral da Liga das Nações, por nota circular de 23 do mez proximo findo, cuja traducção official acompanha este decreto.

Rio de Janeiro, em 31 de dezembro de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

(Traducção official)

Sociedade das Nações.— C. L. 203-1934-IV.

**Convenção internacional para a repressão da circulação e do trafico de publicações obscenas**

(Genebra, 12 de setembro de 1923)

Ratificação pela Colombia — Genebra, 23 de novembro de 1934 .

Senhor Ministro,

Tenho a honra de informar a Vossa Excellencia que o Senhor Encarregado de Negocios da Delegação da Colombia junto á Sociedade das Nações depositou, no Secretariado, a 8 de novembro de 1934, o instrumento de ratificação por Sua Excellencia o Presidente da Republica da Colombia, da Convenção Internacional para a repressão da circulação e do trafico de publicações obscenas, assignado em Genebra a 12 de setembro de 1923.

Queira acceitar a segurança de minha alta consideração. — Pelo Secretario Geral, o Conselheiro Juridico do Secretariado, *J. A. Buero.*

Ao Senhor Ministro dos Negocios Estrangeiros dos Estados Unidos do Brasil — Rio de Janeiro.

---

DECRETO N. 198 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1934

*Approva a reforma dos estatutos do "The National City Bank of New York, estabelecimento bancario nesta Capital*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que pediu "The National City Bank of New York", estabelecimento bancario nesta Capital, resolve approvar a reforma de seus estatutos, que a este acompanham, le-

vada a effeito em assembléa annual da sua matriz, com séde em New York, realizada em 9 de janeiro de 1934.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 199 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1934

*Approva os estatutos da Sociedade Beneficente dos Empregados Federaes no Rio Grande do Sul e concede-lhe autorização para operar com seus associados, com a garantia de consignação em folha*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que pediu a Sociedade Beneficente dos Empregados Federaes no Rio Grande do Sul, com séde em Porto Alegre, resolve approvar os seus estatutos, que a este acompanham, elaborados em assembléa geral extraordinaria realizada em 10 de setembro de 1934 e, bem assim, conceder-lhe autorização para operar com seus associados com a garantia de consignação em folha de pagamento, na conformidade do decreto n. 21.576, de 27 de junho de 1934.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 200 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1934

*Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 65:806\$500, para occorrer ao pagamento dos vencimentos mensaes do procurador geral da Republica e do procurador geral do Districto Federal, durante o anno de 1934*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 93 do regulamento approved pelo decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1922, resolve, usando da autorização contida no art. 2° do decreto legislativo n. 6, de 13 de novembro de 1934, abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de sessenta e cinco contos oitocentos e seis mil e quinhentos réis (65:806\$500), para occorrer ao pagamento

dos vencimentos do procurador geral da Republica e do procurador geral do Districto Federal, durante o anno de 1934.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

DECRETO N. 201 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1934

*Delega competencia ao Estado de São Paulo, pelo seu respectivo serviço, para executar, no territorio do Estado, o Código de Caça e Pesca*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere a Constituição Federal, e

Considerando que o Serviço de Caça e Pesca, do Estado de São Paulo, já se acha organizado;

Considerando, ao mesmo tempo, que este serviço já vem prestando reaes beneficios na defesa da fauna estadual;

Considerando, finalmente, que o Código de Caça e Pesca, baixado com o decreto n. 23.672, de 2 de janeiro de 1934, visa, sobretudo, a uniformização de tal serviço no territorio da União:

Decreta:

Art. 1.º Fica prorogada a competencia delegada ao Estado de São Paulo, pelo decreto n. 23.834, de 6 de fevereiro de 1934, para executar, no territorio do Estado, o Código de Caça e Pesca.

Art. 2.º A arrecadação das taxas, multas e quaesquer rendas pela applicação do referido Código, obedecerá rigorosamente ás tabellas e ás quantias estabelecidas no mesmo código.

Art. 3.º A presente delegação de poderes vigorará até 31 de dezembro de 1935 e poderá ser renovada por accôrdo entre o Estado e a União.

Paragrapho unico. Uma vez justificada pelo Serviço de Caça e Pesca Federal a falta de cumprimento do Código em aprego, essa delegação será immediatamente cassada.

Art. 4.º A presente delegação de poderes não exime o Estado de cingir-se aos dispositivos do Código de Caça e Pesca e ficar obrigado a:

a) remetter á directoria do Serviço de Caça e Pesca, do Ministerio da Agricultura, trimestralmente, todos os dados estatísticos concernentes a licenças, registros que conceder, bem como das multas que applicar e dos fiscaes que possuir;

b) communicar á mesma directoria todos os seus actos, referentes á caça e pesca, e que possam interessar aos demais Estados;

c) manter o intercambio de material de caça e pesca, ou especimens da fauna terrestre e aquatica, com o Serviço de Caça e Pesca.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1934, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

---

DECRETO N. 202 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1934

*Altera a denominação do hospital, a que se refere o decreto n. 19.923, de 27 de abril de 1931*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição Federal, resolve:

Art. 1.º O hospital a que se refere o decreto n. 19.923, de 27 de abril de 1931, passa a ter a denominação de Hospital Estacio de Sá.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1934, 113.º da Independencia e 46.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

---

DECRETO N. 203 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1934

*Approva o Regulamento do Departamento do Pessoal do Exercito*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo em vista o disposto na lei n. 23.976, de 8 de março de 1934, resolve approvar o Regulamento do Departamento do Pessoal do Exercito, que com este baixa, assignado pelo general de divisão Pedro Aurelio de Góes Monteiro, ministro de Estado da Guerra.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1934, 113.º da Independencia e 46.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*P. Góes Monteiro.*

---

**Regulamento do Departamento do Pessoal do Exercito**

**CAPITULO I**

**GENERALIDADES**

Art. 1.º O Departamento do Pessoal do Exercito é um órgão administrativo do Ministerio da Guerra e subordinado directamente ao ministro.

Destina-se a secundal-o na sua função coordenadora, administrativa e de fiscalização nas questões relativas ao pessoal do Exercito.

Art. 2.º Os órgãos de administração do pessoal do Exercito são:

- Departamento do Pessoal do Exercito;
- Directoria do Serviço Militar e da Reserva;
- Serviço de Identificação do Exercito;
- Asylo de Invalidos da Patria.

Art. 3.º A Directoria do Serviço Militar e da Reserva, o Serviço de Identificação do Exercito e o Asylo de Invalidos da Patria regem-se pelos regulamentos proprios.

## CAPITULO II

### DA COMPETENCIA E ORGANIZAÇÃO

Art. 4.º Ao Departamento do Pessoal do Exercito compete:

a) repartir o pessoal de accôrdo com as necessidades da organização do Exercito e do exercicio das funcções, em conformidade com os regulamentos em vigor;

b) centralizar e dirigir a collecta das informações necessarias ao conhecimento da vida militar e publica do pessoal do Exercito de accôrdo com os regulamentos;

c) dirigir os trabalhos relativos ao recrutamento do pessoal para o Exercito e suas reservas, na conformidade dos regulamentos e instrucções em vigor;

d) zelar pela disciplina do pessoal do Exercito não sujeito a outros altos commandos;

e) providenciar sobre a applicação da legislação referente aos direitos e deveres do pessoal do Exercito.

Art. 5.º O Departamento do Pessoal do Exercito (D. P. E.) comprehende:

- Chefia e Gabinete;
- Divisão Geral (D. 1);
- Divisão das Armas (D. 2);
- Divisão dos Serviços (D. 3);
- Serviços Auxiliares, Pagadoria, Almoxarifado e Portaria.

Art. 6.º Ao Gabinete compete:

— auxiliar o chefe na administração interna do Departamento;

— receber e expedir a correspondencia que não seja privativa das Divisões;

— superintender os serviços auxiliares;

— dirigir o protocollo geral;

— organizar e publicar o boletim do Departamento do Pessoal do Exercito;

— encarregar-se das relações administrativas com os órgãos subordinados ao Departamento;

— guardar os regulamentos, instrucções de character reservado, secreto ou confidencial.

Paragrapho unico. O Gabinete tem a seu cargo as secções de Expediente, Protocollo Geral, Boletim, Portaria, Pagadoria e Almoxarifado.



Art. 7.º A' Divisão Geral (D. 1) compete:

- estudar os assumptos geraes de character individual;
- relações com a justiça militar e civil;
- fés de officio de generaes;
- patentes dos officiaes da activa (expediente e distribuição);
- folhas de alterações e transferencias do pessoal que não pertença ás outras divisões;
- recompensas militares (aquisição, expediente e distribuição);
- declaração de herdeiros;
- tabellas orçamentarias;
- mappas de effectivo;
- expediente relativo ás medalhas militares com passadeiras, dos generaes, mestres de musica, sub-tenentes e sargentos.

Paragrapho unico. A Divisão Geral comprehende tres secções (S. 1, S. 2, S. 3), possui um protocollo proprio e tem a seu cargo a confecção dos almanaks do pessoal.

Art. 8.º A' Divisão das Armas (D. 2) compete:

- estudar os papeis dos officiaes das armas;
- propor transferencias, aggregações, reversões, reformas, classificações dos officiaes das armas;
- organizar fés de officio, alterações e folhas de informações dos officiaes das armas;
- organizar o expediente relativo ás medalhas militares, com passadeiras, dos officiaes das armas.

Paragrapho unico. A Divisão das Armas comprehende duas secções, possui um protocollo proprio e tem a 2ª secção subdividida em dois grupos — o primeiro, cuida do fichario e o segundo, dos registros individuaes do pessoal das armas.

Art. 9.º A' Divisão dos Serviços (D. 3) compete:

- estudar os papeis dos officiaes dos serviços;
- propor transferencias, aggregações, reversões, reformas, classificações dos officiaes dos serviços;
- organizar fés de officio, alterações e folhas de informações dos officiaes dos serviços;
- organizar o expediente relativo ás medalhas militares, com passadeiras, dos officiaes dos serviços.

Paragrapho unico. A Divisão dos Serviços, como a D. 2, comprehende duas secções, possui um protocollo proprio e tem a 2ª secção subdividida em dois grupos — o primeiro, cuida do fixario e o segundo, dos registros individuaes do pessoal dos serviços.

Art. 10. Aos Serviços Auxiliares competem as attribuições dos regulamentos que lhes correspondem, consoante as instrucções emanadas da Chefia do Departamento do Pessoal do Exercito.

### CAPITULO III

#### QUADRO DO PESSOAL

Art. 11. A Chefia do Departamento do Pessoal do Exercito é exercida por um general de divisão.

Art. 12. O pessoal das diversas dependencias do Departamento do Pessoal do Exercito é o seguinte:

### *Chefia*

dois primeiros tenentes de qualquer arma, ajudantes de ordens;

um capitão medico;

um continuo;

um soldado auxiliar.

### *Gabinete*

um coronel ou tenente-coronel de qualquer arma, chefe;

dois capitães, de qualquer arma, adjunctos;

dois escreventes;

um continuo;

um soldado auxiliar.

Expediente:

um tenente da reserva, convocado ou não (telegrammas);

quatro escreventes (protocollo-indice-distribuição);

um soldado auxiliar.

Protocollo Geral:

um official da reserva ou reformado, chefe;

quatro escreventes (fichadores archivistas);

um escrevente (dactylographo fichador, civil).

Boletim:

dois escreventes;

um soldado auxiliar.

Portaria:

um porteiro;

nove serventes;

um escrevente (expeditor).

Pagadoria e Almoxarifado:

um capitão de administração;

um 1º tenente de administração;

quatro escreventes;

um continuo;

um soldado auxiliar.

### *Divisões*

Primeira Divisão (D. 1):

um coronel ou tenente-coronel, de qualquer arma, chefe;

um capitão, de qualquer arma, adjuncto;

um continuo;

um soldado auxiliar;

quatro escreventes;

Protocollo:

dois escreventes (archivista-fichador).

Primeira Secção (S. 1):

um major, de qualquer arma, chefe;

dois capitães, de qualquer arma, auxiliares;

um tenente, de qualquer arma, auxiliar;

dois escreventes.

**Segunda Secção (S. 2) :**

um capitão de qualquer arma, chefe;  
um tenente, de qualquer arma, auxiliar;  
dois escreventes.

**Terceira Secção (S. 3) :**

um capitão de qualquer arma, chefe;  
um 1º tenente, de qualquer arma, auxiliar;  
um official da reserva ou reformado, auxiliar;  
quatro escreventes.

**Almanak.**

um official da reserva ou reformado;  
dois escreventes.

**Segunda Divisão (D. 2) :**

um coronel ou tenente-coronel, de qualquer arma, chefe;  
um capitão, de qualquer arma, adjuncto;  
um continuo;  
um soldado auxiliar;  
quatro escreventes.

**Protocollo:**

dois escreventes (archivista-fichador).

**Primeira Secção:**

um major, de qualquer arma, chefe;  
cinco capitães, um de cada arma, auxiliares;  
um tenente, auxiliar de infantaria;  
seis escreventes.

**Segunda Secção:**

um capitão, de qualquer arma, chefe.

**a) Primeiro Grupo (Fichario) :****Infantaria:**

um primeiro tenente, de qualquer arma, auxiliar;  
tres segundos tenentes da reserva, convocados ou não,  
auxiliares;  
tres escreventes.

**Artilharia, Cavallaria, Engenharia e Aviação:**

um primeiro tenente, de qualquer arma, auxiliar;  
dous segundos tenentes da reserva, convocados ou não,  
auxiliares;  
um official de reserva ou reformado, auxiliar;  
quatro escreventes;  
um soldado auxiliar.

**b) Segundo Grupo (Registros Individuaes) :**

um primeiro tenente, de qualquer arma, auxiliar;  
dous segundos tenentes da reserva, convocados ou não,  
auxiliares;  
quatro escreventes;  
dois soldados auxiliares.

**Terceira Divisão (D. 3) :**

um coronel ou tenente-coronel, de qualquer arma, chefe.  
um capitão, de qualquer arma, auxiliar;  
um continuo;

um soldado auxiliar;  
quatro escreventes.

Protocollo:

dois escreventes (archivista-fichador).

Primeira secção:

um major, de qualquer arma, chefe;  
quatro capitães auxiliares (medico, pharmaceutico, in-  
tendente e veterinario);  
um official de reserva ou reformado, auxiliar;  
quatro escreventes;  
um soldado auxiliar.

Segunda secção:

a) Primeiro Grupo (Fichario):

um primeiro tenente, de qualquer arma, auxiliar;  
dous segundos tenentes da reserva, convocados ou não,  
auxiliares;  
tres escreventes;  
um soldado auxiliar.

b) Segundo Grupo (Registros individuaes).

um primeiro tenente, de qualquer arma, auxiliar;  
dous segundos tenentes da reserva, convocados ou não,  
auxiliares;  
tres escreventes;  
dous soldados auxiliares.

## CAPITULO IV

### ATTRIBUIÇÕES DO PESSOAL

Art. 13. Ao chefe do Departamento do Pessoal do Exército incumbe:

1º, manter com o chefe do Estado Maior do Exército e com outros chefes a mais estreita ligação, de modo a assegurar uma orientação uniforme, convergente e continua ás actividades do Ministerio da Guerra, facilitando o desenvolvimento dos trabalhos por que são elles responsáveis perante o ministro;

2º, decidir, em nome do Ministro, as questões sobre as quaes já esteja firmada doutrina e que se refiram ao pessoal do Exército, bem como as que lhe forem delegadas por aquella autoridade;

3º, dirigir os trabalhos do Departamento do Pessoal do Exército, exercendo acção de commando sobre todo o pessoal militar e civil empregado nos differentes órgãos deste Departamento;

4º, exercer igualmente a acção de commando sobre todos os addidos aos órgãos do Departamento do Pessoal do Exército, sobre todos os officiaes, praças e civis que se não achem subordinados directamente a outra autoridade e sobre os officiaes em transitio;

5º, receber as apresentações dos officiaes generaes e superiores, delegando a recepção das restantes ás divisões;

6º, assignar o Boletim do Departamento;

7º, mandar abrir inquerito, por autoridade propria, no caso de ter acção de commando sobre os implicados, ou por delegação do Ministro, quando os commandantes de tropa,

chefes de serviço ou repartições não puderem exercer essas attribuições;

8º, propor a classificação e transferencia dos capitães e officiaes superiores;

9º, classificar e transferir, por ordem do Ministro, os tenentes, aspirantes a official e escreventes;

10, transferir os sub-tenentes nos casos previstos no proprio regulamento;

11, classificar os sargentos sahidos das Escolas das Armas;

12, transferir de uma região para outra, sargentos e demais praças depois de ouvidos os commandantes respectivos;

13, conceder, em nome do Ministro, engajamentos a sargentos instructores;

14, conceder permissão para que os officiaes e praças gozem fóra das regiões em que se acham as licenças arbitradas pelas juntas de saude;

15, enviar no começo de cada trimestre ao Ministro, ao Chefe do Estado-Maior do Exercito e ao Chefe da Administração Geral o mappa de effectivo do Exercito;

16, providenciar sobre os officiaes que excederem do prazo de transito e sobre os que não se apresentarem ao Departamento do Pessoal do Exercito ou no lugar de destino, quando nomeados para uma função qualquer;

17, apresentar até 15 de fevereiro o relatorio annual dos trabalhos dos órgãos de administração do pessoal do Exercito, indicando as providencias que a pratica tiver aconselhado para melhorar o serviço;

18, mandar passar certidões que lhe competirem, quando requeridas de accordo com a lei;

19, requisitar directamente, por si ou em nome do Ministro, aos commandantes de tropa, chefes de serviços, repartições e outras autoridades militares as informações referentes ao pessoal do Exercito;

20, transmittir aos inspectores de regiões, Chefe do Estado-Maior do Exercito, commandantes de regiões, chefes de repartições e outras autoridades as ordens do Ministro concernente ao pessoal do Exercito, mandando fazer o expediente resultante dos despachos daquella autoridade e a publicação no Boletim do Departamento;

21, remetter ao Departamento Geral de Administração do Exercito as alterações que devam ser publicadas no "Boletim do Exercito";

22, participar ao Ministro todas as irregularidades notadas no cumprimento das ordens expedidas e delle emanadas, indicando as providencias necessarias;

23, mandar lavrar e assignar as apostillas de promoção dos officiaes da activa, não pertencentes ás Regiões Militares, excepto as dos generaes;

24, communicar á Secretaria de Estado da Guerra a lavratura e assignatura dessas apostillas;

25, autorizar a aquisição de medalhas militares, pas-sadeiras, filas, diplomas, caixetas e etiquetas de remessa;

26, enviar ao Chefe do Estado-Maior do Exercito, depois de organizados os modelos B e C, todos os processos de medalhas militares que lhe forem affectos.

Art. 14. Ao Chefe do Gabinete incumbem:

1º, dirigir e fiscalizar todo o serviço de ordens, a elaboração do Boletim do Departamento e a correspondência telegraphica;

2º, estudar e preparar o expediente que não seja privativo das divisões, requisitando dos chefes subordinados ao Departamento do Pessoal do Exército as informações que forem necessarias;

3º, fiscalizar o serviço da Portaria e Contadoria; assignar, em nome do chefe e segundo suas instruções, o expediente de prompto andamento, inclusive as requisições de passagens;

4º, despachar com o chefe todos os papeis que dependam de sua decisão, ficando por elles responsavel até que sigam a seus destinos;

5º, distribuir os trabalhos entre os seus subordinados directos;

6º, fazer guardar os regulamentos, instruções de caracter reservado, secreto ou confidencial, mantendo em dia o registro;

7º, ultimar o relatorio annual consoante as idéas do chefe e os trabalhos apresentados pelos chefes de divisões e órgãos dependentes do chefe do Departamento do Pessoal do Exército;

8º, rubricar os livros de escripturação que não pertençam ás divisões.

Art. 15. Ao medico incumbem:

attender aos officiaes do Departamento do Pessoal do Exército, aos officiaes em transito e addidos, bem como outras attribuições inherentes á sua profissão que lhe forem dadas pelo chefe do Departamento do Pessoal do Exército.

Art. 16. Aos adjunctos do Gabinete incumbem:

1º, auxiliar o chefe do Gabinete no desempenho de suas funções;

2º, elaborar e organizar o "Boletim do Departamento do Pessoal do Exército".

Art. 17. Aos chefes de Divisão incumbem:

1º, dirigir, distribuir e fiscalizar os trabalhos de sua divisão;

2º, despachar com o chefe do Departamento nas horas que lhes forem determinadas;

3º, dar parecer sobre assumptos pertinentes á sua Divisão e que tenham sido submettidos á sua apreciação;

4º, solicitar do chefe do Departamento todas as providencias necessarias ao bom andamento do serviço de sua Divisão;

5º, providenciar para que não ultrapasse de 48 horas a permanencia dos papeis distribuidos ás suas divisões, afim de serem informados, justificando perante o chefe os casos exceptionaes;

6º, apresentar ao chefe do Gabinete, até 31 de janeiro, o relatorio annual de suas divisões;

7º, pedir, em nome do chefe, nos casos de urgencia, aos commandantes de corpos e estabelecimentos militares as informações e providencias necessarias ao rapido andamento dos trabalhos;

8º, receber a apresentação dos capitães, tenentes e aspirantes das armas combatentes (D. 2) e dos serviços (D. 3);

---

a dos mestres de musica, sub-tenentes, sargentos e praças (D. 1), notificando-as ao Gabinete para a publicação no Bole-  
tim do Departamento;

9º, autenticar os documentos expedidos e as relações de alterações;

10, rubricar os livros de escripturação pertencentes á sua Divisão;

11, apresentar ao chefe do Departamento, para a respectiva assignatura, as apostillas de promoção (D. 1);

12, assignar o "cumpra-se", lançado nas patentes dos officiaes da activa (D. 1);

13, adquirir, autorizado pelo chefe do Departamento, as medalhas militares, passadeiras, fitas, diplomas, caixetas e etiquetas de remessa (D. 1);

14, assignar os diplomas das medalhas militares (D. 1);

15, mandar preparar, afim de ser remetido ao Estado-Maior do Exercito, os processos relativos á concessão de medalhas militares com passadeiras (D. 1);

16, mandar preparar, afim de ser remetido á Directoria do Serviço Militar e da Reserva, em dupla via, os resumos das fés de officio dos officiaes reservistas ou reformados, immediatamente após o respectivo decreto (D. 1, D. 2 e D. 3).

Art. 18. Aos adjunctos das divisões incumbem:

1º, auxiliar o chefe da Divisão no desempenho de suas funcções;

2º, dirigir e fiscalizar o serviço de dactylographia e de protocollo de suas divisões;

3º, fiscalizar a terminação dos prazos de transito, licença, férias, etc., por meio das apresentações dos officiaes e outros, afim de comunicar ao chefe da Divisão os nomes dos officiaes que não se apresentaram no fim do prazo regulamentar.

Art. 19. Ao chefe da 1ª Secção da 1ª Divisão incumbem:

1º, estudar, informar e dar opinião sobre todos os assumptos relativos ao pessoal do Exercito, dentro das attribuições do chefe do Departamento do Pessoal, resalvando os assumptos privativos do Gabinete e das outras divisões e secções;

2º, preparar as peças necessarias aos inqueritos que tenham de ser procedidos por ordem do chefe do Departamento por autoridade propria ou por delegação do ministro;

3º, preparar o expediente necessario á execução das sentenças ou decisões dos tribunaes militares ou civis, sempre que competir ao chefe do Departamento dar cumprimento áquellas resoluções.

Art. 20. Ao chefe da 2ª Secção da 1ª Divisão incumbem:

1º, organizar os mappas trimestraes e annuaes de effectivo geral do Exercito;

2º, preparar as tabellas do pessoal necessario á organização do orçamento annual para o Ministerio da Guerra;

3º, conferir, antes de fazer registrar, e expedir as patentes de todos os officiaes da activa;

4º, assignar as notas do registro nas patentes e apresental-as ao chefe da Divisão para a assignatura do "cumpra-se";

5º, mandar fazer as apostillas referentes ás promoções dos officiaes da activa, não pertencentes ás Regiões Militares, apresentando-as ao chefe da Divisão para a assignatura do chefe do Departamento, depois do necessario registro;

6º, distribuir as recompensas, mandando passar, registrar e expedir os respectivos diplomas;

7º, ter sob sua carga as medalhas militares, passadeiras, fitas, diplomas, caixetas e etiquetas de remessa, de que tratam os decretos ns. 4.238 e 24.514, respectivamente, de 15-11-901 e 30-6-934;

8º, solicitar do chefe da Divisão, em tempo, providencias para o supprimento necessario das medalhas militares, passadeiras, etc.;

9º, velar pela remessa regular das patentes, diplomas e medalhas militares com passadeiras, zelando pelas respectivas escripturações;

10, solicitar supprimento de verba, quando o numero de medalhas e passadeiras concedidas ultrapassar o numero previsto pela mesma;

11, fornecer, quando requisitado e autorizado pelo chefe da Divisão, medalhas antigas e já em desuso aos museus federaes e estaduais.

Art. 21. Ao chefe da 3ª Secção da 1ª Divisão incumbê:

1º, organizar as fés de officio e o fichario dos generaes e mantel-as em dia;

2º, organizar as folhas de alterações e o fichario dos mestres de musica, sub-tenentes e sargentos de todas as categorias e mantel-as em dia;

3º, receber, mandar registrar e remetter as declarações de herdeiros do pessoal do Exercito para os effeitos do meio soldo e montepio;

4º, propor a transferencia dos mestres de musica, escreventes e sargentos;

5º, dirigir a organização dos modelos B e C para a concessão das medalhas militares com passadeiras aos generaes, bem como de todos os militares de que trata o n. 2.

Art. 22. Ao chefe da 1ª Secção da 2ª Divisão incumbê:

1º, informar e encaminhar os papeis em transitio pelo Departamento e relativos ao pessoal das armas;

2º, preparar as propostas de aggregação, reversão, reformas, passagem para a reserva, commissões, transferencias e classificações do pessoal das armas, exigidas pelas necessidades do serviço do Exercito e consoante á legislação em vigor;

3º, organizar as tabellas do pessoal das armas para a elaboração do orçamento;

4º, mandar registrar todas as alterações relativas ás armas que trouxerem modificações aos regulamentos e instrucções, á organização e á parada dos corpos, aos Q. G., etc.;

5º, entregar ao chefe da Divisão as alterações dos officiaes e aspirantes das armas, que devam ser publicadas no "Boletim do Exercito" e no "Almanak Militar";

6º, mandar organizar as folhas de informações e conducta dos officiaes das armas que tenham o curso de estado-maior e que serviam no Departamento do Pessoal inclusive, as dos addidos, afim de serem remettidas ao Chefe do Estado Maior do Exercito;



7º, considerar addidos á Divisão, para o effeito de communicação das ordens de serviço, os officiaes das armas que nessa situação estejam aos órgãos do Departamento do Pessoal.

Art. 23. Ao chefe da 2ª Secção da 2ª Divisão incumbem:

1º, mandar registrar todas as alterações dos officiaes e aspirantes das armas;

2º, mandar extrahir as fés de officio, quando necessarias aos fins previstos nas leis e regulamentos;

3º, manter em dia as fés de officio de todos os officiaes e aspirantes das armas, bem assim as folhas de alterações dos que pertencam ao quadro supplementar, ao quadro especial, aos corpos sem effectivo, ao Estado-Maior do Presidente da Republica e ás commissões estranhas ao Ministerio da Guerra;

4º, dirigir a organização dos modelos B e C para a concessão de medalhas militares com passadeiras aos officiaes das armas.

As alterações dos demais officiaes serão mantidas em dia pelos corpos de tropa, quartéis-generaes e repartições em que sirvam os officiaes, cujas folhas de alterações serão remetidas em duas vias ao Departamento, conforme as instruções a respeito.

Art. 24. As incumbencias dos chefes de secção da 3ª Divisão são em relação aos officiaes dos serviços, as mesmas dos chefes de secção da 2ª Divisão.

Art. 25. Ao official contador, directamente subordinado ao chefe do Gabinete, incumbem:

1º, organizar e assignar as folhas de pagamento de todo o pessoal do Departamento, segundo o regulamento de fundos, entregando ao chefe do Gabinete a nota das importancias recebidas para ser publicada no Boletim do Departamento;

2º, manter em dia o mappa-carga de todo o material do Departamento;

3º, receber e dar o destino conveniente a todas as importancias do Departamento, entregando uma nota ao chefe do Gabinete para ser publicada no Boletim do Departamento;

4º, effectuar todos os pagamentos;

5º, preparar as requisições de passagens;

6º, exercer no Departamento as funções analogas ás do thesoureiro e almoxarife dos corpos de tropa.

Art. 26. Ao porteiro, como chefe dos continuos e serventes, incumbem:

1º, determinar, dirigir e fiscalizar o serviço de limpeza e asseio de todas as dependencias do Departamento;

2º, organizar um mappa-carga do material sob sua guarda, ficando responsavel pelos extravios;

3º, abrir e fechar os compartimentos de todas as dependencias do Departamento, nas horas regulamentares ou nas que lhes forem determinadas;

4º, receber e entregar a correspondencia, livros, papeis e encomendas destinadas ao Departamento, quando entregues á Portaria;

5º, promover a prompta expedição e entrega dos documentos enviados pelo Departamento.

## CAPITULO V

### TRABALHO NAS DIVISÕES

Art. 27. Toda a correspondencia official será encaminhada pelos tramites regulamentares e os assumptos tratados exclusivamente por via hierarchica, ainda que o sejam de maneira verbal.

Art. 28. É expressamente prohibida a entrega ou mostra de documentos ás partes interessadas sem autorização prévia do Chefe do Departamento. A inobservancia deste dispositivo será punida como falta disciplinar.

Art. 29. Todas as informações deverão ser pedidas ao Chefe do Gabinete ou aos chefes de divisões, sendo expressamente prohibido dirigir-se directamente aos chefes, adjuntos ou auxiliares das secções.

Art. 30. Os tramites do transito são os seguintes, fóra do qual nenhum documento poderá transitar:

a) todos os papeis vindos de fóra do Departamento entrarão directamente no protocollo geral do Gabinete;

b) o chefe do protocollo geral os enviará, em seguida, depois de fichados, ás divisões, Gabinete ou órgãos subordinados, segundo o assumpto nelles contido;

c) recebidos pelos protocollos das divisões e fichados, serão distribuidos aos officiaes designados para dar a informação, a qual será, em seguida, feita em bloco copiador e entregue ao chefe da Secção que a levará ao chefe da Divisão;

d) achando-a conforme, o chefe da Divisão entregará a cópia ao adjunto que a mandará dactylographar, verificando o trabalho;

e) o trabalho de dactylographia é feito em duas vias, sendo uma dellas archivada, por especie, na Divisão;

f) o chefe da Divisão, na hora que lhe for marcada, levará a despacho e assignatura do chefe todos os papeis do dia;

g) despachados os documentos, voltarão á Divisão, que os remetterá á Portaria, para serem expedidos, por meio do seu protocollo.

Art. 31. O systema de fichas fica adoptado em todas as dependencias do Departamento do Pessoal do Exercito.

Art. 32. As informações destinadas aos chefes directamente subordinados ao Chefe do Departamento do Pessoal do Exercito serão assignadas, por ordem, pelo chefe do Gabinete; as que forem do ambito interno, pelo chefe do Gabinete ou das Divisões; as dirigidas ás demais autoridades, pelo Chefe do Departamento do Pessoal do Exercito.

Art. 33. Os chefes do Gabinete e das divisões poderão, em caso de urgencia e visando o bom andamento dos trabalhos, dirigir-se telegraphicamente aos commandantes de corpos e repartições, por ordem do Chefe do Departamento do Pessoal do Exercito.

Art. 34. Os pedidos de informações dirigidos aos commandos de generaes serão sempre assignados pelo Chefe do Departamento do Pessoal.

## CAPITULO VI

### DAS NOMEAÇÕES E SUBSTITUIÇÕES

Art. 35. O Chefe do Departamento do Pessoal do Exército será nomeado por decreto e tambem os funcionarios civis mediante proposta do chefe; os officiaes mediante proposta do chefe e portaria do Ministro; as praças de pret são de livre escolha e nomeação do Chefe do Departamento do Pessoal do Exército.

Art. 36. Chefe do Departamento do Pessoal do Exército será substituido, em seus impedimentos, pelo official mais graduado do quadro do pessoal do Departamento. Os chefes de Divisão pelo official do quadro da Divisão que lhe for immediata na hierarchia militar.

Quanto a outras substituições o Chefe do Departamento do Pessoal as ordenará de modo a attender á boa marcha do serviço.

Art. 37. As nomeações de chefes de Divisão, Secção e adjunto serão feitas sem a designação da Divisão ou Secção, competindo ao Chefe do Departamento do Pessoal do Exército essa designação.

Art. 38. O Chefe do Departamento do Pessoal póde transferir os officiaes de uma divisão para outra, desde que isso convenha á boa marcha do serviço.

## CAPITULO VII

### DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Art. 39. Os officiaes generaes addidos ao Departamento do Pessoal ficam subordinados directamente ao Ministro, quando mais antigos do que o respectivo Chefe.

Art. 40. Os officiaes nomeados para qualquer cargo ou dispensados de qualquer função deverão apresentar-se ao Chefe do Departamento do Pessoal, no caso de se encontrarem na Capital Federal, bem como os que se achem de passagem por esta cidade.

Art. 41. Os officiaes em transitio ficam sujeitos á autoridade directa do Chefe do Departamento do Pessoal.

Art. 42. Os commandantes de regiões e chefes de serviços, corpos de tropa e unidades isoladas communicarão por telegramma ou officio, segundo a distancia, os nomes dos officiaes apresentados ou desligados.

Art. 43. O Chefe do Departamento do Pessoal, por intermedio da Directoria do Serviço Militar e da Reserva, tem acção de commando sobre todos os officiaes da reserva de 1ª classe que lhe forem hierarchicamente inferiores, ficando os demais subordinados ao Ministro.

Art. 44. archivo é mantido com a sua actual organização até ser incorporado ao archivo geral do Exército que vae ser constituido.

Art. 45. O "Boletim do Exercito" continúa a ser publicado por este Departamento até que seja organizado o Departamento de Administração Geral do Exercito.

Art. 46. Nas classificações e transferencias de officiaes que tenham de desempenhar funcções technicas ou especiaes, o Chefe do Departamento do Pessoal do Exercito procurará attender as indicações que lhe forem dirigidas pelos respectivos chefes.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1934. — P. Góes Monteiro.

---

DECRETO N. 204 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1934

*Approva o Regulamento para o Serviço de Fundos do Exercito*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo em vista o disposto na lei n. 23.976, de 8 de março de 1934, resolve approvar o Regulamento para o Serviço de Fundos do Exercito, que com este baixa, assignado pelo general de divisão Pedro Aurelio de Góes Monteiro, ministro de Estado da Guerra.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1934, 113° da Indencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

P. Góes Monteiro.

---

**Regulamento do Serviço de Fundos do Exercito**

**TITULO I**

**Disposições geraes**

**CAPITULO I**

**DO SERVIÇO DE FUNDOS E SEUS FINS**

Art. 1.º O Serviço de Fundos do Exercito tem por fim prover as necessidades pecuniarias do Ministerio da Guerra em geral, e assegurar o emprego regular dos recursos financeiros geridos pelos diversos órgãos e agentes de administração militar.

Art. 2.º Ao Serviço de Fundos do Exercito incumbe:

- 1) receber do Thesouro Nacional o numerario correspondente aos creditos distribuidos ao Ministerio da Guerra;
- 2) arrecadar:
  - os impostos de sello de nomeação e promoção do pessoal do Ministerio da Guerra;
  - as contribuições para o montepio;
  - as rendas dos proprios nacionaes a cargo do Ministerio da Guerra;
  - as rendas industriaes e eventuaes relativas aos diferentes serviços dos estabelecimentos militares;
- 3) receber as consignações e depositos a favor de terceiros;

- 4) pagar as despesas do Ministerio da Guerra;
- 5) propôr a quem de direito as inspecções convenientes;
- 6) suggerir normas que previnam os interesses da Fazenda Nacional;

7) dar parecer sobre a intelligencia de actos administrativos e a interpretação de disposições de leis ou regulamentos affinentes a fundos, sobre o reconhecimento de direitos creditorios e, em geral, sobre todas as questões administrativas referentes á gestão de dinheiros do Estado;

8) provocar a tomada de contas dos responsaveis por dinheiros do Estado, a cargo do Ministerio da Guerra;

9) determinar, por ordem da autoridade competente, as diligencias necessarias ao fiel cumprimento das formalidades legais, de conformidade com o que dispõe o Regulamento de Administração Geral do Exercito;

10) liquidar e escripturar as dividas activas do Ministerio da Guerra e extrahir as certidões e contas correntes que devam ser cobradas pelo Thesouro Nacional;

11) expedir os titulos provisionaes para a percepção do montepio e meio soldo, em face dos elementos fornecidos por quem de direito, de conformidade com as disposições em vigor;

12) proceder ao pagamento das pensões de montepio e meio soldo enquanto as partes aguardam a expedição dos titulos definitivos;

13) prestar contas a quem de direito dos fundos e valores geridos nos corpos de tropa, estabelecimentos e repartições militares;

14) estudar os assumptos affinentes ao provimento de fundos em caso de guerra.

## CAPITULO II

### DA ORGANIZAÇÃO DO SERVICO

Art. 3.º O Serviço de Fundos do Exercito comprehende:

- a) orgão de direcção geral;
- b) orgãos de direcção e execução regionaes;
- c) orgãos da execução das unidades administrativas.

## CAPITULO III

### DA DIRECTORIA

Art. 4.º A Directoria do Serviço de Fundos do Exercito (D. F. E.), subordinada, directamente, ao Chefe da Administração Geral do Exercito, exercerá a direcção geral do respectivo Serviço.

**Incumbe-lhe:**

1) assegurar as medidas technicas do funcionamento do respectivo Serviço;

2) collaborar com os orgãos de Serviço de modo a estabelecer uma perfeita unidade de doutrina;

3) prover de numerario as Chefias de Fundos Regionaes, de accordo com os creditos attribuidos ao Ministerio da Guerra;

4) providenciar sobre distribuição, á Delegacia do Thezouro Nacional em Londres, dos creditos destinados ás commissões ou missões no estrangeiro;

5) providenciar sobre os pagamentos que devem ser effectuados no estrangeiro, em virtude de aquisição de material ou serviço prestado, fazendo a remessa das cambiaes, quando fôr o caso;

6) fazer o encontro de contas entre os differentes Ministerios e o da Guerra em virtude de fornecimentos ou serviços prestados entre os mesmos;

7) estudar os assumptos que dizem respeito ás vantagens pecuniarias do pessoal do Ministerio da Guerra, bem como dar parecer sobre a intelligencia de actos administrativos affinentes a fundos;

8) propor, a quem de direito, as inspecções convenientes;

9) suggerir normas que previnam os interesses do Serviço e da Fazenda Nacional;

10) examinar as prestações de contas dos differentes responsáveis por gestões de fundos, agindo por ordem e em nome da autoridade competente, quando os gestores não lhe estiverem directamente subordinados;

11) provocar a tomada de contas dos responsáveis, de qualquer ordem ou classe affinente ao emprego dos dinheiros, sempre que verificar irregularidades na prestação de contas ou falta da prestação de contas na época devida;

12) manter a escripturação, de conformidade com as normas estabelecidas, da despesa e receita do Ministerio da Guerra;

13) escripturar as dividas do Ministerio da Guerra, enviando ao Thezouro Nacional os processos cujos pagamentos devam ser cubertos pelo mesmo;

14) demonstrar as necessidades de creditos additionaes, afim de serem os mesmos solicitados por quem de direito;

15) fornecer ao Chefe do Departamento da Administração Geral do Exército, á Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira e ao Ministerio da Fazenda, os elementos necessários á sua acção;

16) organizar o balanço geral do Serviço, referente a cada exercício e enviar a quem de direito;

17) prestar contas de todos os fundos geridos pelo Ministerio da Guerra;

18) organizar o balanço do activo e passivo do Ministerio da Guerra;

19) enviar ao Chefe da Administração Geral do Exército os documentos informativos do funcionamento do Serviço;

20) examinar os contractos feitos pelas unidades administrativas, que devam ser submettidos á apreciação do Chefe da Administração Geral do Exército;

21) examinar os processos para a percepção do montepio e meio soldo organizados pelas Chefias de Fundos Regionaes;

22) estudar os processos de escripturação que convenham ao respectivo Serviço e propor ao Chefe da Administração Geral do Exército, para approvação, as instrucções e modelos que devam ser postos em pratica;

23) estudar a situação administrativa do Serviço, propondo as medidas convenientes;

24) centralizar os elementos necessários ao relatorio do Serviço;

25) organizar a estatística do Serviço;

26) estudar os assumptos attinentes ao provimento de fundos, em caso de guerra ou mobilização, ás unidades quando fóra da séde.

Art. 5.º A Directoria de Fundos do Exército comprehende:

a) Gabinete;

b) Tres Secções.

Paragrapho unico. A Directoria de Fundos do Exército, como orgão de direcção, não terá Thesouraria com funcções geraes de pagamentos e arrecadações, uma vez que toda a movimentação de fundos será feita por intermedio do Banco do Brasil, inclusive guarda e pagamento de quaesquer recursos especiaes, que forem postos á disposição do ministro da Guerra. Entretanto, como unidade administrativa, a Directoria de Fundos do Exército dispõe da Thesouraria correspondente, que attenderá ás suas necessidades internas.

Art. 6.º O Gabinete comprehende: Portaria, Protocollo, Archivo e Thesouraria.

#### *Do Gabinete*

Art. 7.º O Gabinete auxilia a Directoria na administração e incumbem-lhe:

1) centralizar todos os serviços administrativos, de ordem interna da Directoria;

2) receber, protocollar, encaminhar, distribuir e expedir todos os documentos attinentes á Directoria;

3) elaborar a correspondencia sobre assumptos que não sejam da alçada das Secções;

4) elaborar o boletim diario da Directoria;

5) organizar o protocollo da Directoria;

6) organizar o archivo dos documentos que devam ser de uso privado da Directoria;

7) transmitir as ordens e determinações do Director;

8) escripturar as alterações do pessoal militar e civil da Directoria;

9) reunir o expediente que deve ser submettido á apreciação ou despacho do director;

10) ter a seu cargo o registro da entrega dos avisos e quaesquer resoluções do Ministerio da Fazenda e do Tribunal de Contas;

11) ter, em cofre, a guarda dos processos de caracter reservado;

12) estudar as questões que o director reservar para si;

13) lavrar os termos de posse dos empregados civis;

14) elaborar o relatorio annual do Serviço.

#### *Do Serviço de portaria*

Art. 8.º O Serviço de portaria comprehende:

1) o policiamento das ante-salas do Gabinete e das Secções;

2) conservação e asseio das dependencias do edificio em que funciona a Directoria;

3) zelar pelos moveis e demais objectos das diferentes dependências da Directoria, quando não se encontrem os responsáveis pelos mesmos.

#### *Do Serviço de protocollo e archivo da Directoria*

Art. 9.º O Serviço de protocollo e archivo comprehende o registro systematizado do movimento dos documentos entrados e expedidos, bem como os que tendo produzido effeitos devam ser conservados em logar apropriado, afim de facilitar a busca dos mesmos, a qualquer momento.

Art. 10. Ao serviço de protocollo e archivo incumbem:

- 1) receber e passar recibo de todos os documentos destinados á Directoria;
- 2) registrar a entrada dos documentos, de conformidade com o regimen estabelecido, acompanhando o movimento do mesmo;
- 3) expedir todos os documentos de caracter official sob registro e recibo em elementos apropriados;
- 4) informar aos interessados o andamento dos papeis;
- 5) receber, sob recibo, os documentos que devam constituir o archivo, guardando-os de fôrma a evitar extravio e impedindo a sahida dos mesmos, sem autorização escripta de quem de direito, registrando de conformidade com o regimen estabelecido;
- 6) extrahir certidões, quando ordenado por quem de direito, dos documentos a seu cargo.

#### *Da Thesouraria*

Art. 11. O thesoureiro se regula, em tudo que lhe fôr applicado, pelo que está determinado aos thesoureiros das unidades administrativas.

#### *Das Secções*

Art. 12. As Secções são órgãos encarregados de elaborar todos os assumptos que dizem respeito ao movimento de fundos, emprego dos dinheiros em geral e estudos de assumptos attinentes á applicação das leis e regulamentos.

§ 1.º A 1ª Secção tem a seu cargo: o exame de contractos celebrados pelas unidades administrativas e Serviços, a interpretação de leis e regulamentos e o reconhecimento de direitos creditórios.

§ 2.º A 2ª Secção tem a seu cargo: a distribuição dos creditos, a escripturação dos fundos geridos pelo Serviço, os processos sobre as dividas de exercicios findos e a organização dos balanços e estatísticas.

§ 3.º A 3ª Secção tem a seu cargo: o exame das prestações de contas, documentos de receita e despesa e a promoção de diligencias, tomadas de contas e inspecções.

#### *Da 1ª Secção (S. 1)*

Art. 13. A 1ª Secção compete:

- 1) dar parecer acerca de todos os assumptos, que versarem sobre a intelligencia de actos administrativos e interpre-



tação de leis e regulamentos, sobre o reconhecimento de direitos creditorios e, em geral, sobre todas as questões que envolvam considerações de direito publico administrativo;

2) examinar os contractos feitos nas unidades administrativas quando devam ser submettidos á approvação do ministro da Guerra, promovendo em seguida a remessa dos mesmos ao Tribunal de Contas;

3) executar todo o serviço relativo ao meio soldo e montepio militar e civil;

4) liquidar o tempo de serviço dos funcionarios e operarios civis do Ministerio da Guerra e preparar os respectivos processos de aposentadoria;

5) proceder á liquidação dos direitos dos docentes de institutos militares de ensino á respectiva jubilação e á concessão de acrescimos periodicos de vencimentos;

6) organizar toda e qualquer instrucção destinada ao funcionamento do Serviço;

7) propôr modelos de livros, folhas, fichas, etc., que deverão ser padronizados para a regularidade e uniformidade da escripturação, e como base de fiscalização;

8) estudar, em face da technica, todo e qualquer trabalho que fôr apresentado, visando o aperfeiçoamento do Serviço;

9) acompanhar a evolução da Contabilidade Publica, por meio de livros, revistas nacionaes e estrangeiras, etc.;

10) propôr a designação de officiaes para visitar as repartições publicas que tenham, no genero, organização efficiente, e as empresas e companhias particulares e estrangeiras, que apresentem a technica mais perfeita. Os officiaes designados para tal mistér, são obrigados a apresentar dentro de trinta dias da terminação da visita, o estudo a que procederam *in-loco* e a critica da execução do respectivo serviço.

### *Da 2ª Secção (S. 2)*

Art. 14. A' 2ª Secção compete:

1) tomar conhecimento de todos os creditos attribuidos ao Ministerio da Guerra, nas leis de meios e disposições especiaes;

2) organizar as tâbellas para a distribuição dos creditos ás Chefias de Fundos Regionaes, bem como os destinados á Delegacia do Thesouro Nacional em Londres, para pagamento de despesas effectuadas no estrangeiro em virtude de comissões especiaes, aquisição de material ou prestação de serviços;

3) promover as providencias necessarias para que a Directoria de Fundos do Exercito effectue, por intermedio do Banco do Brasil, com destino ás Chefias de Fundos Regionaes, a remessa mensal do duodecimo para as despesas com os vencimentos do pessoal e do trimestre adeantado para as de ajuda de custo, etapas e material, bem como a abertura das respectivas contas, para a da 1ª Região Militar;

4) fazer a correspondencia referente á distribuição de fundos ás Chefias Regionaes, a qual deverá ser assignada pelo respectivo director;

5) organizar a escripturação e toda a movimentação de creditos e numerarios, afim de poder, em qualquer momento,

apresentar a situação da Directoria perante o Thesouro Nacional, o Banco do Brasil e as Chefias de Fundos Regionaes;

6) ter, rigorosamente em dia, a escripturação dos C/c. de sub-consignações, quer da Directoria, quer das Chefias de Fundos Regionaes;

7) providenciar sobre a organização do balanço mensal geral do Ministerio da Guerra e a sua remessa ao Tribunal de Contas, com os documentos comprovantes das despesas effectuadas;

8) organizar o balanço definitivo do Ministerio da Guerra, apurando o resultado da gestão annual;

9) verificar si as receitas arrecadadas pelas Chefias de Fundos Regionaes foram recolhidas ao Banco do Brasil;

10) organizar a escripturação da conta "Deposito" de modo que o serviço seja executado com exactidão, rapidez e torne facil qualquer fiscalização, principalmente no tocante ás consignações;

11) ter organizado um serviço de estatística de maneira a poder informar sobre todas as importancias recebidas pelas varias unidades administrativas, sobre o effectivo de officiaes e praças arranchadas e desarranchadas, sobre o numero, por postos, dos officiaes da reserva de 1ª classe e reformados, sobre o effectivo de animaes e sobre quaesquer outros assumptos que exprimam valores numericos interessando o Serviço de Fundos;

12) demonstrar a necessidade da abertura de creditos adicionaes;

13) prever, com a devida antecedencia, a abertura de creditos supplementares;

14) proceder a rigoroso exame nas contas de material, verificando se foram cumpridos todos os preceitos fiscaes, inclusive o empenho previo da despesa;

15) processar e escripturar as dividas dos officiaes encerrados, de conformidade com as disposições em vigor;

16) organizar a escripturação relativa a todos os responsaveis por adiantamentos recebidos, prestando á 3ª Secção os esclarecimentos, que forem solicitados;

17) elaborar os elementos necessarios á acção do chefe do Departamento de Administração Geral do Exército, da Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, do Ministerio da Fazenda e do Tribunal de Contas.

### *Da 3ª Secção (S. 3)*

Art. 15. A 3ª Secção compete:

1) examinar os processos de prestação de contas dos responsaveis por gestão de fundos;

2) provar a tomada de contas dos responsaveis em face de irregularidades verificadas na prestação de contas ou por não as terem prestado dentro do prazo estipulado em lei ou disposições especiaes;

3) examinar os balancetes mensaes das unidades administrativas e respectivos documentos comprovantes das despesas effectuadas;

4) organizar os processos de tomada de contas com a regularidade precisa, para serem enviados ao Tribunal de Contas;

5) propor o archivamento dos balancetes das unidades administrativas, quando regulares;

6) propor inspecções nas unidades administrativas ou Chefias de Fundos Regionaes, sempre que as irregularidades verificadas assim o exijam;

7) propor á Directoria as medidas precisas, afim de acau-telar os interesses da Fazenda Nacional.

## CAPITULO IV

### DAS CHEFIAS DE FUNDOS REGIONAES

Art. 16. As Chefias dos Serviços de Fundos Regionaes, subordinadas directamente aos comandantes de Região, quanto á parte administrativa, são órgãos encarregados do funcionamento do Serviço nas Regiões e, como taes, incumbem-lhes:

1) receber os fundos distribuidos pela Directoria do respectivo serviço;

2) pagar ás unidades administrativas o numerario attinente aos vencimentos do respectivo pessoal, previsto nas leis de meios e disposições especiaes;

3) effectuar os pagamentos que não sejam da alçada das unidades administrativas, ou de outros agentes encarregados;

4) prover de numerario as unidades administrativas e outros agentes incumbidos de gerir fundos, em virtude de disposições especiaes;

5) descontar do pessoal, que recebe pelos cofres do Serviço, as consignações feitas a favor de terceiros;

6) effectuar o pagamento das consignações, providenciando sobre as consignações de familia, quando devam ser pagas em outros Regiões;

7) arrecadar os impostos de sello de nomeação e promoção do pessoal que recebe pelos cofres do Serviço; as contribuições para montepio; as rendas dos proprios nacionaes, a cargo do Ministerio da Guerra, e as rendas industriaes e eventuaes dos differentes serviços e estabelecimentos militares;

8) provocar a tomada de contas dos Conselhos Administrativos e de quaesquer responsaveis por gestão de fundos do Ministerio da Guerra;

9) manter escripturação de todos os dinheiros recebidos, pagos e entregues a terceiros, de modo a se conhecer de prompto e com exactidão a situação do respectivo Serviço na Região, bem como dos differentes responsaveis;

10) providenciar sobre a prestação de contas dos responsaveis dentro dos prazos estipulados em leis e regulamentos;

11) examinar e julgar, por ordem e em nome do comandante da Região, as prestações de contas de todos os responsaveis, providenciando sobre as diligencias que se fizerem necessarias em virtude de quaesquer lacunas ou irregularidades verificadas nos processos;

12) propor as inspecções convenientes e realizar as que forem determinadas;

13) solicitar elementos de outros Serviços para completar os processos de verificação de documentos que dizem respeito á receita ou despesa em consequencia de venda ou aquisição de material ou prestação de serviço;

14) expedir os títulos provisionarios para a percepção do montepio e meio soldo, effectuado o respectivo pagamento;

15) prestar contas dos fundos recebidos da Directoria de Fundos do Exercito bem como das rendas arrecadadas e demais dinheiros e valores recebidos a quem de direito;

16) enviar até o dia 5 de cada mez á Directoria de Fundos do Exercito o respectivo balanço dos dinheiros recebidos e dispendidos;

17) liquidar e escripturar as dividas activas do Ministerio da Guerra e extrahir as contas e certidões que devam ser enviadas ao Thesouro Nacional, ou ás suas Delegacias, para a respectiva cobrança;

18) prestar contas á Directoria de Fundos do Exercito dos fundos geridos pelas mesmas.

Art. 17. Todo e qualquer movimento de fundos dentro da Região Militar será, normalmente, feito por intermedio da Chefia de Fundos Regionaes.

Parapho unico. Será responsabilizada a autoridade que sem causa justificada proceder de modo contrario, e tambem o chefe do Serviço de Fundos Regionaes, se tiver conhecimento e não agir em tempo, no sentido de impedir a continuação de tal irregularidade.

Art. 18. As Chefias de Fundos Regionaes compor-se-ão de:

Chefe e auxiliares;  
Duas secções;  
Thesouraria.

#### *Das secções*

Art. 19. A 1ª Secção (S. R. 1) compete:

1) solicitar ao chefe, providencias sobre a distribuição dos creditos necessarios, bem como mensalmente, sobre a remessa dos respectivos duodecimos que em tempo não tenham sido enviados;

2) classificar, antes do pagamento, toda e qualquer despesa, que deverá ser deduzida do credito distribuido;

3) verificar si todas as despesas de material foram, previamente, empenhadas;

4) manter a escripturação dos fundo geridos pela secção, com indicação dos responsaveis pelos recebimentos e pagamentos effectuados, de fôrma a se conhecer de prompto a situação da secção, bem como de qualquer responsavel por gestão ou recebimento de fundos;

5) levantar o balanço mensal das despesas effectuadas, de modo a ser enviado, dentro do prazo fixado, á Directoria de Fundos do Exercito;

6) processar todas as dividas de exercicios encerrados, depois de cumpridas as disposições regulamentares attinentes;

7) processar, para pagamento, por ordem chronologica de entrada, as requisições de numerario feitas pelas unidades administrativas, após a necessaria classificação;

8) arrecadar os impostos de sello de nomeação e promoção do pessoal que recebe pelos cofres do serviço; as contribuições para montepio; as rendas dos proprios nacionaes a cargo do Ministerio da Guerra, e as rendas industriaes e eventuaes dos differentes serviços e estabelecimentos militares.

---

Art. 20. A 2ª secção (S. R. 2) compete:

1) escripturar o caixa analytico, para que possa verificar diariamente o saldo da Thesouraria;

2) examinar si as folhas apresentadas quer de officiaes, quer de praças, estão com os effectivos certos, segundo o mappa enviado pelo Estado-Maior Regional;

3) organizar os C/c das unidades administrativas, debitando-as pelas requisições feitas e creditando-as pelos comprovantes remettidos;

4) organizar com methodo a catalogação dos documentos de que trata o art. 69;

5) organizar a escripturação regular da conta "Depositos", afim de que o pagamento directo, ou por meio de cartas de credito, seja o mais rapido possivel, sem prejuizo, porém da fiscalização;

6) ter um serviço de estatistica organizado para que possa prestar os esclarecimentos que se tornarem necessarios á fiscalização.

## TITULO II

### Do pessoal

#### CAPITULO I

##### NORMAS GERAES

Art. 21. O pessoal do Serviço de Fundos do Exercito comprehende:

- a) officiaes intendentes de guerra;
- b) officiaes intendentes — quadro extincto;
- c) officiaes de administração do Exercito;
- d) officiaes honorarios e graduados da extincta Directoria Geral de Contabilidade da Guerra;
- e) funcionarios civis e militares como auxiliares dos serviços;
- f) praças da Formação de Tropa de Intendencia.

Art. 22. Os officiaes do Serviço de Fundos do Exercito exercerão as funções de:

- a) director dõ serviço;
- b) chefes de gabinete e das secções da directoria;
- c) chefes de Serviço de Fundos Regionaes;
- d) chefes de secção do Serviço de Fundos Regionaes;
- e) thesoureiro do Serviço de Fundos Regionaes;
- f) adjuntos das secções da director e das chefias de Fundos Regionaes;
- g) archivista e auxiliar dos serviços.

Parapho unico. Os officiaes honorarios e graduados exercerão funções identicas aos dos demais officiaes, previstas neste artigo.

Art. 23. Os officiaes serão classificados nos órgãos do Serviço de Fundos do Exercito e delles transferidos segundo os mesmos principios e normas estabelecidas para os officiaes do Exercito, em geral.

Art. 24. O pessoal do Serviço de Fundos do Exercito será o fixado nos quadros annexos ao presente regulamento.

Art. 25. O pessoal civil necessario ao serviço de limpeza e asseio das dependencias onde funcionam a directoria e as chefias de Fundos Regionaes será contractado segundo as disposições em vigor.

## CAPITULO II

### DAS ATRIBUIÇÕES DO PESSOAL

Art. 26. O director do Serviço de Fundos é o principal responsavel pelo funcionamento do respectivo serviço e como tal compete-lhe:

1) tamar conhecimento de todos os creditos attribuidos ao Ministerio da Guerra nas leis de meios e disposições especiaes, solicitando, a quem de direito, sejam postos á disposição do respectivo serviço, no Banco do Brasil;

2) manter-se em estreita ligação com o chefe da Administração Geral do Exercito, directores de serviço e outras autoridades civis e militares, em face das suas attribuições;

3) corresponder-se directamente com as autoridades civis ou militares, quando o assumpto não exigir a intervenção de autoridade superior, salvas as rectricções de regulamentos e disposições especiaes;

4) submeter á approvação de quem de direito as tabellas de distribuição dos creditos attribuidos ao Ministerio da Guerra, inclusive dos destinados a pagamentos no estrangeiro;

5) proceder á distribuição de creditos ás Chefias de Fundos Regionaes, de acórdio com as tabellas approvadas;

6) providenciar sobre os pagamentos a serem effectuados no estrangeiro;

7) cumprir e fazer cumprir as disposições que regem o emprego dos fundos a cargo do Ministerio da Guerra, solicitando a quem direito providenciar com relação aos órgãos que lhe não estejam directamente subordinados;

8) propor ao chefe da Administração Geral do Exercito as medidas que julgar necessarias á maior efficiencia dos serviços;

9) dar parecer sobre trabalhos technicos ou que visem adopção de processos administrativos no respectivo serviço, antes de enviar a quem de direito;

10) nomear as commissões para estudos de assumptos da competencia da respectiva directoria, communicando o acto ao chefe da Administração Geral do Exercito;

11) tomar as providencias de caracter urgente em face das attribuições do respectivo serviço, communicando ao chefe da Administração Geral do Exercito;

12) examinar os documentos que devam ser submittidos á consideração ou despacho do chefe da Administração Geral do Exercito;

13) designar os officiaes da directoria que devam proceder inspecções em qualquer órgão encarregado de gerir fundos;

14) mandar proceder inspecções ou exames de escripta nos órgãos de fundos solicitando providencias ao chefe da Administração Geral, quando escape á sua competencia;

15) propor ao chefe do Departamento do Pessoal do Exército as designações e mutações do pessoal especializado para exercer funções técnicas;

16) estudar os assumptos referentes á mobilização do serviço em caso de guerra.

#### *Do chefe do gabinete*

Art. 27. Ao chefe do gabinete compete:

1) ter iniciativa e autoridade compatíveis com a responsabilidade que lhe cabe como pessoa immediata ao director;

2) responder perante o director pela boa marcha do serviço a cargo do gabinete;

3) elaborar a correspondencia affecta ao gabinete;

4) organizar o beletim diario, segundo as determinações do director;

5) fiscalizar os serviços de portaria, protocollo, archivo e bibliotheca;

6) dirigir e fiscalizar os trabalhos do gabinete de fôrma a não retardar o andamento do expediente;

7) distribuir pelos adjuntos os trabalhos a cargo do gabinete;

8) fiscalizar o estudo dos papeis que estão a cargo das secções, afim de evitar retardamento nos despachos;

9) propor ao director, medidas para facilitar o trabalho da directoria;

10) promover a divulgação de ordens, instrucções, etc., de interesse geral e attinentes ao serviço, providenciando sobre a sua publicação pela Imprensa do Ministerio da Guerra;

11) apresentar, diariamente, á assignatura do director o expediente do gabinete.

#### *Dos adjuntos e auxiliares*

Art. 28. Os chefes de secção são auxiliares directos do respectivo director, em tudo que diz respeito ao funcionamento do Serviço, e como tal compete-lhes:

1) ter iniciativa e autoridade compatíveis com as responsabilidades que lhes cabem pelo serviço da secção;

2) estabelecer as normas de trabalho afim de que se processo o expediente sem delongas;

3) distribuir os trabalhos entre os adjuntos;

4) solicitar, por intermedio do director, os elementos necessarios aos trabalhos affectos á secção;

5) responder perante o director pela disciplina e ordem dos serviços na secção;

6) fiscalizar os trabalhos determinando prazo de entrega;

7) assignar as informações e pareceres dados pela secção;

8) apresentar ao director os documentos que devam ser despachados ou encaminhados;

9) cooperar entre si para efficiencia dos serviços que lhe estão affectos;

10) detalhar os serviços da secção;

11) suggerir ao director medidas que a pratica aconselhar;

12) apresentar trimestralmente um resumo dos trabalhos feitos na secção, ajuizando da capacidade profissional de seus auxiliares;

13) levar ao conhecimento do director qualquer irregularidade verificada nos serviços ou gestão de fundos, tomando inicialmente as medidas compatíveis com as suas funções; será responsabilizado pelos danos que advierem em virtude da procrastinação das providencias que lhes compete como auxiliares immediatos do chefe;

14) fiscalizar frequentemente o estado da escripturação da secção, attinente aos assumptos que lhe estão affectos agindo de conformidade com a situação quando os lançamentos ou registos não estiverem em dia ou forem feitos de modo a contrariar a clareza e precisão da escripta;

15) esforçar-se no sentido de que a secção possa informar exacta e promptamente a situação de qualquer serviço, de conformidade com as attribuições que lhes estão affectas;

16) organizar estatísticas dos trabalhos da secção;

17) propor os officiaes que convenham ao serviço da secção, em virtude das funções technicas e administrativas, mencionadas as qualidades e serviços prestados pelos mesmos, bem como trabalhos attinentes ás funções que devam exercer;

18) coordenar os elementos necessarios ao relatorio do respectivo serviço.

#### *Dos chefes de secção*

Art. 29. Os adjuntos são auxiliares immediatos dos respectivos chefes e como tal compete-lhes:

1) cumprir e fazer cumprir as ordens do chefe;

2) auxiliar o chefe em todos os trabalhos a seu cargo;

3) informar e dar parecer sobre os assumptos que lhes forem distribuidos;

4) solicitar, por intermedio do chefe, a remessa dos documentos necessarios á fiscalização, bem como outros necessarios a estudos;

5) propor ao chefe medidas que facilitem os serviços da secção;

6) providenciar sobre a guarda de papeis que reclamem sigillo;

7) levar ao conhecimento do chefe qualquer irregularidade verificada nos serviços ou documentos sob seu estudo;

8) apresentar, diariamente, ao chefe uma relação dos documentos recebidos no dia anterior, bem como os que se acham em seu poder, dependentes de informação ou parecer, indicando a natureza dos assumptos e a procedencia.

Paragrapho unico. Aos auxiliares cumpre executar e fazer executar as ordens dos chefes e adjuntos das secções.

#### *Do encarregado da portaria*

Art. 30. Ao encarregado da portaria compete:

1) fiscalizar os trabalhos de limpeza da directoria;

2) ter a seu cargo a relação dos objectos que se encontrem distribuidos, sem responsavel directo, com indicação dos lo-

---



gares em que se acham, verificando assiduamente a existência e estado de conservação dos mesmos;

3) fiscalizar os serviços dos continuos e serventes, bem como das ordenanças á disposição da Directoria, levando ao conhecimento do chefe do Gabinete qualquer irregularidade verificada. Estas communicações serão, sempre que possível, feitas por escripto e de conformidade com as disposições em vigor;

4) manter vigilancia nas ante-salas afim de evitar qualquer irregularidade e impedir o ingresso de pessoas extranhas nas salas de trabalho, acompanhando ou fazendo acompanhar aquellas que por motivo justificado desejam se entender com pessoas da directoria;

5) receber e passar recibo da correspondencia particular fazendo a distribuição aos destinatarios;

6) receber e passar recibo da correspondencia official nas horas em que não funciona o protocollo;

7) providenciar sobre a expedição e transporte da correspondencia;

8) enviar, sem prejuizo do serviço da directoria, á residencia dos officiaes e funcionarios qualquer correspondencia de character urgente que se lhes destine;

9) solicitar em pedido proprio o material necessario ao funcionamento do gabinete e portaria, mantendo escripturação e registo de todo o material recebido e consumido; os pedidos serão encaminhados ao fiscal do Conselho Administrativo por intermedio do adjunto do gabinete;

10) fiscalizar a entrada e sahida dos continuos, serventes e ordenanças, levando ao conhecimento do gabinete, em parte escripta, as faltas verificadas.

Paragrapho unico. O encarregado da portaria será substituido nos seus impedimentos ou faltas pelo continuo mais antigo.

#### *Dos escreventes*

Art. 31. Aos escreventes cumpre:

1) executar os trabalhos de escripta determinados pelos chefes e adjuntos;

2) indicar qualquer lacuna que verificar na execução da escripta, evitando que se consumma qualquer engano;

3) registrar com clareza e precisão os lançamentos que lhe forem ordenados;

4) auxiliar os chefes e adjuntos no que respeite ao serviço de expediente.

#### *Dos dactylographos*

Art. 32. Aos dactylographos cumpre:

1) fazer todos os trabalhos de dactylographia;

2) indicar qualquer falha que verificar na execução dos trabalhos.

Paragrapho unico. As funcções de dactylographos serão exercidas pelos escreventes ou por pragas habilitadas.

*Dos continuos*

Art. 33. Aos continuos compete:

- 1) auxiliar o encarregado da portaria, nos serviços que lhe estão affectos;
- 2) attender aos chamados dos officiaes e funcionarios, cumprindo fielmente as ordens recebidas em objecto de serviço;
- 3) conduzir, com consentimento do encarregado da portaria, as pessoas que procurarem os officiaes e funcionarios da directoria, annunciando-as previamente;
- 4) conduzir e entregar os documentos de circulação interna;
- 5) permanecer junto á portaria ou ás secções a que pertencerem;
- 6) dirigir o serviço de limpeza, levando ao conhecimento do encarregado da portaria qualquer irregularidade verificada ou quando seja desobedecido pelos serventes;
- 7) abrir e fechar as dependencias da directoria, de conformidade com as ordens que forem estabelecidas.

Paragrapho unico. Os continuos serão substituidos nas suas funcções pelos serventes que melhor desempenhem aquellas funcções, a juizo do chefe do gabinete.

*Dos serventes*

Art. 34. Aos serventes cumpre executar todos os serviços de limpeza, bem como os demais que forem determinados de accordo com a natureza de suas funcções.

*Das ordenanças*

Art. 35. As ordenanças são praças das Formações de Tropa de Intendencia, postas á disposição dos serviços, em numero necessario, destinadas ao serviço de correio e outros compatíveis com a situação de soldados.

## CAPITULO III

## DO PESSOAL DAS CHIEFIAS DE FUNDOS REGIONAES

*Dos chefes do serviço*

Art. 36. Os chefes dos Serviços de Fundos Regionaes são os principaes responsaveis pelo funcionamento do serviço e, como tal, compete-lhes:

- 1) assegurar o pleno funcionamento do serviço que lhe está affecto;
- 2) dirigir pessoalmente os trabalhos da chefia, inteirando-se da capacidade funcional dos seus auxiliares;
- 3) publicar em boletim os creditos que lhe forem distribuidos com indicação da natureza das verbas, consignações e sub-consignações;

4) solicitar mensalmente ao Estado-Maior da Região um mappa discriminativo dos effectivos, de officiaes e praças, por unidades administrativas, para base de fiscalização;

5) distribuir os serviços internos, secretaria, boletim e correio, segundo as necessidades decorrentes;

6) ordenar a retirada do estabelecimento bancario das importancias necessarias a pagamentos que pela natureza não convenham ser feitos em cheque;

7) appor e assignar o *autorizo* nos cheques extrahidos pelo thesoureiro;

8) ordenar os pagamentos a cargo do serviço, appondo o respectivo "Pague-se" de conformidade com o estabelecido neste regulamento;

9) ordenar a remessa de numerario ás unidades e a outros agentes incumbidos de gerir fundos, que se achem distantes da séde;

10) corresponder-se directamente com o director do serviço em tudo que diz respeito á distribuição de creditos, remessa de documentos e outros assumptos de caracter technico;

11) estudar e decidir os assumptos contenciosos sobre os quaes já esteja firmada doutrina, remettendo ao director do serviço, os que escapam á sua alçada;

12) appor o "confere" nos balanços diarios, mensaes e annuaes do serviço;

13) promover o recolhimento, aos cofres do serviço, dos saldos em poder dos responsaveis e de outras importancias que de conformidade com as disposições legais devam ser recolhidas pelas unidades administrativas e outros agentes encarregados de gerir fundos;

14) assignar os titulos provisionarios para a percepção do montepio e meio soldo e outros da competencia da chefia;

15) transmittir em boletim todos os assumptos que dizem respeito ao serviço e que são de interesse geral, ordenando a remessa ás unidades administrativas e a outros interessados;

16) ordenar o pagamento das consignações descontadas pelo serviço, bem como a remessa dos descontos que não possam ser pagos na propria séde;

17) levar sempre ao conhecimento de quem de direito, a existencia de pedidos de pagamentos, para os quaes não existam verba nem credito ou que sejam illegaes;

18) zelar pela exacta observancia das ordens e preceitos regulamentares, bem como das instrucções emanadas do commandanté da respectiva Região e director do serviço;

19) fiscalizar directamente a escripturação da chefia afim de bem se inteirar do estado da mesma e da capacidade funcional dos seus auxiliares, tomando as providencias que se impuzerem sempre que os registos não estiverem em dia ou escripturados de modo a não merecerem fé;

20) dar o balanço no cofre, mensalmente e sempre que julgar conveniente, publicando em boletim o resultado do balanço;

21) solicitar inspecções ao commandante da Região ou director do serviço, sempre que as irregularidade verificadas na administração dos fundos assim o exijam;

22) tomar as providencias de character urgente, em face das attribuições do serviço, communicando ao commandante da Região e ao director;

23) examinar os contractos feitos pelas unidades administrativas, e que devam ser submettidos á apreciação do chefe de Administração Geral do Exercito;

24) examinar os processos para percepção de montepio e meio soldo;

25) enviar nas épocas opporlunas os balanços e demais documentos necessarios á Directoria de Fundos do Exercito;

26) apresentar medidas a serem adoptadas, afim de facilitar os trabalhos do serviço;

27) organizar o relatorio do serviço no fim de cada exercicio.

Parapho unico. Si houver atrazo de pagamento do pessoal da Região, por falla de providencias do serviço, em tempo util, o chefe será afastado das funcções, immediatamente, por incapacidade.

#### *Dos chefes de secção*

Art. 37. Os chefes de secção são auxiliares directos do chefe do serviço na Região em tudo o que diz respeito ao funcionamento dos serviços a cargo da chefia. Têm attribuições identicas aos chefes de secção da Directoria de Fundos do Exercito, constantes do art. 28.

#### *Do thesourciro*

Art. 38. O thesourciro é gestor directo dos dinheiros a cargo do serviço e como tal compete-lhe:

1) receber dos estabelecimentos bancarios os fundos necessarios aos pagamentos que devam ser effectuados em moeda corrente;

2) ter sob sua guarda e responsabilidade exclusiva os dinheiros e documentos de valores do serviço;

3) effectuar todos os pagamentos que lhe sejam ordenados, mediante a apresentação dos respectivos documentos, nos quaes exigirá o competente recibo;

4) extrahir os cheques e assignal-os, submettendo-os á autorização do chefe do serviço, quando os pagamentos devam ser effectuados por esse processo;

5) receber as importancias referentes ás rendas do Ministerio da Guerra, bem como as relativas ás indemnizações, consignações e outras, ordenadas por quem de direito, passando o respectivo recibo;

6) organizar e manter em dia a escripturação dos dinheiros e valores que estão a seu cargo, de modo a facilitar qualquer informação;

7) rubricar e datar os documentos depois de appor o carimbo de "Pago".

8) relacionar os documentos de receita e despesa e enviar á secção para o respectivo exame;

9) proceder mensalmente, e sempre que se fizer necessario, ao balanço do cofre;

10) conservar em cofre o numerario estipulado pelo chefe do serviço não devendo exceder o limite fixado;

11) recolher diariamente ao Banco do Brasil a receita arrecadada no dia anterior;

12) providenciar junto a quem de direito, sempre que verificar qualquer irregularidade nos documentos referentes a recebimento ou pagamento de dinheiro;

13) solicitar dos interessados elementos que os identifiquem, sempre que se fizer necessario;

14) indicar o official que deva auxiliar-o no serviço dos pagamentos, se as necessidades assim o exigirem;

15) organizar o balancete diario, com indicação da receita e despesa do serviço, annexados os documentos correspondentes;

16) prestar contas, mensalmente, dos fundos que tenha gerido, mediante demonstração minuciosa dos recebimentos e pagamentos effectuados;

17) exercer as attribuições conferidas ás thesourarias das unidades administrativas no que respeita á organização interna do Serviço.

#### *Dos adjuntos e demais pessoal*

Art. 39. Os adjuntos, auxiliares, escreventes, dactylographos, ordenanças e demais pessoal da Chefia de Fundos Regionaes terão as mesmas attribuições dos seus correspondentes na directoria.

### **TITULO III**

#### **Do serviço de fundos nas unidades administrativas**

#### **CAPITULO I**

##### **NORMAS GERAES**

Art. 40. O Serviço de Fundos das Unidades Administrativas comprehende a gestão de todos os dinheiros recebidos e pagamentos feitos pelos corpos, estabelecimentos e repartições militares.

Art. 41. O Serviço de Fundos das Unidades Administrativas será assegurado pelos Conselhos Administrativos, os quaes prestarão contas ás autoridades a que estiverem directamente subordinados.

#### **CAPITULO II**

##### **DAS ATTRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO ADMINISTRATIVO**

Art. 42. Ao presidente do Conselho Administrativo como principal autoridade da administração da unidade cumpre:

1) assegurar o funcionamento do serviço de fundos na unidade no que diz respeito á arrecadação das rendas a cargo da mesma e aos pagamentos de sua inteira competencia;

2) requisitar da Chefia de Fundos da Região, o numerario destinado ao pagamento dos vencimentos do pessoal, bem como os supprimentos para custear as despesas com a vida da unidade e desempenho de funcções que lhe estão affectas;

3) ordenar a organização dos processos para a prestação de contas dos dinheiros recebidos sob qualquer titulo, remetendo a quem de direito;

4) ordenar os pagamentos;

5) communicar á Chefia de Fundos da Região as importancias recebidas pelo thesoureiro;

6) publicar em boletim todas as importancias recebidas a qualquer titulo, bem como as despesas empenhadas ou pagas, de qualquer natureza;

7) zelar pela fiel observancia das leis, regulamentos e disposições especiaes que regem o emprego dos dinheiros publicos, impedindo que se processem pagamentos que impliquem em onus para a Fazenda Nacional ou que se empenhem despesas sem verbas ou creditos para custear-as.

#### *Do fiscal administrativo*

Art. 43. Ao fiscal administrativo como pessoa immediata ao presidente do Conselho Administrativo cumpre:

1) auxiliar o presidente em tudo o que diz respeito á fiscalização do emprego dos fundos a cargo do Conselho;

2) examinar os documentos que devam acompanhar as requisições de pagamentos feitos pelo presidente appondo o "Confere" e rubrica;

3) fiscalizar os pagamentos feitos pelo thesoureiro;

4) dar balanço no cofre do Conselho Administrativo sempre que julgar necessario, verificando se os saldos existentes não excedem a importancia que é permittida conservar em cofre, levando ao conhecimento do presidente o resultado do balanço effectuado;

5) fiscalizar a escripturação dos fundos a cargo do thesoureiro, inteirando-se do seu estado;

6) levar ao conhecimento do presidente qualquer irregularidade verificada no serviço de fundos, providenciando no sentido de evitar damnos ao serviço ou á Fazenda Nacional.

#### *Do thesoureiro*

Art. 44. O thesoureiro é o gestor directo dos dinheiros a cargo da unidade administrativa a que pertence e, como tal, compete-lhe:

1) receber todos os dinheiros destinados á unidade, bem como quaesquer quantias recolhidas pelas sub-unidades e legalmente autorizadas;

2) arrecadar as rendas da unidade e effectuar os pagamentos autorizados pelo presidente do Conselho Administrativo, verificando, previamente, se foram attendidas todas as prescripções necessarias á sua regularidade;

---

3) prestar contas ao Conselho Administrativo, até o dia 12 de cada mez, de todas as quantias que tenha recebido e dos pagamentos que tenha effectuado durante o mez anterior. Para essa prestação de contas organizará o balancete mensal e uma demonstração de caixa, na qual mencionará discriminadamente, além do saldo desse balancete, todas as quantias recebidas e pagamentos effectuados do dia 1 até o dia anterior ao da sessão, para que assim possam os membros do Conselho, individualmente responsaveis pelos fundos que gerem, proceder á verificação dos depositos em banco e das quantias em cofre;

4) promover a remessa do balancete mensal do Conselho Administrativo á Chefia de Fundos da Região, até o dia 15 de cada mez ou a necessaria communicação á mesma chefia, quando não houver recebimento nem pagamento durante o mez;

5) escripturar, ao termino do mez, as cadernetas de vencimentos dos officiaes da unidade administrativa;

6) ajustar as contas aos officiaes e funcionarios que recebam pela unidade administrativa, quando tenham que se afastar da séde em objecto de serviço;

7) expedir cadernetas ou guias dos militares e funcionarios civis que tenham ajustado contas na thesouraria;

8) preparar a prestação de contas dos supprimentos que para fins especiaes tenham sido feitos ao Conselho Administrativo;

9) comunicar, por escripto, ao fiscal administrativo todos os recebimentos e pagamentos effectuados, para publicação em boletim;

10) organizar, até o ultimo dia do exercicio financeiro, o balanço annual de receita e despesa do Conselho Administrativo relativo ao exercicio encerrado;

11) organizar e manter em dia a escripturação de todos os dinheiros geridos pelo Conselho Administrativo sob pena de suspensão das respectivas funções;

12) recolher, no mesmo dia, ao cofre do Conselho Administrativo ou ao banco depositario dos haveres da unidade, as quantias recebidas de qualquer procedencia, desde que não se destinem a pagamento immediato;

13) pagar, mediante recibo, aos officiaes, aspirantes, subtenentes e funcionarios civis, os vencimentos das respectivas folhas e aos commandantes das sub-unidades as importancias liquidas das respectivas recapitulações;

14) proceder aos descontos a favor de terceiro e que devam ser pagos pela unidade;

15) proceder ao pagamento dos descontos effectuados remettendo, no prazo maximo de 15 dias, as importancias que não possam ser pagas directamente;

16) organizar e manter a escripturação das consignações e descontos feitos a favor de terceiros pelo pessoal da unidade, mantendo em dia a conta corrente individual;

17) fazer organizar, em tres vias, as guias de remessa de importancias provenientes de descontos que tenham de ser remettidas, quando os orgãos destinatarios não emitam contas susceptiveis de pagamento, explicando nas observações de faza guias, de modo claro e conciso, o motivo da remessa.

Uma via ficará no archivo, com annotação do vale postal ou certificado de registo da remessa, e as outras duas serão encaminhadas, voltando uma com a respectiva quitação;

18) promover a remessa, semestralmente, das contribuições da unidade á Caixa Geral do Economias da Guerra;

19) appor nos documentos de despesa, depois de effectuado o pagamento, o carimbo "Pago", datando e rubricando;

20) manter o registo das despesas empenhadas á conta das verbas attribuidas á unidade, quer o pagamento seja feito por este ou pela Chefia de Fundos Regionaes;

21) entregar, aos almoxarifes, aprovisionadores e outros encarregados de effectuar pequenas despesas, as importancias necessarias, mediante cautela visada pelo fiscal administrativo e autorizada pelo presidente do Conselho Administrativo;

22) receber do almoxarife, do aprovisionador e de outros encarregados de effectuar pequenas despesas os elementos necessarios para a escripturação dos fundos e organização dos balancetes;

23) extrahir os cheques e assignal-os, submettendo-os ao "Visto" do fiscal administrativo e autorização do presidente do Conselho Administrativo sempre que os pagamentos devam ser effectuados por este processo ou necessitar sacar fundos no estabelecimento bancario;

24) organizar o balanço do activo e passivo da unidade.

### *Do almoxarife*

Art. 45. Ao almoxarife, que tem a seu cargo a aquisição de material determinado pelo Conselho Administrativo, compete:

1) conhecer os recursos de que dispõe a unidade para custear as despesas;

2) effectuar as compras determinadas pelo Conselho Administrativo, e mandar realizar os concertos ou reparações autorizadas pelo respectivo presidente;

3) entregar ao thesoureiro os empenhos para ser feita a deducção na verba a conta da qual corre a despesa;

4) examinar as contas e outros documentos e processal-os para o pagamento, antes de serem entregues ao thesoureiro;

5) processar todos os documentos attinentes a rendas das unidades, antes de entregues ao thesoureiro;

6) receber do thesoureiro as importancias destinadas ás despesas miudas de prompto pagamento;

7) prestar contas no fim de cada mez dos dinheiros que lhe forem confiados para os serviços de sua inteira competência;

8) organizar e manter em dia a escripturação attinente aos valores dos bens moveis e immoveis a cargo da unidade, inclusive os semoventes, de conformidade com o que dispõe o Regulamento de Administração Geral do Exercito;

9) organizar o inventario dos moveis, immoveis e semoventes a enviar aos respectivos Servicos, conforme determina o Regulamento de Administração do Exercito.

---



*Do aprovisionador*

Art. 46. O aprovisionador, encarregado de effectuar as aquisições determinadas pelo Conselho Administrativo e Comissão do Rancho em tudo que respeita a generos e forragens, é responsavel pela escripturação analytica dos dinheiros empregados nos serviços a seu cargo e compete-lhe:

1) receber do thesoureiro os fundos destinados ás despesas de prompto pagamento;

2) apresentar ao thesoureiro os documentos de empenho afim de serem os mesmos registados;

3) organizar e manter em dia a escripturação do serviço que está a seu cargo, em tudo que diz respeito a receita e despesa;

4) processar os documentos de receita referentes a rendas do serviço, em consequencia de fornecimento ou venda de qualquer natureza, para recolhimento á thesouraria;

5) processar os documentos de despesa, attinentes ás aquisições que effectuou por conta dos recursos do Serviço de Aprovisionamento;

6) prestar contas no fim de cada mez das importancias recebidas;

7) organizar o balanço mensal da receita e despesa do Serviço, entregando uma via ao thesoureiro;

8) organizar o balanço no fim de cada exercicio;

9) organizar o balanço do activo e passivo do Serviço consignando apenas os valores dos generos, forragens, combustiveis, divida activa e fundos em caixa, bem como as despesas ainda não pagas e outros compromissos assumidos pelo Serviço, entregando uma via ao thesoureiro.

**TITULO IV****Do funcçãoamento do serviço****CAPITULO I****DO ORÇAMENTO DO MINISTERIO DA GUERRA**

Art. 47. A proposta do orçamento annual do Ministerio da Guerra será organizada pela Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, em face do programma administrativo estabelecido pelo ministro e dos elementos fornecidos pelo Estado-Maior do Exercito e pelo chefe da Administração Geral do Exercito.

Art. 48. Os directores dos serviços enviarão, na época opportuna, ao chefe da Administração Geral do Exercito, os elementos informativos das necessidades pecuniarias dos respectivos Serviços, acompanhados das justificativas sempre que redundarem em augmento ou mutação das verbas consignadas no orçamento em vigor.

## CAPITULO II

## DA RECEITA

Art. 49. A receita do Ministerio da Guerra é constituida:

- 1) dos recursos fornecidos pelo Thesouro Nacional nas leis de meios e disposições especiaes;
- 2) das contribuições para o montepio;
- 3) da arrecadação do imposto do sello de nomeação e promoção do pessoal que vence pelos cofres do Ministerio da Guerra;
- 4) da renda proveniente da alienação de semoventes, moveis e immoveis a cargo do Ministerio da Guerra;
- 5) da renda proveniente dos residuos dos laboratorios, estabelecimentos fabris e outras unidades administrativas;
- 6) da renda proveniente de differentes serviços prestados pelos órgãos do Ministerio da Guerra;
- 7) das rendas dos estabelecimentos e institutos de ensino;
- 8) das indemnizações dos responsaveis por perdas, danos e extravio de material pertencente ao ministerio;
- 9) da renda dos proprios nacionaes;
- 10) da renda dos artigos produzidos nos estabelecimentos militares;
- 11) das consignações a favor de terceiros e de cauções depositadas para garantia de fornecimentos ou prestação de serviço.

## CAPITULO III

## DA DESPESA

Art. 50. A despesa do Ministerio da Guerra comprehende os pagamentos:

- 1) de soldo e gratificação de officiaes;
- 2) de soldo, etapa, gratificação e addicionaes de praças;
- 3) de vencimentos do pessoal inactivo;
- 4) de pensões de montepio e meio soldo, de herdeiros de militares e civis do Ministerio da Guerra, enquanto não possuirem o titulo definitivo de habilitação;
- 5) de vencimentos ao pessoal da Justiça Militar;
- 6) de vencimentos aos docentes nas escolas e institutos militares;
- 7) dos vencimentos dos funcionarios e serventuarios do Ministerio da Guerra;
- 8) das ajudas de custo e transporte do pessoal;
- 9) de diarias por serviços extraordinarios e commissões especiaes;
- 10) de material adquirido pelos differentes serviços para as funções vitaes do Exercito;
- 11) de transporte de material, de semoventes adquiridos pelo Serviço de Remonta do Exercito e unidades administrativas;
- 12) de material adquirido pelas unidades administrativas e outros agentes encarregados de administrar bens do Ministerio da Guerra;

13) de differentes despesas effectuadas pelas unidades administrativas e outros agentes encarregados de gerir fundos e material;

14) das consignações feitas a favor de terceiros pelo pessoal que vence pelos cofres do Ministerio da Guerra bem como as restituições de valores depositados em caução.

## CAPITULO IV

### DA DISTRIBUIÇÃO DE CREDITOS E SUPPRIMENTOS

Art. 51. Depois de publicado o orçamento da Guerra, todos os creditos consignados no mesmo serão postos á disposição da Directoria de Fundos do Exercito no Banco do Brasil, por solicitação do ministro da Guerra, ou de quem autorizar, ao Thesouro Nacional.

Art. 52. Organizadas as tabellas de distribuição das verbas, serão os creditos distribuidos ás Chefias de Fundos Regionaes, por proposta da Directoria de Fundos do Exercito e por intermedio do Banco do Brasil.

Art. 53. A distribuição de credito para pagamento de vencimentos de pessoal, fixo ou contractado, será feito em duodecimo, adeantadamente, dentro dos primeiros cinco dias uteis de cada mez.

Paragrapho unico. Exceptuam-se as verbas referentes a etapas e ajudas de custo, que serão distribuidas por trimestre adeantado, dentro dos primeiros cinco dias do trimestre.

Art. 54. Os creditos para pagamento de despesa com material serão distribuidos por trimestre, adeantado, dentro dos primeiros cinco dias do trimestre.

Art. 55. Nenhum supprimento será processado além do duodecimo ou trimestre, sem a existencia de credito ou em desacordo com as tabellas approvadas, salvo ordem expressa do ministro da Guerra.

§ 1.º Os creditos distribuidos ás Chefias de Fundos Regionaes poderão ser accrescidos, em cada rubrica, dos saldos dos duodecimos ou quantitativos anteriores.

§ 2.º Os creditos que forem insufficientes serão supplementados pelos creditos *em ser* dentro da mesma rubrica.

§ 3.º Na falta do credito *em ser*, a Directoria de Fundos do Exercito procederá a revisão dos creditos distribuidos ao Ministerio da Guerra, effectuando as modificações convenientes, que, depois de approvadas pelo ministro da Guerra, serão levadas ao conhecimento das partes interessadas.

§ 4.º Os supprimentos para fins especiaes só poderão ser ordenados pelo ministro da Guerra e ficarão sob a responsabilidade das unidades administrativas, quando devam ser por ellas geridas.

Art. 56. A escripturação dos creditos obedecerá ás discriminações das tabelas explicativas do orçamento e as de redistribuição approvadas pelo ministro da Guerra.

## CAPITULO V

## DO PROCESSO DE PAGAMENTO

A) *Nas Chefias de Fundos Regionaes*

Art. 57. Os pagamentos na Chefia de Fundos Regionaes comprehendem os effectuados na séde e os realizados por intermedio de estabelecimentos bancarios.

Paragrapho unico. A remessa de fundos ás unidades administrativas e a outros agentes incumbidos de gerir fundos será feita por intermedio do Banco do Brasil e suas agencias.

Na falta destas a remessa poderá ser feita por intermedio de outros estabelecimentos bancarios, a juizo do ministro da Guerra.

Art. 58. Os pagamentos effectuados na séde das Chefias de Fundos Regionaes são feitos directamente ao thesoureiro da unidade administrativa em face dos documentos exigidos para tal fim.

§ 1.º As unidades administrativas e outros agentes pagadores requisitarão das Chefias de Fundos Regionaes os recursos necessarios para occorrer ás despesas com pessoal, material e outra a cargo dos mesmos.

§ 2.º Os recursos necessarios ao pagamento dos vencimentos e outras vantagens, do pessoal effectivo e contractado, serão requisitados pelas unidades administrativas e outros agentes pagadores, mediante demonstração discriminativa das importancias brutas dos vencimentos e outras vantagens do pessoal, abatidas dos respectivos descontos, cuja arrecadação está a cargo das Chefias de Fundos Regionaes.

§ 3.º As demonstrações deverão indicar:

a) as importancias brutas correspondentes a cada posto e graduação;

b) as importancias brutas correspondentes ás categorias dos funcionarios effectivos ou contractados;

c) as importancias dos descontos discriminadamente por especie;

d) importancia liquida parcial e total;

e) as importancias attinentes ás etapas, discriminando as dos sargentos e soldados;

f) as importancias das diarias e ajuda de custo, com indicação dos postos, graduações ou categorias;

g) total das importancias brutas;

h) total das importancias liquidas a receber;

i) as sub-consignações da verba por conta da qual corre a despesa;

j) a importancia bruta correspondente a cada sub-consignação.

§ 4.º A demonstração será assignada pelo thesoureiro; o "Confere" será apposto pelo fiscal administrativo.

§ 5.º A demonstração será em tres vias, sendo duas destinadas á Chefia de Fundos Regionaes e uma ao archivo do thesoureiro.

§ 6.º O officio requisitando o numerario será assignado pelo presidente do Conselho Administrativo.

---

§ 7.º Quando se tratar de pagamentos, que não estão a cargo de Conselho Administrativo, os agentes pagadores farão as demonstrações e requisições de conformidade com cada caso.

§ 8.º Acompanharão as requisições as demonstrações detalhadas dos descontos a favor de terceiros com indicação dos consignantes e consignatários, cujos pagamentos estejam affectos ás Chefias de Fundos Regionaes.

Art. 59. As unidades ou agentes pagadores afastados da séde, para os quaes os fundos devam ser remettidos por intermedio de agencias bancarias, enviarão por via postal, ou outro meio conveniente, no fim de cada mez, as demonstrações e demais documentos referidos no artigo anterior.

Paragrapho unico. Por via telegraphica ou radiotelegraphica communicarão, no ultimo dia do mez, quaes as importancias brutas, e por conta de quaes verbas e sub-consignação correm as despesas.

Art. 60. As demonstrações serão examinadas, em relação á legalidade da despesa, verba e sub-consignação por conta da qual corre a mesma e existencia de creditos.

§ 1.º A's unidades e agentes pagadores, que se encontrarem na séde, serão pagos no mesmo dia, ou no immediato, as importancias requisitadas liquidas dos respectivos descontos.

§ 2.º O pagamento será effectuado mediante cheque extrahido por funcionario especialmente para isto designado, que exigirá recibo em duas vias do cheque e na demonstração da requisição, com as respectivas resalvas, quando fôr o caso.

§ 3.º Aos encarregados de receber as importancias a que se referem os paragraphos anteriores serão entregues talões, devidamente numerados, correspondentes aos cheques extrahidos a favor dos mesmos.

§ 4.º Os cheques serão extrahidos a machina, em tres vias, sendo uma enviada ao thesoureiro que procederá ao pagamento, mediante recibo e apresentação do respectivo talão; a segunda será enviada ao encarregado de proceder ás deducções e respectivo registo das verbas empenhadas e a 3ª ficará com quem extrahiu o cheque.

Art. 61. O numerario solicitado por via telegraphica ou radiotelegraphica será no mesmo dia, ou no immediato, remettido a quem de direito.

§ 1.º Para effeito da remessa e respectivo registo do numerario referido neste artigo, será extrahido um talão, em tudo semelhante ao cheque, em tres vias, sendo a primeira enviada ao encarregado de fazer as remessas de numerario ás unidades e agentes pagadores que se acham fóra da séde, a segunda será ao encarregado de proceder ás deducções e respectivos registos das verbas empenhadas, ficando a terceira com o funcionario que extrahiu o talão.

§ 2.º Os documentos emitidos pelas agencias bancarias constituirão documentos provisórios de despesa.

Art. 62. As unidades administrativas e agentes pagadores deverão, até o dia 15 de cada mez, prestar contas dos numerarios recebidos.

§ 1.º A prestação de contas a que se refere este artigo consiste na apresentação das folhas de pagamento de vencimentos e vantagens especiaes.

§ 2.º As folhas dos officiaes e aspirantes, sub-tenentes e funcionarios civis, deverão trazer appostas os respectivos recibos, salvo do que estiver afastado, por qualquer circumstancia, da séde da unidade por occasião do pagamento e houver declarado por escripto o destino a dar aos seus vencimentos, o que constará da folha.

§ 3.º Os pagamentos que por qualquer motivo não forem effectuados, dentro do prazo estabelecido neste artigo, serão realizados opportunamente, sem prejuizo da prestação de contas.

§ 4.º As folhas de pagamento para prestação de contas serão em uma via, na qual serão appostos os recibos, rubricas e saneções.

§ 5.º A prestação de contas será organizada de conformidade com o que dispõe o capitulo VII deste regulamento.

§ 6.º As importancias recebidas a mais deverão ser consignadas no balancete, sendo recolhidas aos cofres das Chefias de Fundos Regionaes quando se tratar de unidades ou agentes pagadores que se acham na séde.

§ 7.º As unidades administrativas ou agentes pagadores, situados fóra da séde da Chefia de Fundos Regionaes, terão a seu cargo as importancias recebidas a mais, sendo, porém, facultado ao chefe do Serviço de Fundos promover o recolhimento, desde que os interesses do Serviço ou da Fazenda Nacional assim exijam.

Art. 63. Os supprimentos para custear despesas de material ou despesas diversas são feitos ás unidades administrativas tambem directamente ou por intermedio de estabelecimento bancarios, sem necessidade, porém, de requisição prévia das unidades que se encontram fóra da séde da Chefia de Fundos Regionaes.

§ 1.º Até o dia cinco de cada mez inicial do trimestre, no exercicio, as Chefias de Fundos Regionaes farão os supprimentos de que trata este artigo, mediante requisição das unidades existentes na séde e, *ex-officio*, para as que estiverem afastadas.

§ 2.º Por occasião dos pagamentos e da ordem relativa ao movimento de fundos, effectuar-se-á o exame da legalidade do supprimento e existencia de creditos.

§ 3.º As unidades administrativas organizarão requisições de pagamento dos quantitativos que lhe são attribuidos, especificando as parcelas correspondentes ás varias sub-consignações em cada verba.

§ 4.º Apresentadas as requisições pelas unidades administrativas existentes na séde das Chefias de Fundos Regionaes serão pagas segundo as formalidades estabelecidas para o pagamento de vencimentos.

§ 5.º As unidades afastadas da séde da Chefia de Fundos Regionaes procederão como foi estabelecido no art. 59 deste regulamento.

Art. 64. As contas de material serão apresentadas em tres vias, quando o pagamento deva effectuar-se pela Chefia de Fundos Regionaes e em duas vias, si pagas nas unidades administrativas.

§ 1.º A primeira via seguirá sempre seu curso como documento de despesa, a segunda via, no primeiro caso, entrará na documentação da Chefia de Fundos Regionaes e, no segundo caso, constituirá archivo da unidade, a que tambem pertencerá a terceira via, quando houver.

§ 2.º Para certas exigencias internas, não ficam as unidades administrativas inibidas de exigir tres ou mais vias relativas a qualquer pagamento que devam effectuar.

Art. 65. Todos os documentos relativos a pagamento de pessoal effectuado num mez serão minuciosamente examinados pela Chefia de Fundos Regionaes, á medida que forem sendo recebidos, de modo que nenhuma verificação passe ao mez seguinte.

Paragrapho unico. As Chefias de Fundos Regionaes deverão notificar com a maior presteza ás unidades administrativas das corrigendas a fazer e das compensações a effectuar nos pagamentos seguintes áquelles nos quaes tenha havido omissões ou excessos.

Art. 66. As recapitulações, requisições de supprimentos e as contas pagas transitarão pela Chefia de Fundos Regionaes e seguirão seu curso como documento regular de despesa.

§ 1.º As folhas nominaes serão catalogadas nas Chefias de Fundos Regionaes em ordem choronologica, segundo as unidades administrativas.

§ 2.º No fim de cada exercicio deverão estar reunidas em cada Chefia de Fundos Regionaes, devidamente catalogadas, todas as folhas ou relações nominaes.

§ 3.º Taes folhas formarão volumes encadernados correspondendo a cada exercicio e constituirão documentos nominaes authenticos.

§ 4.º No fim de cada exercicio deverão tambem estar reunidos nas Chefias de Fundos Regionaes todas as segundas vias das contas pagas pelas respectivas thesourarias, devidamente catalogadas.

Art. 67. Os documentos especificados não deverão ser reproduzidos ou lançados em livros ou fichas, nominalmente, por isso que assim reunidos representam uma escripturação authentica que evita repetir serviços.

Art. 68. Quando, por transferencia ou outro qualquer motivo occorrer a necessidade da organização de folha especial para pagamento de vencimentos e outras vantagens pecuniarias, o Conselho Administrativo requisitará da Chefia de Fundos Regionaes, pelo meio mais conveniente, a importância para tal pagamento, comprovando-o posteriormente, no prazo já determinado.

---

Paragrapho unico. Si por qualquer circumstancia houver numerario na unidade administrativa, será necessario solicitar préviamente o empenho da despesa a realizar nas condições acima.

*B) Nas unidades administrativas*

Art. 69. As unidades administrativas têm a seu cargo o pagamento do respectivo pessoal, das despesas empenhadas pelas mesmas, por conta dos supprimentos que lhes são distribuidos pelas Chefias de Fundos Regionaes ou recursos da propria unidade.

Art. 70. O pagamento dos vencimentos e outras vantagens pecuniarias, devidos ao pessoal, será effectuado mediante organização de folhas de vencimentos e outras especies.

Art. 71. O pagamento a officiaes, aspirantes e subtenentes nos corpos de tropa será effectuado directamente pelo thesoureiro, mediante recibo nas respectivas folhas.

Paragrapho unico. Os sargentos e demais praças serão pagos nas sub-unidades a que pertencerem pelo respectivo commandante.

Art. 72. Nos estabelecimentos fabris e outras repartições militares, o pagamento do pessoal será effectuado directamente pelo thesoureiro com a assistencia do fiscal administrativo ou de quem o substituir em seu impedimento.

Art. 73. Nos corpos, estabelecimentos e repartições em que os serviços administrativos são centralizados em um unico orgão, o pagamento do pessoal será effectuado directamente pelo thesoureiro, de conformidade com o artigo anterior.

Art. 74. Os commandantes das sub-unidades receberão directamente do thesoureiro mediante recibo passado na recapitulação em duas ou mais vias os vencimentos e demais vantagens a que fizerem jús as praças da sub-unidade, e effectuarão o pagamento, sendo responsaveis directamente perante o Conselho Administrativo pela regularidade do mesmo.

§ 1.º Serão recolhidos ao cofre do Conselho Administrativo os vencimentos dos sargentos e praças que os deixarem de receber por se acharem ausentes por qualquer motivo, sendo os mesmos, após publicação em boletim, entregues ao thesoureiro em guia discriminativa, na qual será passado o recibo.

§ 2.º Quando se apresentarem as praças de que trata o paragrapho anterior, seus vencimentos e demais vantagens ser-lhes-ão pagos pelo thesoureiro, que dará immediatamente parte do pagamento para publicação em boletim.

Art. 75. O pagamento das despesas de material empenhadas á conta dos supprimentos feitos ás unidades administrativas ou de recursos proprios será effectuado directa-

---



mente pelo thesoureiro, em presença do fiscal administrativo e mediante a apresentação das contas, em duas ou mais vias, as quaes consignarão detalhadamente a natureza do material, bem como o custo de cada artigo e a importancia total da conta.

Paragrapho unico. O pagamento das contas só será effectuado pelo thesoureiro, depois de devidamente processadas e com o "Pague-se", do presidente do Conselho Administrativo.

Art. 76. O pagamento de despesas miudas e outras de caracter especial effectuadas pelo almoxarife, aprovisionador e outros encarregados de effectuar despesas, independirão da autorização do presidente, desde que aos responsaveis sejam confiados os recursos para effectual-o directamente. Constitue delegação, para effectuar pagamento, o adiantamento feito ao responsavel pelo Conselho Administrativo. Neste caso os documentos após terem sido "certificados", por quem de direito, sobre o recebimento do material ou prestação de serviço serão submettidos á apreciação do presidente do Conselho Administrativo, que, em vez de autorizar o pagamento, apporá a declaração "Reconheço a legalidade da despesa". Do mesmo modo procederá o presidente do Conselho Administrativo em relação ás despesas miudas de prompto pagamento, que forem relacionadas pelos responsaveis.

Art. 77. As despesas de pessoal, nas unidades administrativas comprehendem os vencimentos de officiaes, sargentos, praças e empregados civis, ajudas de custo de officiaes, sargentos e empregados civis, bem como diarias e outras vantagens pecuniarias.

Art. 78. A comprovação das despesas referentes a vencimentos e outras vantagens pecuniarias far-se-á por meio das folhas de pagamentos e demais documentos exigidos para tal fim, devendo o resumo das folhas e documentos constar da observação do balancete do Conselho Administrativo.

§ 1.º Na Thesouraria serão organizadas as seguintes folhas:

a) de vencimentos, de ajuda de custo e de diarias de officiaes, bem como as de consignações;

b) as folhas de vencimentos dos empregados civis;

c) a recapitulação unica, mensal, relativa aos vencimentos destinados, de modo geral, ao pessoal, contendo uma demonstração do effectivo a que corresponde, bem como recapitulação das folhas avulsas, a receber durante o mez.

§ 2.º Nas sub-unidades serão organizadas as folhas de pagamento, as recapitulações de vencimentos liquidos, a discriminação de descontos internos, bem como as das consignações e os demais documentos exigidos e relativos aos sub-tenentes, sargentos e demais praças.

Art. 79. Para effeito dos descontos internos de sub-tenentes e demais praças, as sub-unidades deverão colher na Thesouraria da unidade administrativa, antes de iniciar a organização das folhas, as informações necessarias, relativas ás quotas a descontar.

*Em caso de adiantamento pessoal*

Art. 80. O pagamento das despesas empenhadas á conta de adiantamento feito a pessoa, será effectuado pela mesma, sendo no entanto os documentos revestidos das formalidades indispensaveis como sejam: a discriminação detalhada da despesa e o certificado de pessoa idonea, de que fôra recebido o material ou prestado o serviço.

§ 1.º Quando porventura não possa o documento comprovante da despesa receber o respectivo "certificado" da entrada do material ou prestação do serviço deverá ser convenientemente justificado o motivo.

§ 2.º Os adiantamentos feitos a qualquer agente deverão ser entregues, de modo geral, a official de administração (aspirante a capitão) que os recolherá ao Banco do Brasil ou, na falta de agencia deste, a outro estabelecimento bancario, desde que não se destinem a pagamento immediato, e funcionará como thesoureiro, sendo portanto responsavel pela regularidade da prestação de contas.

§ 3.º Quando houver necessidade de effectuar pagamentos ou sacar fundos, o official de administração extrahirá os cheques respectivos, assignando-os e submettendo-os á authorização do agente a favor do qual foi feito o adiantamento.

## CAPITULO VI

## DA ESCRIPTURAÇÃO DOS BALANÇOS E DOS SALDOS

Art. 81. As thesourarias das Chefias de Fundos Regionaes remetterão, diariamente, á 1ª Secção, todos os documentos de receita e despesa, devidamente numerados, acompanhados de demonstrações distinctas, classificados em rigorosa conformidade com a lei organmentaria e tabellas explicativas, a receita por paragraphos e a despesa por verbas, consignações e sub-consignações.

Paragrapho unico. Além das demonstrações acima referidas, a Thesouraria organizará um boletim que acompanhará os documentos respectivos, demonstrando o balanço diario em resumo: o total da receita e o saldo anterior, o total da despesa e o saldo que passa para o dia seguinte, segundo o modelo apropriado.

Art. 82. A 1ª Secção, de posse das demonstrações, verificará si a classificação confere com a escripturação feita no conta corrente de despesa, por sub-consignações e si ha absoluta exactidão nas deducções anteriormente feitas.

Paragrapho unico. Após a verificação orgazinará uma demonstração da despesa diaria de cada rubrica organmentaria e de cada titulo de receita.

Art. 83. Verificada a exactidão, serão as demonstrações organizadas e os documentos encerrados em envolveros apropriados, para opportuna remessa á Directoria de Fundos Regionaes.

Art. 84. No ultimo dia do mez, será feito o balanço da Chefia de Fundos Regionaes, transcrevendo-se os totaes que forem apurados nas demonstrações diarias.

Art. 85. As Chefias de Fundos Regionaes remetterão, até o dia 5 de cada mez, á Directoria de Fundos Regionaes os balanços mensaes, em duas vias, acompanhados dos documentos comprovantes das despesas.

§ 1.º A 2ª Secção da Directoria de Fundos do Exército verificará por esses balanços si os supprimentos accusados conferem com os debitos das respectivas Chefias de Fundos Regionaes. Extrahirá os dados que interessem aos assumptos de sua incumbencia e em seguida os encaminhará á 3ª Secção, acompanhados dos documentos de despesa para prestação de contas.

§ 2.º Após o exame procedido pela 3ª Secção, será organizado pela 2ª Secção o balanço geral mensal da despesa do Ministerio da Guerra, em tres vias. As 1ª e 2ª vias serão encaminhadas, respectivamente, ao Tribunal de Contas e á Contadoria Central da Republica, por intermedio da Contadoria Seccional; a 3ª via destina-se á 3ª Secção, onde ficará archivada.

Art. 86. Os balanços mensaes das Chefias de Fundos Regionaes, após o exame procedido pela 3ª Secção, voltarão á 2ª Secção, que levará então a credito desses Serviços as importancias dos pagamentos effectuados, fará as annullações e majorações em cada rubrica organamentaria, para effeito das compensações nos supprimentos seguintes; tomará as demais providencias sobre os assumptos de sua competencia, encaminhando após os processos ao Gabinete do director, para remessa ao Tribunal de Contas.

Art. 87. As receitas arrecadadas pelas Chefias de Fundos Regionaes constituem renda do Estado, quando se refiram a pagamento de sello, montepio, indemnizações á Fazenda Nacional e "Deposito", quando devam ser restituídas a terceiros.

Paragrapho unico. Os descontos internos relativos a fardamento, medicamentos, tratamentos em hospitales, etc., não se incluem como receita.

Art. 88. As receitas arrecadadas pelas Chefias de Fundos Regionaes serão recolhidas ao Banco do Brasil, ou Agencia, e as quitações de recolhimentos acompanharão os balanços mensaes remetidos á Directoria de Fundos Regionaes.

Art. 89. Nas unidades administrativas, sob o titulo "Rancho" devem figurar no balancete do Conselho Administrativo todas as receitas referentes á gestão de etapas e residuos, ficando, porém, reservadas para os Casinos, as importancias provenientes de etapas para official de dia, instructores e outros officiaes alimentados por conta do Estado.

Art. 90. Como comprovante da receita relativa ás etapas arranchadas o ao quantitativo de despesas diversas das praças desarranchadas, será empregada a "grade" regulamentar.

Art. 91. Nenhum lançamento de despesa poderá ser feito no balanço mensal sem o necessario comprovante (fa-

ctura, recibo, guia de remessa) sendo, porém, permittido estabelecer documentos que substituam pequenas notas e recibos incompletos fornecidos por estradas de ferro, empresas de transporte, correio, telegraphos, etc.

Art. 92. Os documentos de despesa devem referir-se, rigorosamente, a generos, forragens, material adquirido ou á execução de serviço realmente prestado, importando em responsabilidade criminal qualquer acto adulterando a natureza de taes documentos.

Paragrapho unico. As despesas em correlação, necessarias para os effeitos da aquisição ou prestação do serviço, não são attingidas pelo exposto no presente artigo.

Art. 93. Nos titulos proprios, referidos em relação ás receitas, serão igualmente escripturados ás respectivas despesas.

## CAPITULO VII

### DO PROCESSO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 94. Comprehende-se por prestação de contas o acto espontaneo e regular dos responsaveis por bens do Estado, constituido pela apresentação a quem de direito dos documentos comprobatorios da gestão dos bens a seu cargo.

Art. 95. O processo da prestação de contas, consiste no conjunto de documentos comprobatorios do emprego de fundos geridos pelo responsavel.

Art. 96. A comprovação do emprego dos fundos será feita com a apresentação dos documentos que indiquem:

- 1) o responsavel pela prestação de contas;
- 2) a procedencia dos fundos;
- 3) o fim e o emprego a que se destinam;
- 4) o attestado de recebimento pela parte supprida ou paga;
- 5) o valor dos supprimentos ou pagamentos;
- 6) outros dados que authenticuem a exactidão e a legalidade da gestão de fundos.

Art. 97. A comprovação do emprego ou distribuição dos fundos será feita mediante um balacele que consignará um por um, dos **documentos de receita e despesa**, de forma a verificar-se de prompto o movimento dos dinheiros.

Art. 98. A prestação de contas dos dinheiros geridos pelo Serviço de Fundos do Exercito será feita pelos responsaveis ás autoridades a que estão directamente subordinados, e por estas encaminhada, si for o caso, ao orgão a que caiba examinal-a em primeira instancia.

Paragrapho unico. As autoridades a que se refere este artigo são os commandantes de Regiões, directores de Serviços, chefes do Departamento de Administração Geral do Exercito, presidente da Commissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, chefe do Departamento Technico do Material de Guerra e ~~Ministro da Guerra~~.

Art. 99. As unidades administrativas e outros encarregados de gerir fundos prestarão contas com os documentos de receita e despesa de effeito definitivo, que serão apresentados, pelas unidades administrativas, até o dia 15 de cada mez.

Paragrapho unico. Os encarregados de, eventualmente, gerir fundos prestarão contas a quem de direito dentro do prazo determinado em lei ou disposições especiaes.

Art. 100. As chefias de Fundos Regionaes prestarão contas com os documentos de receita e despesa de effeito definitivo ou provisorio, até o dia 20 de cada mez.

Art. 101. A Directoria de Fundos do Exercito prestará contas periodicamente á Commissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, de conformidade com as exigencias desta, e no fim de cada exercicio ao Tribunal de Contas, por intermedio da mesma commissão.

## CAPITULO VIII

### DO EXAME DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 102. O exame das prestações de contas das unidades administrativas e de responsaveis por gestão de fundos será feito em primeira instancia pelas chefias de Fundos Regionaes, cumprindo-lhes promover, junto aos commandantes de Regiões, a tomada de contas dos responsaveis, sempre que verificar irregularidades na gestão, em face das comprobções examinadas.

Art. 103. A Directoria de Fundos do Exercito examinará em segunda instancia as prestações de contas das unidades administrativas e de outros responsaveis, archivando as consideradas exactas e legais, e enviará á Commissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, as que devam ser examinadas em ultima instancia por esse orgão ou pelo Tribunal de Contas.

Paragrapho unico. As prestações de contas das chefias de Fundos Regionaes serão examinadas em primeira instancia pela Directoria de Fundos do Exercito, que archivará todos os processos considerados exactos e legais e que sejam da sua competencia examinar em unica instancia, enviando á Commissão de Orçamento e Fiscalização Financeira as que devam ser examinadas pelos orgãos superiores de fiscalização.

Art. 104. O exame das prestações de contas nas respectivas Secções consiste em verificar:

#### 1.º Quanto á receita:

- a) si o documento, considerado arithmeticamente, está certo;
- b) si foi ou não arrecadada em tempo devido;
- c) si o responsavel recolheu na época devida as importancias arrecadadas ou prestou contas a quem de direito.

#### 2.º Quanto á despesa:

- a) si considerada arithmeticamente está certa;

- b) si o empenho foi feito na época opportuna;
- c) si o ordenador da despesa tinha competencia para tal;
- d) se a despesa está comprehendida na verba ou quantitativo por conta do qual correu;
- e) se está revestida de todos os elementos indispensaveis, taes como certificados de recebimento do material ou prestação de serviço, bem como das funções exercidas, quando se tratar de folhas de vencimentos, assim como do respectivo recibo e autenticação do pagamento, por quem de direito;

f) se foi ou não preparada no devido tempo e se, neste ultimo caso, houve motivo que justifique a falta de pontualidade do responsavel.

Art. 105. De posse dos documentos referidos nos artigos 85 e 106, a 3ª Secção archivará as segundas vias dos balanços mensaes da Chefia de Fundos Regionaes e iniciará a respectiva prestação de contas.

Paragrapho unico. A' vista dos mesmos documentos, a 3ª Secção abrirá os contas correntes em terceiros responsaveis, taes como os que houverem recebido adiantamentos e aos Conselhos Administrativos das unidades administrativas, os quaes ficam sujeitos a prestação de contas ou encontro de contas, pela applicação dos respectivos fundos.

Art. 106. O consumo de artigos empregados na conservação de outros bens será, em regra, justificado com annexos demonstrativos de quantidade e valor desses bens, além de outras considerações que justifiquem o gasto e a opportunidade da despesa.

Art. 107. Feitos os devidos lançamentos e ultimadas as diligencias imprescindiveis, o encarregado do exame da prestação de contas annexará ao processo um relatorio, no qual ressaltará todas as circumstancias sobre a applicação dos fundos, e as providencias tomadas sobre a verificação do emprego do material adquirido, dos trabalhos prestados ou obras executadas.

§ 1.º Em processo a parte, deverá apresentar, conjuntamente com o relatorio final, todos os elementos constantes da prestação de contas, que modificarem o patrimonio do Ministerio da Guerra, os quaes serão encaminhados ás respectivas directorias.

§ 2.º Os balanços mensaes das Chefias de Fundos Regionaes, após a prestação de contas, voltarão á 2ª Secção, para os fins de que trata o art. 86.

§ 3.º As prestações de contas de terceiros responsaveis serão encaminhadas ao gabinete, para os effeitos do artigo referido no paragrapho anterior.

Art. 108. Aos responsaveis serão fornecidos livros, impressos, mappaes, relações, papolefas, fichas, conta-correntes, etc., que se tornarem necessarias á uniformidade e clareza das prestações de contas.

Art. 109. Tendo o exame das prestações de contas, por principal objectivo, apurar o judicioso emprego dos fundos, na satisfação das necessidades da tropa e dos serviços, a inobservancia de preceitos meramente formalisticos, não deverá, em regra, obstar o curso normal dos respectivos processos.

Paragrapho unico. Da taes inobservancias se farão anotações nos processos, bem como das providencias tomadas no sentido de sanal-as ou evitar a sua reproducção.

Art. 110. Aos responsaveis é facultado prestar qualquer esclarecimento por escripto, depois de estar sendo processada a prestação de contas, bem como completar qualquer formalidade que não implique em ferir os elementos já autenticados nos documentos que estão sendo julgados.

Paragrapho unico. O processo de prestação de contas não sahirá do poder do encarregado de proceder ao exame, sendo quaesquer esclarecimentos, solicitados por officio, salvo ordem em contrario; e neste caso, a ordem será registrada convenientemente, afim de salvaguardar a responsabilidade do encarregado de julgar da exactidão do processo.

Art. 111. Instrucções especiaes, organizadas pela Directoria de Fundos do Exercito, de accôrdo com o art. 185 e approvadas pelo ministro da Guerra, padronização os quesitos dos relatorios que devam ser apresentados pelos responsaveis e pelos encarregados do exame da prestação de contas, bem como os demais preceitos a serem observados.

## CAPITULO IX

### DA TOMADA DE CONTAS

Art. 112. Comprehende-se por tomada de contas o acto da autoridade competente que tem por fim apurar a responsabilidade dos agentes encarregados de gerir bens pertencentes á Fazenda Nacional.

Art. 113. A tomada de contas tem lugar:

- a) quando, no exame da prestação de contas dos responsaveis por gestões de fundos, verificar-se irregularidade que implique em prejuizo para o serviço ou Fazenda Nacional;
- b) quando o agente encarregado de gerir fundos, deixar de prestar contas, decorridos *sessenta* dias, após a terminação do prazo estabelecido em lei ou disposição especial;
- c) quando o responsavel deixar a cargo ou função a que é obrigado a prestação de contas, desde que não a tenha feito.

Art. 114. A tomada de contas será, em principio, promovida pelo órgão a que couber o exame, em primeira instancia, da prestação de contas dos responsaveis e que terá a escripturação synthetica de todos os valores geridos pelos mesmos.

Art. 115. O acto inicial da tomada de contas consiste na communicação, em officio, á autoridade a que estão directamente subordinados os responsaveis.

Art. 116. Feita a communicação, os responsaveis deverão, dentro de trinta dias, contados do em que a receberem ou della tiverem conhecimento, apresentar os documentos comprobatorios do emprego dos fundos geridos.

Art. 117. Si decorrido o prazo acima, os responsaveis não derem cumprimento ao determinado no art. 116, proceder-se-á a inquerito policial militar, afim de apurar a situação dos responsaveis pela gestão dos fundos.

Paragrapho unico. O inquerito será mandado instaurar pelas autoridades referidas no art. 98.

Art. 118. As responsabilidades apuradas na tomada de contas ou no inquerito para isto instaurado serão examinadas em face da legislação em vigor e os agentes passíveis das penas previstas nos regulamentos disciplinares e Código Penal Militar.

## CAPITULO X

### DO ENCONTRO DE CONTAS

Art. 119. Encontro de contas é o exame em conjunto dos pagamentos effectuados pelas varias unidades administrativas serão feitos pela comprovação dos documentos de as remessas em saques de numerario, segundo a classificação orçamentaria.

Art. 120. Os encontros de contas das unidades administrativas serão feitos pela comprovação dos documentos de receita e despesa, encaminhados ás Chefias de Fundos Regionaes em confronto com os supprimentos effectuados pelas referidas chefias.

Art. 121. As unidades administrativas procederão de accordo com o estipulado no art. 99; e, de posse dos elementos, as Chefias de Fundos Regionaes confrontar-as-ão com as conta-correntes referidas no art. 99.

Paragrapho unico. Após o exame, as Chefias de Fundos Regionaes remetterão á Directoria de Fundos do Exercito os balancetes mensaes das unidades administrativas, acompanhados de um pequeno relatorio.

Art. 122. De accôrdo com o art. 100 as Chefias de Fundos Regionaes remetterão á Directoria de Fundos do Exercito um mappa demonstrativo, que encerre todas as importancias recebidas pelas unidades administrativas, quer de pessoal, quer de material, relativas ao mez anterior, declarando, outrosim, si foram remettidos todos os balancetes exigidos.

Art. 123. Os encontros de contas de vencimentos, vantagens pecuniarias ou despesas individuaes, pagas pela unidades administrativas, mediante folhas, serão effectuados da seguinte fórma:

a) as unidades administrativas encerrarão as contas-correntes individuaes, a que se refere o paragrapho unico do art. 173 e organizarão relações nominaes, distinctas para officaes, sub-tenentes, sargentos, demais praças, funcionarios civis e operarios, mencionando os totaes mensaes e annuaes pagos a cada serventuario, especificados pelas rubricas orçamentarias;

b) das relações acima referidas deverão constar as alterações de maior vulto, como inclusões, exclusões, promoções, etc. e, segundo o disposto no art. 98, serão encaminhadas ás Chefias de Fundos Regionaes até 15 dias depois do termino do exercicio financeiro;



c) essas relações servirão para o exame analytic do pagamentos feitos pelas Chefias de Fundos Regionaes e, nas inspecções, para confronto com as fichas individuaes archivadas nas unidades administrativas;

d) as Chefias de Fundos Regionaes encerrarão lamhem, annualmente, as contas-correntes das unidades administrativas a que se refere o paragrapho unico do art. 171 e confrontarão a somma destas com a dos totaes consignados nas relações referidas no item a, as quaes deverão conferir rigorosamente;

e) qualquer divergencia entre as referidas sommas será averiguada em confronto com as folhas nominaes, pagas mensalmente;

f) as Chefias de Fundos Regionaes utilizar-se-ão dos mappas de effectivo da tropa e de quaesquer outros dados que possam interessar a fiscalização;

g) as Chefias de Fundos Regionaes deverão apresentar á Directoria de Fundos do Exercito, após a terminação do exercicio, relações nominaes dos officiaes em exercicio na Região, consignando as importancias annuaes pagas a cada um, discriminadamente, consoante as especies dos pagamentos. O total das importancias de cada relação deverá conferir rigorosamente com o total annual das verbas consignadas nos balanços das Chefias de Fundos Regionaes.

## CAPITULO XI

### DAS INSPECÇÕES

Art. 124. Comprehende-se por inspecção, a fiscalização directa dos actos administrativos praticados pelos encarregados de gerir fundos.

Art. 125. A inspecção consiste no exame "in-loco" de tudo o que diz respeito ao funcionamento dos serviços em geral, bem como ao emprego dos fundos.

Art. 126. As inspecções serão determinadas pelo:

- a) Ministro da Guerra;
- b) Chefe da Administração Geral do Exercito;
- c) Commandante da Região;
- d) Director do Serviço de Fundos do Exercito;
- e) Presidente da Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, por delegação do Ministro.

Paragrapho unico. As inspecções determinadas pelas autoridades das letras a, b, e, poderão ser em qualquer sector ou escalão; as determinadas pelas autoridades das letras c, d, abrangerão apenas os órgãos que lhes estão directamente subordinados.

## CAPITULO XII

### DOS ENCARREGADOS DE INSPECÇÃO

Art. 127. Os encarregados de inspecção são agentes designados pelas autoridades acima referidas que, no exer-

cício de funções fiscalizadoras, têm competência para tudo ver e tudo examinar; informando-se, detalhadamente, do funcionamento dos serviços administrativos attinentes aos fundos em geral.

Paragrapho unico. Cumpre aos Presidentes dos Conselhos Administrativos e outras autoridades auxiliar a acção dos encarregados de inspecção, fornecendo-lhes todos os elementos que facilitem a sua missão.

Art. 128. Aos encarregados de inspecção, como delegados da autoridade nomeante, em nome de quem falam, cumpre verificar se:

1) as unidades sujeitas a sua acção fiscal estão providas dos fundos que lhes são attribuidos nas tabellas de distribuição;

2) os fundos são empregados, vizando o interesse do serviço e da Fazenda Nacional;

3) são observados com resultado os regulamentos, ordens e instrucções na execução dos serviços;

4) o pessoal encarregado das funções technicas e administrativas tem sufficiente capacidade para o desempenho cabal das funções que lhe estão affectas;

5) o espirito de economia é observado, sem prejuizo do serviço ou da Fazenda Nacional;

6) a escripturação está sendo executada de conformidade com as instrucções e modelos em vigor;

7) os registos são feitos com clareza e precisão, em ordem chronologica e se estão em dia;

8) pelo exame da escripturação dos fundos existem dividas activas ou passivas e as causas que as motivaram;

9) os erros ou omissões constatados foram oriundos de descuidos ou má fé, indicando as providencias a serem tomadas afim de sanal-as, sem prejuizo das disposições legais;

10) os documentos de receita e despesa, e tudo o que se referir ao movimento ou emprego de fundos, merecem fé.

Art. 129. Os encarregados de inspecção agirão de fôrma a não prejudicar a marcha normal dos serviços da unidade ou estabelecimento.

Paragrapho unico. Sempre que alguma irregularidade grave fôr constatada poderão prevenir de modo a não prejudicar a acção de justiça; devendo, se fôr o caso, comunicar immediatamente á autoridade delegante e solicitando as providencias, quando não estejam sufficientemente autorizadas.

Art. 130. De todos os exames e verificações farão anotações succintas, em relatório proprio, de fôrma a bem informar a quem de direito.

Paragrapho unico. O parecer dado em face das inspecções só poderá ser conhecida pelos commandantes ou chefes das unidades administrativas inspecionadas, por intermedio da autoridade delegante.

E' prohibido o encarregado de inspecção dar a conhecer o seu juizo sobre a situação da administração, antes da autoridade delegante ter se manifestado.

## CAPITULO XIII

## DAS RESPONSABILIDADES EM GERAL

*Dos gestores e outros responsaveis*

Art. 131. Comprehende-se por gestor de fundos toda aquelle que determinar ou effectuar despesas ou pagamentos á conta dos cofres do Estado.

Art. 132. Os gestores terão acção directa ou indirecta na administração dos fundos. Diz-se que a gestão é directa, quando o responsavel tem a seu cargo a guarda dos proprios fundos que lhe são confiados em virtude das funcções que lhe são inherentes, e que a gestão é indirecta quando a acção do responsavel se faz sentir sobre fundos que não estão directamente sob sua guarda.

Art. 133. Os gestores que tenham acção directa ou indirecta serão sempre responsabilizados pelos actos que praticarem em virtude de ordens de pagamento ou empenho de despesas realizadas, que contrariem os dispositivos legais ou acarretem prejuizos ou damnos á Fazenda Nacional.

Art. 134. Todo o responsavel no exercicio de funcções de administração de fundos que não se desobrigar convenientemente das incumbencias que lhe estão affectas, concorrendo em prejuizo do serviço ou da Fazenda Nacional, será destituido do cargo ou funcção, por incapaz.

Art. 135. Todo o responsavel pela execução de ordens que impliquem em prejuizo para a Fazenda Nacional ou contrariem os dispositivos legais deve, incontinenti, ponderar por escripto affirm de exonerar-se da responsabilidade pecuniaria ou penal, resultante da pratica de seu acto.

§ 1.º Se, apesar da ponderação, a autoridade persistir na ordem, o executor communicará, pelos canais competentes, á autoridade superior o cumprimento da ordem, executada em desacordo com os dispositivos legais.

§ 2.º A communicação referida no paragrapho anterior deverá ser feita dentro de 8 dias após a execução da ordem, sendo responsabilizado o executor juntamente com quem determinou a ordem, se decorrido o prazo não tiver feito a communicação.

Art. 136. Serão responsabilizados, collectivamente, os membros do Conselho Administrativo ou de comissões encarregadas de gerir fundos, pelos actos irregulares que praticarem de commum accordo e que acarretem damnos ou prejuizos á Fazenda Nacional, e bem assim, pela existencia de caixas não previstas em leis ou regulamentos.

Art. 137. Serão destituídos das funcções e sujeitos ás penas disciplinares ou penaes, todo commandante, Director, Chefe, Presidente de Conselho Administrativo, Fiscal Administrativo e outros responsaveis pela direcção administrativa de fundos, que ordenarem pagamentos ou despesas sem numerario ou credito á conta dos quaes deverão correr.

Parapho unico. Aos responsaveis cabe a acção de defesa, sendo-lhes fornecidos, de conformidade com o caso, as certidões e outros documentos que necessitarem para a defesa.

Art. 138. A falsidade de documentos e actos administrativos simulados, praticados por gestores ou outros responsaveis por fundos do Estado, serão punidos, de accordo com o que dispõe o Código Penal Militar.

Art. 139. Os gestores de fundos que subscreverem folhas de pagamentos são responsaveis:

- a) pela authenticidade dos nomes e respectivos postos, graduações, cargos e funcções, constantes das referidas folhas;
- b) pela omissão e authenticidade das alterações ou observações;
- c) pela exactidão dos calculos.

Art. 140. O Fiscal Administrativo, ou autoridade incumbida de appor o "confere" nas folhas de pagamento, é responsavel, solidariamente com os agentes que as subscreverem:

- a) pela exactidão de todas as sommas das folhas;
- b) pelas importancias sacadas em desaccordo com as alterações constantes das observações;
- c) pela exactidão das recapitulações em si e em confronto com os totaes das folhas ou relações originaes, que ficam archivadas na unidade administrativa;
- d) pela authenticidade dos nomes e respectivos postos, graduações, cargos e funcções constantes das referidas folhas, quando o pagamento ao pessoal fôr effectuado directamente pelo thesoureiro ou agente encarregado de receber fundos nas repartições pagadoras.

Art. 141. Os encarregados do exame dos documentos de receita e despesa na Directoria de Fundos do Exército e nas Chefias de Fundos Regionaes serão responsaveis:

- a) pelo aspecto legal da receita ou despesa;
- b) pelos pagamentos effectuados sem credito proprio;
- c) pelas formalidades processuaes;
- d) pelos pagamentos feitos com excessos sobre o maximo das importancias attribuidas em lei;
- e) pela exactidão das recapitulação, em si e em confronto com os totaes das folhas ou relações nominaes que as acompanhem;
- f) pela exactidão de outros elementos que constituem os documentos de receita ou despesa.

Parapho unico. O Thesoureiro é o unico responsavel pelos pagamentos que effectuar a mais, bem como pelas despesas que pagar ou receita que arrecadar sem que sejam determinadas por quem de direito, no proprio documento que deverá produzir o effeito.

Art. 142. Como regra geral, todos os damnos ou extravios de material do Estado, ou pagamentos indevidos deverão ser resarcidos.

§ 1.º No caso de pagamentos indevidos, aquelles que os receberem ficam obrigados á restituição immediata, e, na impossibilidade de tal fazer, soffrerão carga para desconto, pela decima parte do soldo.

§ 2.º Os prejuizos consequentes a erro funcional serão resarcidos directamente pelos responsaveis, segundo a fórma acima, quando não seja possível a restituição immediata, podendo estes ter acção regressiva contra aquelles que tiverem proventos do erro.

§ 3.º Por dolo respondem unicamente os que o houverem praticado, embora outrem, occasionalmente, seja beneficiado.

## TITULO V

### Disposições diversas

#### CAPITULO I

##### DO EMPENHO DA DESPESA

Art. 143. Sem prévio empenho nenhuma despesa será realizada, salvo a referente a pessoal, fixada no orçamento do Ministerio da Guerra.

Art. 144. A despesa de pessoal será empenhada pelos duodecimos dos creditos organimentarios e o seu pagamento independente de empenho prévio.

Art. 145. Qualquer aquisição de material que não resulte de concorrência e contracto só póde ser realizada após a necessaria especulação de preços.

Art. 146. A escripturação do empenho da despesa será feita em livros especiaes, tanto nas unidades administrativas como nas Chefias de Fundos Regionaes, sendo centralizado na Directoria de Fundos do Exercito que tem a seu cargo a superintendencia deste serviço.

#### CAPITULO II

##### DOS DEPOSITOS E CONSIGNAÇÕES

Art. 147. As importancias dos descontos que não constituem rendas das unidades que os effectuarem serão entregues pelas mesmas aos interessados.

Art. 148. As consignações, sob o titulo de "Deposito", serão pagas directamente pela Chefia de Fundos Regionaes aos respectivos consignatarios.

§ 1.º Para esse fim, as unidades administrativas mencionarão, syntheticamente, nas respectivas folhas de vencimentos, as importancias consignadas a favor de terceiros, e juntarão ás mesmas, tantas relações nominaes com as respectivas importancias, quantos forem os consignatarios.

§ 2.º As relações nominaes enviadas, em duas vias, pelas unidades administrativas, serão conferidas nas Chefias de Fundos Regionaes, pelo total das consignações constantes da folha.

§ 3.º Depois de conferidas, serão as relações catalogadas, segundo os varios consignatarios e as unidades administrativas.

Art. 149. Os pagamentos das consignações deverão ser effectuados na sede da Chefia de Fundos Regionaes ás pessoas legalmente habilitadas, as quaes passarão recibo nas 1.ª e 2.ª vias, que constituirão autheuticos documentos de despesa.

§ 1.º Uma das vias seguirá o curso normal, na compra-vação da despesa, e a outra ficará archivada nas Chefias de Fundos Regionaes, obedecendo á ordem de consignatarios e unidades administrativas.

§ 2.º Deverá haver nas Chefias de Fundos Regionaes escripturação regular para esse serviço, em contas-correntes proprias, nas quaes abrir-se-ão titulos, individualmente, aos diversos consignatarios, que serão creditados, pelos descontos feitos pelas unidades administrativas e debitados pelas importancias que lhe forem pagas.

§ 3.º Os consignatarios não poderão receber quaesquer importancias desde que não estejam nas Chefias de Fundos Regionaes as respectivas relações nominaes enviadas pelas unidades administrativas, incorrendo em responsabilidade, quem realizar taes pagamentos.

Art. 150. As consignações para alimento de familia e a titulo de alugueis de casa, cujos pagamentos deverão ser realizados em Estados differentes, serão escripturados como movimento de fundos, entre as varias Chefias de Fundos Regionaes.

§ 1.º A Chefia de Fundos Regionaes que proceder ao desconto extrahirá uma carta de credito, em tres vias, as quaes terão os seguintes destinos:

a) a 1.ª via será remettida á Chefia de Fundos Regionaes que tiver de effectuar o pagamento;

b) a 2.ª via será remettida á Directoria de Fundos do Exercito para satisfação do § 3º deste artigo.

c) a 3.ª via ficará no archivo da Chefia que effectuou o pagamento, no proprio talão, como comprovante.

§ 2.º A cada carta de credito expedida será junta uma relação declarando os nomes dos consignantes e consignatarios, mez a que se refere o desconto, importancia do mesmo e demais esclarecimentos julgados necessarios, cujo total deverá corresponder ao total da carta de credito respectiva.

§ 3.º A Directoria de Fundos do Exercito, de posse das communicações feitas — descontos e pagamentos, fará a necessaria compensação, por movimento de fundos.

§ 4.º O atraso nas remessas das cartas de credito, relativas a consignações para alimento de familia e aluguel de casa, será reclamado pela Chefia de Fundos Regionaes que houver de effectuar o pagamento, mas, não o interrompe durante tres mezes.

§ 5.º As Chefias de Fundos Regionaes que effectuarem os pagamentos de que trata este artigo communicarão immediatamente ás Chefias de Fundos Regionaes por conta de quem foram effectuados.

## CAPITULO III

## DOS RESTOS A PAGAR

Art. 151. Compreende-se como "Restos a pagar" as despesas empenhadas legalmente, pessoal e material, dentro dos recursos, e que foram liquidadas e não pagas no proprio exercicio.

Art. 152. Encerrado o exercicio, e apurados os restos a pagar de pessoal e as despesas empenhadas de material, ainda não pagos, serão escripturados em receita, como "Deposito", e as importancias respectivas recolhidas, em conta especial, ao Banco do Brasil, para serem entregues, ulteriormente a quem de direito.

Art. 153. Os restos a pagar que não forem reclamados, por quem de direito, dentro do prazo de cinco annos, prescreverão a favor do Estado.

Paragrapho unico. As importancias prescriptas de conformidade com este artigo terão baixa da conta de "Deposito" e serão transferidas para a de "Economias Administrativas".

## CAPITULO IV

## DAS ECONOMIAS ADMINISTRATIVAS

Art. 154. Economias Administrativas são os saldos resultantes entre as dotações orçamentarias e as despesas empenhadas á conta dessas dotações, no fim do exercicio ou gestão.

Art. 155. Os saldos dos creditos orçamentarios ou supplementares, distribuidos á Directoria de Fundos do Exercicio e ás Chefias de Fundos Regionaes, quer se refiram a pessoal ou material, serão no ultimo dia do exercicio, transferidos para o titulo Economias Administrativas, mediante portaria do Director ou Chefes, a qual discriminará as verbas, consignações e sub-consignações.

Art. 156. Todos os saldos passados para o titulo Economias Administrativas deverão ficar no exercicio seguinte ao de que provieram, á disposição da Commissão Geral de Economia da Guerra que providenciará para o seu recebimento, tanto na Capital Federal, como nos Estados.

## CAPITULO V

## DOS RECURSOS

Art. 157. Aos commandantes de unidades, sub-unidades, Directores, Chefes de repartições, etc. assiste o dever de pugnar pela realização dos pagamentos que julgarem competir a seus subordinados

Paragrapho unico. Negado o pagamento de qualquer vantagem a que julguem os seus subordinados com direito, sem que se conformem com as respectivas razões, caber-lhes o dever de recorrer *ex-officio*.

Art. 158. Os serventuários que se julgarem com direito a qualquer vantagem poderão requerel-a, por via hierarchica,

desde que não tenha havido o processo *ex-officio*, ou esta tenha tido solução negativa, indo até ao Departamento de Administração do Exército em gráu de recurso.

Art. 159. Os recursos relativos á impugnação ou falta de pagamentos serão submittidos preliminarmente ao Comandante da Região, por intermedio da Chefia de Fundos Regionaes para resolver conforme a impugnação ou determinar o pagamento.

Paragrapho unico. Em seguida á decisão do Comandante da Região, o processo retornará á Chefia de Fundos Regionaes para cumprimento do despacho de pagamento, si fôr o caso e renessa, por seu intermedio, á Directoria de Fundos do Exército.

Art. 160. A Directoria de Fundos do Exército, órgão essencialmente technico, não dará ordens nem despachos que autorizem pagamentos, e nessas condições, apenas emitirá pareceres acerca dos recursos impetrados, que, em principio, deverão chegar ao seu conhecimento.

§ 1.º Si a Directoria de Fundos do Exército estiver de accordo com a impugnação, quer o pagamento já tenha sido effectuado ou não, encaminhará o processo ao Departamento de Administração do Exército para julgamento e procedimento consequente.

§ 2.º Ao contrario, se a Directoria de Fundos do Exército concordar com a decisão de pagamento emitida pelo Comandante da Região, o processo voltará devidamente instruido á Chefia de Fundos Regionaes e serão publicados os fundamentos da solução final, deferindo o recurso em causa.

## TITULO VI

### Da escripturação em geral

#### CAPITULO I

##### NORMAS GERAES

Art. 161. A escripturação do Serviço de Fundos do Exército comprehende:

I) Quanto ao methodo:

- analytico;
- synthetico.

II) Quanto ao movimento:

- de gestão;
- de fiscalização.

Art. 162. A escripturação de gestão será feita:

- na Directoria de Fundos do Exército;
- nas Chefias de Fundos Regionaes;
- nas unidades administrativas e pelos encarregados de gerir fundos.



Art. 163. A escripturação de fiscalização será feita:

—nas Chefias de Fundos Regionaes em relação ás unidades administrativas e encarregadas de gerir fundos;

—na Directoria de Fundos do Exercito, em relação ás Chefias de Fundos Regionaes.

## CAPITULO II

### NA DIRECTORIA DE FUNDOS DO EXERCITO

Art. 164. A Directoria de Fundos do Exercito manterá a escripturação de gestão pelo methodo analytic, de todos os recursos provenientes do Thesouro Nacional e distribuidos ás Chefias de Fundos Regionaes, e, escripturação e fiscalização, pelo methodo synthetico, de todos os fundos geridos pelo respectivo Serviço a cargo do Ministerio da Guerra, em todos os sectores e escalões.

Art. 165. A escripturação de gestão da Directoria, pelo methodo analytic, comprehende os registos detalhados de todos os recursos provenientes do Thesouro Nacional e distribuidos pela Directoria ás Chefias de Fundos Regionaes.

Art. 166. A escripturação de fiscalização comprehende os registos syntheticos de todos os fundos geridos pelo Serviço, em todos os sectores e escalões do Ministerio da Guerra.

Art. 167. A escripturação da Directoria de Fundos do Exercito tem por fim:

1) indicar analyticamente todos os recursos providos do Thesouro Nacional e o seu emprego pelas Chefias de Fundos Regionaes;

2) indicar syntheticamente o movimento de todos os dinheiros recebidos de differentes origens, pelo respectivo serviço;

3) indicar syntheticamente a situação financeira do Ministerio da Guerra, a qualquer momento, demonstrando o movimento de cada verba e dos differentes titulos de cada conta;

4) indicar a situação de cada responsavel pelos dinheiros a seu cargo;

5) permittir o levantamento do balanço financeiro e do activo e passivo do Ministerio da Guerra.

## CAPITULO III

### NAS CHEFIAS DE FUNDOS DO EXERCITO

Art. 168. As Chefias de Fundos Regionaes manterão escripturação de gestão pelo methodo synthetico:

1) de todos os supprimentos recebidos da Directoria de Fundos do Exercito;

- 2) das rendas arrecadadas;
- 3) dos pagamentos effectuados;
- 4) dos suppressmentos feitos ás diferentes unidades administrativas e outros encarregados de gerir fundos no Ministerio da Guerra.

Art. 169. As Chefias de Fundos Regionaes manterão escripturação de fiscalização, pelo methodo synthetico, de todos os dinheiros geridos pelas unidades administrativas e outros encarregados de gerir fundos.

Art. 170. A escripturação das Chefias de Fundos Regionaes tem por fim indicar:

- 1) todos os recursos recebidos da Directoria de Fundos do Exercito, as rendas arrecadadas e os dinheiros recebidos de terceiros a qualquer titulo;

- 2) os pagamentos effectuados ás unidades administrativas e os suppressmentos feitos ás mesmas e a outros encarregados de gerir fundos;

- 3) o emprego dos dinheiros recebidos das Chefias e arrecadados pelas unidades administrativas e outros gestores de fundos;

- 4) a situação financeira da Chefia a qualquer momento, em relação a cada verba e aos diferentes titulos;

- 5) permittir o levantamento do balanço financeiro e do activo e passivo das Chefias, em relação aos valores a cargo das mesmas, das unidades administrativas e de outros agentes responsaveis por bens do Estado.

Art. 171. Evitar-se-á, tanto quanto possivel, repetir nas Chefias de Fundos Regionaes a escripturação das unidades administrativas.

Paragrapho unico. As Chefias de Fundos Regionaes manterão contas-correntes syntheticas, relativas a cada unidade administrativa ou responsavel, distinguindo os lançamentos pelas verbas, consignações e sub-consignações.

## CAPITULO IV

### NAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS

Art. 172. As unidades administrativas manterão escripturação, pelo methodo analytic, de todos os recursos recebidos das Chefias de Fundos Regionaes e de outras origens, referentes a rendas arrecadadas, cauções e outros motivos.

Art. 173. A escripturação das unidades administrativas tem por fim:

- 1) indicar todos os recursos recebidos das Chefias de Fundos Regionaes, bem como de outras origens;

- 2) indicar todos os pagamentos feitos pela unidade, em relação a pessoal e material;

- 3) indicar a situação financeira da unidade, a qualquer momento;

- 4) permittir o levantamento do balanço financeiro e do activo e passivo da unidade.

Paragrapho unico. As unidades administrativas estabelecerão contas correntes individuaes.

## TITULO VII

## Das disposições transitorias

Art. 174. Os officiaes honorarios e graduados do extinto quadro da Directoria Geral de Contabilidade da Guerra, com exercicio nos órgãos especificados neste regulamento gozam dos direitos, regalias e vantagens que actualmente possuem, ou venham a ter pelo accesso que lhes cabe, no seu quadro de origem e são assemelhados, no exercicio das suas funções, aos officiaes da Reserva do Exercito, convocados para o serviço activo.

§ 1.º Haverá um curso de Adaptação, especialmente instituido na Escola de Intendencia, para os funcionarios que satisfaçam as seguintes condições:

a) tenham capacidade physica comprovada em inspecção de saude, para o exercicio de suas funções;

b) estejam habilitados ou se habilitem com o concurso de segunda entrancia;

c) não tenham em seus assentamentos qualquer nota desabonadora;

d) não contem mais de 58 annos de idade.

§ 2.º Os funcionarios approvados no curso de Adaptação passarão a ter os vencimentos dos postos correspondentes ás honras e gradações que possuem, ou venham a possuir em virtude de accesso, e concorrerão ao respectivo montepio.

§ 3.º As promoções por merecimento serão regidas pelas disposições do ultimo regulamento da extincta Directoria Geral de Contabilidade da Guerra, passando a ser requisito essencial a approvação no curso de Adaptação, desde que haja funcionarios com esse curso.

Art. 175. Os maiores honorarios que não satisfizerem as condições do art. 174 não poderão exercer as funções de chefe de Secção.

Art. 176. Os funcionarios com funções privativas na pagadoria da extincta Directoria Geral de Contabilidade da Guerra serão integrados no computo dos demais, com as respectivas honras e gradações, occupando os lugares correspondentes á sua antiguidade e concorrendo ás vagas subsequentes.

Paragrapho unico. Antes de qualquer promoção ou melhoria de situação os actuaes pagadores e fieis continuarão no desempenho das respectivas funções, nos órgãos que forem designados, sem prejuizo das vantagens que ora lhes são attribuidas.

Art. 177. Aos funcionarios com a gradação de 2º tenente, que satisfaçam a condição de robustez exigida aos officiaes do Exercito e não tenham nota desabonadora, nem idade superior a 35 annos e apresentem o certificado do curso secundario completo, será permittido que se matriculem no Curso de Formação de Officiaes de Administração do Exercito e, consequentemente, ingressem no respectivo quadro.

Art. 178. O preenchimento de condições para effeito de vantagens de que tratam os artigos anteriores sómente se poderá verificar até o anno de 1936, inclusive.

Art. 179. As matriculas, tanto para o curso de adaptação como para o de formação, serão feitas mediante requerimento, depois de provada a existencia das demais condições.

Paragrapho unico. Em hypothese alguma deverão ser matriculados num periodo do curso de adaptação officiaes honorarios em numero superior á metade dos existentes, devendo haver repartição dos mesmos em periodos distinctos si os candidatos excederem a esse numero, prevalecendo no caso a ordem decrescente de categoria e nesta a de antiguidade.

Art. 180. Os funcionarios da Directoria Geral de Contabilidade da Guerra, desprovidos de graduação militar, continuarão no desempenho das funcções que lhes cabem actualmente; terão exercicio em qualquer órgão de Serviço de Fundos do Exercito localizado na Capital Federal e os seus logares serão extinctos a medida que forem vagando.

Art. 181. Aos funcionarios aproveitados no Serviço de Fundos e na Commissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, bem como aos de que trata o art. 177, fica assegurado o tempo de serviço como funcionario.

Art. 182. Enquanto os quadros de intendentes de Guerra e de officiaes de Administração do Exercito não forem revistos, segundo o disposto no paragrapho unico do art. 73 do decreto n. 24.287, de 24 de maio de 1934, serão permittidas accumulações de cargos tanto de direcção como de execução, garantindo desse modo o funcionamento integral dos órgãos creados.

Art. 183. A Directoria de Fundos do Exercito terá todos os seus claros preenchidos desde já, e della farão parte tanto officiaes effectivos como funcionarios da extincta Directoria Geral de Contabilidade da Guerra.

Paragrapho unico. As Chefias de Fundos Regionaes serão providas de pessoal, segundo as possibilidades dos quadros organicos do Serviço de Fundos, previstos neste regulamento.

Art. 184. Passam á responsabilidade das Chefias de Fundos Regionaes, a medida que se constituam, as attribuições que lhe são proprias, sendo feita nessa occasião a transmissão da respectiva documentação.

Art. 185. Todos os modelos e as instrucções necessarias á execução do Serviço de Fundos do Exercito serão organizadas pela respectiva Directoria dentro do prazo de 30 dias, contado da approvação do presente regulamento, e serão publicados no *Boletim do Exercito* e em folheto avulso, podendo ser alterados em qualquer época, afim de melhor attenderem ás exigencias do serviço.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1934. — P. Góes Monteiro.

---

**ANNEXO I**  
**SERVIÇO DE FUNDOS**  
**Quadro dos officiaes destinados ao Serviço de Fundos**

Orgãos	Discriminação	Postos					
		Coroneis	Tenentes-coroneis	Majores	Capitães	Primeiros-tenentes	Segundos-tenentes
D. F. E.	Director.....	1					
	Chefe de Gabinete.....	(1) 1					
	Chefes de Secção.....			3			
	Thesoureiro.....					1	
	Archivista.....					1	
	Adjunto do Gabinete.....				1		
	Adjunto das Secções.....					3	
	Auxiliares das Secções.....					6	(2) 2
C. F. R.	1º R. M.	Chefe.....	1				
		Chefes de Secção.....		2			
		Thesoureiro.....			1		
		Adjunto da Chefia.....			1		
		Adjunto das Secções.....			2		
		Auxiliares das Secções.....				2	2
		Auxiliares do Thesoureiro.....				1	1
	3ª R. M.	Chefe.....	1				
		Chefes de Secção.....		2			
		Thesoureiro.....			1		
		Adjunto da Chefia.....			1		
		Adjunto das Secções.....			2		
		Auxiliares das Secções.....				2	2
		Auxiliares do Thesoureiro.....				1	1
	2ª, 4ª, 5ª e 9ª R. M.	Chefes.....		4			
		Chefes de Secção.....			8		
		Thesoureiro.....				4	
		Adjunto das Chefias.....				4	
		Auxiliares das Secções.....					8
	6ª, 7ª e 8ª R. M.	Chefes.....			3		
		Chefe sde Secção.....				6	
		Thesoureiro.....					3
Comissão de Orçamento e Fiscalisação Financeira.....		(3) 1					
Total.....		3	6	18	23	28	16
		94					

## Observações:

- (1) De preferencia do extinto quadro da D. G. C. G.  
(2) Distribuidos de accordo com a necessidade do serviço e a criterio do director.  
(3) De extinto quadro da D. G. C. G.

## ANNEXO II

## SERVIÇO DE FUNDOS

## Quadro dos escreventes e praças

Orgãos	Discriminação	Escreventes	Sargentos-ajudantes	Primeiros sargentos	Segundos-sargentos	Terceiros sargentos	Cabos	Soldados	
D. F. R.	Gabinete.....	2	....	....	1	....	2	1	
	Secções.....	....	....	....	3	3	....	6	
	Thesouraria.....	....	....	1	....	....	....	1	
	Archivo.....	....	1	....	....	....	....	1	
C. F. R.	1ª e 3ª R. M.	Chefias.....	2	2	....	....	2	2	2
		Secções.....	4	....	4	4	....	8	
		Thesouraria	2	....	2	....	2	2	
	2ª, 4ª, 5ª e 9ª R. M.	Chefias.....	4	4	....	....	....	4	4
		Secções.....	8	....	8	4	4	....	16
		Thesouraria	4	....	4	....	....	4	4
	6ª, 7ª e 8ª R. M.	Chefias.....	....	3	....	....	....	3	6
		Secções.....	....	....	....	6	6	....	12
		Thesouraria	....	....	3	....	3	3	3
	Total.....		26	10	22	18	24	20	66

DECRETO N. 205 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1934

*Approva o regulamento do Gabinete Photocartographico do Estado-Maior do Exercito*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, no uso da attribuição que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição, e tendo em vista o disposto no decreto numero 23.976, de 8 de março de 1934, resolve approvar o Regula-

mento do Gabinete Photocartographico do Estado-Maior do Exercito, que com este baixa, assignado pelo general de divisão Pedro Aurelio de Góes Monteiro, ministro de Estado da Guerra.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Pedro Aurelio de Góes Monteiro.*

---

## **Regulamento do Gabinete Photocartographico do Estado-Maior do Exercito**

### **CAPITULO I**

#### **ORGANIZAÇÃO E FINS**

Art. 1.º O Gabinete Photocartographico depende directamente do Chefe do Estado-Maior do Exercito, sem autorização do qual nenhum trabalho poderá executar, qualquer que seja a sua procedencia e é superintendido pelo Chefe do Gabinete do Estado-Maior do Exercito.

Art. 2.º O Gabinete Photocartographico tem a seu cargo os seguintes trabalhos:

- a) desenhos destinados a gravuras e lithographias;
- b) photographias destinadas a processos photomecanicos;
- c) gravuras especialmente destinadas á impressão typographica;

d) photolithographias especialmente destinadas á impressão lithographica de cartas e outros trabalhos graphicos.

Paragrapho unico. Sem prejuizo dos serviços ordinarios, póde o Gabinete Photocartographico com prévia autorização do Chefe do Estado-Maior, para cada caso, executar trabalhos encommendados por officiaes do Exercito, uma vez que tratem de assumptos militares, mediante indemnização correspondente ao custo do material e da mão de obra, com um acrescimo de 5 % correspondente á depreciação de machinas e utensilios.

Art. 3.º O pessoal do Gabinete Photocartographico é o seguinte:

- Chefe do Gabinete Photocartographico (technico);
- Um archivista;
- Um servente.

*Secção de desenho*

Um cartographo (encarregado da secção);  
Um desenhista lithographo;  
Um desenhista de 1ª classe;  
Um desenhista de 2ª classe;  
Um aprendiz.

*Secção de photographia*

Um photographo (encarregado da secção);  
Um photographo ajudante;  
Um aprendiz de 1ª classe;  
Um aprendiz de 2ª classe.

*Secção de gravura e photolithographia*

Um photogravador (encarregado da secção);  
Um photozincographo;  
Um montador de clichés;  
Um aprendiz de 1ª classe.

*Secção de lithographia*

Um transportador lithographo (encarregado da secção);  
Um transportador lithographo ajudante;  
Dois impressores lithographos;  
Dois margeadores;  
Dois ponçadores de pedra;  
Um aprendiz de 1ª classe;  
Tres aprendizes de 2ª classe.

Art. 4.º O pessoal será nomeado por decreto do Governo, mediante proposta do Chefe do Estado-Maior do Exercito.

Art. 5.º Os vencimentos do pessoal são os consignados na tabella annexa.

## CAPITULO II

## DEVERES DO PESSOAL

Art. 6.º Compete ao chefe do Gabinete Photocartographico:

- a) zelar pelo exacto cumprimento deste regulamento;
- b) ter sob sua guarda e responsabilidade o machinismo e o material existente nas secções do Gabinete Photocartographico;
- c) providenciar para que sejam mantidos em sigillo os trabalhos de caracter reservados;
- d) apresentar, até 30 de janeiro, o relatorio dos trabalhos executados no anno anterior;



e) fazer pedido de material para a confecção dos trabalhos;

f) avaliar o custo dos trabalhos confeccionados, tomando por base os preços de aquisição do material, indicados pela Pagadoria do Estado-Maior, em uma nota que deve acompanhar os artigos fornecidos;

g) fornecer á 5ª Secção do Estado-Maior tres exemplares de todos os trabalhos cartographicos confeccionados no Gabinete Photocartographico;

h) determinar, com prévio assentimento do Chefe do Estado-Maior, a prorrogação das horas de trabalho, quando assim o exigirem as necessidades do serviço;

i) encerrar diariamente o ponto;

j) fixar, quando fôr exigido, o prazo para a entrega de qualquer trabalho, tendo o maior cuidado para que, neste caso, se observe a maxima pontualidade;

k) propôr, justificando, a admissão ou dispensa, assim como passagem de classe de qualquer dos seus subordinados.

Art. 7.º Compete aos encarregados das secções:

a) executar com a maior perfeição e brevidade todos os trabalhos determinados pelo chefe do Gabinete Photocartographico, ficando responsaveis pelos que se inutilizarem por negligencia, quando não tiverem indicado os culpados;

b) requisitar do chefe do Gabinete Photocartographico o material necessario aos trabalhos de que estejam incumbidos, sendo responsaveis pelo que se extraviar.

Art. 8.º Ao archivista compete:

a) catalogar todos os trabalhos de desenho destinados aos regulamentos;

b) fazer a escripturação do movimento dos trabalhos, registando em livros apropriados os titulos dos trabalhos, data da entrada, numero de exemplares e destino;

c) registar em livro apropriado, data de nomeação, nome, idade e residencia do pessoal.

Art. 9.º Aos demais empregados compete acatar e cumprir as ordens que lhes forem dadas pelo chefe do Gabinete Photocartographico e encarregados das respectivas secções.

Art. 10. Dentro de cada categoria de empregados, a subordinação obedece á distribuição em classes em cada classe, á antiguidade.

### CAPITULO III

#### ADMISSÃO E ACESSO

Art. 11. Nenhum empregado será admittido no quadro do pessoal, sem que prove:

a) saber ler e escrever;

b) ter a necessaria habilitação para o logar que pretende occupar;

c) possuir a caderneta de reservista;

d) não soffrer de doença contagiosa e ser vaccinado.

Paragapho unico. Nenhum aprendiz poderá ser admittido senão a titulo de ensaio, que não durará mais de dois mezes. Será dispensado se ao findar este prazo não tiver dado sufficiente garantia de bom comportamento, assiduidade e aptidão.

## CAPITULO IV

## PENAS, DESCONTOS E ABONOS

Art. 12. Todo o pessoal ao serviço do Gabinete Photocartographico fica sujeito ás seguintes penas disciplinares:

- a) admoestação;
- b) desconto da gratificação;
- c) perda dos vencimentos;
- d) suspensão até 30 dias;
- e) demissão.

§ 1.º As penas das letras *a*, *b* e *c*, do art. 12, são da alçada do chefe do Gabinete Photocartographico; as das letras *d* e *e*, competem ao chefe do Gabinete do Estado-Maior do Exercito, sendo que esta ultima se fará de accôrdo com o art. 169 da Constituição Federal.

§ 2.º Além das penas previstas no presente regulamento, todos os empregados estão sujeitos ás regras disciplinares dos regulamentos do Exercito, no que lhes fôr applicavel.

Art. 13. As faltas de comparecimento não justificadas serão descontadas integralmente.

§ 1.º As faltas por motivo de doença, que não excedam de oito dias, poderão ser abonadas, até dois terços, quando comprovadas por attestado medico.

§ 2.º As faltas provenientes de desastres ou de doenças contraidas em serviço serão abonadas integralmente mediante comprovação do medico ou da autoridade que verificar o accidente.

§ 3.º A falta de comparecimento durante trinta dias consecutivos, sem apresentação de attestado medico, importa em abandono de serviço.

Art. 14. Ao empregado do Gabinete Photocartographico que, por negligencia ou falta de cuidado, estragar ou inutilizar qualquer material das officinas, será feita carga da respectiva importancia para ser descontada de seus vencimentos.

## CAPITULO V

## DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 15. Todo o pessoal do Gabinete Photocartographico é directamente subordinado ao chefe do Gabinete Photocartographico e está sujeito ás seguintes disposições:

a) entrar e sair ás horas marcadas para começo e terminação do trabalho;

b) não sair das officinas sem prévio consentimento do chefe do Gabinete Photocartographico, mesmo quando terminado o trabalho;

c) a entrada dos empregados será ás 8,30 e sahida ás 16,30 horas, exceptuando-se aos sabhados, que será ás 12 horas. Para os desenhistas o expediente começará ás 10,30 horas;

d) dentro das horas do expediente, haverá para os empregados um intervallo de uma hora, das 11 ás 12 horas, para almoço.

Art. 16. No caso de necessidade de prorrogação de expediente, os empregados só perceberão vantagens extraordinárias, se o excesso fôr de mais de uma hora de trabalho.

Art. 17. E' terminantemente prohibido aos empregados prestar qualquer informação a pessoas estranhas á administração do Estado-Maior sobre o andamento dos trabalhos.

Art. 18. Todos os empregados são obrigados a usar blua de zuarte durante as horas de serviço, exceptuando-se os desenhistas, que usarão mandriões de brim pardo.

Art. 19. O servente entrará ás 8 horas, afim de fazer a limpeza antes que se inicie o trabalho.

## DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 20. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1934. — *P. Góes Monteiro.*

*Tabella de vencimentos a que se refere o art. 5º do Regulamento do Gabinete Photocartographico do Estado-Maior do Exercito.*

Categoria	Ordenado	Gratificação	Total
1 chefe do gabinete (technico) .....	16:000\$000	8:000\$000	24:000\$000
1 desenhista cartographo .....	12:000\$000	6:000\$000	18:000\$000
1 desenhista lithographo .....	12:000\$000	6:000\$000	18:000\$000
1 desenhista de 1ª classe	8:000\$000	4:000\$000	12:000\$000
1 desenhista de 2ª classe	6:400\$000	3:200\$000	9:600\$000
1 photographo (encarregado de secção)	8:000\$000	4:000\$000	12:000\$000
1 photographo ajudante	5:200\$000	2:600\$000	7:800\$000
1 photo-impressor .....	5:200\$000	2:600\$000	7:800\$000
1 photogravader (encarregado de secção) ..	8:000\$000	4:000\$000	12:000\$000
1 montador de clichés ..	4:800\$000	2:400\$000	7:200\$000
1 transportador lithographo (encarregado de secção) .....	8:000\$000	4:000\$000	12:000\$000
1 ponçador de zinco .....	4:800\$000	2:400\$000	7:200\$000
2 impressores lithographos .....	6:800\$000	3:400\$000	20:400\$000
2 margeadores .....	4:800\$000	2:400\$000	14:400\$000
2 ponçadores de pedra ..	6:000\$000	3:000\$000	18:000\$000
4 aprendizes de 1ª classe	2:400\$000	1:200\$000	14:400\$000
4 aprendizes de 2ª classe	1:600\$000	800\$000	9:600\$000
1 servente .....	2:240\$000	1:120\$000	3:360\$000
			<hr/> 227:760\$000 <hr/>

## DECRETO N. 206 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1934

*Approva o regulamento da Imprensa do Estado-Maior do Exercito*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da attribuição que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição, e tendo em vista o disposto no decreto n. 23.973, de 8 de março de 1934, resolve approvar o regulamento da Imprensa do Estado-Maior do Exercito, que com este baixa, assignado pelo general de divisão Pedro Aurelio de Góes Monteiro, Ministro de Estado da Guerra.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1934, 113° da Independencia e 46° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Pedro Aurelio de Góes Monteiro.*

---

**Regulamento da Imprensa do Estado-Maior do Exercito****CAPITULO I****ORGANIZAÇÃO E FINS**

Art. 1. A Imprensa do Estado-Maior do Exercito, creada sob a denominação de Imprensa Militar pelo aviso n. 81, de 10 de janeiro de 1907, e organizada pelo decreto n. 7.635, de 30 de outubro de 1909, que approvou o regulamento para os Serviços Geraes do Ministerio da Guerra, transferida do Departamento Central para o Estado-Maior do Exercito, em virtude do decreto n. 9.524, de 24 de abril de 1912, alterado pelo de n. 14.484, de 18 de novembro de 1920, e reorganizada pelo decreto n. 15.087, de 3 de novembro de 1924, tem por fim a confecção dos trabalhos graphicos determinados pelo chefe do Estado-Maior do Exercito.

Art. 2.º A Imprensa do Estado-Maior do Exercito, directamente subordinada ao chefe do Estado-Maior do Exercito, é superintendida pelo chefe do Gabinete.

Art. 3.º A Imprensa compõe-se de quatro officinas: composição, linotypia, impressão e encadernação, e tem o seguinte pessoal:

- 1 chefe da Imprensa;
- 1 chefe das officinas;
- 3 revisores;

- 2 conferentes;
- 2 paginadores;
- 4 compositores de 1ª classe;
- 13 compositores de 2ª classe;
- 1 linotypista de 1ª classe;
- 2 linotypistas de 2ª classe;
- 2 linotypistas de 3ª classe;
- 1 ajudante de mecânico para as linotypos;
- 1 encadernador de 1ª classe;
- 7 encadernadores de 2ª classe;
- 3 impressores de 1ª classe;
- 3 impressores de 2ª classe;
- 10 aprendizes de 1ª classe;
- 10 aprendizes de 2ª classe;
- 2 serventes.

Art. 4.º O pessoal será nomeado por decreto do Governo, mediante proposta do chefe do Estado-Maior do Exercito.

Art. 5.º Os vencimentos do pessoal da Imprensa do Estado-Maior do Exercito são os consignados na tabella annexa ao presente regulamento.

## CAPITULO II

### DEVERES DO PESSOAL

Art. 6.º Compete ao chefe da Imprensa:

- a) cumprir e fazer cumprir o presente regulamento;
- b) ter sob sua guarda e responsabilidade todo o machinismo e mais materiaes existentes nas officinas;
- c) corresponder-se directamente com as autoridades a que estiver subordinado;
- d) guardar e providenciar para que sejam tidos em sigillo os trabalhos de character reservado;
- e) apresentar, até 15 de janeiro de cada anno, relatório dos trabalhos confeccionados durante o anno anterior;
- f) fazer o pedido do material necessario á conservação das machinas e ao bom andamento dos serviços, bem como o de pessoal preciso para qualquer trabalho extraordinario;
- g) determinar, com assentimento do chefe do Estado-Maior, a prorrogação das horas de trabalho, quando assim exigirem as necessidades do serviço;
- h) fixar, quando for exigido e possivel, o prazo para entrega de qualquer trabalho, tendo o maximo cuidado nessa fixação, para que, a tal respeito, se observe a mais severa pontualidade;
- i) propor a admissão, promoção e demissão de todo o pessoal, justificando a proposta;
- j) informar ao chefe do Gabinete sobre a habilitação, o aproveitamento e a assiduidade do pessoal, communicando-lhe sempre, com imparcialidade, as faltas commettidas;
- k) guardar, sob sua responsabilidade, os originaes dos trabalhos que não estiverem em andamento;

- l) encerrar, diariamente, o ponto do pessoal;
- m) fazer a apuração mensal do ponto do pessoal, entregando-a ao chefe do Gabinete, com os respectivos descontos de faltas, para a confecção da folha de pagamento;
- n) fazer a escripturação do movimento dos trabalhos, registrando, em livro apropriado, os respectivos titulos, data de entrada e saída, formato, numero de exemplar e destino;
- o) registrar, em livro apropriado, os nomes, datas de nascimento e residencia de todo o pessoal empregado na Imprensa.

Art. 7.º Compete ao chefe das officinas:

- a) substituir o chefe da Imprensa em seus impedimentos e ausencias;
- b) fiscalizar todos os serviços das officinas, fazendo observar as determinações do chefe da Imprensa, trazendo na melhor ordem todas as demais dependencias, por cujo asseio é o responsavel;
- c) providenciar, de accordo com as ordens do chefe da Imprensa, para que haja em deposito tudo o que for necessario ao bom andamento dos trabalhos e conservação do material;
- d) guardar e conservar em bôa ordem todo o material existente em deposito;
- e) ter conhecimento de todo o serviço, afim de, por elle, poder responder, guardando o necessario sigillo acerca dos trabalhos que, pelo chefe da Imprensa, forem tidos como de character reservado;
- f) auxiliar directamente o chefe da Imprensa em tudo que elle julgar necessario;
- g) ter a seu cargo um livro de modelos dos trabalhos graphicos regulamentares;
- h) responder pela ordem, disciplina e applicação do pessoal, pelo bom aproveitamento e economia do material em consumo e pela conservação do material fixo existente;
- i) designar o typo e formato de qualquer obra, intervindo na escolha das letras de titulos, emblemas, vinhetas, etc.;
- j) incumbir aos empregados mais habéis e de melhor comportamento o ensino dos aprendizes;
- k) vigiar todas as officinas, sempre que possivel, para que os empregados se conservem em seus logares applicados aos trabalhos de que estiverem incumbidos, não se ausentem por largo tempo e não se distraiam, entretanto conversações, falando alto, altercando ou perturbando, por qualquer motivo, o serviço;
- l) activar a execução de todos os trabalhos graphicos que correrem pelas diversas officinas, designando, dentre elles, os de mais urgencia, quando não fôr possivel adiantal-os simultaneamente;
- m) dar as explicações precisas sobre os mesmos trabalhos e resolver as duvidas que apparecerem, levando ao conhecimento do chefe da Imprensa as que por si não puder resolver;

n) apontar os defeitos e providenciar sobre a correção dos trabalhos, de modo que todos elles tenham cunho de perfeição artistica;

o) distribuir o serviço aos seus subordinados, tendo sempre em vista o merecimento e a aptidão de cada um;

p) indicar ao chefe da Imprensa os utensilios que devam ser substituidos ou concertados, para evitar imperfeição das obras a executar;

q) não consentir o emprestimo, para fóra das officinas, de utensilios e objectos quaesquer sob sua guarda e responsabilidade;

r) solicitar as ordens e providencias precisas para marcha regular do serviço.

Art. 8.º Compete aos paginadores, linotypista e encadernador de 1.ª classe e a um dos impressores de 1.ª classe designado pelo chefe da Imprensa, como encarregados das secções:

a) cumprir e fazer cumprir as ordens do chefe das officinas;

b) requisitar do chefe das officinas o material necessario ao trabalho de que forem incumbidos;

c) distribuir, com equidade, pelos demais empregados e aprendizes, os trabalhos que receber do chefe das officinas, dando-lhes os esclarecimentos precisos;

d) auxiliar efficazmente o chefe das officinas, fiscalizando os trabalhos dos empregados e aprendizes.

Art. 9.º Ao guarda-typos, que será um compositor de 1.ª classe, designado pelo chefe da Imprensa, cumpre:

a) emmaçar as fôrmas de composição compacta, guardando-as separadas, conforme os corpos e typos;

b) conservar intactas, de conformidade com a designação do chefe, das officinas não só as fôrmas de composição compacta, como as de mappas e tabellas que devam ainda servir;

c) recolher as caixas desoccupadas;

d) numerar e trazer em ordem as caixas providas de typo commum;

e) fornecer, com promptidão, aos compositores, o material typographico de que precisarem;

f) percorrer as salas de composição meia hora antes de terminado o trabalho, chamando a atenção do chefe das officinas para as irregularidades que encontrar.

Art. 10. Aos revisores incumbe:

a) fazer a revisão cuidadosa de todos os trabalhos que lhes forem apresentados pelo chefe das officinas, confrontando-os com os respectivos originaes;

b) solicitar do chefe das officinas tantas provas quantas julgar necessarias para a perfeita revisão dos trabalhos;

c) arrumar cuidadosamente, em ordem chronologica, os originaes e as provas dos trabalhos lidos, devolvendo-os ao chefe das officinas.

Art. 11. Aos conferentes de provas compete:

a) acompanhar a revisão de todos os trabalhos;

b) auxiliar a revisão no cumprimento do determinado nas alíneas do artigo anterior.

## CAPITULO III

## ADMISSÃO E ACESSO

Art. 12. Nenhum empregado será admittido no quadro do pessoal sem que prove:

- a) saber ler e escrever;
- b) ter a necessaria habilitação para o logar que pretender occupar;
- c) possuir a caderneta de reservista;
- d) ter se submettido á inspecção de saude e ser vaccinado.

Paragrapho unico. Só serão admittidos empregados estranhos ao serviço da Imprensa, se não houver, no quadro de aprendizes, ninguem com as habilitações exigidas pelos cargos vagos a serem preenchidos.

Art. 13. A prova das condições estatuidas nas letras a e b do artigo anterior será feita perante uma commissão, composta do chefe da Imprensa e do chefe das officinas.

Art. 14. As vagas que se derem no quadro do pessoal serão preenchidas por antiguidade e merecimento.

§ 1.º As promoções por antiguidade deverão attender as exigencias do art. 1.º do decreto n. 19.797, de 26 de março de 1931.

§ 2.º Dentro de cada classe, para effeito de promoção por antiguidade, será esta contada de accôrdo com a effectividade de serviço de cada um. Serão computados como faltas ao serviço as que forem descontadas em folha de pagamento e as licenças, exceptuadas as concedidas de accôrdo com o art. 17, do decreto n. 14.663, de 1 de fevereiro de 1921.

Art. 15. São condições de merecimento:

- a) competencia profissional;
- b) assiduidade;
- c) zelo e dedicação;
- d) comportamento.

Art. 16. Os accessos serão feitos da classe immediatamente inferior para a superior, desde o aprendiz ao chefe da Imprensa.

Art. 17. A Imprensa do Estado-Maior do Exercito admittirá aprendizes nas diversas officinas até o numero marcado no respectivo quadro.

§ 1.º Os aprendizes não poderão ser menores de 13 annos nem maiores de 18.

§ 2.º O candidato a aprendiz deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) certidão de idade;
- b) attestado de curso primario;
- c) attestado de saude e de vaccina.

§ 3.º Nenhum aprendiz póde ser admittido sinão a titulo de ensaio, que não durará mais de dois mezes. Se, terminado esse prazo, não der sufficiente prova de bom comportamento, assiduidade e intelligencia, será dispensado.



§ 4.º Os aprendizes devem respeito e obediência a seus superiores e aos empregados incumbidos de sua instrução e estão sujeitos ás penas disciplinares deste regulamento.

Art. 18. Nenhum empregado poderá ser admittido fóra do quadro ordinario, constante do art. 3.º, salvo caso de necessidade, prevista no art. 6.º, letra *f*.

## CAPITULO IV

### PENAS, DESCONTOS e ABONOS

Art. 19. Todo o pessoal ao serviço da Imprensa do Estado Maior do Exercito fica sujeito ás penas disciplinares:

- a) admoestação;
- b) desconto da gratificação;
- c) perda dos vencimentos;
- d) suspensão até 30 dias;
- e) demissão.

Paragrapho unico. As penas das letras *a*, *b* e *c*, são de alçada do chefe da Imprensa; as das letras *d* e *e*, cabem ao chefe do Gabinete, sendo que a demissão se fará de accôrdo com o art. 169 da Constituição Federal.

Art. 20. As faltas de comparecimento não justificadas serão descontadas integralmente.

§ 1.º As faltas por motivo de molestia, que não excedam de oito dias, poderão ser abonadas até dois terços, quando comprovadas por attestado medico.

§ 2.º Se a doença se prolongar por prazo maior ao previsto no paragrapho anterior, terá o empregado que requerer licença, de accôrdo com o art. 8.º do decreto n. 14.663, de 1 de fevereiro de 1921.

§ 3.º As faltas provenientes de desastres ou de molestias contrahidas em serviço serão abonadas integralmente, mediante comprovação do medico ou da autoridade que verificar o accidente.

§ 4.º A falta de comparecimento durante 30 dias consecutivos, sem apresentação de attestado medico, importa em abandono de serviço.

Art. 21. Ao empregado da Imprensa do Estado-Maior do Exercito que, por negligencia ou falta de cuidado, estragar ou inutilizar qualquer material das officinas, será feita carga de sua respectiva importancia, para ser descontada de seus vencimentos.

Art. 22. Além das penas previstas no presente regulamento, todos os empregados estão sujeitos ás regras disciplinares dos regulamentos do Exercito, no que lhes fór applicavel.

## CAPITULO V

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 23. Todo o pessoal da Imprensa do Estado-Maior do Exercito, além de subordinado directamente ás ordens do chefe da Imprensa e ás determinações contidas neste regulamento, fica sujeito:

a) a entrar e a sair ás horas marcadas para começo e terminação do expediente da Imprensa;

b) a não sair da Imprensa sem prévia licença do chefe da Imprensa, mesmo terminado o trabalho.

Art. 24. O expediente da Imprensa começará ás 8,30 e terminará ás 16,30 horas, excepto aos sabbados, que deverá terminar ás 12 horas.

Paragrapho unico. Dentro desse expediente haverá um intervallo para o almoço dos empregados, das 11 ás 12 horas.

Art. 25. No caso de haver necessidade de prorrogação de expediente, os empregados só perceberão vencimento extraordinario se este excesso fôr de mais de uma hora.

Art. 26. E' terminantemente prohibido aos empregados prestar quaesquer informações sobre trabalhos em andamento, sob pena de admoestação, suspensão ou demissão, conforme a natureza da informação.

Art. 27. Todos os empregados da Imprensa do Estado-Maior do Exercito usarão, em serviço, blusa de brim pardo, sob um mesmo feitio, que será approvado pelo chefe do Gabinete.

Art. 28. E' expressamente vedada a entrada nas officinas a qualquer pessoa estranha aos serviços das mesmas.

Art. 29. O ajudante de mechanico e os serventes entrarão uma hora antes de começar o expediente, competindo áquelle ligar e limpar as linotypos e a estes o asseio de toda a repartição, de maneira a poder qualquer das officinas iniciar os seus trabalhos á hora designada.

Art. 30. Dentro de cada categoria de empregados, a subordinação obedece á distribuição em classes, em cada classe, á antiguidade.

Art. 31. No desempenho de suas funções ficam todos os empregados da Imprensa do Estado-Maior do Exercito subordinados ao presente regulamento.

## CAPITULO VI

### DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 32. Cabe á Imprensa do Estado-Maior do Exercito effectuar todos os trabalhos que correspondiam á Imprensa Militar até que seja creada a Imprensa do Ministerio da Guerra, de accôrdo com a Lei de Organização do Ministerio da Guerra.

Art. 33. Enquanto não houver dotação de recursos correspondentes aos vencimentos fixados neste regulamento, os serviços serão executados como até agora o têm sido.

Art. 34. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1934. — *P. Góes Monteiro.*

*Tabella de vencimentos a que se refere o art. 5º do Regulamento da Imprensa do Estado-Maior do Exército*

Categoria	Ordenado	Gratificação	Total
1 chefe da Imprensa	16:000\$000	8:000\$000	24:000\$000
1 chefe das officinas. . . . .	12:000\$000	6:000\$000	18:000\$000
3 revisores. . . . .	6:000\$000	3:000\$000	27:000\$000
2 conferentes. . . . .	4:800\$000	2:400\$000	14:400\$000
2 paginadores. . . . .	6:400\$000	3:200\$000	19:200\$000
4 compositores de 1ª classe. . . . .	5:200\$000	2:600\$000	31:200\$000
13 compositores de 2ª classe. . . . .	4:400\$000	2:200\$000	85:800\$000
1 linotypista de 1ª classe . . . . .	8:000\$000	4:000\$000	12:000\$000
2 linotypistas de 2ª classe . . . . .	6:400\$000	3:200\$000	19:200\$000
2 linotypistas de 3ª classe. . . . .	5:600\$000	2:800\$000	16:800\$000
1 ajudante de mechanico. . . . .	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000
1 encadernador de 1ª classe. . . . .	5:200\$000	2:600\$000	7:800\$000
7 encadernadores de 2ª classe. . . . .	4:400\$000	2:200\$000	46:200\$000
3 impressores de 1ª classe. . . . .	5:200\$000	2:600\$000	23:400\$000
2 impressores de 2ª classe. . . . .	4:400\$000	2:200\$000	19:800\$000
10 aprendizes de 1ª classe. . . . .	2:400\$000	1:200\$000	36:000\$000
10 aprendizes de 2ª classe. . . . .	1:000\$000	500\$000	15:000\$000
2 serventes. . . . .	2:270\$000	1:135\$000	6:810\$000
			<hr/> 428:610\$000 <hr/>



---

# APPENDICE

---

## DECRETO N. 23.262 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1933

*Cria o estandarte distinctivo dos Collegios Militar e dá outras providencias*

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, no uso da attribuição que lhe confere o art. 1º do decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930, decreta:

Art. 1.º Fica criado o estandarte distinctivo dos collegios militares da Republica.

§ 1.º O estandarte figurará á esquerda da bandeira nacional e a quatro passos, de maneira a desembaraçar a guarda daquella.

§ 2.º Esse estandarte, que não terá guarda nem continencia, entrará em fôrma antes da bandeira nacional e fará a esta as continencias previstas no art. 23 do regulamento para inspecções, revistas e desfiles.

Art. 2.º O disposto neste acto será regulamentado pelo ministro de Estado da Guerra para immediata execução.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1933, 112º da Independencia e 45º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Augusto Ignacio do Espirito Santo Cardoso.*

---

PLANO DE UNIFORMES PARA OS COLLEGIOS MILITARES

DECRETO N. 21.171, DE 17 MARÇO DE 1932

*Approva o plano de uniformes para os Collegios Militares*

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, no uso da attribuição que lhe confere o decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930, resolve aprovar o plano de uniformes para os collegios militares, que com este baixa, assignado pelo general de divisão José Fernandes Leite de Castro, ministro da Guerra.

Rio de Janeiro, 17 de março de 1932, 111º da Independencia e 44º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Fernandes Leite de Castro.*

---

## PLANO DE UNIFORMES PARA OS COLLEGIOS MILITARES

## I — UNIFORME INTERNO (BRIM KAKI)

a) *Tunica* — Cintada e aberta para traz, gola dupla com polygonos vermelhos nas extremidades, abotoada com um só colchete; 7 botões pretos, chatos e pregados; mangas com punhos trapezoidaes com vivos vermelhos nas costuras; bolsos internos.

b) *Calça* — Com vivos vermelhos de 3 mm., nas costuras lateraes (modelo actual).

c) *Gorro* — Sem pala, com vivos vermelhos de 3 mm. e 2 botões forrados de ganga vermelha, na parte anterior.

d) *Distinctivo de anno* — Rectangulo de brim kaki com 0,05 de base, contendo vivos de sutache vermelho de 3 mm. de largura e equidistante de 2 mm., correspondendo cada vivo a um anno do curso, até o maximo de 5.

Os alumnos do 6º anno usarão, como distinctivo, uma estrellla bordada em vermelho sobre kaki. Esses distinctivos serão usados no braço direito.

e) *collarinho* — Duplo, baixo;

f) *gallões e divisas* — São conservados os actualmente em uso;

g) *borzeguins* — Couro preto.

*Nota* — Este uniforme será exclusivamente destinado ao serviço, isto é, ás aulas e exercicios. Aos alumnos externos é permittido, em transito de suas residencias até o Collegio, o uso deste uniforme, substituindo-se, porém, o gorro sem pala, pelo bonet do uniforme externo.

II — UNIFORME EXTERNO (*gabardine de côr azul mesclado*)

a) *tunica* — Aberta e cintada: quatro bolsos externos, sendo dous pequenos superiores e dous maiores inferiores, ambos com machos e portinholas, sendo que, os bolsos superiores serão simulados, tendo as portinholas cosidas; sete botões de metal branco, inoxidavel com distinctivo do Collegio, passadeiras sobre os hombros, com pequenas alças de côr azul celeste com um centimetro de largura, para adaptação da charlateira; gola dupla, semelhante á do uniforme interno, com losango de côr azul celeste de cinco centimetros de lado, no qual será bordado a prata o distinctivo do Collegio; mangas com punhos de fôrma trapezoidal com vivos de tres millimetros. As costuras exteriores da gola, da passadeira e das portinholas, serão guarnecidas de côr azul celeste com tres millimetros;

b) *calça* — Da mesma côr da tunica com pestanas de côr azul celeste, de sete millimetros de largura, nas costuras lateraes;

c) *bonet* — Capa de gabardine igual á da tunica e calça; altura maxima na parte anterior de seis centimetros; distinctivo do Collegio, bordado á prata, cinta de celluloides azul ce-

leste com altura maxima de quatro centimetros; costura exterior da capa guarneçada de vivos com tres millimetros de largura.

Pala e jugular de celluloides preto.

d) *collarinho* — Duplo, baixo;

e) *distinctivo de anno* — Semelhante ao do uniforme interno, sendo os vivos de sutache azul celeste sôbre gabardine azul mesclado;

f) *galões e divisas* — Semelhantes ao typo actual, porém prateados;

g) *borzeguins* — Couro preto.

### III — UNIFORME DE PARADA

a) *tunica* — A do uniforme externo com adaptação da charlateira trançada com cordões azul celeste. Os officiaes alumnos usarão charlateiras do mesmo modelo em cordão prateado e fiador do mesmo cordão;

b) *calça* — Branca sem pernas (infantaria);

c) *culote* — Brim branco e pernas (cyclistas e cavallaria);

d) *barretina* — Cinta azul mesclado com vivos azul celeste de cinco millimetros de largura; altura maxima da cinta de 9,5 centimetros. A cinta terá na parte anterior o distinctivo do Collegio em metal inoxydavel, terminando em angulo curvelineo na parte posterior. Capa branca de celluloides com 1,5 centimetros acima do vivo da copa; altura total da barretina (copa 9,5 centimetros; capa 1,5 centimetros ou total de 11 centimetros); fiel escamado de metal branco inoxydavel: pom-pom azul celeste; pala branca de celluloides, pequena, acen-tuadamente curva;

e) *luvas* — Brancas de fio de Escossia;

f) *equipamento* — Branco modelo actual;

g) *calçado* — Borzeguins de couro preto;

h) *capacete* — Celluloides azul celeste com guarnições de metal branco inoxydavel e chorão de crina azul (para a cavallaria).

### IV — UNIFORME DE BRIM BRANCO (facultativo)

a) *tunica* — Modelo igual ao do uniforme externo, botões dourados com distinctivo do Collegio. Nas extremidades da gola, losangos de côr azul celeste com distinctivo do Collegio bordado a prata;

b) *calça*;

c) *bonet* — O do uniforme externo;

d) *sapatos* — Verniz preto, com meias pretas;

e) *luvas* — Brancas.

### V — UNIFORMES DE TOLERANCIA

Para festas, em que seja obrigatorio o "rigor", os alumnos usarão o seguinte uniforme:

Tunica, calça e bonet de uniforme externo, charlateiras de cordão azul celeste, cinto branco com cinco centimetros



de largura, guarnecidos de vivos azul celeste, com fivela de metal branco inoxydavel, contendo o distinctivo do Collegio dourado a fogo.

*Luvas* — Brancas, de pellica ou camurça.

#### VI — PELERINE E CAPOTE

Será conservada a pellerine do typo actual, para os Collegios do Rio de Janeiro e Ceará (facultativo para este ultimo).

O Collegio Militar de Porto Alegre usará em vez de pellerine, o capote de typo igual ao usado actualmente pelos alumnos da Escola Militar, porém, de côr azul ferrete, com os seguintes caracteristicos:

*Passadeciras* — Côr azul celeste.

Vivos de côr celeste nas mangas, formando trapezios, na gola e nos bolsos. Capuz.

Rio de Janeiro, 17 de março de 1932. — *Leite de Castro*.

(*Diario Official*, de 23-3-932.)

#### TABELLA DE FARDAMENTO E ENXOVAL PARA OS ALUMNOS DO COLLEGIO MILITAR

Tempo de duração		Especificação	Numero de peças
Fardamento	Um anno	Borzeguins de couro preto.....	3
		Tunica de brim kaki .....	4
		Calça de brim kaki.....	4
		Gorro de brim kaki (casquette).....	4
		Sapato tennis para gymnastica (par)....	2
		Calção de brim zuarte para gymnastica..	1
		Camiseta branca para gymnastica.....	1
		Calção para banho (tecido de malha)....	1
		Sapato de verniz.....	1
		Bonet americano com capa de gabardine)	Indeter- minado
		Calça de gabardine.....	
		Tunica de gabardine.....	
	Dois annos	Calça de brim branco.....	1
		Calção de brim branco.....	1
		Luvas de fio de escossia (par).....	1
		Cinto de couro branco.....	1
	Tres annos	Pellerine de panno azul ferrete.....	1
		Perneiras de couro preto (par).....	1

Tempo de duração		Especificação	Numero de peças
Enxoval	Um anno	Camisa de dia com punhos (branca).....	6
		Cuecas de cretone (branca) .....	6
		Collarinho duplo.....	12
		Meias (crúas), par.....	8
		Lenço (branco).....	12
		Pijame de zefir.....	3
		Fronha .....	3
		Ropão de banho de côr uniforme .....	2
		Pente de alisar.....	1
		Escova para dentes.....	3
		Meias pretas de fio de escossia.....	4
Enxoval	Dois annos	Chinello de couro amarello.....	1
		Colcha branca.....	3
		Lençol de cretone.....	3
		Toalha felpuda para rosto.....	3
		Almofada de paima.....	1
	Tres annos	Colchão de crina.....	1
	Seis annos	Sacco de zuarte para roupa.....	2
		Cobertor de lã de côr uniforme.....	1
	Indeterminado	Cama Paulista typo «Patente», com enxergão de arame e molas lateraes.....	1

Observações — Os alumnos gratuitos não orphãos receberão as peças discriminadas na parte «Fardamentos».

Os alumnos do 3º ao 6º anno terão, obrigatoriamente, calça branca, calção branco e perneiras, de accôrdo com a sua classificação no batalhão, na secção de cyclistas ou no esquadrão.

Além das peças constantes desta tabella, o almoxarifado do Collegio terá em carga, para serem usadas no «Uniforme de Parada», mais as seguintes : barretina, capacete, charlateiras de cordão azul, charlateiras de cordão prateado, fiador de cordão prateado, pompom azul celeste e penacho. E' expressamente prohibido aos alumnos o uso do uniforme de brim caki em passeio, só sendo permittido usal-o quando em transitio de casa para o collegio e vice-versa.

**RIO DE JANEIRO**  
**IMPRESSA NACIONAL**  
**1936**